



**ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1961 — VOLUME I

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

10724/03

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1961

Presidência da República	
BIBLIOTECA	
724103	

Presidência da	
República	
BIBLIOTECA	
N.º	DATA
3891	29.8.61

# ÍNDICE

## DOS

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Pgs.		Pgs.
1 — Decreto Legislativo de 1961 — Aprova o Tratado que estabelece uma zona de livre comércio, firmado pela Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai (Tratado de Montevideu). Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1961 .....	3	1950. Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1961. Retificada no D. O. de 3 de fevereiro de 1961 .....	4
2 — Decreto Legislativo de 1961 — Aprova a decisão do Tribunal de Contas, denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação de máquina elétrica de contabilidade e estatística. Publicado no D. O. de 10 de março de 1961 .....	3	3.864-A — Lei de 24 de janeiro de 1961 — Cria as Escolas Agrícolas de Bambuí e Cuiabá nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, e uma Escola de Engenharia em Uberlândia, Minas Gerais. Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1961 Retificada no D. O. de 3 de fevereiro de 1961 .....	4
3.862-A — Lei de 24 de janeiro de 1961 — Revigora, por dois exercícios, a autorização pela Lei nº 3.317 de 18 de novembro de 1957, que abre crédito destinado ao prosseguimento de obra ferroviária no Estado de Santa Catarina. Publicado no D. O. de 27 de janeiro de 1961. ....	3	3.865-A — Lei de 24 de janeiro de 1961 — Assegura estabilidade no serviço militar aos tailfeiros das Forças Armadas, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 27 de janeiro de 1961 .....	5
3.863-A — Lei de 24 de janeiro de 1961 — Modifica dispositivo da Lei nº 2.686, de 19 de dezembro de 1955, que prorroga, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o regime de subvenção às empresas de transportes aéreos estabelecido pela Lei nº 1.181, de 17 de agosto de	3	3.865-B — Lei de 26 de janeiro de 1961 — Provê sobre as dotações orçamentárias destinadas à Universidade do Pará. Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1961 .....	6
		3.866 — Lei de 25 de janeiro de 1961 — Cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Ceará, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 26 de janeiro de 1961 .....	6
		3.867 — Lei de 25 de janeiro de 1961 — Cria a Universidade de Alagoas e dá outras providên-	

	Pgs.		Pgs.
cias. Publicada no D. O. de 27 de janeiro de 1961. Retificada no D. O. de 3 de fevereiro de 1961 .....	7	3.874 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Dá nova redação ao artigo 13, da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, que regula a inatividade dos militares. Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1961.....	13
3.868 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Cria a Universidade do Espírito Santo e dá outras providências. Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1961 Retificada no D. O. de 10 de fevereiro de 1961 .....	9	3.875 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Transfere para a União a Escola de Enfermagem do Recife. Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1961 .....	13
3.869 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ .... 4.377.318.000,00, destinado ao pagamento de diferença de remuneração de pessoal das ferrovias. Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1961 .....	11	3.876 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Concede ao Museu de Arte de São Paulo, durante cinco anos, a subvenção anual de Cr\$ 25.000.000,00. Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1961 .....	14
3.870 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Isenta da tributação do imposto do selo os contratos de financiamentos em que sejam mutuárias as sociedades cooperativas. Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1961 .....	11	3.877 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Federaliza a Escola Superior de Veterinária, pertencente à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1961 .....	14
3.871 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Concede auxílio as prefeituras de Guimarães e de Arari, no Estado do Maranhão. Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1961 .....	12	3.878 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Altera a redação do § 4º do art. 41 do Decreto-Lei nº 1.344, de 13 de junho de 1939, que modificou a legislação sobre Bolsas de Valores. Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1961 .....	15
3.872 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ .... 15.000.000,00, destinado ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — IBECC — Seção de São Paulo. Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1961 .....	12	3.879 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Modifica a Lei nº 3.643 de 14 de outubro de 1959, suspendendo o vencimento de débitos dos cafeicultores e dá outras providências. Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1961. Retificada no D.O. de 10 de fevereiro de 1961....	16
3.873 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Cria no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região 20 Juntas de Conciliação e Julgamento e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00; e dá outras providências. Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1961 .....	12	3.880 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Abre um crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 ao Ministério da Viação e Obras Públicas para obra do Túnel do Palatinato em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro. Publicada no D. O. de 30 de janeiro de 1961. Retificado no D. O. de 10 de fevereiro de 1961 .....	16



Pgs.	Pgs.
3.881 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para ocorrer as despesas com as comemorações do I Centenário de Fundação do Município de Russas. Publicada no D. O. de 31 de janeiro de 1961..	17
3.882 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Concede a Aurora Braga da Silva, pensão especial de Cr\$ 3.000,00. Publicada no D. O. de 31 de janeiro de 1961	17
3.883 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional do Pará — os créditos especiais de Cr\$ 79.112,50 e Cr\$ 368.205,00 para as despesas com o pagamento de diferença de gratificação adicional devido a funcionários da Secretaria do mesmo Tribunal no período compreendido entre 16 de outubro a 31 de dezembro de 1958 e o exercício de 1959. Publicada no D. O. de 31 de janeiro de 1961	17
3.884 — Lei de 30 de janeiro de 1961 — Cria uma Coletoria Federal no município de Viçência, Estado de Pernambuco e dá outras providências. Publicada no D. O. de 31 de janeiro de 1961 .....	18
3.885 — Lei de 2 de fevereiro de 1961 — Cria, no Ministério da Marinha, os Quadros Complementares dos Corpos da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes da Marinha. Publicada no D. O. de 2 de fevereiro de 1961 .....	18
3.886 — Lei de 8 de fevereiro de 1961 — Destaca, dos recursos de que trata o artigo 15, primeira alínea, da Lei nº 2.976, de 28 de novembro de 1956, o mínimo de dez milhões de cruzeiros anuais, para obras, equipamentos, e custeio de atividades, em partes iguais, dos Institutos de Patologia e de Pesquisas Bioquímicas, da Faculdade de Medicina de Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1961 .....	19
3.887 — Lei de 8 de fevereiro de 1961 — Aprova Termo de Acôrdado firmado entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, sobre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União. Publicada no D.O. de 10 de fevereiro de 1961 ...	20
3.888 — Lei de 8 de fevereiro de 1961 — Concede isenção de direitos de importação e taxas, inclusive a de Previdência Social, para material hospitalar a ser importado pela Liga Batana contra a Mortalidade Infantil. Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1961 ....	20
3.889 — Lei de 16 de fevereiro de 1961 — Autorizo o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 86.286.924,00, para atender as despesas de qualquer natureza com a transferência do pessoal daquele Tribunal para Brasília. Publicada no D. O. de 17 de fevereiro de 1961 .....	24



Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1961, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.



---

# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

---

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1961

*Aprova o Tratado que estabelece uma zona de livre comércio, firmado pela Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai (Tratado de Montevideu).*

Art. 1º. E' aprovado o Tratado que estabelece uma zona de livre comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comercio (Tratado de Montevideu), firmado a 18 de fevereiro de 1960, em Montevideu, pela Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Perú e Uruguai.

Art. 2º. E' o Poder Executivo autorizado a efetuar, junto ao Governo da República Oriental do Uruguai o deposito do respectivo instrumento de ratificação nos termos do artigo 56 do Tratado, revogando-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de fevereiro de 1961. — *Senador Filinto Müller*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

---

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1961

*Aprova a decisão do Tribunal de Contas, denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação de máquina elétrica de contabilidade e estatística.*

Art. 1º E' aprovada a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado em 12 de dezembro de 1958, entre o Ministério da Educação e Cultura e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação de máquina elétrica de contabilidade e estatística.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de março de 1961. — *Senador Filinto Müller*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

---

## LEI Nº 3.862-A — DE 24 DE JANEIRO DE 1961

*Revigora, por dois exercicios, a autorização concedida pela Lei nº 3.317, de 18 de novembro de 1957, que abre crédito destinado ao prosseguimento de obra ferroviária no Estado de Santa Catarina.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica revigorada, por dois exercicios, a autorização concedida, pela Lei nº 3.317, de 18 de novembro de 1957, ao Poder Executivo para abrir o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), des-

tinado ao prosseguimento da retificação do trecho Blumenau-Subida da zona do Vale do Itajaí, obras de arte, trilhos, e acessórios, empedramento, inclusive desapropriação e pagamento de diferenças devidas por reajustamento de tabelas, do sistema ferroviário federal no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

*Ernani do Amaral Peixoto*

*S. Paes de Almeida*

LEI Nº 3.863-A — DE 24 DE JANEIRO DE 1961

*Modifica dispositivos da Lei nº 2.686, de 19 de dezembro de 1955, que prorroga, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o regime de subvenção às empresas de transportes aéreos estabelecido pela Lei nº 1.181, de 17 de agosto de 1950.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — O art. 8º, da Lei nº 2.686, de 19 de dezembro de 1955, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º — Todas as empresas de navegação aérea, subvencionadas pela União, ficam obrigadas a conceder abatimento, nunca inferior a 50% (cinquenta por cento), em passagens, aos membros do Congresso Nacional, aos funcionários do Congresso em missão oficial e aos jornalistas profissionais, mediante requisição da associação de classe a que sejam filiados, desde que viagem no exercício da profissão.

§ 1º — O benefício de que trata este artigo é extensivo a 2 (dois) dependentes dos Congressistas, quando em missão no estrangeiro, bem como ao cônjuge do funcionário e o do jornalista em missão oficial do Congresso.

§ 2º — O abatimento a que se refere este artigo é devido, sob pena de ser automaticamente suspensa a subvenção.”

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

*Francisco de Mello*

*S. Paes de Almeida*

LEI Nº 3.864-A — DE 24 DE JANEIRO DE 1961

*Cria as Escolas Agrícolas de Bambuí e Cuiabá, nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, e uma Escola de Engenharia em Uberlândia, Minas Gerais.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — São criadas, no Ministério da Agricultura, subordinadas à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, para ministrar os

ursos previstos no Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola), a Escola Agrícola de Bambuí, no Município de Bambuí, Estado de Minas Gerais, e a Escola Agrícola de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, nos terrenos do Fomento Agrícola, naquela cidade, utilizando-se das instalações e benfeitorias existentes, e a Escola Agrotécnica de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º — A Escola Agrícola de Bambuí será instalada no Posto Agropecuário, utilizando-se para isso as terras e benfeitorias que se fizerem necessárias.

Art. 3º — Para atender às despesas iniciais com a execução do disposto na presente Lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir, no exercício vigente, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de... Cr\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de cruzados). Nos exercícios posteriores, a Lei orçamentária consignará iguais dotações para esses estabelecimentos nas verbas destinadas à instalação e à manutenção das escolas de que trata a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 4º — É também criada uma Escola de Engenharia, com sede em Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Dentro de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação desta Lei, o Poder Executivo tomará as providências legais para a sua instalação.

Art. 5º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

*Clóvis Salgado*

*S. Paes de Almeida*

#### LEI Nº 3.865-A — DE 24 DE JANEIRO DE 1961

*Assegura estabilidade no serviço militar aos taifeiros das Forças Armadas, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º — É assegurada estabilidade no serviço ativo militar, independente de engajamento ou reengajamento, aos taifeiros das Forças Armadas, que contem ou venham a contar 10 (dez) ou mais anos de serviço militar.

Art. 2º — Os taifeiros serão obrigatoriamente submetidos à inspeção de saúde, trienalmente, e reformados se considerados fisicamente incapazes para o serviço militar na conformidade da legislação em vigor.

Art. 3º — Será passível de exclusão ou expulsão o taifeiro que, em sentença passada em julgado, for condenado à pena restritiva da liberdade individual superior a 2 (dois) anos, ou declarado, em processo regular e por decisão do órgão militar competente para o julgamento, responsável pela prática de ato prejudicial à ordem pública, nociva à disciplina militar ou atentatório ao Estado ou às instituições constitucionais.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

*J. Mattos Maia*

*Odylio Denys*

*Francisco de Mello*

LEI Nº 3.865-B — DE 26 DE  
JANEIRO DE 1961

*Provê sobre as dotações orçamentárias destinadas à Universidade do Pará.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decerta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Sem prejuízo da dotação global, a constar do Orçamento Geral da União, no Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Ensino Superior, a Universidade do Pará terá direito a custeios de seus encargos, durante dez anos, na forma do artigo 9º da Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia, de cujos re-

ursos serão destacados para esse fim, no mínimo Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) anuais.

Parágrafo único. A contribuição do Plano de Valorização Econômica da Amazônia será classificada na unidade orçamentária relativa à Diretoria do Ensino Superior, com a movimentação sujeita ao regime da Lei número 3.614, de 12 de agosto de 1959.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de janeiro de 1961, 140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clovis Salgado

S. Paes de Almeida

Armando Ribeiro Falcão

LEI Nº 3.866 — DE 25 DE JANEIRO DE 1961

*Cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Ceará, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Ceará, com sede na cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

Art. 2º. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Ceará, respeitadas as peculiaridades do meio e a autonomia universitária, terá estrutura semelhante à Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, devendo funcionar no regime didático estabelecido pelo Decreto-lei nº 9.092, de 26 de março de 1946.

Art. 3º. Dentro do prazo de sessenta dias, a contar da publicação desta Lei, o Conselho Universitário da Universidade do Ceará expedirá o Regimento da Faculdade, o qual terá vigência até que a respectiva Congregação disponha de dois terços de professores catedráticos efetivos.

*Parágrafo único.* O Regimento a que se refere este artigo disciplinará as várias Seções de Filosofia, Ciências, Letras e Educação, de que se constituirá a Faculdade, e fará um escalonamento dos cursos respectivos, para efeito de instalação progressiva, tendo em vista as possibilidades de seu real funcionamento e as necessidades da região em matéria de professores de nível médio, especialistas em Educação e pesquisadores.

Art. 4º. Para execução do disposto nesta Lei são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura (Universidade do Ceará), 46 (quarenta e seis) cargos de Professor Catedrático e três funções gratificadas, sendo uma de Diretor, FG-1, outra de Secretário, FG-3, e a terceira de Chefe de Portaria, FG-7.

§ 1º — O provimento dos cargos mencionados será feito em caráter interino, à medida da progressão dos cursos, até que o seja por concurso de títulos e provas.

§ 2º. O quadro de servidores será organizado de acordo com a legislação vigente, obedecidas as normas estabelecidas no Plano de Classificação.

§ 3º. Nenhuma interinidade deverá ser de prazo superior a 3 (três) anos.



Art. 5º. Os recursos necessários ao cumprimento desta Lei serão progressivamente consignados, mediante proposta dos órgãos competentes, nas dotações globais destinadas à Universidade do Ceará no Anexo do Orçamento Geral d. República referente ao Ministério da Educação e Cultura.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de janeiro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

*Clovis Salgado*

*S. Paes de Almeida.*

# LEI Nº 3.867 — DE 25 DE JANEIRO DE 1961

*Cria a Universidade de Alagoas e dá outras providências.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º É criada a Universidade de Alagoas (U. Al) com sede em Maceió, Capital do Estado de Alagoas, e integrada no Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior, incluída na categoria constante do item I, artigo 3º, da Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Parágrafo único. A Universidade de Alagoas terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar na forma da lei.

Artigo 2º A Universidade de Alagoas compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino:

- a) Faculdade de Direito de Alagoas (Lei número 1.014, de 24 de dezembro de 1949);
- b) Faculdade de Medicina de Alagoas (Decreto número 34.394, de 27 de outubro de 1953);
- c) Escola de Engenharia de Alagoas (Decreto número 47.371, de 5 de dezembro de 1959);
- d) Faculdade de Odontologia de Alagoas (Decreto número 41.352, de 22 de abril de 1957);
- e) Faculdade de Ciências Econômicas de Alagoas (Decreto número 12.928, de 30 de dezembro de 1957); e
- f) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

§ 1º As Faculdades e Escola, mencionadas neste artigo, passam a denominar-se: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Alagoas.

§ 2º A Faculdade constante do item d será organizada com a fusão da congênere existente, criada pelo Decreto número 41.250, de 17 de abril de 1957.

§ 3º A agregação de outro curso, ou de outro estabelecimento de ensino, depende de parecer favorável do Conselho Universitário e de deliberação do Governo, e assim a desagregação.

Artigo 3º O patrimônio da Universidade de Alagoas será formado pelos:

- a) bens móveis imóveis e instalações ora utilizados pelos estabelecimentos mencionados no artigo anterior e que lhe serão transferidos nos termos desta lei;
- b) bens e direitos que adquirir ou que lhe sejam transferidos na forma da lei;
- c) legado e doações legalmente aceitos;

d) saldos da receita própria e dos recursos orçamentários, ou outros que lhe forem destinados.

Parágrafo único. A aplicação dos saldos referidos na alínea d deste artigo depende de deliberação do Conselho Universitário e somente poderá sê-lo em bens patrimoniais ou em equipamentos, instalações e pesquisas, vedada qualquer alienação sem expressa autorização do Presidente da República.

Artigo 4º Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços provirão das dotações orçamentárias que lhes forem atribuídas pela União; das rendas patrimoniais; das receitas de taxas escolares; de retribuição de atividades remuneradas de laboratórios; de doações, auxílios, subvenções e eventuais.

Parágrafo único. A receita e a despesa da Universidade constarão de seu orçamento; e a comprovação dos gastos se fará nos termos da Legislação vigente, obrigados todos os depósitos em espécie no Banco do Brasil S.A., cabendo ao Reitor a movimentação das contas.

Artigo 5º Independentemente de qualquer indenização, são incorporados ao patrimônio da União mediante escritura pública todos os bens móveis, imóveis e direitos ora na posse ou utilizados pelas Faculdades e Escola referidas no artigo 2º.

§ 1º Para a transferência dos bens mencionados neste artigo, é assegurado o prazo de 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º Será havido como agregado o estabelecimento que não cumprir o disposto no parágrafo anterior, findo o prazo no mesmo indicado.

Artigo 6º É assegurado o aproveitamento do pessoal administrativo e auxiliar técnico dos estabelecimentos referidos no artigo 2º, em quadro extraordinário, a ser aprovado pelo Poder Executivo não podendo os respectivos vencimentos exceder aos das atividades correspondentes no serviço público federal.

§ 1º Os professores das Faculdades e Escola, referidos no artigo 2º, não admitidos em caráter efetivo na forma da legislação federal, poderão ser aproveitados como interinos.

§ 2º Para cumprimento do disposto neste artigo a administração das Faculdades e Escola apresentarão à Diretoria do Ensino Superior a relação acompanhada de currículo, de seus professores e servidores, especificando na forma de investidura, a natureza do serviço que desempenham, a data de admissão e a remuneração.

§ 3º Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos de nomeação decorrentes do aproveitamento determinado nesta lei, depois e a contar da data da última das escrituras públicas referidas no artigo 5º.

Artigo 7º Para execução do que determina o artigo 1º desta lei, é criado, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior, um cargo de Reitor padrão 2-C, uma função gratificada de Secretário, 3-F, e uma de Chefe de Portaria, 15-F para a Reitoria e seis funções gratificadas de Diretor, 5-C, seis de Secretário, 3-F e seis de Chefe de Portaria 20-F, para as Faculdades e Escola componentes da Universidade.

Artigo 8º Para a execução do disposto no artigo 2º são criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, os seguintes cargos de Professor Catedrático: trinta e dois (32), para a Faculdade de Medicina (FM-UA1-DESu); vinte e três (23), para a Escola de Engenharia (EE-UA1-DESu); treze (13), para a Faculdade de Odontologia (FO-UA1-DESu); vinte e dois (22), para a Faculdade de Filosofia (FF-UA1-DESu), vinte e três (23), para a Faculdade de Ciências Econômicas (FE-UA1-DESu).

Parágrafo único. Os cargos de Professor Catedrático na Faculdade de Medicina da Universidade de Alagoas, objeto desta lei serão progressivamente reduzidos a 18 (dezoito), à medida que se forem vagando, por extinção das respectivas cátedras, na forma a ser prevista no Regimento da Faculdade, o qual deverá ser aprovado dentro de 60 (sessenta) dias após a instalação da Universidade.

Artigo 9º Para cumprimento das disposições desta lei, é autorizada a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior, para a Universidade de Alagoas de crédito especial de Cr\$ ....

91.436.000,00 (noventa e um milhões, quatrocentos e trinta e seis mil cruzeiros), sendo Cr\$ 58.084.000,00 (cinquenta e oito milhões e oitenta e quatro mil cruzeiros) para Pessoal Permanente; Cr\$ 19.968.000,00 (dezenove milhões, novecentos e sessenta e oito mil cruzeiros) para pessoal administrativo do Quadro Extraordinário Cr\$ 3.384.000,00 (três milhões trezentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) para Funções Gratificadas e Cr\$ ..... 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para Material.

Artigo 10. O Estatuto da Universidade de Alagoas, que obedecerá à orientação dos das Universidades Federais, será expedido pelo Poder Executivo, dentro em 120 (cento e vinte) dias da data da publicação desta lei.

Artigo 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 25 de janeiro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clóvis Salgado

S. Paes de Almeida.

LEI Nº 3.868 — DE 30 DE JANEIRO DE 1961

*Cria a Universidade do Espírito Santo e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada a Universidade do Espírito Santo (U.E.S.), com sede em Vitória, Capital do Espírito Santo, e integrada no Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior, incluída na categoria constante do item I, do art. 3º, da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Parágrafo único. A U.E.S. terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, na forma da lei.

Art. 2º A U.E.S. compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino:

a) Faculdade de Direito do Espírito Santo (Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950);

b) Escola Politécnica do Espírito Santo (Decreto nº 40.544, de 11 de dezembro de 1956);

c) Faculdade de Ciências Econômicas do Espírito Santo (Decreto nº 34.795, de 22 de maio de 1958);

d) Escola de Belas Artes do Espírito Santo (Decreto nº 40.065, de 3 de outubro de 1956);

e) Faculdade de Odontologia do Espírito Santo (Decreto nº 31.866, de 28 de novembro de 1952);

f) Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Espírito Santo (Decreto nº 39.815, de 20 de agosto de 1956);

g) Faculdade de Medicina do Espírito Santo; e

h) Escola de Educação Física, criada pela Lei nº 98, de 24 de setembro de 1936.

§ 1º As Faculdades e Escolas, mencionadas neste artigo, passam a denominar-se, respectivamente: Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Belas Artes, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Medicina da Universidade do Espírito Santo e Escola de Educação Física.

§ 2º A agregação à U.E.S. de outro curso ou de outro estabelecimento de ensino depende de parecer favorável do Conselho Universitário e de deliberação do Governo Federal, e assim a desagregação.

Art. 3º O patrimônio da U.E.S. será formado pelos:

a) bens, móveis e imóveis, e instalações ora utilizados pelos estabelecimentos aludidos no artigo anterior e que lhe serão transferidos nos termos desta lei;

b) bens e direitos que adquirir ou que lhe sejam transferidos, na forma da lei;

c) legados e doações legalmente aceitos; e

d) saldos da receita própria e dos recursos orçamentários, ou outros que lhe forem destinados.

Parágrafo único. A aplicação dos saldos referidos na alínea d deste artigo depende de deliberação do Conselho Universitário e somente poderá sê-lo em bens patrimoniais ou em equipamentos, instalações e pesquisas, vedada qualquer alienação sem expressa autorização do Presidente da República.

Art. 4º Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços provirão das dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pela União; das rendas patrimoniais; da receita de taxas escolares; de retribuição de atividades remuneradas de laboratórios; de doações, auxílios, subvenções e eventuais.

Parágrafo único. A receita e a despesa da U.E.S. constarão de seu orçamento; e a comprovação dos gastos se fará em termos da Legislação vigente, obrigados todos os depósitos em espécie no Banco do Brasil S.A., cabendo ao Reitor a movimentação das contas.

Art. 5º Independentemente de qualquer indenização, serão incorporados ao patrimônio nacional, mediante escrituras públicas, todos os bens, móveis e imóveis, e direitos ora na posse ou utilizados pelas Faculdades e Escolas referidas no artigo 2º.

Parágrafo único. Para a transferência dos bens mencionados neste artigo, é assegurado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º É assegurado o aproveitamento do pessoal administrativo e auxiliar técnico dos estabelecimentos mencionados no art. 2º em quadro extraordinário, a ser aprovado pelo Poder Executivo, não podendo os seus vencimentos exceder aos das atividades correspondentes no serviço público federal.

§ 1º Os professores das Faculdades e Escolas referidas no art. 2º não admitidos em caráter efetivo, na forma da legislação federal, poderão ser aproveitados como interinos.

§ 2º Para o cumprimento do disposto neste artigo, a administração

das Faculdades e Escolas de que se trata apresentarão à Diretoria do Ensino Superior relação nominal, acompanhada do currículo de seus professores e servidores, especificando a forma de investidura a natureza de serviço que desempenham, a data de admissão e a remuneração.

§ 3º A expedição dos atos de nomeação decorrentes desta lei é condicionada ao registro, no Tribunal de Contas, das escrituras previstas no art. 5º.

Art. 7º Para a execução do que determina o artigo 1º, é criado, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, um cargo de Reitor, padrão 2-C.

Art. 8º Para a execução do disposto no art. 2º, são criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, os seguintes cargos de Professor Catedrático: 28 (vinte e oito) para a Escola Politécnica (EP-USE-DESu); 23 (vinte e três) para a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE-UES-DESu); 24 (vinte e quatro) para a Escola de Belas Artes (EBA-UES-DESu); 17 (dezessete) para a Faculdade de Odontologia (FO-UES-DESu); 18 (dezoito) para a Faculdade de Medicina (FM-UES-DESu); e 16 (dezesseis) para a Escola de Educação Física (EEF-UES-DESu).

Art. 9º O provimento dos cargos de Professor e Auxiliar para a Faculdade de Medicina, se fará à medida da progressão dos cursos.

Art. 10º São criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, 26 (vinte e seis) funções gratificadas, sendo 7 (sete) de Diretor, 8 (oito) de Secretário e 8 (oito) de Chefe de Portaria, distribuídas igualmente pelos estabelecimentos federalizados por esta lei e pela Reitoria, e com valores fixados nos termos do art. 12 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 11º Para o cumprimento das disposições desta lei, é autorizada a abertura pelo Ministério da Educação e Cultura, para a U.E.S., do crédito especial de Cr\$ 143.318.000,00 (cento e quarenta e oito milhões, trezentos e dezoito mil cruzeiros) sendo Cr\$ 128.526.000,00 cento e vinte e oito milhões, quinhentos e vinte seis mil cruzeiros) para pessoal per-

manente; Cr\$ 8.592.000,00 (oito milhões quinhentos e noventa e dois mil cruzeiros) para funções gratificadas; Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para material e Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) para despesas de instalação.

Art. 12 O provimento efetivo dos cargos criados pelo art. 3º se fará por meio de concurso de títulos e de provas, realizados em estabelecimento congênere federal, a ser designado pela Diretoria do Ensino Superior, a esta cabendo a publicação dos editais, dentro do prazo de três anos, a contar do primeiro provimento interino, e até que a Congregação disponha de base legal para a realização desse ato.

Art. 13 Para provimento, em caráter interino, de cátedras de novos cursos que forem instalados em qualquer escola integrante da Universidade, só poderão ser contratados Docentes livres, ou Professores Catedráticos das mesmas disciplinas ou disciplinas afins.

Art. 14 O Estatuto da U.E.S., que obedecerá à orientação dos das Universidades federais, será expedido pelo Poder Executivo, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data do atendimento do disposto no § 3º do art. 6º.

Art. 15 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de janeiro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Clóvis Salgado

S. Paes de Almeida

LEI Nº 3.869 — DE 30 DE  
JANEIRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de .... Cr\$ 4.377.318.000,00, destinado ao pagamento de diferenças de remuneração de pessoal das ferrovias.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da

Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 4.377.318.000,00, com o fim específico de pagar as diferenças de remuneração, referentes ao exercício de 1960, aos funcionários, operários, diaristas e horistas das ferrovias a seguir discriminadas:

1. E. F. — Madeira — Mamoré .....	20.040.000
2. E. F. Bragança ..	17.067.000
3. E. F. São Luiz — Teresina .....	36.777.000
4. E. F. Central do Piauí .....	10.557.000
5. R. V. Cearense ..	60.690.000
6. R. F. do Nordeste	257.883.000
7. V. F. F. Leste Brasileiro .....	206.400.000
8. E. F. Bahia-Minas	47.523.000
9. E. F. Leopoldina .	706.806.000
10. E. F. Central do Brasil .....	1.313.409.000
11. E. Mineira de Viação .....	359.535.000
12. E. F. Goiás .....	65.385.000
13. E. F. Santos a Jundiá .....	288.423.000
14. E. F. Noroeste do Brasil .....	212.118.000
15. R. V. Paraná-Santa Catarina ...	293.919.000
16. E. F. Da. Teresa Cristina .....	30.252.000
17. V. F. Rio Grande do Sul .....	450.534.000
Total .....	4.377.518.000

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 30 de janeiro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Ernani do Amaral Peixoto

S. Paes de Almeida

LEI Nº 3.870 — DE 30 DE  
JANEIRO DE 1961

*Isenta da tributação do imposto do selo os contratos de financiamentos em que sejam mutuárias as sociedades cooperativas.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São isentos do imposto do selo os contratos de abertura de crédito e de empréstimos que as socie-

dades cooperativas firmarem com estabelecimentos bancários, para financiamento da produção rural própria ou de seus associados, inclusive o simples beneficiamento dos produtos agropecuários e sua armazenagem para conservação e venda.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de janeiro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

*Antonio Barros Carvalho*

*S. Paes de Almeida*

LEI Nº 3.871 — DE 30 DE  
JANEIRO DE 1961

*Concede auxílio às prefeituras de Guimarães e de Arari, no Estado do Maranhão.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado, como auxílio, em partes iguais, às prefeituras municipais de Guimarães e Arari, no Estado do Maranhão, para as comemorações de seus centenários.

Art. 2º Esses auxílios serão aplicados na construção de uma escola primária e de artes e ofícios em cada um dos municípios.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de janeiro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

*Clovis Salgado*

*S. Paes de Almeida*

LEI Nº 3.872 — DE 30 DE  
JANEIRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 15.000.000,00, destinado ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — IBECC — Seção de São Paulo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) destinado ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — IBECC (Seção de São Paulo).

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de janeiro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

*Clovis Salgado*

*S. Paes de Almeida*

LEI Nº 3.873 — DE 30 DE JANEIRO  
DE 1961

*Cria no Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região 20 Juntas de Conciliação e Julgamento e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ ..... 20.000.000,00; e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criadas na 2.ª Região da Justiça do Trabalho 20 (vinte) Juntas de Conciliação e Julgamento, sendo 4 (quatro) na Capital do Estado de São Paulo, sob os ns. 20 a 23, e as demais em Araraquara, Taubaté, São José dos Campos, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, Gua-

ruelhos, Rio Claro, São Carlos, Americana, Bauru, Barretos e Piracicaba, no Estado de São Paulo; Curitiba (2.ª), Londrina e Ponta Grossa, no Estado do Paraná; e Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º O limite da jurisdição de cada Junta ora criada será o da respectiva Comarca, exceção da Junta de Mogi das Cruzes, que se estenderá aos municípios de Suzano, Itaquaquecetuba, Poá, Guaracema, Salesópolis e Ferraz de Vasconcelos, e a de Guarulhos, que se estenderá ao município de São Miguel.

§ 1.º A Junta de Conciliação e Julgamento, existente em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, terá jurisdição ainda sobre as Comarcas de Diamantina e Rosário do Oeste, no mesmo Estado.

§ 2.º Quando houver na mesma Comarca mais de uma Junta, a competência se definirá por distribuição.

Art. 3.º Para compor as Juntas referidas no art. 1.º, ficam criados 20 (vinte) cargos de Juiz do Trabalho Presidente da Junta, 40 (quarenta) funções de Vogais, sendo 20 (vinte) para a representação dos empregados e 20 (vinte) para a de empregadores, e 20 (vinte) de Juiz do Trabalho-Substituto do Presidente da Junta.

§ 1.º Haverá ainda 1 (um) suplente de Vogal para cada Junta.

§ 2.º Os vencimentos dos cargos e as gratificações das funções serão os fixados na Lei n.º 2.588, de 8 de setembro de 1955, com as alterações da Lei n.º 3.531, de 19 de janeiro de 1959.

Art. 4.º Os mandatos dos Vogais das Juntas de que trata o art. 1.º e os dos demais Vogais das Juntas da 2.ª Região da Justiça do Trabalho terminarão, simultaneamente, com os das 6 (seis) primeiras Juntas sediadas na Capital do Estado de São Paulo, em curso na data da entrada em vigor da presente lei.

Art. 5.º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (2.ª Região) promoverá a instalação das Juntas ora criadas, na forma da legislação em vigor.

Art. 6.º Para atender, no primeiro exercício, às despesas decorrentes desta lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de janeiro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Armando Ribeiro Falcão

S. Paes de Almeida

LEI N.º 3.874 — DE 30 DE JANEIRO DE 1961

*Dá nova redação ao artigo 13, da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, que regula a inatividade dos militares.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 13 da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 13 — A transferência para a Reserva, a requerimento, só poderá ser concedida ao militar que contar, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos de efetivo serviço”.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de janeiro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

J. Mattoso Maia

Odylo Denys

Francisco de Mello

LEI N.º 3.875 — DE 30 DE JANEIRO DE 1961

*Transfere para a União a Escola de Enfermagem do Recife*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É transformada em estabelecimento federal de ensino, a Es-

cola de Enfermagem do Recife, a que se refere o Decreto n.º 34.559, de 10 de novembro de 1953.

Art. 2.º O referido estabelecimento passará a denominar-se Escola de Enfermagem da Universidade do Recife.

Art. 3.º A Escola manterá os cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem, na forma da lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949, e do Decreto n.º 27.426, de 14 de novembro de 1949.

Art. 4.º Dentro em 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação desta lei, o Poder Executivo baixará decreto alterando a TUM da Universidade do Recife para inclusão das funções necessárias ao funcionamento da Escola, nas quais poderão ser aproveitados os atuais servidores.

Art. 5.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura — Universidade do Recife — o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas decorrentes do disposto no art. 1.º.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clovis Salgado

S. Paes de Almeida

LEI Nº 3.876 — DE 30 DE JANEIRO  
DE 1961

*Concede ao Museu de Arte de São Paulo, durante cinco anos, a subvenção anual de Cr\$ 25.000.000,00.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica concedida ao Museu de Arte de São Paulo, durante cinco (5) anos, a subvenção anual de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), como auxílio no resgate do seu débito para com a Caixa Econômica Federal de São Paulo e na aquisição de uma pequena coleção de primitivos, que completem a galeria paulista, dando-lhe a unidade pictórica que ela ainda não possui.

Parágrafo único. Na proposta orçamentária dos anos de 1961, 1962, 1963, 1964 e 1965, o Poder Executivo fará constar do Anexo do Ministério da Educação e Cultura o auxílio de que trata esta lei.

Art. 2.º Caso não conste do Orçamento de qualquer dos exercícios referidos no parágrafo anterior o crédito respectivo, fica o Poder Executivo autorizado a abri-lo pelo Ministério da Educação e Cultura, como crédito especial, entregando-o à mencionada Associação, para os fins desta lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de janeiro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clovis Salgado

S. Paes de Almeida

LEI Nº 3.877 — DE 30 DE JANEIRO  
DE 1961

*Federaliza a Escola Superior de Veterinária, pertencente à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A Escola Superior de Veterinária, a que se refere o Decreto número 112, de 4 de abril de 1935, é integrada na Universidade de Minas Gerais, como unidade universitária, incluída na categoria constante do art. 3.º da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Parágrafo único. A Escola mencionada neste artigo passa a denominar-se Escola de Veterinária da Universidade de Minas Gerais.

Art. 2.º Independentemente de qualquer indenização, e mediante inventário e escritura pública, são incorporados ao patrimônio da Universidade de Minas Gerais todos os bens móveis, imóveis, apólices e direitos pertencentes ou utilizados pelo estabelecimento referido no artigo anterior.



Art. 3º É assegurado o aproveitamento dos professores catedráticos efetivos, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura — Universidade de Minas Gerais.

Parágrafo único. Os professores não aproveitados em caráter efetivo, na forma da legislação federal, poderão ser nomeados interinamente.

Art. 4º Obedecidos os preceitos da legislação em vigor, o quadro do pessoal administrativo da Universidade de Minas Gerais será integrado pelos servidores da Escola Superior de Veterinária, legalmente nomeados ou admitidos até o dia 1º de setembro de 1960.

Art. 5º Os catedráticos e servidores aproveitados no serviço público federal contarão o respectivo tempo de serviço, para os efeitos do art. 192, da Constituição Federal.

Art. 6º Para os efeitos dos arts. 3º e 4º, a Escola enviará ao Ministério da Educação e Cultura, por intermédio da Reitoria da Universidade de Minas Gerais, a relação de seus professores e servidores, especificando a forma de investidura, a natureza do serviço que desempenham, a data da admissão e da remuneração.

Parágrafo único. Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos de nomeação e de admissão decorrentes do aproveitamento previsto neste artigo, depois e a partir do último ato ou escritura de que trata o art. 2º.

Art. 7º Observado o disposto nos arts. 2º a 6º, no que fôr aplicável, é, também, incluída na categoria a que se refere o art. 3º da lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, a Faculdade de Direito de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso; e escolas idênticas a que se refere o nº 7 do art. 4º do Estatuto alterado pelo Decreto nº 41.465, de 7 de maio de 1957, passam nas mesmas condições, a integrar a composição da autarquia educacional prevista no artigo 15 da lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960.

Art. 8º São criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura 43 (quarenta e três) cargos de Professor Catedrático, sendo 20 (vinte) para a Escola de Veterinária da Universidade de Minas Gerais e 23 (vinte e três) para a Faculdade de Direito de Cuiabá.

Parágrafo único. Para execução de que determinam os arts. 1º e 7º desta lei, e 15 da de nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, são ainda criados 1 (um) cargo de Reitor, símbolo 2-C, 6 (seis) cargos de Diretor, símbolo 5-C, 7 (sete) funções gratificadas, símbolo 3-F, de Secretário, e 7 (sete) funções gratificadas, símbolo 22-F, de Chefe de Portaria.

Art. 9º Para cumprimento do disposto nesta lei é autorizada a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, dos créditos especiais de Cr\$ 42.360.000,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e sessenta mil cruzeiros), para a Escola Superior de Veterinária, pertencente à Universidade de Minas Gerais, sendo Cr\$ 32.360.000,00 (trinta e dois milhões, trezentos e sessenta mil cruzeiros) para pessoal, e Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para material, encargos, serviços e equipamentos; e de Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros), para a Faculdade de Direito de Cuiabá, sendo Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros) para pessoal e Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para material, encargos, serviços e equipamentos.

Art. 10. No prazo de 120 (cento e vinte) dias a Congregação da Escola Veterinária submeterá o projeto de seu regimento ao Conselho Universitário, regendo-se, até sua aprovação, pelo ora em vigor, no que não contrariar o Estatuto da Universidade.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Clovis Salgado

S. Paes de Almeida

LEI Nº 3.878 — DE 30 DE JANEIRO DE 1961

*Altera a redação do § 4º do art. 41 do Decreto-lei nº 1.344, de 13 de junho de 1939, que modificou a legislação sobre Bolsas de Valores.*

O Presidente da República;

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 4º do art. 41 do Decreto-lei nº 1.344, de 13 de junho de

1939, passa a ter a seguinte redação: "§ 4º A Assembleia Geral, mediante proposta da Câmara Sindical, fixará anualmente os valores que, nas Caixas Comuns de Garantia e Previdência das Bolsas Oficiais de Valores constituem o pecúlio dos Corretores (previdência) e o fundo de garantia, computando-se neste, obrigatoriamente, todas as quantias acumuladas atualmente à conta das Caixas, sob qualquer título."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de janeiro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE  
Allyrio Salles Coelho

LEI Nº 3.879 — DE 30 DE JANEIRO DE 1961

*Modifica a Lei nº 3.643, de 14 de outubro de 1959, suspendendo o vencimento de débitos dos cafeicultores e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica suspenso até 31 de outubro de 1964 o vencimento dos débitos a que se refere o art. 1º da Lei nº 3.643, de 14 de outubro de 1959.

§ 1º O disposto neste artigo não abrange a prestação vencida a 31 de outubro de 1959.

Art. 2º Os débitos resultantes da aplicação da presente Lei vencerão juros de 3% ao ano não capitalizáveis.

Art. 3º O penhor legal instituído em favor da União pelo art. 4º da Lei nº 3.643, de 14 de outubro de 1959, não atingirá as colheitas processadas durante os anos civis de 1960, 1961, 1962, 1963 que poderão ser livremente alienadas e apenadas, inclusive para garantia de financiamento de custeio agrícola proporcionados pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A.

Art. 4º O débito apurado em 31 de outubro de 1964 será liquidado em oito prestações anuais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 31 de outubro de 1964 e as seguintes

no mesmo dia e mês dos anos posteriores.

Art. 5º As alterações decorrentes da presente Lei serão inscritas nos instrumentos representativos dos respectivos débitos, mediante simples anotação feita pelo Banco do Brasil S.A. e isenta de imposto de selo.

Art. 6º E' o Poder Executivo autorizado a celebrar com o Banco do Brasil S.A. convênio para execução da presente Lei, independentemente, entretanto de formalização desse ato, a concessão imediata dos benefícios nela previstos.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, mantidas as disposições da Lei nº 3.643, de 14 de outubro de 1959, que não contrariem expressamente, e revogadas as demais disposições em contrário.

Brasília, em 30 de janeiro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE  
S. Paes de Almeida

LEI Nº 3.880 — DE 30 DE JANEIRO DE 1961

*Abre um crédito especial de Cr\$ .... 30.000.000,00 ao Ministério da Viação e Obras Públicas para obras do Túnel do Palatinato, em Petrópolis — Estado do Rio de Janeiro.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), para custear as obras do Túnel do Palatinato, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, a serem feitas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de janeiro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE  
Ernani do Amaral Peixoto  
S. Paes de Almeida

LEI Nº 3.831 — DE 30 DE JANEIRO  
DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para ocorrer às despesas com as comemorações do I Centenário de Fundação do Município de Russas.*  
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a Prefeitura Municipal de Russas, nas comemorações do 1º centenário de fundação desse município, no Estado do Ceará, transcorrido a 6 de agosto de 1959.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de janeiro de 1961;  
140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK  
Clóvis Salgado  
S. Paes de Almeida.

LEI Nº 3.832 — DE 30 DE JANEIRO  
DE 1961

*Concede a Aurora Braga da Silva pensão especial de Cr\$ 3.000,00*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida pensão especial mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) a Aurora Braga da Silva, viúva de Godofredo Bastos da Silva, ex-agente de terceira classe da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 2º A pensão correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da

Fazenda destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de janeiro de 1961;  
140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK  
S. Paes de Almeida.

LEI Nº 3.833 — DE 30 DE JANEIRO  
DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional do Pará — os créditos especiais de Cr\$ 79.112,50 e Cr\$ 368.205,00 para ocorrer às despesas com o pagamento de diferença de gratificação adicional devido a funcionários da Secretaria do mesmo Tribunal no período compreendido entre 16 de outubro a 31 de dezembro de 1958 e o exercício de 1959.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Eleitoral do Pará, os créditos especiais de Cr\$ 79.112,50 e Cr\$ 368.205,00 para ocorrer às despesas com o pagamento de diferença de gratificação adicional devido a funcionários da Secretaria do mesmo Tribunal no período compreendido entre 16 de outubro a 31 de dezembro de 1958 e o exercício de 1959.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de janeiro de 1961;  
140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK  
Armando Ribeiro Falcão  
S. Paes de Almeida.

LEI Nº 3.884 — DE 30 DE JANEIRO  
DE 1961

*Cria uma Coletoria Federal no município de Vicência, Estado de Pernambuco e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada uma Coletoria Federal no município de Vicência, Estado de Pernambuco.

Art. 2º O Ministério da Fazenda proverá a referida Coletoria Federal com o pessoal indispensável à execução de seus trabalhos.

Art. 3º Para atender às despesas de custeio e investimentos, decorrentes da execução desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 333.000,00 (tre-

zentos e trinta e tres mil cruzeiros) assim discriminado:

Custeio:

	Cr\$
Material de Consumo e de transformação .....	10.000,00
Material Permanente ....	180.000,00
Serviços de Terceiros ....	70.000,00
Encargos Diversos .....	3.000,00

Investimentos:

Equipamentos e instalações .....	70.000,00
----------------------------------	-----------

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de janeiro de 1961;  
140º da Independência e 73º da República.

OSCELENO KUBITSCHER

S. Paes de Almeida.

LEI Nº 3.885 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1961

*Cria, no Ministério da Marinha, os Quadros Complementares dos Corpos da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes da Marinha.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do Art. 70, § 3º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º São criados, no Ministério da Marinha, os seguintes quadros, destinados exclusivamente ao aproveitamento, dentro de suas especialidades, dos oficiais formados pelo Centro de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha, que o desejarem e tenham sido convocados para o serviço ativo da Marinha nos termos do aviso ministerial n.º 1.206, de 19 de abril de 1956:

I — Quadro Complementar do Corpo da Armada;

II — Quadro Complementar do Corpo de Fuzileiros Navais;

III — Quadro Complementar do Corpo de Intendentes da Marinha.

Art. 2º Os oficiais incluídos nos quadros complementares irão do posto de segundo tenente ao de capitão-tenente, e, à medida que forem sendo promovidos aos postos imediatos, transcorridos os respectivos interstícios, serão automaticamente extintos os postos anteriores.

Parágrafo único. Os quadros complementares deixarão de existir logo após todos os oficiais neles incluídos terem passado à reserva remunerada.

Art. 3º Os oficiais dos quadros complementares exercerão funções, excetuando-se as de comando, semelhantes às dos oficiais dos quadros de carreira, mas exclusivamente especializadas, com direito aos mesmos cursos de especialização ou qualificação daqueles.

Art. 4º Os oficiais dos quadros complementares sujeitam-se às mesmas exigências de reatualização no serviço geral da Marinha feitas para os oficiais da reserva não incorporada procedentes dos centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha.

Art. 5º Os oficiais dos quadros complementares firmarão compromisso, ao ensejo da promoção, de neles continuarem a servir à Marinha durante o interstício para o posto imediatamente superior, previsto no § 1º deste artigo.

§ 1.º Os oficiais dos quadros complementares serão promovidos após completarem os seguintes interstícios:

I — segundo tenente .....	5 anos;
II — primeiro tenente .....	6 anos;
III — capitão-tenente .....	10 anos;

§ 2.º Findos esses prazos, os oficiais dos quadros complementares aguardarão a transferência para a reserva remunerada, na mesma base dos de carreira.

Art. 6.º A promoção dos oficiais dos quadros complementares será feita mediante:

I — requerimento ao Ministro da Marinha, no qual o candidato, ao completar o interstício do seu posto, declarará a sua disposição de comprometer-se a servir durante o período correspondente ao posto imediato;

II — inspeção de saúde;

III — proposta do Conselho de Promoções da Marinha, tendo em vista:

a) o parecer dos diretores dos órgãos em que o candidato tenha servido no posto atual;

b) o resultado de um exame de suficiência, no caso de promoção a primeiro tenente e a capitão-tenente.

Art. 7.º É facultada aos oficiais dos quadros complementares a matrícula nos cursos regulares de formação dos oficiais da ativa da Marinha, a cujos regulamentos ficarão sujeitos.

Art. 8.º Os oficiais dos quadros complementares terão as mesmas honras, prerrogativas, vencimentos e vantagens previstos em leis e regulamentos para os oficiais de carreira, da ativa, mas usarão os uniformes atribuídos ao Quadro de Oficiais da Reserva da Marinha.

Art. 9.º Serão desincorporados dos quadros complementares e reconduzidos à reserva, com o posto que tiverem, os oficiais:

I — que não tenham sido promovidos na forma do art. 6.º;

II — que, por qualquer motivo, passarem dois anos ausentes do serviço ativo.

Art. 10. A antiguidade no mesmo posto, com relação aos demais corpos e quadros da Marinha, será contada a partir da data da promoção.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo dentro dos 90 (noventa) dias subsequentes.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 2 de fevereiro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Sylvio Heck

LEI Nº 3.886 — DE 8 DE FEVEREIRO  
DE 1961

*Destaca, dos recursos de que trata o artigo 15, primeira alínea, da Lei nº 2.976, de 28 de novembro de 1.956, o mínimo de dez milhões de cruzeiros anuais, para obras, equipamentos e custeio de atividades, em partes iguais, dos Institutos de Patologia e de Pesquisas Bioquímicas, da Faculdade de Medicina de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da República,

Faço saber, que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Serão destacados, dos recursos de que trata a Lei nº 2.976, de 2 de novembro de 1.956, artigo 15, primeira alínea, no mínimo ..... Cr\$ 10.000.000,00, (dez milhões de cruzeiros) anuais para obras, equipamentos e custeio de atividades, em partes iguais, dos Institutos de Patologia e de Pesquisas Bioquímicas, da Faculdade de Medicina de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Art. 2º — A contribuição prevista no artigo 1º será classificada na unidade orçamentária relativa à Universidade do Rio Grande do Sul, com movimentação de exclusivá competência da Divisão de Orçamento do Mi-

ministério da Educação e Cultura, sob o regime da Lei nº 3.614, de 12 de agosto de 1.959.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 3 de fevereiro de 1961; 140ª da Independência e 73ª da República.

JÂNIO QUADROS

*Oscar Pedrosa Horta*

*Clemente Mariani*

*Clóvis Pestana*

*Romero Cabral da Costa*

*Brigido Fernandes Tinoco*

*Edward Cattete Pinheiro*

LEI Nº 3.887 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1961

*Aprova Termo de Acôrdo firmado entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, sobre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica aprovado o “Termo de Acôrdo sobre condições de reversão à União Federal da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e da liquidação dos direitos e obrigações resultantes do contrato de arrendamento de 17 de

agosto de 1959 e seu aditivo...”, firmado em 22 de maio de 1959 entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, em face da rescisão do referido contrato por parte daquele Estado, por ato de 16 de setembro de 1957, usando da opção que lhe assegurava o art. 12 da Lei nº 2.217, de 5 de junho de 1954.

Parágrafo único — São extensivos aos servidores públicos ferroviários do Rio Grande do Sul todos os direitos e vantagens assegurados aos demais ferroviários brasileiros incorporados à Rede Ferroviária S. A., inclusive os novos níveis salariais e abono-família fixados na Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960, desde que superiores aos vigentes na Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Art. 2º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial até o limite de ..... Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), para atender às despesas resultantes desta lei, no presente exercício.

Parágrafo único — O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 8 de fevereiro de 1961; 140ª da Independência e 73ª da República.

JÂNIO QUADROS

*Clóvis Pestana*

LEI Nº 3.888 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1961

*Concede isenção de direitos de importação e taxas, inclusive a de Previdência Social para material hospitalar a ser importado pela Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção de direitos de importação e taxas, inclusive a de previdência social, para o material hospitalar, constante da relação anexa a ser importado pela Liga Baiana Contra a Mortalidade Infantil, destinado ao seu hospital em construção na cidade do Salvador, Estado da Bahia.

RELAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 1º DESTA LEI

*Nutrição e Dietética*

Fogões a óleo, fogões elétricos, caldeirões a vapor, caldeirões elétricos, pias inoxidáveis ou esmaltadas, forno elétrico, refrigeradores, máquina de

lavar roupa máquina de lavar copos, torradores elétricos, forno e batadeira para pão, leiteira, cortadores elétricos para carne, cortadores elétricos para vegetais, misturadores de alimento, máquinas batadeiras de cremes, espremedores, descascador moimho para café, cafeteira completa, fogareiros elétricos, painéis, tachos de cobre, frigideiras, formas para bolos, facas de cozinha, conchas, escumadeiras, facas para carne, coadores, descascadores, mesas próprias para vegetais, carne e peixe; mesas e cadeiras para refeitório; copos, talheres, xícaras, pratos, bandejas.

#### *Entermagem*

Instrumental cirúrgico, carros de curativos, bandejas para cateter, estetoscópios, bandejas de aço inoxidável, aparadeiras, cubas, tambores para esterilização, mesas de exame, balanças, irrigadores, jarros para curativos, lâmpada Castle, lâmpadas para exame, fogões elétricos de 1 bôca, termômetros, luvas de borracha, catgut, esponjas de gaze impermeável para cama, fios de sutura, seringas, agulhas hipodérmicas, máquina para fabricação de gelo.

#### *Cirurgia*

Mesas de operação, lâmpadas, acolchoados e demais pertences, Instrumental cirúrgico, aparelhos de anestesia com todos os acessórios, tendas elétricas, tendas comuns, máscaras, aplicadores nasais, nebulizadores, peças para rosto oro-nasais, máscaras de éter, ductos aéreos, tenda especial para criança, incubadora, aspiradores ressuscitadores, gases, ataduras, aparelhos para esterilização (instalação) de instrumentos e seus pertences.

#### *Raios X (Radiodiagnósticos e Radioterapia)*

Aparêlho de radioterapia profunda, 220 Volts, 50 ciclos, completo, com mesa, gerador, tubo e demais acessórios; aparelho de raios X para diagnóstico 500 ma., com seriógrafo; aparelho para angiocardiografia com mesa, gerador e todos os acessórios; aparelho para cópias de radiografias em microfílm; material para câmara escura (cubos — produtos químicos); ecrans; chassis 30x40 com ecrans reforçadores; chassis 24x30 com ecrans reforçadores; chassis 13x18 com ecrans reforçadores; aparelho de raios X portátil para radiografias no leito do paciente; secador de filme negatoscópios; filmes (tamanhos diversos); aventais.

#### *Fisioterapia (Eletroterapia, Hidroterapia, Terapêutica pela ocupação)*

Geradores de corrente contínuas (galvânica, farádica e sinuzoidal) com todos os acessórios; aparelho de terapêutica hidrogalvânica, completo, tipo quatro células, eletrodos e acessórios completos para terapêutica hidro-galvânica, inclusive para banho geral; aparelhos de electromiografia clínica com todos os pertences; aparelhos de raios infravermelho — bulbos de calor luminoso e radiante, aparelhos de banhos de luz; gabinete elétrico; lâmpadas de ultra-violeta (queimador de mercúrio vapor) de gabinete e portátil; lâmpadas ultra-violeta tipo Kromayer para uso local; aparelhos de diatermia de ondas curtas; aparelhos de ondas longas para coagulação e dessecação; aparelho de diatermia Radar, aparelhos compressores de nebulização; aparelhos vaso-constrictor, rítmico Bota; mesas relaxadoras; aparelhos de ultrasom, aparelhos de banhos de turbilhão; aparelhos para banho de vapor; aparelho para preparação de compressa quente, material para terapêutica educacional (brinquedos, máquinas, aparelhos de ginástica, utensílios diversos e mecanoterapia); cadeiras de rodas, trilhos para teto e divisões com cortina; cortinas de matéria plástica indepassáveis, muletas.

#### *Clínica Pediátrica (Aparelhos em geral)*

Mesa de exame, armários para instrumental, estetoscópios, termômetros, oftalmoscópios, enofológrafo e pertences, electrocardiógrafo e pertences, tensiômetros, abaixa-língua.

#### *Oftalmologia*

Caixa de lentes, armação de prova, escalas de acuidade visual (própria para criança), oftalmômetro, oftalmoscópios (binocular e manual); lâmpada de fenda, tensômetro, tonômetro, caixa de prismas, perimetro-campímetro, dois

testes retinoscópios, cadeira própria para curativos oculares, mesas próprias para instrumental oftalmológico, lâmpada para cirurgia ocular, instrumental para cirurgia ocular, cadeiras, armários, bancos, mesas.

#### *Otorrinolaringologia*

Cadeiras para exame. instrumental cirúrgico, lâmpadas com pé, material para endoscopia peroral, aparelhos de aspiração.

#### *Material de escritório e expediente*

Máquinas elétricas;  
Máquinas de 13 tipo elite;  
Máquina de 13 tipo comum;  
Máquina de 20;  
Máquinas de 27;  
Mimeógrafo;  
Lâmpada para mesa;  
Armário de aço com porta de abrir;  
Armário de aço;  
Cadeiras simples;  
Cadeiras de braço;  
Cadeira giratória;  
Escrivaninhas;  
Mesas para máquina;  
Estantes, mesas, cabides;  
Sofás;  
Poltronas;  
Geladeiras;  
Bebedouros;

#### *Fotografia*

Máquina fotográfica 6x9 cm; fole duplo e pertences;  
Tanque de revelação para filme;  
Tanque para 35 aprestável até filme 120;  
Relógio para câmara escura;  
Máquina para dispositivo;  
Chassis para fotografia;  
Impressores;  
Filmes;  
Papel para impressão;  
Material e drogas para fotografias;

#### *Anatomia patológica*

Mesa de autópsia;  
Instrumental para autópsia;  
Balões, cubas, frascos para peças, bandejas.

#### *Lavanderia*

Máquinas de passar de 4 relos, máquinas de passar pequenas, secadores, centrifugadores, máquinas para lavar, carros para lavanderia, tanques.



### *Oficinas*

Gás neon, cilindros de oxigênio; fusíveis, lâmpadas fluorescentes, fita isolante, ferramentas para jardim, máquina de cortar grama, carrinho de mão, tesoura de podar, ancinhos, pulverizadores; ferramentas para carpinteiro, serrotes, lixas, limas, trados, plainas, martelos, ferramentas para eletricitista, alicate, luvas de borracha, brocas elétricas, lanternas, prensas, brocas, lâminas, esmeris, chaves rígidas, tarraxas, material para limpeza de vidros, paredes de óleo, limpeza de azulejos, serras para poda, pistola para pintura, aspirador para pintura, tesouras para roupa, enceradeiras elétricas.

### *Laboratório*

Vidraria em geral, cálices graduados, vidraria Pyrex, funis para filtração a vácuo, tubos, funis, pipetas, lâminas, lamínulas, cilindros, dessecadores, tubos de borracha, papel de filtro, rolos de borracha e cortiça, estufas, autoclaves, fornos de incineração, colorímetros elétricos, material para soro reação, corantes e substâncias químicas reativos, aparelhos para dosagens químicas e reações sorológicas, aparelhos para microbiologia e anatomia patológica, material para inoculação e vivissecação, microscópios e pertences, relógios de tempo.

### *Diversos*

Extintores de incêndio e acessórios, elevadores e monta-carga, incineradores de lixo, chapas de aço inoxidável, material para banco de sangue, aparelhos de ar condicionado, duas ambulâncias.

“Art. 2º É, igualmente, concedida isenção de direitos de importação e taxas, inclusive a de previdência social, para o material constante da relação anexa a ser importado pela Liga Baiana Contra o Câncer da Cidade do Salvador, Estado da Bahia.

#### *Relação a que se refere o art. 2º desta lei:*

a) Raios X (Radiodiagnóstico e Radioterapia), Aparelho de Radiodiagnóstico, Aparelho de Radioterapia, Bomba de Cobalto, Radium elemento em agulhas e tubos;

b) Laboratório de anatomia patológica, incluindo micrótomo, microscópios, auto técnico, estufas e material para microfotografias;

c) Material de alta cirurgia: instrumental cirúrgico, mesa operatória, lâmpadas, aparelhos de anestesia;

d) Material de laboratório de análise clínica: caloscópio, microscópio eletrônico, corrente para citológico;

e) Material de divulgação e ensino compreendendo “slides”, filmes, livros e revistas especializadas sobre o câncer.

Art. 3º A isenção concedida nesta lei abrange apenas o material hospitalar que não tenha similar na indústria nacional.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de fevereiro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JANIO QUADROS

Clemente Mariani

Edwara Cattete Pinheiro

LEI Nº 3.889, DE 16 DE FEVEREIRO  
DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 86.286.924,00, para atender às despesas de qualquer natureza com a transferência do pessoal daquele Tribunal para Brasília.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 86.286.924,00 (oitenta e seis milhões, duzentos e oitenta e seis mil, novecentos e vinte

e quatro cruzeiros), para atender às despesas de qualquer natureza com a sua transferência e remoção do respectivo pessoal para Brasília.

Art. 2º O crédito a que se refere esta Lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, dispensadas as exigências do art. 93, do Código de Contabilidade da União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de fevereiro de 1961, 140º da Independência e 73º da República.

JANIO QUADROS.

*Oscar Pedrosa Horta.*

*Clemente Mariani.*

## EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos volumes I e II, de 1961 desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos.

## EMENTÁRIO

### A

#### **"A UNIVERSAL" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social, da "A Universal" Companhia Nacional de Seguros Gerais.*

Decreto nº 50.102, de 26 de janeiro de 1961.

#### **ACÔRDO GERAL DE TARIFA E COMÉRCIO**

*Dá nova redação ao art. 1º e seus parágrafos do Decreto nº 35.482, de 7 de maio de 1954.*

Decreto nº 50.217, de 28 de janeiro de 1961.

#### **ACORDOS**

*Aprova Termo de Acôrdão firmado entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, sobre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União.*

Lei nº 3.887, de 8 de fevereiro de 1961.

— *Promulga o Acôrdão sobre Prestação de Serviço Militar, concluído entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, em 5 de abril de 1955.*

Decreto nº 50.144, de 27 de janeiro de 1961.

#### **ACUMULAÇÃO DE CARGOS**

*Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 38.965, de 3 de abril de 1956.*

Decreto nº 49.950, de 16 de janeiro de 1961.

### **ADITIVOS QUÍMICOS**

*Dispõe sobre as Normas Reguladoras do emprego de aditivos químicos a alimentos.*

Decreto nº 50.040, de 24 de janeiro de 1961.

### **AERONÁUTICA**

*Assegura estabilidade no serviço militar aos tarfeiros das Forças Armadas, e dá outras providências.*

Lei nº 3.865-A, de 24 de janeiro de 1961.

— *Cria o Regimento de Infantaria Aeroterrestre, com sede em Deodoro — Rio de Janeiro (Estado da Guanabara), subordinado ao Núcleo da Divisão Aeroterrestre.*

Decreto nº 49.863, de 11 de janeiro de 1961.

— *Acrescenta ao art. 2º do Decreto nº 31.401, de 8 de setembro de 1952, o Quadro de Oficiais-Intendentes.*

Decreto nº 50.218, de 28 de janeiro de 1961.

— *Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas, para o ano de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.274, de 17 de fevereiro de 1961.

— *Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos Complementos à razão comum, para a Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.277, de 17 de fevereiro de 1961.

**AERONÁUTICA**

*Altera o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar.*

Decreto nº 50.335, de 13 de março de 1961.

**ÁGUA MINERAL**

*Autoriza Lindoiano Hotel Fontes Radioativas Ltda. a lavar água mineral no município de Aguas de Lindóia, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.661, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Barbosa a pesquisar água mineral no município de Londrina, Estado do Paraná.*

Decreto nº 49.675, de 31 de dezembro de 1960.

— *Anula os Decretos números 10.583, de 7 de outubro de 1943, e 22.504, de 22 de janeiro de 1947.*

Decreto nº 49.803, de 31 de dezembro de 1960.

— *Renova o Decreto nº 44.538, de 24 de setembro de 1958.*

Decreto nº 49.905, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Galvão a pesquisar água mineral, no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.927, de 13 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rosendo Serapião de Souza Filho a pesquisar água mineral, no município da Serra, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 49.937, de 13 de janeiro de 1961.

— *Autoriza Agricobraz — Sociedade de Expansão Agrícola e Comercial Limitada a lavar água mineral no município de Campos do Jordão, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.001, de 24 de janeiro de 1961.

**ÁGUA MINERAL**

*Autoriza Águas Minerais Santa Clara S. A., a lavar água mineral no município de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 50.045, de 24 de janeiro de 1961.

**ÁGUA POTÁVEL DE MESA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Lourenço Trevisan a lavar água potável de mesa no município de Analândia, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.008, de 24 de janeiro de 1961.

**ALGODÃO**

*Assegura ao algodão da zona meridional do País da safra de 1960-61, a garantia de preços mínimos.*

(Publicado no Diário Oficial de 24-11-60 e retificado no dia 5-12-60 — Parte I).

Decreto nº 49.189-A, de 8 de novembro de 1960.

**ALLIANCE ASSURANCE COMPANY LIMITED**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital de responsabilidade da Alliance Assurance Company Limited.*

Decreto nº 49.719, de 31 de dezembro de 1960.

**ALUMEN**

*Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Antônio Fernandes a pesquisar cianita e alumen, no município de Minas Novas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.936, de 13 de janeiro de 1961.

**ANUIDADES ESCOLARES**

— *Ver: Ensino.*

**ARDÓSIA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Vitale a pesquisar ardósia no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.995, de 24 de janeiro de 1961.

# AREIAS ILMENÍTICAS

*Renova o Decreto nº 44.121, de 24 de julho de 1958.*

Decreto nº 49.645, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo de Oliveira Barros a pesquisar areias ilmeníticas no município de Barreirinhas, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.646, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Casemiro Ramos Neiva a pesquisar areias ilmeníticas, no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.668, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Almir Leal a pesquisar areias ilmeníticas no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.672, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco das Chagas Veras Neves a pesquisar areias ilmeníticas no município de Barreirinhas, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.698, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Almir Leal a pesquisar areias ilmeníticas no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.754, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a cidadã brasileira Lúcia de Mendonça Clark a pesquisar areias ilmeníticas no município de Araíoses, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.779, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Bruce de Mendonça Clark a pesquisar areias ilmeníticas no município de Araíoses, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.781, de 31 de dezembro de 1960.

# AREIAS ILMENÍTICAS

*Autoriza o cidadão brasileiro José Casemiro Ramos Neiva a pesquisar areias ilmeníticas no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.788, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio João Bastos Ribeiro a pesquisar areias ilmeníticas no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.798, de 31 de dezembro de 1960.

— *Renova o Decreto nº 43.964, de 4 de julho de 1958.*

Decreto nº 49.824, de 5 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 43.977, de 4 de julho de 1958.*

Decreto nº 49.825, de 5 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.088, de 24 de julho de 1958.*

Decreto nº 49.826, de 5 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.119, de 24 julho de 1958.*

Decreto nº 49.827, de 5 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.150, de 25 de julho de 1958.*

Decreto nº 49.828, de 5 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.154, de 25 de julho de 1958.*

Decreto nº 49.829, de 5 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.156, de 25 de julho de 1958.*

Decreto nº 49.830, de 5 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Almir Leal a pesquisar areias ilmeníticas no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.888, de 12 de janeiro de 1961.

**AREIAS ILMENÍTICAS**

— *Renova o Decreto nº 44.011, de 8 de julho de 1958.*

Decreto nº 49.890, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Portela de Sampaio a pesquisar areias ilmeníticas, no município de Primeira Cruz, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.896, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Assis Santos a pesquisar areias ilmeníticas, no município de Barreirinhas, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.899, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Almir Leal a pesquisar areias ilmeníticas, no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.930, de 13 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Franciscos de Assis Santos a pesquisar areias ilmeníticas, no município de Barreirinhas, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.932, de 13 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo de Oliveira Barros a pesquisar areias ilmeníticas no município de Barreirinhas, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.930, de 13 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo de Oliveira Barros a pesquisar areias ilmeníticas no município de Barreirinhas, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.939, de 13 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio João Bastos Ribeiro a pesquisar areias ilmeníticas, no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.999, de 24 de janeiro de 1961.

**AREIAS ILMENÍTICAS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio da Silva Barradas a pesquisar areias ilmeníticas, no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 50.000, de 24 de janeiro de 1961.

**AREIA QUARTZOSA**

*Renova o Decreto nº 43.753, de 21 de maio de 1958.*

Decreto nº 48.821, de 5 de janeiro de 1961.

— *Autoriza São João del Rei Indústria de Minérios Ltda., a lavar areia quartzosa no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.822, de 5 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Di Monaco Filho a pesquisar areia quartzosa no município de Peruipe, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.955, de 17 de janeiro de 1961.

**ARGILA**

*Autoriza Mineração Ouro Branco Limitada a pesquisar caulim e argila no município de Cotia, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.777, de 31 de dezembro de 1960.

— *Altera o art. 1º do Decreto número 47.193, de 6 de novembro de 1959.*

Decreto nº 49.904, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza Cerâmica Rio Grande Limitada a pesquisar argila no município de Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.020, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Alves da Cunha a pesquisar argila no município de Taubaté, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.181, de 28 de janeiro de 1961.

## ARGILA REFRAATÁRIA

*Autoriza o cidadão brasileiro Oscar Chiarelli a pesquisar argila refratária no município de Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.634, de 30 de dezembro de 1960.

— *Altera o art. 1º do Decreto número 41.317, de 10 de abril de 1957.*

Decreto nº 49.663, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a Empresa de Mineração A. P. Green do Brasil S. A. a pesquisar argila refratária, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.010, de 24 de janeiro de 1961.

## ARGILAS ESPECIAIS "AVESA" LIMITADA

*Concede à Argilas Especiais "Avesa" Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 49.926, de 13 de janeiro de 1961.

## ARMADA

*Eleva o limite do valor estabelecido pelo Decreto nº 23.669, de 11 de setembro de 1947.*

Decreto nº 49.866, de 11 de janeiro de 1961.

— *Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto nº 49.870, de 11 de janeiro de 1961.

— *Altera a redação dos arts. 1º e 2º do Decreto nº 48.283, de 13 de junho de 1960.*

Decreto nº 49.918, de 12 de janeiro de 1961.

## ASSOCIAÇÕES

*Declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Catanduva, com sede em Catanduva, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.886, de 19 de janeiro de 1961.

## ATALAIA COMPANHIA DE SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Atalaia Companhia de Seguros.*

Decreto nº 499, de 24 de janeiro de 1961.

## AUTARQUIAS

*Dispõe sobre os depósitos bancários dos Institutos de Previdência e outras autarquias federais, comissões, departamentos, entidades em regime especial de administração, sociedades de economia mista com preponderância de capital do Governo, pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por adiantamentos, etc. e dá outras providências.*

Decreto nº 50.268, de 8 de fevereiro de 1961.

— *Dispõe sobre o horário de trabalho dos servidores do Serviço Civil do Poder Executivo e das Autarquias e dá outras providências.*

Decreto nº 50.273, de 16 de fevereiro de 1961.

— *Determina a exoneração ou dispensa de servidores do Serviço Civil do Poder Executivo e das Autarquias Federais, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.284, de 21 de fevereiro de 1961.

— *Estende às Autarquias dispositivo do Decreto nº 50.273, de 16 de fevereiro de 1961.*

Decreto nº 50.286, de 21 de fevereiro de 1961.

— *Dispõe sobre o pessoal temporário e de obras de que trata o Capítulo VI da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.314, de 4 de março de 1961.

— *Dispõe sobre a jornada de trabalho para servidores de repartições situadas em cidades que especifica.*

Decreto nº 50.346, de 16 de março de 1961.



**AUTARQUIAS**

*Dispõe sobre registro de ponto e frequência dos servidores do Serviço Civil do Poder Executivo e das Autarquias, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.350, de 17 de março de 1961.

— *Torna sem efeito os atos de movimentação do pessoal que especifica.*

Decreto nº 50.396, de 29 de março de 1961.

**AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES**

*Modifica dispositivos da Lei número 2.636, de 19 de dezembro de 1955, que prorroga, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o regime de subvenção às empresas de transportes aéreos estabelecido pela Lei nº 1.181, de 17 de agosto de 1950.*

Lei nº 3.863-A, de 24 de janeiro de 1961.

— *Concede auxílio às Prefeituras de Guimarães e de Arari, no Estado do Maranhão.*

Lei nº 3.871, de 30 de janeiro de 1961.

— *Concede ao Museu de Arte de São Paulo, durante cinco anos, a subvenção anual de Cr\$ 25.000.000,00.*

Lei nº 3.876, de 30 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de ..... Cr\$ 3.000.000,00, para ocorrer às despesas com as comemorações do I Centenário de Fundação do Município de Russas.*

Lei nº 3.881, de 30 de janeiro de 1961.

— *Abre ao Ministério da Saúde o crédito de Cr\$ 5.500.000,00, destinado ao pagamento da dívida contraída pela Liga Baiana Contra o Câncer, em Salvador — Estado da Bahia.*

Decreto nº 49.637, de 30 de dezembro de 1960.

**AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES**

*Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de .... Cr\$ 200.000,00, para auxiliar o Rotary Clube de Taubaté, nas comemorações da Sexta Semana Nacional Monteiro Lobato.*

Decreto nº 49.834, de 5 de janeiro de 1961.

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para atender aos flagelados da enchente em Candelária — Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 49.854, de 10 de janeiro de 1961.

— *Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de ..... Cr\$ 20.000.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto nº 50.070, de 25 de janeiro de 1961.

**B****BANCO ECONÔMICO DE CRÉDITO  
SOCIEDADE COOPERATIVA DE  
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

*Concede autorização ao Banco Econômico de Crédito Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com sede no Estado da Guanabara, para modificar seu estatuto social.*

Decreto nº 49.919, de 13 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o "Banco de Crédito da Capital Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada" a modificar seu estatuto social.*

Decreto nº 49.921, de 13 de janeiro de 1961.

**BANCO DO BRASIL S. A.**

*Dispõe sobre empréstimos pelo Banco do Brasil aos Estados e Municípios.*

Decreto nº 50.381, de 27 de março de 1961.

**BANCO MILITAR BRASILEIRO  
SOCIEDADE COOPERATIVA DE  
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

*Concede autorização ao Banco Militar Brasileiro Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com sede em Porto Alegre, para modificar seu estatuto social.*

Decreto nº 49.975, de 23 de janeiro de 1961.

**BANCO NACIONAL DE CRÉDITO  
COOPERATIVO**

*Revoga o Decreto nº 48.249-A, de 30 de maio de 1960.*

Decreto nº 50.287, de 21 de fevereiro de 1961.

**BANCO NACIONAL DO DESENVOL-  
VIMENTO ECONÔMICO**

*Autoriza a empresa Termoeletrica de Charqueadas S. A. a realizar empréstimo no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.*

Decreto nº 49.985, de 23 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a tomar ações da Espirito Santo Centrais Elétricas S. A. — ESCELSA — à conta do Fundo Federal de Eletrificação.*

Decreto nº 50.104, de 26 de janeiro de 1961.

**BAUXITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Moreira Curimbaba a lavar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.789, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Moreira Curimbaba, a lavar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.887, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a S. A. Mineração da Trindade a lavar bauxita no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.897, de 12 de janeiro de 1961.

**BAUXITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Duarte a pesquisar bauxita e minérios de ferro e manganês no município de Rio Acima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.946, de 13 de janeiro de 1961.

**BERILO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Luiz Magalhães a pesquisar berilo e pedras coradas no município de Virgem da Lapa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.753, de 31 de dezembro de 1960.

**BETHSTEEL DO BRASIL S. A.**

*Revoga o decreto que concedeu à Bethsteel do Brasil S. A. autorização para funcionar na República.*

Decreto nº 49.703, de 31 de dezembro de 1960.

**BÔLSAS DE VALORES**

*Altera a redação do § 4º do art. 41, do Decreto-lei nº 1.344, de 13 de junho de 1939, que modificou a legislação sobre Bôlsas de Valores.*

Lei nº 3.878, de 30 de janeiro de 1961.

**BORBOREMA — COMPANHIA DE  
SEGUROS GERAIS**

*Aprova alteração introduzida nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Borborema — Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto nº 49.630, de 30 de dezembro de 1960.

**BRASÍLIA**

*Institui o Corpo de Policiamento Especial Feminino em Brasília.*

Decreto nº 50.336, de 13 de março de 1961.

**C**

**CABOTAGEM**

*Autoriza a Comissão de Marinha Mercante a afretar, para o fim que especifica, embarcações de bandeira estrangeira.*

Decreto nº 50.256, de 28 de janeiro de 1961.

**CAFEICULTORES**

*Modifica a Lei nº 3.643, de 14 de outubro de 1959, suspendendo o vencimento de débitos dos cafeicultores, e dá outras providências.*

Lei nº 3.879, de 30 de janeiro de 1961.

**CAIXA DE CRÉDITO DA PESCA**

*Torna sem efeito o Decreto nº 49.412, de 2 de dezembro de 1960.*

**CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS**

*Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de Brasília.*

Decreto nº 49.495, de 10 de dezembro de 1960.

*Dispõe sobre as operações de crédito nas Caixas Econômicas Federais, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.316, de 6 de março de 1961.

— *Dá nova redação aos arts. 4º e 6º e parágrafo único do art. 14, do Decreto nº 50.316, de 6 de março de 1961.*

Decreto nº 50.349, de 16 de março de 1961.

**CALCÁRIO**

*Autoriza a Companhia de Cimento Portland Paraíso a pesquisar calcário no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 49.625, de 30 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Mendes Marques a pesquisar calcário no município de Itaverá, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.653, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a lavar calcário no distrito e município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 49.749, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a lavar calcário no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 49.750, de 31 de dezembro de 1960.

**CALCÁRIO**

*Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a lavar calcário no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 49.751, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Maringá a pesquisar calcário no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.752, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o Governo do Estado de Sergipe, a lavar calcário, no município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 49.782, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza Porcelana e Steativa S. A., a pesquisar talco e calcário no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto nº 49.794, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Maringá a pesquisar minério de ferro, calcário e quartzito, no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.799, de 31 de dezembro de 1960.

— *Renova o Decreto nº 43.233, de 22 de fevereiro de 1958.*

Decreto nº 49.819, de 5 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 43.998, de 8 de julho de 1958.*

Decreto nº 49.823, de 5 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria Cecília de Macedo Sodrés Rittscher a pesquisar calcário e mármore no município de Iporanga, Estado de São Paulo.*

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria Cecília de Macedo Soares Rittscher a pesquisar calcário e mármore no município de Iporanga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.894, de 12 de janeiro de 1961.

## CALCÁRIO

*Autoriza a cidadã brasileira Maria Cecília de Macedo Soares Rittscher a pesquisar calcário e mármore no município de Iporanga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.895, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a Companhia Nacional de Cimento Portland a pesquisar calcário no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 49.898, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria Cecília de Macedo Soares Rittscher a pesquisar calcário e mármore, no município de Iporanga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.929, de 13 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Paraíso a pesquisar calcário, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 49.994, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Roberto Moyses de Castro a pesquisar calcário no município de Jacobina, Estado da Bahia.*

Decreto nº 50.032, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland de Sergipe a lavar calcário nos municípios de Laranjeiras e Cotinguiba, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 50.043, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Demosthenes Barbo de Siqueira a lavar calcário no município de Planaltina, Estado de Goiás.*

Decreto nº 50.131, de 26 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.547, de 25 de setembro de 1958.*

Decreto nº 50.180, de 23 de janeiro de 1961.

## CÂMBIO

*Regula a aplicação dos preços resultantes da Instrução nº 204, de 13 de março de 1961, da Superintendência da Moeda e do Crédito, incidentes sobre os estoques do petróleo e derivados, e bem assim as quantidades em trânsito anteriormente adquiridas e dá outras providências.*

Decreto nº 50.354, de 17 de março de 1961.

## CAPITANIAS DOS PORTOS

Ver: Ministério da Marinha.

## CARAVANA BRASILEIRA

*Extingue a Caravana Brasileira e dá outras providências.*

Decreto nº 50.303 — de 28 de fevereiro de 1961.

## CARLOS COIMBRA DA LUZ

*Decreta luto oficial pelo falecimento do ex-Presidente da República, Deputado Carlos Coimbra da Luz, e dispõe sobre homenagens e os seus funerais.*

Decreto nº 50.269, de 9 de fevereiro de 1961.

## CARLOS HOEPCKE S. A. — COMÉRCIO E INDÚSTRIA

*Concede à Empresa Nacional de Navegação Hoepcke S. A. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem e revoga o decreto que concedeu à empresa Carlos Hoepcke S. A. — Comércio e Indústria autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 49.721, de 31 de dezembro de 1960.

## CARNALITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio José de Souza a lavar salgema e carnalita, no município de Luis Correia, Estado do Piauí.*

Decreto nº 49.992, de 24 de janeiro de 1961.

## CARVÃO

*Autoriza o cidadão brasileiro Mário Pinheiro a pesquisar carvão mineral, no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 49.635, de 30 de dezembro de 1960.

**CARVÃO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Chafir Ferreira a pesquisar carvão mineral, no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 49.665, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Pinheiro a pesquisar carvão mineral, no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 49.700, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Pinheiro a pesquisar carvão mineral, no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 49.793, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Pinheiro a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 49.795, de 31 de dezembro de 1960.

— *Renova o Decreto nº 44.092, de 24 de julho de 1958.*

Decreto nº 50.025, de 24 de janeiro de 1961.

**CASA DA GRIANÇA**

*Declara de utilidade pública a Casa da Griança com sede no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 49.242, de 16 de novembro de 1960.

**CASA SÃO JOÃO BATISTA DA LAGOA**

*Declara de utilidade pública a Casa São João Batista da Lagoa, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.*

Decreto nº 50.063, de 25 de janeiro de 1961.

**CASSITERITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Figueiredo Cavalcante a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 49.670, de 31 de dezembro de 1960.

**CASSITERITA**

*Autoriza a Mineração Rio das Mortes S. A., a pesquisar cassiterita e ouro no município de Amapá, Território Federal do Amapá.*

Decreto nº 49.673, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Frederico de Souza Martins a pesquisar ouro e cassiterita no município de Rezende Costa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.790, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a Companhia Industrial Fluminense Fundação de Estanho e suas Ligas a pesquisar cassiterita no município de Ipameri, Estado de Goiás.*

Decreto nº 49.939, de 13 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Moacyr Motta a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 49.993, de 24 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.692, de 20 de outubro de 1958.*

Decreto nº 49.996, de 24 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.653, de 17 de outubro de 1958.*

Decreto nº 49.998, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Moacyr Motta a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 50.002, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Moacyr Motta a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 50.003, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Moacyr Motta a pesquisar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 50.004, de 24 de janeiro de 1961.

## CASSITERITA

*Autoriza a firma Comércio e Indústria Souza Noschese S.A. a pesquisar cassiterita no município de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.009, de 24 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.654, de 17 de outubro de 1958.*

Decreto nº 50.021, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Florido da Silva Valladares a pesquisar cassiterita no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 50.009, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Florido da Silva Valladares a pesquisar cassiterita no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 50.033, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Moacyr Motta a pesquisar cassiterita no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 50.041, de 24 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.648, de 17 de outubro de 1958.*

Decreto nº 50.127, de 26 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Florido da Silva Valladares a pesquisar cassiterita no Município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 50.174, de 28 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Florido da Silva Valladares a pesquisar cassiterita no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 50.176, de 28 de janeiro de 1961.

## CAULIM

*Autoriza o cidadão brasileiro João Cezar Favero a pesquisar caulim e feldspato, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.697, de 31 de dezembro de 1950.

## CAULIM

*Autoriza Mineração Ouro Branco Limitada a pesquisar caulim e argila no município de Cotia, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.777, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza MIL — Mineração Ita Ltda. a lavar caulim, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.941, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza Mineração Bandeirante Ltda. a pesquisar caulim no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.024, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a cidadã brasileira D. Iolanda Leite de Castro Silva a pesquisar caulim no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 50.030, de 24 de janeiro de 1961.

*Autoriza o cidadão brasileiro Fiorrelli Peccicacco a lavar caulim e feldspato no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.044, de 24 de janeiro de 1961.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS S. A.

*Transfere da Prefeitura Municipal de Cordisburgo para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para distribuir energia elétrica no município de Cordisburgo, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto nº 48.425-A, de 22 de junho de 1960.

— *Outorga a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 49.219, de 16 de novembro de 1960.

### **CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS S. A.**

*Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a construir uma linha de transmissão entre o distrito sede do município de Itabirito e a localidade de Saramenha, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.673, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a construir uma linha de transmissão entre as subestações de Nova Lima e de Conselheiro Lafaiete, passando por Itabirito, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.692, de 31 de dezembro de 1960.

— *Restringe a zona de concessão da Companhia Força e Luz de Conselheiro Lafaiete S.A. e amplia a zona de concessão da Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.112, de 26 de janeiro de 1961.

### **CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS**

*Dispõe sobre a instalação e o funcionamento do Centro de Processamento de Dados do Governo.*

Decreto nº 49.914, de 12 de janeiro de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 49.914, de 12 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.371, de 22 de março de 1961.

### **CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONÔMICAS**

*Altera o regimento do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas e dá outras providências.*

Decreto nº 50.133, de 26 de janeiro de 1961.

### **CEREAIS**

*Inclui o art. 3º no Decreto número 49.190-A, de 19-11-60, que fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros generos de produção nacional, para o ano de 1961.*

Decreto nº 40.853, de 10 de janeiro de 1961.

### **CESSÃO DE IMÓVEIS**

*Autoriza a cessão gratuita de imóvel que menciona, situado no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 49.196, de 9 de novembro de 1960.

— *Autoriza a cessão gratuita de bens que menciona, situados no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 50.229, de 28 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Patrimônio da União a fazer a cessão de uma área de terreno em Curitiba, no Estado do Paraná.*

Decreto nº 50.298, de 25 de fevereiro de 1961.

— *Autoriza a cessão de faixa de terreno que menciona, situado na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.321, de 7 de março de 1961.

### **CHAVES FUMO & CIA. LTDA.**

*Concede a Chaves Fumo & Cia. Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 50.019, de 24 de janeiro de 1961.

### **CHUMBO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Mansur a pesquisar minério de chumbo no município de Uruguai, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.685, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minério de chumbo, no município de Bocaiuva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto nº 49.701, de 31 de dezembro de 1961.

## CHUMBO

— *Renova o Decreto nº 43.233, de 22 de fevereiro de 1958.*

Decreto nº 49.819, de 5 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 43.666, de 7 de maio de 1958.*

Decreto nº 49.820, de 5 de janeiro de 1961.

## CIA. BRASILEIRA DE CHUMBO — COBRAC

*Cancela o Decreto nº 47.555, de 30 de dezembro de 1959.*

Decreto nº 50.075, de 25 de janeiro de 1961.

## CIANITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Antonio Fernandes a pesquisar cianita e alúmen, no município de Minas Novas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.936, de 13 de janeiro de 1961.

## CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

*Aprova o sistema de classificação de cargos e a respectiva lista de enquadramento do Território de Rondônia, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.560, de 20 de dezembro de 1960.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos e a respectiva lista de enquadramento do Território do Amapá, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.561, de 20 de dezembro de 1960.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos e a respectiva lista de enquadramento do Território do Acre, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.571, de 21 de dezembro de 1960.

## COBRE

*Renova o Decreto nº 44.290, de 7 de agosto de 1958.*

Decreto nº 49.945, de 13 de janeiro de 1961.

## CÓDIGO NACIONAL DE SAÚDE

*Regulamenta, sob a denominação de Código Nacional de Saúde, a Lei número 2.312, de 3 de setembro de 1954, de "Normas Gerais Sobre Defesa e Proteção da Saúde".*

Decreto nº 49.974-A, de 21 de janeiro de 1961.

## COLÉGIOS

*Revoga o Decreto nº 46.297, de 11 de junho de 1959, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.295, de 23 de fevereiro de 1961.

## COLETORIAS FEDERAIS

*Cria uma Coletoria Federal no município de Vicência, Estado de Pernambuco, e dá outras providências.*

Lei nº 3.384, de 30 de janeiro de 1961.

— *Torna sem efeito o Decreto número 49.563, de 20 de dezembro de 1960.*

Decreto nº 50.360, de 20 de março de 1961.

## COLONIAL — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Colonial — Companhia Nacional de Seguros Gerais.*

Decreto nº 49.631, de 30 de dezembro de 1960.

## COLUMBITA

*Renova o Decreto nº 44.692, de 20 de outubro de 1958.*

Decreto nº 49.996, de 24 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.653, de 17 de outubro de 1958.*

Decreto nº 49.998, de 24 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.654, de 17 de outubro de 1958.*

Decreto nº 50.021, de 24 de janeiro de 1961.



**COLUMBITA**

*Renova o Decreto nº 44.648, de 17 de outubro de 1958.*

Decreto nº 50.127, de 26 de janeiro de 1961.

**COMISSÃO COORDENADORA DA CRIAÇÃO DO CAVALO NACIONAL**

*Aprova o enquadramento das funções da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.142, de 27 de janeiro de 1961.

**COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE**

*Autoriza a Comissão de Marinha Mercante a afretar, para o fim que especifica, embarcações de bandeira estrangeira.*

Decreto nº 50.256, de 28 de janeiro de 1961.

**COMISSÃO DO IMPOSTO SINDICAL**

*Dissolve a Comissão do Imposto Sindical e dá outras providências.*

Decreto nº 50.270, de 9 de fevereiro de 1961.

— *Prorroga por mais 90 dias o prazo a que se refere o art. 2º do Decreto nº 50.270, de 9 de fevereiro de 1961.*

Decreto nº 50.376, de 22 de março de 1961.

**COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS**

*Cria a Comissão de Liquidação da COFAP e seus órgãos auxiliares.*

Decreto nº 50.367, de 21 de março de 1961.

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR**

*Altera o art. 3º do Decreto nº 40.110, de 10 de outubro de 1958, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.221, de 28 de janeiro de 1961.

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR**

*Revoga o Decreto nº 50.221, de 28 de janeiro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.356, de 18 de março de 1961.

**COMISSÃO NACIONAL PARA ASUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO**

*Institui a Comissão Nacional para os Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.*

Decreto nº 50.143, de 7 de janeiro de 1961.

**COMISSÃO TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO SINDICAL**

*Dispõe sobre a composição da Comissão Técnica de Orientação Sindical e dá outras providências.*

Decreto nº 50.323, de 7 de março de 1961.

**COMISSÕES**

*Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 38.965, de 3 de abril de 1956.*

Decreto nº 49.950, de 16 de janeiro de 1961.

Publicado no D.O. de 17 de janeiro de 1961.

— *Dá nova redação ao artigo 1º e seus parágrafos do Decreto número 35.482, de 7 de março de 1954.*

Decreto nº 50.217, de 28 de janeiro de 1961.

— *Cria a Comissão de Organização do Ministério da Indústria e do Comércio e dá outras providências.*

Decreto nº 50.265, de 8 de fevereiro de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 43.710, de 15 de maio de 1958, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.272, de 15 de fevereiro de 1961.

— *Cria a Comissão de Filosofia e Ciências no Conselho Nacional de Cultura.*

Decreto nº 50.366, de 20 de março de 1961.

**COMPANHIA BOAVISTA DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social, da Companhia Boavista de Seguros.*

Decreto nº 49.553, de 17 de dezembro de 1960.

— *Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Boavista de Seguros.*

Decreto nº 50.039, de 24 de janeiro de 1961.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO**

*Outorga concessão à Companhia Brasileira de Rádio e Televisão para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.235, de 28 de janeiro de 1961.

— *Outorga concessão à Companhia Brasileira de Rádio e Televisão para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.237, de 28 de janeiro de 1961.

— *Outorga concessão à Companhia Brasileira de Rádio e Televisão para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.239, de 28 de janeiro de 1961.

**COMPANHIA CENTRAL BRASILEIRA DE FORÇA ELÉTRICA**

*Autoriza a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica a ceder temporariamente um grupo diesel elétrico de 1.000 kva à Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil, e da outras providências.*

**COMPANHIA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE DO BRASIL**

*Outorga concessão à Companhia de Rádio e Televisão Norte do Brasil para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.232, de 28 de janeiro de 1961.

**COMPANHIA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE DO BRASIL**

*Outorga concessão à Companhia de Rádio e Televisão Norte do Brasil para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.233, de 28 de janeiro de 1961.

— *Outorga concessão à Companhia de Rádio e Televisão Norte do Brasil para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.236, de 28 de janeiro de 1961.

**COMPANHIA DE RÁDIO E TELEVISÃO SUL DO BRASIL**

*Outorga concessão à Companhia de Rádio e Televisão Sul do Brasil para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.230, de 28 de janeiro de 1961.

— *Outorga concessão à Companhia de Rádio e Televisão Sul do Brasil para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.231, de 28 de janeiro de 1961.

— *Outorga concessão à Companhia de Rádio e Televisão Sul do Brasil para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.238, de 28 de janeiro de 1961.

**COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA BRASILEIRA**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Aliança Brasileira.*

Decreto nº 49.771, de 31 de dezembro de 1960.

**COMPANHIA DE SEGUROS BELAVISTA**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Belavista.*

Decreto nº 50.109, de 26 de janeiro de 1961.

### COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES "LLOYD SUL AMERICANO"

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia Marítimos e Terrestres Lóide Sul Americano.*

Decreto nº 50.125, de 26 de janeiro de 1961.

### COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES "PELOTENSE"

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Pelotense".*

Decreto nº 49.767, de 31 de dezembro de 1960.

### COMPANHIA DE SEGUROS SAGRES

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros Sagres.*

Decreto nº 50.071, de 25 de janeiro de 1961.

### COMPANHIA FORÇA E LUZ NORDESTE DO BRASIL

*Autoriza a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica a ceder temporariamente um grupo diesel elétrico de 1.000 km. à Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.107, de 26 de janeiro de 1961.

### COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

*Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a realizar as obras mencionadas no Decreto nº 45.179, de 1958.*

Decreto nº 49.990, de 24 de janeiro de 1961.

### COMPANHIA MINEIRA DE ELETRICIDADE

*Autoriza a Companhia Mineira de Eletricidade a alienar gleba de terras de sua propriedade, e dá outras providências.*

Decreto nº 48.819, de 12 de agosto de 1960.

### COMPANHIA NACIONAL DE PETRÓLEO

*Regulamenta o abastecimento nacional de petróleo, de que trata o art. 3º da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, no que diz respeito a produção de óleos e de graxas lubrificantes, derivados de petróleo.*

Decreto nº 49.331, de 24 de novembro de 1960.

### COMPANHIA RÁDIO INTERNACIONAL DO BRASIL

*Prorroga a concessão outorgada à Companhia Rádio Internacional do Brasil, para executar os serviços radiotelegráfico público internacional e radiotelegráfico público restrito internacional.*

Decreto nº 49.860, de 11 de janeiro de 1961.

— *Prorroga a concessão outorgada à Companhia Rádio Internacional do Brasil, para executar os serviços radiotelefônico público internacional e público restrito internacional.*

Decreto nº 49.861, de 11 de janeiro de 1961.

### COMPANHIA REAL DE SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia Real de Seguros.*

Decreto nº 49.725, de 31 de dezembro de 1960.

### COMPANHIA SALVADOR DE SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive transferência da sede social da Companhia Salvador de Seguros.*

Decreto nº 50.101, de 26 de janeiro de 1961.

### COMPANHIA SEGURADORA BRASILEIRA

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Seguradora Brasileira.*

Decreto nº 49.713, de 13 de dezembro de 1960.

## COMPANHIA SUL BRASIL DE SEGUROS E MARÍTIMOS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Sul Brasil de Seguros Terrestres e Marítimos.*

Decreto nº 49.578, de 22 de dezembro de 1960.

## COMPANHIA UNIÃO DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia União de Seguros Gerais.*

Decreto nº 49.718, de 31 de dezembro de 1960.

## COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA

*Altera o Decreto nº 47.603, de 20 de janeiro de 1960.*

Decreto nº 49.982, de 23 de janeiro de 1961.

— *Cria a Delegação do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia (C. E. E.).*

Decreto nº 49.933, de 23 de janeiro de 1961.

## CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS "FILHAS" DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO

*Declara de utilidade pública a "Província Brasileira da Congregação das Irmãs "Filhas" de Caridade de São Vicente de Paulo", com sede em Curitiba, Estado do Paraná.*

Decreto nº 50.280, de 18 de fevereiro de 1961.

## CONGRESSOS

*Oficializa congresso científico.*

Decreto nº 49.344, de 7 de janeiro de 1961.

— *Oficializa o XII Congresso Internacional de Urologia.*

Decreto nº 50.313, de 4 de março de 1961.

## CONGRESSO NACIONAL

*Consigna ao Congresso Nacional para utilização em sua estação radio-difusora as frequências que menciona.*

Decreto nº 50.140, de 26 de janeiro de 1961.

## CONSELHO COORDENADOR DE ABASTECIMENTO

*Considera de interesse militar funções exercidas no Conselho Coordenador do Abastecimento e na Sociedade Termelétrica de Capiwari, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.546, de 16 de dezembro de 1960.

## CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO

*Dispõe sobre a instalação e o funcionamento do Centro de Processamento de Dados do Governo.*

Decreto nº 49.914, de 12 de janeiro de 1961.

## CONSELHO NACIONAL DE AGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

*Considera contribuinte obrigatório do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — IPASE, o pessoal temporário admitido pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.*

Decreto nº 49.925, de 13 de janeiro de 1961.

## CONSELHO NACIONAL DE CULTURA

*Cria o Conselho Nacional de Cultura, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.293, de 23 de fevereiro de 1961.

— *Cria a Comissão de Filosofia e Ciências no Conselho Nacional de Cultura.*

Decreto nº 50.366, de 20 de março de 1961.

## CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS

*Revoga o art. 28 do Regimento do Conselho Nacional de Desportos.*

Decreto nº 50.385, de 28 de março de 1961.

## CONSELHOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA E DE GEOGRAFIA

*Dispõe sobre a não realização, no corrente ano, das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia.*

Decreto nº 50.372, de 22 de março de 1961.

### CONSELHOS REGIONAIS DE QUÍMICA

*Estabelece as taxas e anuidades a que se refere a Lei nº 2.800, de 13 de junho de 1956.*

Decreto nº 49.978, de 23 de janeiro de 1961.

### CONSULADOS

*Ver: Ministério das Relações Exteriores.*

### CONTRABANDO

*Institui Grupo de Trabalho para o fim que menciona, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.324, de 3 de março de 1961.

### CONVENÇÕES

*Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951.*

Decreto nº 50.215, de 28 de janeiro de 1961.

— *Aprova a emenda ao art. 13 da Convenção da Organização Meteorológica Mundial.*

Decreto nº 50.248, de 28 de janeiro de 1961.

### CONVÊNIOS

*Autoriza a realização de Convênio entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Rio Grande do Sul, para executar plano de experimentação e de fomento do trigo naquele Estado.*

Decreto nº 49.839, de 6 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a firmar, pela União convênio com a Estrada de Ferro Araraquara, relativo à cessão de trecho da rodovia BR-31, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.180, de 28 de janeiro de 1961.

— *Regulamenta a utilização dos entrepostos de depósito franco em Santos e Paranaguá, em virtude de Convênios assinados entre o Brasil e o Paraguai.*

Decreto nº 50.259-A, de 28 de janeiro de 1961.

### COOPERATIVA BANCO DE TORRINHA LIMITADA

*Concede autorização à Cooperativa Banco de Torrinha Limitada para modificar seu estatuto social.*

Decreto nº 49.920, de 13 de janeiro de 1961.

### COOPERATIVA DE CONSUMO DE ELETRICIDADE ITACURUBA-RODELAS LIMITADA

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Cooperativa de Consumo de Eletricidade Itacuruba-Rodelas Limitada.*

Decreto nº 49.690, de 31 de dezembro de 1960.

### COOPERATIVA DE CRÉDITO GUANABARA LIMITADA

*Concede autorização à Cooperativa de Crédito Guanabara Limitada para modificar o seu estatuto social.*

Decreto nº 49.916, de 12 de janeiro de 1961.

### COOPERATIVAS

*Isenta da tributação do imposto do selo os contratos de financiamentos em que sejam mutuárias as sociedades cooperativas.*

Lei nº 3.870, de 30 de janeiro de 1961.

### CORPO DE POLICIAMENTO ESPECIAL FEMININO

*Institui o Corpo de Policiamento Especial Feminino em Brasília.*

Decreto nº 50.336, de 13 de março de 1961.

### CRÉDITO ESPECIAL

— *Ver o nome do Ministério ou órgão a que se refere.*

### CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

— *Ver o nome do Ministério ou órgão a que se refere.*

### CRÉDITO SUPLEMENTAR

— *Ver o nome do Ministério ou órgão a que se refere.*

## CROMITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Janusz Gerulewicz a pesquisar cromita no município de Itapaci — Estado de Goiás.*

Decreto nº 50.175, de 28 de janeiro de 1961.

## CURSOS

*Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 49.064, de 6 de outubro de 1960.

— *Concede reconhecimento a Cursos.*

Decreto nº 49.846, de 7 de janeiro de 1961.

— *Concede reconhecimento a Cursos.*

Decreto nº 49.847, de 7 de janeiro de 1961.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 49.848, de 7 de janeiro de 1961.

— *Concede reconhecimento a Cursos.*

Decreto nº 49.849, de 7 de janeiro de 1961.

— *Concede autorização para funcionamento de curso.*

Decreto nº 49.864, de 11 de janeiro de 1961.

— *Concede autorização para funcionamento de curso.*

Decreto nº 49.877, de 11 de janeiro de 1961.

— *Concede autorização para funcionamento de cursos.*

Decreto nº 49.878, de 11 de janeiro de 1961.

— *Concede autorização para funcionamento de cursos.*

Decreto nº 49.963, de 19 de janeiro de 1961.

## CURSOS

*Concede autorização para funcionamento de cursos.*

Decreto nº 50.046, de 24 de janeiro de 1961.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 50.126, de 26 de janeiro de 1961.

— *Concede autorização para funcionamento de curso.*

Decreto nº 50.162, de 28 de janeiro de 1961.

— *Concede reconhecimento a Cursos.*

Decreto nº 50.163, de 28 de janeiro de 1961.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 50.164, de 28 de janeiro de 1961.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 50.165, de 28 de janeiro de 1961.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 50.300, de 27 de janeiro de 1961.

— *Concede autorização para funcionamento de cursos.*

Decreto nº 50.301, de 27 de fevereiro de 1961.

— *Concede reconhecimento a Cursos.*

Decreto nº 50.305, de 28 de fevereiro de 1961.

— *Concede reconhecimento a Cursos.*

Decreto nº 50.306, de 28 de fevereiro de 1961.

— *Concede autorização para funcionamento de curso.*

Decreto nº 50.315, de 4 de março de 1961.

**CURSOS**

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 50.355, de 18 de março de 1961.

— *Concede autorização para funcionamento de curso.*

Decreto nº 50.394, de 29 de março de 1961.

**D****D C T V RADIO S. A.**

*Outorga concessão à D C T V Rádio S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.234, de 28 de janeiro de 1961.

— *Outorga concessão à DC-TV Rádio S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.213, de 28 de janeiro de 1961.

**DECRETOS**

*Cancela registros de decretos.*

Decreto nº 50.213, de 28 de janeiro de 1961.

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO**

*Acrescenta parágrafo único no artigo 2º do Decreto nº 48.656, de 3 de agosto de 1960.*

Decreto nº 49.984, de 23 de janeiro de 1961.

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

*Transfere lotação do Departamento de Imprensa Nacional para a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto nº 50.228, de 28 de janeiro de 1961.

**DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS**

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.283, de 20 de fevereiro de 1961.

**DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

*Cria, no Departamento Federal de Segurança Pública, o Serviço Federal de Prevenção e Repressão de Infrações contra a Fazenda Nacional e dá outras providências.*

Decreto nº 50.375, de 22 de março de 1961.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO**

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, as áreas de terreno e benfeitorias necessárias à construção da nova estação de Juazeiro, no Estado da Bahia, e implantação dos trechos do seu pátio de manobras.*

Decreto nº 50.037, de 24 de janeiro de 1961.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.368, de 21 de outubro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, das áreas de terrenos e respectivas benfeitorias necessárias à construção da via de acesso à Estação de Cargas de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.320, de 7 de março de 1961.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**

*Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.369, de 21-10-1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público CUCAL, no Município de Cocal, Estado do Piauí.*

Decreto nº 50.067, de 25 de janeiro de 1961.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

*Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.380, de 28-10-1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público Poço das Pedras, no Município de Campos Sales, Estado do Ceará.*

Decreto nº 50.068, de 25 de janeiro de 1961.

*— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.389, de 28-10-1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público Rio do Salto, no Município de Caculé, Estado da Bahia.*

Decreto nº 50.069, de 25 de janeiro de 1961.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO

*Lei nº 3.880, de 30 de janeiro de 1961.*

*— Aprova alteração do Regimento do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.*

Decreto nº 49.952, de 17 de janeiro de 1961.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, áreas de terreno necessárias ao prosseguimento da construção do porto de Mucuripe, no Estado do Ceará.*

Decreto nº 50.206, de 28 de janeiro de 1961.

*— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, área de terreno necessária à construção do parque de triagem das linhas da estrada de ferro do Porto de Mucuripe, no Estado do Ceará.*

Decreto nº 50.311, de 3 de março de 1961.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO

*Torna sem efeito os decretos que menciona.*

Decreto nº 50.296, de 24 de fevereiro de 1961.

*— Estende aos servidores do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as vantagens previstas no artigo 8º da Lei nº 3.756, de 20 de abril de 1960.*

Decreto nº 50.753, de 27 de janeiro de 1961.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão da Central Elétrica de Furnas S. A., que liga a Usina Hidrelétrica de Peixotos e a cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.*

(Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1960 — Seção I — Parte I).

### Retificação

Decreto nº 47.681, de 20 de janeiro de 1961.

*— Declara de utilidade pública a faixa necessária à construção da linha de transmissão Anhanguera-Jundiá e do ramal de Perus, e autoriza a respectiva desapropriação.*

Decreto nº 49.077, de 7 de outubro de 1960.

*— Dispõe sobre a desapropriação de imóveis destinados à Escola Industrial de Fortaleza.*

Decreto nº 49.080, de 7 de outubro de 1960.

*— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 49.573, de 22 de dezembro de 1960.

*— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário à 7ª Região Militar, em Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 49.598, de 28 de dezembro de 1960.



**DESAPROPRIAÇÕES**

*Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, de 13,8 kV, de Caruaru a São Caetano, no Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 49.687, de 31 de dezembro de 1960.

— *Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto nº 41.897, de 26 de julho de 1957, e autoriza a Companhia Sul-Mineira de Eletricidade a promover as servidões necessárias sobre ela ou a desapropriação da mesma.*

Decreto nº 49.744, de 31 de dezembro de 1960.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, o imóvel que menciona, situado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.*

Decreto nº 49.845, de 7 de janeiro de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 41.601, de 29 de maio de 1957.*

Decreto nº 49.986, de 23 de janeiro de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, áreas de terreno necessárias ao prosseguimento da construção do Porto de Mucuripe, no Estado do Ceará.*

Decreto nº 50.036, de 24 de janeiro de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, as áreas de terreno e benfeitorias necessárias à construção da nova estação de Juazeiro, no Estado da Bahia, e implantação dos trechos do seu pátio de manobras.*

Decreto nº 50.037, de 24 de janeiro de 1961.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.369, de 21-10-1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público COCAL, no Município de Cocal, Estado do Piauí.*

Decreto nº 50.067, de 25 de janeiro de 1961.

**DESAPROPRIAÇÕES**

*Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 36.390, de 28-10-1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Poço das Pedras, no Município de Campos Sales, Estado do Ceará.*

Decreto nº 50.068, de 25 de janeiro de 1961.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 36.389, de 28-10-1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Rio do Salto, no Município de Caculé, Estado da Bahia.*

Decreto nº 50.069, de 25 de janeiro de 1961.

— *Declara de utilidade pública áreas de terras necessárias à ampliação progressiva da Usina Hidrelétrica de Carioca, na Cachoeira do Rosário no rio São João, distrito de Carioca, município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.110, de 20 de janeiro de 1961.

— *Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão da Central Elétrica de Furnas S. A., que liga a Usina Hidrelétrica de Furnas, no Estado de Minas Gerais, e a cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.145, de 27 de janeiro de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, áreas de terreno necessárias ao prosseguimento da construção do porto de Mucuripe, no Estado do Ceará.*

Decreto nº 50.206, de 28 de janeiro de 1961.

— *Considera de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis que menciona, necessários ao Ministério da Guerra, na cidade de Lapa, Estado do Paraná.*

Decreto nº 50.260, de 30 de janeiro de 1961.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário à 4ª Região Militar, em São João Del Rey, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.299, de 25 de fevereiro de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, área de terreno necessária à construção do parque de triagem das linhas da estrada de ferro do Pórtio de Mucuripe, no Estado do Ceará.*

Decreto nº 50.311, de 3 de março de 1961.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 36.368, de 21 de outubro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, das áreas de terrenos e respectivas benfeitorias necessárias à construção da via de acesso à Estação de Cargas de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.320, de 7 de março de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, em caráter de urgência, os terrenos que menciona.*

Decreto nº 50.342, de 15 de março de 1961.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação a gleba "Missões", e parte da gleba "Chopin", situadas na faixa da fronteira, no Estado do Paraná.*

Decreto nº 50.379, de 27 de março de 1961.

## DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

*Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, ora descritos e a serem trazidos do exterior pela empresa Cerâmica Senhor do Bonfim Ltda. de Salvador (BA).*

Decreto nº 49.696, de 31 de dezembro de 1960.

## DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

*Inclui mais um representante no Conselho Consultivo de que trata o art. 4º e alíneas do Decreto nº 44.203, de 30 de julho de 1958.*

Decreto nº 50.348, de 16 de março de 1961.

## DIAMANTES

*Autoriza o cidadão brasileiro José Bonfácio Pimenta a pesquisar diamante no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.650, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Mayrink de Azevedo Fraga a pesquisar ouro e diamante no município de Itupiranga, Estado do Pará.*

Decreto nº 49.684, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Natalício de Almeida a pesquisar diamante no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.006, de 24 de janeiro de 1961.

## DIVISOR DE CONVERSÃO

*Altera o divisor de conversão aplicável ao pagamento de vencimentos, salários, remuneração e quaisquer vantagens a servidores civis e militares em exercício no Exterior, realizado pela Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior.*

Decreto nº 50.312, de 3 de março de 1961.

## DOAÇÕES

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Montes Claros (M.G.).*

Decreto nº 49.463, de 7 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação que faz o Município de Santo Angelo, Estado do Rio Grande do Sul, de um terreno necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 49.862, de 11 de janeiro de 1961.

**DOAÇÕES**

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno no município de Santarém, Estado do Pará.*

Decreto nº 49.871, de 11 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Leme, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.883, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situado no Município de Patmares, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 49.949, de 16 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Patrimônio da União, a aceitar as doações que menciona situadas em Goiânia, no Estado de Goiás.*

Decreto nº 49.980, de 23 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.283, de 20 de fevereiro de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.288, de 22 de fevereiro de 1961.

**DOLOMITA**

*Autoriza a "Soemibra" Sociedade Extrativa de Minérios Brasileiros Limitada, a pesquisar dolomita no município de Miracatu, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.671, de 31 de dezembro de 1960.

**DRAGAGEM FLUVIAL S. A.**

*Concede à Dragagem Fluvial S. A., autorização para continuar a funcionar como empresa de Mineração.*

Decreto nº 49.891, de 12 de janeiro de 1961.

**E****ECONOMIÁRIOS**

*Aprova o novo Regulamento do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários — SASSE.*

Decreto nº 50.223, de 28 de janeiro de 1961.

**ECONOMISTAS**

*Altera dispositivo do regulamento da Lei número 1.411, de 13 de agosto de 1951.*

Decreto nº 49.907 — De 12 de janeiro de 1961.

— *Altera o Regulamento da profissão de Economista.*

Decreto nº 50.266, de 8 de fevereiro de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 49.981, de 30 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.267, de 8 de fevereiro de 1961.

**ELECTRICAL EXPORT CORPORATION**

*Revoga os Decretos que concederam a Electrical Export Corporation, autorização para funcionar na República.*

Decreto nº 49.762, de 31 de dezembro de 1960.

**EMBAIXADAS**

*Ver: Ministério das Relações Exteriores.*

**EMISSORA CONTINENTAL DE RECIFE S. A.**

*Outorga concessão à Emissora Continental do Recife S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 49.613, de 29 de dezembro de 1960.

**EMISSORA DE TELEVISÃO CONTINENTAL S. A.**

*Outorga concessão à Emissora de Televisão Continental S. A. — TV Continental para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 49.609, de 29 de dezembro de 1960.

— *Revoga o Decreto nº 49.609, de 29 de dezembro de 1960.*

Decreto nº 50.199, de 28 de janeiro de 1961.

**EMISSORA DE TELEVISÃO  
CONTINENTAL S. A.**

*Outorga concessão à Emissora de Televisão Continental S.A. — TV Continental, para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.202, de 28 de janeiro de 1961.

— *Revoga os Decretos nº 50.201 e nº 50.202, ambos de 28 de janeiro de 1961, e restabelece a vigência do Decreto nº 45.283, de 26 de janeiro de 1959.*

Decreto nº 50.261, de 31 de janeiro de 1961.

**EMISSORAS REGENTE LIMITADA**

*Revoga concessões outorgadas para funcionamento de estações de radio-difusão.*

Decreto nº 50.271, de 15 de fevereiro de 1961.

**EMISSORAS UNIDAS DE GOIÁS  
SOCIEDADE LIMITADA**

*Outorga concessão à Emissoras Unidas de Goiás Sociedade Limitada para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 50.161, de 23 de janeiro de 1961.

**EMPRESA BRASILEIRA DE  
ELETRICIDADE S. A.**

*Autoriza a Empresa Brasileira de Eletricidade S. A., a constituir hipoteca sobre a sua Usina Diesel Elétrica em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.*

Decreto nº 48.045, de 8 de abril de 1960.

**EMPRESA COMERCIAL E TÉCNICA  
DE MINÉRIOS S. A.**

*Renova o Decreto nº 44.701, de 23 de outubro de 1958.*

Decreto nº 49.934, de 13 de janeiro de 1961.

**EMPRESA DE ELETRICIDADE  
VALE PARANAPANEMA S. A.**

*Autoriza a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S. A. a alienar a Usina Termoclétrica de Santa Lina, instalada em Quanta, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.736, de 31 de dezembro de 1960.

**EMPRESA DE NAVEGAÇÃO  
ALIANÇA LIMITADA**

*Concede à Empresa de Navegação Aliança Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem sob a nova forma social de Empresa de Navegação Aliança S. A.*

Decreto nº 49.726, de 31 de dezembro de 1960.

**EMPRESA FLUMINENSE DE  
ENERGIA ELÉTRICA S. A.**

*Autoriza a Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A. a constituir garantia hipotecária dos seus bens em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.*

Decreto nº 49.880, de 11 de janeiro de 1961.

**EMPRESA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO  
HOEPCKE S. A.**

*Concede à Empresa Nacional de Navegação Hoepcke S. A., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem e revoga o decreto que concedeu à empresa Carlos Hoepcke S. A. — Comércio e Indústria autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 49.721, de 31 de dezembro de 1960.

**EMPRESAS DE TRANSPORTES  
AÉREOS**

*Modifica dispositivos da Lei número 2.686, de 19 de dezembro de 1955, que prorroga, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o regime de subvenção às empresas de transportes aéreos estabelecido pela Lei nº 1.181, de 17 de agosto de 1950.*

Lei nº 3.363-A, de 24 de janeiro de 1961.

**EMPRÉSTIMOS**

*Dispõe sobre empréstimos pelo Banco do Brasil aos Estados e Municípios.*

Decreto nº 50.381, de 27 de março de 1961.

**EMPRESAS INCORPORADAS**

*Dispõe sobre funções de extranumerário-mensalista para o enquadramento do pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional por força do artigo 1º da Lei nº 2.804, de 8 de outubro de 1956, combinado com o artigo 6º, § 2º, da Lei nº 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.884, de 12 de janeiro de 1961.

**ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE**

*Modifica o Decreto nº 46.376, de 7 de julho de 1959, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.241, de 28 de janeiro de 1961.

— *Altera a redação dos arts. 2º, 3º e parágrafo único do artigo 3º do Decreto nº 46.363, de 7 de julho de 1959, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.242, de 28 de janeiro de 1961.

**ENERGIA ELÉTRICA**

*Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão da Central Elétrica de Furnas S. A., que liga a Usina Hidrelétrica de Peixoto e a cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 47.681, de 20 de janeiro de 1960.

(Publicação no D.O. de 25 de janeiro de 1961 — Seção I — Parte I).

**Retificação**

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Cordisburgo para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para distribuir energia elétrica no município de Cordisburgo, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto nº 48.425-A, de 24 de junho de 1960.

**ENERGIA ELÉTRICA**

*Transfere de Bernardes & Machado para a Prefeitura Municipal de Lavrinhas a concessão para distribuir energia elétrica no distrito da sede do município de Lavrinhas, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 48.822, de 12 de agosto de 1960.

— *Outorga ao Estado do Paraná concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 48.837, de 12 de agosto de 1960.

— *Outorga ao Estado do Paraná concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 48.838, de 12 de agosto de 1960.

— *Outorga ao Estado do Paraná concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 48.840, de 12 de agosto de 1960.

— *Declara de utilidade pública a faixa necessária à construção da linha de transmissão Anhangüera Jundiá e do ramal de Perus, e autoriza a respectiva desapropriação.*

Decreto nº 49.077, de 7 de outubro de 1960.

— *Outorga a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 49.219, de 16 de novembro de 1960.

(Publicado no D.O. de 23 de novembro de 1960 — Seção I — Parte I).

— *Dá nova redação à emenda e ao artigo 1º do Decreto nº 47.874, de 8 de março de 1960, que autorizou a instalação de um grupo gerador diesel-elétrico no município de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 49.652, de 31 de dezembro de 1960.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a construir uma linha de transmissão entre o distrito sede do município de Itabirito e a localidade de Saramenha, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto n.º 49.678, de 31 de dezembro de 1960.

— *Amplia a zona de fornecimento da Companhia Paulista de Força e Luz e dá outras providências.*

Decreto n.º 49.679, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a Rio Light S.A. — Serviços de Eletricidade e Carris a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 49.680, de 31 de dezembro de 1960.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Balsas, Estado do Maranhão, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 49.681, de 31 de dezembro de 1960.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Herculândia para a Companhia Paulista de Força e Luz a concessão para a distribuição de energia elétrica do município de Herculândia, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 49.682, de 31 de dezembro de 1960.

— *Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, de 13,8 kV, de Caruaru a São Caetano, no Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 49.687, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Alagoas instalar um grupo diesel elétrico.*

Decreto n.º 49.688, de 31 de dezembro de 1960.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 49.689, de 31 de dezembro de 1960.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Cooperativa de Consumo de Eletricidade Itacuruba-Rodelas Ltda.*

Decreto n.º 49.690, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. a ampliar suas instalações de energia elétrica.*

Decreto n.º 49.691, de 31 de dezembro de 1960.

— *Transfere de Victor de Souza Breves para a Empresa Luz e Força de Mangaratiba Limitada a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao distrito sede e ao distrito de Vila Morici, do Município de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 49.737, de 31 de dezembro de 1960.

— *Modifica o artigo 1.º do Decreto n.º 42.419, de 7 de outubro de 1957, e dá outras providências.*

Decreto n.º 49.738, de 31 de dezembro de 1960.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Piedade do Rio Grande concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira de Cima, no curso d'água denominado Capivari na divisa dos municípios de Andrélandia e Lima Duarte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 49.839, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a S. A. Empresa de Itapura a constituir garantia hipotecária dos seus bens e instalações em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.*

Decreto n.º 49.740, de 31 de dezembro de 1960.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Transfere da Prefeitura Municipal de Morrinhos para a Centrais Elétricas de Goiás S. A. a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao Município de Morrinhos, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 49.741, de 31 de dezembro de 1960.

— *Revoga os Decretos ns. 36.873 de 4 de fevereiro de 1955; 39.474, de 27 de junho de 1956; 47.679, de 20 de janeiro de 1960 e outorga à Prefeitura Municipal de Madre de Deus de Minas, Estado de Minas Gerais, concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira de Figueira, existente no curso d'água Capivari, distrito de Madre de Deus de Minas, município de igual nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 49.742, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a Empresa Hidro Elétrica Lutzow S. A. a constituir hipoteca a favor da Companhia Vale do Rio Doce S. A.*

Decreto n.º 49.743, de 31 de dezembro de 1960.

— *Declara de Utilidade Pública uma área de terra necessária à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto n.º 41.897, de 26 de julho de 1957 e autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a promover as servidões necessárias sobre ela ou a desapropriação da mesma.*

Decreto n.º 49.744, de 31 de dezembro de 1960.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Guarapari para a "Produtora e Distribuidora de Energia Elétrica de Guarapari S. A." a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica ao Município de Guarapari, no Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 49.745, de 31 de dezembro de 1960.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a construir uma linha de transmissão entre as subestações de Nova Lima e de Conselheiro Lafaiete, passando por Itabirito no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto n.º 49.692, de 31 de dezembro de 1960.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Itaquí para a Comissão Estadual de Energia Elétrica a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 49.693, de 31 de dezembro de 1960.

— *Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 49.728, de 31 de dezembro de 1960.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia Mista de Energia Elétrica de Jussara.*

Decreto n.º 49.729, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica a ampliar seu sistema de transmissão de energia elétrica no Estado do Paraná, mediante a construção de uma linha entre as cidades de Londrina e Maringá, passando pela de Apucarana.*

Decreto n.º 49.730, de 31 de dezembro de 1960.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Primeira Cruz, Estado do Maranhão concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 49.731, de 31 de dezembro de 1960.

— *Outorga ao Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 49.732, de 31 de dezembro de 1960.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza o Estado da Bahia a ampliar as instalações mencionadas no Decreto nº 45.849, de 22 de abril de 1959.*

Decreto nº 49.733, de 31 de dezembro de 1960.

— *Outorga ao Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 49.734, de 31 de dezembro de 1960.

— *Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo concessão para distribuir energia elétrica em diversos municípios do Estado de São Paulo e autoriza a instalação de uma usina termelétrica e das redes de transmissão e distribuição necessárias ao serviço.*

Decreto nº 49.735, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S. A. a alienar a Usina Termoeletrônica de Santa Lina, instalada em Quantá, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.736, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica a ampliar suas instalações mediante a construção de uma linha de transmissão entre a Usina Hidrelétrica de Fruteiras, e a subestação da Fábrica de Cimento Barbará, no município de Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 49.746, de 31 de dezembro de 1960.

— *Vincula recursos do Fundo Federal de Eletrificação e autoriza a aquisição de ações da Hidroelétrica do Rio Doce, S. A.*

Decreto nº 49.876, de 11 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A. a constituir garantia hipotecária dos seus bens em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.*

Decreto nº 49.880, de 11 de janeiro de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Encampa a concessão, os bens e as instalações vinculadas aos serviços de energia elétrica nos Municípios de Itanhândi, Itamonte e Pouso Alto, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.881, de 11 de janeiro de 1961.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (CHEVAP).*

Decreto nº 49.915, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a empresa Termelétrica de Charqueadas S. A., a realizar empréstimos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.*

Decreto nº 49.935, de 22 de janeiro de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 41.601, de 29 de maio de 1957.*

Decreto nº 49.986, de 23 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a tomar ações da Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. — ESCELSA — à conta do Fundo Federal de Eletrificação.*

Decreto nº 50.104, de 26 de janeiro de 1961.

— *Outorga Prefeitura Municipal de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte, concessão para distribuir energia elétrica*

Decreto nº 50.108, de 26 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a Companhia Geral da Eletricidade a ampliar suas instalações de energia elétrica.*

Decreto nº 50.103, de 26 de janeiro de 1961.

— *Declara de utilidade pública áreas de terras necessárias à ampliação progressiva da Usina Hidrelétrica do Carioca, na Cachoeira do Rosário, no rio São João, distrito do Carioca, município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.110, de 26 de janeiro de 1961.



**ENERGIA ELÉTRICA**

*Autoriza o Estado da Bahia a construir uma linha de transmissão de energia elétrica.*

Decreto nº 50.111, de 26 de janeiro de 1961.

— *Resringe a zona de concessão da Companhia Força e Luz de Conselheiro Lafaiete S. A., e amplia a zona de concessão da Centrais Elétricas S. A., no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.112, de 26 de janeiro de 1961.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Coronel Murta concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Saltinho de Boa Vista, no rio Jequitinhonha, distrito sede do município de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.113, de 26 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Tatui, Estado de São Paulo, a encampar os serviços locais de energia elétrica, de que é concessionária a Cia. Luz e Força Tatui.*

Decreto nº 50.122, de 26 de janeiro de 1961.

— *Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão da Central Elétrica de Furnas S. A., que liga a Usina Hidrelétrica de Furnas, no Estado de Minas Gerais, e a cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.145, de 27 de janeiro de 1961.

**ENERGIA HIDRAULICA**

Ver: ENERGIA ELÉTRICA.

**ENFERMAGEM**

*Regulamenta o exercício da enfermagem e suas funções auxiliares no território nacional.*

Decreto nº 50.387, de 28 de março de 1961.

**ENSINO MÉDIO**

*Altera disposição do Decreto número 34.330, de 21 de outubro de 1953.*

Decreto nº 50.362, de 20 de março de 1961.

**ENSINO SUPERIOR**

*Dispõe sobre a agregação de estabelecimentos de Ensino Superior não federais a Universidades federais.*

Decreto nº 50.066, de 25 de janeiro de 1961.

**ENTREPOSTOS DE DEPÓSITO FRANCO**

*Regulamenta a utilização dos entrepostos de depósito franco em Santos e Paranaguá, em virtude de Convenios assinados entre o Brasil e o Paraguai.*

Decreto n.º 50.259-A — de 28 de janeiro de 1961.

**ESCOLAS**

*Cria as Escolas Agrícolas de Bambuí e Cuiabá, nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso e uma Escola de Engenharia em Uberlândia, Minas Gerais.*

Lei n.º 3.864-A — de 24 de janeiro de 1961.

— *Transfere para a União a Escola de Enfermagem do Recife.*

Lei n.º 3.875 — de 30 de janeiro de 1961.

— *Dispõe sobre a desapropriação de imóveis destinados à Escola Industrial de Fortaleza.*

Decreto n.º 49.080 — de 7 de outubro de 1960.

— *Concede equiparação da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Saúde e Assistência do Estado de Minas Gerais, à Escola Nacional de Saúde Pública.*

Decreto n.º 49.309 — de 21 de novembro de 1960.

— *Altera a denominação do Centro de Ensino e Treinamento da Fazenda Ipanema, do Ministério da Agricultura e aprova seu Regulamento.*

Decreto n.º 49.835 — de 5 de janeiro de 1961.

## ESCOLAS

*Retifica os Quadros Extraordinários de Mensalistas da Escola de Engenharia e da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, aprovados pelo Decreto número 39.149, de 14 de maio de 1956, e dá outras providências.*

Decreto n.º 49.841 — de 6 de janeiro de 1961.

— *Dispõe sobre cargo de Professor Catedrático do Colégio Pedro II — (Externato e Internato) — do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n.º 49.912 — de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a cessão de faixa de terreno que menciona, situado na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 50.321 — de 7 de março de 1961.

— *Dispõe sobre anuidades escolares.*

Decreto n.º 50.338 — de 14 de março de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, em caráter de urgência, os terrenos que menciona.*

Decreto n.º 50.342 — de 15 de março de 1961.

— *Dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.*

Decreto n.º 50.370 — de 21 de março de 1961.

— *Ver também, Colégios, Faculdades e Universidades. Quanto aos Militares — Ver Aeronáutica, Exército e Marinha.*

## ESCRITÓRIOS DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COMERCIAL

*Empresta nova estrutura aos atuais Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no Exterior, dispõe sobre a Seção de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil nas Missões Diplomáticas e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.332 — de 10 de março de 1961.

## ESTABELECIMENTO RURAL DE TAPAJÓS

*Dispõe sobre o Quadro Provisório do Pessoal Trabalhista do Estabelecimento Rural de Tapajós, e dá outras providências.*

Decreto n.º 49.922 — de 13 de janeiro de 1961.

## ESTADO DE ALAGOAS

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Alagoas a instalar um grupo diesel elétrico.*

Decreto n.º 49.688 — de 31 de dezembro de 1960.

## ESTADO DA BAHIA

*Outorga ao Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 49.732 — de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o Estado da Bahia a ampliar as instalações mencionadas no Decreto número 45.849, de 22 de abril de 1959.*

Decreto n.º 49.733 — de 31 de dezembro de 1960.

— *Outorga ao Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 49.734 — de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o Estado da Bahia a construir uma linha de transmissão de energia elétrica.*

Decreto n.º 50.111 — de 26 de janeiro de 1961.

**ESTADO DO PARANÁ**

*Outorga ao Estado do Paraná concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 48.837 — de 12 de agosto de 1960.

— *Outorga ao Estado do Paraná concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 48.838 — de 12 de agosto de 1960.

— *Outorga ao Estado do Paraná concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 48.840 — de 12 de agosto de 1960.

**ESTADO DO PIAUÍ**

*Edifica o contrato de concessão do Serviço de Loterias do Estado do Piauí.*

Decreto n.º 49.643 — de 31 de dezembro de 1960.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

*Aprova Termo de Acôrdio firmado entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, sobre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União.*

Lei n.º 3.887 — de 8 de fevereiro de 1961.

Publicada no D. O. de 10 de fevereiro de 1961

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Itaquí para a Comissão Estadual de Energia Elétrica a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 49.693 — de 31 de dezembro de 1960.

— *Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 49.728 — de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a realização de Convênio entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Rio Grande do Sul, para executar plano de experimentação e de fomento do trigo naquele Estado.*

Decreto n.º 49.839 — de 6 de janeiro de 1961.

**ESTADO DE SÃO PAULO**

*Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo concessão para distribuir energia elétrica em diversos municípios do Estado de São Paulo e autoriza a instalação de uma usina termelétrica e das redes de transmissão e distribuição necessárias ao serviço.*

Decreto n.º 49.735 — de 31 de dezembro de 1960.

**ESTADO DE SERGIPE**

*Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a lavar calcário no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 49.749 — de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a lavar calcário no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 49.750 — de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a lavar calcário no município de Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 49.751 — de 31 de dezembro de 1960.

**ESTADOS**

*Dispõe sobre empréstimos pelo Banco do Brasil aos Estados e Municípios.*

Decreto n.º 50.381 — de 27 de março de 1961.

**ESTATUTOS**

— *Ver o nome da entidade a que se referem.*

**ESTRADA DE FERRO  
ARARAQUARA**

*Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a firmar, pela União, convênio com a Estrada de Ferro Araraquara, relativo à cessão do trecho da rodovia BR-31, e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.190 — de 28 de janeiro de 1961.

## EX-COMBATENTES

*Dispõe sobre o atendimento de educação gratuita a filha menor de ex-combatente e aos órfãos carentes de recursos.*

Decreto n.º 50.368 — de 21 de março de 1961.

## EXÉRCITO

*Assegura estabilidade no serviço militar aos taifeiros das Forças Armadas, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.865-A — de 24 de janeiro de 1961.

— *Cria o Batalhão-Escola de Manutenção e dá outras providências.*

Decreto n.º 49.622 — de 30 de dezembro de 1960.

— *Transforma o cº G. Can. 88 AAc. no II/7º R. O. 105.*

Decreto n.º 50.137 — de 26 de janeiro de 1961.

— *Modifica a redação do artigo 53, do R-126, — (Regulamento de Preceitos Comuns ao Estabelecimentos de Ensino do Exército) — aprovado pelo Decreto n.º 42.911, de 27 de dezembro de 1957 e modificado pelos de números 45.655, de 25 de março de 1959 e 48.119, de 13 de abril de 1960.*

Decreto n.º 50.204 — de 28 de janeiro de 1961.

— *Aprova a Tabela de Rixação dos Valores dos complementos à ração comum para o Exército, e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.276, de 17 de fevereiro de 1961.

— *Fixa o número de vagas para a cota compulsória do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 50.297, de 24 de fevereiro de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário à 4ª Região Militar, em São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 50.299, de 25 de fevereiro de 1961.

## EXÉRCITO

*Altera disposições do Regulamento da Lei nº 3.222, de 21 de julho de 1957, dando nova constituição ao QOE, com a fixação do efetivo de cada uma de suas categorias.*

Decreto n.º 50.317, de 7 de março de 1961.

— *Dá nova redação a letra "c" do parágrafo 2º do artigo 20 do Regulamento dos QOA e QOE.*

Decreto n.º 50.318, de 7 de março de 1961.

— *Aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra.*

Decreto n.º 50.352, de 17 de março de 1961.

*Ver, também, Ministério da Guerra.*

## EXPORTAÇÃO DE ANIMAIS

*Cria um quarentenário destinado a disciplinar e assistir as exportações e importações de animais que forem objeto de transações entre o Brasil e demais países que delas participarem.*

Decreto n.º 50.193, de 28 de janeiro de 1961.

## EXTRATIVA MINERAL LIMITADA — EXTRAMIL

*Concede à Extrativa Mineral Limitada — Extramil, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 49.677, de 31 de dezembro de 1960.

## F

## FACULDADES

*Cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Ceará, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.866, de 25 de janeiro de 1961.

— *Destaca, dos recursos de que trata o artigo 15, primeira alínea, da Lei nº 2.976, de 28 de novembro de 1956, o mínimo de dez milhões de cruzeiros anuais, para obras, equipamentos e custeio de atividades, em partes iguais, dos Institutos de Patologia e de Pesquisas Bioquímicas, da Faculdade de Medicina de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 3.886, de 8 de fevereiro de 1961.

**FACULDADES**

*Retifica os Quadros Extraordinários de Mensalistas da Escola de Engenharia e da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, aprovados pelo Decreto nº 39.149, de 14 de maio de 1956, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.841, de 6 de janeiro de 1961.

**FATURAS COMERCIAIS**

*Modifica o Decreto nº 47.712, de 29 de janeiro de 1960, que dispõe sobre o visto consular nas Faturas Comerciais e dá outras providências.*

Decreto nº 49.977, de 23 de janeiro de 1961.

**FELDSPATO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Navega Tranco a pesquisar feldspato no município de Parati, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 49.624, de 30 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Moacyr José dos Santos a lavar feldspato no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 49.647, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João César Favero a pesquisar caulim e feldspato, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.697, de 31 de dezembro de 1960.

— *Renova o Decreto nº 44.552, de 25 de setembro de 1958.*

Decreto nº 50.017, de 24 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 43.663, de 7 de maio de 1958.*

Decreto nº 50.023, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Sattim a pesquisar feldspato no município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.034, de 24 de janeiro de 1961.

**FELDSPATO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicucco a lavar caulim e feldspato no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.044, de 24 de janeiro de 1961.

**FERRO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Márcio Pacifico Homem de Andrade, a lavar minério de ferro no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.658, de 31 de dezembro de 1960.

— *Altera o art. 1º do Decreto número 41.323, de 10 de abril de 1957.*

Decreto nº 49.662, de 31 de dezembro de 1960.

— *Altera o art. 1º do Decreto número 41.317, de 10 de abril de 1957.*

Decreto nº 49.663, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza Manganoferrea Mineração Limitada a lavar minério de ferro no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.674, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Maria Monteiro de Barros a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.676, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza Manganoferrea Mineração Ltda., a pesquisar quartzo e minério de ferro no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.694, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza Mineração Hannaco Limitada a lavar minério de ferro nos municípios de Nova Lima e Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.755, de 31 de dezembro de 1960.

## FERRO

*Autoriza Mineração Hannaco Limitada a lavar minério de ferro nos municípios de Nova Lima e Rio Acima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.756, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Rodrigues de Souza a pesquisar minério de ferro no município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.792, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Maringa a pesquisar minério de ferro, calcário e quartzito, no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.799, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza Mineração Hanna do Brasil Ltda., a lavar minério de ferro no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.839, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Spyer Prates a lavar minério de ferro no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.906, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Duarte a pesquisar bauxita e minérios de ferro e manganês no município de Rio Acima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.946, de 13 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim da Silva Caldeira a pesquisar minério de ferro no município de Guanhães, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.005, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza Mineração Hanna do Brasil Ltda., a lavar minério de ferro no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.007, de 24 de janeiro de 1961.

## FERRO

*Autoriza a cidadã brasileira Judite Ferreira Pinto a pesquisar minério de ferro no município de Sabará, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.029, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — "Cruzul" a lavar minério de ferro, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.042, de 24 de janeiro de 1961.

— *Retifica o art. 1º do Decreto número 48.226, de 16 de maio de 1960.*

Decreto nº 50.076, de 25 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Armando Newlands a pesquisar minério de ferro no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.123, de 26 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a Mineração Brasília Ltda. a pesquisar amianto e minérios de ferro e manganês, no município de Caeté, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.173, de 28 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Heraldo de Campos Lima a pesquisar minério de ferro no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.183, de 28 de janeiro de 1961.

## FERROVIAS

*Revigora, por dois exercícios, a autorização concedida pela Lei nº 3.317, de 18 de novembro de 1957, que abre crédito destinado ao prosseguimento de obra ferroviária no Estado de Santa Catarina.*

Lei nº 3.862-A, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.377.318.000,00, destinado ao pagamento de diferenças de remuneração de pessoal das ferrovias.*

Lei nº 3.869, de 30 de janeiro de 1961.

**FERROVIAS**

*Retifica o Decreto nº 28.363, de 11 de julho de 1950, que altera em aumento de despesa, as Tabelas Numéricas de Extranumerário-mensalista da Estrada de Ferro de Goiás, do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 49.475, de 9 de dezembro de 1960.

**FERTILIZANTES**

*Aprova o regulamento para a fiscalização do comércio de fertilizantes e produtos correlatos destinados a agricultura.*

Decreto nº 50.146, de 27 de janeiro de 1961.

— *Dispõe sobre o regime dos preços resultantes da Instrução nº 204, de 13 de março de 1961, da Superintendência da Moeda e do Crédito, relativo a fertilizantes, inseticidas e semelhantes.*

Decreto nº 50.363, de 20 de março de 1961.

**FINANCIAMENTOS**

*Inclui o art. 3º do Decreto número 49.190-A, de 19-11-60, que fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano de 1961.*

Decreto nº 49.853, de 10 de janeiro de 1961.

**FLUORITA**

*Autoriza Mineração Sulbrasileira S. A. a lavar fluorita, no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 49.633, de 30 de dezembro de 1960.

**FORÇAS ARMADAS**

*Altera a redação dada à letra d do art. 2º do Decreto nº 23.822, de 10 de outubro de 1947, pelo Decreto número 45.057, de 17 de dezembro de 1958.*

Decreto nº 50.262, de 3 de fevereiro de 1961.

**FORÇAS ARMADAS**

*Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas, para o ano de 1961 e dá outras providências.*

Decreto nº 50.274, de 17 de fevereiro de 1961.

**FOSFORITA**

*Autoriza a Companhia de Cimento Portland Poty a pesquisar fosforita, no município de Igarapé, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 49.623, de 30 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a Companhia de Tecidos Paulista a pesquisar fosforita no município de Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 49.656, de 31 de dezembro de 1960.

— *Retifica o art. 1º do Decreto número 46.641, de 17 de agosto de 1959.*

Decreto nº 50.134, de 26 de janeiro de 1961.

**FOSFORITA OLINDA S. A.**

— F A S A

*Retifica o art. 1º do Decreto número 46.641, de 17 de agosto de 1959.*

Decreto nº 50.134, de 26 de janeiro de 1961.

**FOSTER HEELER INTERNATIONAL CORPORATION**

*Concede à sociedade anônima Foster Wheller International Corporation autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto nº 49.760, de 31 de dezembro de 1960.

**FRANQUIA POSTAL, TELEGRÁFICA E RADIOTELEGRÁFICA**

*Estende ao Instituto de Energia Atômica a franquia postal, telegráfica e radiotelegráfica, prevista no artigo 2º da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951.*

Decreto nº 50.253, de 28 de janeiro de 1961.

## FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

*Altera o item I do art. 2º do Decreto nº 33.636, de 21 de agosto de 1953, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.850, de 7 de janeiro de 1961.

— *Altera a redação dos arts. 1º e 2º do Decreto nº 48.288, de 13 de junho de 1960.*

Decreto nº 49.918, de 12 de janeiro de 1961.

— *Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 38.965, de 3 de abril de 1956.*

Decreto nº 49.950, de 16 de janeiro de 1961.

— *Dispõe sobre o horário de trabalho dos servidores do Serviço Civil do Poder Executivo e das Autarquias e dá outras providências.*

Decreto nº 50.273, de 16 de fevereiro de 1961.

— *Determina a exoneração ou dispensa de servidores do Serviço Civil do Poder Executivo e das Autarquias Federais, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.284, de 21 de fevereiro de 1961.

— *Proíbe a nomeação ou admissão de pessoal no Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.285, de 21 de fevereiro de 1961.

— *Dispõe sobre o cálculo das diárias de que trata o Decreto nº 49.544, de 16 de dezembro de 1960.*

Decreto nº 50.294, de 23 de fevereiro de 1961.

— *Altera o divisor de conversão aplicável ao pagamento de vencimentos, salários, remuneração e quaisquer vantagens a servidores civis e militares em exercício no Exterior, realizada pela Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior.*

Decreto nº 50.312, de 3 de março de 1961.

— *Determina a sustação do regime do tempo integral para os técnicos dos serviços de saúde.*

Decreto nº 50.319, de 7 de março de 1961.

## FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

*Revoga os Decretos ns. 43.186, de 6 de fevereiro de 1958; 46.131, de 3 de junho de 1959; e 47.022, de 14 de outubro de 1959, relativos à concessão a médicos, engenheiros e dentistas, das gratificações previstas nos itens V e VI da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto nº 50.337, de 14 de março de 1961.

— *Dispõe sobre registro de ponto e frequência dos servidores do Serviço Civil do Poder Executivo e das Autarquias, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.350, de 17 de março de 1961.

— *Dispõe sobre a jornada de trabalho para servidores de repartições situadas em cidades que especifica.*

Decreto nº 50.346, de 16 de março de 1961.

— *Reajusta a representação por serviço no exterior concedida aos Consules Privativos, padrão "M", e aos Ex-Auxiliares de Consulado, padrão "N".*

Decreto nº 50.283, de 28 de março de 1961.

— *Reduz os vencimentos e vantagens do pessoal do Ministério da Fazenda em missão ou comissão no exterior, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.391, de 29 de março de 1961.

— *Torna sem efeito os atos de movimentação do pessoal que especifica.*

Decreto nº 50.396, de 29 de março de 1961.

## FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR

*Considera de interesse militar funções exercidas no Conselho Coordenador do Abastecimento e na Sociedade Termelétrica de Capivari, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.546, de 16 de dezembro de 1960.



**FUNÇÕES GRATIFICADAS**

*Regulamenta a classificação das funções gratificadas do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.592, de 27 de dezembro de 1960.

— *Classifica as funções gratificadas do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências.*

(Publicado no Diário Oficial de 27 de dezembro de 1960 — Parte I).

Decreto nº 49.593, de 27 de dezembro de 1960.

**FUNDAÇÃO ABRIGO CRISTO REDENTOR**

*Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ .... 30.000.000,00 para auxiliar a Fundação Abrigo do Cristo Redentor, na sua manutenção.*

Decreto nº 50.106, de 26 de janeiro de 1961.

**FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL**

*Dispõe sobre reserva de terras para atividades da Fundação Brasil Central.*

Decreto nº 50.192, de 28 de janeiro de 1961.

**FUNDAÇÃO CASPER LÍBERO**

*Declara caduca a concessão outorgada pelo Decreto nº 45.283, de 26 de janeiro de 1959, para a Fundação Casper Líbero, estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.201, de 28 de janeiro de 1961.

— *Revoga os Decretos ns. 50.201 e nº 50.202, ambos de 28 de janeiro de 1961, e restabelece a vigência do Decreto nº 45.283, de 26 de janeiro de 1959.*

Decreto nº 50.261, de 31 de janeiro de 1961.

**FUNDAÇÃO COIMBRA BUENO PELA NOVA CAPITAL DO BRASIL**

*Dá normas com a colaboração do Poder Público com a "Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil", no desenvolvimento de atividades culturais.*

Decreto nº 49.606, de 28 de dezembro de 1960.

— *Declara de utilidade pública a "Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil".*

Decreto nº 49.873, de 11 de janeiro de 1961.

**FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS**

*Retifica a redação do art. 1º do Decreto nº 48.088, de 8 de abril de 1960.*

Decreto nº 49.538, de 15 de dezembro de 1960.

**FUNDAÇÃO ESPÍRITA SANATÓRIO "AMÉRICO BAIRRAL"**

*Declara de utilidade pública a Fundação Espirita Sanatório "Américo Bairral", com sede em Itapira, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.815, de 5 de janeiro de 1961.

**FUNDAÇÃO SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA**

*Aprova os Estatutos da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública.*

Decreto nº 49.464, de 7 de dezembro de 1960.

**FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO**

*Vincula recursos do Fundo Federal de Eletrificação e autoriza a aquisição de ações da Hidroelétrica do Rio de Doce, S. A.*

Decreto nº 49.876, de 11 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a tomar ações da Espirito Santo e Centrais Elétrica S. A. — ESCELSA — à conta do Fundo Federal de Eletrificação.*

Decreto nº 50.104, de 26 de janeiro de 1961.

**G**

**GATT**

*Ver: Acôrdo Geral de Tarifa e Comércio.*

**GEIA**

*Ver: Grupo Executivo da Indústria Automobilística.*

**GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO**

*Dispõe sobre reajuste e redução das Tabelas de Representação aprovadas pelo Decreto nº 49.539, de 15 de dezembro de 1960.*

Decreto nº 50.327, de 8 de março de 1961.

**GRATIFICAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHO COM RISCO DE VIDA E SAÚDE**

*Revoga os Decretos ns. 43.186, de 6 de fevereiro de 1958; 46.131, de 3 de junho de 1959, e 47.022, de 14 de outubro de 1959, relativos à concessão a médicos, engenheiros e dentistas, das gratificações previstas nos itens V e VI da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto nº 50.337, de 14 de março de 1961.

*... Revoga os Decretos ns. 48.285, de 10 de junho de 1960; 47.783, de 10 de fevereiro de 1960; 45.042, de 10 de dezembro de 1958, e 47.053, de 20 de outubro de 1959, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.347, de 16 de março de 1961.

**GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO EM DETERMINADAS ZONAS OU LOCAIS**

*Revoga os Decretos ns. 43.186, de 6 de fevereiro de 1958; 46.131, de 3 de junho de 1949, e 47.022, de 14 de outubro de 1959, relativos à concessão a médicos, engenheiros e dentistas, das gratificações previstas nos itens V e VI da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto nº 50.337, de 14 de março de 1961.

**GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO EM DETERMINADAS ZONAS OU LOCAIS**

*Revoga os Decretos ns. 48.285, de 10 de junho de 1960; 47.783, de 10 de fevereiro de 1960; 45.042, de 10 de dezembro de 1959, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.347, de 16 de março de 1961.

**GRUPOS DE TRABALHO**

*Institui Grupo de Trabalho para o fim que menciona e dá outras providências.*

Decreto nº 50.324, de 8 de março de 1961.

*Institui Grupo de Trabalho para o fim que menciona e dá outras providências.*

Decreto nº 50.339, de 15 de março de 1961.

*Altera a redação do art. 2º do Decreto nº 50.339, de 15 de março de 1961.*

Decreto nº 50.357, de 18 de março de 1961.

*Institui Grupo de Trabalho para o para estudo dos problemas do trigo e dá outras providências.*

Decreto nº 50.380, de 27 de março de 1961.

*— Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 50.339, de 15 de março de 1961.*

Decreto nº 50.393, de 29 de março de 1961.

**GUANO FOSFATO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Oscar Lacê Teixeira Lopes, a lavar guano fosfato, na Ilha Rata, do Arquipélago de Fernando de Noronha.*

Decreto nº 50.141, de 26 de janeiro de 1961.

## GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

*Dá nova redação aos arts. 14, 15 e seu parágrafo único, parágrafo único, parágrafo único do art. 18, e artigo 23 do Decreto nº 39.412, de 16 de junho de 1956, e revoga os Decretos ns. 41.986, de 5 de agosto de 1957, e 43.715, de 19 de maio de 1958.*

Decreto nº 50.386, de 28 de março de 1961.

## GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA

*Cria o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica e dá outras providências.*

Decreto nº 50.278, de 17 de fevereiro de 1961.

## H

### HIDRELÉTRICA DO RIO DOCE SOCIEDADE ANÔNIMA

*Vincula recursos do Fundo Federal de Eletificação e autoriza a aquisição de ações da Hidroelétrica do Rio Doce S. A.*

Decreto nº 49.876, de 11 de janeiro de 1961.

### HOSPITAL ESPÍRITA "ANDRÉ LUIZ"

*Declara de utilidade pública o Hospital Espirita "André Luiz", com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 48.661, de 4 de agosto de 1960.

### HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

*Declara de utilidade pública o Hospital Nossa Senhora das Graças, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.*

Decreto nº 49.217, de 14 de novembro de 1960.

### IBGE

Ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## I

### I.B.M. WORLD TRADE CORPORATION

*Aprova a decisão do Tribunal de Contas, denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a I. B. M. World Trade Corporation, para locação de máquina elétrica de contabilidade e estatística.*

Decreto Legislativo nº 2, de 1961.

### ILMENITA

*Renova o Decreto nº 42.449, de 14 de outubro de 1957.*

Decreto nº 49.659, de 31 de dezembro de 1960.

— *Renova o Decreto nº 43.666, de 7 de maio de 1958.*

Decreto nº 49.820, de 5 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 43.753, de 21 de maio de 1958.*

Decreto nº 48.821, de 5 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 43.788, de 22 de maio de 1958.*

Decreto nº 49.832, de 5 de janeiro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 43.747, de 21 de maio de 1958.*

Decreto nº 49.931, de 13 de janeiro de 1961.

### IMPORTAÇÃO

*Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, ora descritos e a serem trazidos do Exterior pela empresa Cerâmica Senhor do Bonfim Ltda., de Salvador (Ba).*

Decreto nº 49.696, de 31 de dezembro de 1960.

— *Cria um quarentenário destinado a disciplinar e assistir as exportações e importações de animais que forem objeto de transações entre o Brasil e demais países que delas participarem.*

Decreto nº 50.193, de 28 de janeiro de 1961.

## IMPORTAÇÃO

*Regula a importação de reprodutores zebuínos, bubalinos e outros animais domésticos em todo o território nacional.*

Decreto nº 50.194, de 28 de janeiro de 1961.

## IMPÔSTO DO SÊLO

*Isenta da tributação do impôsto do sêlo os contratos de financiamentos em que sejam mutuárias as sociedades cooperativas.*

Lei nº 3.870, de 30 de janeiro de 1961

## IMPÔSTO SÔBRE A RENDA

*Altera o § 7º do art. 138, do Regulamento aprovado com o Decreto número 47.373, de 7 de dezembro de 1959.*

Decreto nº 50.138, de 28 de janeiro de 1961.

## INDULTOS

*Concede indulto a sentenciados pela forma que especifica.*

Decreto nº 50.240, de 28 de janeiro de 1961.

## INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

*Dá nova redação aos arts. 14, 15 e seu parágrafo único, parágrafo único do art. 18, e art. 23 do Decreto número 39.412, de 16 de junho de 1956, e revoga os Decretos ns. 41.986, de 5 de agosto de 1957, e 43.715, de 19 de maio de 1958.*

Decreto nº 50.386, de 28 de março de 1961.

## INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA

*Cria o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.278, de 17 de fevereiro de 1961.

## INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LIMITADA

*Concede à Indústria de Calcários Caçapava Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 49.785, de 31 de dezembro de 1960.

## INSETICIDAS

*Dispõe sobre o regime dos preços, resultantes da Instrução nº 204, de 13 de março de 1961, da Superintendência da Moeda e do Crédito, relativos a fertilizantes, inseticidas e semelhantes.*

Decreto nº 50.363, de 20 de março de 1961.

## INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ..... 15.000.000,00, destinado ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — IBECC — Seção de São Paulo..*

Lei nº 3.872, de 30 de janeiro de 1961.

## INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS LITERÁRIOS

*Institui, no Ministério da Educação e Cultura, um organismo denominado Instituto Brasileiro de Estudos Literários, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências.*

Decreto nº 49.974, de 21 de janeiro de 1961.

## INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

*Dispõe sobre a instalação e o funcionamento do Centro de Processamento de Dados do Governo.*

Decreto nº 49.914, de 12 de janeiro de 1961.

— *Dispõe sobre a não realização, no corrente ano, das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia.*

Decreto nº 50.372, de 22 de março de 1961.

## INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS

*Ratifica os decretos que menciona.*

Decreto nº 50.214, de 28 de janeiro de 1961.

## INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS

*Ratifica os decretos que menciona.*

Decreto nº 50.214, de 28 de janeiro de 1961.

### **INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS**

*Cria cargos e funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências.*

Decreto nº 49.130, de 1 de novembro de 1960.

— *Ratifica os decretos que menciona.*

Decreto nº 50.214, de 28 de janeiro de 1961.

### **INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS DO SERVIÇO PÚBLICO**

*Ratifica os decretos que menciona.*

Decreto nº 50.214, de 28 de janeiro de 1961.

### **INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS**

*Ratifica os decretos que menciona.*

Decreto nº 50.214, de 28 de janeiro de 1961.

### **INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS**

*Ratifica os decretos que menciona.*

Decreto nº 50.214, de 28 de janeiro de 1961.

### **INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

*Ratifica os decretos que menciona.*

Decreto nº 50.214, de 28 de janeiro de 1961.

— *Dispõe sobre os depósitos bancários dos institutos de previdência e outras autarquias federais, comissões, departamentos, entidades em regime especial de administração, sociedades de economia mista com preponderância de capital do Governo, pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por adiantamentos etc. e dá outras providências.*

Decreto nº 50.268, de 8 de fevereiro de 1961.

### **INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

*Aprova a tabela dos índices de reajustamento das aposentadorias e pensões e benefícios de manutenção de salário em vigor nos Institutos de Aposentadoria e Pensões a que se refere o art. 67 e seus parágrafos da Lei nº 3.867, de 26 de agosto de 1960, combinados com os arts. 116 a 118 do respectivo regulamento aprovado pelo Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.*

Decreto nº 50.326, de 8 de março de 1961.

### **INSTITUTO DE ARTES E OFÍCIOS DIVINA PROVIDÊNCIA**

*Declara de utilidade pública o Instituto de Artes e Ofícios Divina Providência.*

Decreto nº 49.808, de 31 de dezembro de 1960.

### **INSTITUTO DE ENERGIA ATÔMICA**

*Estende ao Instituto de Energia Atômica a franquia postal, telegráfica e radiotelegráfica, prevista no art. 29 da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951.*

Decreto nº 50.253, de 28 de janeiro de 1961.

### **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO**

*Considera contribuinte obrigatório do Instituto de Previdência e Assistência dos Serviços do Estado (IPASE) o pessoal temporário admitido pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.*

Decreto nº 49.925, de 13 de janeiro de 1961.

— *Transfere cargos da Parte Suplementar para o Quadro Permanente do Pessoal do IPASE.*

Decreto nº 50.051, de 24 de janeiro de 1961.

— *Retifica, em parte, o Decreto número 48.269, de 3 de junho de 1960.*

Decreto nº 50.080, de 25 de janeiro de 1961.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E  
ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES  
DO ESTADO**

— *Torna sem efeito o Decreto número 48.032, de 7 de abril de 1960.*

Decreto nº 50.323, de 9 de março de 1961.

*Revoga o Decreto nº 49.323, de 23 de novembro de 1960, que alterou a estrutura do Quadro do Pessoal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

Decreto nº 50.341 — De 15 de março de 1961.

**INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO  
ALCOOL**

*Altera o Regimento e o Quadro do Pessoal do Instituto do Açúcar e do Alcool.*

Decreto nº 50.160 — De 27 de janeiro de 1961.

*Revoga o Decreto nº 50.160, de 27 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.329 — De 9 de março de 1961.

**INSTITUTO NACIONAL DO  
CÂNCER**

*Aprova o Regimento do Instituto Nacional de Câncer e dá outras providências.*

Decreto nº 50.251 — De 23 de janeiro de 1961.

**INSTITUTO NACIONAL DE  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

*Declara de utilidade pública para fins de desapropriação a gleba "Missões" e parte da gleba "Chopim", situadas na faixa da fronteira, no Estado do Paraná.*

Decreto nº 50.379 — De 27 de março de 1961.

**INSTITUTO RIO BRANCO**

*Altera a redação do artigo 5.º do Regulamento do Instituto Rio Branco.*

Decreto nº 50.388 — De 29 de março de 1961.

**INTERAMERICANA. COMPANHIA  
DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Interamericana, Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto nº 49.710 — De 31 de dezembro de 1960.

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Interamericana, Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto nº 49.765 — De 31 de dezembro de 1960.

**IRMANDADE DA SANTA CASA DE  
MISERICÓRDIA DE MOGI-MIRIM**

*Declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi-Mirim, com sede em Mogi-Mirim, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.812 — De 31 de dezembro de 1960.

**IRMANDADE DA SANTA CASA DA  
MISERICÓRDIA DE RIO CLARO**

*Declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro, com sede em Rio Claro, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.816 — De 5 de janeiro de 1961.

**IRMANDADE DE MISERICÓRDIA  
DE CAMPINAS**

*Declara de utilidade pública a Irmandade de Misericórdia de Campinas, com sede em Campinas, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.811 — De 31 de dezembro de 1960.

**IRMANDADE DOS POBRES DE  
ENGENHEIRO PAULO DE  
FRONTIN**

*Declara de utilidade pública a Irmandade dos Pobres de Engenheiro Paulo de Frontin, com sede em Engenheiro Paulo de Frontin, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 49.813 — De 5 de janeiro de 1961.

**ISENÇÕES**

*Concede isenção de direitos de importação e taxas, inclusive a de Previdência Social para material hospitalar a ser importado pela Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil.*

Lei n.º 3.888 — De 8 de fevereiro de 1961.

*Isenta da tributação do imposto do selo os contratos de financiamentos em que sejam mutuárias as sociedades cooperativas.*

Lei n.º 3.870 — De 30 de janeiro de 1961.

**ITALBRÁS — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da ITALBRÁS — Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n.º 49.772 — De 31 de dezembro de 1960.

**J****JARAGUÁ — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Jaraguá — Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n.º 49.706 — De 31 de dezembro de 1960.

**JOSÉ MARTINS & CIA.**

*Concede à sociedade José Martins & Cia. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 49.723 — De 31 de dezembro de 1960.

**L****LEUCOFILITOS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Jesulino Felicissimo Junior a lavar leucofilitos no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 50.129 — De 26 de janeiro de 1961.

**LIGA BAIANA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL**

*Concede isenção de direitos de importação e taxas, inclusive a de Previdência Social para material hospitalar a ser importado pela Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil.*

Lei n.º 3.888 — De 8 de fevereiro de 1961.

**LINCE SEGUROS GERAIS S. A.**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Lince Seguros Gerais Sociedade Anônima.*

Decreto n.º 50.099 — De 26 de janeiro de 1961.

**LLOYD AÉREO PARAGUAYO S. A.**

*Concede ao "Lloyd Aéreo Paraguayo S.A.", autorização para funcionar no Brasil.*

Decreto n.º 49.865 — De 11 de janeiro de 1961.

**LOTERIAS**

*Ratifica o contrato de concessão do Serviço de Loterias do Estado do Piauí.*

Decreto n.º 49.643 — De 31 de dezembro de 1960.

**LUTO OFICIAL**

*Decreta luto oficial pelo falecimento do ex-Presidente da República, Deputado Carlos Coimbra da Luz, e dispõe sobre homenagens e os seus funerais.*

Decreto n.º 50.269 — De 19 de fevereiro de 1961.

*Declara luto oficial pelo falecimento do Governador Roberto Silveira e dispõe sobre os seus funerais.*

Decreto n.º 50.308 — De 28 de fevereiro de 1961.

**M****MADEPINHO SEGURADORA S. A.**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Madepinho Seguradora S.A.*

Decreto n.º 49.720 — De 31 de dezembro de 1960.

## MANGA-LARGA

*Reconhece o Serviço de Registro Genealógico mantido pela Associação dos Criadores do Cavallo Marchador da raça Manga-Larga e contém outras disposições.*

Decreto n.º 50.195 — De 28 de janeiro de 1961.

## MANGANÊS

*Autoriza o cidadão brasileiro José Maria Monteiro de Barros a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais..*

Decreto n.º 49.676 — De 31 de dezembro de 1960.

*Autoriza o cidadão brasileiro Wilson Gabriel Giannetti a pesquisar minério de manganês no município de Iporanga, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 49.780 — De 31 de dezembro de 1960.

*Renova o Decreto n.º 44.701, de 20 de outubro de 1958.*

Decreto n.º 49.934 — De 13 de janeiro de 1961.

*Autoriza o cidadão brasileiro Raul Amorim Antony a pesquisar minério de manganês no município de Borba, Estado do Amazonas.*

Decreto n.º 49.935 — De 13 de janeiro de 1961.

*Autoriza o cidadão brasileiro Ivo Felisberto de Souza a pesquisar minério de manganês no município de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 49.942 — De 13 de janeiro de 1961.

*Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Duarte a pesquisar bauxita e minérios de ferro e manganês no município de Rio Acima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 49.946 — De 13 de janeiro de 1961.

*Autoriza o cidadão brasileiro José da Silva Marques a pesquisar minério de manganês no município de Pindobaçu, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 49.997 — De 24 de janeiro de 1961.

## MANGANÊS

*Autoriza o cidadão brasileiro Daniel da Fonseca Júnior a pesquisar minério de manganês no município de Jequitai, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 50.035 — De 24 de janeiro de 1961.

*Autoriza o cidadão brasileiro Celso Santos a pesquisar minérios de manganês, no município de Miguel Calmon, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 50.132 — De 28 de janeiro de 1961.

*Autoriza o cidadão brasileiro Celso Santos a pesquisar minério de manganês no município de Saúde, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 50.135 — De 26 de janeiro de 1961.

*Autoriza o cidadão brasileiro Humberto Silveira Castro a pesquisar minérios de manganês, no município de Jacobina, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 50.171 — De 28 de janeiro de 1961.

*Autoriza a Mineração Brasília Limitada, a pesquisar amianto e minérios de ferro e manganês, no município de Caeté, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 50.173 — De 28 de janeiro de 1961.

## MÁQUINAS AGRÍCOLAS

*Estabelece a obrigatoriedade dos testes para tratores, máquinas e ferramentas agrícolas importadas ou fabricadas no País e dá outras providências.*

Decreto n.º 49.944 — De 13 de janeiro de 1961.

## MARINHA

*Assegura estabilidade no serviço militar aos tajeiros das Forças Armadas, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.865-A — De 24 de janeiro de 1961.



**MARINHA**

— *Cria, no Ministro da Marinha, os Quadros Complementares dos Corpos da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes de Marinha.*

Lei nº 2.885, de 2 de fevereiro de 1961.

— *Aprova o Regulamento do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 49.356, de 28 de novembro de 1960.

— *Dá nova redação ao art. 9º do Regulamento para as Escolas de Aprendizes-Marinheiros.*

Decreto nº 49.868, de 11 de janeiro de 1961.

— *Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto nº 49.370, de 11 de janeiro de 1961.

— *Aprova o Regulamento para a Inspetoria Geral da Marinha.*

Decreto nº 49.872, de 11 de janeiro de 1961.

— *Altera temporariamente, dispositivos do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.*

Decreto nº 49.987, de 24 de janeiro de 1961.

— *Altera, temporariamente dispositivos do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.*

Decreto nº 49.988, de 24 de janeiro de 1961.

— *Altera o Regulamento para o Colégio Naval.*

Decreto nº 50.057, de 25 de janeiro de 1961.

— *Altera o Regulamento para os Centros de Instrução da Marinha*

Decreto nº 50.054, de 25 de janeiro de 1961.

— *Concede à Marinha de Guerra do Equador o Prêmio "Marinha do Brasil".*

Decreto nº 50.055, de 25 de janeiro de 1961.

**MARINHA**

— *Aprova o Regulamento para o Colégio Naval.*

Decreto nº 50.056, de 25 de janeiro de 1961.

— *Altera o Regulamento para a Escola Naval.*

Decreto nº 50.058, de 25 de janeiro de 1961.

— *Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas, para o ano de 1961 e dá outras providências.*

Decreto nº 50.274, de 17 de fevereiro de 1961.

— *Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos Complementos à ração comum, para a Marinha, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.275, de 17 de fevereiro de 1961.

— *Ver, também, Ministério da Marinha e Armada.*

**MARINHA DE GUERRA DO EQUADOR**

— *Concede à Marinha de Guerra do Equador o Prêmio "Marinha do Brasil".*

Decreto nº 50.055, de 25 de janeiro de 1961.

**MÁRMORE**

— *Autoriza Indústria de Mármore, Granito "Sinval" a pesquisar mármore e granito no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 49.786, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Odon de Sá Cavalcanti a pesquisar mármore no município de Itabaiana, Estado da Paraíba.*

Decreto nº 49.987, de 31 de dezembro de 1960.

## MÁRMORE

— *Autoriza o cidadão brasileiro Miguel Alves Evangelista a pesquisar mármore no município de Juazeiro, Estado da Bahia.*

Decreto nº 48.792, de 12 de agosto de 1960.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria Cecília de Macedo Soares Rittscher a pesquisar calcário e mármore no município de Iporanga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.893, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria Cecília de Macedo Soares Rittscher a pesquisar calcário e mármore no município de Iporanga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.894, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria Cecília de Macedo Soares Rittscher a pesquisar calcário e mármore no município de Iporanga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.895, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubirajara Keuteneditjan a pesquisar mármore no município de Cêrro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto nº 49.928, de 13 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria Cecília de Macedo Soares Rittscher a pesquisar calcário e mármore, no município de Iporanga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.929, de 13 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubirajara Keuteneditjan a pesquisar mármore no município de Cêrro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto nº 49.940, de 13 de janeiro de 1961.

## MÁRMORE

— *Autoriza o cidadão brasileiro Guilhermino de Freitas Jatobá a pesquisar mármore no município de Joazeiro, Estado da Bahia.*

Decreto nº 50.013, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubaldo Emilio Cavallari a pesquisar mármore no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto nº 50.179, de 28 de janeiro de 1961.

## MASSAS ALIMENTÍCIAS

*Corrige a redação do art. 17 do Decreto nº 47.491, de 24 de dezembro de 1959 e lhe acrescenta parágrafo único.*

Decreto nº 50.123, de 26 de janeiro de 1961.

## MATERIAL HOSPITALAR

*Concede isenção de direitos de importação e taxas, inclusive a de Previdência Social, para material hospitalar a ser importado pela Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil.*

Lei nº 3.888, de 8 de fevereiro de 1961.

## MEDALHAS

*Concede à Marinha de Guerra do Equador o Prêmio "Marinha do Brasil"*

Decreto nº 50.055, de 25 de janeiro de 1961.

— *Dispõe sobre a Medalha de Serviços Distintos.*

Decreto nº 50.170, de 28 de janeiro de 1961.

## MERCANTIL — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Mercantil — Companhia Nacional de Seguros.*

Decreto nº 50.098, de 25 de janeiro de 1961.

**"MERIDIONAL" — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "Meridional" — Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto nº 49.714, de 31 de dezembro de 1960.

**MICA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Ruy Moreira Cezar a pesquisar quartzo e mica no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.657, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edvaldo Cruz a pesquisar mica no Município de Coroaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.858, de 10 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Maria de Almeida a pesquisar quartzo e mica, no município de Coroaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.892, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ernestino Malaquias Tavares a pesquisar mica, no município de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.012, de 24 de janeiro de 1961.

**MILITARES**

*Dá nova redação do art. 13 da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, que regula a inatividade dos militares.*

Lei nº 3.874, de 30 de janeiro de 1961.

— *Altera a redação dos arts. 1º e 2º do Decreto nº 48.288, de 13 de junho de 1960.*

Decreto nº 49.918, de 12 de janeiro de 1961.

— *Altera o divisor de conversão aplicável ao pagamento de vencimentos, salários, remuneração e quaisquer vantagens a servidores civis e militares em exercício no Exterior, realizado pela Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior.*

Decreto nº 50.312, de 3 de março de 1961.

**MILITARES**

— *Altera disposições do Regulamento da Lei nº 3.222, de 21 de junho de 1957, dando nova constituição ao QOE, com a fixação do efetivo de cada uma de suas categorias.*

Decreto nº 50.317, de 7 de março de 1961.

— *Reduz os vencimentos e vantagens do pessoal militar no exterior e dá outras providências.*

Decreto nº 50.369, de 21 de março de 1961.

— *Concede à Mincon Minérios S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 50.177, de 28 de janeiro de 1961.

**MINERAÇÃO ABEL S. A.**

*Concede à Mineração Abel S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 49.627, de 30 de dezembro de 1960.

**MINERAÇÃO CAETÊ S. A.**

*Concede à Mineração Caetê S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 49.686, de 31 de dezembro de 1960.

**MINERAÇÃO CAJURY LIMITADA**

*Concede à Mineração Cajury Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 49.640, de 30 de dezembro de 1960.

**MINERAÇÃO ITAITU LIMITADA**

*Concede à Mineração Itaitu Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 49.699, de 31 de dezembro de 1960.

**MINERAÇÃO SANTA HELENA LIMITADA**

*Concede à Mineração Santa Helena Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 49.667, de 31 de dezembro de 1960.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

*Dispõe sobre a transformação de extranumerários-tarefeiros do Ministério da Aeronáutica em extranumerários-mensalistas e dá outras providências.*

Decreto nº 48.091, de 11 de abril de 1960.

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Montes Claros (M. G.).*

Decreto nº 49.463, de 7 de dezembro de 1960.

*Altera a lotação numérica de repartições atendidas pelo Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica.*

*Retifica as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica que menciona.*

Decreto nº 49.882, de 12 de janeiro de 1961.

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Leme, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.883, de 12 de janeiro de 1961.

*Retifica o Decreto nº 48.091, de 11 de abril de 1960, que dispõe sobre a transformação de extranumerários-tarefeiros do Ministério da Aeronáutica em extranumerário-mensalista.*

Decreto nº 49.903, de 12 de janeiro de 1961.

*Torna sem efeito o item II do art. 1º do Decreto nº 49.209, de 11 de novembro de 1960, que transferiu funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica, que mencionou.*

Decreto nº 49.917, de 12 de janeiro de 1961.

*Dá nova redação ao art. 11 do Regulamento da Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Decreto nº 50.225, de 28 de janeiro de 1961.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.288, de 22 de fevereiro de 1961.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

*Aprova o Regimento Padrão dos Institutos Agronômicos Regionais e Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do C. N. E. P. A., do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 49.391, de 1 de dezembro de 1960.

*Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanentes e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 49.804, de 31 de dezembro de 1960.

*Altera a denominação do Centro de Ensino e Treinamento da Fazenda Ipanema do Ministério da Agricultura e aprova seu Regimento.*

Decreto nº 49.835, de 5 de janeiro de 1961.

*Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 49.837, de 6 de janeiro de 1961.

*Abre pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ ..... 50.000.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto nº 49.838, de 6 de janeiro de 1961.

*Autoriza a realização de Convênio entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Rio Grande do Sul, para executar plano de experimentação e de fomento do trigo naquele Estado.*

Decreto nº 49.839, de 6 de janeiro de 1961.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Cria o "Parque Nacional das Emas" no Estado de Goiás, abrangendo parte menor, do Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 41.874, de 11 de janeiro de 1961.

— Cria o "Parque Nacional de Tocantins", no Estado de Goiás e dá outras providências.

Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961.

— Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 49.908, de 12 de janeiro de 1961.

— Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 49.909, de 12 de janeiro de 1961.

— Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 49.910, de 12 de janeiro de 1961.

— Aprova o novo Regimento do Gabinete do Ministro da Agricultura, com as alterações por ele introduzidas no anterior, baixado com o Decreto nº 48.437, de 28 de junho de 1960.

Decreto nº 50.050, de 24 de janeiro de 1961.

— Cria as Inspetorias Regionais de Fomento Agrícola nos Territórios de Rondônia e Rio Branco e as Inspetorias Regionais de Defesa Sanitária Vegetal nos Territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Rio Branco.

Decreto nº 50.064, de 25 de janeiro de 1961.

— Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 50.085, de 25 de janeiro de 1961.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Cria, no Estado da Guanabara, uma Inspetoria Regional do Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Decreto nº 50.077, de 25 de janeiro de 1961.

— Cria em Brasília, Distrito Federal, uma Estação de Enologia, subordinada ao Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 50.078, de 25 de janeiro de 1961.

— Dá nova redação do art. 27 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5.739, de 29-5-1940 e modificado pelo decreto nº 49.353, de 23-11-1960.

Decreto nº 50.171-A, de 28 de janeiro de 1961.

— Transfere cargo do Ministério da Agricultura para o Ministério da Fazenda.

Decreto nº 50.185, de 28 de janeiro de 1961.

— Altera a redação dos arts. 2º, 3º e parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 46.363, de 7 de julho de 1959, e dá outras providências.

Decreto nº 50.242, de 28 de janeiro de 1961.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Aprova a decisão do Tribunal de Contas, denegatória do registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação de máquina elétrica de contabilidade e estatística.

Decreto Legislativo nº 2, de 1961.

— Retifica o Decreto nº 35.000, de 3 de fevereiro de 1954, que define a composição dos Quadros e Tabelas do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 36.589, de 11 de dezembro de 1954.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Aprova novo Regimento da Divisão de Educação Física, do Departamento Nacional de Educação.*

Decreto nº 49.639, de 30 de dezembro de 1960.

— *Dispõe sobre a transformação em mensalista de extranumerário-contratado do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto nº 49.336, de 5 de janeiro de 1961.

— *Cria funções na Parte Permanente da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Educação e Cultura, inclui funções gratificadas no Quadro de Pessoal do mesmo Ministério, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.861, de 9 de janeiro de 1961.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais que indica.*

Decreto nº 49.972, de 20 de janeiro de 1961.

— *Institui, no Ministério da Educação e Cultura, um organismo denominado Instituto Brasileiro de Estudos Literários, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências.*

Decreto nº 49.974, de 21 de janeiro de 1961.

— *Modifica o Decreto nº 46.376, de 7 de julho de 1959, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.241, de 28 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura a instalar, em Brasília, estação de radiodifusão com finalidades educativas.*

Decreto nº 50.250, de 28 de janeiro de 1961.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Restabelece uma função de Patrão, referência 22 da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Alfândega do Rio de Janeiro, suprimida pelo Decreto número 45.367, de 31 de janeiro de 1957.*

Decreto nº 49.476, de 9 de dezembro de 1960.

— *Transfere, com o respectivo ocupante, uma função da Tabela Única de Extranumerário-mensalista da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Estado da Guanabara, para a Alfândega do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 49.553-A, de 17 de dezembro de 1960.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de ... Cr\$ 36.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 49.641-A, de 31 de dezembro de 1960.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 403.200,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 49.833, de 5 de janeiro de 1961.

— *Altera a lotação do quadro Permanente do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 49.956, de 18 de janeiro de 1961.

— *Retifica e altera o Decreto número 38.673, de 27 de janeiro de 1956, retificado pelo Decreto número 38.966, de 3 de abril de 1956.*

Decreto nº 49.957, de 18 de janeiro de 1961.

— *Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 20.000.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto nº 50.070, de 25 de janeiro de 1961.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Altera o § 7º art. 138 do Regulamento aprovado com o Decreto nº 47.373, de 7 de dezembro de 1959.*

Decreto nº 50.133, de 26 de janeiro de 1961.

— *Altera lotação numérica de repartições atendidas pelo Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 50.147, de 27 de janeiro de 1961.

— *Retifica e altera o Decreto número 38.673, de 27 de janeiro de 1956, retificado pelo Decreto número 38.966, de 3 de abril de 1956.*

Decreto nº 50.154, de 27 de janeiro de 1961.

— *Retifica e altera o Decreto número 38.673, de 27 de janeiro de 1956, retificado pelo Decreto número 38.966, de 3 de abril de 1956.*

Decreto nº 50.185, de 28 de janeiro de 1961.

— *Transfere cargo do Ministério da Agricultura para o Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 50.186, de 28 de janeiro de 1961.

— *Retifica e altera o Decreto número 38.673, de 27 de janeiro de 1956, retificado pelo Decreto número 38.966, de 3 de abril de 1956.*

Decreto nº 50.191, de 28 de janeiro de 1961.

— *Retifica e altera o Decreto número 38.673, de 27 de janeiro de 1956, retificado pelo Decreto número 38.966, de 3 de abril de 1956.*

Decreto nº 50.203, de 28 de janeiro de 1961.

— *Transfere servidor e altera lotação.*

Decreto nº 50.227, de 28 de janeiro de 1961.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Retifica e altera o Decreto número 38.673, de 27 de janeiro de 1956, retificado pelo Decreto número 38.966, de 3 de abril de 1956.*

Decreto nº 50.254, de 28 de janeiro de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 49.984, de 23 de janeiro de 1961.*

(\*) Decreto nº 50.267, de 8 de fevereiro de 1961.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ ... 47.286.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto nº 50.331, de 10 de março de 1961.

— *Torna sem efeito o Decreto número 49.563, de 20 de dezembro de 1960.*

Decreto nº 50.360, de 20 de março de 1961.

— *Altera a Tabela Única da Extranumerário-mensalista do Ministério da Fazenda e dá outras providências.*

Decreto nº 50.361, de 20 de março de 1961.

— *Reduz os vencimentos e vantagens do pessoal do Ministério da Fazenda em missão ou comissão no exterior e dá outras providências.*

Decreto nº 50.391, de 29 de março de 1961.

— *Dispõe sobre a lotação dos órgãos do Serviço Aduaneiro e dá outras providências.*

Decreto nº 50.395, de 29 de março de 1961.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 49.573, de 22 de dezembro de 1960.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, necessário à 7ª Região Militar, em Recife — Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 49.598, de 28 de dezembro de 1960.

— *Altera a relação nominal que acompanha o Decreto nº 47.530, de 29 de dezembro de 1959.*

Decreto nº 49.802, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação que faz o Município de Santo Angelo — Estado do Rio Grande do Sul, de um terreno necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 49.862, de 11 de janeiro de 1961.

— *Exclui a função de Diretor do Hospital Central do Exército do artigo 3º do Decreto nº 43.190, de 12 de fevereiro de 1953.*

Decreto nº 50.136, de 26 de janeiro de 1961.

— *Considera de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis que menciona, necessários ao Ministério da Guerra, na cidade de Lapa*

— *Estado do Paraná.*

Decreto nº 50.260, de 30 de janeiro de 1961.

— *Altera o Regulamento da Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização.*

Decreto nº 50.377, de 22 de março de 1961.

— *Dá nova redação aos artigos 14, 15 e seu parágrafo único, parágrafo único do art. 18 e art. 23 do Decreto nº 39.412, de 16 de junho de 1956, e revoga os Decretos ns. 41.986, de 5 de agosto de 1957 e 43.715, de 19 de maio de 1958.*

Decreto nº 50.386, de 28 de março de 1961.

— *Ver, também Exército.*

## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— *Cria a Comissão de Organização do Ministério da Indústria e do Comércio e dá outras providências.*

Decreto nº 50.265, de 8 de fevereiro de 1961.

— *Dispõe sobre o funcionamento do Ministério da Indústria e Comércio.*

Decreto nº 50.279, de 18 de fevereiro de 1961.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— *Dispõe sobre funções de extra-numerário-mensalista par o enquadramento do pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, por força do art. 1º da Lei nº 2.904, de 8 de outubro de 1953, combinado com o artigo 6º, § 2º da Lei nº 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.884, de 12 de janeiro de 1961.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 50.153, de 27 de janeiro de 1961.

— *Transfere servidor e altera lotação.*

Decreto nº 50.227, de 28 de janeiro de 1961.

— *Transfere lotação do Departamento de Imprensa Nacional para a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto nº 50.228, de 28 de janeiro de 1961.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Cria, no Ministério da Marinha, os Quadros Complementares dos Corpos da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes de Marinha.*

Lei nº 3.885, de 2 de fevereiro de 1961.



**MINISTÉRIO DA MARINHA**

— *Extingue a Agência da Capitania dos Portos do Estado da Bahia, em Madre de Deus.*

Decreto nº 49.869, de 11 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno no município de Santarém, Estado do Pará.*

Decreto nº 49.871, de 11 de janeiro de 1961.

— *Aprova o Regulamento para os Capitâneas de Portos.*

Decreto nº 50.059, de 25 de janeiro de 1961.

**MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA**

*Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$. 50.000.000,00 para os fins que especifica.*

Decreto nº 49.838, de 6 de janeiro de 1961.

— *Dispõe sobre o funcionamento do Ministério das Minas e Energia.*

Decreto nº 50.390, de 29 de março de 1961.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

*Cria o Consulado Honorário do Brasil em San Antônio, Chile.*

Decreto nº 49.620-A, de 29 de dezembro de 1960.

— *Suprime o Consulado Honorário do Brasil em Cherburgo, França.*

Decreto nº 49.621-A, de 29 de dezembro de 1960.

— *Eleva à categoria de Embaixada a representação Diplomática do Brasil junto do Governo da República Popular Polonêsa, com sede em Varsóvia.*

Decreto nº 49.957-A, de 18 de janeiro de 1961.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

— *Cria o Consulado Honorário do Brasil em Tripoli, Líbano.*

Decreto nº 49.976, de 23 de janeiro de 1961.

— *Altera o Decreto nº 47.693, de 20 de janeiro de 1960.*

Decreto nº 49.982, de 23 de janeiro de 1961.

— *Cria a Delegação do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia (C. E. E.).*

Decreto nº 49.983, de 23 de janeiro de 1961.

— *Eleva à categoria de Embaixada a representação diplomática do Brasil junto ao Governo do Irão, com sede em Teerã.*

Decreto nº 50.073, de 25 de janeiro de 1961.

— *Suprime o Vice-Consulado honorário do Brasil em Luanda, Angola.*

Decreto nº 50.244, de 28 de janeiro de 1961.

— *Cria o Consulado do Brasil em Luanda, Província de Angola.*

Decreto nº 50.245, de 28 de janeiro de 1961.

— *Suprime o Consulado honorário do Brasil em Lourenço Marques, Moçambique.*

Decreto nº 50.246, de 28 de janeiro de 1961.

— *Cria o Consulado Geral do Brasil em Lourenço Marques, Província de Moçambique.*

Decreto nº 50.247, de 28 de janeiro de 1961.

— *Altera o Decreto nº 49.539, de 15 de dezembro de 1960.*

Decreto nº 50.249, de 28 de janeiro de 1961.

— *Dispõe sobre reajuste e redução das Tabelas de Representação aprovadas pelo Decreto nº 49.539, de 15 de dezembro de 1960.*

Decreto nº 50.327, de 8 de março de 1961.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— *Empresta nova estrutura aos atuais Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no Exterior, dispõe sobre a Seção de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil nas Missões Diplomáticas e dá outras providências.*

Decreto nº 50.332, de 10 de março de 1961.

— *Dispõe sobre exercício da função gratificada na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.*

Decreto nº 50.373, de 22 de março de 1961.

— *Cria o Consulado Honorário do Brasil em Múrcia, Espanha.*

Decreto nº 50.374, de 22 de março de 1961.

— *Reajusta a representação por serviço no exterior concedida aos Consules Privativos, padrão "M", e aos Ex-Auxiliares de Consulado, padrão "N".*

Decreto nº 50.382, de 28 de março de 1961.

— *Eleva à categoria de Embaixada a representação diplomática do Brasil em Acrá.*

Decreto nº 50.383, de 28 de março de 1961.

— *Extingue cargos de Adidos e Adjuntos de Adidos Aeronáuticos junto de Representações Diplomáticas e dá outras providências.*

Decreto nº 50.384, de 28 de março de 1961.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

*Retifica o Decreto nº 35.000, de 3 de fevereiro de 1954, que define a composição dos Quadros e Tabelas do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto nº 36.599, de 11 de dezembro de 1954.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, o imóvel que menciona situado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.*

Decreto nº 49.845, de 7 de janeiro de 1961.

— *Altera o Decreto nº 34.596, de 16 de novembro de 1953.*

Decreto nº 50.289, de 22 de fevereiro de 1961.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

*Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto nº 49.805, de 31 de dezembro de 1960.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto nº 49.911, de 12 de janeiro de 1961.

— *Altera, por necessidade de serviço, a lotação de repartições do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto nº 50.209, de 28 de janeiro de 1961.

— *Abre, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 para os fins que especifica.*

Decreto nº 50.282, de 18 de fevereiro de 1961.

— *Torna sem efeito os decretos que menciona.*

Decreto nº 50.296, de 24 de fevereiro de 1961.

— *Estende aos servidores do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as vantagens previstas no art. 8º da Lei nº 3.756, de 20 de abril de 1960.*

Decreto nº 50.758, de 27 de janeiro de 1961.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$... 4.377.318.000,00, destinado ao pagamento de diferenças de remuneração de pessoal das ferrovias.*

Lei nº 3.869, de 30 de janeiro de 1961.

— *Retifica o Decreto nº 28.363, de 11 de julho de 1950, que altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas de Extranumerário mensalista da Estrada de Ferro de Goiás do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 49.475, de 9 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, situado no Município de Palmares, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 49.949, de 16 de janeiro de 1961.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 43.350.000,00 para o fim que menciona.*

Decreto nº 49.961, de 19 de janeiro de 1961.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 49.970, de 20 de janeiro de 1961.

— *Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 49.989, de 24 de janeiro de 1961.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 50.120, de 26 de janeiro de 1961.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 50.243, de 28 de janeiro de 1961.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Torna sem efeito o Decreto número 46.910, de 26 de setembro de 1959.*

Decreto nº 50.259, de 28 de janeiro de 1961.

## MOINHOS

*Corrige a redação do art. 17 do Decreto nº 47.491, de 24 de dezembro de 1959 e lhe acrescenta parágrafo único.*

Decreto nº 50.123, de 26 de janeiro de 1961.

## MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

*Dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas no Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do País, a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.*

Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961.

## MUNDIAL — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Mundial" Companhia Nacional de Seguros Gerais.*

Decreto nº 49.766, de 31 de dezembro de 1960.

## MUNICÍPIOS

— *Ver: Serviço Nacional dos Municípios.*

## MUSEUS

*Concede ao Museu de Arte de São Paulo, durante cinco anos, a subvenção anual de Cr\$ 25.000.000,00.*

Lei nº 3.876, de 30 de janeiro de 1961.

## N

### NAVEGAÇÃO SAVÔNIA S. A.

*Concede à Navegação Savônia Sociedade Anônima, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 50.207, de 28 de janeiro de 1961.

### NAVIO "SANTA MARIA"

*Coloca à disposição do Governo Português o navio de bandeira portuguesa que menciona.*

Decreto n.º 50.264, de 3 de fevereiro de 1961.

### "NOVA AMÉRICA" SOCIEDADE MÚTUA DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Nova América" Sociedade Mútua de Seguros Gerais.*

Decreto n.º 49.717, de 31 de dezembro de 1960.

## O

### ÓLEOS E GRAXAS LUBRIFICANTES

*Regulamenta o abastecimento nacional de petróleo, de que trata o artigo 3.º da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, no que diz respeito à produção de óleos e de graxas lubrificantes, derivados de petróleo.*

Decreto n.º 49.331, de 24 de novembro de 1960.

— *Estende a aplicação do Decreto n.º 50.354, de 17 do corrente, a caso que enumera.*

Decreto n.º 50.365, de 20 de março de 1961.

### ORDEM SOBERANA E MILITAR DO TEMPLO DE JERUSALÉM

*Declara de utilidade pública a "Ordem Soberana e Militar do Templo de Jerusalém", com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 50.224, de 28 de janeiro de 1961.

### ORDIM — ORGANIZAÇÃO DE INDÚSTRIA METALÚRGICA LIMITADA

*Concede à Ordem — Organização de Indústria Metalúrgica Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 49.628, de 30 de dezembro de 1960.

### ORECLONE MINERAÇÃO E METALURGIA LIMITADA

*Concede à Orecione Mineração e Metalurgia Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 49.626, de 30 de dezembro de 1960.

### ORGANIZAÇÃO TOCANTINS. RÁDIOS-JORNAIS, PUBLICIDADE LIMITADA

*Outorga concessão à Organização Tocantins, Rádio-Jornais, Publicidade, Limitada para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto n.º 50.049, de 24 de janeiro de 1961.

### ORQUESTRA SINFÔNICA NACIONAL

*Cria, junto ao Serviço de Radiodifusão Educativa, do Ministério da Educação e Cultura, a Orquestra Sinfônica Nacional (O.S.N.).*

Decreto n.º 49.913, de 12 de janeiro de 1961.

### OURO

*Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Mayrink de Azevedo Fraga a pesquisar ouro e diamantes no município de Itupiranga, Estado do Pará.*

Decreto n.º 49.684, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mario Minamoto a pesquisar minério de ouro no município de Eldorado, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 49.778, de 31 de dezembro de 1960.

**OURO**

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Frederico de Souza Martins a pesquisar ouro e cassiterita no município de Rezende Costa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 49.790, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a empresa de mineração Dragagens de Ouro Ltda., a pesquisar ouro nos municípios de Diamantina, Gouveia e Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 50.014, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a cidadã brasileira Izabel Rodrigues da Silva a pesquisar minério de ouro no município de Jacobina, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 50.011, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Trindade a pesquisar ouro nos municípios de Piranga, Presidente Arthur Bernardes e Pôrto Firme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 50.015, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Trindade a pesquisar ouro nos municípios de Pôrto Firme e Guaraciaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 50.023, de 24 de janeiro de 1961.

**P****PAPEL DE IMPRENSA**

*Regula a comercialização do papel de imprensa adquirido anteriormente à instrução n.º 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito. . . .*

Decreto n.º 50.378, de 25 de março de 1961.

**PARQUE NACIONAL DAS EMAS**

*Cria o "Parque Nacional das Emas" no Estado de Goiás, abrangendo parte menor, do Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 49.874, de 11 de janeiro de 1961.

**PARQUE NACIONAL DO TOCANTINS**

*Cria o "Parque Nacional do Tocantins", no Estado de Goiás e dá outras providências.*

Decreto n.º 49.875, de 11 de janeiro de 1961.

**PATRONATO DE MENORES**

*Declara de utilidade pública o Patronato de Menores, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 49.615, de 29 de dezembro de 1960.

**PEARL ASSURANCE COMPANY LIMITED**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital de responsabilidade da Pearl Assurance Company Limited.*

Decreto n.º 49.769, de 31 de dezembro de 1960.

**PEGUÁRIA**

*Dá nova redação ao art. 27 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 5.739, de 29-5-1940 e modificado pelo decreto n.º 49.353, de 28 de novembro de 1960.*

Decreto n.º 50.171-A, de 28 de janeiro de 1961.

*Regula a importação de reprodutores zebuínos, bubalinos e outros animais domésticos em todo o território nacional.*

Decreto n.º 50.194, de 28 de janeiro de 1961.

**PEDRAS CORADAS**

*Autoriza o cidadão brasileiro Cláudio Ferreira de Figueiredo a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 49.655, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo João de Oliveira a pesquisar pedras coradas no município de Itamamburi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 49.669, de 31 de dezembro de 1960.

## PEDRAS CORADAS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Luiz Magalhães a pesquisar berilo e pedras coradas no município de Virgem da Lapa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 49.753, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a lavar quartzo e pedras coradas no município de Carai, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 49.901, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Abrantes da Cunha a pesquisar pedras coradas e quartzo, no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 49.938, de 13 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a cidadã brasileira Alice dos Santos Neces a pesquisar pedras coradas no município de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 50.027, de 24 de janeiro de 1961.

*Autoriza Sérgio Pedro Coletti, a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 48.680, de 4 de agosto de 1960.

— *Autoriza Paulo Kurt Deringer, a comprar pedra preciosas.*

Decreto n.º 49.417, de 3 de dezembro de 1960.

— *Autoriza João Machado Vieira, a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 49.642, de 3 de dezembro de 1960.

— *Autoriza Carlos Humberto Faleiros Stein, a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 49.644, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a firma J. B. Sabbá & Cia. Ltda., a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 49.842, de 7 de janeiro de 1961.

## PEDRAS CORADAS

— *Autoriza Robert Halsey Johnston, a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 49.843, de 7 de janeiro de 1961.

— *Autoriza Karl Max Kretschmar a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 50.038, de 24 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a firma Agatas do Brasil, Exportação e Importação Limitada, a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 50.103, de 26 de janeiro de 1961.

## PEDRAS SEMIPRECIOAS

*Autoriza o cidadão brasileiro Jehu Pinto de Aguiar a pesquisar pedras semipreciosas no município de Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 50.018, de 24 de janeiro de 1961.

## PENSÕES

*Concede a Aurora Braga da Silva pensão especial de Cr\$ 3.000,00.*

Lei n.º 3.882, de 30 de janeiro de 1961.

— *Aprova a tabela dos índices de reajustamento das aposentadorias e pensões e benefícios de manutenção de salário em vigor nos Institutos de Aposentadoria e Pensões a que se refere o Art. 87 e seus parágrafos da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, combinados com os Artigos 116 e 118 do respectivo regulamento aprovado pelo Decreto n.º 48.959-A de 19 de setembro de 1960.*

Decreto n.º 50.326, de 8 de março de 1961.

## PESSOAL TEMPORÁRIO E DE OBRAS

*Dispõe sobre o pessoal temporário e de obras de que trata o Capítulo VI da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960, e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.314, de 4 de março de 1961.

**PETRÓLEO E DERIVADOS**

*Regulamenta o abastecimento nacional de petróleo, de que trata o artigo 3º da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, no que diz respeito à produção de óleo e de graxas lubrificantes, derivados de petróleo.*

Decreto nº 49.331, de 24 de novembro de 1960.

*— Regula a aplicação dos preços resultantes da Instrução nº 204, de 13 de março de 1961, da Superintendência da Moeda e do Crédito, incidentes sobre os estoques do petróleo e derivados, e bem assim as quantidades em trânsito anteriormente adquiridos e dá outras providências.*

Decreto nº 50.354, de 17 de março de 1961.

*— Estende a aplicação do Decreto número 50.354, de 17 do corrente, a casos que enumera.*

Decreto nº 50.365, de 20 de março de 1961.

*— Altera o Decreto nº 50.354, de 17 de março de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.392, de 29 de março de 1961.

**PHOENIX ASSURANCE COMPANY LIMITED**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Phoenix Assurance Company Limited.*

Decreto nº 49.776, de 31 de dezembro de 1960.

**PLANO PORTUÁRIO NACIONAL**

*Inclui mais um representante no Conselho Consultivo de que trata o art. 4º e alíneas do Decreto nº 44.203, de 30 de julho de 1953.*

Decreto nº 50.348, de 16 de março de 1961.

**PODER JUDICIÁRIO**

*Cria no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região 20 Juntas de Conciliação e Julgamento e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00; e dá outras providências.*

Lei nº 3.873, de 30 de janeiro de 1961.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional do Pará — os créditos especiais de Cr\$ 79.112,50 e Cr\$ 368.205,00 para ocorrer às despesas com o pagamento de diferença de gratificação adicional devido a funcionários da Secretaria do mesmo Tribunal no período compreendido entre 16 de outubro a 31 de dezembro de 1958 e o exercício de 1959.*

Lei nº 3.883, de 30 de janeiro de 1961.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 86.286.924,00, para atender as despesas de qualquer natureza com a transferência do pessoal daquele Tribunal para Brasília.*

Lei nº 3.389, de 16 de fevereiro de 1961.

*— Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — Tribunal de Justiça, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 49.814, de 5 de janeiro de 1961.

*— Abre ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.*

Decreto nº 50.187, de 28 de janeiro de 1961.

*— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 50.325, de 8 de março de 1961.

## PODER JUDICIÁRIO

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 50.345, de 16 de março de 1961.

## POLÍCIA NAVAL

*Altera a redação do art. 52, do Regulamento para o Tráfego Marítimo aprovado pelo Decreto nº 50.114, de 26 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.230, de 10 de março de 1961.

## POLÍGNO DAS SECAS

*Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 67.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 49.989, de 24 de janeiro de 1961.

## PORTOS

*Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, áreas de terreno necessárias ao prosseguimento da construção do Porto de Mucuripe, no Estado do Ceará.*

Decreto nº 50.036, de 24 de janeiro de 1961.

— *Dispõe sobre apresentação de relatórios de serviços portuários.*

Decreto nº 50.322, de 7 de março de 1961.

— *Altera a redação do artigo 2º do Decreto nº 50.339, de 15 de março de 1961.*

Decreto nº 50.357, de 18 de março de 1961.

— *Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 50.339, de 15 de março de 1961.*

Decreto nº 50.393, de 29 de março de 1961.

## PREÇOS MINIMOS

*Assegura, ao algodão da zona meridional do País da safra de 1960-61, a garantia de preços mínimos.*

Decreto nº 49.189-A, de 8 de novembro de 1960.

— *Inclua-se o art. 3º do Decreto nº 49.190-A, de 19-11-60, que fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano de 1961.*

Decreto nº 49.853, de 10 de janeiro de 1961.

Publicado no D. O. de 10 de fevereiro de 1961.

## PREFEITURAS

*Concede auxílio às Prefeituras de Guimarães e de Arari, no Estado do Maranhão.*

Lei nº 3.871, de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de ..... Cr\$ 3.000.000,00 para ocorrer às despesas com as comemorações do I Centenário de Fundação do Município de Russas.*

Lei nº 3.881, de 30 de janeiro de 1961.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Cordimburgo para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a concessão para distribuir energia elétrica no município de Cordimburgo, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.425-A, de 24 de junho de 1960.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Balsas, Estado do Maranhão, concessão para distribuir energia elétrica*

Decreto nº 49.681, de 31 de dezembro de 1960.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Herculândia para a Companhia Paulista de Força e Luz a concessão para a distribuição de energia elétrica ao município de Herculândia, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.682, de 31 de dezembro de 1960.



## PREFEITURAS

— *Transfere de Bernardes & Machado para a Prefeitura Municipal de Lavrinhas a concessão para distribuir energia elétrica no distrito da sede do município de Lavrinhas, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 48.822, de 12 de agosto de 1960.

(Publicado no D. O. de 24-11-60 — Seção I — Parte I).

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 49.689, de 21 de dezembro de 1960.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Itaquí para a Comissão Estadual de Energia Elétrica a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 49.693, de 31 de dezembro de 1960.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Primeira Cruz, Estado do Maranhão concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 49.731, de 31 de dezembro de 1960.

— *Modifica o artigo 1º do Decreto nº 42.419, de 7 de outubro de 1957, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.733, de 31 de dezembro de 1960.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Piedade do Rio Grande concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira do Cima, no curso d'água denominado Capivari na divisa dos municípios de Arrelândia e Lima Duarte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.739, de 31 de dezembro de 1960.

## PREFEITURAS

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Morrinhos para a Centrais Elétricas de Goiás S. A., a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica do Município de Morrinhos, Estado de Goiás.*

Decreto nº 49.741, de 31 de dezembro de 1960.

— *Revoga os Decretos números 36.873, de 4 de fevereiro de 1955; 39.474, de 27 de junho de 1956; 47.679, de 20 de janeiro de 1960 e outorga à Prefeitura Municipal de Madre de Deus de Minas, Estado de Minas Gerais, concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira da Figueira, existente no curso d'água Capivari, distrito de Madre de Deus de Minas, município de igual nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.742, de 31 de dezembro de 1960.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Guarapari para a "Produtora e Distribuidora de Energia Elétrica de Guarapari S. A." a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica ao Município de Guarapari, no Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 49.745, de 31 de dezembro de 1960.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.108, de 26 de janeiro de 1961.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Coronel Murta concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Saltinho da Boa Vista, no rio Jequitinhonha, distrito sede do município de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.113, de 26 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Tatui, Estado de São Paulo, a encampar os serviços locais de energia elétrica, de que é concessionária a Cia. Luz e Força Tatui.*

Decreto nº 50.122, de 26 de janeiro de 1961.

## PREFEITURAS

— *Dispõe sobre empréstimos pelo Banco do Brasil aos Estados e Municípios.*

Decreto nº 50.381, de 27 de março de 1961.

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

*Institui, nos Gabinetes Militar e Civil, Sub-Gabinetes da Presidência da República e dá outras providências.*

Decreto nº 50.333, de 11 de março de 1961.

— *Cria a Assessoria Técnica da Presidência da República.*

Decreto nº 50.364, de 20 de março de 1961.

— *Altera a redação dada à letra d do artigo 2º do Decreto nº 23.822, de 10 de outubro de 1947, pelo Decreto nº 45.057, de 17 de dezembro de 1958.*

Decreto nº 50.262, de 3 de fevereiro de 1961.

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Aprova o Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.

— *Revoga o artigo 227, item I, letra b, do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.*

Decreto nº 50.189, de 28 de janeiro de 1961.

— *Ratifica os decretos que menciona.*

Decreto nº 50.214, de 28 de janeiro de 1961.

— *Altera o parágrafo único do artigo 399 do Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto nº 50.353, de 17 de março de 1961.

— *Autoriza os órgãos de Previdência Social a fornecer medicamentos a tuberculosos.*

Decreto nº 50.389, de 29 de março de 1961.

## PRODUTORA E DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA DE GUARAPARI

*Autoriza a Produtora e Distribuidora de Energia Elétrica de Guarapari S. A. a hipotecar bens.*

Decreto nº 50.260-A, de 30 de janeiro de 1961.

## PRODUTOS FARMACÊUTICOS

*Dispõe sobre a venda de produtos farmacêuticos e similares.*

Decreto nº 49.840, de 6 de janeiro de 1961.

## Q

### QUARENTENÁRIO

*Cria um quarentenário destinado a disciplinar e assistir as exportações e importações de animais que forem objeto de transações entre o Brasil e demais países que delas participarem.*

Decreto nº 50.193, de 28 de janeiro de 1961.

### QUARTZITO

*Declara caduco o Decreto nº 34.858, de 30 de dezembro de 1953.*

Decreto nº 49.664, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Maringá a pesquisar minérios de ferro, calcário e quartzito, no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.799, de 31 de dezembro de 1960.

### QUARTZO

*Autoriza o cidadão brasileiro Claudionor Ferreira de Figueiredo a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.655, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ruy Moreira Cezar a pesquisar quartzo e mica, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.657, de 31 de dezembro de 1960.

**QUARTZO**

— *Autoriza Manganoférrea Mineração Ltda. a pesquisar quartzo e minério de ferro no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.694, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Janusz Gerulewicz a pesquisar quartzo no município de Veadeiros, Estado de Goiás.*

Decreto nº 49.801, de 31 de dezembro de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Maria de Almeida a pesquisar quartzo e mica, município de Coraaci, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.892, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a lavar quartzo e pedras coradas no município de Carai, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.901, de 12 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Abrantes da Cunha a pesquisar pedras coradas e quartzo, no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.938, de 13 de janeiro de 1961.

— *Retifica o art. 1º do Decreto número 45.254 de 15 de janeiro de 1959.*

Decreto nº 50.074, de 25 de janeiro de 1961.

**QUINDERÊ MINERAÇÃO E  
INDÚSTRIA LIMITADA**

*Concede à Quinderê Mineração e Indústria Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 50.031, de 24 de janeiro de 1961.

**R****RÁDIO ALVORADA DE LUZIANIA  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Alvorada de Luziania Limitada para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 50.052, de 24 de janeiro de 1961.

**RÁDIO AMÉRICA S. A.**

*Outorga concessão à Rádio América Sociedade Anônima para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 49.967, de 20 de janeiro de 1961.

**RÁDIO BANDEIRANTES S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Bandeirantes Sociedade Anônima para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 49.968, de 20 de janeiro de 1961.

**RÁDIO CEARÁ CLUBE S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Ceará Clube S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.130, de 26 de janeiro de 1961.

**RÁDIO CENTRAL DO PARANÁ  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Central do Paraná Limitada para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 49.947, de 13 de janeiro de 1961.

**RÁDIO CLUBE DE FRONTEIRA  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Clube de Fronteira Ltda. para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 50.188, de 28 de janeiro de 1961.

**RÁDIO CLUBE DE LAGES S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Clube de Lages Sociedade Anônima para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.093, de 25 de janeiro de 1961.

**RÁDIO CLUBE DE PELOTAS  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Clube de Pelotas Limitada para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 49.608, de 29 de dezembro de 1960.

**RÁDIO COLOMBO LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Colombo Limitada para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto nº 49.981, de 29 de janeiro de 1961.

— *Revoga concessões outorgadas para funcionamento de estação de radiodifusão.*

Decreto nº 50.271, de 15 de fevereiro de 1961.

**RÁDIO CORNÉLIO PROCÓPIO S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Cornélio Procópio S. A. para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 49.969, de 20 de janeiro de 1961.

**RÁDIO CULTURA DA BAHIA**

*Outorga concessão à Rádio Cultura da Bahia S. A., para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.159, de 27 de janeiro de 1961.

**RÁDIO CULTURA DE JOINVILLE  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Cultura de Joinville Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.090, de 25 de janeiro de 1961.

— *Outorga concessão à Rádio Cultura de Joinville Limitada para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 50.092, de 25 de janeiro de 1961.

**RÁDIO CULTURA DE POÇOS DE  
CALDAS S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Cultura de Poços de Caldas S. A. para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 49.966, de 20 de janeiro de 1961.

**RÁDIO DIFUSORA CARIOCA  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Difusora Carioca Limitada para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto nº 50.031, de 25 de janeiro de 1961.

— *Outorga concessão à Rádio Difusora Carioca Limitada para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto nº 50.084, de 25 de janeiro de 1961.

**RÁDIO DIFUSORA DE GOIANIA  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Difusora de Goiânia Limitada para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto nº 50.053, de 24 de janeiro de 1961.

**RÁDIO DIFUSORA DE SÃO PAULO  
SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Outorga concessão à Rádio Difusora de São Paulo S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.116, de 26 de janeiro de 1961.

— *Outorga concessão à Rádio Difusora São Paulo S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.118, de 26 de janeiro de 1961.

— *Outorga concessão à Rádio Difusora São Paulo S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.121, de 26 de janeiro de 1961.

**RÁDIO DIFUSORA DO AMAZONAS**

*Outorga concessão à Rádio Difusora do Amazonas Limitada para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 50.082, de 25 de janeiro de 1961.

**RÁDIO DIFUSORA RIOPRETENSE  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Difusora Riopretense Limitada para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 49.958, de 19 de janeiro de 1961.

**RÁDIO DIRCEU DE MARILIA  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Dirceu de Marília Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 50.088, de 25 de janeiro de 1961.

**RÁDIO EDUCADORA DE  
CAMPINAS S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Educadora de Campinas Sociedade Anônima para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 50.157, de 27 de janeiro de 1961.

**RÁDIO EMISSORA RURAL A VOZ  
DO SÃO FRANCISCO LIMITADA**

*Outorga concessão à Emissora Rural A Voz do São Francisco Limitada para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 50.089, de 25 de janeiro de 1961.

**RÁDIO ESMERALDA S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Esmeralda S. A. para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto nº 50.094, de 25 de janeiro de 1961.

**RÁDIO ESTADUAL LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Estadual Limitada para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 49.953, de 17 de janeiro de 1961.

— *Outorga concessão à Rádio Estadual Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.091, de 25 de janeiro de 1961.

**RÁDIO GLOBO CAPITAL  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Globo Capital Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.200, de 28 de janeiro de 1961.

**RÁDIO GLOBO DO NORDESTE  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Globo do Nordeste Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.196, de 28 de janeiro de 1961.

**RÁDIO GLOBO DO NORTE LTDA.**

*Outorga Concessão à Rádio Globo do Norte Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.198, de 28 de janeiro de 1961.

**RÁDIO GLOBO DO SUL LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Globo do Sul Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.197, de 28 de janeiro de 1961.

**RÁDIO GUANABARA S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Guanabara S. A. para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 49.965, de 20 de janeiro de 1961.

**RÁDIO INDEPENDÊNCIA DO  
PARANÁ LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Independência do Paraná Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 50.184, de 28 de janeiro de 1961.

**RÁDIO JORNAL DE ILHÉUS  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Jornal de Ilhéus Limitada para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 50.397, de 25 de janeiro de 1961.

**RADIO JORNAL DE ITABUNA  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Jornal de Itabuna Limitada para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto nº 50.167, de 28 de janeiro de 1961.

— *Outorga concessão à Rádio Jornal de Itabuna Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.168, de 28 de janeiro de 1961.

— *Outorga concessão à Rádio Jornal de Itabuna Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.169, de 28 de janeiro de 1961.

**RÁDIO MARAJOARA S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Marajoara — Sociedade Anônima para estabelecer uma estação de radiodifusão na cidade de Belém, Estado do Pará.*

Decreto nº 50.132, de 26 de janeiro de 1961.

**RÁDIO PAULISTA LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Paulista Limitada para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto nº 50.115, de 26 de janeiro de 1961.

— *Outorga concessão à Rádio Paulista para estabelecer uma Estação de Radiotelevisão.*

Decreto nº 50.156, de 27 de janeiro de 1961.

**RÁDIO PIONEIRA DE TERESINA  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Pioneira de Teresina Limitada para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto nº 50.048, de 24 de janeiro de 1961.

**RÁDIO PIRATININGA DE TUPA  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Piratininga de Tupa Limitada para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto nº 50.086, de 25 de janeiro de 1961.

**RÁDIO POPULAR LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Popular Limitada para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 50.139, de 26 de janeiro de 1961.

**RÁDIO RIBEIRÃO PRETO  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Ribeirão Preto Limitada para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto nº 50.085, de 25 de janeiro de 1961.

**RADIO RIO LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Rio Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 49.852, de 9 de janeiro de 1961.

**RADIO RIO MAR LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Rio Mar Limitada para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto nº 50.083, de 25 de janeiro de 1961.

**RÁDIO RIO PRETO S. A.**

*Prorroga concessão outorgada à Rádio Rio Preto S. A.*

Decreto nº 50.087, de 25 de janeiro de 1961.

**RADIO SOCIEDADE GUAIRACÁ  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Sociedade Guairacá Limitada para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 49.962, de 19 de janeiro de 1961.

**RADIO SOCIEDADE PALMEIRA  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Sociedade Rádio Palmeira Limitada para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto nº 50.096, de 25 de janeiro de 1961.

**RÁDIO TAMOIO S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Tamoio Sociedade Anônima para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 49.991, de 24 de janeiro de 1961.

**RÁDIO TELEVISÃO COROADOS SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Outorga concessão à Rádio-Televisão Coroados S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.117, de 26 de janeiro de 1961.

**RÁDIO TERESINA DO PIAUÍ LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Teresina do Piauí Ltda. para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto nº 50.047, de 24 de janeiro de 1961.

**RÁDIO TINGUI LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Tinguí Limitada para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 50.155, de 27 de janeiro de 1961.

**RADIODIFUSÃO**

*Revoga concessões outorgadas para funcionamento de estações de radiodifusão e televisão.*

Decreto nº 50.263, de 3 de fevereiro de 1961.

— *Revoga concessões outorgadas para funcionamento de estações de radiodifusão.*

Decreto nº 50.271, de 15 de fevereiro de 1961.

**RECEBEDORIA DE RENDAS EM BELO HORIZONTE**

*Revoga o Decreto nº 49.984, de 23 janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.267, de 8 de fevereiro de 1961.

**REFUGIADOS**

*Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951.*

Decreto nº 50.215, de 28 de janeiro de 1961.

**REGIMENTOS**

*Aprova o Regimento do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 49.356, de 28 de novembro de 1960.

— *Aprova novo Regimento da Divisão da Educação Física, do Departamento Nacional de Educação.*

Decreto nº 49.639, de 30 de dezembro de 1960.

— *Aprova o Regimento Interno da Procuradoria junto ao Tribunal Marítimo.*

Decreto nº 49.748, de 31 de dezembro de 1960.

— *Altera a denominação do Centro de Ensino e Treinamento da Fazenda Ipanema, do Ministério da Agricultura e aprova seu Regimento.*

Decreto nº 49.835, de 5 de janeiro de 1961.

— *Cria o Regimento de Infantaria Aeroterrestre, com sede em Deodoro — Rio de Janeiro, (Estado da Guanabara), subordinado ao Núcleo da Divisão Aeroterrestre.*

Decreto nº 49.863, de 11 de janeiro de 1961.

— *Aprova alteração do Regimento do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.*

Decreto nº 49.952, de 17 de janeiro de 1961.

— *Aprova o novo Regimento do Gabinete do Ministro da Agricultura, com as alterações por ele introduzidas no anterior, baixado com o Decreto número 48.437, de 28 de junho de 1960.*

Decreto nº 50.050, de 24 de janeiro de 1961.

## REGIMENTOS

— *Altera o regimento do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agro-nômicas e dá outras providências.*

Decreto nº 50.133, de 26 de janeiro de 1961.

— *Aprova o Regimento do Instituto Nacional de Câncer e dá outras providências.*

Decreto nº 50.251, de 28 de janeiro de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 46.207, de 11 de junho de 1959 e dá outras providências.*

Decreto nº 50.295, de 23 de fevereiro de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 50.160, de 27 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.329, de 9 de março de 1961.

— *Revoga o art. 28 do Regimento do Conselho Nacional de Desportos.*

Decreto nº 50.335, de 28 de março de 1961.

## REGULAMENTO

— *Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto nº 49.370, de 11 de janeiro de 1961.

— *Eleva o limite do valor estabelecido pelo Decreto nº 23.669, de 11 de setembro de 1947.*

Decreto nº 49.866, de 11 de janeiro de 1961.

— *Altera, temporariamente, o Regulamento para o Quadro de Práticos dos rios da Prata, baixo e médio Paraná, Paraguai e Costa.*

Decreto nº 49.867, de 11 de janeiro de 1961.

— *Dá nova redação ao art. 9º do Regulamento para as Escolas de Aprendiz-Marinheiros.*

Decreto nº 49.868, de 11 de janeiro de 1961.

— *Aprova o Regulamento para a Inspetoria Geral da Marinha.*

Decreto nº 49.872, de 11 de janeiro de 1961.

## REGULAMENTO

— *Altera dispositivo do regulamento da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951.*

Decreto nº 49.907, de 12 de janeiro de 1961.

— *Dispõe sobre cargo de Professor Catedrático do Colégio Pedro II (Externato e Internato) do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 49.912, de 12 de janeiro de 1961.

— *Aprova o Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.

— *Altera temporariamente, dispositivos do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.*

Decreto nº 49.987, de 24 de janeiro de 1961.

— *Altera, temporariamente, dispositivos do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.*

Decreto nº 49.988, de 24 de janeiro de 1961.

— *Altera o Regulamento para os Centros de Instrução da Marinha.*

Decreto nº 50.054, de 25 de janeiro de 1961.

— *Aprova o Regulamento para o Colégio Naval.*

Decreto nº 50.056, de 25 de janeiro de 1961.

— *Altera o Regulamento para o Colégio Naval.*

Decreto nº 50.057, de 25 de janeiro de 1961.

— *Altera o Regulamento para a Escola Naval.*

Decreto nº 50.058, de 25 de janeiro de 1961.

— *Aprova o Regulamento para a Capitania de Portos.*

Decreto nº 50.059, de 25 de janeiro de 1961.



## REGULAMENTO

— Altera a denominação do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 5.798, de 11 de junho de 1940, para denominá-lo Regulamento para o Tráfego Marítimo, e torna insubsistentes seus Capítulos I, II, IV, V e VII do Título I.

Decreto n.º 50.114, de 26 de janeiro de 1961.

— Aprova o regulamento para a fiscalização do comércio de fertilizantes e produtos correlatos destinados à agricultura

Decreto n.º 50.146, de 27 de janeiro de 1961.

— Dá nova redação ao artigo 27 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 5.739, de 29-5-1940, e modificado pelo Decreto n.º 49.353, de 28-11-1960.

Decreto n.º 50.171-A — de 28 de janeiro de 1961.

— Revoga o artigo 227, item I, letra "b" do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto número 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.

Decreto n.º 50.189, de 28 de janeiro de 1961.

— Modifica a redação do artigo 53, do R-126 (Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército), aprovado pelo Decreto número 42.911, de 27 de dezembro de 1957 e modificado pelos de números 43.655, de 25 de março de 1959 e 48.119, de 13 de abril de 1960.

Decreto n.º 50.204 — de 28 de janeiro de 1961.

— Aprova o novo Regulamento do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas — SASSE.

Decreto n.º 50.223 — de 28 de janeiro de 1961.

— Dá nova redação ao artigo 11, do Regulamento da Diretoria de Aeronáutica Civil.

Decreto n.º 50.225 — de 28 de janeiro de 1961.

## REGULAMENTO

— Altera o Regulamento da profissão de Economista.

Decreto n.º 50.266 — de 8 de fevereiro de 1961.

— Revoga o Decreto n.º 49.934, de 23 de janeiro de 1961.

Decreto n.º 50.267 — de 8 de fevereiro de 1961.

— Revoga o Decreto n.º 48.249-A, de 30 de maio de 1961.

Decreto n.º 50.287, de 21 de fevereiro de 1961.

— Torna sem efeito os Decretos números 49.299, de 19 de novembro de 1960 e número 50.223, de 23 de janeiro de 1961.

Decreto n.º 50.309, — de 2 de março de 1961.

— Altera disposições do Regulamento da Lei número 3.222, de 21 de julho de 1957, dando nova constituição ao QOE, com a fixação do efetivo de cada uma de suas categorias.

Decreto n.º 50.317 — de 7 de março de 1961.

— Dá nova redação à letra "c" do parágrafo 2.º, do artigo 20, do Regulamento dos QOA e QOE.

Decreto n.º 50.318 — de 7 de março de 1961.

— Altera a redação do artigo 59, do Regulamento para o Tráfego Marítimo aprovado pelo Decreto número 50.114, de 26 de janeiro de 1961.

Decreto n.º 50.330 — de 10 de março de 1961.

— Altera o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar.

Decreto n.º 50.335 — de 13 de março de 1961.

— Aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra.

Decreto n.º 50.352 — de 17 de março de 1961.

— Altera o parágrafo único do artigo 399, do Regulamento Geral da Previdência Social.

Decreto n.º 50.353 — de 17 de março de 1961.

## REGULAMENTO

— *Altera o Regulamento da Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização.*

Decreto n.º 50.377 — de 22 de março de 1961.

— *Altera a redação do artigo 5.º, do Regulamento do Instituto Rio Branco.*

Decreto n.º 50.388 — de 29 de março de 1961.

— *Regulamenta o exercício da enfermagem e suas funções auxiliares no território nacional.*

Decreto n.º 50.387 — de 28 de março de 1961.

## REGISTRO GENEALÓGICO DO MANGA-LARGA

— *Reconhece o Serviço de Registro Genealógico mantido pela Associação dos Criadores do Cavallo Marchador da raça Manga-Larga e contém outras disposições.*

Decreto n.º 50.195 — de 28 de janeiro de 1961.

## ROBERTO SILVEIRA

— *Declara luto oficial pelo falecimento do Governador Roberto Silveira e dispõe sobre os seus funerais.*

Decreto n.º 50.308 — de 28 de fevereiro de 1961.

## RODOVIAS

— *Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 43.350.000,00 para o fim que menciona.*

Decreto n.º 49.961 — de 19 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a firmar, pela União convênio com a Estrada de Ferro Araraquara, relativo a cessão de trecho da rodovia BR-31, e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.190 — de 28 de janeiro de 1961.

## ROTARY CLUBE DE TAUBATÉ

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para auxiliar o Rotary Clube de Taubaté, nas comemorações da Sexta Semana Nacional Monteiro Lobato.*

Decreto n.º 49.834 — de 5 de janeiro de 1961.

## RUTILO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jeronymo Thomé da Silva Júnior a utilizar rutilo no município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 49.797 — de 31 de dezembro de 1960.

## S

### S. A. EMPRESA DO ITAPURA

— *Autoriza a S. A. Empresa do Itapura a constituir garantia hipotecária dos seus bens e instalações, em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.*

Decreto n.º 49.740 — de 31 de dezembro de 1960.

### S. S. WHITE DENTAL MANUFACTURING COMPANY OF BRAZIL

— *Concede à sociedade anônima S.S. White Dental Manufacturing Company of Brazil autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 49.761 — de 31 de dezembro de 1960.

## SALARIO-FAMÍLIA

— *Altera o divisor de conversão aplicável ao pagamento de vencimentos, salários, remuneração e quaisquer vantagens a servidores civis e militares em exercício no Exterior, realizado pela Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior.*

Decreto n.º 50.312 — de 3 de março de 1961.

## SALGEMA

— *Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a lavar salgema, no município de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 49.783 — de 31 de dezembro de 1960.

**SALGEMA**

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio José de Souza a lavar salgema e caralita, no município de Luis Correia, Estado do Piauí.*

Decreto n.º 49.992 — de 24 de janeiro de 1961.

**SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA**

*Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia com sede em São João Del-Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 49.243 — de 16 de novembro de 1960.

— *Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Bebedouro, com sede em Bebedouro, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 49.810 — de 31 de dezembro de 1960.

— *Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Itapeva, com sede em Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 49.817 — de 5 de janeiro de 1961.

— *Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Capivari, com sede em Capivari, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 48.989 — de 1 de outubro de 1960.

**SÃO CARLOS DE MINÉRIOS S. A.**

*Concede à São Carlos de Minérios S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 49.791 — de 31 de dezembro de 1960.

**SÃO JOÃO DEL REI INDÚSTRIA DE MINÉRIOS LIMITADA**

*Renova o Decreto n.º 43.753, de 21 de maio de 1958.*

Decreto n.º 48.821 — de 5 de janeiro de 1961.

— *Autoriza São João del Rei Indústria de Minérios Ltda., a lavar areia quartzosa no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 49.822 — de 5 de janeiro de 1961.

**S. A. P. S.**

*Ver Serviço de Alimentação da Previdência Social.*

**SCHEELITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Euripedes Maia de Aubquerque Pereira a pesquisar scheelita no município de Picuí, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 40.654 — de 31 de dezembro de 1960.

**"SEGURANÇA INDUSTRIAL" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Segurança Industrial" Companhia Nacional de Seguros.*

Decreto n.º 49.716 — de 31 de dezembro de 1960.

**SEGURO AGRÁRIO DE COLHEITA**

*Declara em vigor as Condições Especiais e tarifa para o seguro Agrário de Colheita.*

(\*) Decreto n.º 48.946 — de 15 de setembro de 1960.

**SENADO FEDERAL**

— *Abre, ao Poder Legislativo — Senado Federal, o crédito especial de Cr\$ 1.881.243,20, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 49.948 — de 16 de janeiro de 1961.

**SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

— *Altera o Decreto n.º 46.904, de 25 de setembro de 1959, e dá outras providências.*

Decreto n.º 49.964 — de 20 de janeiro de 1961.

**SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E SEGURO SOCIAL DOS ECONOMIÁRIOS — SASSE**

— *Aprova o novo Regulamento do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários — SASSE.*

Decreto n.º 50.223 — de 28 de janeiro de 1961.

# **SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E SEGUROS SOCIAL DOS ECONOMIÁRIOS — SASSE**

— *Torna sem efeito os Decretos nº 49.299, de 19 de novembro de 1960 e nº 50.223, de 23 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.309 — de 2 de março de 1961.

# **SERVIÇO DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COMERCIAL DO BRASIL (SEPRO)**

— *Empresta nova estrutura aos atuais Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no Exterior, dispõe sobre a Seção de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil nas Missões Diplomáticas e dá outras providências.*

Decreto nº 50.332 — de 10 de março de 1961.

# **SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**

— *Transfere, com o respectivo ocupante, uma função da Tabela Única de Extranumerário-Mensalista da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Estado da Guanabara, para a Alfândega do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 49.553-A de 17 de dezembro de 1960.

# **SERVIÇO MILITAR**

— *Promulga o Acórdão sobre Prestação de Serviço Militar, concluído entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, em 5 de abril de 1955.*

Decreto nº 50.144 — de 27 de janeiro de 1961.

# **SERVIÇO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (SENAM)**

— *Institui, no Gabinete Civil da Presidência da República, o Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), e dá outras providências.*

Decreto nº 50.334 — de 11 de março de 1961.

# **SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO**

— *Regulamenta a classificação das funções gratificadas do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.592 — de 27 de dezembro de 1960.

— *Classifica as funções gratificadas do Serviço Civil do Poder Executivo e dá outras providências.*

Decreto nº 49.593 — de 27 de dezembro de 1960.

— *Proíbe a nomeação ou admissão de pessoal no Serviço Civil do Poder Executivo e dá outras providências.*

Decreto nº 50.235 — de 21 de fevereiro de 1961.

— *Determina a exoneração ou dispensa de servidores do Serviço Civil do Poder Executivo e das Autarquias Federais e dá outras providências.*

Decreto nº 50.284 — de 21 de fevereiro de 1961.

— *Dispõe sobre a jornada de trabalho para servidores de repartições situadas em cidades que especifica.*

Decreto nº 50.346 — de 16 de março de 1961.

— *Dispõe sobre registro de ponto e frequência dos servidores do Serviço Civil do Poder Executivo e das Autarquias e dá outras providências.*

Decreto nº 50.350 — de 17 de março de 1961.

— *Acréscenta dois parágrafos ao artigo 1º do Decreto nº 50.284, de 21 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.351 — de 17 de março de 1961.

— *Torna sem efeito os atos de movimentação do pessoal que especifica.*

Decreto nº 50.396 de 29 de março de 1961.

# **SERVIÇO SOCIAL RURAL**

— *Aprova o Orçamento do Serviço Social Rural para o exercício de 1960 e dá outras providências.*

Decreto nº 49.951 — de 17 de janeiro de 1961.

**SERVIÇOS PORTUÁRIOS**

— Dispõe sobre apresentação de re-  
latórios de serviços portuários.

Decreto nº 50.322 — de 7 de março  
de 1961.

**SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI S. A.**

— Concede à Siderúrgica J. L.  
Aliperti S. A. autorização para fun-  
cionar como empresa de mineração.

Decreto nº 49.649 — de 31 de de-  
zembro de 1960.

**S. A. DE SEGUROS GERAIS  
"LLOYD INDUSTRIAL SUL  
AMERICANO"**

— Aprova alterações introduzidas  
nos Estatutos, inclusive aumento do  
capital social da Sociedade Anônima  
de Seguros Gerais "Lloyd Industrial  
Sul Americano".

Decreto nº 50.124 — de 26 de ja-  
neiro de 1961.

**S. A. RÁDIO PELOTENSE**

Outorga concessão à Sociedade  
Anônima Rádio Pelotense para esta-  
belecer uma estação de radiodifusão.

Decreto nº 50.095, de 25 de janeiro  
de 1961.

**S. A. REFINAÇÕES DE MILHO.  
BRAZIL**

Concede à sociedade anônima Re-  
finações de Milho, Brazil, autorização  
para continuar a funcionar na Repú-  
blica.

Decreto nº 49.775, de 31 de dezem-  
bro de 1960.

**SOCIEDADE BRASILEIRA DE  
MINERAÇÃO LIMITADA**

Concede à Sociedade Brasileira de  
Mineração Limitada autorização para  
continuar a funcionar como empresa  
de navegação de cabotagem.

Decreto nº 48.720, de 4 de agosto  
de 1960.

**SOCIEDADE DE FERTILIZANTES  
CALCÁREOS LTDA. — FERCAL**

Concede à Sociedade de Fertilizan-  
tes Calcáreos Ltda. — Fercal autori-  
zação para funcionar como empresa de  
mineração.

Decreto nº 50.022, de 24 de janeiro-  
de 1961.

**SOCIEDADE INDUSTRIAL UNIÃO  
LIMITADA**

Concede à Sociedade Industrial  
União Ltda. autorização para funcio-  
nar como empresa de mineração.

Decreto nº 49.784, de 31 de dezem-  
bro de 1960.

**SOCIEDADE PROPAGADORA DE  
BELAS ARTES**

Declara de utilidade pública a So-  
ciedade Propagadora das Belas Artes  
com sede no Distrito Federal.

Decreto nº 49.809, de 31 de dezem-  
bro de 1960.

**SOCIEDADE RADIOCOMUNICAÇÕES  
LIMITADA**

Revigora concessão outorgada à So-  
ciedade Radiocomunicações Ltda.

Decreto nº 49.960, de 19 de janeiro  
de 1961.

**SOCIEDADE RÁDIO CULTURA  
SÃO VICENTE LIMITADA**

Outorga concessão à Sociedade Rá-  
dio Cultura São Vicente Limitada  
para instalar uma estação radiodifu-  
sora.

Decreto nº 50.150, de 27 de janeiro  
de 1961.

**SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA  
CONTINENTAL DE PORTO  
ALEGRE, LIMITADA**

Outorga concessão à Sociedade Rá-  
dio Emissora Continental de Porto  
Alegre Limitada para estabelecer uma  
estação de radiotelevisão.

Decreto nº 49.611, de 29 de dezem-  
bro de 1960.

— Outorga concessão à Sociedade  
Rádio Emissora Continental de Por-  
to Alegre Limitada, para estabelecer  
uma estação de radiotelevisão.

Decreto nº 49.612, de 29 de dezem-  
bro de 1960.

**SOCIEDADE RÁDIO EMISSORAS  
DE PIRATININGA LIMITADA**

Outorga concessão à Sociedade Rá-  
dio Emissoras de Piratininga Limita-  
da para instalar uma estação radiodi-  
fusora.

Decreto nº 49.859, de 10 de janeiro  
de 1961.

**SUBGABINETES DA PRESIDÊNCIA  
SERVIÇO SOCIAL RURAL**

— *Cancela a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissoras de Piratininga Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 49.958, de 19 de janeiro de 1960.

**SOCIEDADE RADIO E TELEVISÃO  
ALTEROSA LIMITADA**

*Outorga concessão à Sociedade Rádio e Televisão Alterosa Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 50.119, de 26 de janeiro de 1961.

**SOCIEDADE RADIO URUGUAIANA  
LIMITADA**

*Outorga concessão à Sociedade Rádio Uruguiana Limitada para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 49.607, de 29 de dezembro de 1960.

**SOCIEDADE TERMELÉTRICA DE  
CAPIVARI**

*Considera de interesse militar funções exercidas no Conselho Coordenador do Abastecimento e na Sociedade Termoeletrica de Capivari e dá outras providências.*

Decreto nº 49.546, de 16 de dezembro de 1960.

**SOCIEDADES DE ECONOMIA  
MISTA**

*Dispõe sobre os depósitos bancários dos institutos de previdência e outras autarquias federais, comissões, departamentos, entidades em regime especial de administração, sociedades de economia mista com preponderância de capital do Governo, pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por adiantamentos, etc., e dá outras providências.*

Decreto nº 50.268, de 3 de fevereiro de 1961.

**SOCIÉTÉ DE SUCRERIES  
BRÉSILIENNES**

*Concede à sociedade anônima Société de Sucreries Brésiliennes, autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto nº 49.773, de 31 de dezembro de 1960.

**SOLIDEZ, COMPANHIA DE  
SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Solidez, Companhia Nacional de Seguros.*

Decreto nº 49.773, de 31 de dezembro de 1960.

**SUBGABINETES DA PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA**

Ver: *Presidência da República.*

**SUPERINTENDÊNCIA DAS  
EMPRESAS INCORPORADAS AO  
PATRIMÔNIO DA UNIÃO**

Ver: *Empresas Incorporadas.*

**SUPERINTENDÊNCIA DO  
DESENVOLVIMENTO DO  
NORDESTE**

Ver: *Desenvolvimento do Nordeste.*

**T**

**TALCO**

*Autoriza Porcelana e Steatita S. A. a pesquisar talco e calcário no Município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto nº 49.794, de 31 de dezembro de 1960.

*Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Lohner a pesquisar talco, no município de Passos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 49.796, de 31 de dezembro de 1960.

**TANTALITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Raul Johann Carl Emil Adolf Bremer a pesquisar cassiterita e tantalita no município de Macapá, Território do Amapá.*

Decreto nº 49.686, de 31 de dezembro de 1960.

**TELEVISÃO**

*Revoga concessões outorgadas para funcionamento de estações de radiodifusão e televisão*

Decreto nº 50.263, de 3 de dezembro de 1960.

**TELEVISÃO EXCELSIOR S. A.**

*Outorga Concessão à Televisão Excelsior S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 49.054, de 17 de janeiro de 1961.

**TELEVISÃO ITAPOAN S. A.**

*Outorga concessão à Televisão Itapoan S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão.*

Decreto nº 49.610, de 29 de dezembro de 1960.

**TERRENOS DE MARINHA**

*Autoriza estrangeiros a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 49.641, de 31 de dezembro de 1960

*Autoriza estrangeiros a adquirir, em transferência de aforamento, fração ideal do domínio útil do terreno de marinha, que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 49.855, de 10 de janeiro de 1961.

*Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, as frações ideais do domínio útil do terreno de marinha, que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 49.856, de 10 de janeiro de 1961.

*Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha, que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 49.857, de 10 de janeiro de 1961.

**TERRENOS DE MARINHA**

*Autoriza a cessão gratuita de terrenos de marinha e acrescidos de marinha, que menciona, situados em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto nº 49.971, de 29 de janeiro de 1961.

*Autoriza estrangeiro a adquirir, em regularização de aforamento, a fração ideal do domínio útil do terreno da marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 50.103, de 26 de janeiro de 1961.

*Autoriza a cessão gratuita e temporária de terreno de marinha e acrescidos de marinha, que menciona e respectiva benfeitoria, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.344, de 15 de março de 1961.

**TERRITÓRIO DO ACRE**

*Aprova o sistema de classificação de cargos e a respectiva lista de enquadramento ao Território do Acre, e dá outras providências.*

(\*) Decreto nº 49.571, de 21 de dezembro de 1960.

**TERRITÓRIO DO AMAPÁ**

*Aprova o sistema de classificação de cargos e a respectiva lista de enquadramento do Território do Amapá, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.561, de 20 de dezembro de 1960.

**TERRITÓRIO DE RONDÔNIA**

*Aprova o sistema de classificação de cargos e a respectiva lista de enquadramento do Território de Rondônia, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.560, de 20 de dezembro de 1960.

## TERRITÓRIOS FEDERAIS

*Cria as Inspetorias Regionais de Fomento Agrícola nos Territórios de Rondônia e Rio Branco e as Inspetorias Regionais de Defesa Sanitária Vegetal nos Territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Rio Branco.*

Decreto nº 50.064, de 25 de janeiro de 1961.

*Dispõe sobre o pessoal temporário e de obras de que trata o Capítulo VI da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e dá outras providências.*

DECRETO Nº 50.314 — DE 4 DE MARÇO DE 1961

## THE LONDON & LANCASHIRE INSURANCE COMPANY LIMITED

*Aprova alterações introduzidas nas Estatutos da The London & Lancashire Insurance Company Limited.*

Decreto nº 49.768, de 31 de dezembro de 1960.

## THE RIO DE JANEIRO FLOUR INSURANCE COMPANY LIMITED

*Concede à sociedade The Rio de Janeiro Flour Mills & Granaries, Limited, autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto nº 49.923, de 13 de janeiro de 1961.

## TRÁFEGO MARÍTIMO

*Altera a denominação do Regulamento que baixou com o Decreto nº 5.798, de 11 de junho de 1940, para denominá-lo Regulamento para o Tráfego Marítimo, e torna insubistentes seus Capítulos I, II, IV, V e VII do Título I.*

Decreto nº 50.114, de 26 de janeiro de 1961.

— *Altera a redação do art. 59 do Regulamento para o Tráfego Marítimo aprovado pelo Decreto nº 50.114, de 26 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.330, de 10 de março de 1961.

## TRANSPORTES AÉREOS

*Modifica dispositivos da Lei número 2.686, de 19 de dezembro de 1955, que prorroga, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o regime de subvenção às empresas de transportes aéreos estabelecido pela Lei nº 1.181, de 17 de agosto de 1950.*

Lei nº 3.863-A, de 24 de janeiro de 1961.

## TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL

*Dispõe sobre documentos e procedimentos para despacho de aeronaves em serviço internacional.*

Decreto nº 49.621-B, de 29 de dezembro de 1960.

## TRATADOS

*Aprova o Tratado que estabelece uma zona de livre comércio, firmado pela Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai (Tratado de Montevideu).*

Decreto Legislativo nº 1, de 1961.

## TRATORES

*Estabelece a obrigatoriedade dos testes para tratores, máquinas e ferramentas agrícolas importadas ou fabricadas no País e dá outras providências.*

Decreto nº 49.944, de 13 de janeiro de 1961.

## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

*Acrescenta parágrafo único no artigo 2º do Decreto nº 48.656, de 3 de agosto de 1960.*

Decreto nº 49.984, de 23 de janeiro de 1961.

## TRIBUNAL MARÍTIMO

*Aprova o Regimento Interno da Procuradoria junto ao Tribunal Marítimo.*

Decreto nº 49.748, de 31 de dezembro de 1960.



**TRIGO**

*Autoriza a realização de Convênio entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Rio Grande do Sul, para executar plano de experimentação e de fomento do trigo naquele Estado.*

Decreto nº 49.839, de 6 de janeiro de 1961.

— *Corrige a redação do art. 17 do Decreto nº 47.491, de 24 de dezembro de 1959, e lhe acrescenta parágrafo único.*

Decreto nº 50.123, de 26 de janeiro de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 50.123, de 26 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.358, de 18 de março de 1961.

— *Regula a aplicação dos preços resultantes da Instrução nº 204, de 13 de março de 1961, da Superintendência da Moeda e do Crédito, incidentes sobre o trigo e seus derivados e dá outras providências.*

Decreto nº 50.359, de 18 de março de 1961.

— *Institui um Grupo de Trabalho para estudo dos problemas do Trigo e dá outras providências.*

Decreto nº 50.380, de 27 de março de 1961.

**U****UNIÃO DAS OPERÁRIAS DE JESUS**

*Declara de utilidade pública a União das Operárias de Jesus, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.*

Decreto nº 50.061, de 25 de janeiro de 1961.

**"UNIÃO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social, da "União do Comércio e Indústria" Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto nº 49.707, de 31 de dezembro de 1960.

**UNIVERSIDADES**

*Provê sobre as dotações orçamentárias destinadas à Universidade do Pará.*

Lei nº 3.865-B, de 26 de janeiro de 1961.

— *Cria a Universidade de Alagoas e dá outras providências.*

Lei nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961.

— *Cria a Universidade do Espírito Santo e dá outras providências.*

Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961.

— *Federaliza a Escola Superior de Veterinária, pertencente à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Lei nº 3.877, de 30 de janeiro de 1961.

— *Autoriza a cessão gratuita do imóvel que menciona, situado no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 49.196, de 9 de novembro de 1961.

— *Aprova o Quadro Extraordinário de Pessoal da Universidade do Brasil e dá outras providências.*

Decreto nº 49.533, de 22 de dezembro de 1960.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais que indica.*

Decreto nº 49.972, de 20 de janeiro de 1961.

— *Aprova o Estatuto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 49.973, de 21 de janeiro de 1961.

— *Autoriza o Patrimônio da União a aceitar as doações que menciona situadas em Goiânia, no Estado de Goiás.*

Decreto nº 49.980, de 23 de janeiro de 1961.

## UNIVERSIDADES

— *Dispõe sobre a agregação de Estabelecimentos de Ensino Superior não federais a Universidades federais.*

Decreto nº 50.066, de 25 de janeiro de 1961.

— *Aprova o Estatuto da Universidade Federal de Goiás.*

Decreto nº 50.079, de 25 de janeiro de 1961.

— *Aprova o Estatuto da Universidade da Paraíba.*

Decreto nº 50.148, de 27 de janeiro de 1961.

— *Aprova Estatuto de Universidade.*

Decreto nº 50.212, de 28 de janeiro de 1961.

— *Aprova o Estatuto da Universidade do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 50.221, de 28 de janeiro de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 49.973, de 21 de janeiro de 1961, e regula o funcionamento da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 50.340, de 15 de março de 1961.

— *Aprova o Estatuto da Universidade do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 50.343, de 15 de março de 1961.

## V

### "VERA CRUZ" — COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social, da "Vera Cruz" — Companhia Brasileira de Seguros.*

Decreto nº 49.711, de 31 de dezembro de 1960.

### VIACÃO FERREA DO RIO GRANDE DO SUL

*Aprova Termo de Acôrdo firmado entre o Govêrno Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, sobre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União.*

Lei nº 3.887, de 8 de fevereiro de 1961.

### VISTO CONSULAR

*Modifica o Decreto nº 47.712, de 29 de janeiro de 1960, que dispõe sobre o visto consular nas Faturas Comerciais e dá outras providências.*

Decreto nº 49.977, de 23 de janeiro de 1961.

## Z

### ZONA DE LIVRE COMÉRCIO

*Aprova o Tratado que estabelece uma zona de livre comércio, firmado pela Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai (Tratado de Montevideu).*

Decreto Legislativo nº 1, de 1961.





**ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1961 — VOLUME III

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1961



# ÍNDICE

## DOS

### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Pgs.		Pgs.
Emenda Constitucional nº 3 — Publicada no D. O. de 9 de junho de 1961 .....	3	de 28 de abril de 1961. — Re- tificada no D. O. de 29 de abril de 1961 .....	7
3 — Decreto Legislativo de 1961 — Aprova a Convenção Inter- nacional para a Proteção dos Vegetais, assinada em Roma, em novembro de 1951. — Pu- blicado no D. O. de 19 de maio de 1961 .....	4	3.891 — Lei de 26 de abril de 1961. — Cria no Departamento Nacional de Estradas de Ferro o Serviço Social das Estradas de Ferro. — Publicada no D. O. de 28 de abril de 1961 ..	12
4 — Decreto Legislativo de 1961. — Aprova o Protocolo Preli- minar sobre a Navegação Flu- vial do Amazonas. — Publi- cado no D. O. de 27 de junho de 1961 .....	4	3.892 — Lei de 28 de abril de 1961. — Prorroga, até 31 de julho de 1961, o prazo a que se refere o art. 11 da Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960. — Publicada no D. O. de 29 de abril de 1961 .....	13
5 — Decreto Legislativo de 1961. — Determina o registro de térmo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricul- tura e a firma "Atlas do Brasil Indústria e Comércio S A" — Publicado no D. O. de 27 de junho de 1961 .....	5	3.893 — Lei de 2 de maio de 1961. — Cria o Curso de Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia da Uni- versidade do Paraná e dá ou- tras providências. — Publi- cada no D. O. de 2 de maio de 1961 .....	13
3.890 — Lei de 18 de abril de 1961. — Reorganiza o Quadro do Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal. — Publicada no D. O. de 19 de abril de 1961 .....	5	3.894 — Lei de 15 de maio de 1961. — Revoga a Lei nº 1.894, de 20 de junho de 1953, que regula a promoção de ano dos aspirantes da Escola Naval. — Publicada no D. O. de 16 de maio de 1961 .....	14
3.890-A — Lei de 25 de abril de 1961. — Autoriza a União a constituir a Empresa Cen- trais Elétricas Brasileiras So- ciedade Anônima — Eletro- brás, e dá outras providên- cias. — Publicada no D. O.		3.895 — Lei de 19 de maio de 1961. — Concede pensão vita- lícia de Cr\$ 8.000.00 mensais a Ana Aguiar Barbosa da Cruz, viúva do engenheiro e professor Henrique Barbosa	

	Pgs.		Pgs.
da Cruz. — Publicada no D. O. de 20 de maio de 1961	15	junho de 1961. — Retificada no D. O. de 13 de junho de 1961 .....	20
3.896 — Lei de 19 de maio de 1961. — Concede pensão especial de Cr\$ 10.000,00 mensais ao cientista alagoano Antônio de Medeiros Mitchell. — Publicada no D. O. de 20 de maio de 1961 .....	15	3.903 — Lei de 8 de junho de 1961. — Isenta dos impostos de importação e de consumo centro telefônico automático destinado à Companhia Telefônica Sanjoanense, S. João Del Rei. — Publicada no D. O. de 9 de junho de 1961 .....	20
3.897 — Lei de 19 de maio de 1961. — Organiza o Quadro da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 20 de maio de 1961 .....	15	3.904 — Lei de 9 de junho de 1961. — Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para materiais importados pela Companhia Ferro Brasileiro. — Publicada no D. O. de 10 de junho de 1961. — Retificada no D. O. de 13 de junho de 1961 .....	20
3.898 — Lei de 19 de maio de 1961. — Isenta de pagamento do imposto de renda os vencimentos e salários de qualquer natureza, até o limite igual a cinco vezes o maior salário mínimo vigente no país. — Publicada no D. O. de 20 de maio de 1961. — Retificada no D. O. de 22 de maio de 1961 .....	17	3.905 — Lei de 10 de junho de 1961. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado a auxiliar a realização, no Brasil, de um Congresso Internacional de Radiologistas, sob os auspícios do Colégio Inter-Americano de Radiologia. — Publicada no D. O. de 16 de junho de 1961 .....	26
3.899 — Lei de 30 de maio de 1961. — Concede subvenções anuais de Cr\$ 10.000.000,00 à Fundação Instituto de Física Teórica, de São Paulo, e ao Instituto de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. — Publicada no D. O. de 31 de maio de 1961	19	3.906 — Lei de 19 de junho de 1961. — Dispõe sobre a aposentadoria dos funcionários federais e dos empregados autárquicos da União que participaram de operações de guerra na Força Expedicionária, na Força Aérea e na Marinha de Guerra do Brasil ou receberam a Medalha da Campanha do Atlântico Sul. — Publicada no D. O. de 19 de junho de 1961 .....	27
3.900 — Lei de 8 de junho de 1961. — Regula a contagem do tempo de efetivo serviço para os efeitos da Lei de Inatividade dos Militares. — Publicada no D. O. de 9 de junho de 1961 .....	19	3.907 — Lei de 19 de junho de 1961. — Concede aos servidores em atividade e inativos das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais o reajuste de 44% sobre os vencimentos, salários e proventos atuais, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 20 de junho de 1961 .....	27
3.901 — Lei de 8 de junho de 1961. — Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Lavinia Rodrigues Fernandes Chaves. — Publicada no D. O. de 9 de junho de 1961	19		
3.902 — Lei de 8 de junho de 1961. — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo. — Publicada no D. O. de 9 de			

Pgs.		Pgs.
3.908	— Lei de 21 de junho de 1961. — Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1961. — Publicada no D. O. (Supl.), de 22 de junho de 1961 .....	28
3.909	— Lei de 26 de junho de 1961. — Autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais 10 anos o prazo a que se refere a Lei nº 1.131, de 13 de junho de 1950, que dispõe sobre a realização do plano de sorteio denominado "Sweepstake". — Publicada no D. O. de 27 de junho de 1961. — Retificada no D. O. de 28 de junho de 1961 .....	23
3.910	— Lei de 26 de junho de 1961. — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como de taxas de armazenagem, material a ser importado pela Companhia Telefônica de Itaúna. — Publicada no D. O. de 21 de junho de 1961 .....	31
3.911	— Lei de 27 de junho de 1961. — Concede isenção de todos os direitos, imposto de consumo e taxas alfandegárias para um altar de mármore, importado pela Escola Belém do Hérto, de Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. — Publicada no D. O. de 27 de junho de 1961 .....	31
<b>ÍNDICE DO APENSO</b>		
3.887	— Lei de 8 de fevereiro de 1961. — Aprova Termo de Acôrdo firmado entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, sobre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União. — Publicada no D. O. de 10 de novembro de 1961 — Retificação — Publicada no D. O. de 19 de abril de 1961 .....	33





Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no segundo trimestre de 1961, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.



---

# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

---

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte

## EMENDA CONSTITUCIONAL

### Nº 3

#### I

Art. 1º A lei federal no Distrito Federal e nos Territórios, regulará a organização administrativa e judiciária e, observadas as normas gerais estabelecidas nesta Constituição relativamente à União, disporá sobre:

I — a criação e extinção de cargos e serviços públicos e a fixação dos respectivos vencimentos;

II — a votação dos tributos e do orçamento;

III — a abertura de crédito e operações financeiras.

#### II

Art. 2º O Distrito Federal será administrado por um Prefeito, nomeado pelo Presidente da República com aprovação do Senado Federal, e terá Câmara eleita pelo povo, com as funções que a lei federal lhe atribuir.

#### III

Art. 3º Compete ao Congresso Nacional fixar a data das primeiras eleições de representantes do Distrito Federal ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e à Câmara do Distrito Federal, e exercer, até que esta se instale, a função legislativa em todos os assuntos da competência do Distrito Federal.

#### IV

Art. 4º É permitido ainda ao Deputado ou Senador, com prévia licença de sua Câmara, exercer o cargo de Prefeito do Distrito Federal.

#### V

Art. 5º Aos Estados que depois de 18 de setembro de 1946, se constituírem sem município, em razão de peculiaridades locais, são atribuídos também os impostos previstos no art. 29.

#### VI

Art. 6º Os vencimentos subsídios, diárias e ajudas de custo concedidos, a qualquer título, em razão da transferência da Capital da União, para o

Planalto Central do País, serão os aprovados pelo Poder Legislativo, na sessão legislativa em que esta emenda for aceita.

Parágrafo único. As vantagens financeiras a que se refere este artigo não se incorporarão aos proventos da inatividade.

## VII

Art. 7º A Bandeira Nacional poderá ser modificada sempre que se alterar o número dos Estados que compõem a Federação.

Brasília, em 8 de junho de 1961.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: A MESA DO SENADO FEDERAL:

Ramery Mazzilli,  
Presidente;  
Sergio Magalhães,  
1º Vice-Presidente;  
Clélio Lemos,  
2º Vice-Presidente;  
José Bonifácio,  
1º Secretário;  
Alfredo Nasser,  
2º Secretário;  
Breno da Silveira,  
3º Secretário;  
Antonio Baby,  
4º Secretário.

Auro Moura Andrade,  
Presidente em exercício;  
Cunha Mello,  
1º Secretário;  
Gilberto Marinho,  
2º Secretário;  
Argemiro de Figueiredo,  
3º Secretário;  
Novaes Filho,  
4º Secretário.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1961

*Aprova a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais, assinada em Roma, em novembro de 1951.*

Art. 1º É aprovada, para todos os efeitos, a Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais, assinada pelo Brasil e diversos países, por ocasião da VI Conferência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (SAO), realizada em Roma, em novembro de 1951.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.  
Senado Federal, em 18 de maio de 1961.

AURO MOURA ANDRADE.

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

## DECRETO LEGISLATIVO

Nº 4, DE 1961

*Aprova o Protocolo Preliminar sobre a Navegação Fluvial do Amazonas*

Art. 1º É aprovado o "Protocolo Preliminar sobre a Navegação Permanente dos Rios Bolivianos e Brasileiros do Sistema Fluvial do Amazonas" firmado com a República da Bolívia, em La Paz, a 29 de março de 1953.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de junho de 1961. — Auro Moura Andrade, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 5, DE 1961

*Determina o registro de termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma "Atlas do Brasil Indústria e Comércio S. A."*

Art. 1º E' determinado o registro do termo de contrato celebrado em 4 de dezembro de 1958 entre a Divisão de Obras do Ministério da Agricultura e a firma Atlas do Brasil Indústria e Comércio S. A., para aquisição e instalação de equipamento frigorífico destinado ao Pôsto de Recepção de Pescado em Itaquí, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de junho de 1961. — *Auro Moura Andrade*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

LEI Nº 3.890 — DE 18 DE ABRIL DE 1961

*Reorganiza o Quadro do Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.*

O Presidente da República;

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O quadro de funcionários da Secretaria do Supremo Tribunal Federal compreendendo cargos isolados e de carreira, fica reorganizado de conformidade com a presente lei e passa a ser constante da Tabela anexa.

Art. 2º. — O preenchimento das vagas, nas classes intermediárias das carreiras de que trata a presente lei será feito por promoção, e, nas classes iniciais, mediante concurso, na forma da legislação vigente.

Art. 3º. São extintos, no quadro a que se refere o artigo 1º, e a medida que forem vagando, os seguintes cargos: três (3) de classe PJ-3 da carreira de Taquígrafo; treze (13), de Continuo, PJ-7; treze (13), de Servente, PJ-7; e três (3) de Mensageiro.

Art. 4º. O preenchimento dos cargos da classe PJ-6, da Carreira de Taquígrafo, bem assim dos cargos de Auxiliar de Limpeza, símbolo PJ-13, será feito à proporção que forem vagando os cargos da classe PJ-3, da mesma carreira de Taquígrafo, e de Continuo e Servente, PJ-7, respectivamente.

Art. 5º. As atribuições dos cargos e funções enumeradas na Tabela anexa serão definidas no Regimento Interno ou em Instruções baixadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 6º. A Lei nº 264, de 25 de fevereiro de 1948, continua em vigor com as alterações constantes dos artigos seguintes.

Art. 7º. Sempre que qualquer cargo ou carreira da Secretaria do Supremo Tribunal Federal não tenha a mesma denominação, não encontre correspondente ou não seja idêntico ou de igual responsabilidade na Secretaria da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, não se fará a classificação ou o enquadramento em face de alterações nos Quadros das Secretarias de qualquer das Casas do Congresso Nacional, senão em virtude de lei de iniciativa do Tribunal interessado.

Parágrafo único. O pagamento dos vencimentos ou proventos de inatividade decorrentes da nova Classificação, retroagirá à data da concessão das vantagens financeiras pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal aos servidores de sua Secretaria, mas só será efetuado após a publicação da lei a que se refere este artigo.

Art. 8º. O disposto no artigo anterior se aplica aos Tribunais, a cujos servidores tenha sido estendido o disposto no art. 1º da Lei nº 264, de 1948.

*Grav. nº 2635/61*

Art. 9º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal, o crédito de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).

Art. 10. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 18 de abril de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Oscar Pedrosa Horta

Clemente Mariani

# QUADRO DO PESSOAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Número de Cargos	Natureza do Cargo	Símbolo	Observações
<i>Isolados</i>			
1	Diretor-Geral .....	PJ	
1	Secretário-Geral da Presidência .....	PJ	
1	Vice-Diretor .....	PJ-0	
5	Diretor de Serviço .....	PJ-1	
1	Médico .....	PJ-3	
1	Administrador do Edifício .....	PJ-4	
1	Chefe de Portaria .....	PJ-4	
1	Eletricista .....	PJ-6	
1	Enfermeiro .....	PJ-8	
1	Eletricista-auxiliar .....	PJ-10	
10	Guarda de Segurança .....	PJ-10	
3	Mensageiro .....	PJ-9	
2	Telefonista .....	PJ-14	

Número de Cargos	Natureza do Cargo	Símbolo
<i>Carreira</i>		
12	Oficial Judiciário .....	PJ-3
13	Oficial Judiciário .....	PJ-4
14	Oficial Judiciário .....	PJ-6
16	Oficial Judiciário .....	PJ-7
18	Oficial Judiciário .....	PJ-8
6	Auxiliar Judiciário .....	PJ-10
9	Auxiliar Judiciário .....	PJ-11
1	Taquigrafo-Revisor .....	PJ-2
3	Taquigrafo .....	PJ-3
3	Taquigrafo .....	PJ-4
3	Taquigrafo .....	PJ-6
1	Porteiro .....	PJ-6
20	Auxiliar de Portaria .....	PJ-7

Número de Cargos	Natureza do Cargo	Símbolo
13	Contínuo .....	PJ-7
13	Servente .....	PJ-7
15	Auxiliar de Limpeza .....	PJ-12
20	Auxiliar de Limpeza .....	PJ-13
2	Motorista .....	PJ-7
12	Motorista-auxiliar .....	PJ-11

LEI Nº 3.890-A — DE 25 DE ABRIL DE 1961

*Autoriza a União a constituir a Empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás, e dá outras providências.*

O Presidente da República:  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

*Da Constituição da Eletrobrás*

Art. 1º Fica a União autorizada a constituir, na forma desta lei, uma sociedade por ações que se denominará Centrais Elétricas Brasileiras S. A., e usará a abreviatura Eletrobrás para a sua razão social.

Art. 2º A Eletrobrás terá por objeto a realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a (VETADO) celebração dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

§ 1º (VETADO).

§ 2º Enquanto não for aprovado o Plano Nacional de Eletrificação, a empresa poderá executar empreendimentos com o objetivo de reduzir a falta de energia elétrica nas regiões em que a demanda efetiva ultrapasse as disponibilidades da capacidade firme dos sistemas existentes, ou seja em vias de ultrapassá-la, (VETADO).

Art. 3º O Presidente da República designará por decreto o representante da União nos atos constitutivos da Sociedade.

§ 1º Os atos constitutivos serão precedidos:

I — De estudo e aprovação pelo Governo do projeto de organização dos serviços básicos da Sociedade;

II — De arrolamento, com as especificações convenientes dos bens e direitos que a União destinar à integralização do seu capital;

III — Da elaboração dos Estatutos e sua publicação prévia, para conhecimento geral.

§ 2º Os atos constitutivos compreenderão a aprovação pelo Conselho de Águas e Energia Elétrica:

I — Da avaliação dos bens e direitos arrolados para constituírem capital da União;

II — Dos Estatutos da Sociedade.

§ 3º Será a Sociedade constituída em sessão pública do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, em cuja ata deverão constar os Esta-

*Proj. nº 4.280/54*



tutos aprovados, bem como o histórico, e o resumo dos atos constitutivos especialmente da avaliação dos bens e direitos convertidos em capital.

§ 4º A Constituição da Sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo e sua ata será arquivada, por cópia autêntica, no Registro de Comércio.

Art. 4º Nos atos constitutivos da Eletrobrás fica dispensada a exigência mínima de 7 (sete) acionistas previsto na lei vigente.

Art. 5º Nos Estatutos da Sociedade serão observadas, em tudo que lhes forem aplicáveis, as normas da Lei das Sociedades Anônimas, ficando a sua reforma subordinada à aprovação do Presidente da República, mediante decreto.

## CAPÍTULO II

### *Do Capital da Eletrobrás*

Art. 6º A Eletrobrás terá inicialmente o capital de Cr\$ 3.000.000.000,00, (três bilhões de cruzeiros), divididos em 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma.

§ 1º Até o ano de 1965, o capital da Sociedade será elevado a um mínimo de Cr\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de cruzeiros), na forma prevista nesta lei.

§ 2º Para aumento do capital poderão ser emitidas ações ordinárias e preferenciais, nominativas ou ao portador, não prevalecendo a restrição do parágrafo único do art. 9º do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

§ 3º As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos não inferiores em 2% (dois por cento) ao ano, à taxa legal de remuneração do investimento das empresas de energia elétrica, e não terão direito a voto, salvo nos casos dos arts. 81, parágrafo único, e 106 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 7º Subscrevera a União a totalidade do capital inicial da Sociedade e, nas emissões posteriores de ações ordinárias, o suficiente para lhe garantir o mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.

§ 1º Para a integralização do capital inicial subscrito pela União, fica o Poder Executivo autorizado a incorporar à Sociedade os bens, instalações e direitos da União relativos à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive ações obrigações ou créditos resultantes das aplicações do Fundo Federal de Eletrificação, nos termos do art. 1º da Lei nº 2.944, de 8 de novembro de 1956.

§ 2º Se o valor desses bens não bastar para a integralização do capital inicial, a União completa-lo-á em dinheiro.

Art. 8º Far-se-ão à conta do Fundo Federal de Eletrificação as integralizações da parte do capital inicial da Sociedade, que porventura exceder o valor dos bens a que se refere o artigo anterior, e do capital subscrito pela União para cumprimento do disposto no artigo 6º, § 1º, desta lei.

Parágrafo único. Fica o Tesouro Nacional, no caso de os recursos do Fundo não bastarem para a integralização do capital inicial, autorizado a fazer adiantamentos ou operações de crédito, por antecipação daqueles recursos, até a quantia de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros).

Art. 9º A Sociedade poderá emitir, até o limite do dobro do seu capital social integralizado obrigações ao portador, com ou sem a garantia do Tesouro Nacional.

Art. 10. Nos aumentos de capital, será assegurada preferência às pessoas jurídicas de direito público para a tomada de ações da Sociedade, respeitado o disposto no artigo 7º, *in fine*, e será adotada a mesma norma nos lançamentos de obrigações.

Art. 11. Todos os recursos do Fundo Federal de Eletrificação serão depositados no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, a crédito de conta especial que só poderá ser movimentada pela Eletrobrás respeitadas as aplicações ou vinculações nos termos do art. 7º, da Lei nº 2.944, de 8 de novembro de 1956. Os saques da Eletrobrás, à conta do Fundo, serão considerados integralização do seu capital subscrito pela União, ou adiantamento por conta de capital a ser subscrito pela União, em cumprimento do art. 6º, § 1º, desta lei.

Parágrafo único. Constituirão receita do Fundo Federal de Eletrificação e a ele serão recolhidos diretamente pela Eletrobrás:

- a) os dividendos das ações da União na Eletrobrás;
- b) os juros das obrigações ao portador da Eletrobrás tomadas pela União.

### CAPÍTULO III

#### Da Organização da Eletrobrás

Art. 12. A Eletrobrás será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma Diretoria Executiva.

§ 1º O Conselho de Administração será constituído de:

a) 1 (um) presidente nomeado pelo Presidente da República e demissível *ad nutum*.

b) 2 (dois) diretores eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 3 (três) anos;

c) 2 (dois) conselheiros designados pelo Presidente da República, com mandato de 3 (três) anos;

d) 2 (dois) conselheiros eleitos pelos acionistas, com mandato de 3 (três) anos, sendo um pelas pessoas jurídicas de direito público, exceto a União, e outro pelas pessoas físicas e jurídicas de direito privado.

§ 2º A Diretoria Executiva compor-se-á do Presidente e dos 3 (três) diretores.

§ 3º Os (três) primeiros diretores serão nomeados pelo Presidente da República, pelos prazos de, respectivamente, 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) anos, de forma que anualmente termine o mandato de um deles.

§ 4º Nas primeiras designações e eleições a que se referem as letras c e d do § 1º, um dos conselheiros designados e o conselheiro eleito pelas pessoas jurídicas de direito público, o serão com mandato de apenas 2 (dois) anos.

§ 5º O presidente e os diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consulta em empresas de economia privada concessionárias de serviços públicos de energia elétrica ou de empresas de direito privado ligadas de qualquer forma à indústria do material elétrico.

Art. 13. O Conselho Fiscal será constituído de 3 (três) membros, com mandato de 1 (um) ano.

§ 1º A União elegerá 1 (um) representante; as mais pessoas jurídicas de direito público, acionistas, outro; e as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, o terceiro.

§ 2º Não se aplicarão ao Conselho Fiscal da Sociedade as disposições do Decreto-lei nº 2.928, de 31 de dezembro de 1940.

§ 3º Enquanto o Conselho Fiscal não puder ser constituído na forma prevista no § 1º, todos os seus membros serão nomeados, pela União, na Assembléia Geral.

Art. 14. É privativo dos brasileiros o exercício dos cargos e funções de membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade.

Art. 15. A Eletrobrás operará diretamente ou através de subsidiárias e empresas, a que se associar.

§ 1º A Sociedade poderá organizar subsidiárias mediante aprovação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, nas quais deverá ter a maioria das ações com direito a voto, podendo, entretanto, ainda com aprovação prévia daquele Conselho, fazer cessar a sua participação desde que as subsidiárias atinjam maturidade econômica e sempre que isto se fizer necessário para, com a rápida recuperação do capital investido, possibilitar novos investimentos em outras áreas do território nacional.

§ 2º A Sociedade poderá tomar ações e obrigações, ao portador, de empresas de energia elétrica sob controle dos Estados, Distrito Federal e Municípios, qualquer que seja a sua participação no capital das referidas empresas, bem como conceder-lhes financiamentos.

§ 3º (VETADO).

§ 4º Somente mediante aprovação do Presidente da República, ouvido o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, poderá a Sociedade tomar ações de empresas produtoras e distribuidoras de energia elétrica que não estejam sob o controle da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 16. Nas subsidiárias que a Eletrobrás vier a organizar, serão observados, no que forem aplicáveis, os princípios gerais desta lei, salvo quanto à estrutura da administração que poderá adaptar-se às peculiaridades e à importância dos serviços de cada uma, bem como às condições de participação dos demais sócios.

§ 1º As subsidiárias obedecerão às normas administrativas, financeiras, técnicas e contábeis, tanto quanto possível uniformes, estabelecidas pela Eletrobrás.

§ 2º Os representantes da Eletrobrás na administração das sociedades, subsidiárias ou na que esta participa, serão escolhidos pelo seu Conselho de Administração, por maioria de votos.

#### CAPÍTULO IV

##### *Das obrigações da Eletrobrás e dos favores que lhe são conferidos*

Art. 17. A Eletrobrás cooperará com os serviços governamentais incumbidos da elaboração e execução da política oficial de energia elétrica, especialmente:

I — Sugerindo as medidas que transcendam dos encargos que lhe são atribuídos (VETADO);

II — Indicando os empreendimentos e as medidas que devam ser objeto de planos (VETADO);

III — Promovendo, junto aos órgãos competentes, a ampliação de empreendimentos já existentes ou a execução de outros, a serem iniciados, se capazes de acelerar o desenvolvimento da indústria de energia elétrica do País, principalmente em face das limitações impostas pelo balanço de pagamentos.

Art. 18. A Sociedade e suas subsidiárias, (VETADO) gozarão de isenção dos tributos, (VETADO) incidentes sobre a importação de maquinismos, seus sobressaentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais destinados a construção, instalação, ampliação, melhoramentos, funcionamento, exploração, conservação e manutenção das suas instalações, desde que não existam similares de produção nacional.

§ 1º (VETADO).

§ 2º Todos os materiais e mercadorias referidos neste artigo, serão desembaraçados mediante "visto" dos inspetores de alfândega.

Art. 19. Fica assegurado à Sociedade e às subsidiárias, o direito de promover desapropriação, nos termos da legislação em vigor.

Art. 20. Dependendo, sempre, de prévia e específica aprovação do Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, a Sociedade poderá dar garantia a financiamentos, tomados no País ou no exterior, a favor de empresas dela subsidiárias.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá dar garantia a financiamentos externos contratados pela Sociedade ou pelas subsidiárias, através do Tesouro Nacional ou por intermédio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, observadas as normas do art. 21 da Lei número 1.628, de 20 de junho de 1952, no que forem aplicáveis.

Art. 21. (VETADO).

Art. 22. Somente quando os dividendos atingirem 6% (seis) por cento, poderá a Assembleia Geral dos Acionistas fixar porcentagens ou gratificações por conta dos lucros para a Administração da Sociedade e das subsidiárias.

Art. 23. A direção da Eletrobrás e as das sociedades dela subsidiárias são obrigadas a prestar as informações que lhes forem solicitadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal ou qualquer de suas Comissões.

§ 1º O Presidente da Eletrobrás é obrigado a comparecer perante qualquer das Comissões de uma ou de outra Casa do Congresso, quando convocado para pessoalmente prestar informações acerca do assunto previamente determinado.

§ 2º A falta de comparecimento, sem justificação importa na perda do cargo.

Art. 24. Prescreverão os Estatutos da Eletrobrás normas específicas para a participação dos seus empregados nos lucros da Sociedade, quando estes alcançarem 6% (seis por cento) do capital, as quais deverão prevalecer até que seja regulamentado o inciso IV do art. 157 da Constituição Federal.

#### CAPÍTULO V

#### Disposições Gerais

Art. 25. A União poderá contratar com a Sociedade ou suas subsidiárias a execução de obras e serviços condizentes com o seu objetivo e não constantes do Plano Nacional de Eletrificação, para os quais forem destinados recursos financeiros especiais.

§ 1º As obras realizadas na forma deste artigo poderão ser incorporadas pela União à Eletrobrás, ou suas subsidiárias, a partir do momento em que sua rentabilidade assegure a remuneração do investimento à taxa estabelecida pela lei para as empresas de eletricidade.

§ 2º Enquanto não for preenchida a condição do parágrafo anterior, e sempre que o preferir a União, poderão as obras referidas neste artigo ser operadas, pela Eletrobrás, ou suas subsidiárias, por conta da União, mediante convênio.

Art. 26. O suprimento de energia elétrica, pela Eletrobrás, a outras empresas, para efeito de distribuição as zonas de que sejam concessionárias, será determinado pelo Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, nos casos e pela forma previstos na legislação em vigor.

Parágrafo único. As tarifas do fornecimento serão fixadas, após a resolução do Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, pelo Ministro de Minas e Energia, mediante portaria, seguindo-se, na fixação das mesmas, o critério da legislação vigente.

Art. 27. Os militares e os funcionários públicos civis da União e das entidades autárquicas, paraestatais e das sociedades de economia mista, federais, poderão servir na Eletrobrás, em funções de direção, de chefia e de natureza técnica, na forma do Decreto-lei nº 6.877, de 18 de setembro de 1944, não podendo, todavia, acumular vencimentos, gratificações ou quaisquer outras vantagens, sob pena de se considerar como tendo renunciado ao cargo primitivo.

Art. 28. A sociedade contribuirá para a formação do pessoal técnico necessário à indústria da energia elétrica, bem como para a preparação de operários qualificados, através de cursos especializados, que organizará, podendo também conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e assinar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado.

Art. 29. Aos empregados e servidores da Sociedade aplicar-se-ão os preceitos da legislação do trabalho nas suas relações com a empresa e suas subsidiárias.

Art. 30. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 25 de abril de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

*Oscar Pedrosa Horta*

*Sylvio Heck*

*Odylio Denys*

*Afonso Arinos de Mello Franco*

*Clemente Mariani*

*Clovis Pestana*

*Romero Costa*

*Brigido Tinoco*

*Cástro Neves*

*Gabriel Grün Moss*

*Cattete Pinheiro*

*Arthur Bernardes Filho*

*João Agripino*

LEI Nº 3.891 — DE 26 DE  
ABRIL DE 1961

*Cria no Departamento Nacional de Estradas de Ferro o Serviço Social das Estradas de Ferro.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É criado no Departamento Nacional de Estradas de Ferro o Serviço Social das Estradas de Ferro.

Art. 2º O Serviço Social das Estradas de Ferro terá por fim promover:

a) a defesa da saúde, principalmente através de medidas de medicina preventiva, colônias de férias e de repouso;

b) a solução dos problemas educativos, primários e domésticos;

c) o incentivo e auxílio ao plantio de hortas e pomares, às crianças domésticas, à organização de pequenas indústrias caseiras e ao fomento de pequenas cooperativas agrícolas e de produção, de caráter familiar;

d) a criação de agências de Serviço Social para solucionar casos individuais ou de grupos;

e) a criação de cooperativas de consumo;

f) o bem estar social e o aperfeiçoamento integral físico, intelectual, moral e espiritual do trabalhador ferroviário e de sua família.

Art. 3º O Serviço Social das Estradas de Ferro exercerá as suas atribuições em cooperação com órgãos afins existentes ou quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

Art. 4º As Estradas de Ferro nacionais, sob a administração de autarquias ou sociedades de economia mista federais ou estaduais, ficam autorizadas a cobrar, sobre as ta-

*Proj. nº 167/55*

rifas vigorantes, uma taxa adicional de 2% (dois por cento), cujo produto constituirá o Fundo Social Ferroviário, destinado ao cumprimento dos objetivos desta lei.

Parágrafo único. As Estradas de Ferro que cobrem a taxa a que se refere este artigo deverão recolher, mensalmente, o produto da arrecadação no Banco do Brasil, em conta e à disposição do Serviço Social das Estradas de Ferro".

Art. 5º As despesas com a administração do Serviço Social das Estradas de Ferro não poderão ultrapassar em cada exercício, de 10% (dez por cento) do Fundo Social Ferroviário.

Art. 6º O Serviço Social das Estradas de Ferro organizará anualmente, para cada uma das Estradas de Ferro que contribuírem para o Fundo Social Ferroviário, um plano anual para a aplicação do mesmo Fundo na solução de um ou mais problemas dos referidos no art. 2º e que digam respeito especialmente às necessidades mais urgentes da região onde atuam.

Art. 7º A fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Social Ferroviário e da execução dos planos do Serviço Social das Estradas de Ferro caberá ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro, observada a legislação própria em vigor.

Art. 8º Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da vigência desta lei, será baixado o Regulamento do Serviço Social das Estradas de Ferro, mediante decreto executivo referendado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. O Regulamento previsto neste artigo fixará a orientação descentralizadora dos planos e da sua execução, e centralizadora da fiscalização a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de abril de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Clovis Pestana

Clemente Mariani

LEI Nº 3.892 — DE 28 DE ABRIL DE 1961

*Prorroga, até 31 de julho de 1961, o prazo a que se refere o art. 11 da Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — É prorrogado, até 31 de julho de 1961, o prazo a que se refere o art. 11 da Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960, que revigora a Lei número 1.522, de 26 de dezembro de 1951, alterada pelas de ns. 3.084, de 29 de dezembro de 1956; 3.344, de 14 de dezembro de 1957; 3.415, de 30 de junho de 1958 e 3.590, de 22 de julho de 1959.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Castro Neves

*Arthur Bernardes Filho*  
*Proj. nº 2834/61*

LEI Nº 3.893 — DE 2 DE MAIO DE 1961

*Cria o Curso de Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, e dá outras providências.*

O presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criado, na Escola de Engenharia, da Universidade do Paraná, o Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Art. 2º Para o funcionamento desse Curso, são criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, os seguintes cargos:

- a) 17 Professor Catedrático, padrão O;
- b) 7 Assistente, padrão K;
- c) 13 Instrutor, padrão I;
- d) 2 Inspetor de Alunos, padrão E;
- e) 1 Servente, padrão A.

Art. 3º As demais disciplinas, que completarão a seriação do Curso instituído nesta lei, comuns às cor-

*Proj. nº 2728/57*

respondentes do curso de Engenharia Civil da referida Escola, serão lecionadas aos alunos, em conjunto, neste Curso.

Art. 4º Dentro de cento e vinte dias, a contar da data da publicação desta lei, serão incluídas no Regimento Interno, as disposições reguladoras do funcionamento do Curso ora criado, de acordo com o Estatuto da Universidade.

Art. 5º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.239.400,00 (sete milhões, duzentos e trinta e nove mil e quatrocentos cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da presente lei sendo Cr\$ 5.239.400,20 para Pessoal Permanente e Cr\$ 2.000.000,00 para Material.

Art. 6º É criada, ainda, a Faculdade de Medicina de Santa Catarina, com sede na cidade de Florianópolis.

Parágrafo único. A Faculdade, que será incorporada à Universidade de Santa Catarina, integrará o Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Ensino Superior, na categoria dos estabelecimentos a que se refere a Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 7º Dentro de cento e vinte dias, a partir da publicação da presente lei, serão incluídas em Regimento Interno, as disposições reguladoras do funcionamento da Faculda-

de criada, de acordo com o Estatuto da Universidade de Santa Catarina.

Art. 8º A Escola de Engenharia Industrial, com sede na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, passará a integrar o Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Ensino Superior, na categoria de estabelecimento federal de ensino, de acordo com o que dispõe a Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 9º Dentro de 60 dias, a partir da promulgação da presente lei, o Poder Executivo enviará mensagem ao Congresso Nacional, propondo, na forma da Constituição Federal, as medidas necessárias ao cumprimento do disposto nos arts. 6º e 8º.

Art. 10. Os recursos para a manutenção e desenvolvimento dos serviços das Faculdades de Medicina de Santa Catarina e da Escola de Engenharia Industrial de Rio Grande, serão os constantes das dotações orçamentárias que lhes forem atribuídas pela União. (VETADO).

Art. 11. Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de maio de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Brigido Tinoco

Clemente Mariani

LEI Nº 3.894 — DE 15 DE MAIO DE 1961

*Revoga a Lei nº 1.894, de 20 de junho de 1953, que regula a promoção de ano dos aspirantes da Escola Naval.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É revogada a Lei nº 1.894 de 20 de junho de 1953 que regula a promoção dos aspirantes da Escola Naval.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de maio de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Sylvio Heck

Proj. nº 4607/58

LEI Nº 3.895 — DE 19 DE MAIO DE 1961

*Concede pensão vitalícia de Cr\$ .... 8.000,00 mensais a Ana Aguiar Barbosa da Cruz, viúva do engenheiro e professor Henrique Barbosa da Cruz.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — É concedida pensão vitalícia de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) mensais a Ana Aguiar Barbosa da Cruz, viúva do engenheiro e professor Henrique Barbosa da Cruz.

Parágrafo único. Em caso de morte da beneficiária, a pensão reverterá em favor de sua filha, incapacitada, Abigail Barbosa da Cruz.

Art. 2º — O pagamento da pensão de que trata esta Lei correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de maio de 1961; 140º da Independência e 73º da República

JÂNIO QUADROS

*Clemente Mariani*

LEI Nº 3.896 — DE 19 DE MAIO DE 1961

*Concede pensão especial de Cr\$ .... 10.000,00 mensais ao cientista alagoano Antônio de Medeiros Mitchell.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica concedida ao cientista alagoano Antônio de Medeiros Mitchell, criador de vários processos de invenção, a pensão especial, mensal, de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), como prêmio pelos seus trabalhos em prol do desenvolvimento do País.

Art. 2º — Correrão as despesas decorrentes da aludida pensão, por conta da verba orçamentária — Ministério da Fazenda — destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Brasília, 19 de maio de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

*Clemente Mariani*

LEI Nº 3.897 — DE 19 DE MAIO DE 1961

*Organiza o Quadro da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e das outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Quadro da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal fica organizado de conformidade com a presente lei e as tabelas anexas.

Art. 2º A Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal é constituída dos Serviços de Administração, Jurisprudência e Comunicações.

Parágrafo único — O Serviço de Administração compreende as Seções de Pessoal, Orçamento e Material e o de Comunicações às Seções de Protocolo, Controle e Arquivo.

Art. 3º A Taquigrafia e a Biblioteca ficam diretamente subordinadas à Presidência do Tribunal.

Art. 4º Cabe ao Tribunal, observadas as disposições desta lei e, no que couber da lei da Organização Judiciária do Distrito Federal, regulamentar os serviços das unidades administrativas de sua Secretaria e da Corregedoria da Justiça, definindo as atribuições de cada órgão e os deveres de seus servidores.

Art. 5º Os símbolos e vencimentos dos cargos da Secretaria do Tribunal e da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal terão os seguintes valores mensais:

	Razão
	Simbólos — Referência base —
	Horizontal
	Cr\$
PJ- 1 .....	63.000,00
PJ- 2 .....	58.000,00
PJ- 3 .....	54.000,00

*Prof. nº 750/59*

*Prof. nº 2595/61*



	Cr\$	Cr\$
PJ- 4 .....	50.000,00	
PJ- 5 .....	47.000,00	
PJ- 6 .....	42.000,00	1.450,00
PJ- 7 .....	38.000,00	1.300,00
PJ- 8 .....	34.000,00	1.150,00
PJ- 9 .....	32.000,00	1.000,00
PJ-10 .....	30.000,00	900,00
PJ-11 .....	28.000,00	850,00
PJ-12 .....	26.000,00	800,00
PJ-13 .....	23.000,00	750,00
PJ-14 .....	21.000,00	700,00
PJ-15 .....	19.000,00	650,00

Art. 6.º Os valores do vencimento mais a gratificação mensal das funções gratificadas da Secretaria do Tribunal e da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal são:

- 1 — F — Cr\$ 44.000,00.  
5 — F — Cr\$ 37.000,00

Parágrafo único — A gratificação do funcionário será igual à diferença entre o vencimento do seu cargo efetivo e o valor do símbolo fixado para a função.

Art. 7.º Os funcionários da Secretaria do Tribunal e da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal perceberão ainda gratificação adicional por tempo de serviço, nas mesmas bases da vencida pelos funcionários da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, por força da Lei nº 264, de 25 de fevereiro de 1948, cujos efeitos, neste particular, lhes são aplicáveis.

Art. 8.º Os funcionários da Secretaria do Tribunal, nomeados de acordo com a Lei 3.754, de 14 de abril de 1960, terão direito, desde a instalação do Tribunal ou da respectiva posse às vantagens financeiras atribuídas aos servidores da Secretaria da Câmara dos Deputados pelo art. 1.º, letras "a", "b" e "c", da Resolução nº 31, de 1960, da mesma Câmara.

Parágrafo único. Aos funcionários nomeados após a vigência desta lei será assegurado o pagamento de uma

ajuda de custo correspondente a três (3) meses de vencimento, para acorrerem às despesas de instalação em Brasília, além das facilidades de habitação, concedidas aos servidores dos demais órgãos do Poder Judiciário.

Art. 9.º Os funcionários da Secretaria do Tribunal e da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal terão direito ao salário família na base fixada no art. 11 da Lei 3.826, de 23 de novembro de 1960.

Art. 10. Enquanto em vigor o disposto no art. 1.º, letra "a" da Resolução nº 31, da Câmara dos Deputados, os seus efeitos se estenderão aos funcionários da Secretaria do Tribunal e da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal.

Art. 11. Aplicam-se aos servidores da Secretaria do Tribunal e da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal, no que lhes for aplicável, os arts. 14 seus parágrafos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 7.º e 74, letras "a", "b" e "c", da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 12. Cabe ao Presidente prover os cargos e funções da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal, devendo, porém, a escolha recair em servidor dos respectivos Quadros, desde que satisfaça os requisitos de merecimento e especialização.

§ 1.º No provimento do cargo de Diretor da Secretaria será exigido diploma de Bacharel ou Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais.

§ 2.º É vedada admissão de pessoal além do número e das categorias funcionais constantes das tabelas que acompanham a presente lei.

Art. 13. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do exercício de 1961.

Art. 14. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

### TABELA I

#### Quadro do Pessoal da Secretaria

Número de Cargos	Cargo ou Função	Símbolo ou Nível
<i>Cargos isolados de provimento em Comissão</i>		
1	Diretor da Secretaria .....	PJ-1
3	Chefe de Serviço .....	PJ-3
6	Chefe de Seção .....	PJ-5

Número de Cargos	Cargo ou Função	Símbolo ou Nível
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
15	Oficial Judiciário .....	PJ-6
1	Taquigrafo-Revisor .....	PJ-3
5	Taquigrafo .....	PJ-6
25	Auxiliar Judiciário .....	PJ-9
1	Bibliotecário .....	PJ-6
1	Bibliotecário-Auxiliar .....	PJ-8
1	Porteiro .....	PJ-8
2	Auxiliar de Portaria .....	PJ-10
2	Oficial de Justiça .....	PJ-11
3	Motorista .....	PJ-11
5	Guarda Judiciário .....	PJ-12
8	Continuo .....	PJ-12
12	Servente .....	PJ-14
<i>Funções Gratificadas</i>		
1	Secretário do Presidente .....	1-F

TABELA II  
Quadro do Pessoal de Corregedoria

<i>Cargo em Comissão</i>		
1	Chefe de Serviço .....	PJ-3
<i>Cargo isolado de provimento efetivo</i>		
3	Oficial Judiciário .....	PJ-6
5	Auxiliar Judiciário .....	PJ-9
1	Motorista .....	PJ-11
1	Auxiliar de Portaria .....	PJ-10
2	Continuo .....	PJ-12
3	Servente .....	PJ-14
<i>Função Gratificada</i>		
1	Secretário de Corregedor .....	5-F

\*Brasília, em 19 de maio de 1961;  
140º da Independência e 73º da República.

JANIO QUADROS

Oscar Pedrosa Horta

Clemente Mariani

LEI Nº 3.898 — DE 19 DE  
MAIO DE 1961

*Isenta de pagamento do imposto de renda os vencimentos e salários de qualquer natureza de o limite igual a cinco vezes o maior salário-mínimo vigente no País*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Serão reajustados em cada exercício o limite mínimo de isenção

das pessoas físicas, os abatimentos relativos aos encargos de família, os limites das classes de renda para incidência das alíquotas progressivas e a tabela de desconto na fonte do imposto sobre os rendimentos do trabalho, a que se referem, respectivamente, os artigos 40 e 101 da Lei número 3.470, de 28 de novembro de 1958 e artigo 1º, parágrafo 2º da Lei número 3.553, de 27 de abril de 1959 regulamentados pelos artigos 1º, 20, letra "e", 26 e 98, inciso 2º, do Decreto número 17.375, de 7 de dezembro de 1959, com base no salário-mínimo mensal decretado de conformidade com o disposto no artigo 81 da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943 e pela forma prevista nesta lei.

Art. 2º O limite mínimo de isenção é fixado em importância equivalente

Proj. nº 2543/60

a 24 (vinte e quatro) vezes o valor do salário-mínimo mensal mais elevado vigente no País no ano anterior ao em que o imposto for devido, ajustada para Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) a fração dessa importância.

Art. 3º Os abatimentos relativos aos encargos de família são fixados na razão da metade do limite mínimo de isenção para o outro cônjuge e 3/4 partes do limite do outro cônjuge para cada dependente.

Art. 4º — As alíquotas progressivas do imposto complementar são as seguintes, a serem cobradas a partir do exercício financeiro de 1962:

Até 24 (vinte e quatro) vezes o valor do salário-mínimo mensal ajustado de que trata o artigo 2º desta lei, isento:

Cr\$	Cr\$	
Até .....	240.000,00 .....	isento
Entre .....	240.000,00 e 300.000,00 .....	2%
Entre .....	300.000,00 e 350.000,00 .....	3%
Entre .....	350.000,00 e 400.000,00 .....	6%
Entre .....	400.000,00 e 450.000,00 .....	10%
Entre .....	450.000,00 e 500.000,00 .....	14%
Entre .....	500.000,00 e 600.000,00 .....	17%
Entre .....	600.000,00 e 700.000,00 .....	20%
Entre .....	700.000,00 e 800.000,00 .....	23%
Entre .....	800.000,00 e 1.000.000,00 .....	26%
Entre .....	1.000.000,00 e 1.200.000,00 .....	29%
Entre .....	1.200.000,00 e 1.600.000,00 .....	32%
Entre .....	1.600.000,00 e 2.000.000,00 .....	35%
Entre .....	2.000.000,00 e 2.500.000,00 .....	38%
Entre .....	2.500.000,00 e 3.000.000,00 .....	40%
Entre .....	3.000.000,00 e 4.500.000,00 .....	45%
Acima de .....	4.500.000,00 .....	50%

Aplicando-se aos abatimentos relativos aos encargos de família a regra estabelecida no art. 3º.

Art. 5º — A Tabela para o desconto na fonte do imposto sobre os rendimentos do trabalho será reajustada de acordo com as alterações introduzidas pelos artigos 2º, 3º e 4º e seu parágrafo único desta lei e o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único — O artigo 40 e seu parágrafo 1º da Lei número 3.470, de 28 de novembro de 1958 regulamentados pelos parágrafos 1º e 2º do artigo 98 do Decreto número 47.373, de 7 de dezembro de 1959, passam a ter a seguinte redação:

Entre 24 e 30 vezes .....	1%
Entre 30 e 45 vezes .....	3%
Entre 45 e 60 vezes .....	5%
Entre 60 e 75 vezes .....	7%
Entre 75 e 90 vezes .....	9%
Entre 90 e 120 vezes .....	12%
Entre 120 e 150 vezes .....	15%
Entre 150 e 180 vezes .....	18%
Entre 180 e 220 vezes .....	22%
Entre 220 e 260 vezes .....	26%
Entre 260 e 300 vezes .....	30%
Entre 300 e 350 vezes .....	35%
Entre 350 e 400 vezes .....	40%
Entre 400 e 500 vezes .....	45%
Entre 500 e 600 vezes .....	50%
Entre 600 e 800 vezes .....	55%
Acima de 800 vezes .....	60%

Parágrafo único — Para a cobrança do imposto sobre a renda no exercício financeiro de 1961 vigorará a seguinte tabela:

“Art. 40 — O desconto do imposto de que trata o inciso II do artigo 98 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 40.702, de 31 de dezembro de 1956, será retido até a importância equivalente a 4 (quatro) vezes o salário-mínimo mensal que servir de base ao cálculo do limite mínimo de isenção.

Parágrafo 1º — É fixada em 20% (vinte por cento) do salário-mínimo mensal que servir de base ao cálculo do limite mínimo de isenção a quota mensal para a soma dos abatimentos de que tratam os artigos 35 e parágrafo único, 36, 64 e 104 da Lei número 3.470, de 28 de dezembro de 1958,

artigo 4º, da Lei número 1.474, de 26 de novembro de 1951; e artigo 20, letra "c", do Decreto-lei número 5.844, de 23 de setembro de 1943, regulamentados pelo art. 20, letras "a", "b", "c", "d", "f" e "i", do Decreto número 47.473, de 7 de dezembro de 1959, os quais serão concedidos "ex officio" a todos os contribuintes, para os efeitos do disposto no inciso II aludido neste artigo".

Art. 6º — As declarações de rendimentos relativas ao corrente exercício financeiro, apresentadas até o dia 31 de maio de 1961 inclusive, ficarão isentas da multa de mora do art. 32 da Lei n.º 2.354, de 28 de novembro de 1954, regulamentado pelo art. 144, letra "a", do Decreto n.º 47.373, de 7 de dezembro de 1959.

Art. 7º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília em 19 de maio de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS  
Clemente Mariani

LEI Nº 3.899 — DE 30 DE  
MAIO DE 1961

Concede subvenções anuais de Cr\$ 10.000.000,00 à Fundação Instituto de Física Teórica, de São Paulo, e ao Instituto de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo nos termos do Artigo 70, parágrafo 3º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Artigo 1º É concedida à Fundação Instituto de Física Teórica, de São Paulo, a subvenção anual de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), correndo a despesa respectiva pelo Ministério da Educação e Cultura.

Artigo 2º É concedida ao Instituto de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro idêntica subvenção anual, correndo também a despesa respectiva, pelo Ministério da Educação e Cultura.

Artigo 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Proj. nº 82/59

Brasília, em 30 de maio de 1961; — 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS  
Brigido Tinoco.  
Clemente Mariani

LEI Nº 3.900 — DE 8 DE  
JUNHO DE 1961

Regula a contagem do tempo de efetivo serviço para os efeitos da Lei de Inatividade dos Militares.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para os efeitos da cota compulsória prevista na letra 7 do art. 14 e nos arts. 17 e 19 da Lei nº 2.379, de 9 de dezembro de 1954, somente será computado o tempo de efetivo serviço contado dia a dia, a partir da data inicial de praça.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de junho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS  
Sylvio Heck  
Odyho Denys

Gabriel Grun Moss

Proj. nº 1280/58

LEI Nº 3.901 — DE 8 DE  
JUNHO DE 1961

Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 5.000,00 mensais a Lavinia Rodrigues Fernandes Chaves, filha do Ministro do Império Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais a Lavinia Rodrigues Fernandes Chaves, filha do Ministro do Império Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.

Art. 2º A despesa correrá a conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda destinada ao pagamento dos pensionistas da União.

Proj. nº 3126/57

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de junho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS  
Clemente Mariani

LEI Nº 3.902 — DE 8 DE  
JUNHO DE 1961

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, e imposto de consumo para a maquinaria e demais equipamentos destinados à instalação de usinas hidrelétricas da Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo, constantes das licenças de importação de ns. 18-56 — 9.775 — 13.935, 18-56 — 17.530 — 18.071, 18-56 — 38.129 — 44.519, 18-56 — 38.128 — 44.518, 18-56 — 38.981 — 40.178, 18-56 — 38.979 — 39.488, 18-56 — 38.930 — 40.177, 18-57 — 9.250 — 13.740, 18-57 — 8.345 — 898, 18-57 — 29.057 — 29.477, 18-57 — 11.027 — 26.953, 18-57 — 11.026 — 26.952, 18-57 — 27.892 — 27.845, 18-58 — 947 — 991, 18-58 — 443 — 729, DG 56 — 45.157 — 43.639, DG 56 — 45.158 — 43.639, DG 57-T-49.294 — 49.520.

Parágrafo único — As isenções concedidas não se aplicam a materiais com similar nacional.

Proj. nº 3881/58

LEI Nº 3.904 — DE 9 DE JUNHO DE 1961

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para materiais importados pela Companhia Ferro Brasileiro S. A.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida à Companhia Ferro Brasileiro S. A., com sede no Município de Caeté, Estado de Minas Gerais, isenção de impostos de importação e de consumo e de taxas aduaneiras, exceto a de previdência social para a importação dos materiais abaixo relacionados, destinados à instalação de uma sinterização de minérios e de uma oficina de centrifugação:

Proj. nº 1531/56

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de junho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS  
Clemente Mariani  
João Agripino.

LEI Nº 3.903 — DE 8 DE  
JUNHO DE 1961

*Isenta dos impostos de importação e de consumo centro telefônico automático destinado à Companhia Telefônica Sanjoanense, São João Del Rei.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento telefônico constante das licenças ns. DG 57 — 38.224 — 42.106 e DG — 57 — 38.225 — 42.107, a ser importado pela Companhia Telefônica Sanjoanense, para a instalação de serviço de telefones urbanos na cidade de São João Del Rei, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º O favor concedido não abrange material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de junho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS  
Clemente Mariani  
Clóvis Pestana

Proj. nº 549/59

- 3 — Extratores distribuidores de tabuleiro metálico de 2,20 x 0,63 e 1,485 x 0,63.
- 1 — Extrator distribuidor de tabuleiro metálico de 2,00 x 0,63.
- 1 — Extrator distribuidor metálico de 2,80 x 0,63.
- 1 — Alimentador de tabuleiro metálico de 1,485 x 0,40.
- 1 — Transportador horizontal de 30" x 19,5m
- 1 — Transportador horizontal de 2 sentidos de 30" x 24,5m
- 1 — Transportador inclinado de 18" x 55,60m.
- 1 — Transportador inclinado de 18" x 26,50m
- 1 — Transportador inclinado de 18" x 52,50m
- 1 — Transportador horizontal rolante, de 2 sentidos, de 500 x 14,00m
- 1 — Transportador horizontal de 18" x 32,00m
- 1 — Transportador inclinado de 2 sentidos, de 18" x 4,00m
- 1 — Transportador inclinado de 18" x 7,50m
- 1 — Transportador inclinado de 18" x 18,00m
- 1 — Elevador contínuo de alcatruzes: A — 17,79m.
- 1 — Elevador contínuo de alcatruzes: A — 34m
- 1 — Transportador inclinado de 18" x 3,80m
- 1 — Distribuidor peneirador de rolos, de 775m
- 1 — Peneira vibrante 3 000 x 1 300.
- 1 — Granulador de mandíbulas 600 x 200.
- 1 — Triturador de cilindros lisos.
- 1 — Peneira de 1 tela de 2,00 x 1,30m.
- 1 — Triturador de barras
- 1 — Redutor e acoplamento para pósto 55.
- 2 — Misturadores.
- 1 — Carrinho de carregamento.
- 3 — Fornos de aglomeração munidos dos sacos da chaminé (coifa).
- 1 — Carrinho acendedor.
- 2 — Reclusas de aspiração.
- 2 — Tremonhas de aglomerados.
- 2 — Distribuidores de aglomerados.
- 2 — Redutores de distribuidores de aglomerados.
- 11 — Mesas dosadoras.
- 1 — Jogo de 3 distribuidores.
- 2 — Peneiras vibradoras.
- 1 — Vidro-transportador.
- 2 — Ventiladores de aglomeração.
- 1 — Ventilador de desempoeiramento.
- 6 — Motores 5-CV — 1 200 rotações.
- 1 — Motoredutor 9-CV — 900/45.
- 5 — Motoredutores 5-CV — 1 200/36.
- 3 — Motoredutores 25-CV — 900/33.
- 1 — Motoredutor 5-CV — 900/30.
- 1 — Motoredutor 1-CV — 1.200/104.
- 1 — Motoredutor 6-CV — 1 200/50.
- 2 — Motoredutores 18-CV — 1.200/350.
- 1 — Motoredutor 5-CV — 1 200/50.
- 2 — Motores 5-CV — 1.200.
- 11 — Motoredutores 5-CV — 900/30.
- 2 — By-pass (passagens secundárias motores) redutores 5-CV — 1.200/16.
- 7 — Instalação, britagem, repartição.
- 1 — Motoredutor 15-CV — 900/27.
- 1 — Motoredutor 5-CV — 1.200/36.
- 1 — Motoredutor 2,5-CV — 900/33.
- 2 — Motoredutores 10-CV — 1 200/36.
- 1 — Motor 10-CV — 1 800/900.
- 2 — Motores 5-CV — 1.800/900.
- 1 — Motor 15-7,5-CV — 3 600/1 800.
- 3 — Motoredutores 3-CV — 1.200/30.
- 2 — Motores 150-CV — 3 600 a 2 780-V.
- 24 — Quadro de britagem — peneiramento e repartição.  
Quadro separado sob silos.  
Quadro de aglomeração.

Quadro de retomada dos aglomerados.

Quadro dos ventiladores.

Materia. dos carrinhos.

Material separado aglom. britagem.

2 — Manômetros registradores.

2 — Pirômetros.

1 — Aparelho de esmerilhar.

1 — Transportador 12' x 9m.

1 — Grupo Eletro-Compressor V-22 — M-8 composto de:

1 — Compressor tipo V-22-ME, compondo-se de dois cilindros de efeito duplo, dispostos em V, vasão de 27,5m 3 min. à velocidade de rotação de 500 r.p.m.

1 — Filtro de ar à entrada (aspiração).

1 — Transmissão de Correias trapezoidais, compreendendo: polis motora e receptora

1 — Motor elétrico assíncrono, trifásico, 440 V, 60 períodos, 1.800 r.p.m., 190-CV, rotor en. gaiola dupla.

1 — Jogo de trilhos de alisamento para o motor

1 — Aparelhamento automatico de partida e proteção, tipo estrela-triângulo.

1 — Monostato de segurança, à pressão de óleo.

1 — Resfriador final com separador de óleo.

7 — Esmerilhadoras elétricas portáteis de alta frequência:

— tipo MTH-150.

— motor com rotor em caixa de esquila.

— corrente trifásica 225 V 180 Hz.

— número de rotações/minuto do eixo porta-rebôlo sem carga 3.700.

— previsto para esmeris vitrificados 150 x 50mm.

furação 5,8" (15,88 mm).

— capacidade em Watts: 1.200.

— entregues com 5 metros de cabo isolado 4 x 2,5mm sem tomada macho ou fêmea.

Acessórios para as esmerilhadoras acima:

5 — Motores completos 25/525.

5 — Rodas de eixo porta-esmeril 106/302.

7 — Rolamentos/retor 96/633.

7 — Rolamentos/retor 96/636.

7 — Rolamentos de eixo porta-esmeril de 1 carreira esferas 96/625.

7 — Rolamentos de eixo porta-esmeril de 2 carreiras esferas 96/308.

14 — Interruptores 28/965.

7 — Porcas de fixação do esmeril 252/174.

2 — Trombetas 10/102.

2 — Tampas exteriores de rebôlo 81/244.

2 — Tampas interiores de rebôlo 81/251.

3 — Estatores bobinados.

2 — Eixos porta-rebolos 11/624.

2 — Carcaças 33/280.

2 — Punhos 14/251.

5 — Capas protetoras de Cabo 114/432.

1 — Conversor de frequência tipo MXPB 40 b d, frequência: 60/ 180 Ns, velocidade de rotação 240 r/pm, potência: 27 KVA, tensão primária: 440 V, tensão secundária 220 V, com

1 — motor assíncrono de ataque tipo MOPB 33 b, corrente 440 V — 60 Hz, potência 32-CV — 1 800 r/pm e

1 — Chave de demarragem em óleo tipo RD3.

(Estas duas máquinas entregues montadas sobre placa de base comum com um só jogo de polias).

1 — Grupo Conversor de 185 KW 220V, corrente continua, compreendendo

1 — Motor assíncrono, tipo MOHE 560 a potência: 275-CV — 1.750 H/mn, corrente: 440V — 60 Hz.

- 1 — Geradora de corrente continua, tipo U.-140 — potência 185 KW — 1 750 R/mn, corrente continua: 220-V e as placas de base e manchões de acoplamento necessários.
- 2 — Alternador Trifásico, tipo semi-protégido, auto-ventilado, sem mancais, nem chapa de base, nem excitatriz.
- 3 — Grupo Electro-Soprador composto de:
  - Estator munião de articulação de desmontagem horizontal.
  - Eixo de aço forjado.
  - Roda fechada tamponada.
  - Abes de chapa rebatadas em caixa de aço forjado.
  - Cassonetes e mancais axiais de engraxamento sob pressão por bomba de óleo movimentada pelo multiplicador.
  - Termómetros nos mancais.
  - Manómetros na aspiração e no recalque.
- 2) — Um Multiplicador de Velocidade de engrenagens, compreendendo:
  - Carter de ferro fundido com articulação horizontal.
  - Engrenagem helicoidal.
  - Mancais de engraxamento sob pressão.
  - A relação de redução sera de 3 600 em 4.440 r/mn.
- 3) — Um Circuito de Engraxamento, comportando:
  - Uma bomba de óleo de engrenagens movimentada pelo multiplicador.
  - Uma bomba de óleo manual para o engraxamento na partida.
  - Um resfriador de óleo com circulação de água.
  - Uma caixa de óleo (óleo do primeiro enchimento não fornecido).
  - Tubulação de ligação entre os diversos elementos do grupo.
- 4) — Dispositivo de Regulagem e Segurança
 

O grupo deverá ser equipado com um dispositivo de regulagem de vasa constante e segurança, compreendendo principalmente:

  - Uma borboleta de regulagem na aspiração dirigida por servo-motor a óleo.
  - Um relé a óleo e suas tomadas de impulsão.
  - Um grupo moto-bomba de alimentação.
  - Um venturi.
  - Um mono-interruptor provocando a disjunção do motor em caso de queda de pressão do óleo de engraxamento.
- 5) — Acoplamentos entre o soprador e o Multiplicador e o motor.
- 6) — Placas de base sob soprador, multiplicador e motor. Esta parte de fornecimento formando um conjunto mecânico completo, se encerrara ao chegar aos flanges de aspiração e de recalque do soprador, aos flanges de entrada e de saída de água do resfriador de óleo, com a exclusão de todas as tubulações vindo a ligar-se nestes orifícios e da latoaria correspondente.
- 1 — Motor Assinchrono Trifásico, tipo semi-protégido de eixo horizontal, auto-ventilado, dois mancais tamponados de rolamentos, ponta de eixo nua com rotor bobinado de anéis, enrolamentos impregnados contra umidade.
- 1 — Reostato de Partida para o motor acima, de resistências metálicas em óleo, de comando normal por volante.
- 1 — Cofre de Protecção para o motor acima constituído de:
  - Um interruptor-disjuntos baixa-tensão, tripolar, munião de 3 relés electromagnéticos temporizados ao máximo de intensidade, cabos do disjuntor dimensionador para 800 A.
  - Um relé ao mínimo de tensão para o tratamento do reostato de partida.
  - O conjunto será instalado num cofre blindado, material tropicalizado, com uma linha atravessante.



O disjuntor será de comando à mão.

Este cofre será fornecido sem caixa de cabo, nem caixa de empaque.

- 1 — Dispositivo de Comando à Distância do dispositivo de regulação do soprador, e

*Um Contador de Vação Registrador*

Para registro da vação de ar do electro soprador.

Este aparelho deve estar provido dos acessórios necessários à ligação ao Venturi, que faz parte do dispositivo de regulação.

Acessório para o conjunto acima:

- 1 jogo de cassonetes para o soprador.
  - 1 jogo de cassonetes para o multiplicador.
  - 1 jogo de pinhões para a bomba de óleo.
  - 1 rolamento SKF 637 MC 3 para o motor.
  - 1 rolamento NU 317 M 3 para o motor.
  - 6 escovas C 527 para o motor.
- 1 — Carrinho Elétrico "Penwice" com as seguintes características:
- Elevador de grande elevação — Modelo KP 202 N.
  - Força carregadora — 2 toneladas.
  - Força carregadora máxima — 3 toneladas.
  - Altura de elevação — 1,58m.
  - Dimensões da plataforma elevadora.
  - Comprimento — 1,385m.
  - Largura — 0,675m.
  - Rodas munidas de bandas de borracha.
  - Cofre de bateria previsto para receber uma bateria SAFT 44 elementos T6H.
- 1 — Contador ampere-hora-metro de rendimento 75 Amperes 300 ah contato auxiliar de abertura em fis. de carga.
- 1 — Bateria de níquel: SAFT constituída de 44 elementos T6H de 286 Ah 50V. dimensões 1.025 x 825 mm.
- 1 — *Pôsto de Carga com Retificador de Silénio:*
- Modelo 24/44 FN 100/65 TBVK.
  - Alimentação: trifásica 440 V 60 Hz.
  - Impregnação reforçada para utilização em país quente.
  - Permitindo assegurar o recarregamento sem vigilância, de:
    - 1 bateria de 44 elementos ferro-níquel T6H 288 Ah, corrente média de carga 65A. ; bateria de 24 elementos Edison C-8-450 Ah, corrente média de carga 100 A.
    - O aparelho será entregue com cabo macio de carga e mais tomada de corrente.
- 1 — Lote de peças suplementares capaz de assegurar um serviço contínuo dos aparelhos acima durante um período de 2 anos.
- A — *Quadro Alta Tensão*
- 1 — 1) Painel Prebloco sobre-elevado tipo PS, compreendendo:
- Um jogo de barras previsto para potência de 1.500 KVA, mínimo.
  - Um separador tripolar de comando mecânico 7 KV — 500 A;
  - Um disjuntor tripolar, em óleo, tipo SC 1.6 — 7 KV — 500 A, munido de 2 desengatadores por mecanismo indicador.
  - as lampadas de posição e acessórios;
  - uma caixa de cabo para cabo armado de diâmetro exterior 43 mm.
- 2 — 2) Painel de contagem para a chegada procedente, compreendendo:
- dois transformadores de intensidade 7 KV — relação 175/5 A;
  - dois transformadores de tensão monofásicas 2.800/110 V;
  - três corta-circuitos fusíveis para a proteção dos transformadores de tensão;

Na parte dianteira será previsto:

- um voltímetro com comutador graduação 0-3.000 V;
- um contador de energia ativa;
- um amperímetro de controle;

- 1 — Painel prebloco P.S. idêntico ao do parágrafo A. 1) mas com uma proteção reguladora para 400 KVA.

B — Quadro baixa pressã 440 Volts

- 1 — Painel prebloco tipo 2-FF compreendendo:
  - 1 jogo de barras tripolar 2.000 A.
  - 2 amperímetros 0-200 A em transformadores de intensidade. Estes amperímetros serão colocados na dianteira do painel.

— Na divisão superior:

- 1 disjuntor tripolar D.M.B. 500 V 60 Hz — 800 A munido de 2 desengatadores diretos ao máximo de intensidade, retardados por mecanismo indicador. Este aparelho é seccionável por retração com comando mecânico, a partir de lado dianteiro.
- Esta divisão comporta, ademais, 2 caixas de extremidade, cada uma para cabo de 48,9 mm. de diâmetro.

— Na divisão inferior.

Idêntico equipamento da divisão superior.

- 1 — Painel prebloco tipo 4 DDDD, compreendendo:
  - 1 jogo de barras tripolares 2.000 A.
  - 2 amperímetros 0-200 A em transformadores de intensidade. Estes amperímetros serão colocados na parte dianteira do painel.
- Na Divisão superior:
  - 1 disjuntor tripolar tipo D.N.O. 500 V 60 Hz 200 A, munido de 2 desengatadores diretos ao máximo de intensidade, para cabo de 30,9 mm de diâmetro.
- Na divisão central superior: idêntico equipamento ao da divisão superior.
- Na divisão central inferior: idêntico equipamento ao da divisão superior.
- 1 — Painel prebloco tipo 4 DD — Semelhante ao tipo 4 DDDD parágrafo B 2) porém comportando somente 2 disjuntores em vez de 4, ficando livres as divisões central superior e inferior para futuro equipamento.

NOTA: — Os painéis alta e baixa tensões devem formar quadros completos separados.

C — Acessórios:

- 50 tubos com buchas de rosca 130 V 15 W para os painéis A.T.
- 50 tubos com buchas de baioneta 135 V — 15 W para os painéis DT.
- 100 rolos de papel diagrama tipo BC 60 para wattímetro registrador Chauvin-Arnoux, Retígrafo tipo FWE com mostrador nº 9.136, 1/1 graduação 0 a 10.

*Condições Elétricas*

- 10 — Conexões direitas desiguais para:
  - Cabo de cobre diâmetro 8,25 mm por apartamento, cônico; borne de cobre diâmetro 30 mm por cone elástico;
- 12 — Conexões direitas iguais para condutores de cobre de apêto por cone elástico série XC 111, mas com os dois lados para tubo diâmetro 1.1/2";
- 10 — Conexões direitas bimetalicas desiguais para: cabo de aluminio de diâmetro 10,11 mm por apartamento cônico para:
  - borne de cobre diâmetro 30 mm por cone elástico;
- 4 — Conexões direitas bimetalicas desiguais, de apartamento cônico para:
  - cabo de aluminio, diâmetro 10,11 mm.
  - cabo de cobre diâmetro 8,25 mm.
- 16 — Conexões em esquadro para condutores de cobre, de apêto por cone elástico série XC 113, mas com um lado, para tubo de diâmetro ext. 1.1/2" e o outro lado para borne de diâmetro ext. 30 mm.

- 7 — Conexões em esquadro para condutores de cobre, de apêrto por cone, elástico série XC 113, mas com um lado para tubo de diâmetro 1.1/8" e o outro lado para borne de diâmetro 20 .mm.
- 6 — Conexões em Tê de apêrto por flanges e parafusos para condutores de cobre série XC 951-30, mas furados de maneira a receber tubos de diâmetro 1.1/8".
- 7 — Conexões em Tê de apêrto por flanges e rôscas, para condutores de cobre série XC 515-12 para cabos de diâmetro 8 25.
- 7 — Conexões em Tê de apêrto por flanges e rôsca, para condutores de alumínio série XC 565-12 para cabos de diâmetro 10,11 mm.
- 7 — Terminais de apêrto por cone elástico para condutores de cobre série XC 10F-46.
- 7 — Conexões direitas com borne de apêrto por cone elástico, para condutor de cobre;
  - borne diâmetro 1.1/8" — 12 fios por polegada;
  - tubo, diâmetro 1.1/8";
- 7 — Conexões direitas com borne para condutores de cobre:
  - borne, diâmetro 1.1/8" — 12 fios por polegada;
  - barra chata 2" x 1/4".
- 22 — Conexões diversas.

Art. 2º A isenção abrangerá apenas as mercadorias a que se aplicar o disposto no art. 73 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de junho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

*Clemente Mariani*

*João Agripino*

*Castro Neves.*

#### LEI Nº 3.905 — DE 10 DE JUNHO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado a auxiliar a realização, no Brasil de um Congresso Internacional de Radiologistas, sob os auspícios do Colegiu Inter-Americano de Radiologia.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinados a auxiliar o Colegiu Inter-Americano de Radiologia nas despesas decorrentes de um congresso internacional dessa especialidade, a ser realizado, em futuro próximo, no Brasil.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 10 de junho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

*Clemente Mariani*

*Cattete Pinheiro*

*Afonso Arinos de Mello Franco*

LEI Nº 3.906 — DE 19 DE JUNHO DE 1961

*Dispõe sobre a aposentadoria dos funcionários federais e dos empregados autárquicos da União que participaram de operações de guerra na Força Aérea e na Marinha de Guerra do Brasil ou receberam a Medalha da Campanha do Atlântico Sul.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os funcionários federais e os empregados autárquicos da União que participaram de operações de guerra na Força Expedicionária, na Força Aérea e na Marinha de Guerra do Brasil (VETADO) serão, ao aposentar-se, promovidos ao cargo imediatamente superior, se existir tal categoria no seu quadro, e perceberão integralmente os respectivos vencimentos.

Art. 2º (VETADO)

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de junho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Oscar Pedroso Horta  
Sylvio Heck  
Odylho Denys  
Afonso Arinos de Mello Franco  
Clemente Mariani  
Clóvis Pestana  
Romero Costa  
Brigido Tinoco  
Castro Neves  
Gabriel Grün Moss  
Cattete Pinheiro  
Arthur Bernardes Filho  
João Agripino

Proj. nº 2380/57

LEI Nº 3.907 — DE 19 DE JUNHO DE 1961

*Concede aos servidores em atividade e inativos das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais o reajuste de 44% sobre os vencimentos, salários e proventos atuais, e das outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedido aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, inclusive aos inativos, um reajuste de 44% (quarenta e quatro por cento) sobre os respectivos vencimentos, salários e proventos que estejam percebendo na data desta lei e desde que fixados ou calculados de acordo com a legislação vigente.

§ 1º O reajuste de que trata este artigo será pago a partir da vigência das vantagens financeiras concedidas ao funcionalismo civil do Poder Executivo pela Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960, e até que sejam fixados, por lei, novos vencimentos, salários ou proventos de aposentadoria, na base, tanto quanto possível, das referidas vantagens financeiras, bem como dos benefícios da Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960.

§ 2º Dentro de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei, os Tribunais Regionais Eleitorais enviarão mensagens ao Congresso Nacional, propondo a fixação dos vencimentos e salários a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 2º Fica incorporado ao vencimento, remuneração, salário ou provento, dos servidores em atividade

Proj. na 2634/61

de ou inativos das Secretarias e dos serviços auxiliares dos Tribunais a que se refere a Lei nº 3.587, de 18 de julho de 1959, o abono de 30% (trinta por cento) concedido pela mesma lei aos citados servidores.

Art. 3º Para atender às despesas decorrentes desta lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regionais Eleitorais, o crédito especial de Cr\$ 67.899.673,00 (sessenta e sete milhões, oitocentos

e noventa e nove mil seiscentos e setenta e três cruzeiros).

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS.

Oscar Pedroso Horta

Clemente Mariani

(\*) LEI Nº 3.908 — DE 21 DE JUNHO DE 1961

*Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício de 1961.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Receita do Distrito Federal para o exercício de 1961 (mil novecentos e sessenta e um) é orçada em Cr\$ 1.426.914.000,00 (um bilhão, quatrocentos e vinte e seis milhões, novecentos e quatorze mil cruzeiros), de acordo com a especificação abaixo e quadros anexos:

*Receita Ordinária*

		Cr\$
a) Receita Tributária		
Impostos	.....	977.904.000,00
Taxas	.....	300.200.000,00
		<hr/>
		1.278.104.000,00
b) Receita Patrimonial	.....	11.120.000,00
c) Receitas Transferidas	.....	95.000.000,00
d) Receitas Diversas	.....	42.690.000,00
		<hr/>
Total da Receita		1.426.914.000,00

Art. 2º Até que o Congresso Nacional delibere a respeito, a receita continuará sendo arrecadada, nos termos do art. 50, da Lei nº 3.751, de 13-4-60, de acordo com a legislação tributária em vigor no Estado de Goiás e no Município de Planaltina, a 21 de abril de 1960, respectivamente, nas partes relativas aos tributos da competência estadual e municipal.

Art. 3º A Despesa do Distrito Federal é fixada em Cr\$ 1.426.914.000,00, distribuída pelas unidades administrativas abaixo especificadas e discriminadas em anexo:

(\*) Os anexos que acompanham a Lei nº 3.908, de 21 de junho de 1961 e a que se refere o art. 4º da mesma lei, estão publicados em Suplemento à presente edição.

*Proj. nº 2497/60*

	Cr\$
Gabinete do Prefeito .....	14.391.000,00
Comissão de Incentivo à Iniciativa Privada .....	4.460.000,00
Conselho de Planejamento .....	1.250.000,00
Assessoria de Organização e Planejamento .....	11.440.000,00
Assessoria de Planejamento .....	35.130.000,00
Secretaria Geral de Administração e Finanças .....	129.945.000,00
Procuradoria Geral .....	6.770.000,00
Superintendência Geral de Educação e Cultura .....	211.705.000,00
Secretaria Geral de Assistência .....	169.880.000,00
Superintendência Geral de Economia .....	267.795.000,00
Superintendência Geral de Segurança e Interior .....	145.375.000,00
Superintendência Geral de Agricultura e Abastecimento .....	250.855.000,00
Departamento de Estrada de Rodagem .....	140.000.000,00
Tribunal de Contas .....	34.600.000,00
Procuradoria Geral do Tribunal de Contas .....	3.316.000,00
<b>Total da Despesa .....</b>	<b>1.426.914.000,00</b>

Art. 4º Fazem parte integrante da presente lei os anexos que a acompanham especificando a receita e discriminando a despesa com indicação da respectiva legislação.

Art. 5º Fica o Prefeito expressamente autorizado a:

- I — Realizar operações de crédito por antecipação da Receita, até o limite de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros);
- II — Abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários até o máximo de 10% (dez por cento) da receita orçada;

Parágrafo nico. A execução da despesa variável ficará dependendo da realização efetiva da receita estimada facultado ao Prefeito, para compressão do *deficit*, cancelar as autorizações não vinculadas por Lei ou contrato.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Oscar Pedroso Horta

Clemente Mariani

# LEI Nº 3.909 — DE 26 DE JUNHO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais 10 anos o prazo a que se refere a Lei nº 1.131, de 13-6-1950, que dispõe sobre a realização do plano de sorteio denominado "Sweepstake".*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Jockey Club Brasileiro autorizado a extrair anualmente dois "Sweepstake", de acordo com os planos de sorteio que se subordinarem às instruções expedidas pela Diretoria das Rendas Internas do Tesouro Nacional.

Art. 2º. A concessão do plano "Sweepstake", que é intransferível, vigorará durante o prazo de 10 (dez) anos.

*Prop. nº 1533/60*

Art. 3º. Aprovado o plano de sorteio, o Jockey Club Brasileiro é responsável pela sua execução e pelo pagamento e liquidação dos prêmios sorteados.

Art. 4º. Autorizada a extração, esta não se efetivará sem que o Jockey Club Brasileiro deposite no Tesouro Nacional 50% (cinquenta por cento) dos prêmios a distribuir.

Art. 5º. O depósito a que alude o artigo anterior far-se-á na Tesouraria-Geral do Tesouro, mediante guia visada pelo diretor das Rendas Internas e será levantado logo que satisfeitas as obrigações decorrentes do sorteio.

§ 1º Far-se-á a restituição por simples despacho exarado no verso do conhecimento de depósito, e nesse documento, que constituirá o comprovante da despesa, o concessionário passará o recibo, na forma legal.

§ 2º A falta de pagamento de qualquer dos prêmios estipulados no plano importará, na retenção do depósito até liquidação final das obrigações do concessionário.

Art. 6º Os prêmios deverão ser liquidados no prazo máximo de 3 (três) meses, a contar da data do sorteio.

Art. 7º. A falta de pagamento dos prêmios devidos, ainda que ressarcida total ou parcialmente, pelos cofres federais à conta do depósito, não exclui a ação judicial para reparar os danos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas.

Art. 8º. O Diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional designará um funcionário para assistir e fiscalizar a execução do sorteio e a extração dos respectivos prêmios, arbitrando-lhe uma gratificação, que deverá ser recolhida pelos concessionários aos cofres do Tesouro.

Art. 9º. Os prêmios do "Sweepstake" corresponderão a 70% (setenta por cento) do valor de venda dos bilhetes de cada emissão (Art. 9º, inciso 2, do Decreto-lei nº 6.259, de 10-2-1944).

Parágrafo único — Os bilhetes do "Sweepstake" serão vendidos ao público pelo preço neles impresso (Art. 25, letra c, do Decreto-lei nº 6.259, de 10-2-1944).

Art. 10. São aplicáveis ao sorteio do "Sweepstake" as normas do Decreto-lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre o serviço de loterias, nas partes que não colidirem com esta lei.

Art. 11. O imposto de 5% sobre a importância total de cada emissão dos "Sweepstakes" do Jockey Club Brasileiro, sediado na cidade do Rio de Janeiro, ao qual se refere o art. 13 do Decreto-lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, será pago ao Estado da Guanabara pelo próprio Jockey Club Brasileiro até a véspera da data designada para o sorteio.

Parágrafo único. A importância arrecadada será aplicada em obras de beneficência e de instrução primária do Estado da Guanabara.

Art. 12. Para prêmio ao jóquei, ao treinador e ao cavalariço do cavalo vencedor, bem como, para auxílio à Caixa Beneficente dos Profissionais do Turfe, serão deduzidos do prêmio maior 8% (oito por cento), cuja repartição será feita a arbitrio do Jockey Club Brasileiro.

Art. 13. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

Art. 14. Dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta lei, deverão ser baixadas as respectivas instruções estabelecendo as normas para a sua execução.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Clemente Mariani

LEI N.º 3.910 — DE 26  
DE JUNHO DE 1961

*Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como de taxas de armazenagem, material a ser importado pela Companhia Telefônica de Itaúna.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É isento dos impostos de importação e de consumo, bem como de taxas de armazenagem, o desembaraço alfandegário de partes e peças para um centro telefônico automático constante da licença número DG-58-4.385-4.426, emitida pela carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Companhia Telefônica de Itaúna, sediada em Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único — A isenção não abrange o material com similar nacional.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de junho de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS  
Clemente Mariani  
Clovis Pestana

Proj. nº 246/59

LEI N.º 3.911 — DE 27  
DE JUNHO DE 1961

*Concede isenção de todos os direitos, imposto de consumo e taxas alfandegárias para um altar de mármore, importado pela Escola Belém do Hórtio, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida isenção de todos os direitos, imposto de consumo e taxas alfandegárias, exceto a de despacho aduaneiro, para 1 (um) altar de mármore, pesando 3.800 (três mil e oitocentos) quilos, importado pela Escola Belém do Hórtio, mantida pela Associação Instrução e Caridade, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e que se encontra na Alfândega de Porto Alegre.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 27 de junho de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS  
Clemente Mariani

Proj. nº 2468/57





## APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão :

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.



35

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 3.887 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1961

*Aprova Termo de Acôrdo firmado entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul sôbre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União.*

(Publicado no Diário Oficial de 10 de fevereiro de 1961)

### *Retificação*

No art. 1º onde se lê ... de 17 de agosto de 1959 ... — Leia-se: ... de 17 de agosto de 1950 ...

*Proj. nº 1.055/59*



## **EMENTÁRIO**

**Leis e decretos publicados nos  
volumes III e IV, de 1961, desta  
coleção, classificados pela or-  
dem alfabética dos assunto**



## EMENTÁRIO

### A

#### A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil, Sociedade Mútua de Seguros Gerais.*

Decreto nº 56.445, de 11 de abril de 1961.

#### A MARÍTIMA — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "A Marítima" Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n.º 49.763, de 31 de dezembro de 1960.

#### ACÓRDO DO TRIGO (II)

*Dispõe sobre a aplicação no Nordeste de doação originária do 1º acôrdo do Trigo.*

Decreto n.º 50.681, de 31 de maio de 1961.

#### ACÓRDOS

*Aprova Termo de Acôrdo firmado entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul sobre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União.*

Lei n.º 3.887, de 8 de fevereiro de 1961.

#### ADUANAS

*Dispõe sobre os serviços de fiscalização atribuídos às Repartições Aduaneiras do País.*

Decreto n.º 50.440, de 11 de abril de 1961.

### ADUANAS

*Subordina diretamente à Estação Aduaneira de Importação Aérea em São Paulo os órgãos que menciona.*

Decreto n.º 50.441, de 11 de abril de 1961.

#### AERONAUTA

*Regulamenta o exercício da profissão de Aeronauta.*

Decreto n.º 50.660, de 29 de maio de 1961.

#### AERONÁUTICA

*Altera o Regulamento do Serviço de Identificação da Aeronáutica.*

Decreto n.º 50.645, de 24 de maio de 1961.

*Suspende, pelo prazo de um (1) ano, dispositivos do Regulamento de promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa (Repromaer).*

Decreto n.º 50.816, de 22 de junho de 1961.

#### AGROPECUARIA

*Torna extensiva para o mercado interno a cobrança das taxas de classificação a que se refere o Decreto nº 38.860, de 13 de março de 1956.*

Decreto n.º 50.647, de 24 de maio de 1961.

*Cria a Comissão de Amparo à Produção Agropecuária e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.740, de 7 de junho de 1961.



**AGUAS PÚBLICAS**

*Ver o nome do Estado a cujo domínio se submetem.*

**ALGODÃO**

*Assegura ao algodão em pluma da região setentrional do País da safra de 1961-1962 a garantia de preços mínimos.*

Decreto n.º 50.643, de 24 de maio de 1961.

**ALVORADA — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Alvorada — Companhia Nacional de Seguros Gerais.*

Decreto n.º 50.537, de 4 de maio de 1961.

**AMAZÔNIA**

*Altera o Decreto n.º 50.272, de 15 de fevereiro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.409, de 4 de abril de 1961.

— *Dá nova redação ao art. 61, do Decreto n.º 34.132, de 9 de outubro de 1953, que aprova o Regulamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.421, de 7 de abril de 1961.

— *Determina a Execução de Programas Anuais pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.495, de 25 de abril de 1961.

— *Dispõe sobre o regime de previdência e assistência aos servidores da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.*

Decreto n.º 50.497, de 25 de abril de 1961.

**ARMADA**

*Altera a Ordenança Geral para o Serviço da Armada.*

Decreto n.º 50.783, de 12 de junho de 1961.

— *Ver, também, Marinha e Ministério da Marinha.*

**ARMAZENAGEM**

*Prorroga a vigência do Decreto número 39.298, de 1 de junho de 1956, e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.670, de 31 de maio de 1961.

**ARMAZÉNS E SILOS**

*Institui um Grupo de Estudos para apresentar sugestões relativas à política nacional de Armazéns e Silos.*

Decreto n.º 50.466, de 15 de abril de 1961.

— *Aprova o enquadramento das funções da Comissão Executiva de Armazéns e Silos, e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.624, de 19 de maio de 1961.

— *Prorroga a vigência do Decreto n.º 39.298, de 1 de junho de 1956, e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.670, de 31 de maio de 1961.

**ARQUIVOS**

*Altera o Decreto n.º 48.936, de 14 de setembro de 1960, que criou um Grupo de Trabalho incumbido do estudo dos problemas do arquivo no Brasil, e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.614, de 18 de maio de 1961.

**ARROZ**

*Altera os arts. 7º e 16, das especificações aprovadas pelo Decreto número 28.098, de 10 de maio de 1950.*

Decreto n.º 50.814, de 20 de junho de 1961.

## ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO

*Promulga o Tratado que estabelece uma Zona de Livre Comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, concluído em Montevideo, a 18 de fevereiro de 1960, entre Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.*

Decreto nº 50.636, de 24 de maio de 1961.

## ASSOCIAÇÕES

*Declara de utilidade pública o Circulo Operário Porto Alegrense (COPA), com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 49.616, de 29 de dezembro de 1960.

— *Considera como órgão técnico consultivo da Administração Federal a Associação Nacional de Navegação Estadual e de Economia Mista — NAVESTADO.*

Decreto nº 50.570, de 9 de maio de 1961.

— *Declara de utilidade pública as Associações de Crédito e Assistência Rural que menciona.*

Decreto nº 50.622, de 18 de maio de 1961.

— *Disciplina a assistência financeira da União à ABCAR, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.632, de 19 de maio de 1961.

## ATLANTIS (BRAZIL) LIMITED

*Concede à sociedade anônima Atlantis (Brazil) Limited autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto nº 50.858, de 27 de junho de 1961.

## AUTARQUIAS

*Dispõe sobre preferência para nomeação ou admissão no Serviço Civil do Poder Executivo e das Autarquias Federais do pessoal exonerado ou dispensado por força do Decreto número 50.284, de 21 de fevereiro de 1961.*

Decreto nº 50.407, de 3 de abril de 1961.

## AUTARQUIAS

*Regulamenta o art. 55 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.*

Decreto nº 50.635, de 20 de maio de 1961.

— *Prorroga prazo previsto do Decreto nº 50.284, de 21 de fevereiro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.738, de 7 de junho de 1961.

— *Acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto nº 50.288, de 8 de fevereiro de 1961, que dispõe sobre depósitos bancários de entidades governamentais.*

Decreto nº 50.854, de 26 de junho de 1961.

## AUTORES TEATRAIS

*Regulamenta a Lei nº 1.565, de 3 de março de 1952.*

Decreto nº 50.631, de 19 de maio de 1961.

## AUTORIZAÇÃO

*Para funcionar como empresa de eletricidade — Ver: Energia Elétrica.*

— *Para funcionar como empresa de navegação de cabotagem — Ver: Navegação de Cabotagem.*

— *Para lavra — Ver o nome do elemento lavrado.*

— *Para pesquisa — Ver o nome do elemento pesquisado.*

## AUTOS OFICIAIS

*Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950.*

Decreto nº 50.640, de 20 de maio de 1961.

## AUXILIAR ACADÊMICO

*Dispõe sobre a função de Auxiliar Acadêmico nos órgãos do Serviço Público, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.664, de 30 de maio de 1961.

## AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

*Concede subvenções anuais de Cr\$ 10.000.000,00 à Fundação Instituto de Física Teórica, de São Paulo, e ao Instituto de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Lei nº 3.899, de 30 de maio de 1961.

**AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES**

*Autoriza a execução de obras de emergência no Estado do Rio Grande do Norte, em regiões assoladas por inundações.*

Decreto nº 50.462, de 14 de abril de 1961.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ... Cr\$ 5.000.000,00 para atender às despesas com as comemorações do centenário de Itajai, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 50.842, de 24 de junho de 1961.

**B****BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S.A.**

*Regula o mercado da borracha.*

Decreto nº 50.422, de 7 de abril de 1961.

**BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.**

*Homologa a subscrição pública de ações para constituição de capital do Banco do Estado do Pará S.A.*

Decreto nº 50.498, de 26 de abril de 1961.

**BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO**

*Altera a redação do art. 2º do Decreto nº 45.684, de 1 de abril de 1959.*

Decreto nº 50.853, de 26 de junho de 1961.

**BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA LIMITED**

*Concede à sociedade anônima Bank of London & South America Limited autorização para aumentar o seu capital no país.*

Decreto nº 50.608, de 17 de maio de 1961.

**BATALHÃO SUEZ**

*Regula a aplicação sobre os vencimentos do pessoal do Batalhão Suez, do Disposto no Decreto nº 50.369, de 21 de março de 1961.*

Decreto nº 50.478, de 19 de abril de 1961.

**BENNET DO BRASIL LTDA.**

*Revoga os Decretos que concederam à sociedade anônima Bennet do Brasil Limitada autorização para funcionar na República.*

Decreto nº 50.460, de 14 de abril de 1961.

**BORRACHA**

*Regula o mercado da borracha.*

Decreto nº 50.422, de 7 de abril de 1961.

— *Institui Grupo de Trabalho para examinar a conveniência de constituição de empreendimento destinado ao incentivo da cultura da seringueira e dá outras providências.*

Decreto nº 50.451, de 13 de abril de 1961.

**BRIGAS DE GALO**

*Proíbe o funcionamento das rinhas de "brigas de galos" e dá outras providências.*

Decreto nº 50.620, de 18 de maio de 1961.

**C****CAÇA E PESCA**

*Autoriza o Ministério da Agricultura a instituir, nos Estados e Territórios Delegacias Honorárias, com a incumbência específica de colaborar na fiscalização da caça e pesca em todo o Território Nacional.*

Decreto nº 50.414, de 5 de abril de 1961.

— *Interdita, pelo prazo de cinco (5) anos, o exercício da caça na Ilha do Bananal e nos vales do Araguaia e Tocantins e dá outras providências.*

Decreto nº 50.442, de 11 de abril de 1961.

— *Proíbe o exercício da caça dentro do território do Distrito Federal.*

Decreto nº 50.597, de 15 de maio de 1961.

— *Proíbe pelo prazo de dois anos, o exercício da pesca no rio Mogi-Guaçu e seus afluentes.*

Decreto nº 50.825, de 22 de junho de 1961.

## CAÇA E PESCA

*Cria o Conselho de Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências.*

Decreto nº 50.872, de 28 de junho de 1961.

— *Proíbe até 31 de dezembro de 1966, a caça em municípios dos Estados de Mato Grosso e Paraná e dá outras providências.*

Decreto nº 50.880, de 29 de junho de 1961.

## CAIRU — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Cairú — Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto nº 49.770, de 31 de dezembro de 1960.

## CAIXA DE CRÉDITO DA PESCA

*Fixa gratificação para os membros do Conselho Administrativo da Caixa de Crédito da Pesca.*

Decreto nº 50.619, de 10 de maio de 1961.

## CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

*Autoriza as Caixas Econômicas Federais a realizar operações de crédito com os Municípios, por antecipação de receita, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.474, de 18 de abril de 1961.

— *Uniformiza o preenchimento de lugares nos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais e dá outras providências.*

Decreto nº 50.576, de 10 de maio de 1961.

— *Torna sem efeito o art. 1º do Decreto nº 49.617, de 29 de dezembro de 1960.*

Decreto nº 50.591, de 15 de maio de 1961.

## CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

*Altera o art. 3º do Decreto número 50.316, de 6 de março de 1961, a fim de autorizar as Caixas Econômicas Federais a realizar operações de crédito nas Carteiras Hipotecárias para a construção de teatros e dá outras providências.*

Decreto nº 50.677, de 31 de maio de 1961.

— *Altera a redação do art. 5º do Decreto nº 49.495, de 10 de dezembro de 1960, que aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de Brasília.*

Decreto nº 50.826, de 22 de junho de 1961.

## CAMPANHA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

*Dispõe sobre a execução do Decreto nº 50.363, de 21 de março de 1961.*

Decreto nº 50.491, de 25 de abril de 1961.

## CAMPANHA DE DEFESA DO FOLCLORE BRASILEIRO

*Dispõe sobre a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.*

Decreto nº 50.438, de 11 de abril de 1961.

## CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

*Organiza a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, prevista pelo Decreto número 29.741, de 11 de julho de 1951.*

Decreto nº 50.737, de 7 de junho de 1961.

## CAMPANHA NACIONAL DE MERENDA ESCOLAR

*Dispõe sobre a execução dos programas assistenciais da Campanha Nacional de Merenda Escolar e dá outras providências.*

Decreto nº 50.544, de 4 de maio de 1961.

**CAMPANHA NACIONAL DE MERENDA ESCOLAR**

*Dispõe sobre a fiscalização dos gêneros distribuídos pela Campanha Nacional de Merenda Escolar, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.545, de 4 de maio de 1961.

**CÂNCER**

*Assegura privilégios à radiodifusão de noticiário, palestras e mensagens relacionados com a "Ofensiva contra o Câncer".*

Decreto nº 50.652, de 24 de maio de 1961.

**CARROS OFICIAIS**

-- Ver: Autos oficiais.

**CASAS DO MARINHEIRO**

*Aprova Regulamento para as Casas do Marinheiro.*

Decreto nº 50.644, de 24 de maio de 1961.

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. — ELETROBRÁS**

— Ver: Eletrobrás.

**CEREAIS**

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola de 1961-62 e remanescentes de 1960-61.*

Decreto nº 50.411, de 5 de abril de 1961.

**CINEMA**

*Regula a projeção de películas cinematográficas e a propaganda comercial através das emissoras de televisão e dá outras providências.*

Decreto nº 50.450, de 12 de abril de 1961.

— Proíbe a propaganda comercial nos cinematógrafos e dá outras providências.

Decreto nº 50.765, de 9 de junho de 1961.

**CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS**

*Dá nova redação aos arts. 3º, 5º, 7º, 11 e suprime o art. 13 do Decreto nº 48.921, de 8 de setembro de 1960.*

Decreto nº 50.571, de 10 de maio de 1961.

— Altera o Regimento da Comissão de Classificação de Cargos.

Decreto nº 50.668, de 30 de maio de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos do Serviço Social Rural, e dá outras providências.

Decreto nº 50.749, de 8 de junho de 1961.

**CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS**

*Torna extensiva para o mercado interno a cobrança das taxas de classificação a que se refere o Decreto nº 38.860, de 13 de março de 1956.*

Decreto nº 50.647, de 24 de maio de 1961.

**CLASSIFICAÇÃO DO ARROZ**

Ver: Arroz.

**CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES**

*Em complemento ao Decreto nº 35.509, de 17 de maio de 1954, classifica em categoria "A" o Distrito Federal e em categoria "b" o Estado da Guanabara.*

Decreto nº 50.424, de 8 de abril de 1961.

— Especifica novas funções em organizações militares que dão direito às gratificações de Técnico Militar, previsto no art. 56, e de Serviço Industrial, a que se referem os arts. 64 e 66 da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Decreto nº 50.834, de 23 de junho de 1961.

**COFAP**

Ver: Comissão Federal de Abastecimentos e Preços.

**COMISSÃO DE AMPARO A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA**

*Cria a Comissão de Amparo à Produção Agropecuária e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.740, de 7 de junho de 1961.

**COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS**

*Altera o Regimento da Comissão de Classificação de Cargos.*

Decreto n.º 50.668, de 30 de maio de 1961.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE**

*Cria a Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.741, de 7 de junho de 1961.

**COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE**

*Institui Comissão Especial com a finalidade que especifica.*

Decreto n.º 50.621, de 18 de maio de 1961.

— *Altera o art. 2º do Decreto número 50.621, de 18 de maio de 1961.*

Decreto n.º 50.852, de 28 de junho de 1961.

**COMISSÃO DE POVOAMENTO DOS EIXOS RODOVIÁRIOS**

*Revoga o Decreto n.º 45.581, de 16 de março de 1959, que cria a Comissão de Povoamento dos Eixos Rodoviários.*

Decreto n.º 50.691, de 31 de maio de 1961.

**COMISSÃO DE SIMPLIFICAÇÃO BUROCRÁTICA**

*Extingue a Comissão de Simplificação Burocrática e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.523, de 3 de maio de 1961.

**COMISSÃO DE SUPERVISÃO DE ÓRGÃOS AUTÔNOMOS**

*Revoga o Decreto n.º 47.969, de 31 de março de 1960, e restabelece a redação do artigo 2º do Decreto n.º 45.039, de 5 de dezembro de 1958, com a redação dada pelo Decreto n.º 47.493, de 26 de dezembro de 1959, que dispõem sobre a Comissão de Supervisão de Órgãos Autônomos.*

Decreto n.º 50.553, de 5 de maio de 1961.

**COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO**

*Altera dispositivo do Regimento da Comissão do Vale do São Francisco, aprovado pelo Decreto n.º 29.807, de 25 de julho de 1951.*

Decreto n.º 50.882, de 29 de junho de 1961.

**COMISSÃO FEDERATIVA DE ABASTECIMENTO E PREÇOS**

*Prorroga, até 31 de julho de 1961, o prazo a que se refere o art. 11 da Lei n.º 3.782, de 22 de julho de 1960.*

Lei n.º 3.892, de 28 de abril de 1961.

— *Retifica a Tabela Numérica de Mensalistas da Comissão Federal de Abastecimento e Preços.*

Decreto n.º 50.426, de 8 de abril de 1961.

— *Altera a redação do artigo 3º do Decreto n.º 50.367, de 21 de março de 1961.*

Decreto n.º 50.475, de 18 de abril de 1961.

— *Estabelece o Plano de Liquidação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) e seus órgãos auxiliares.*

Decreto n.º 50.535, de 4 de maio de 1961.

— *Retifica a Tabela Numérica de Mensalistas da Comissão Federal de Abastecimento e Preços e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.563, de 9 de maio de 1961.

### COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO

*Isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos consulares, licença de importação, pedágios, taxas portuárias, alfandegárias e outras despesas, que recaiam sobre mercadorias e equipamentos, importados ou doados, mediante acôrdo firmado com Organizações Internacionais ou Governos Estrangeiros.*

Decreto nº 50.841, de 24 de junho de 1961.

### COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

*Dispõe sobre as rendas industriais da Comissão Nacional de Energia Nuclear.*

Decreto nº 50.753, de 9 de junho de 1961.

— *Altera a redação do artigo 4.º do Decreto nº 40.110, de 10 de outubro de 1956.*

Decreto nº 50.820, de 22 de junho de 1961.

### COMISSÃO TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO SINDICAL

*Prorroga por 45 dias o prazo a que se refere o art. 2.º do Decreto número 50.323, de 7 de março de 1961.*

Decreto nº 50.500, de 26 de abril de 1961.

— *Prorroga por 45 dias o prazo a que se refere o art. 2.º do Decreto número 50.323, de 7 de março de 1961.*

Decreto nº 50.781, de 10 de junho de 1961.

### COMISSÕES

*Institui a Comissão Executiva da Universidade Nacional do Trabalho, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.588, de 13 de maio de 1961.

— *Cria a Comissão Coordenadora de Construção do Tronco Principal Sul e dá outras providências.*

Decreto nº 50.590, de 15 de maio de 1961.

### COMISSÕES

*Institui Comissão Especial com a finalidade que especifica.*

Decreto nº 50.621, de 18 de maio de 1961.

— *Aprova o enquadramento das funções da Comissão Executiva de Armazéns e Silos, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.624, de 19 de maio de 1961.

— *Cria a Comissão de Planejamento da Universidade de Brasília.*

Decreto nº 50.732, de 6 de junho de 1961.

— *Constitui Comissão encarregada de promover a execução do Decreto nº 50.423, de 8 de abril de 1961.*

Decreto nº 50.811, de 17 de junho de 1961.

— *Dispõe sobre o afastamento de funcionários em decorrência da execução das atividades da Comissão instituída pela Portaria nº 300, de 1961, do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.831, de 22 de junho de 1961.

— *Dispõe sobre a dissolução da Comissão de Habilitação de Pensões Vitalícias, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.839, de 24 de junho de 1961.

— *Altera a redação do art. 2.º do Decreto nº 48.204, de 12 de maio de 1960.*

Decreto nº 50.884, de 29 de junho de 1961.

### COMPAGNIE D'ASSURANCES GENERALES CONTRE L'INCENDIE ET LES EXPLOSIONS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Compagnie D'Assurances Generales Contre L'Incendie et les Explosions.*

Decreto nº 50.538, de 4 de maio de 1961.

**COMPAGNIE INTERNATIONALE  
DES PIEUX ARMÉS FRANKIGNOUL, SOCIÉTÉ ANONYME**

*Revoga os decretos que concederam à Compagnie Internationale des Pieux Armés Frankignoul, Société Anonyme autorização para funcionar na República.*

Decreto nº 50.754, de 9 de junho de 1961.

**COMPANHIA BRASILEIRA  
DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações, introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Pátria - Companhia Brasileira de Seguros Gerais.*

Decreto nº 50.536, de 4 de maio de 1961.

**COMPANHIA DE SEGUROS  
ALIANÇA DA BAHIA**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros "Aliança da Bahia".*

Decreto nº 50.629, de 19 de maio de 1961.

**COMPANHIA DE SEGUROS  
ALIANÇA DO PARÁ**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros, Aliança do Pará.*

Decreto nº 50.533, de 4 de maio de 1961.

**COMPANHIA DE SEGUROS  
"ARGOS FLUMINENSE"**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros "Argos Fluminense".*

Decreto nº 50.483, de 22 de abril de 1961.

Decreto nº 50.483, de 22 de abril de 1961.

**COMPANHIA DE SEGUROS  
NICTHEROY**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros "Nictheroy".*

Decreto nº 50.567, de 9 de maio de 1961.

**COMPANHIA FERRO BRASILEIRO  
SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para materiais importados pela Companhia Ferro Brasileiro S. A.*

Lei nº 3.904, de 9 de junho de 1961.

**COMPANHIA FORÇA E LUZ  
NORTE FLUMINENSE**

*Determina a intervenção administrativa na Companhia Força e Luz Norte Fluminense.*

Decreto nº 50.650, de 24 de maio de 1961.

— Nomeia interventor administrativo na Companhia Força e Luz Norte Fluminense.

Decreto nº 50.651, de 24 de maio de 1961.

**COMPANHIA HIDRELÉTRICA  
DO RIO PARDO**

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo.*

Lei nº 3.902, de 8 de junho de 1961.

**COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA  
DO SÃO FRANCISCO**

*Autoriza a Companhia Hidrelétrica do São Francisco a construir uma linha de transmissão entre a Usina de Paulo Afonso, no distrito de Paulo Afonso, Município de Glória, Estado da Bahia e a sede do Município de Milagres, no Estado do Ceará, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.770, de 9 de junho de 1961.

**COMPANHIA MINEIRA  
DE ELETRICIDADE**

*Autoriza a desvinculação da Companhia Mineira de Eletricidade de dois prédios situados na cidade de Juiz de Fora, de propriedade da referida empresa.*

Decreto nº 50.722, de 31 de maio de 1961.



### COMPANHIA PATRIMONIAL DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital social da Companhia Patrimonial de Seguros Gerais.*

Decreto nº 48.464, de 7 de junho de 1960.

### COMPANHIA TELEFÔNICA BRASILEIRA

*Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a assinar convênio de tráfego mútuo telefônico com a Companhia Telefônica Brasileira e dá outras providências.*

Decreto nº 50.672, de 31 de maio de 1961.

### COMPANHIA TELEFÔNICA SANJOANENSE

*Isenta dos impostos de importação e de consumo centro telefônico automático destinado à Companhia Telefônica Sanjoanense, São João Del Rei.*

Lei nº 3.903, de 8 de junho de 1961.

### CONGRESSOS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado a auxiliar a realização, no Brasil de um Congresso Internacional de Radiologistas, sob os auspícios do Colégio Inter-Americano de Radiologia.*

Lei nº 3.905, de 10 de junho de 1961.

### CONSELHO COORDENADOR DO ABASTECIMENTO

*Coloca à disposição do Ministério de Minas e Energia o pessoal que especifica.*

Decreto nº 50.511, de 26 de abril de 1961.

*— Aprova o enquadramento das funções do Conselho Coordenador do Abastecimento e dá outras providências.*

Decreto nº 50.618, de 18 de maio de 1961.

### CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA

*Cria o Conselho de Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências.*

Decreto nº 50.872, de 28 de junho de 1961.

### CONSELHO DE TELECOMUNICAÇÕES

*Cria o Conselho de Telecomunicações e dá outras providências.*

Decreto nº 50.666, de 30 de maio de 1961.

### CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO

*Aprova o enquadramento das funções do Conselho do Desenvolvimento e dá outras providências.*

Decreto nº 50.746, de 8 de junho de 1961.

### CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

*Retifica a localização de servidores do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.885, de 30 de junho de 1961.

### CONSELHO NACIONAL DE CULTURA

*Altera dispositivo do Decreto número 50.293, de 23 de fevereiro de 1961.*

Decreto nº 50.766, de 9 de junho de 1961.

*— Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 50.293, de 23 de fevereiro de 1961, que criou o Conselho Nacional de Cultura.*

Decreto nº 50.870, de 27 de junho de 1961.

### CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

*Retifica o Decreto nº 47.606, de 9 de janeiro de 1960.*

Decreto nº 50.787, de 12 de junho de 1961.

## CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

*Considera de natureza e interesse militar as funções exercidas por militares no Conselho Nacional de Pesquisas.*

Decreto nº 50.554, de 5 de maio de 1961.

## CONSELHO NACIONAL DE PLANEJAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR

*Cria o Conselho Nacional de Planejamento de Habitação Popular, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.488, de 25 de abril de 1961.

## CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

*Altera o Decreto nº 49.593, de 27 de dezembro de 1960.*

Decreto nº 50.463, de 14 de abril de 1961.

*— Prorroga o prazo a que se refere o art. 4º do Decreto nº 43.101, de 24 de janeiro de 1958.*

Decreto nº 50.611, de 17 de maio de 1961.

## CONTRATOS

*Determina o registro de termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma "Atlas do Brasil Indústria e Comércio S. A."*

Decreto Legislativo nº 5, de 1961.

## CONSULADOS

*Ver: Ministério das Relações Exteriores.*

## CONTRABANDO

*Determina medidas referentes à repressão ao contrabando, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.417, de 6 de abril de 1961.

*— Estabelece normas para a fiscalização aduaneira de remessas postais internacionais.*

Decreto nº 50.439, de 11 de abril de 1961.

## CONVENÇÕES

*Aprova a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais, assinada em Roma, em novembro de 1951.*

Decreto Legislativo nº 3, de 1961.

*— Promulga a Convenção para o Fomento das Relações Culturais interamericanas, assinada em Caracas, a 28 de março de 1954.*

Decreto nº 50.735, de 7 de junho de 1961.

## CONVÊNIOS

*Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a assinar convênio de tráfego mútuo telefônico com a Companhia Telefônica Brasileira, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.672, de 31 de maio de 1961.

*— Autoriza o Ministro das Minas e Energia a assinar convênio criando o Instituto Regional de Pesquisas de Recursos Naturais, na Bahia, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.810, de 17 de junho de 1961.

## COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

*Concede autorização à Cooperativa de Crédito dos Funcionários do Banco do Brasil para modificar seu estatuto social.*

Decreto nº 49.835, de 12 de janeiro de 1961.

## CORPO DE POLICIAMENTO ESPECIAL FEMININO

*Altera os requisitos para admissão no Corpo de Policiamento Especial Feminino.*

Decreto nº 50.589, de 13 de maio de 1961.

## CRÉDITO (CONCESSÃO DE), ES- PECIAL, EXTRAORDINÁRIO, SUPLEMENTAR

*Ver o nome do Ministério ou órgão a que se refere.*

**CURSOS**

*Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 49.062, de 6 de outubro de 1960.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 50.152, de 27 de janeiro de 1961.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 50.166, de 28 de janeiro de 1961.

— *Concede autorização para funcionamento de curso.*

Decreto nº 50.401, de 3 de abril de 1961.

— *Concede autorização para funcionamento de curso.*

Decreto nº 50.419, de 7 de abril de 1961.

— *Concede autorização para funcionamento de curso.*

Decreto nº 50.448, de 12 de abril de 1961.

— *Concede reconhecimento a cursos.*

Decreto nº 50.472, de 18 de abril de 1961.

— *Concede autorização para funcionamento de curso.*

Decreto nº 50.484, de 24 de abril de 1961.

— *Concede autorização para funcionamento de curso.*

Decreto nº 50.490, de 25 de abril de 1961.

— *Cassa o reconhecimento e proíbe o funcionamento de curso que indica.*

Decreto nº 50.504, de 26 de abril de 1961.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 50.547, de 5 de maio de 1961.

— *Concede reconhecimento a cursos.*

Decreto nº 50.561, de 8 de maio de 1961.

**CURSOS**

*Concede autorização para o funcionamento de curso que indica.*

Decreto nº 50.579, de 12 de maio de 1961.

— *Autoriza o funcionamento dos cursos que indica.*

Decreto nº 50.581, de 12 de maio de 1961.

— *Concede autorização para o funcionamento de curso.*

Decreto nº 50.587, de 13 de maio de 1961.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso que indica.*

Decreto nº 50.599, de 16 de maio de 1961.

— *Concede autorização para o funcionamento de curso.*

Decreto nº 50.603, de 17 de maio de 1961.

— *Concede autorização para o funcionamento de cursos.*

Decreto nº 50.626, de 19 de maio de 1961.

— *Concede autorização para funcionamento de cursos.*

Decreto nº 50.628, de 19 de maio de 1961.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 50.868, de 27 de junho de 1961.

**D****DASP**

Ver: Departamento Administrativo do Serviço Público.

**DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA**

*Regulamenta a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública.*

Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961.

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO**

*Torna sem efeito dispositivo do Decreto nº 50.633, de 20 de maio de 1961.*

Decreto nº 50.667, de 30 de maio de 1961.

— *Aprova o Regimento do Departamento Administrativo do Serviço Público.*

Decreto nº 50.679, de 31 de maio de 1961.

— *Altera a classificação provisória das funções gratificadas do Departamento Administrativo do Serviço Público.*

Decreto nº 50.680, de 31 de maio de 1961.

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

*Dá nova redação ao Decreto número 49.884, de 12 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.734, de 7 de junho de 1961.

**DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS**

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Inhumas, Estado de Goiás.*

Decreto nº 50.400, de 3 de abril de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado na cidade de Borborema, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.506, de 26 de abril de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Goiátuba, Estado de Goiás.*

Decreto nº 50.753, de 9 de junho de 1961.

**DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS**

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União, a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.759, de 9 de junho de 1961.

**DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS**

*Regula a aquisição de material por conta de recursos não distribuídos ao Departamento Federal de Compras.*

Decreto nº 50.584, de 13 de maio de 1961.

**DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

*Abre crédito extraordinário para atender ao funcionamento do Departamento Federal de Segurança Pública.*

Decreto nº 50.583, de 13 de maio de 1961.

— *Prorroga prazo do Decreto número 50.375, de 22 de março de 1961.*

Decreto nº 50.751, de 8 de junho de 1961.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO**

*Cria no Departamento Nacional de Estradas de Ferro o Serviço Social das Estradas de Ferro.*

Lei nº 3.891, de 26 de abril de 1961.

— *Altera o Regimento do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 50.686, de 31 de maio de 1961.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM**

*Autoriza a cessão gratuita, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de terreno nacional interior, que menciona, situado no Estado do Rio.*

Decreto nº 49.194, de 9 de novembro de 1960.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

*Define os encargos atribuídos ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem pelo Decreto nº 50.272, de 15 de fevereiro de 1961, alterado pelo Decreto nº 50.409, de 4 de abril de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.464, de 14 de abril de 1961.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

*Dispõe sobre a transferência da sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.*

Decreto nº 50.404, de 3 de abril de 1961.

— *Considera de caráter ou interesse militar funções exercidas no DNOCS. Revoga o Decreto número 47.273, de 20 de novembro de 1959.*

Decreto nº 50.412, de 5 de abril de 1961.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 36.575, de 7 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do sistema Curema-Mãe d'Água, no município de Piancó, Estado da Paraíba.*

Decreto nº 50.436, de 11 de abril de 1961.

— *Altera o Regimento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.*

Decreto nº 50.446, de 11 de abril de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público Bonito Grande, no Município de Bonito, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 50.540, de 4 de maio de 1961.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público Boa Vista, no Município de Sanguero, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 50.541, de 4 de maio de 1961.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 36.370, de 21 de outubro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Oiticica, no município de Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 50.542, de 4 de maio de 1961.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 36.673, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Jacaré dos Homens, no Município de Pão de Açúcar, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 50.859, de 27 de junho de 1961.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 36.675, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área do terreno necessária à construção do açude público Colégio, no Município de Porto Real de Colégio no Estado de Alagoas.*

Decreto nº 50.860, de 27 de junho de 1961.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

*Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 36.672, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público Riacho do Boê, no Município de Santana de Ipanema, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 50.861, de 27 de junho de 1961.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Torna sem efeito o Decreto número 43.096, de 23 de janeiro de 1958.*

Decreto nº 50.399, de 3 de abril de 1961.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Inhumas, Estado de Goiás.*

Decreto nº 50.400, de 3 de abril de 1961.

*— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 36.570, de 7 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do sistema Curema-Mãe d'Água, no município de Pianco, Estado da Paraíba.*

Decreto nº 50.436, de 11 de abril de 1961.

*— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo 2º Batalhão Ferroviário, faixa de terreno necessária à construção de trecho ferroviário localizado em Mafra, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 50.437, de 11 de abril de 1961.

*— Determina regime de urgência para a desapropriação por utilidade pública decorrente do Decreto número 50.379, de 27 de março de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.494, de 25 de abril de 1961.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo 3º Batalhão Rodoviário, a faixa de terreno necessária à construção do trecho ferroviário compreendido entre a Primeira Passagem do Rio Saltinho e o Arroio Bandeira, do Tronco Principal Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.509, de 26 de abril de 1961.

*— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a área de terreno necessária à construção do açude público Bonito Grande, no Município de Bonito, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 50.540, de 4 de maio de 1961.

*— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a área de terreno necessária à construção do açude público Boa Vista, no Município de Salgueiro, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 50.541, de 4 de maio de 1961.

*— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 36.370, de 21 de outubro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público Olítica, no município de Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 50.542, de 4 de maio de 1961.

*— Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 50.609, de 17 de maio de 1961.

*— Declara de utilidade pública para fins de constituição de servidões administrativas as faixas de terras necessárias ao estabelecimento da linha de transmissão da Usina do Gafanhoto à Usina João de Deus, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.616, de 18 de maio de 1961.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Torna sem efeito o Decreto número 23.773, de 29 de setembro de 1947, que declarou de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Ministério da Agricultura, as terras que menciona, destinadas ao Núcleo Colonial de Tinguá, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 50.755, de 9 de junho de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Comando Militar da Amazônia e 8.ª Região Militar.*

Decreto nº 50.788, de 14 de junho de 1961.

— *Torna sem efeito o Decreto número 44.779, de 6 de novembro de 1953.*

Decreto nº 50.824, de 22 de junho de 1961.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 36.673, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Jacaré dos Homens, no Município de Pão de Açúcar, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 50.859, de 27 de junho de 1961.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 36.675, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área do terreno necessária à construção do açude público Colégio, no Município de Pôrto Real de Colégio, no Estado de Alagoas.*

Decreto nº 50.860, de 27 de junho de 1961.

## DESAPROPRIAÇÕES

*Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.672, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Riacho do Bode, no Município de Santana de Ipanema, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 50.861, de 27 de junho de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação imóveis destinados à Universidade do Ceará.*

Decreto nº 50.883, de 29 de junho de 1961.

## DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

*Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeitos de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, ora escritos, e a serem trazidos do exterior pela firma Fosforita Olinda S. A., sediada em Recife, Pernambuco.*

Decreto nº 50.476, de 19 de abril de 1961.

— *Declara prioritária, para efeitos de isenção de impostos e taxas federais a importação dos equipamentos novos, ora descritos, a serem trazidos do exterior pela firma Teome Moinhos do Brasil S. A., sediada em João Pessoa, Paraíba.*

Decreto nº 50.477, de 19 de abril de 1961.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito da isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 50.595, de 15 de maio de 1961.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito da isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 50.596, de 15 de maio de 1961.

## DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

*Prorroga a vigência do Decreto número 39.298, de 1 de junho de 1953, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.670, de 31 de maio de 1961.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 50.675, de 31 de maio de 1961.

— *Dispõe sobre a aplicação no Nordeste de doação originária do II Acôrdo do Trigo.*

Decreto nº 50.681, de 31 de maio de 1961.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 50.742, de 8 de junho de 1961.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 50.879, de 29 de junho de 1961.

## DIA DO HOSPITAL

*Institui o "Dia do Hospital".*

Decreto nº 50.871, de 27 de junho de 1961.

## DISTRITO FEDERAL

*Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício de 1961.*

Lei nº 3.908, de 21 de junho de 1961.

## DISTRITO FEDERAL

*Em complemento ao Decreto número 35.509, de 17 de maio de 1954, classifica em categoria "A" o Distrito Federal e em categoria "B" o Estado da Guanabara.*

Decreto nº 50.424, de 8 de abril de 1961.

— *Proíbe o exercício da caça dentro do território do Distrito Federal.*

Decreto nº 50.597, de 15 de maio de 1961.

— *Altera dispositivos do Decreto nº 43.285, de 25 de fevereiro de 1958, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.602, de 16 de maio de 1961.

— *Cria a Inspetoria de Saúde do Aeroporto de Brasília.*

Decreto nº 50.669, de 31 de maio de 1961.

— *Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a assinar convênio de tráfego mútuo telefônico com a Companhia Telefônica Brasileira e dá outras providências.*

Decreto nº 50.672, de 31 de maio de 1961.

## DOAÇÕES

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 50.398, de 3 de abril de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Alfenas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.434, de 10 de abril de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação que faz o Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, de um terreno necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 50.469, de 17 de abril de 1961.



**DOAÇÕES**

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de uma área de terreno situada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, necessária ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 50.482, de 20 de abril de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado na cidade de Borborema, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.506, de 26 de abril de 1961.

— *Dispõe sobre a aplicação no Nordeste de doação originária do II Acôrdão do Trigo.*

Decreto nº 50.681, de 31 de maio de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Goiátuba, Estado de Goiás.*

Decreto nº 50.758, de 9 de junho de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.759, de 9 de junho de 1961.

**E****EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA**

*Consolida as disposições relativas à educação moral e cívica nos estabelecimentos de ensino, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.505, de 26 de abril de 1961.

**ELETOBRÁS**

*Autoriza a União a constituir a Empresa Centrais Elétricas Brasileiras Sociedade Anônima — Eletrobrás, e dá outras providências.*

Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961.

**EMBAIXADAS**

*Ver: Ministério das Relações Exteriores.*

**EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA**

*Estabelece normas para pagamento de despesas de pericia nos tombamentos dos bens e instalações das empresas de energia elétrica.*

Decreto nº 50.863, de 27 de junho de 1961.

**EMPRESAS DE INFORMAÇÕES**

*Dispõe sobre o funcionamento das empresas de que trata a Lei nº 3.090, de 24 de fevereiro de 1957.*

Decreto nº 50.532, de 3 de maio de 1961.

**EMPRESAS INCORPORADAS**

*Dá nova redação ao Decreto número 49.884, de 12 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.734, de 7 de junho de 1961.

**ENERGIA ELÉTRICA**

*Outorga ao Estado do Paraná concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 48.845, de 12 de agosto de 1960.

— *Dá nova redação ao art. 176 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.479, de 19 de abril de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de constituição de servidões administrativas, as faixas de terras necessárias ao estabelecimento da linha de transmissão da Usina do Gafanhoto à Usina João de Deus, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.616, de 18 de maio de 1961.

— *Altera o art. 2º do Decreto número 50.516, de 26 de abril de 1961.*

Decreto nº 50.678, de 31 de maio de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Companhia Agrícola Industrial Luis Correia a construir uma linha de transmissão de energia elétrica, no distrito-sede do Município de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 50.683, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.687, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.688, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.689, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.690, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.694, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.695, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.696, de 31 de maio de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.697, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.698, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.699, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.700, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.701, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.702, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.703, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.704, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.705, de 31 de maio de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Restringe a zona de concessão para distribuir energia elétrica da Prefeitura Municipal de Caeté, Estado de Minas Gerais, amplia a zona de concessão da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., e dá outras providências.*

Decreto nº 50.706, de 31 de maio de 1961.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a construir uma linha de transmissão entre as cidades de Três Pontas e Campo do Meio, passando por Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.707, de 31 de maio de 1961.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à firma José Firmino Leitão & Cia. Limitada.*

Decreto nº 50.708, de 31 de maio de 1961.

— *Autoriza a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo a hipotecar bens.*

Decreto nº 50.710, de 31 de maio de 1961.

— *Transfere para a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. concessão para produzir e distribuir energia elétrica nos Municípios de Colatina e Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.713, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (CEMIG) concessão para distribuir energia elétrica no Município de Capim Branco, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.714, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.715, de 31 de maio de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Companhia Industrial de Papel Pirai, no Estado do Rio de Janeiro, a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto nº 50.716, de 31 de maio de 1961.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a construir uma linha de transmissão entre as subestações das Usinas de Cajuru e Gajunhoto, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.717, de 31 de maio de 1961.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a construir uma linha de transmissão entre a cidade de Curvelo e a Usina de Três Marias.*

Decreto nº 50.718, de 31 de maio de 1961.

— *Autoriza a Empresa Elétrica de Londrina S.A. a ampliar seu sistema de transmissão de energia elétrica.*

Decreto nº 50.719, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.720, de 31 de maio de 1961.

— *Transfere, do Estado de Minas Gerais para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica no município de Uberaba e na localidade de Barreiro do Araxá.*

Decreto nº 50.721, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.726, de 6 de junho de 1961.

— *Autoriza a Sociedade Termoeletrica de Capivari a ampliar o seu sistema de transmissão de energia elétrica.*

Decreto nº 50.727, de 6 de maio de 1961.

ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a construir uma linha de transmissão.*

Decreto nº 50.728, de 6 de junho de 1961.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Vespasiano para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Vespasiano, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.762, de 9 de junho de 1961.

— *Outorga ao Estado de Santa Catarina concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Cascata do Vau, existente no rio Chupecozinho, distrito e município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 50.764, de 9 de junho de 1961.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Goiás S. A. a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 50.767, de 9 de junho de 1961.

— *Outorga ao Estado do Paraná concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do Salto Vagclume, situado no Rio Pirapó, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná.*

Decreto nº 50.768, de 9 de junho de 1961.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar as instalações termoeletricas no município de Caxias do Sul.*

Decreto nº 50.769, de 9 de junho de 1961.

— *Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a construir uma linha de transmissão entre a Usina de Paulo Afonso, no distrito de Paulo Afonso, Município de Glória, Estado da Bahia, e a sede do Município de Milagres, no Estado do Ceará, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.770, de 9 de junho de 1961.

ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica a ampliar suas instalações no Município de Apucarana, Estado do Paraná.*

Decreto nº 50.771, de 9 de junho de 1961.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Tapes para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao Município de Tapes, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.773, de 9 de junho de 1961.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Carmo da Mata para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para distribuição de energia elétrica do Município de Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.775, de 9 de junho de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Minas Gerais concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira da Fumaça no rio Suassui Grande, distrito de Nelson de Sena, município de São João Evangelista, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.777, de 10 de junho de 1961.

— *Outorga à Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do rio Pardo, compreendido entre a foz do rio Lambari e o reservatório da usina Euclides da Cunha, situado nos municípios de Caconde e São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.778, de 10 de junho de 1961.

— *Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.779, de 10 de junho de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG), Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.790, de 15 de junho de 1961.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Cunha-Porá, Estado de Santa Catarina, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.791, de 15 de junho de 1961.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Ituaçu a construir uma linha de transmissão e outorga concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.792, de 15 de junho de 1961.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia de Eletricidade de Alagoas.*

Decreto nº 50.793, de 15 de junho de 1961.

— *Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG) concessão para distribuir energia elétrica na sede do município de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.794, de 15 de junho de 1960.

— *Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.795, de 15 de junho de 1961.

— *Transfere de José Amâncio Ramalho para a Companhia Distribuidora de Eletricidade do Brejo Paraibano a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica aos municípios de Bananeiras, Borborema, Pilões, Serraria e Solânea, Estado da Paraíba.*

Decreto nº 50.796, de 15 de junho de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Santana da Vargem, município de Três Pontas, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.797, de 15 de junho de 1961.

— *Outorga à Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba — CHEVAP, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica existente em um trecho do rio Paraíba, compreendido entre a região do Salto, nos limites dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e as corredeiras do Funil, situadas no Distrito de Itatiaia, Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 50.798, de 16 de junho de 1961.

— *Desvincula do acervo da Companhia Mineira de Eletricidade os equipamentos e acessórios que especifica.*

Decreto nº 50.799, de 16 de junho de 1961.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul, Estado de São Paulo, a construir uma linha de transmissão entre a sede do município e o Bairro das Mostardas, no mesmo município, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.801, de 16 de junho de 1961.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Goiás para a Centrais Elétricas de Goiás S. A. a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica na cidade de Goiás, Estado de Goiás.*

Decreto nº 50.802, de 16 de junho de 1961.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas a construir uma linha de transmissão.*

Decreto nº 50.803, de 16 de junho de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Transfere de Sebastião Antônio da Fonseca para a Prefeitura Municipal de Itaberaí a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica no Município de Itaberaí, Estado de Goiás.*

Decreto nº 50.804, de 18 de junho de 1961.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Centrais Elétricas de Urubupungá S. A. (CELUSA).*

Decreto nº 50.805, de 16 de junho de 1961.

— *Transfere de Antônio Mathias Brentano para a Prefeitura Municipal de Estrêla a concessão para a produção e o fornecimento de energia elétrica à cidade de Roca Sales, município de igual nome, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.806, de 16 de junho de 1961.

— *Transfere de D. Helvécio Gomes de Oliveira para a Prefeitura Municipal de Ervália a concessão para a produção e o fornecimento de energia elétrica ao município de Ervália, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.807, de 16 de junho de 1961.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Cláudio para as Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., (CEMIG) a concessão para a distribuição de energia elétrica ao município de Cláudio, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.808, de 16 de junho de 1961.

— *Estabelece normas para pagamento de despesas de pericú no tombamento dos bens e instalações das empresas de energia elétrica.*

Decreto nº 50.863, de 27 de junho de 1961.

## ENO-SCOTT & BOWNE (BRAZIL) LIMITED

*Concede nacionalização à sociedade anônima ENO-SCOTT & BOWNE (BRAZIL) LIMITED, sob a denominação de Laboratórios Beecham Sociedade Anônima.*

Decreto nº 50.507, de 26 de abril de 1961.

## ENSINO INDUSTRIAL

*Cria no Ministério da Educação e Cultura o Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial.*

Decreto nº 50.809, de 17 de junho de 1961.

## ENSINO PRIMÁRIO GRATUITO

*Dispõe sobre ensino primário gratuito para os servidores de empresas industriais, comerciais e agrícolas.*

Decreto nº 50.423, de 8 de abril de 1961.

— *Prorroga por 45 dias o prazo a que se refere o art. 7º do Decreto número 50.423, de 8 de abril de 1961.*

Decreto nº 50.556, de 8 de maio de 1961.

— *Constitui Comissão encarregada de promover a execução do Decreto nº 50.423, de 8 de abril de 1961.*

Decreto nº 50.811, de 17 de junho de 1961.

## ENSINO SECUNDÁRIO

*Dá nova redação ao dispositivo que indica.*

Decreto nº 50.808, de 17 de junho de 1961.

## ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

*Altera o Decreto nº 47.372, de 5 de dezembro de 1959.*

Decreto nº 50.592, de 15 de maio de 1961.

## ESCOLAS

*Dispõe sobre a denominação de estabelecimento.*

Decreto nº 49.238, de 16 de novembro de 1960.

— *Complementa a regulamentação da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, dispondo sobre a organização e funcionamento de ginásio industrial.*

Decreto nº 50.492, de 25 de abril de 1961.

## ESCOLAS

*Dispõe sobre a equiparação de escolas de Saúde Pública, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.598, de 15 de maio de 1961.

— Autoriza o funcionamento do curso de música do Conservatório Musical Sagrado Coração de Jesus.

Decreto nº 50.627, de 19 de maio de 1961.

— Aprova o Regimento da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Decreto nº 50.785, de 12 de junho de 1961.

— Altera a redação dos arts. 50, 51, 72 e 73 do Regulamento para os Colégios Militares — R/69.

Decreto nº 50.821, de 22 de junho de 1961.

## ESTADO DA BAHIA

*Outorga ao Governo do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.715, de 31 de maio de 1961.

— Outorga ao Governo do Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 50.720, de 31 de maio de 1961.

## ESTADO DO CEARÁ

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Ceará as águas do rio Sororó.*

Decreto nº 50.711, de 31 de maio de 1961.

## ESTADO DE GOIÁS

*Declara públicas, de uso comum, de domínio do Estado de Goiás, as águas do rio "Genipapo".*

Decreto nº 50.709, de 31 de maio de 1961.

## ESTADO DA GUANABARA

*Em complemento ao Decreto número 35.509, de 17 de maio de 1954, classifica em categoria "A" o Distrito Federal e em categoria "B" o Estado da Guanabara.*

Decreto nº 50.424, de 8 de abril de 1961.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

*Transfere, do Estado de Minas Gerais para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica no município de Uberaba e na localidade de Barreiro do Araxá.*

Decreto nº 50.721, de 31 de maio de 1961.

— Outorga ao Governo do Estado de Minas Gerais concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira da Fumaça no rio Suassui Grande, distrito de Nelson de Sena, município de São João Evangelista, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 50.777, de 10 de junho de 1961.

## ESTADO DO PARANÁ

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio "Campo".*

Decreto nº 50.712, de 31 de maio de 1961.

— Outorga ao Estado do Paraná concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do Salto Vagalume, situado no Rio Pirapó, no município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Decreto nº 50.768, de 9 de junho de 1961.

— Outorga ao Estado do Paraná concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 48.845, de 12 de agosto de 1960.

## ESTADO DE PERNAMBUCO

*Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.687, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.688, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.689, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.690, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.693, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.694, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia.*

Decreto nº 50.695, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia.*

Decreto nº 50.696, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.697, de 31 de maio de 1961.

## ESTADO DE PERNAMBUCO

*Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.698, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.699, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.700, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.701, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.702, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.703, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.704, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.705, de 31 de maio de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.726, de 6 de junho de 1961.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

*Autoriza a execução de obras de emergência no Estado do Rio Grande do Norte, em regiões assoladas por inundações.*

Decreto nº 50.462, de 14 de abril de 1961.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Aprova Termo de Acôrdo firmado entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul sobre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União.*

Lei nº 3.887, de 8 de fevereiro de 1961.

— *Transfere da Prefeitura Municipal do Rio Pardo para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.763, de 9 de junho de 1961.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar as instalações termoeletricas no município de Carias do Sul.*

Decreto nº 50.769, de 9 de junho de 1961.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Tapes para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao Município de Tapes, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.773, de 9 de junho de 1961.

— *Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.779, de 10 de junho de 1961.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.795, de 15 de junho de 1961.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

*Outorga ao Estado de Santa Catarina concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Cascata do Vau existente no rio Chapcozinho, distrito e município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 50.764, de 9 de junho de 1961.

## ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

*Aprova o enquadramento das funções do Estado-Maior das Forças Armadas e dá outras providências.*

Decreto nº 50.617, de 18 de maio de 1961.

## ESTATUTO

Ver o nome da entidade que o teve aprovado ou alterado.

## ESTRADA DE FERRO MOSSORÓ

*Determina a ocupação provisória da Estrada de Ferro Mossoró e dá outras providências.*

Decreto nº 50.467, de 15 de abril de 1961.

## EXÉRCITO

*Torna privativo do posto de General-de-Brigada o cargo de Chefe de Gabinete do Estado-Maior do Exército.*

Decreto nº 50.432, de 10 de abril de 1961.

— *Regula a aplicação sobre os vencimentos do pessoal do Batalhão Suez, do disposto no Decreto número 50.369, de 21 de março de 1961.*

Decreto nº 50.478, de 19 de abril de 1961.

## EXÉRCITO

*Cria a 9ª Companhia de Fronteira com sede em Boa Vista — Território Federal do Rio Branco, subordinada ao Grupamento de Elementos de Fronteira.*

Decreto nº 50.480, de 20 de abril de 1961.

*— Fixa a distribuição, em cada Arma e em cada posto, das funções gerais dos Oficiais do Exército, a vigorar a partir de 24 de abril de 1961.*

Decreto nº 50.501, de 26 de abril de 1961.

*— Transforma o 1º Grupo do 3º Regimento de Obuses 105 em 3º Grupo de Obuses 155.*

Decreto nº 50.557, de 8 de maio de 1961.

*— Transforma o 3º Regimento de Artilharia 75 Auto-Rebocado em 3º Regimento de Obuses 105.*

Decreto nº 50.558, de 8 de maio de 1961.

*— Assemelha, para efeito de promoção, a função de Comandante de Estabelecimentos de Ensino do Exército a de Comandante de Corpos de Tropa.*

Decreto nº 50.610, de 17 de maio de 1961.

*— Cria o Estabelecimento de Finanças e o Estabelecimento de Subsistência da Décima Primeira Região Militar.*

Decreto nº 50.641, de 20 de maio de 1961.

*— Dá nova redação à letra d) do art. 71 e ao art. 73 do Regulamento para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ESCEME).*

Decreto nº 50.657, de 24 de maio de 1961.

*— Dispõe sobre transferência de professores do Magistério do Exército.*

Decreto nº 50.658, de 29 de maio de 1961.

## EXÉRCITO

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Comando Militar da Amazônia e 8ª Região Militar.*

Decreto nº 50.788, de 14 de junho de 1961.

*— Transfere a sede do 4º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo (4º GCan 90 AAe) de Marquês de Valença — RJ para Niterói — RJ.*

Decreto nº 50.822, de 22 de junho de 1961.

*— Transfere a sede do 2º Batalhão de Carros de Combate (2º BCC) de Deodoro — GB, para Marquês de Valença — RJ.*

Decreto nº 50.823, de 22 de junho de 1961.

## EXTRANUMERARIOS

*Regulamenta o art. 16 da Lei número 3.115, de 16 de março de 1957.*

Decreto nº 50.739, de 7 de junho de 1961.

## F

## FACULDADES

*Dispõe sobre a denominação de Faculdade.*

Decreto nº 50.304, de 28 de fevereiro de 1961.

*— Concede autorização para funcionamento do curso.*

Decreto nº 50.655, de 24 de maio de 1961.

*— Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto nº 50.661, de 30 de maio de 1961.

## FATURAS COMERCIAIS

*Modifica o Decreto nº 47.712, de 29 de janeiro de 1960, que dispõe sobre o visto consular nas Faturas Comerciais e dá outras providências.*

Decreto nº 49.977, de 23 de janeiro de 1961.

**FERRO**

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a pesquisar minério de ferro no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.730, de 6 de junho de 1961.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a pesquisar minério de ferro no município de Contagem, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.731, de 6 de junho de 1961.

**FERROVIAS**

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo 3º Batalhão Rodoviário, a faixa de terreno necessária à construção do trecho ferroviário compreendido entre a Primeira Passagem do Rio Saltinho e o Arroio Bandeira, do Tronco Principal Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.509, de 26 de abril de 1961.

— *Cria a Comissão Coordenadora de Construção do Tronco Principal Sul, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.590, de 15 de maio de 1961.

— *Regulamenta o art. 16 da Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957.*

Decreto nº 50.739, de 7 de junho de 1961.

— *Aprova novo orçamento da construção da variante de Pinhal a Cruz Alta, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.887, de 30 de junho de 1961.

**FILMES CINEMATOGRAFICOS**

*Dispõe sobre a fiscalização e controle da entrada de filmes cinematográficos destinados à projeção nos cinematógrafos e pela TV, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.518, de 2 de maio de 1961.

**FINANCIAMENTOS**

*Prorroga a vigência do Decreto número 39.298, de 1 de junho de 1958, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.670, de 31 de maio de 1961.

**FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA**

*Dispõe sobre os serviços de fiscalização atribuídos às Repartições Aduaneiras do País.*

Decreto nº 50.440, de 11 de abril de 1961.

**FLORESTAS PROTETORAS**

*Declara protetoras, de conformidade com o art. 11 e seu parágrafo único, do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas que indica.*

Decreto nº 50.813, de 20 de junho de 1961.

**FOLCLORE**

*Dispõe sobre a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.*

Decreto nº 50.438, de 11 de abril de 1961.

— *Dispõe sobre o Conselho Nacional de Folclore da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.*

Decreto nº 50.496, de 25 de abril de 1961.

**FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS**

*Dispõe sobre a aposentadoria dos funcionários federais e dos empregados autárquicos da União que participaram de operações de guerra na Força Expedicionária, na Força Aérea e na Marinha de Guerra do Brasil ou receberam a Medalha de Campanha do Atlântico Sul.*

Lei nº 3.906, de 19 de junho de 1961.

— *Concede aos servidores em atividade e inativos das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais o reajuste de 44% sobre os vencimentos, salários e proventos atuais, e dá outras providências.*

Lei nº 3.907, de 19 de junho de 1961.

## FUNCCIONARIOS PÚBLICOS

*Dá nova redacção ao artigo 8º do Decreto nº 38.204, de 3 de novembro de 1953, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.408, de 3 de abril de 1961.

— *Regulamenta a concessão de diárias aos Servidores do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.524, de 3 de maio de 1961.

— *Regulamenta a aplicação do artigo 74, da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1950, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961.

— *Reduz a remuneração por serviço no exterior concedida a outras categorias de servidores e empregados.*

Decreto nº 50.612, de 17 de maio de 1961.

— *Aprova as novas razões percentuais para efeito de cálculo da parte variável da remuneração dos Agentes Fiscais no Imposto de Consumo.*

Decreto nº 50.642, de 20 de maio de 1961.

— *Altera a redacção do art. 4º do Decreto nº 40.110, de 10 de outubro de 1956.*

Decreto nº 50.820, de 22 de junho de 1961.

— *Dispõe sobre o treinamento dos funcionários civis*

Decreto nº 50.830, de 22 de junho de 1961.

— *Dispõe sobre o afastamento de funcionários em decorrência da execução das atividades da Comissão instituída pela Portaria nº 300, de 1961, do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.831, de 22 de junho de 1961.

— *Altera o art. 2º do Decreto número 50.396, de 29 de março de 1961.*

Decreto nº 50.873, de 28 de junho de 1961.

## FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR

*Considera de caráter ou interesse militar funções exercidas no DNOCS. Revoga o Decreto nº 47.273, de 20 de novembro de 1959.*

Decreto nº 50.412, de 5 de abril de 1961.

— *Considera de natureza e interesse militar as funções exercidas por militares no Conselho Nacional de Pesquisas.*

Decreto nº 50.554, de 5 de maio de 1961.

## FUNÇÕES GRATIFICADAS

*Altera disposição do Decreto número 49.593, de 27 de dezembro de 1950, classifica as funções gratificadas do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.572, de 10 de maio de 1961.

— *Altera a classificação provisória das funções gratificadas do Departamento Administração do Serviço Público.*

Decreto nº 50.680, de 31 de maio de 1961.

## FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

*Dispõe sobre a política habitacional do Governo, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.869, de 27 de junho de 1961.

## FUNDAÇÃO INSTITUTO DE FÍSICA TEÓRICA

*Concede subvenções anuais de Cr\$ 10.000.000,00 à Fundação Instituto de Física Teórica, de São Paulo, e ao Instituto de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Lei nº 3.899, de 30 de maio de 1961.

## FUNDAÇÃO LAR DO OPERÁRIO FLUMINENSE

*Declara de utilidade pública a Fundação Lar do Operário Fluminense com sede em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 50.281, de 13 de fevereiro de 1961.

## G

## GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

*Revoga o Decreto nº 39.352, de 12 de junho de 1956.*

Decreto nº 50.815, de 21 de junho de 1961.

## GRUPOS DE TRABALHO

*Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 50.339, de 15 de março de 1961.*

Decreto nº 50.393, de 29 de março de 1961.

— *Institui um Grupo de Trabalho para efetuar o levantamento da Dívida da União para com a previdência social, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.435, de 10 de abril de 1961.

— *Institui Grupo de Trabalho para promover levantamento dos créditos do SAPS, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.447, de 12 de abril de 1961.

— *Institui Grupo de Trabalho para examinar a conveniência de constituição de empreendimento destinado ao incentivo da cultura da seringueira, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.451, de 13 de abril de 1961.

— *Altera dispositivos do Decreto nº 43.285, de 25 de fevereiro de 1958, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.602, de 16 de maio de 1961.

— *Altera o Decreto nº 48.936, de 14 de setembro de 1960, que criou um Grupo de Trabalho incumbido do estudo dos problemas do arquivo no Brasil, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.614, de 18 de maio de 1961.

— *Institui o Grupo de Reequipamento Técnico-Científico das Universidades do Nordeste (GRUNE).*

Decreto nº 50.671, de 31 de maio de 1961.

## GRUPOS DE TRABALHO

*Institui Grupo de Trabalho com a finalidade que menciona.*

Decreto nº 50.772, de 9 de junho de 1961.

— *Cria no Ministério da Educação e Cultura o Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial.*

Decreto nº 50.809, de 17 de junho de 1961.

— *Altera o art. 2º do Decreto número 50.621, de 18 de maio de 1961.*

Decreto nº 50.852, de 26 de junho de 1961.

## GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA

*Altera a redação do art. 2º do Decreto nº 50.278, de 17 de fevereiro de 1961.*

Decreto nº 50.633, de 20 de maio de 1961.

— *Modifica o Decreto nº 50.278, de 17 de dezembro de 1961, que cria o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica.*

Decreto nº 50.639, de 20 de maio de 1961.

— *Torna sem efeito dispositivo do Decreto nº 50.633, de 20 de maio de 1961.*

Decreto nº 50.667, de 30 de maio de 1961.

## GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS

*Cria o Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias (GEIMAR).*

Decreto nº 50.519, de 2 de maio de 1961.

## GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA

*Cria o Grupo Executivo da Indústria Metalúrgica (GEIMET).*

Decreto nº 50.521, de 3 de maio de 1961.

**GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA NAVAL**

*Cria o Grupo Executivo da Indústria Naval (GEIN), diretamente subordinado à Presidência da República, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.520, de 3 de maio de 1961.

— *Dá nova redação ao art. 10 do Decreto nº 50.520, de 3 de maio de 1961.*

Decreto nº 50.856, de 26 de junho de 1961.

**GRUPO EXECUTIVO DE COORDENAÇÃO DO CRÉDITO RURAL**

*Cria o Grupo Executivo de Coordenação do Crédito Rural (GECRE), e dá outras providências.*

Decreto nº 50.637, de 20 de maio de 1961.

**H**

**HIPÓDROMOS**

*Atualiza disposições relativas ao fomento da produção puro-sangue de carreira no país, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.578, de 10 de maio de 1961.

**I**

**IGUAÇU — COMPANHIA DE SEGUROS**

*Approva alterações introduzidas nos Estatutos da Iguaçu — Companhia de Seguros.*

Decreto nº 49.724, de 31 de dezembro de 1960.

**ILMENITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Casemiro Ramos Neiva a pesquisar ilmenita, no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 48.601, de 25 de julho de 1960.

**ILMENITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Casemiro Ramos Neiva a pesquisar ilmenita, no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 48.602, de 25 de julho de 1960.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Casemiro Ramos Neiva a pesquisar ilmenita, no município de Tutóia, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 48.611, de 25 de julho de 1960.

**IMPORTAÇÃO**

*Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como de taxas de armazenagem, material a ser importado pela Companhia Telefônica de Itaipu.*

Lei nº 3.910, de 26 de junho de 1961.

— *Concede isenção de todos os direitos, imposto de consumo e taxas alfandegárias para um altar de mármore, importado pela Escola Belém do Horto, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei nº 3.911, de 27 de junho de 1961.

— *Subordina diretamente à Estação Aduaneira de Importação Aérea em São Paulo os órgãos que menciona.*

Decreto nº 50.441, de 11 de abril de 1961.

— *Regulamenta o art. 37 da Lei nº 3.240, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.485, de 25 de abril de 1961.

— *Isenta o Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos consulares, licença de importação, pedágios, taxas portuárias, alfandegárias e outras despesas que recaiam sobre mercadorias e equipamentos, importados ou doados, mediante acordo firmado com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI).*

Decreto nº 50.878, de 29 de junho de 1961.

**IMPÓSTO DE IMPORTAÇÃO**

*Regulamenta o art. 37 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.485, de 25 de abril de 1961.

**IMPÓSTO DE RENDA**

*Isenta de pagamento do imposto de renda os vencimentos e salários de qualquer natureza, até o limite igual a cinco vezes o maior salário-mínimo vigente no País.*

Lei nº 3.898, de 19 de maio de 1961.

— *Acrescenta parágrafo ao art. 58 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 47.890, de 9 de março de 1960.*

Decreto nº 50.594, de 15 de maio de 1961.

**INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA**

*Altera a redação do art. 2º do Decreto nº 50.278, de 17 de fevereiro de 1961.*

Decreto nº 50.633, de 20 de maio de 1961.

— *Modifica o Decreto nº 50.278, de 17 de dezembro de 1961, que cria o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica.*

Decreto nº 50.639, de 20 de maio de 1961.

**INDÚSTRIA DE MATERIAL AERONÁUTICO**

*Cria o Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico (GEIMA) e dá outras providências.*

Decreto nº 50.837, de 23 de junho de 1961.

**INDÚSTRIA MECÂNICA PESADA**

*Estabelece diretrizes básicas para racionalização, instalação ou ampliação de empresas que tenham linhas de fabricação ligadas à indústria mecânica pesada, retifica e consolida o Dec. 46.753, de 26-8-59, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.522, de 3 de maio de 1961.

**INDÚSTRIA MECÂNICA PESADA**

*Altera a constituição do Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada (GEIMAPE), instituído pelo Decreto nº 50.522, de 3 de maio de 1961.*

Decreto nº 50.838, de 23 de junho de 1961.

**INDÚSTRIA METALÚRGICA**

*Cria o Grupo Executivo da Indústria Metalúrgica (GEIMET).*

Decreto nº 50.521, de 3 de maio de 1961.

**INDÚSTRIA NAVAL**

*Cria o Grupo Executivo da Indústria Naval (GEIN), diretamente subordinado à Presidência da República, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.520, de 2 de maio de 1961.

— *Dá nova redação ao art. 10 do Decreto nº 50.520, de 3 de maio de 1961.*

Decreto nº 50.856, de 26 de junho de 1961.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS**

*Cria o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos.*

Decreto nº 50.465, de 14 de abril de 1961.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS**

*Estabelece a estrutura provisória do Serviço do Hospital Ipiranga, do IAPETC, em São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.613, de 18 de maio de 1961.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS**

*Autoriza o provimento de cargos em hospitais sob a jurisdição do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e dá outras providências.*

Decreto nº 50.443, de 11 de abril de 1961.

**INSTITUTO DE FÍSICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO**

*Concede subvenções anuais de ... Cr\$ 10.000.000,00 à Fundação Instituto de Física Teórica, de São Paulo, e ao Instituto de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Lei nº 3.899, de 30 de maio de 1961.

**INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL**

*Extingue cargos no Quadro de Pessoal do Instituto do Açúcar e do Alcool.*

Decreto nº 50.418, de 7 de abril de 1961.

— *Extingue funções gratificadas no quadro do pessoal do Instituto do Açúcar e do Alcool.*

Decreto nº 50.733, de 7 de junho de 1961.

— *Cria no Instituto do Açúcar e do Alcool a Divisão de Exportação (D. Exp.) e dá outras providências.*

Decreto nº 50.818, de 22 de junho de 1961.

**INSTITUTO JOAQUIM NABUCO**

*Aprova o Regimento do Instituto Joaquim Nabuco.*

Decreto nº 50.433, de 10 de abril de 1961.

**INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

*Determina regime de urgência para a desapropriação por utilidade pública, decorrente do Decreto nº 50.379, de 27 de março de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.494, de 25 de abril de 1961.

**INSTITUTO NACIONAL DO MATE**

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto Nacional do Mate e dá outras providências.*

Decreto nº 50.747, de 8 de junho de 1961.

**INSTITUTO NACIONAL DO PINHO**

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto Nacional do Pinho e dá outras providências.*

Decreto nº 50.623, de 19 de maio de 1961.

**INSTITUTO REGIONAL DE PESQUISAS DE RECURSOS NATURAIS**

*Autoriza o Ministro das Minas e Energia a assinar convênio criando o Instituto Regional de Pesquisas de Recursos Naturais, na Bahia, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.810, de 17 de junho de 1961.

**INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES**

*Acrescenta § ao art. 1º do Decreto nº 50.268, de 3 de fevereiro de 1961, que dispõe sobre depósitos bancários de entidades governamentais.*

Decreto nº 50.854, de 26 de junho de 1961.

— *Dispõe sobre a política habitacional do Governo e dá outras providências.*

Decreto nº 50.869, de 27 de junho de 1961.

**INTERVENÇÃO ADMINISTRATIVA**

*Determina a intervenção administrativa na Companhia Força e Luz Norte Fluminense.*

Decreto nº 50.650, de 24 de maio de 1961.

— *Nomeia interventor administrativo na Companhia Força e Luz Norte Fluminense.*

Decreto nº 50.651, de 24 de maio de 1961.

**INTERVENÇÃO FEDERAL**

*Submete a regime de intervenção federal o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e dá outras providências.*

Decreto nº 50.888, de 30 de junho de 1961.



## ISENÇÕES

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo.*

Lei nº 3.902, de 8 de junho de 1961.

*Isenta dos impostos de importação e de consumo centro telefônico automático destinado à Companhia Telefônica Sanjoanense, São João Del Rei.*

Lei nº 3.903, de 8 de junho de 1961.

*Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para materiais importados pela Companhia Ferro Brasileiro S. A.*

Lei nº 3.904, de 9 de junho de 1961.

*Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como de taxas de armazenagem material a ser importado pela Companhia Telefônica de Itaituba.*

Lei nº 3.910, de 26 de junho de 1961.

*Concede isenção de todos os direitos, imposto de consumo e taxas alfandegárias para um altar de mármore importado pela Escola Belém do Horto, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei nº 3.911, de 27 de junho de 1961.

*Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeitos de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, ora descritos, e a serem trazidos do exterior pela firma Fosforita Olinda S. A., sediada em Recife, Pernambuco.*

Decreto nº 50.476, de 19 de abril de 1961.

*Declara prioritária, para efeitos de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, ora descritos, a serem trazidos do exterior pela firma Teone Moinhos do Brasil S. A., sediada em João Pessoa, Paraíba.*

Decreto nº 50.477, de 19 de abril de 1961.

## ISENÇÕES

*Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito da isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 50.595, de 15 de maio de 1961.

*Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito da isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 50.596, de 15 de maio de 1961.

*Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 50.675, de 31 de maio de 1961.

*Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 50.742, de 3 de junho de 1961.

*Isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos consulares, licença de importação, pedágios, taxas portuárias, alfandegárias e outras despesas, que recaiam sobre mercadorias e equipamentos, importados ou doados, mediante acordo firmado com Organizações Internacionais ou Governos Estrangeiros.*

Decreto nº 50.841, de 24 de junho de 1961.

*Isenta o Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos consulares, licença de importação, pedágios, taxas portuárias, alfandegárias e outras despesas que recaiam sobre mercadorias e equipamentos, importados ou doados, mediante acordo firmado com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI).*

Decreto nº 50.878, de 29 de junho de 1961.

## ISENÇÕES

*Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 50.879, de 29 de junho de 1961.

## J

### JOGOS LICITOS CARTEADOS

*Disciplina o funcionamento das seções de jogos lícitos carteados nas sedes das sociedades, clubes e demais entidades recreativas, sociais, culturais, literárias, beneficentes, esportivas e congêneres.*

Decreto nº 50.776, de 10 de junho de 1961.

### JÓQUEI CLUBE

*Atualiza disposições relativas ao fomento da produção puro-sangue de carreira no país, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.578, de 10 de maio de 1961.

### JUSTIÇA ELEITORAL

*Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 213.300,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 50.725, de 6 de junho de 1961.

## K

### KELLOGG COMPANY

*Concede à sociedade anônima Kellogg Company autorização para funcionar na República, sob a denominação de Kellogg Company do Brasil.*

Decreto nº 50.431, de 10 de abril de 1961.

### KELLOGG COMPANY DO BRASIL

*Concede à sociedade anônima Kellogg Company autorização para funcionar na República, sob a denominação de Kellogg Company do Brasil.*

Decreto nº 50.431, de 10 de abril de 1961.

## L

### LAVRA (AUTORIZAÇÃO)

*Ver o nome do elemento lavrado.*

### LEI DE INATIVIDADE

*Regula a contagem do tempo de efetivo serviço para os efeitos da Lei de Inatividade dos Militares.*

Lei nº 3.900, de 8 de junho de 1961.

### LIVROS ESCOLARES

*Dispõe sobre o financiamento e a redução do custo de obras didáticas, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.489, de 25 de abril de 1961.

### LUTO OFICIAL

*Declara luto oficial pelo falecimento do Sr. Antônio Augusto Borges de Medeiros e dispõe sobre os seus funerais.*

Decreto nº 50.487, de 25 de abril de 1961.

## M

### MAQUINAS AGRÍCOLAS

*Cria o Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias (GEIMAR).*

Decreto nº 50.519, de 2 de maio de 1961.

*— Altera o art. 4º do Decreto número 47.473, de 22-12-1959.*

Decreto nº 50.836, de 23 de junho de 1961.

### MAQUINAS RODOVIARIAS

*Cria o Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias (GEIMAR).*

Decreto nº 50.519, de 2 de maio de 1961.

### MARINHA

*Revoga a Lei nº 1.894, de 20 de junho de 1953, que regula a promoção de ano dos aspirantes da Escola Naval.*

Lei nº 3.894, de 15 de maio de 1961.

**MARINHA**

*Aprova o Regulamento para os Quadros Complementares dos Corpos da Armada, de Fuzileiros Navais e de Intendentes da Marinha.*

Decreto nº 50.782, de 12 de junho de 1961.

— *Cria, no Regulamento de Uniformes da Marinha do Brasil, as insígnias de Ministro da Marinha.*

Decreto nº 50.784, de 12 de junho de 1961.

— *Altera a redação dos incisos I e II do art. 6º, do Regulamento para a Inspetoria Geral da Marinha.*

Decreto nº 50.862, de 27 de junho de 1961.

*Ver, também, Armada e Ministério da Marinha.*

**MECÂNICA PESADA**

*Estabelece diretrizes básicas para racionalização, instalação ou ampliação de empresas que tenham linhas de fabricação ligadas à indústria, mecânica pesada, refinação e consolidação. Decreto nº 46-753, de 26-8-59, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.522, de 3 de maio de 1961.

— *Altera a constituição do Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada (GEIMAPE), instituído pelo Decreto nº 50.522, de 3 de maio de 1961.*

Decreto nº 50.832, de 23 de junho de 1961.

**MENORES**

*Disciplina a participação de menores de 18 anos em programas de rádio e de televisão.*

Decreto nº 50.812, de 17 de junho de 1961.

**MILITARES**

*Regula a contagem do tempo de efetivo serviço para os efeitos da Lei de Inatividade dos Militares.*

Lei nº 3.900, de 8 de junho de 1961.

**MILITARES**

*Altera a redação do art. 4º do Decreto nº 40.110, de 10 de outubro de 1956.*

Decreto nº 50.820, de 22 de junho de 1961.

— *Especifica novas funções em organizações militares que dão direito às gratificações de Técnico Militar, previsto no art. 56, e de Serviço Industrial, a que se referem os arts. 64 e 66 da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951.*

Decreto nº 50.834, de 23 de junho de 1961.

*Ver, também, Aeronáutica, Exército e Marinha.*

**MINERAÇÃO CARAZAL LTDA.**

*Concede à Mineração Carazal Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 50.774, de 9 de junho de 1961.

**MINERAÇÃO OLIVEIRA LTDA.**

*Concede à Mineração Oliveira Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 50.752, de 9 de junho de 1961.

**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**

*Altera Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista (art. 6º da Lei nº 1.765) do Ministério da Aeronáutica, que menciona, e dá outras providências).*

Decreto nº 40.823, de 23 de janeiro de 1957.

— *Cria, no Ministério da Aeronáutica, a Comissão de Altos Estudos e Planejamentos — CAEP.*

Decreto nº 50.413, de 5 de abril de 1961.

— *Altera o Regulamento da Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Decreto nº 50.449, de 12 de abril de 1961.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

*Torna sem efeito o Decreto número 49.879, de 11 de janeiro de 1961, que alterou a lotação numérica de repartições atendidas pelo Quadro, Permanente do Ministério.*

Decreto nº 50.499, de 26 de abril de 1961.

— *Cria a Insignia de Ministro da Aeronáutica.*

Decreto nº 50.574, de 10 de maio de 1961.

— *Cria a Divisão de Intendência da Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Decreto nº 50.575, de 10 de maio de 1961.

— *Cria o Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico — (GEIMA), e dá outras providências.*

Decreto nº 50.837, de 23 de junho de 1961.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

*Determina o registro de termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma "Atlas do Brasil Indústria e Comércio S. A."*

Decreto Legislativo nº 5, de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 50.398, de 3 de abril de 1961.

— *Regulamenta a Lei nº 3.281, de 7 de outubro de 1957, que dispõe sobre a administração dos Postos Agropecuários.*

Decreto nº 50.406, de 3 de abril de 1961.

— *Altera a redação do art. 43, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5.739, de 29 de maio de 1940, modificado pelo Decreto nº 22.983, de 22 de abril de 1947, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.493, de 25 de abril de 1961.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

*Torna sem efeito o Decreto número 23.773, de 29 de setembro de 1947, que declarou de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Ministério da Agricultura, as terras que menciona, destinadas ao Núcleo Colonial de Tinguá, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 50.755, de 9 de junho de 1961.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

*Dá nova redação aos arts. 1º e 2º do Decreto nº 49.372, de 20 de janeiro de 1961, que abre ao Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais que indica.*

Decreto nº 50.425, de 8 de abril de 1961.

— *Dispõe sobre aproveitamento de pessoal, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.525, de 3 de maio de 1961.

— *Dá nova redação ao dispositivo que indica.*

Decreto nº 50.808, de 17 de junho de 1961.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para atender às despesas com as comemorações do centenário de Itajaí, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 50.842, de 24 de junho de 1961.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 28.562.400,00 para atender a despesas decorrentes da execução da Lei número 3.727, de 14 de fevereiro de 1960.*

Decreto nº 50.864, de 27 de junho de 1961.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 50.543, de 4 de maio de 1961.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 50.586, de 13 de maio de 1961.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

*Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 333.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto nº 50.601, de 16 de maio de 1961.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 50.615, de 13 de maio de 1961.

— *Torna sem efeito o Decreto número 50.227, de 28 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.743, de 5 de junho de 1961.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 50.745, de 8 de junho de 1961.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 50.875, de 29 de junho de 1961.

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

— *Torna sem efeito o Decreto número 43.096, de 23 de janeiro de 1958.*

Decreto nº 50.399, de 3 de abril de 1961.

— *Aprova convênio entre os Ministérios da Guerra e da Viação e Obras Públicas para a execução, no Nordeste, por comissões e unidades militares, de serviços de mapeamento.*

Decreto nº 50.444, de 11 de abril de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação que faz o Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, de um terreno necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 50.469, de 17 de abril de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de uma área de terreno situada na cidade de Bauri, Estado de São Paulo, necessária ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 50.482, de 20 de abril de 1961.

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

*Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 50.609, de 17 de maio de 1961.

**MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO**

*Aprova o Regimento do Departamento Nacional da Propriedade Industrial (DNPI), do Ministério da Indústria e do Comércio, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.585, de 13 de maio de 1961.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**

*Altera o Decreto nº 38.594, de 16 de janeiro de 1956.*

Decreto nº 50.461, de 14 de abril de 1961.

— *Torna sem efeito o Decreto nº 50.227, de 28 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.743, de 8 de junho de 1961.

**MINISTÉRIO DA MARINHA**

*Retifica o Decreto nº 46.768, de 3 de setembro de 1959, que dispõe sobre a inclusão de funções de Professor na Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Ministério da Marinha e dá outras providências.*

Decreto nº 50.373, de 10 de maio de 1961.

— *Autoriza o Ministro da Marinha a contratar, em nome do Tesouro Nacional, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, operações de crédito com garantia de parcelas do Fundo Naval para a realização de serviços e obras ligados à implantação de Centros de Docagens e de Reparos Navais ligados ao desenvolvimento dos Serviços de Transporte do País.*

Decreto nº 50.636, de 20 de maio de 1961.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

*Transfere da utilização e ocupação, pelo Ministério da Marinha, para o Ministério da Saúde, o imóvel que menciona.*

Decreto nº 50.674, de 31 de maio de 1961.

— Ver, também, Armada e Marinha.

## MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

*Coloca à disposição do Ministério de Minas e Energia o pessoal que especifica.*

Decreto nº 50.511, de 26 de abril de 1961.

— *Transfere à competência político-administrativa do Ministério das Minas e Energia atribuições conferidas ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata e dá outras providências.*

Decreto nº 50.516, de 26 de abril de 1961.

— *Altera o art. 2º do Decreto nº 50.516, de 26 de abril de 1961.*

Decreto nº 50.678, de 31 de maio de 1961.

— *Autoriza o Ministro das Minas e Energia a assinar convênio criando o Instituto Regional de Pesquisas de Recursos Naturais, na Bahia, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.810, de 17 de junho de 1961.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Cria o Consulado honorário do Brasil, em Almería, Espanha.*

Decreto nº 50.415, de 6 de abril de 1961.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em Sucre, Bolívia.*

Decreto nº 50.481, de 20 de abril de 1961.

— *Cria uma Embaixada do Brasil na República do Senegal.*

Decreto nº 50.503, de 26 de abril de 1961.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Cria uma Legação do Brasil junto ao Governo do Reino do Camboja, cumulativamente com a Embaixada do Brasil na Índia.*

Decreto nº 50.564, de 9 de maio de 1961.

— *Cria uma Embaixada do Brasil na República do Daomei.*

Decreto nº 50.604, de 17 de maio de 1961.

— *Cria uma Embaixada do Brasil na República do Niger.*

Decreto nº 50.605, de 17 de maio de 1961.

— *Cria uma Embaixada do Brasil na República da Mauritânia.*

Decreto nº 50.506, de 17 de maio de 1961.

— *Dispõe sobre a Delegação do Brasil em Genebra.*

Decreto nº 50.607, de 17 de maio de 1961.

— *Cria uma Embaixada do Brasil nas Filipinas.*

Decreto nº 50.662, de 30 de maio de 1961.

— *Suprime o Consulado do Brasil em Dacar.*

Decreto nº 50.663, de 30 de maio de 1961.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em Bissau, Guiné Portuguesa.*

Decreto nº 50.843, de 24 de junho de 1961.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em Lobito, Província de Angola.*

Decreto nº 50.844, de 24 de junho de 1961.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em Beira, Província de Moçambique.*

Decreto nº 50.845, de 24 de junho de 1961.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Cria o Consulado honorário do Brasil em Quelimane, Província de Moçambique.*

Decreto nº 50.846, de 24 de junho de 1961.

*— Cria o Consulado honorário do Brasil em Mossamedes, Província de Angola.*

Decreto nº 50.847, de 24 de junho de 1961.

*— Cria o Consulado honorário do Brasil em Nova Lisboa, Província de Angola.*

Decreto nº 50.848, de 24 de junho de 1961.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado a auxiliar a realização, no Brasil, de um Congresso Internacional de Radiologistas, sob os auspícios do Colégio Inter-Americano de Radiologia.*

Lei nº 3.905, de 10 de junho de 1961.

*— Transfere da utilização e ocupação, pelo Ministério da Marinha, para o Ministério da Saúde, o imóvel que menciona.*

Decreto nº 50.674, de 31 de maio de 1961.

*— Retifica a Tabela Numérica Especial de Mensalistas do Ministério da Saúde e dá outras providências.*

Decreto nº 50.833, de 23 de junho de 1961.

*— Isenta o Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos consulares, licença de importação, pedágios, taxas portuárias, alfandegárias e outras despesas que recaiam sobre mercadorias e equipamentos, importados ou doados, mediante acordo firmado com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI).*

Decreto nº 50.878, de 29 de junho de 1961.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Institui um Grupo de Trabalho para efetuar o levantamento da Dívida da União para com a previdência social e dá outras providências.*

Decreto nº 50.435, de 10 de abril de 1961.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo 2º Batalhão Ferroviário, faixa de terreno necessária à construção de trecho ferroviário localizado em Mafra, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 50.437, de 11 de abril de 1961.

*— Aprova convênio entre os Ministérios da Guerra e Viação e Obras Públicas para a execução, no Nordeste, por comissões e unidades militares, de serviços de mapeamento.*

Decreto nº 50.444, de 11 de abril de 1961.

*— Redistribui claros de lotação no Quadro do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 50.881, de 29 de junho de 1961.

## N

## NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

*Concede à sociedade Transporte e Navegação S. A. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 50.429, de 10 de abril de 1961.

*— Concede à Sociedade Comércio, Indústria e Navegação Iochpe Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 50.458, de 14 de abril de 1961.

*— Concede à sociedade Silva Franco & Cia. Ltda., autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova denominação de Silva Franco — Comércio e Navegação Ltda.*

Decreto nº 50.459, de 14 de abril de 1961.

## NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

*Revoga o Decreto que concedeu à sociedade Imperial Comércio e Navegação Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 50.471, de 17 de abril de 1961.

*Concede à sociedade Transporte e Navegação S. A. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 50.429, de 10 de abril de 1961.

*— Concede à sociedade Comércio e Navegação Alto Paraná Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 50.512, de 26 de abril de 1961.

*— Concede a L. Figueiredo Navegação S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 50.513, de 26 de abril de 1961.

*— Concede à Companhia de Navegação Cabo Frio autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 50.515, de 26 de abril de 1961.

*— Concede à sociedade Peixoto Gonçalves, Navegação S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 50.568, de 9 de maio de 1961.

*— Concede à Companhia de Navegação Marítima Netumar autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 50.630, de 19 de maio de 1961.

## NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

*Revoga os Decretos que concederam à Companhia Florestas e Marítima Selvamur autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 50.756, de 9 de junho de 1961.

*— Concede à Companhia Paulista de Comércio Marítimo autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 50.748, de 8 de junho de 1961.

## NAVEGAÇÃO FLUVIAL DO AMAZONAS

*Aprova o Protocolo Preliminar sobre a Navegação Fluvial do Amazonas.*

Decreto Legislativo nº 4, de 1961.

## NÚCLEOS COLONIAIS

*Declara emancipada a Gleba Caçaria do Núcleo Colonial Santa Alice e dá outras providências.*

Projeto nº 50.526, de 3 de maio de 1961.

*— Declara emancipado o Núcleo Colonial Duque de Caxias e dá outras providências.*

Decreto nº 50.527, de 3 de maio de 1961.

*— Declara emancipado o Núcleo Colonial Tinguá e dá outras providências.*

Decreto nº 50.528, de 3 de maio de 1961.

*— Declara emancipado o Núcleo Colonial São Bento e dá outras providências.*

Decreto nº 50.529, de 3 de maio de 1961.

*— Declara emancipado o Núcleo Colonial Santa Cruz, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.530, de 3 de maio de 1961.



**OBRAS DIDÁTICAS**

*Dispõe sobre o financiamento e a redução do custo de obras didáticas e dá outras providências.*

Decreto nº 50.489, de 25 de abril de 1961.

**O****OFENSIVA CONTRA O CANCER**

*Assegura privilégios à radiodifusão de noticiário, palestras e mensagens relacionados com a "Ofensiva contra o Câncer".*

Decreto nº 50.652, de 24 de maio de 1961.

**OPERAÇÕES BANCÁRIAS**

*Cria o Serviço de Fiscalização do Selo nas Operações Bancárias nas Capitais de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.851, de 26 de junho de 1961.

**ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO**

*Estabelece normas para a execução do orçamento de 1961 e dá outras providências.*

Decreto nº 50.761, de 9 de junho de 1961.

**ORDEM DO MÉRITO  
AERONÁUTICO**

*Altera e acrescenta dispositivos no Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico e dá outras providências.*

Decreto nº 50.682, de 31 de maio de 1961.

**ORDEM SOBERANA E MILITAR  
DO TEMPLO DE JERUSALÉM**

*Torna sem efeito o Decreto nº 50.224, de 28 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.454, de 13 de abril de 1961.

**ÓRGÃO CONSULTIVO DE COLA-  
BORAÇÃO COM O ESTADO**

*Considera como órgão técnico consultivo da Administração Federal a Associação Nacional da Navegação Estatal e de Economia Mista — NAVESTADO.*

Decreto nº 50.570, de 9 de maio de 1961.

**P****PAPEL DE IMPRENSA**

*Regula a comercialização do papel de imprensa adquirido anteriormente à Instrução nº 204, da Superintendência da Moeda e do Crédito.*

(Publicado no Diário Oficial de 25 de março de 1961 — Seção I).

Retificação.

Decreto nº 50.378, de 25 de março de 1961.

**PARQUE NACIONAL DE CAPARAÓ**

*Cria o Parque Nacional de Caparaó e dá outras providências.*

Decreto nº 50.646, de 24 de maio de 1961.

**PARQUE NACIONAL DE SETE  
CIDADES**

*Cria o Parque Nacional de Sete Cidades, integrante da Seção de Parques e Florestas Nacionais do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 50.744, de 8 de junho de 1961.

**PARQUE NACIONAL DE SETE  
QUEDAS**

*Cria o Parque Nacional de Sete Quedas e dá outras providências.*

Decreto nº 50.665, de 30 de maio de 1961.

**PARQUE NACIONAL DO XINGU**

*Cria o Parque Nacional do Xingu.*  
Decreto nº 50.455, de 14 de abril de 1961.

## PECUÁRIA

*Dispõe sobre o afastamento de funcionários em decorrência da execução das atividades da Comissão instituída pela Portaria nº 300, de 1961, do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura e das outras providências.*

Decreto nº 50.831, de 22 de junho de 1961.

## PEDRAS PRECIOSAS

*Autoriza Accucio Verdi a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 48.667, de 4 de agosto de 1960.

*Autoriza Silvio Sbaraini a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 48.683, de 4 de agosto de 1960.

*Revoga o Decreto nº 8.969, de 6 de março de 1942.*

Decreto nº 50.292, de 23 de fevereiro de 1961.

*Autoriza Pedras Preciosas Dervi Ltda. a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 50.403, de 3 de abril de 1961.

*Autoriza Odesinho Justiniano de Souza a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 50.548, de 5 de maio de 1961.

*Autoriza Cerbino Francisco a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 50.549, de 5 de maio de 1961.

*Autoriza a firma Irmãos Ribeiro Pedras Preciosas Ltda. a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 50.551, de 5 de maio de 1961.

*Autoriza Simab S. A. Comércio e Indústria a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 50.724, de 31 de maio de 1961.

## PENSÕES

*Concede pensão especial de ..... Cr\$ 8.000,00 mensais a Ana Aguiar Barbosa da Cruz, viúva do engenheiro e professor Henrique Barbosa da Cruz.*

Lei nº 3.895, de 19 de maio de 1961.

*Concede pensão especial de ... Cr\$ 10.000,00 mensais ao cientista alagoano Antônio da Medeiros Mitchell.*

Lei nº 3.896, de 19 de maio de 1961

*Concede a pensão especial de ... Cr\$ 5.000,00 mensais a Lavinia Rodrigues Fernandes Chaves, filha do Ministro do Império Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*

Lei nº 3.901, de 8 de junho de 1961.

*Dispõe sobre a dissolução da Comissão de Habilitação de Pensões Vitalícias e das outras providências.*

Decreto nº 50.839, de 24 de junho de 1961.

## PESCA

*Ver: Caça e Pesca.*

## PESQUISA (AUTORIZAÇÃO)

*Ver o nome do elemento pesquisado.*

## PETROBRÁS

*Concede permissão à empresa Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, para que sua Unidade — Superintendência da Industrialização do Xisto, localizada em Tremembé, no Estado de São Paulo, funcione aos domingos e nos feriados civis e religiosos.*

Decreto nº 49.759, de 31 de dezembro de 1960.

*Autoriza a Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás — a instalar e operar no Canal de São Sebastião, no litoral do Estado de São Paulo, terminal marítimo de carga e descarga de petróleo bruto e derivados, e das outras providências.*

Decreto nº 50.555, de 5 de maio de 1961.

**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.****— PETROBRÁS**

Vêr: Petrobrás.

**"PETROSUL" — FROTA DE PETROLEIROS DO SUL LTDA.**

Concede à sociedade "Petrosul" — Frota de Petroleiros do Sul Ltda., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 49.806, de 31 de dezembro de 1960.

**PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA**

Vêr: Amazônia.

**PLANO QUINQUENAL DE OBRAS RODOVIÁRIAS**

Considera urgentes os serviços do Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias e dá outras providências.

Decreto nº 50.685, de 31 de maio de 1961.

**PODER JUDICIÁRIO**

Reorganiza o Quadro do Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

Lei nº 3.890, de 18 de abril de 1961.

— Organiza o Quadro da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei nº 3.897, de 19 de maio de 1961.

— Concede aos servidores em atividade e inativos das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais o reajuste de 44% sobre os vencimentos salariais e proventos atuais, e dá outras providências.

Lei nº 3.907, de 19 de junho de 1961.

**POLUIÇÃO DE AGUAS**

Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do País, e dá outras providências.

Decreto nº 50.877, de 29 de junho de 1961.

**PONTO IV**

Dá nova redação ao Decreto número 45.660, de 30 de março de 1959, e dá outras providências.

Decreto nº 50.420, de 7 de abril de 1961.

**PORTOS**

Dá nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 50.339, de 15 de março de 1961.

Decreto nº 50.393, de 29 de março de 1961.

— Revoga o Decreto nº 49.757, de 31 de dezembro de 1960, e dá outras providências.

Decreto nº 50.648, de 24 de maio de 1961.

— Dispõe sobre o Conselho Consultivo de Administração que funciona junto à Superintendência da Administração do Porto do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Decreto nº 50.649, de 24 de maio de 1961.

**POSTOS AGROPECUARIOS**

Regulamenta a Lei nº 3.281, de 7 de outubro de 1957, que dispõe sobre a administração dos Postos Agropecuários.

Decreto nº 50.604, de 3 de abril de 1961.

**PREÇOS MÍNIMOS**

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola de 1961-62 e remanescentes de 1960-61.

Decreto nº 50.411, de 5 de abril de 1961.

— Assegura ao algodão em pluma da região setentrional do País, da safra de 1961-1962, a garantia de preços mínimos.

Decreto nº 50.643, de 24 de maio de 1961.

## PREFEITURAS

*Autoriza as Caixas Econômicas Federais a realizar operações de crédito com os Municípios, por antecipação de receita, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.474, de 18 de abril de 1961.

*— Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a assinar convênio de tráfego mútuo telefônico com a Companhia Telefônica Brasileira, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.672, de 31 de maio de 1961.

*— Restringe a zona de concessão para distribuição de energia elétrica da Prefeitura Municipal de Casté, Estado de Minas Gerais, amplia a zona de concessão da Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., e dá outras providências.*

Decreto nº 50.706, de 31 de maio de 1961.

*— Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a pesquisar ocre no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.729, de 6 de junho de 1961.

*— Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a pesquisar minério de ferro no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.730, de 6 de junho de 1961.

*— Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a pesquisar minério de ferro no município de Contagem, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.731, de 6 de junho de 1961.

*— Transfere da Prefeitura Municipal de Vespasiano para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Vespasiano, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.762, de 9 de junho de 1961.

## PREFEITURAS

*Transfere da Prefeitura Municipal do Rio Pardo para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.763, de 9 de junho de 1961.

*— Transfere da Prefeitura Municipal de Tapes para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica do Município de Tapes, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.773, de 9 de junho de 1961.

*— Transfere da Prefeitura Municipal de Carmo da Mata para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para distribuição de energia elétrica ao Município de Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.775, de 9 de junho de 1961.

*— Outorga à Prefeitura Municipal de Cunha-Porã, Estado de Santa Catarina, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.791, de 15 de junho de 1961.

*— Autoriza a Prefeitura Municipal de Ituaçu a construir uma linha de transmissão e outorga concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.792, de 15 de junho de 1961.

*— Autoriza a Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul, Estado de São Paulo, a construir uma linha de transmissão entre a sede do município e o Bairro das Mostardas, no mesmo município, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.801, de 16 de junho de 1961.

## PREFEITURAS

*Transfere da Prefeitura Municipal de Goiás para a Centrais Elétricas de Goiás S. A. a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica na cidade de Goiás, Estado de Goiás.*

Decreto nº 50.802, de 16 de junho de 1961.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas a construir uma linha de transmissão.*

Decreto nº 50.803, de 16 de junho de 1961.

— *Transfere de Sebastião Antônio da Fonseca para a Prefeitura Municipal de Itaberaí a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica no Município de Itaberaí, Estado de Goiás.*

Decreto nº 50.804, de 18 de junho de 1961.

— *Transfere de Antônio Mathios Brentano para a Prefeitura Municipal de Estrêla a concessão para a produção e o fornecimento de energia elétrica à cidade de Roca Sales, município de igual nome, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.806, de 16 de junho de 1961.

— *Transfere de D. Helvécio Gomes de Oliveira para a Prefeitura Municipal de Ervália a concessão para a produção e o fornecimento de energia elétrica do município de Ervália, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.807, de 16 de junho de 1961.

— *Transfere-se da Prefeitura Municipal de Cláudio para as Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (CEMIG) a concessão para a distribuição de energia elétrica do município de Cláudio, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.800, de 16 de junho de 1961.

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Revoga dispositivo regulamentar.*

Decreto nº 50.416, de 6 de abril de 1961.

— *Institui um Grupo de Trabalho para efetuar o levantamento da Dívida da União para com a previdência social, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.435, de 10 de abril de 1961.

— *Regula a concessão de parcelamento a que se refere o artigo 260 do Regulamento Geral da Previdência Social, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.468, de 15 de abril de 1961.

— *Fixa as gratificações de representação a que se refere o art. 190, parágrafo único, da Lei nº 3.807-60, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.593, de 15 de maio de 1961.

— *Altera disposições do Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto nº 50.659, de 29 de maio de 1961.

— *Modifica o texto do art. 421, parágrafo 1º e parágrafo 2º, do Decreto nº 48.959-"A", de 19-9-1960, que aprovou o Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto nº 50.886, de 30 de junho de 1961.

## PRODUTOS FARMACÊUTICOS

*Dispõe sobre a venda de produtos farmacêuticos e similares.*

Decreto nº 50.780, de 10 de junho de 1961.

PRODUTOS FARMACÊUTICOS  
E BIOLÓGICOS AYERST  
DO BRASIL S.A.

*Revoga os Decretos que concederam a Produtos Farmacêuticos e Biológicos Ayerst do Brasil S. A. autorização para funcionar na República.*

Decreto nº 50.565, de 9 de maio de 1961.

## PROJETOS E ORÇAMENTOS

Revoga o Decreto nº 28.159, de 30 de maio de 1950.

Decreto nº 50.855, de 26 de junho de 1961.

— Aprova novo orçamento da construção da variante de Pinhal a Cruz Alta, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 50.887, de 30 de junho de 1961.

## PROPAGANDA COMERCIAL

Proíbe a propaganda comercial nos cinematógrafos e dá outras providências.

Decreto nº 50.765, de 9 de junho de 1961.

## PROTEÇÃO DOS VEGETAIS

Aprova a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais, assinada em Roma, em novembro de 1951.

Decreto Legislativo nº 3, de 1961.

## PROTOCOLOS

Aprova o Protocolo Preliminar sobre a Navegação Fluvial do Amazonas.

Decreto Legislativo nº 4, de 1961.

## PURO-SANGUE

Atualiza disposições relativas ao fomento da produção puro-sangue de carreira no país, e dá outras providências.

Decreto nº 50.578, de 10 de maio de 1961.

## Q

### QUIMBRASIL — QUÍMICA INDUSTRIAL BRASILEIRA S.A.

Concede permissão a Quimbrasil — Química, Industrial Brasileira S. A. (Seções de enxofre em bastões azul, ultramar, fenol e turbina a vapor) para funcionar aos domingos e feriados civis e religiosos.

Decreto nº 50.539, de 4 de maio de 1961.

## R

### RADIOCOMUNICAÇÕES

Modifica o Regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação, de que trata o Decreto número 21.111, de 1º de março de 1932, e dá outras providências.

Decreto nº 50.840, de 23 de junho de 1961.

### RADIODIFUSÃO

Disciplina a participação de menores de 18 anos em programas de rádio e de televisão.

Decreto nº 50.812, de 17 de junho de 1961.

### RÁDIO CLUBE DE FRONTEIRA LIMITADA

Revigora a concessão outorgada à Rádio Clube de Fronteira Ltda. pelo Decreto nº 50.183-61, para instalar uma estação radiodifusora.

Decreto nº 50.684, de 31 de maio de 1961.

### RÁDIO DIFUSORA PORTO-ALEGRENSE LTDA.

Outorga concessão à Rádio Difusora Porto-Alegrense Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 50.473, de 18 de abril de 1961.

### RÁDIO GUAÍBA S.A.

Outorga concessão à Rádio Guaíba S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão.

Decreto nº 50.757, de 9 de junho de 1961.

### REDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE

Retifica o Quadro de Pessoal e a Tabela Numérica de Extranumerários mensalistas da Rede Ferroviária do Nordeste, e dá outras providências.

Decreto nº 50.405, de 3 de abril de 1961.

## REDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA

*Autoriza o Ministério da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a empréstimo a ser realizado pela Rede Ferroviária Federal S. A.*

Decreto nº 50.453, de 13 de abril de 1961.

— *Regulamenta o art. 31 da Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957.*

Decreto nº 50.486, de 25 de abril de 1961.

— *Altera a redação do art. 3º do Decreto nº 50.486, de 25 de abril de 1961.*

Decreto nº 50.531, de 3 de maio de 1961.

— *Aprova a redação dos novos Estatutos Sociais da Rede Ferroviária Federal S. A.*

Decreto nº 50.582, de 12 de maio de 1961.

— *Regulamenta o art. 16 da Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957.*

Decreto nº 50.739, de 7 de junho de 1961.

## REDE NACIONAL DE ARMAZÉNS E SILOS

Ver: Armazéns e Silos.

## REGIMENTOS

*Aprova o Regimento do Instituto Joaquim Nabuco.*

Decreto nº 50.433, de 10 de abril de 1961.

— *Altera o Regimento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.*

Decreto nº 50.446, de 11 de abril de 1961.

— *Aprova o Regimento do Departamento Nacional da Propriedade Industrial (DNPI), do Ministério da Indústria e do Comércio, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.585, de 13 de maio de 1961.

## REGIMENTOS

*Altera o Regimento da Comissão de Classificação de Cargos.*

Decreto nº 50.668, de 30 de maio de 1961.

— *Aprova o Regimento do Departamento Administrativo do Serviço Público.*

Decreto nº 50.679, de 31 de maio de 1961.

— *Altera o Regimento do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto nº 50.686, de 31 de maio de 1961.

— *Aprova o Regimento da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 50.785, de 12 de junho de 1961.

— *Dá nova redação ao dispositivo que indica.*

Decreto nº 50.808, de 17 de junho de 1961.

## REGULAMENTOS

*Revoga dispositivo regulamentar.*

Decreto nº 50.416, de 6 de abril de 1961.

— *Dá nova redação ao art. 61 do Decreto nº 34.132, de 9 de outubro de 1953, que aprovou o Regulamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e deu outras providências.*

Decreto nº 50.421, de 7 de abril de 1961.

— *Altera o Regulamento da Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Decreto nº 50.449, de 12 de abril de 1961.

— *Regula a concessão de parcelamento a que se refere o art. 26º do Regulamento Geral da Previdência Social, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.468, de 15 de abril de 1961.

## REGULAMENTOS

*Altera a redação do artigo 43 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5.739, de 29 de maio de 1949, modificado pelo Decreto nº 22.988, de 22 de abril de 1947, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.493, de 25 de abril de 1961.

— *Altera o Regulamento do Serviço de Identificação da Aeronáutica.*

Decreto nº 50.645, de 24 de maio de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 49.757, de 31 de dezembro de 1960, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.648, de 24 de maio de 1961.

— *Dá nova redação à letra d do art. 71 e ao art. 78 do Regulamento para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ESCEME).*

Decreto nº 50.657, de 24 de maio de 1961.

— *Altera disposições do Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto nº 50.659, de 29 de maio de 1961.

— *Regulamenta o exercício da profissão de Aeronauta.*

Decreto nº 50.660, de 29 de maio de 1961.

— *Regulamenta a cessão dos teatros administrados ou à disposição, sob qualquer forma, do Serviço Nacional de Teatro e dá outras providências.*

Decreto nº 50.676, de 31 de maio de 1961.

— *Altera e acrescenta dispositivos no Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico e dá outras providências.*

Decreto nº 50.682, de 31 de maio de 1961.

— *Aprova o Regulamento para os Quadros Complementares dos Corpos da Armada, de Fuzileiros Navais e de Intendentes da Marinha.*

Decreto nº 50.782, de 12 de junho de 1961.

## REGULAMENTOS

*Cria, no Regulamento de Uniformes da Marinha do Brasil, as insígnias de Ministro da Marinha.*

Decreto nº 50.784, de 12 de junho de 1961.

— *Suspende, pelo prazo de um (1) ano, dispositivos do Regulamento de promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa (Repromer).*

Decreto nº 50.816, de 22 de junho de 1961.

— *Altera a redação dos arts. 50, 51, 72 e 73 do Regulamento para os Colégios Militares — R/69.*

Decreto nº 50.821, de 22 de junho de 1961.

— *Modifica o Regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação, de que trata o Decreto número 21.111, de 1 de março de 1932, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.840, de 23 de junho de 1961.

— *Altera a redação dos incisos I e II do art. 6º, do Regulamento para a Inspeção-Geral da Marinha.*

Decreto nº 50.862, de 27 de junho de 1961.

— *Altera dispositivo do Regimento da Comissão do Vale do São Francisco, aprovado pelo Decreto número 29.807, de 25 de julho de 1951.*

Decreto nº 50.882, de 29 de junho de 1961.

— *Modifica o texto do art. 421, § 1º e § 2º, do Decreto nº 48.959-A, de 19-9-1960, que aprovou o Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto nº 50.886, de 30 de junho de 1961.

## RELAÇÕES CULTURAIS

*Promulga a Convenção para o Fomento das Relações Culturais Interamericanas, assinada em Caracas, a 28 de março de 1954.*

Decreto nº 50.735, de 7 de junho de 1961.



## REMESSAS POSTAIS INTERNACIONAIS

*Estabelece normas para a fiscalização aduaneira de remessas postais internacionais.*

Decreto nº 50.439, de 11 de abril de 1961.

## RESÍDUOS TÓXICOS

*Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do País, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.877, de 29 de junho de 1961.

## RINHAS

*Proíbe o funcionamento das rinhas de "briga de galos" e dá outras providências.*

Decreto nº 50.620, de 18 de maio de 1961.

## RODOVIAS

*Considera urgentes os serviços do Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.685, de 31 de maio de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 28.159, de 30 de maio de 1950.*

Decreto nº 50.855, de 26 de junho de 1961.

— *Altera a redação do art. 2º do Decreto nº 48.204, de 12 de maio de 1960.*

Decreto nº 50.834, de 29 de junho de 1961.

## ROYAL EXCHANGE ASSURANCE

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital de responsabilidade da "Royal Exchange Assurance".*

Decreto nº 50.560, de 8 de maio de 1961.

## S

### SALÁRIO MÍNIMO

*Altera a constituição de sub-regiões de salário mínimo constante do Decreto nº 49.119-A, de 15 de outubro de 1960.*

Decreto nº 50.502, de 26 de abril de 1961.

### SAPS

Ver: Serviço de Alimentação de Previdência Social.

### SENAI

Ver: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

### SERINGUEIRA

*Institui Grupo de Trabalho para examinar a conveniência de constituição de empreendimento destinado ao incentivo da cultura da seringueira e dá outras providências.*

Decreto nº 50.451, de 13 de abril de 1961.

### SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Institui Grupo de Trabalho para promover levantamento dos créditos do SAPS e dá outras providências.*

Decreto nº 50.447, de 12 de abril de 1961.

### SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DO SELO NAS OPERAÇÕES BANCÁRIAS

*Cria o Serviço de Fiscalização do Selo nas Operações Bancárias nas Capitais de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.851, de 26 de junho de 1961.

### SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

*Transfere à competência político-administrativa do Ministério das Minas e Energia atribuições conferidas ao Serviço de Navegação da Baía do Prata e dá outras providências.*

Decreto nº 50.516, de 26 de abril de 1961.

## SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

*Restabelece função na Tabela de Mensalistas do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.569, de 9 de maio de 1961.

— Altera o art. 2º do Decreto número 50.516, de 25 de abril de 1961.

Decreto nº 50.678, de 31 de maio de 1961.

## SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

*Submete a regime de intervenção federal o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e dá outras providências.*

Decreto nº 50.888, de 30 de junho de 1961.

## SERVIÇO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA AOS INVENTORES

*Cria o Serviço Nacional de Assistência aos Inventores (SENAIN), e dá outras providências.*

Decreto nº 50.819, de 22 de junho de 1961.

## SERVIÇO NACIONAL DO TEATRO

*Regulamenta a cessão dos teatros administrados ou à disposição, sob qualquer forma, do Serviço Nacional de Teatro e dá outras providências.*

Decreto nº 50.676, de 31 de maio de 1961.

## SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

*Dispõe sobre preferência para nomeação ou admissão no Serviço Civil do Poder Executivo e das Autarquias Federais do pessoal exonerado ou dispensado por força do Decreto número 50.284, de 21 de fevereiro de 1961.*

Decreto nº 50.407, de 3 de abril de 1961.

— Regulamenta a concessão de diárias aos servidores do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências.

Decreto nº 50.524, de 3 de maio de 1961.

## SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

*Dá nova redação aos arts. 3º, 5º, 7º, 11 e suprime o art. 13 do Decreto nº 43.921, de 8 de setembro de 1950.*

Decreto nº 50.571, de 10 de maio de 1961.

— Altera disposição do Decreto número 49.593, de 27 de dezembro de 1960, classifica as funções gratificadas do Serviço Civil do Poder Executivo e dá outras providências.

Decreto nº 50.572, de 10 de maio de 1961.

— Reduz a remuneração por serviço no exterior concedida a outras categorias de servidores e empregados.

Decreto nº 50.612, de 17 de maio de 1961.

— Dispõe sobre a função de Auxiliar-Acadêmico nos órgãos do Serviço Público, e dá outras providências.

Decreto nº 50.664, de 30 de maio de 1961.

— Prorroga prazo previsto do Decreto nº 50.284, de 21 de fevereiro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 50.738, de 7 de junho de 1961.

— Altera o art. 2º do Decreto número 50.396, de 29 de maio de 1961.

Decreto nº 50.873, de 28 de junho de 1961.

## SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

*Submete a regime de intervenção federal o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e dá outras providências.*

Decreto nº 50.888, de 30 de junho de 1961.

## SERVIÇO SOCIAL RURAL

*Autoriza o provimento de cargos no Serviço Social Rural, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.634, de 20 de maio de 1961.

**SERVIÇO SOCIAL RURAL**

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Serviço Social Rural, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.749, de 8 de junho de 1961.

**SESI**

*Ver: Serviço Social da Indústria.*

**SHELL BRAZIL LIMITED**

*Concede à sociedade anônima Shell Brazil Limited autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto nº 50.452, de 13 de abril de 1961.

**SIDERÚRGICA SUDOESTE DE MINAS GERAIS S.A.**

*Concede à Siderúrgica Sudoeste de Minas Gerais S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 49.800, de 31 de dezembro de 1960.

**SINDICATOS**

*Dispõe sobre financiamento para construção ou aquisição de imóvel destinado à sede de entidades sindicais.*

Decreto nº 50.397, de 3 de abril de 1961.

**S.A. "PAN AMERICAN WORLD AIRWAYS, INC."**

*Concede à Sociedade Anônima "Pan American World Airways, Inc." autorização para continuar a funcionar na República com alterações introduzidas em seus Estatutos.*

Decreto nº 49.468, de 7 de dezembro de 1960.

**SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA**

*Acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto nº 50.268, de 8 de fevereiro de 1961, que dispõe sobre depósitos bancários de entidades governamentais.*

Decreto nº 50.854, de 26 de junho de 1961.

**SUDENE**

*Ver: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.*

**SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**

*Ver: Empresas Incorporadas.*

**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

*Ver: Desenvolvimento do Nordeste.*

**SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DO AMAZONAS**

*Ver: Amazônia.*

**"SWEEPSTAKE"**

*Autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais 10 anos o prazo a que se refere a Lei nº 1.131, de 13-6-1950, que dispõe sobre a realização do plano de sorteio denominado "Sweepstake".*

*Lei nº 3.909, de 26 de junho de 1961.*

**T****TARIFAS ALFALDEGARIAS**

*Regulamenta o art. 37 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.485, de 25 de abril de 1961.

**TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA**

*Ver: Energia Elétrica*

**TEATROS**

*Regulamenta a Lei nº 1.565, de 3 de março de 1952.*

Decreto nº 50.631, de 19 de maio de 1961.

*— Regulamenta a cessão dos teatros administrados ou à disposição, sob qualquer forma, do Serviço Nacional de Teatro, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.676, de 31 de maio de 1961.

## TEATROS

*Altera o artigo 3º do Decreto número 50.316, de 6 de março de 1961, a fim de autorizar as Caixas Econômicas Federais a realizar operações de crédito nas Carteiras Hipotecárias para a construção de teatros, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.677, de 31 de maio de 1961.

## TELEVISÃO

*Regula a projeção de películas cinematográficas e a propaganda comercial através das emissoras de televisão, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.450, de 12 de abril de 1961.

*— Dispõe sobre a fiscalização e controle da entrada de filmes cinematográficos destinados à projeção nos cinematógrafos e pela TV, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.513, de 2 de maio de 1961.

*— Disciplina a participação de menores de 18 anos em programas de rádio e de televisão.*

Decreto nº 50.812, de 17 de junho de 1961.

## THE WESTERN TELEGRAPH COMPANY LIMITED

*Concede a "The Western Telegraph Company Limited" autorização para ampliar a sua concessão em vigor, para o fim de instalar e explorar serviço telegráfico público internacional e interior no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.850, de 26 de junho de 1961.

*— Concede a "The Western Telegraph Company Limited" autorização para ampliar a sua concessão em vigor, para o fim de instalar e explorar serviço telegráfico público internacional e interior no Estado da Paraíba.*

Decreto nº 50.865, de 27 de junho de 1961.

## THE WESTERN TELEGRAPH COMPANY LIMITED

*Concede a "The Western Telegraph Company Limited" autorização para ampliar a sua concessão em vigor, para o fim de instalar e explorar serviço telegráfico público internacional e interior no Estado do Paraná.*

Decreto nº 50.866, de 27 de junho de 1961.

*— Concede a "The Western Telegraph Company Limited" autorização para ampliar a sua concessão em vigor, para o fim de instalar e explorar o serviço telegráfico público internacional e interior no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.867, de 27 de junho de 1961.

## TRANSPORTES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

*Revoga o Decreto nº 39.352, de 12 de junho de 1956.*

Decreto nº 50.815, de 21 de junho de 1961.

## TRANSPORTES MARÍTIMOS

*Dispõe sobre as normas para comprimir as faltas e as avarias nos transportes marítimos e para disciplinar as vistorias de mercadorias.*

Decreto nº 50.876, de 29 de junho de 1961.

## TRATADOS

*Promulga o Tratado que estabelece uma Zona de Livre Comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, concluído em Montevideu, a 13 de fevereiro de 1960, entre Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.*

Decreto nº 50.656, de 24 de maio de 1961.

**TRATORES**

*Altera o art. 4º do Decreto nº 47.473, de 22-12-1959.*

Decreto nº 50.836, de 23 de junho de 1961.

**TRIGO**

*Estende aos comerciantes atacadistas de farinha de trigo as disposições do Decreto nº 50.359, de 18 de março de 1961.*

Decreto nº 50.410, de 4 de abril de 1961.

**U****UNIVERSIDADES**

*Cria o Curso de Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, e dá outras providências.*

Lei nº 3.893, de 2 de maio de 1961.

— *Aprova o Estatuto da Universidade de Santa Catarina.*

Decreto nº 50.580, de 12 de maio de 1961.

— *Institui a Comissão Executiva da Universidade Nacional do Trabalho, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.588, de 13 de maio de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade da Bahia, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.625, de 19 de maio de 1961.

— *Aprova o Estatuto da Universidade de Alagoas.*

Decreto nº 50.673, de 31 de maio de 1961.

— *Cria a Comissão de Planejamento da Universidade de Brasília.*

Decreto nº 50.732, de 6 de junho de 1961.

**UNIVERSIDADES**

*Concede à Universidade do Maranhão regalias de universidade livre equiparada.*

Decreto nº 50.832, de 22 de junho de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação imóveis destinados à Universidade do Ceará.*

Decreto nº 50.883, de 29 de junho de 1961.

**UTILIDADE PÚBLICA**

*Declara de utilidade pública a "Casa das Domésticas" com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.060, de 25 de janeiro de 1961.

— *Declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, com sede em Santos, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.062, de 25 de janeiro de 1961.

— *Regulamenta a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública.*

Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961.

**V****VIAÇÃO FÉRREA RIO GRANDE****DO SUL**

*Aprova Termo de Acôrdo firmado entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul sobre as condições de reversão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul à União.*

Lei nº 3.887, de 8 de fevereiro de 1961.

— *Altera o § 1º do art. 1º do Decreto nº 31.277, de 13 de agosto de 1952.*

Decreto nº 50.508, de 26 de abril de 1961.

## VISTO CONSULAR

*Modifica o Decreto nº 47.712, de 29 de janeiro de 1960, que dispõe sobre o visto consular nas Faturas Comerciais, e dá outras providências.*

Decreto nº 49.977, de 23 de janeiro de 1961.

## VISTORIA DE MERCADORIAS (TRANSPORTE MARÍTIMO)

*Dispõe sobre as normas para compri-  
mir as faltas e as avarias nos  
transportes marítimos e para discipli-  
nar as vistorias de mercadorias.*

Decreto nº 50.876, de 29 de junho de 1961.

## Z

## ZONA DE LIVRE COMÉRCIO

*Promulga o Tratado que estabelece  
uma Zona de Livre Comércio e insti-  
tui a Associação Latino-Americana de  
Livre Comércio, concluído em Mon-  
tevidéu, a 18 de fevereiro de 1960, en-  
tre Argentina, Brasil, Chile, México,  
Paraguai, Peru e Uruguai.*

Decreto nº 50.656, de 24 de maio de 1961.



**ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1961 — VOLUME V

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1961





# ÍNDICE

## DOS

### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Pgs.		Pgs.
Emenda Constitucional nº 4 — Ato Adicional — Institui o sistema parlamentar do governo — Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1961 ...	3	ção dos subsídios, diárias e ajuda de custo dos Membros do Congresso Nacional, até o dia 31 de janeiro de 1963. — Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1961 .....	8
6 — Decreto Legislativo de 1961 — Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do país. — Publicado no D. O. de 7 de julho de 1961 .....	6	11 — Decreto Legislativo de 1961 — Aprova o Acôrdo Cultural entre o Brasil e o Irã — Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1961 .....	8
7 — Decreto Legislativo de 1961 — Concede anistia aos trabalhadores ou servidores de empresa estatal ou privada que, por motivo decorrente de participação em movimento grevista ou de dissídio regulado pela legislação do trabalho, tenham sido acusados ou condenados por crime previsto em lei. — Publicado no D. O. de 21 de julho de 1961 .....	7	12 — Decreto Legislativo de 1961 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação de máquinas. — Publicado no D.O. de 1 de setembro de 1961 ....	9
8 — Decreto Legislativo de 1961 — Aprova convênio cultural entre o Brasil e Honduras — Publicado no D. O. de 27 de julho de 1961 .....	7	13 — Decreto Legislativo de 1961 — Mantém o ato, de 30 de novembro de 1957, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a contrato estabelecido entre a Rede de Viação Cearense e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação de serviços de máquinas elétricas de contabilidade. — Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1961 ...	9
9 — Decreto Legislativo de 1961 — Aprova o ato do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao contrato de locação de serviços celebrados entre o Sr. Antônio Raposo e o Ministério da Aeronáutica — Publicado no D. O. de 27 de julho de 1961 .....	7	14 — Decreto Legislativo de 1961 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de Registro a Contrato celebrado entre o Ministério	
10 — Decreto Legislativo de 1961 — Dispõe sobre a fixa-			

	Pgs.		Pgs.
da Justiça e Negócios Interiores e a firma "Empresa de Engenharia Ceip Ltda.", para construção de um telheiro destinado a matança de gado na Escola Agrícola Arthur Bernardes, em Viçosa, Minas Gerais. — Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1961 ....	9	1961 — Retificada no D. O. de 18 de julho de 1961 .....	14
3.912 — Lei de 3 de julho de 1961 — Dispõe sobre a prorrogação da Lei nº 1.300, de 23 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato) e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 4 de julho de 1961 ...	10	Partes vetadas e mantidas pelo Congresso Nacional, publicadas em 28 de setembro de 1961 .....	39
3.913 — Lei de 6 de julho de 1961 — Concede o auxílio especial de Cr\$ 10.000.000,00, ao Governo do Estado de Pernambuco para construção do Hospital de Pronto Socorro, em Recife. — Publicada no D. O. de 7 de julho de 1961 .....	10	3.918 — Lei de 19 de julho de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$. .... 4.450.000.000,00, destinado ao financiamento da execução do Programa de Obras Rodoviárias. — Publicada no D. O. de 20 de julho de 1961. — Retificada no D. O. de 21 de julho de 1961 .....	42
3.914 — Lei de 7 de julho de 1961 — Eleva a subvenção permanente concedida à Academia Brasileira de Ciência, pela Lei nº 3.039, de 24 de dezembro de 1956. — Publicada no D. O. de 7 de julho de 1961 .....	11	3.919 — Lei de 19 de julho de 1961 — Concede pensão especial de Cr\$ 40.000,00 mensais à D. Haydée Lago Bittencourt, viúva do Senador Lúcio Bittencourt. — Publicada no D. O. de 20 de julho de 1961 .....	42
3.915 — Lei de 12 de julho de 1961 — Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social para maquinarias importadas pela firma Integral Arroz Limitada, de Porto Alegre. — Publicada no D. O. de 13 de julho de 1961 — Retificada no D. O. de 14 de julho de 1961 .....	11	3.920 — Lei de 25 de julho de 1961 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamentos telefônicos a serem importados pela Telefônica Manhauçu S. A., em Minas Gerais. — Publicada no D. O. de 26 de julho de 1961 .....	43
3.916 — Lei de 13 de julho de 1961 — Altera a redação do art. 22 do Decreto-lei nº 483, de 8 de junho de 1939, Código Brasileiro do Ar, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 13 de julho de 1961 — Retificada no D. O. de 14 de julho de 1961 .....	12	3.921 — Lei de 25 de julho de 1961 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento telefônico a ser importado pela Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru Ltda. — Publicada no D. O. de 25 de julho de 1961 .....	43
3.917 — Lei de 14 de julho de 1961 — Reorganiza o Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 15 de julho de 1961. — Retificada no D. O. de 17 de julho de 1961 .....		3.922 — Lei de 25 de julho de 1961 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1960. — Publicada no D. O. de 26 de julho de 1961 .....	43
		3.923 — Lei de 26 de julho de 1961 — Institui o "Dia do Trabalhador nas Minas de Carvão". — Publicada no D. O. de 27 de julho de 1961 — Retificada no D. O. de 28 de julho de 1961 .....	44
		3.924 — Lei de 26 de julho de 1961 — Dispõe sobre os monu-	

Pgs.		Pgs.
	mentos arqueológicos e pré-históricos. — Publicada no D. O. de 27 de julho de 1961 — Retificada no D. O. de 28 de julho de 1961 .....	44
3.925	— Lei de 26 de julho de 1961 — Fixa vencimentos para funcionários e serventuários da Justiça de 1ª Instância do Distrito Federal, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 27 de julho de 1961 .....	48
3.926	— Lei de 26 de julho de 1961 — Concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. — Publicada no D. O. de 27 de julho de 1961 .....	49
3.927	— Lei de 26 de julho de 1961 — Isenta da incidência do imposto de consumo o sulfato cúprico destinado à agricultura. — Publicada no D. O. de 27 de julho de 1961 .....	49
3.928	— Lei de 26 de julho de 1961 — Eleva a contribuição financeira estabelecida pela Lei nº 3.039, de 20 de dezembro de 1956, que concede contribuição financeira às empresas de transporte aéreo, que explorem linhas dentro do País, para fins de reaparelhamento de material de voo. — Publicada no D. O. de 27 de julho de 1961 .....	50
	As partes vetadas e mantidas pelo Congresso Nacional foram publicadas no dia 29-9-61 ...	51
3.929	— Lei de 31 de julho de 1961 — Prorroga, até 31 de dezembro de 1961, o prazo a que se refere a Lei nº 3.892, de 28 de abril de 1961 (COFAP). — Publicada no D. O. de 31 de julho de 1961 — Retificada no D. O. de 1 de agosto de 1961 .....	51
3.930	— Lei de 1 de agosto de 1961 — Dispõe sobre a situação e o aproveitamento dos atuais empregados e servidores públicos federais, estaduais, municipais e autarquias, requisitados, que vêm	
	prestando serviços à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVA-CAP) e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1961 .....	52
3.931	— Lei de 3 de agosto de 1961 — Concede isenção de direitos de importação e outros tributos para mercadorias doadas pela "Church World Service" (C.W.S.) dos Estados Unidos da América do Norte à Confederação Evangélica do Brasil. — Publicada no D. O. de 4 de agosto de 1961 .....	52
3.932	— Lei de 3 de agosto de 1961 — Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para as mercadorias doadas pela War Relief Service (N. C. W. C.) dos Estados Unidos da América do Norte à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. — Publicada no D. O. de 4 de agosto de 1961 — Retificada no D. O. de 5 de agosto de 1961 .....	53
3.933	— Lei de 4 de agosto de 1961 — Concede anistia às instituições caritativas quanto ao recolhimento de contribuições atrasadas aos Institutos de Previdência. — Publicada no D. O. de 4 de agosto de 1961 .....	53
3.934	— Lei de 7 de agosto de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério de Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a construção do Hospital São Domingos, da Escola de Enfermagem Frei Eugênio, de Uberaba, no Estado de Minas Gerais. — Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1961 .....	53
3.935	— Lei de 9 de agosto de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 754.000.000,00, para atender a despesas com a realização do VII Recenseamento	

	Pgs.		Pgs.
Geral de 1960, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 10 de agosto de 1961	54	de despesa, a Lei nº 3.834, de 10-12-60, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1961. — Publicada no D. O. de 18 de agosto de 1961. — Retificada no D. O. de 22 de agosto de 1961. — Retificada no D. O. de 23 de agosto de 1961	55
3.936 — Lei de 9 de agosto de 1961 — Concede pensão mensal de Cr\$ 30.000,00 à Dona Anita Koblitz Bayma, viúva do ex-Senador Antônio Alexandre Bayma. — Publicada no D. O. de 10 de agosto de 1961	54	3.942 — Lei de 21 de agosto de 1961 — Facilita as hipotecas até Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). — Publicada no D. O. de 22 de agosto de 1961 — Retificada no D. O. de 23 de agosto de 1961	60
3.937 — Lei de 9 de agosto de 1961 — Modifica o art. 24 do Decreto-Lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, em todo o território nacional. — Publicada no D. O. de 10 de agosto de 1961	54	3.943 — Lei de 22 de agosto de 1961 — Isenta da taxa de 5% prevista no art. 66, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, materiais importados pela sociedade civil "Pioneiras Sociais", com sede no Distrito Federal. — Publicado no D. O. de 23 de agosto de 1961 — Retificada no D. O. de 24 de agosto de 1961	60
3.938 — Lei de 9 de agosto de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Brasília, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para pagamento de gratificações especiais ao Presidente, Juizes e Procuradores do Tribunal Regional Eleitoral, assim como ao Juiz e Escrivão Eleitoral de Brasília. — Publicada no D. O. de 10 de agosto de 1961 — Retificada no D. O. de 11 de agosto de 1961	55	3.944 — Lei de 23 de agosto de 1961 — Modifica o art. 330, da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951 — Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. — Publicada no D. O. de 24 de agosto de 1961	63
3.939 — Lei de 9 de agosto de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Brasília o crédito especial de Cr\$ 23.000.000,00, destinado a ocorrer às despesas com a instalação do mesmo Tribunal. — Publicada no D. O. de 10 de agosto de 1961	55	3.945 — Lei de 29 de agosto de 1961 — Concede isenção dos impostos de importação, exceto a taxa de despacho aduaneiro, para equipamento importado por indústrias I.B. Sabbá S. A., de Manaus, Amazonas, destinado à instalação de uma fábrica de compensados e laminados de madeira. — Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1961	61
3.940 — Lei de 9 de agosto de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000,00, para atender a despesas de qualquer natureza com a mudança de dependências do referido Ministério para Brasília. — Publicada no D. O. de 10 de agosto de 1961	55	3.946 — Lei de 1 de setembro de 1961 — Isenta do imposto de importação equipamento telefônico em favor da Cia. Telefônica de Campo Grande, Estado de Mato Grosso. — Publicada no D. O. de 1 de setembro de 1961	61
3.941 — Lei de 18 de agosto de 1961 — Retifica, sem aumento		3.947 — Lei de 1 de setembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito	

Pgs.		Pgs.
	especial de Cr\$ 800.000,00, destinado à conclusão das obras do Parque de Exposição de Concórdia, no Estado de Santa Catarina, para a II Exposição Nacional de Suínos, realizada em 1960. — Publicada no D. O. de 1 de setembro de 1961 .....	61
3.948	— Lei de 1 de setembro de 1961 — Organiza o Quadro de Secretaria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1961 .....	62
3.949	— Lei de 2 de setembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de ..... Cr\$ 630.000.000,00, destinado a atender ao pagamento de sentenças judiciais. — Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1961 .....	63
3.950	— Lei de 2 de setembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), para custear a construção da linha de transmissão da Central Elétrica de Três Marias para as cidades de Pirapora e Montes Claros, no Estado de Minas Gerais. — Publicada no D. O. de 2 de setembro de 1961 .....	64
3.951	— Lei de 2 de setembro de 1961 — Dispõe sobre transferência da pensão dos veteranos da revolução acreana, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 4 de setembro de 1961. — Retificada no D. O. de 5 de setembro de 1961 .....	64
3.952	— Lei de 2 de setembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 950.000.000,00, para atender a despesas decorrentes da execução da Lei	
nº 3.765,	de 4 de ..... de 1960. — Publicada no D. O. de 6 de setembro de 1961 .....	64
3.953	— Lei de 2 de setembro de 1961 — Assegura aos Taisfeiros da Marinha, e da Aeronáutica acesso até a graduação de suboficial — Publicada no D. O. de 6 de setembro de 1961 .....	65
3.954	— Lei de 11 de setembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, créditos especiais de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinados à Sociedade de São Vicente de Paula, de Bagé, Rio Grande do Sul, e ao Conselho Central das Sociedades de S. Vicente de Paula, de Fortaleza, Ceará. — Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1961 .....	66
3.955	— Lei de 11 de setembro de 1961 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, executada a taxa de despacho aduaneiro, para um altar-mor doado pela Senhora Curgie Assad Abdalla, à Catedral Ortodoxa da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. — Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1961 ...	66
3.956	— Lei de 11 de setembro de 1961 — Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamentos telefônicos a serem importados pelas Cias. Telefônica de Rio Preto, Telefônica de Piracicaba S. A., Empresa Telefônica Paulista, Cia. Telefônica, Bor-dado do Campo, Telefônica de Limeira S. A., Estado de São Paulo, e Sociedade Telefônica do Paraná, Estado do Paraná. — Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1961 .....	66
3.957	— Lei de 12 de setembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para equipamento da Clínica Ortopédica do Hospital Escola São Fran-	

## VIII

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Pgs.		Pgs.
cisco de Assis. — Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1961 .....	67	sa de Misericórdia do Rio de Janeiro. — Publicada no D.O. de 22 de setembro de 1961 ..	72
3.958 — Lei de 13 de setembro de 1961. — Incorpora à Universidade do Paraná a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1961. — Reproduzida no D. O. de 25 de setembro de 1961. — Retificada no D. O. de 28 de setembro de 1961 ..	67	3.963 — Lei de 20 de setembro de 1961 — Concede, até 30 de junho de 1962, isenção de direitos alfandegários, exceto a taxa de despacho aduaneiro a que se refere o art. 66 da Lei nº 3.244, de 14-8-57, e de imposto de consumo, para importação de material destinado à fabricação de tratores agrícolas, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 22 de setembro de 1961 ....	72
3.959 — Lei de 14 de setembro de 1961 — Concede à Cruz Vermelha Brasileira a subvenção anual de Cr\$ 20.000.000,00, consignada no Orçamento da União, a partir do exercício de 1961. — Publicada no D.O. de 22 de setembro de 1961 ..	70	3.964 — Lei de 20 de setembro de 1961 — Isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Organização Telefônica do Paraná S.A. — Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1961 .....	72
3.960 — Lei de 20 de setembro de 1961 — Institui o uso obrigatório de emblema distintivo das organizações nacionais de saúde e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 2 de outubro de 1961 ....	71	3.965 — Lei de 29 de setembro de 1961 — Cria uma escola de Iniciação Agrícola em Buriti-Alegre, no Estado de Goiás, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 29 de setembro de 1961 ..	73
3.961 — Lei de 20 de setembro de 1961 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.500,00 a Dona Lindinalva Costa Barros, e dá outras providências — Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1961 .....	71		
3.962 — Lei de 20 de setembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00, destinado à construção do Pavilhão da Clínica Ortopédica do Hospital-Geral da Santa Ca-			

## INDICE DO APENSO

3.906 — Lei de 19 de junho de 1961 — Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional no Projeto que se transformou na Lei nº 3.906, de 19 de junho de 1961. — Publicada no D. O. de 31 de julho de 1961 .....	77
---	----

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1961, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.





# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4

### ATO ADICIONAL

*Institui o sistema parlamentar do governo*

#### CAPÍTULO I

##### *Disposição Preliminar*

Art. 1º O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo a este a direção e a responsabilidade da política do governo, assim como da administração federal.

#### CAPÍTULO II

##### *Do Presidente da República*

Art. 2º O Presidente da República será eleito pelo Congresso Nacional por maioria absoluta de votos, e exercerá o cargo por cinco anos.

Art. 3º Compete ao Presidente da República:

- I — nomear o Presidente do Conselho de Ministros e, por indicação deste, os demais Ministros de Estado, e exonerá-los quando a Câmara dos Deputados lhes retirar a confiança;
- II — presidir as reuniões do Conselho de Ministros, quando julgar conveniente;
- III — sancionar, promulgar e fazer publicar as leis;
- IV — vetar, nos termos da Constituição, os projetos de lei, considerando-se aprovados os que obtiverem o voto de três quintos dos deputados e senadores presentes, em sessão conjunta das duas Câmaras;
- V — representar a Nação perante os Estados estrangeiros;
- VI — celebrar tratados e convenções internacionais, *ad referendum* do Congresso Nacional;
- VII — declarar a guerra depois de autorizado pelo Congresso Nacional ou sem essa autorização, no caso de agressão estrangeira verificada no intervalo das sessões legislativas;
- VIII — fazer a paz, com autorização e *ad referendum* do Congresso Nacional;

- IX — permitir, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas, que forças estrangeiras transitem pelo território do País, ou, por motivo de guerra, nêle permaneçam temporariamente;
- X — exercer, através do Presidente do Conselho de Ministros, o comando das Forças Armadas;
- XI — autorizar brasileiros a aceitarem pensão, emprêgo ou comissão de governo estrangeiro;
- XII — apresentar mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País;
- XIII — conceder indultos, comutar penas, com a audiência dos órgãos instituídos em lei;
- XIV — prover, na forma da lei e com as ressalvas estatuídas pela Constituição, os cargos públicos federais;
- XV — outorgar condecorações ou outras distinções honoríficas a estrangeiros, concedidas na forma da lei;
- XVI — nomear, com aprovação do Senado Federal, e exonerar, por indicação do Presidente do Conselho, o Prefeito do Distrito Federal, bem como nomear e exonerar os membros do Conselho de Economia (art. 205, § 1º).

Art. 4º O Presidente da República, depois que a Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, declarar procedente a acusação, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal nos crimes funcionais.

Art. 5º São crimes funcionais os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- I — a existência da União;
- II — o livre exercício de qualquer dos poderes constitucionais da União ou dos Estados;
- III — o exercício dos poderes políticos, individuais e sociais;
- IV — a segurança interna do País.

### CAPÍTULO III

#### *Do Conselho de Ministros*

Art. 6º O Conselho de Ministros responde coletivamente perante a Câmara dos Deputados pela política do governo e pela administração federal, e cada Ministro de Estado, individualmente pelos atos que praticar no exercício de suas funções.

Art. 7º Todos os atos do Presidente da República devem ser referendados pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro competente como condição de sua validade.

Art. 8º O Presidente da República submeterá, em caso de vaga, à Câmara dos Deputados, no prazo de três dias, o nome do Presidente do Conselho de Ministros. A aprovação da Câmara dos Deputados dependerá do voto da maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único. Recusada a aprovação, o Presidente da República deverá, em igual prazo, apresentar outro nome. Se também este for recusado, apresentará no mesmo prazo, outro nome. Se nenhum for aceito, caberá ao Senado Federal indicar, por maioria absoluta de seus membros, o Presidente do Conselho, que não poderá ser qualquer dos recusados.

Art. 9º O Conselho de Ministros, depois de nomeado, comparecerá perante a Câmara dos Deputados, a fim de apresentar seu programa de governo.

Parágrafo único. A Câmara dos Deputados, na sessão subsequente e pelo voto da maioria dos presentes, exprimirá sua confiança no Conselho de Ministros. A recusa da confiança importará formação de novo Conselho de Ministros.

Art. 10. Votada a moção de confiança, o Senado Federal, pelo voto de dois terços de seus membros, poderá, dentro de quarenta e oito horas, opor-se à composição do Conselho de Ministros.

Parágrafo único. O ato do Senado Federal poderá ser rejeitado, pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, em sua primeira sessão.

Art. 11. Os Ministros dependem da confiança da Câmara dos Deputados e serão exonerados quando esta lhes fôr negada.

Art. 12. A moção de desconfiança contra o Conselho de Ministros, ou de censura a qualquer de seus membros, só poderá ser apresentada por cinquenta Deputados no mínimo, e será discutida e votada, salvo circunstância excepcional regulada em lei, cinco dias depois de proposta, dependendo sua aprovação do voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

Art. 13. A moção de confiança pedida à Câmara dos Deputados pelo Conselho de Ministros será votada imediatamente e se considerará aprovada pelo voto da maioria dos presentes.

Art. 14. Verificada a impossibilidade de manter-se o Conselho de Ministros por falta de apoio parlamentar, comprovada em moções de desconfiança, opostas consecutivamente a três Conselhos, o Presidente da República poderá dissolver a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições que se realizarão no prazo máximo de noventa dias, a que poderão concorrer os parlamentares que hajam integrado os Conselhos dissolvidos.

§ 1º Dissolvida a Câmara dos Deputados, o Presidente da República nomeará um Conselho de Ministros de caráter provisório.

§ 2º A Câmara dos Deputados voltará a reunir-se, de pleno direito, se as eleições não se realizarem no prazo fixado.

§ 3º Caberá ao Senado, enquanto não se instalar a nova Câmara dos Deputados, as atribuições do art. 66, números III, IV e VII da Constituição.

Art. 15. O Conselho de Ministros decide por maioria de votos. Nos casos de empate, prevalecerá o voto do Presidente do Conselho.

Art. 16. O Presidente do Conselho e os Ministros podem participar das discussões em qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Art. 17. Em cada Ministério haverá um Subsecretário de Estado, nomeado pelo Ministro, com aprovação do Conselho de Ministros.

§ 1º Os Subsecretários de Estado poderão comparecer a qualquer das Casas do Congresso Nacional e as suas comissões, como representantes dos respectivos Ministros.

§ 2º Demitido um Conselho de Ministros, e enquanto não se constituir o novo, os Subsecretários de Estado responderão pelo expediente das respectivas pastas.

Art. 18. Ao Presidente do Conselho de Ministros compete ainda:

- I — ter iniciativa dos projetos de lei do governo;
- II — manter relações com Estados estrangeiros e orientar a política externa;
- III — exercer o poder regulamentar;
- IV — decretar o estado de sítio nos termos da Constituição;
- V — decretar e executar a intervenção federal, na forma da Constituição;
- VI — enviar à Câmara dos Deputados a proposta de orçamento;
- VII — prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior.

Art. 19. O Presidente do Conselho poderá assumir a direção de qualquer dos Ministérios.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 20. A presente emenda, denominada Ato Adicional, entrará em vigor na data da sua promulgação pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

## ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

Art. 21. O Vice-Presidente da República, eleito a 3 de outubro de 1960, exercerá o cargo de Presidente da República, nos termos deste Ato Adicional, até 31 de janeiro de 1966, prestará compromisso perante o Congresso Nacional e, na mesma reunião, indicará, à aprovação d'ele, o nome do Presidente do Conselho e a composição do primeiro Conselho de Ministros.

Parágrafo único. O Presidente do Congresso Nacional marcará dia e hora para, no mesmo ato, dar posse ao Presidente da República, ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Conselho de Ministros.

Art. 22. Poder-se-á complementar a organização do sistema parlamentar de governo ora instituído, mediante leis votadas, nas duas Casas do Congresso Nacional, pela maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único. A legislação delegada poderá ser admitida por lei votada na forma deste artigo.

Art. 23. Fica extinto o cargo de Vice-Presidente da República.

Art. 24. As Constituições dos Estados adaptar-se-ão ao sistema parlamentar de governo, no prazo que a lei fixar, e que não poderá ser anterior ao término do mandato dos atuais Governadores. Ficam respeitados, igualmente, até ao seu término, os demais mandatos federais, estaduais e municipais.

Art. 25. A lei votada nos termos do art. 22 poderá dispor sobre a realização de plebiscito que decida da manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial, devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do termo do atual período presidencial.

Brasília, em 2 de setembro de 1961.

A Mesa da Câmara dos Deputados:

A Mesa do Senado Federal:

*Sérgio Magalhães*

*Auro Moura Andrade*

1º Vice-Presidente, no exercício  
da Presidência

Vice-Presidente, no exercício  
da Presidência

*Clélio Lemos*

2º Vice-Presidente

*Cunha Mello*

*José Bonifácio*

1º Secretário

1º Secretário

*Gilberto Marinho*

*Alfredo Nasser*

2º Secretário

2º Secretário

*Argemiro de Figueiredo*

*Breno da Silveira*

3º Secretário

3º Secretário

*Antônio Baby*

4º Secretário

*Novaes Filho*

4º Secretário

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1961

*Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do país.*

Art. 1º. É o Senhor Vice-Presidente da República, Dr. João Belchior Marques Goulart, autorizado a ausentar-se do país, a fim de visitar a China Continental, a Austrália, a Polônia e outros países.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de julho de 1961. — *Auro Moura Andrade*, Vice-Presidente. *Lo* exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1961

*Concede anistia aos trabalhadores ou servidores de empresa estatal ou privada que, por motivo decorrente de participação em movimento grevista ou de dissídio regulado pela legislação do trabalho, tenham sido acusados ou condenados por crime previsto em lei.*

Art. 1º É concedida anistia aos trabalhadores ou servidores de empresa estatal ou privada que, por motivo decorrente de participação em movimento grevista ou de dissídio regulado pela legislação do trabalho, tenham sido acusados ou condenados por crime previsto nos Decretos-lei nºs 431, de 18 de maio de 1938, 4.766 de 1º de outubro de 1942, 9.070, de 15 de março de 1946, na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, ou no Código Penal.

§ 1º. O Juiz e o Ministério Público de ofício, promoverão o arquivamento dos processos criminais em curso.

§ 2º. Na hipótese de recurso pendente de julgamento na instância superior, o Relator determinará a devolução dos autos ao Juízo competente para o arquivamento do processo.

§ 3º. O Juiz das Execuções Criminais, de ofício, determinará o cancelamento dos registros e assentamentos de condenação anterior à publicação deste decreto legislativo.

Art. 2º Os trabalhadores ou servidores anistiados poderão contribuir para os Institutos ou Caixa, de Aposentadoria e Pensões, restabelecendo-se a situação anterior, sem quaisquer restrições, ou condições, no prazo de 6 (seis) meses, a partir da publicação deste decreto legislativo, na forma da legislação em vigor.

§ 1º. As contribuições vencidas serão pagas, por saldo, na base de 1/10 (um décimo) do *quantum* apurado pela instituição de previdência social, em duodécimos, a partir da notificação recebida pelo interessado.

§ 2º. Aos sucessores do anistiado é outorgada a faculdade prevista neste artigo.

Art. 3º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de julho de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1961

*Aprova convênio cultural entre o Brasil e Honduras.*

Art. 1º — É aprovado o convênio cultural entre o Brasil e Honduras, assinado no Rio de Janeiro a 22 de outubro de 1957.

Art. 2º. — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de julho de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1961

*Aprova o ato do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao contrato de locação de serviços celebrado entre o Sr. Antônio Raposo e o Ministério da Aeronáutica.*

Art. 1º — É aprovado o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato de locação de serviços celebrado entre Antônio Raposo e o Ministério da Aeronáutica, para o desenvolvimento da função de Pro-

fessor de Desenho, do 2º ciclo do Ensino Industrial, na Escola de Especialistas do Ensino Industrial.

Art. 2º — Este Decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de julho de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1961

*Dispõe sobre a fixação dos subsídios, diárias e ajuda de custo dos Membros do Congresso Nacional, até o dia 31 de janeiro de 1963.*

Art. 1º — Os Membros do Congresso Nacional perceberão, até 31 de janeiro de 1963, o subsídio fixo mensal de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), a diária de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) como parte variável, correspondente ao comparecimento, e uma ajuda de custo de Cr\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros) por sessão legislativa, paga em duas parcelas iguais, uma no início, outra no encerramento da sessão legislativa.

Art. 2º — O subsídio, tanto na parte fixa, como na parte variável, será pago mensalmente.

Art. 3º — Os Senadores e Deputados não terão direito à ajuda de custo em convocação extraordinária do Congresso Nacional feita, por qualquer das suas Câmaras, em imediato prosseguimento à sessão legislativa, ou dentro de 15 (quinze) dias do seu encerramento.

§ 1º Aquêl que não comparecer às sessões no período de convocação extraordinária, não terá direito à ajuda de custo.

§ 2º O Congressista que não comparecer no mínimo à metade das sessões ordinárias, no período de convocações extraordinárias, não terá direito à ajuda de custo paga no fim da referida convocação.

Art. 4º — Os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados perceberão a importância anual de Cr\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzeiros) respectivamente, e o Vice-Presidente do Senado Federal a de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros). Importâncias essas que serão pagas em duodécimos, a título de representação.

Art. 5º — As Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados poderão fixar os períodos correspondentes a sessões consecutivas para votação das proposições sujeitas à deliberação do plenário, reservando de igual modo sessões para, preferencialmente, discussão de matéria pronta para a Ordem do Dia.

Art. 6º — Os efeitos deste Decreto são contados, a partir de 1 de julho de 1961, ficando aprovados, na forma do art. 6º da Emenda Constitucional nº 3, os subsídios e a ajuda de custo pagos a partir de abril de 1960.

Art. 7º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1961. — *Auro Moura Andrade*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

#### DECRETO LEGISLATIVO — Nº 11 — DE 1961

*Aprova o Acórdão Cultural entre o Brasil e o Irã*

Art. 1º. É aprovado, para todos os efeitos, o Acórdão Cultural entre o Brasil e o Irã assinado em 27 de novembro de 1957.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de agosto de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO — Nº 12 — DE 1961

*Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação de máquinas.*

Art. 1º. É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado em 11 de dezembro de 1958, entre o Ministério da Educação e Cultura e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação de máquinas de contabilidade e estatística.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de agosto de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1961

*Mantém o ato, de 30 de novembro, de 1957, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a contrato estabelecido entre a Rede de Viação Cearense e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação de serviços de máquinas elétricas de contabilidade.*

Art. 1º — É mantido o ato, de 30 de novembro de 1957, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a contrato de 25 de maio de 1956 e ao termo aditivo de 31 de outubro de 1956, celebrado entre a Rede de Viação Cearense e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação de serviços de máquinas elétricas de contabilidade.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1º de setembro de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1961

*Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de Registro a Contrato celebrado entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a firma "Empresa de Engenharia Ceip Ltda.", para construção de um telheiro destinado à matança de gado na Escola Agrícola Arthur Bernardes, em Viçosa, Minas Gerais.*

Art. 1º — É mantido o ato do Tribunal de Contas da União que denegou o registro a contrato celebrado em 8 de dezembro de 1953, entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a firma "Empresa de Engenharia Ceip Ltda.", para construção de um telheiro destinado à matança de gado na Escola Agrícola Arthur Bernardes, em Viçosa, Minas Gerais.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1º de setembro de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

LEI Nº 3.912 — DE 3 DE  
JULHO DE 1961

*Dispõe sobre a prorrogação da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato) e dá outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica prorrogada até 28 de fevereiro de 1962, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores e as constantes deste diploma legal.

Art. 2º — São também prorrogados, pelo mesmo prazo estabelecido no artigo anterior, os contratos de arrendamento rural de qualquer modalidade.

Art. 3º — As inovações introduzidas no art. 2º, da Lei nº 3.844, de 15 de dezembro de 1960, não se aplicam às locações ajustadas por contrato escrito em vigor na data de sua publicação, com prazo determinado e que não contenham a cláusula de pagamento, pelo locatário, dos encargos ali referidos.

Art. 4º — As taxas dos serviços municipais e demais despesas que deverão ser pagas pelo locatário, nos termos do art. 2º da Lei nº 3.844, de 15 de dezembro de 1960, além do preço do aluguel, constarão discriminadamente, do recibo que lhe for apresentado, sob pena do locador perder o direito ao ressarcimento dessas despesas, cujos comprovantes ficarão à disposição do locatário.

Art. 5º — Se o locador sugerir e o locatário o aceitar, tudo por escrito, poderá ser, a qualquer tempo, mediante acordo, reajustado o valor do aluguel.

Parágrafo único — O locatário, recusando a proposta, o locador não poderá, durante um ano, pleitear a

restituição do imóvel, a não ser por falta de pagamento do aluguel e demais encargos de locação.

Art. 6º — Se o locatário, na mesma cidade, possuir ou vier a adquirir prédio residencial com acomodações equivalentes àquele em que mora e alugá-lo a terceiro por preço superior, o prédio por ele ocupado terá o seu aluguel liberado.

Art. 7º — (VETADO).

Parágrafo único — (VETADO).

Art. 8º — (VETADO).

Parágrafo único — (VETADO).

Art. 9º — Em caso de alienação do imóvel locado, o inquilino, em igualdade de condições, preço e garantias, terá sempre a preferência para a sua aquisição, a ser manifestada dentro de 30 (trinta) dias, a partir da data em que o locador lhe comunicar, por escrito, a intenção e a forma de vendê-lo.

Parágrafo único — Havendo co-proprietário interessado na compra do imóvel, desde que não possua outro prédio residencial, ser-lhe-á facultado exercer o seu direito de preferência anteriormente ao do locatário, também dentro de 30 (trinta) dias, contados nas mesmas condições acima estabelecidas, após o que começará a correr o prazo do inquilino.

Art. 10 — A mulher solteira, desquitada ou viúva que viva, em estado marital, com locatário solteiro, desquitado ou viúvo, fica assegurado, por morte do inquilino, o direito de continuar a locação mediante as mesmas cláusulas então vigentes e sujeitas às disposições da presente lei.

Art. 11 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 3 de julho de 1961: 140ª da Independência e 73ª da República.

JÂNIO QUADROS

Oscar Pedroso Horta

LEI Nº 3.913 — DE 6 DE JULHO DE 1961

*Concede o auxílio especial de Cr\$ 10.000.000,00 ao Governo do Estado de Pernambuco para construção do Hospital de Pronto Socorro, em Recife.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — E o Poder Executivo autorizado a conceder o auxílio especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) ao Governo do Estado



de Pernambuco para construção de Hospital de Pronto Socorro, em Recife.

Art. 2º Para a execução do disposto no art. 1º é o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial necessário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 6 de julho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Clemente Mariani

Cattete Pinheiro

981/56

LEI Nº 3.914 — DE 7 DE JULHO DE 1961

*Eleva a subvenção permanente concedida à Academia Brasileira de Ciências, pela Lei nº 3.089, de 24 de dezembro de 1956.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É elevada para Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) a subvenção concedida à Academia Brasileira de Ciências pela Lei nº 3.089, de 24 de dezembro de 1956.

Parágrafo único. Para execução deste artigo, no corrente exercício, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros).

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 7 de julho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Brigido Tinoco

Clemente Mariani

proj - 4140/58

LEI Nº 3.915 — DE 12 DE JULHO DE 1961

*Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para maquinárias importadas pela firma Integral Arroz Ltda. de Porto Alegre.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção de direitos e taxas aduaneiras exclusiva a de previdência social as maquinárias importadas dos Estados Unidos da América do Norte, embarcadas pelo Porto de New York, pela firma General American Transportation Corporation sediada naquela cidade destinadas à firma Integral Arroz Limitada, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul para beneficiamento de arroz segundo o processo Malek, e que aqui são relacionadas.

Um aparelho para limpeza a seco de arroz antes do tratamento de 3.500 lb/h de capacidade;

Um conjunto de painéis de ensopamento, projetadas para tratar 8.000 lb por hora de arroz com casca;

Um tanque de compensação projetado para assegurar uma alimentação suave e contínua de arroz para os cozinhadores de pressão;

Um autoclave cozinhador de pressão contínua, projetado para tratar 8.000 lb de arroz com casca por hora, completo com os instrumentos de controle para manter as melhores condições de operação;

Um tanque de compressão completo com aspirador para eliminar os vapores que se formam quando o arroz é subitamente descarregado das partes sob pressão do sistema. Este tanque age também como tanque de compressão para arroz entrado no secador principal;

Um secador Louisville rotativo de tubos de vapor, projetado para secar o produto descarregado do tanque de descompressão a um grau ótimo de umidade para descascamento e estocagem. Peso aproximado de 25 toneladas. Uma moega especial de têmpera projetada para permitir um tempo de retenção suficiente para o arroz descarregado do secador antes de entrar no resfriador;

Um resfriador Louisville rotativo a ar, projetado para resfriar o produto a uma temperatura que não seja acima de 15° F acima da temperatura ambiente de estocagem. Peso aproximado 17 toneladas;

Um alimentador medidor para alimentar arroz bruto aos cozinhadores;

Um transportador horizontal helicoidal, com motor para distribuição do arroz bruto aos cozinhadores depois do medidor alimentador;

Um transportador horizontal helicoidal, com motor, para retirar arroz dos cozinhadores;

Um transportador vertical, com motor, para elevar o arroz ao tanque de compensação;

Um transportador vertical helicoidal, com motor, para elevar o arroz ao tanque de compensação ao autoclave contínuo;

Um transportador vertical helicoidal, com motor, para elevar o arroz saído do autoclave contínuo ao tanque de descompressão;

Um transportador vertical helicoidal, com motor, para elevar o arroz saído do secador para o tanque de têmpera;

Uma bomba medidora para circulação de água necessária às diversas fases do processo;

Um conjunto de instrumentos para medir o consumo de vapor da instalação para controlar a pressão no autoclave contínuo, para controlar os níveis de água quente para controlar o tempo de cozinhamento no autoclave contínuo e para medir temperaturas em vários pontos do sistema. São incluídos neste conjunto as necessárias válvulas, relés e painéis de controle, para perfazer essas diversas operações.

Um conjunto de equipamentos elétricos, inclusive chaves de demarcação para todos os motores e estações de comando de botões;

Um conjunto de tubulações inclusive acessórios, válvulas, suspensórios necessários para distribuir vapor e água.

Art. 2º. Se os impostos e taxas a que se refere a presente lei já tiverem sido recolhidos ao Tesouro, providenciar-se-á a sua devolução "ex officio".

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 12 de julho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS  
Clemente Mariani  
Castro Neves

Proj. 1859/52

LEI Nº 3.916 — DF 13 DE JULHO DE 1961.

*Altera a redação do artigo 22 do Decreto-lei nº 483, de 8 de junho de 1938, Código Brasileiro do Ar, e da outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Só poderão ser inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro as aeronaves privadas que sejam propriedade:

a, VETADO.

b) de pessoas jurídicas constituídas no Brasil, com sede em nosso País, gerência exclusivamente brasileira e 80% (oitenta por cento), pelo menos, do capital social, representado por ações com direito a voto, pertencentes a brasileiros.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 2º Nas pessoas jurídicas organizadas sob a forma de sociedades por ações, estas serão nominativas, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. Dentro do prazo de seis meses, a partir da data da presente lei, todas as sociedades a que se refere o art. 1º deverão ter concluído a conversão das ações ao portador, que porventura possuam em ações nominativas, sob pena de cancelamento da inscrição das aeronaves que lhes pertençam, ressalvado caso de força maior, a juízo do Ministério da Aeronáutica, que poderá conceder prorrogação de mais seis meses.

Art. 3º A partir da data da presente lei, as ações com direito a voto só poderão ser transferidas a brasileiros, ainda quando estejam elas incluídas na margem permitida a estrangeiros. Caberá à sociedade exigir doscessionários prova de nacionalidade fazendo de tudo comunicação ao Ministério da Aeronáutica, com a respectiva comprovação, para ratificação da transferência.

Art. 4º A propriedade das ações a que se reporta o art. 2º estabelecer-se-á exclusivamente pela inscrição no livro de registro, a que se refere o art. 25 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940. A inscrição incluirá a nacionalidade do sócio e os documentos que instruem essa prova e que deverão ficar arquivados na sociedade.

Parágrafo único. Será nula de pleno direito a subscrição, cessão ou transferência de ações efetuada com inobservância do art. 1º desta lei, como também nulos de pleno direito serão quaisquer compromissos ou declarações que importem em direito sobre ações, por parte de pessoas proibidas de adquiri-las, assim como a representação ou delegação de pessoas, que não se enquadrem nas margens estabelecidas para a eficácia e segurança do controle da sociedade pela maioria de capital pertencente a brasileiros.

Art. 5º As ações com direito a voto não poderão ser dadas em penhor, ou caução, a pessoas proibidas de adquiri-las, e que não poderão ser titulares de direitos sobre elas, quaisquer que seja a natureza desse direito ou a forma de sua constituição.

Art. 6º Nos casos de transmissão *causa-mortis*, não havendo cônjuge, herdeiros ou legatários brasileiros e quem se faça a transferência dos títulos, ou se os Estatutos não assegurarem, por outra forma, a transferência a pessoas capazes, nos termos da presente lei, serão as ações vendidas em bolsa, cabendo ao comprador fazer prova de sua capacidade para essa aquisição, em face da presente lei.

Art. 7º O Ministério da Aeronáutica, feita a conversão das ações a que se reporta o art. 2º, ou quando sejam nominativas as ações já existentes fará um levantamento, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da verificação da existência ou conversão das ações, para conhecer a exata

situação do montante de ações de acionistas brasileiros e de acionistas estrangeiros no capital social com direito a voto na sociedade.

§ 1º Verificado que o montante das ações dos acionistas estrangeiros excede a margem estabelecida nesta lei, o Ministério da Aeronáutica convidará a sociedade em questão a estudar e a propor um plano de ajustamento de seu capital social aos termos desta lei.

§ 2º Se o plano apresentado pela sociedade não merecer a aprovação ou não for executável ou houver falhado na sua execução, fica o Poder Executivo autorizado a promover a desapropriação ou compra, das ações excedentes (VETADO).

§ 3º As ações consideradas excedentes devem ser relacionadas proporcionalmente ao número de ações pertencentes aos acionistas estrangeiros.

§ 4º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto no sentido de autorização para a abertura de crédito que se fizer necessário a efetivação da operação.

Art. 8º Somente as empresas constituídas na forma do art. 1º desta lei, poderão receber subvenções ou favores cambiais, previstos na legislação em vigor.

Art. 9º VETADO

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 13 de julho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Gabriel Grin Moss

Oscar Pedroso Horta

Clemente Mariani

LEI Nº 3.917 — DE 14 DE JULHO  
DE 1961

TÍTULO II

Reorganiza o Ministério das Relações  
Exteriores e dá outras providências.

Do Ministério das Relações Exteriores

CAPÍTULO I

O Presidente da República

Das finalidades

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 2º — O Ministério das Relações Exteriores, sob a direção do Ministro de Estado, é o órgão político-administrativo encarregado de auxiliar a formulação e assegurar a execução da política exterior do Brasil.

TÍTULO I

Do Ministro de Estado das Relações  
Exteriores

CAPÍTULO II

Art. 1º — O Ministro de Estado das Relações Exteriores é o auxiliar do Presidente da República na direção da política exterior do Brasil.

Da Organização

Parágrafo único — O Ministro de Estado designará seus auxiliares de Gabinete dentre os funcionários do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 3º — O Ministério das Relações Exteriores tem a seguinte organização:

1. Secretaria de Estado.
2. Missões Diplomáticas.
3. Repartições Consulares.

SEÇÃO 1

*Da Secretaria de Estado das Relações Exteriores*

Art. 4º. A Secretaria de Estado é o órgão central do Ministério das Relações Exteriores e orienta, coordena e superintende as Missões Diplomáticas e Repartições Consulares.

Art. 5º. A Secretaria de Estado compreende os seguintes órgãos:

1. Secretaria-Geral de Política Exterior;
2. Departamento de Administração;
3. Departamento Consular e de Imigração;
4. Departamento de Assuntos Jurídicos;
5. Cerimonial;
6. Seção de Segurança Nacional;
7. Comissão de Coordenação;
8. Comissão de Promoções;
9. Serviço de Relações com o Congresso;
10. Serviço de Demarcação de Fronteiras.

Art. 6º. A Secretaria-Geral de Política Exterior tem por finalidade auxiliar o Ministro de Estado no planejamento e execução das atividades de natureza política, econômica, cultural e informativa do Ministério das Relações Exteriores.

§ 1º. O Secretário-Geral será indicado pelo Ministro de Estado e nomeado pelo Presidente da República dentre os Ministros de 1ª Classe.

§ 2º. O Secretário-Geral indicará ao Ministro de Estado, dentre os Ministros de 1ª e de 2ª Classe, seus Adjuntos, que serão nomeados pelo Presidente da República.

§ 3º. Os Adjuntos assessorarão o Secretário-Geral no estudo dos assuntos da competência da Secretaria-Geral e, especialmente, nos que se referirem à política interamericana, à política européia e de Organismos Internacionais, à política da Ásia,

Africa e Oceania e à política econômica.

Art. 7º. O Departamento de Administração tem por finalidade auxiliar o Ministro de Estado no planejamento e execução das atividades de natureza administrativa do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 8º. O Departamento Consular e de Imigração tem por finalidade superintender as atividades de natureza consular, bem como tratar dos assuntos relativos à política imigratória brasileira de âmbito internacional.

Art. 9º. O Departamento de Assuntos Jurídicos tem por finalidade tratar da processualística dos atos internacionais, bem como das questões judiciais e de outras de natureza jurídica, que torem suscitadas no âmbito das atribuições do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 10. A Secretaria-Geral de Política Exterior compreenderá Divisões geográficas e funcionais, a Comissão de Planejamento Político e o Departamento Cultural e de informações.

Parágrafo único. O Departamento Cultural e de Informações compreenderá Divisões funcionais.

Art. 11. O Departamento de Administração compreenderá Divisões e Serviços funcionais e o Instituto Rio Branco.

§ 1º. O Instituto Rio Branco tem por finalidade recrutar e selecionar o pessoal para a carreira de Diplomata (Vetado) do Ministério das Relações Exteriores, mediante cursos de preparação, concursos de provas (Vetado) devendo, ainda, manter cursos especiais e de aperfeiçoamento para os funcionários do Ministério e difundir, por meio de ciclo de conferências e cursos de extensão conhecimentos relativos aos problemas internacionais.

§ 2º. Caberá ao Instituto Rio Branco organizar, no mais breve prazo possível, o curso de Altos Estudos (vetado).

Art. 12. O Departamento Consular e de Imigração e o Departamento de Assuntos Jurídicos compreenderão Divisões e Serviços funcionais.

Parágrafo único. O Departamento de Assuntos Jurídicos contará com um Consultor Jurídico, nomeado em caráter efetivo pelo Presidente da República.

Art. 13. A constituição dos órgãos da Secretaria de Estado será determinada na regulamentação desta lei.

Art. 14. Os Chefes dos Departamentos da Secretaria de Estado, bem como o Diretor do Instituto Rio Branco, serão indicados pelo Secretário-Geral ao Ministro de Estado e nomeados pelo Presidente da República dentre os Ministros de 1ª Classe e Ministros de 2ª Classe e os Chefes das Divisões dentre os Ministros de 2ª Classe e Primeiros Secretários.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão de Planejamento Político será o Secretário-Geral e da mesma farão parte os Adjuntos do Secretário-Geral e o Chefe do Departamento Cultural e de Informações.

Art. 15. A Comissão de Coordenação tem por objetivo dar unidade às atividades da Secretaria de Estado.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão de Coordenação é o Secretário-Geral e da mesma farão parte os Adjuntos do Secretário-Geral e os Chefes dos Departamentos da Secretaria de Estado.

Art. 16. O Serviço de Relações com o Congresso visa a assegurar ao Congresso Nacional e a seus Membros o assessoramento que se faça necessário com relação aos assuntos pertinentes ao Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único. O Chefe de Serviço de Relações com o Congresso Nacional será indicado pelo Ministro de Estado e nomeado pelo Presidente da República, dentre os Ministros de 1ª Classe e os Ministros de 2ª Classe.

Art. 17. Cabe ao Cerimonial assegurar a observância das normas do cerimonial brasileiro e da concessão de privilégios diplomáticos.

Parágrafo único. O Chefe do Cerimonial será designado pelo Presidente da República, dentre os Ministros de Primeira e de Segunda Classe.

Art. 18. A Comissão de Promoções, presidida pelo Secretário-Geral tem por finalidade auxiliar o Ministro de Estado na aferição do merecimento dos funcionários da carreira de Diplomata (Vetado) do Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único. As promoções por merecimento na carreira de Diplomata somente poderão concorrer os incluídos no Quadro de Acesso que a Comissão de Promoções organizara anualmente.

Art. 19. A Seção de Segurança Nacional tem a finalidade estabelecida no Decreto-lei nº 9 775, de 6 de setembro de 1946.

Parágrafo único. O Chefe da Seção de Segurança Nacional será designado pelo Ministro de Estado dentre os Adjuntos do Secretário-Geral.

## SEÇÃO II

### *Das Missões Diplomáticas*

Art. 20. As Missões Diplomáticas destinam-se a assegurar a manutenção de boas relações entre o Brasil e os Estados em que se acham sediadas bem como a proteger os direitos e os interesses do Brasil e dos brasileiros.

Art. 21. As Missões Diplomáticas compreendem Embaixadas, Delegações permanentes junto a Organismos Internacionais e Legações.

Parágrafo único. As Missões Diplomáticas serão criadas por decreto do Executivo, que lhes fixará a categoria e a sede.

Art. 22. Mediante prévia aprovação do Senado Federal, os chefes das Missões Diplomáticas serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador ou de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, segundo se trate, respectivamente, de Embaixada ou de Legação.

Art. 23. Os Embaixadores serão escolhidos dentre os Ministros de 1ª Classe.

§ 1º. Poderá ser designada, excepcionalmente, para exercer a função de Embaixador pessoa estranha a carreira de Diplomata, brasileiro (Vetado) maior de 35 anos, de reconhecido mérito e com relevantes serviços prestados ao Brasil.

§ 2º (Vetado).

§ 3º. Poderão ser comissionados Ministros de 2ª Classe como Embaixadores, desde que possuam o mínimo de 20 anos de serviço na carreira, dos quais, 10 de exercício no exterior e que tenham realizado o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

§ 4º Os Ministros de 2ª Classe poderão ser nomeados pelo Presidente da República para servir em Embaixadas e Delegações, na função de Ministro Conselheiro.

§ 5º Os Primeiros, Segundos e Terceiros Secretários serão designados para servir nas Missões Diplomáticas pelo Ministro de Estado.

§ 6º Com o término do mandato do Presidente da República cessará automaticamente o exercício da Comissão de Embaixador e de Chefe de Delegação Permanente junto a Organismos Internacionais.

§ 7º Os Chefes das Missões e Delegações Permanentes junto a Organismos Internacionais terão o título, a precedência e as prerrogativas que forem fixadas no decreto da respectiva criação.

Art. 24. Os Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários serão escolhidos dentre os Ministros de 2ª Classe.

Art. 25. A juízo do Ministro de Estado das Relações Exteriores as Missões Diplomáticas poderão ser encarregadas do serviço consular aplicadas, no que couberem, as disposições referentes as Repartições Consulares.

### SEÇÃO III

#### *Das Repartições Consulares,*

Art. 26. As Repartições Consulares, além das atribuições que lhes são inerentes de acordo com o Direito

Consular e da execução de atos relativos a navegação marítima e aérea e aos transportes terrestres, tem por finalidade desempenhar encargos fiscais e notariais no exterior, servir de instrumento a penetração comercial do Brasil, estimular investimentos de capitais privados, bem como cooperar com autoridades brasileiras nos trabalhos de recrutamento e seleção de imigrantes.

Art. 27. As Repartições Consulares serão:

1. Repartições Consulares de Carreira:

a) Consulados-Gerais;

b) Consulados.

2. Consulados Privativos;

3. Consulados Honorários.

§ 1º. As Repartições Consulares serão criadas ou extintas por decreto do Executivo, que lhes fixará a categoria e a sede.

§ 2º. A jurisdição das Repartições Consulares será determinada mediante portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de acordo com a conveniência do serviço.

Art. 28. Os Chefes das Repartições Consulares de Carreira serão designados pelo Presidente da República e com o título de Cônsul-Geral ou de Cônsul, segundo se trate de Consulado-Geral ou de Consulado.

Parágrafo único. Os Cônsules-Gerais serão escolhidos dentre os Ministros de 2ª Classe; os Cônsules, dentre os Primeiros e Segundos Secretários; os Cônsules-Adjuntos dentre os Segundos Secretários, e os Vice-Cônsules, dentre os Terceiros Secretários.

Art. 29. As Repartições Consulares de Carreira serão diretamente subordinadas a Secretaria de Estado, devendo, entretanto, nos assuntos de interesse político e econômico, dar também conhecimento de suas atividades a Missão Diplomática junto ao Governo do país em que se achem situadas.

Art. 30. Os Cônsules Privativos serão nomeados, em caráter efetivo, pelo Presidente da República, dentre

brasileiros (Vetado), de comprovada idoneidade e familiarizados com o meio onde exercerão os seus cargos.

Parágrafo único. Os Consuados Privativos serão subordinados a Repartições Consulares de Carreira ou a Missões Diplomáticas.

Art. 31. Os Cônsules Honorários serão designados pelo Presidente da República dentre pessoas de comprovada idoneidade, de preferência brasileiras.

Parágrafo único. Os Consuados Honorários serão subordinados a Repartições Consulares de Carreira ou a Missões Diplomáticas, ou ainda de acordo com a conveniência do serviço e a juízo do Ministro de Estado, diretamente à Secretaria de Estado.

### TÍTULO III

*Do pessoal do Ministério das Relações Exteriores*

#### CAPÍTULO I

##### Do Pessoal Diplomático

Art. 32. No Curso de Preparação a Carreira de Diplomata ou concurso de provas para a mesma carreira, somente poderão inscrever-se brasileiros (Vetado) que contem no mínimo dezoito e no máximo trinta anos de idade e casados, se o forem com pessoas de nacionalidade brasileira.

Parágrafo único. Excepcionalmente poderão inscrever-se no Curso ou concurso brasileiros casados com pessoas de nacionalidade estrangeira mediante autorização expressa do Ministro de Estado a qual poderá ser concedida nos termos (Vetado) desta Lei.

Art. 33. A carreira de Diplomata do Quadro de Pessoal Parte Permanente do Ministério das Relações Exteriores compõe-se das seguintes classes, em ordem crescente de hierarquia funcional:

- a) Terceiro Secretário;
- b) Segundo Secretário;
- c) Primeiro Secretário;
- d) Ministro de Segunda Classe;
- e) Ministro de Primeira Classe.

§ 1º Aos Primeiros Secretários colocados na primeira metade da res-

pectiva classe e que se recomendem por bons serviços poderá o Ministro de Estado conferir o título de Conselheiro até um total equivalente a 1/4 dos componentes da referida classe.

§ 2º Será igualmente conferido o título de Conselheiro aos Primeiros Secretários designados para chefias de Divisões até o limite de 10, desde que colocados nos dois primeiros terços da classe.

§ 3º Os Conselheiros terão sua gratificação de representação acrescida de 1/10.

Art. 34. Somente depois de dois anos de efetivo exercício na Secretaria de Estado poderão os Diplomatas servir no exterior.

Art. 35. (Vetado).

§ 1º Mediante processo de iniciativa da Comissão de Promoções que correrá sob a presidência do Secretário-Geral e em que será assegurado aos interessados amplo direito de defesa, serão exonerados os que antes de terem suas nomeações confirmadas, najam revelado não possuir as qualidades necessárias ao exercício do cargo.

§ 2º Se o Diplomata no caso do parágrafo anterior, já gozar de estabilidade no serviço público, poderá ser aproveitado em função ou cargo análogo aos anteriormente exercidos.

§ 3º (Vetado).

Art. 36. Os Diplomatas só poderão casar com pessoas de nacionalidade brasileira e mediante autorização do Ministro de Estado.

§ 1º Excepcionalmente, poderão ser autorizados pelo Presidente da República a casar com pessoas de nacionalidade estrangeira.

§ 2º Com o pedido de autorização serão apresentados atestados e outros documentos que o Ministro de Estado requisitar de funcionários competentes com os esclarecimentos que lhe pareçam convenientes.

§ 3º Os Diplomatas não poderão servir no país da nacionalidade originária ou adquirida do cônjuge salvo



autorização expressa do Presidente da República.

§ 4.º (Vetado).

§ 5.º A transgressão das normas d'este artigo uma vez comprovada, acarretará na demissão do Diplomata.

Art. 37. As promoções na carreira de Diplomata serão feitas de acordo com a legislação geral e com a regulamentação desta Lei, respeitadas as seguintes disposições:

a) as promoções a Ministro de Primeira Classe obedecerão aos critérios de merecimento (Vetado);

b) decorridos cinco anos da instalação do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio-Branco só poderão ser promovidos a Ministro de Primeira Classe ou comissionados na função de Embaixador os Ministros de Segunda Classe que tiverem concluído o referido Curso;

c) as promoções a Ministro de Segunda Classe obedecerão aos critérios de merecimento e antiguidade na proporção de três vagas por merecimento e uma vaga por antiguidade (Vetado);

d) (Vetado);

e) as promoções a Primeiro Secretário obedecerão aos critérios de merecimento e antiguidade, na proporção de duas vagas por merecimento e uma por antiguidade;

f) as promoções a Segundo Secretário obedecerão aos critérios de merecimento e antiguidade na proporção de uma vaga por merecimento e uma por antiguidade;

Art. 38. A aposentadoria compulsória ou por invalidez dos Diplomatas será regulada pela legislação geral e pelo disposto nesta Lei, percebendo aquêles que estiverem nesta situação os proventos que lhes couberem na base da respectiva remuneração na Secretaria de Estado.

§ 1.º Serão aposentados compulsoriamente os Diplomatas que atingirem os seguintes limites de idade:

Ministros de Primeira Classe, 65 anos;

Ministros de Segunda Classe, 62 anos;

Primeiros Secretários, 60. anos;

Segundos Secretários, 55 anos.

§ 2.º Os proventos dos funcionários do Serviço Exterior aposentados serão reajustados sempre que houver alteração da remuneração na Secretaria de Estado.

## CAPITULO II

### *Do Pessoal em Geral*

Art. 39. O Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores terá a constituição de que tratam os anexos da presente Lei.

Parágrafo único. Além dos funcionários do seu Quadro de Pessoal, o Ministério das Relações Exteriores disporá de servidores temporários, na forma da legislação vigente.

Art. 40. Os vencimentos dos funcionários da carreira de Diplomata, dos Ministros para Assuntos Económicos e dos Consules Privativos serão os constantes do Anexo II.

Art. 41. Além dos Officiais de Chancelaria criados por esta Lei (Anexo I), poderá o Ministério das Relações Exteriores designar outros servidores administrativos que contem mais de cinco anos de efetivo exercício na Secretaria de Estado, para exercer suas funções nas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares.

Parágrafo único. O servidor administrativo designado para o exterior na forma d'este artigo receberá ajuda de custo e auxilio para transporte e perceberá os vencimentos do cargo ou função que ocupar na Secretaria de Estado e a gratificação constante da Tabela de Representação.

## TITULO IV

### *Disposições gerais e transitórias*

Art. 42. Os Chefes de serviço e de seção da Secretaria de Estado serão

designados pelo Ministro de Estado, dentre os Diplomatas e dentre o pessoal permanente do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 43. Os Auxiliares Contratados, brasileiros das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, admitidos até 30 de junho de 1960, passarão a condição de funcionários do Quadro do Ministério das Relações Exteriores, enquadrados como Oficial de Administração, Escriturário e Escrevente-Datilógrafo na forma da legislação anterior que amparou outros Auxiliares Contratados dessas mesmas Missões e Repartições.

Art. 44. Os Chefes das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares poderão admitir a título precário auxiliares locais demissíveis "ad nutum"

Parágrafo único. Para os fins deste artigo serão anualmente atribuídas importâncias globais a cada Missão Diplomática ou Repartição Consular, que submeterão à confirmação da Secretaria de Estado a relação de seus auxiliares locais.

Art. 45. Os servidores do Ministério das Relações Exteriores, desde que brasileiros, poderão optar dentro do prazo de noventa (90) dias a partir da publicação desta Lei, pelo enquadramento na série de classes de Oficial de Chancelaria, satisfazendo as seguintes exigências:

- a) Gozar de boa saúde, provada mediante inspeção médica;
- b) Inexistência em seus assentamentos de punição em processo administrativo ou de nota desabonadora do conceito funcional;
- c) Contar no mínimo dois (2) anos de efetivo exercício no serviço público;
- d) Conhecimento de idioma espanhol, inglês ou francês;
- e) Bom conceito funcional, atestado pelo Chefe imediato.

§ 1º Os servidores de outras repartições federais regularmente à disposição do Ministério das Relações

Exteriores, requisitados até 31 de dezembro de 1960, poderão também optar na forma deste artigo.

§ 2º Aceita a opção, os servidores beneficiados passarão a exercer o cargo de Oficial de Chancelaria a partir da publicação, no *Diário Oficial*, da relação nominal respectiva, considerando-se o enquadramento como transferência *ex-officio* no interesse da administração.

§ 3º Somente poderão ser providos por opção até 2/3 dos cargos de cada classe da carreira de Oficial de Chancelaria, dando-se preferência em igualdade de condições, aos servidores do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 46. (Vetado).

Art. 47. Os atuais ocupantes dos cargos de Criptógrafo do Quadro do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores são enquadrados na Série de Classes de Criptólogo criada por esta Lei na forma do Anexo I.

Art. 48. Fica transferido, com o respectivo ocupante, para o Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, o cargo de Tesoureiro-Auxiliar, Padrão CC-5, do Quadro do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 49. Os servidores do Ministério das Relações Exteriores, ex-ocupantes de funções de Paquígrafo ou já habilitados em concurso ou prova para a referida função poderão optar dentro do prazo de sessenta (60) dias, pelo enquadramento na classe de idêntica denominação criada por esta Lei.

Art. 50. Os Diplomatas em exercício no exterior terão sobre a respectiva gratificação de representação as seguintes percentagens:

— 10% (dez por cento) se forem casados ou servirem de arrimo a mãe viúva;

— 5% (cinco por cento) por filho menor ou filha solteira que viva em sua companhia ou cuja manutenção esteja a seu cargo, equiparados aqueles para este fim os enteados, tutelados e curatelados que não possuam recursos próprios.

Art. 51. (Vetado).

Art. 52. O Departamento de Administração manterá um serviço de conservação de imóveis e mobiliário, que visitará (Vetado) as nossas representações diplomáticas para anotar, arrolar, orçar e autorizar as obras e os serviços correspondentes de acôrdo com os Embaixadores e Ministros Plenipotenciários.

Art. 53. O Diretor e os professores do Instituto Rio Branco poderão ser (Vetado) funcionários aposentados da carreira consular ou diplomática.

Art. 54. Subordinar-se-ão ao Ministério das Relações Exteriores, na forma que o Poder Executivo fixará em regulamento todos os órgãos, serviços e representações federais no exterior ainda que dependentes administrativamente de outros Ministérios, exceptuadas a Delegacia do Tesouro Brasileiro no exterior e as Comissões de caráter puramente militar.

Art. 55. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1961: 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS

Afonso Arinos de Melo Franco

Clemente Mariani

*p.m.* 385/59

**ANEXO .**  
**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**QUADRO DE PESSOAL — PARTE PERMANENTE**

22

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes	Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes
1 1 3	<i>Pedreiro A-101</i> ..... ..... .....	10-C 9-B 8-A	1 1 3	<i>Pedreiro A-101</i> ..... ..... .....	10-C 9-B 8-A
5			5		
1	<i>Lustrador A-106</i> .....	8-A	1	<i>Lustrador A-106</i> .....	8-A
1			1		
1 2 3 4	<i>Encadernador A-406</i> ..... ..... ..... .....	12-D 10-C 9-B 8-A	1 2 3 4	<i>Encadernador A-406</i> ..... ..... ..... .....	12-D 10-C 9-B 8-A
10			10		

1	Impressor A-407	12-D	1	Impressor A-407	12-D
2	.....	10-C	2	.....	10-C
3	.....	9-B	3	.....	9-B
4	.....	8-A	4	.....	8-A
10			10		
1	Carpinteiro A-601	12-D	1	Carpinteiro A-601	12-D
1	.....	10-C	1	.....	10-C
3	.....	9-B	1	.....	9-B
	.....	8-A	3	.....	8-A
5			6		
1	Eletricista Instalador A-802	12-D	1	Eletricista Instalador A-802	12-D
1	.....	10-C	1	.....	10-C
2	.....	9-B	2	.....	9-B
	.....	8-A		.....	8-A
4			5		
1	Enteclador-Estojador A-903	10-B	1	Enteclador-Estojador A-903	10-B
1	.....	8-A	1	.....	8-A
2			2		
1	Bombeiro Hidráulico A-1 301	10-B	1	Bombeiro Hidráulico A-1 301	10-B
	.....	8-A	1	.....	8-A
1			2		
1	Mecânico Operador A-1 301	12-D	1	Mecânico Operador A-1 301	12-D
1	.....	10-C	1	.....	10-C
2	.....	9-B	1	.....	9-B
	.....	8-A	2	.....	8-A
4			5		

## SITUAÇÃO ANTERIOR

Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes
	<i>Mecânico de Aparelhos e Instrumentos</i> A-1.303	
—	.....	12-D
—	.....	10-C
1	.....	9-B
1	.....	8-A
2		
	<i>Mecânico de Motores a Combustão</i> A-1.305	
—	.....	12-D
—	.....	10-C
1	.....	9-B
1	.....	8-A
2		
	<i>Mecânico de Máquinas A-1.306</i>	
—	.....	12-D
1	.....	10-C
1	.....	9-B
2	.....	8-A
4		
	<i>Almoxarife AF-101</i>	
—	.....	—
—	.....	—
—		

## SITUAÇÃO NOVA

Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes
	<i>Mecânico de Aparelhos e Instrumentos</i> A-1.303	
1	.....	12-D
1	.....	10-C
1	.....	9-B
1	.....	8-A
4		
	<i>Mecânico de Motores a Combustão</i> A-1.305	
1	.....	12-D
1	.....	10-C
1	.....	9-B
1	.....	8-A
4		
	<i>Mecânico de Máquinas A-1.306</i>	
1	.....	12-D
1	.....	10-C
1	.....	9-B
2	.....	8-A
5		
	<i>Almoxarife AF-101</i>	
1	.....	16-E
2	.....	14-A
3		

<i>Assistente Comercial AF-103</i>			<i>Assistente Comercial AF-103</i>		
—	.....	16-C	1	.....	16-C
—	.....	14-B	1	.....	14-B
1	.....	12-A	1	.....	12-A
1			3		
<i>Pintor A-105</i>			<i>Pintor A-105</i>		
—	.....	10-C	1	.....	10-C
—	.....	9-B	1	.....	9-B
1	.....	8-A	1	.....	8-A
1			3		
<i>Oficial de Administração AF-201</i>			<i>Oficial de Administração AF-201</i>		
10	.....	16-C	14	.....	16-C
17	.....	14-B	24	.....	14-B
23	.....	12-A	32	.....	12-A
50			70		
<i>Escrivão AF-202</i>			<i>Escrivão AF-202</i>		
25	.....	10-B	25	.....	10-B
25	.....	8-A	25	.....	8-A
50			50		
<i>Escrevente-Datilógrafo — AF-204</i>			<i>Escrevente-Datilógrafo — AF-204</i>		
33	.....	7	50	.....	7
33			50		
<i>Taquigrafo AF-501</i>			<i>Taquigrafo AF-501</i>		
—	.....	14	40	.....	14
—			40		

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes	Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes
18 19	<i>Datilógrafo AF-503</i> ..... .....	9-B 7-A	35 35 70	<i>Datilógrafo AF-503</i> ..... .....	9-B 7-A
	(VETADO)  (VETADO)  (VETADO)			<i>Técnico de Administração AF-600</i>  (VETADO)  (VETADO)	
— — —	<i>Oficial de Chancelaria AF-603</i> ..... .....	— — —	150 150 300	<i>Oficial de Chancelaria AF-603</i> ..... .....	18-B 17-A
8 8 16	<i>Telefonista CT-214</i> ..... .....	7-B 6-A	8 8 16	<i>Telefonista CT-214</i> ..... .....	7-B 6-A
23 23 46	<i>Motorista CT-401</i> ..... .....	10-B 8-A	23 23 46	<i>Motorista CT-401</i> ..... .....	10-B 8-A



3	<i>Bibliotecário EC-101</i>	16-C
6	.....	14-B
9	.....	12-A
18		
—	<i>Auxiliar Bibliotecário EC-102</i>	7
—	.....	
17	<i>Documentarista — EC-302</i>	17-A
17	.....	
4	<i>Arquivista — EC-303</i>	11-C
7	.....	9-B
9	.....	7-A
20		
—	<i>Conservador de Museu — EC-601</i>	17-A
—	.....	
100	<i>Servente GL-104</i>	0
100	.....	
—		
—		

3	<i>Bibliotecário EC-101</i>	16-C
6	.....	14-B
9	.....	12-A
18		
16	<i>Auxiliar Bibliotecário EC-102</i>	7
16	.....	
30	<i>Documentarista — EC-302</i>	17-A
30	.....	
8	<i>Arquivista — EC-303</i>	11-C
14	.....	9-B
18	.....	7-A
40		
2	<i>Conservador de Museu — EC-601</i>	17-A
2	.....	
130	<i>Servente GL-104</i>	5
130	.....	
60	<i>Porteiro — GL-302</i>	9-A
60	.....	
<i>Observação:</i> Os cargos de Porteiro serão preenchidos mediante aproveitamento dos ocupantes de cargos da classe de Servente (GL-104-5) do Ministério das Relações Exteriores, que exercem funções de Contínuo há mais de dois anos.		

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes	Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes
30	Mensageiro — GL-305	1	30	Mensageiro — GL-305	1
30			30		
2	Técnico em Contabilidade — P-701	13-A	4	Técnico em Contabilidade — P-701	13-A
2			4		
10	Criptógrafo — P-801	12-B	8	Criptólogo — P-802	18-c
10		10-A	14		16-B
20			18		14-A
			40	Observação: Os cargos da série de classes de Criptólogos serão preenchidos pelos atuais ocupantes dos cargos de Criptógrafo do Quadro do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.	
—	Estatístico — TC-1.400	17-A	8	Estatístico — TC-1.400	17-A
—			8		
4	Atendente — P-1.703	7	4	Atendente — P-1.703	7
4			4		
	(VETADO)			(VETADO)	
	(VETADO)			(VETADO)	

— — —	Contador — TC-302	18-B 17-A	1 1 2	Contador — TC-302	18-B 17-A
	.....			.....	
	.....			.....	
— — —	Economista — TC-501	18-B 17-A	10 10 20	Economista — TC-501	18-B 17-A
	.....			.....	
	.....			.....	
2 3 5	Médico — TC-801	18-B 17-A	2 3 5	Médico — TC-801	18-B 17-A
	.....			.....	
	.....			.....	
1 — 1	Cirurgião Dentista — TC-901	18-B 17-A	1 2 3	Cirurgião Dentista — TC-901	18-B 17-A
	.....			.....	
	.....			.....	
— — —	Consultor Jurídico (VETADO)	—	1 3	Consultor Jurídico (VETADO)	2-C
	.....			.....	
	.....			.....	
— — —	(VETADO) (VETADO)			(VETADO) (VETADO)	
	.....			.....	
	.....			.....	

**ANEXO 1**  
**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
*Serviço de Demarcação de Fronteiras*

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes	Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes
— — 1 <hr/> 1	<i>Pedreiro — A 101</i> ..... ..... .....	10-c 9-B 8-A	1 1 1 <hr/> 3	<i>Pedreiro — A 101</i> ..... ..... .....	10-c 9-B 8-A
— — — 1 <hr/> 1	<i>Encadernador — A-406</i> ..... ..... ..... .....	12-D 10-c 9-B 8-A	1 1 1 1 <hr/> 4	<i>Encadernador — A-406</i> ..... ..... ..... .....	12-D 10-c 9-B 8-A
— 1 1 2 <hr/> 4	<i>Carpinteiro — A-601</i> ..... ..... ..... .....	12-D 10-c 9-B 8-A	1 1 1 1 <hr/> 4	<i>Carpinteiro — A-601</i> ..... ..... ..... .....	12-D 10-c 9-B 8-A
— — — 1 <hr/> 1	<i>Carpinteiro Naval — A-602</i> ..... ..... ..... .....	12-D 10-c 9-B 8-A	1 1 1 1 <hr/> 4	<i>Carpinteiro Naval — A-602</i> ..... ..... ..... .....	12-D 10-c 9-B 8-A

<p>— —</p>	<p><i>Almoxarife — AF 101</i></p> <p>.....</p> <p>.....</p>	<p>—</p>	<p>1 2 3</p>	<p><i>Almoxarife — AF 101</i></p> <p>.....</p> <p>.....</p>	<p>16-B 14-A</p>
	<p>(VETADO)</p> <p>(VETADO)</p>			<p>(VETADO)</p> <p>(VETADO)</p>	
<p>— — 1 1</p>	<p><i>Assistente Comercial — AF-103</i></p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>.....</p>	<p>16-C 14-B 12-A</p>	<p>1 1 1 3</p>	<p><i>Assistente Comercial — AF-103</i></p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>.....</p>	<p>16-C 14-B 12-A</p>
<p>2 5 7 14</p>	<p><i>Oficial de Administração — AF-201</i></p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>.....</p>	<p>16-C 14-B 12-A</p>	<p>2 5 7 14</p>	<p><i>Oficial de Administração — AF-201</i></p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>.....</p>	<p>16-C 14-B 12-A</p>
<p>2 2 4</p>	<p><i>Escriturário — AF-202</i></p> <p>.....</p> <p>.....</p>	<p>10-B 8-A</p>	<p>2 2 4</p>	<p><i>Escriturário — AF-202</i></p> <p>.....</p> <p>.....</p>	<p>10-B 8-A</p>

## SITUAÇÃO ANTERIOR

Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes
7	<i>Escrivente-Datilógrafo — AF-204</i>	7
7	.....	
3	<i>Telegrafista — CT-207</i>	16-C
5	.....	14-B
7	.....	12-A
15		
1	<i>Mestre Arrais — CT-301</i>	12
1	.....	
9	<i>Condutor-Motorista — CT-303</i>	12
9	.....	
5	<i>Motorista — CT-401</i>	10-B
6	.....	8-A
11		

## SITUAÇÃO NOVA

Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes
7	<i>Escrivente-Datilógrafo — AF-204</i>	7
7	.....	
3	<i>Telegrafista — CT-207</i>	16-C
5	.....	14-B
7	.....	12-A
15		
1	<i>Mestre Arrais — CT-301</i>	12
1	.....	
9	<i>Condutor-Motorista — CT-303</i>	12
9	.....	
5	<i>Motorista — CT-401</i>	10-B
6	.....	8-A
11		

<i>Documentarista — EC-302</i>		
2	.....	17
<i>Zelador — GL-101</i>		
1	.....	8-B 7-A
1	.....	
<i>Trabalhador — GL-402</i>		
42	.....	1
<i>Cine-Técnico — P-501</i>		
—	.....	16-C 14-B
—	.....	
<i>Técnico de Contabilidade — P-701</i>		
1	.....	13-A
<i>Desenhista — P-1.001</i>		
2	.....	16-C 14-B 12-A
2	.....	
4	.....	
<i>Agrimensor — P-1.203</i>		
1	.....	15-B 13-A
1	.....	
2	.....	

<i>Documentarista — EC-302</i>		
2	.....	17
<i>Zelador — GL-101</i>		
1	.....	8-B 7-A
1	.....	
2	.....	
<i>Trabalhador — GL-402</i>		
42	.....	1
<i>Cine-Técnico — P-501</i>		
1	.....	16-C 14-B
1	.....	
<i>Técnico de Contabilidade — P-701</i>		
1	.....	13-A
<i>Desenhista — P-1.001</i>		
1	.....	16-C 14-B 12-A
1	.....	
2	.....	
4	.....	
<i>Agrimensor — P-1.203</i>		
1	.....	15-B 13-A
1	.....	
2	.....	

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes	Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes
1	Auxiliar de Engenheiro Astrônomo	—	4	Auxiliar de Engenheiro Astrônomo	
1	.....	—		(VETADO)	
	.....			(VETADO)	
3	Auxiliar de Medição — E-1.206	6	3	Auxiliar de Medição — E-1.206	6
	.....			.....	
1	Atendente — P-1.703	7	1	Atendente — P-1.703	7
	.....			.....	
6	Enfermeiro Auxiliar — P-1.706	8	6	Enfermeiro Auxiliar — P-1.706	8
	.....			.....	



<i>Técnico de Tele-Comunicações</i> — P-2.002			<i>Técnico de Tele-Comunicações</i> — P-2.002		
—	.....	13-B	1	.....	13-B
1	.....	12-A	1	.....	12-A
1			2		
<i>Astrônomo — TC-201</i>			<i>Astrônomo — TC-201</i>		
2	.....	18-B	2	.....	18-B
2	.....	17-A	2	.....	17-A
4			4		
<i>Farmacêutico — TC-701</i>			<i>Farmacêutico — TC-701</i>		
—	.....	18-B	1	.....	18-B
1	.....	17-A	1	.....	17-A
1			2		
<i>Médico — TC-801</i>			<i>Médico — TC-801</i>		
—	.....	18-B	2	.....	18-B
1	.....	17-A	2	.....	17-A
1			4		

**ANEXO I**  
**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**QUADRO DE PESSOAL — PARTE SUPLEMENTAR**

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes	Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Nível e Classes
35 61 80 <hr/> 176	Oficial de Administração — AF-201 ..... ..... .....	16-C 14-B 12-A	35 61 80 <hr/> 176	Oficial de Administração — AF-201 ..... ..... .....	16-C 14-B 12-A
23 23 <hr/> 46	Escriturário — AF-202 ..... .....	10-B 8-A	23 23 <hr/> 46	Escriturário — AF-202 ..... .....	10-B 8-A
3 <hr/> 3	Correntista — AF-203 .....	7	3 <hr/> 3	Correntista — AF-203 .....	7

Escrevente-Datilógrafo — AF-204		Escrevente-Datilógrafo — AF-204	
14	7	14	7
14		14	
Redator — EC-305		Redator — EC-305	
1	18-C	1	18-C
2	17-B	2	17-B
3	16-A	3	16-A
6		6	
Chefe de Portaria — GL-301		Chefe de Portaria — GL-301	
30	13	30	13
30		30	
		<p>Observação — Os cargos de Chefe de Portaria serão providos pelos antigos Auxiliares de Portaria Padrão J, e referências 26, 27 e 28, bem como pelos outros servidores que gozaram de situação pessoal equiparada a Auxiliar de Portaria, Padrão J, conforme relação constante do enquadramento provisório dos servidores do Ministério das Relações Exteriores, publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29-11-60.</p>	
Fotógrafo — P-502		Fotógrafo — P-502	
—	13-C	1	13-C
—	11-B	1	11-B
1	9-A	1	9-A
1		3	

**ANEXO II**  
**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

**QUADRO DE PESSOAL — PARTE PERMANENTE**

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Classes	Número de Cargos	DENOMINAÇÃO E CÓDIGO	Símbolo ou Nível
46 64 105 120 130	Diplomata ..... Diplomata ..... Diplomata ..... Diplomata ..... Diplomata .....	O N M L K	55 82 140 150 165	<i>Diplomatas</i> Ministro de Primeira Classe ..... Ministro de Segunda Classe ..... Primeiro Secretário ..... Segundo Secretário ..... Terceiro Secretário .....	2-c 4-c 18 17 16
465			592		
6 6	Ministro para Assuntos Económicos .. Ministro para Assuntos Económicos ..	O N	6	Ministro para Assuntos Económicos .. (VETADO)	2-c
12			14		
				<i>Observação</i> — Os cargos isolados de de Ministro para Assuntos Económicos serão providos em caráter efetivo e de acôrdo com a legislação que lhes é própria.	
21 21	Cônsul Privativo .....	M	21 21	Cônsul Privativo .....	18

LEI Nº 3.917 — DE 14 DE JULHO DE 1961

*Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961 (que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências).*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal e do art. 3º, item III, do Ato Adicional, os seguintes dispositivos da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961:

"Art. 37. ....

a) .....  
e antiguidade na proporção de quatro vagas por merecimento e uma por antiguidade, devendo, no primeiro caso, o candidato contar, pelo menos, vinte anos de serviço na carreira, dos quais dez prestados no exterior.

c) .....  
devendo, no primeiro caso, o candidato contar, pelo menos, quinze anos de serviço na carreira, a metade dos quais prestados no exterior".

ANEXO I

40

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Número de cargos	Denominação e Código	Nível e classes	Número de cargos	Denominação e Código	Nível e classes
—	..... <i>Consultor Jurídico</i>	— CR\$ 30.000,00	— 2 — 3	..... <i>Consultor Jurídico</i> .....	— 4-c
			1 — 1	<i>Diretor de Museu Diplomático</i> .....	3-c
—	<i>Consultor Técnico do Patrimônio</i> .....	—	1 — 1	<i>Consultor Técnico do Patrimônio</i> .....	3-c
— 2	..... <i>Secretário de Divisão de Fronteiras</i> .....	— —	— 2	..... <i>Secretário de Divisão de Fronteiras</i> .....	— 18

—	.....	—	—	.....	—
			—	<i>Auxiliar de Engenheiro Astrônomo</i>	
			—	.....	15-B
			—	.....	14-A

# ANEXO II

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Número de cargos	Denominação e Código	Nível e classes	Número de cargos	Denominação e Código	Nível e classes
—	.....	—	—	.....	—
			8	<i>Ministro para Assuntos Econômicos</i>	
			14	.....	4-c

Brasília, 28 de setembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

San Tiago Dantas.

## LEI Nº 3.918 — DE 19 DE JULHO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.450.000.000,00, destinado ao financiamento da execução do Programa de Obras Rodoviárias.*  
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o crédito especial de Cr\$ 4.450.000.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas com a conclusão de ligações rodoviárias, segundo a seguinte discriminação:

a — Ligação Brasília-Acre integrada por trechos da BR 19/GO, BR. 31/GO, MT e BR 29/MT, RD, AC (dois bilhões de cruzeiros) .....	2.000.000.000,00
b — Ligação Brasília-Belo Horizonte; (seiscentos milhões de cruzeiros) .....	600.000.000,00
c — Ligação São Paulo-Curitaba; (oitocentos milhões de cruzeiros) BR. 2, no traçado .....	800.000.000,00
d — Ligação Caxias do Sul-Vacaria; (cinquenta milhões de cruzeiros) BR. 2/RS .....	50.000.000,00
e — Ligação São Paulo-Belo Horizonte; (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) BR. 55 .....	150.000.000,00
f — Ligação Porto Velho-Manaus-Boa Vista; (trezentos milhões de cruzeiros) .....	300.000.000,00
g — Ligação Porto Alegre-Pelotas; (cem milhões de cruzeiros) .....	100.000.000,00
h — Ligação Erechim-Estrela; (cinquenta milhões de cruzeiros) BR. 14 .....	50.000.000,00
i — Ligação Porto Alegre-Alegrete; (duzentos milhões de cruzeiros) BR. 37 .....	200.000.000,00
j — Ligação Joinville-Itajaí-Mampituba; (cem milhões de cruzeiros) BR. 59 .....	100.000.000,00
l — Ligação Lajes-Joaçaba; (cem milhões de cruzeiros) BR. 36 .....	100.000.000,00

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de julho de 1961; 140ª da Independência e 73ª da República.

JÂNIO QUADROS

Clóvis Pestana

Clemente Mariani

## LEI Nº 3.919 — DE 19 DE JULHO DE 1961

*Concede pensão especial de Cr\$ 40.000,00 mensais a D. Haydée Lago Bittencourt, viúva do Senador Lúcio Bittencourt.*  
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — É concedida, a partir da vigência desta lei, a pensão mensal de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) a D. Haydée Lago Bittencourt, viúva do Senador Lúcio Bittencourt.

Proj. 2304/60



Art. 2º — O pagamento da pensão correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de julho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Clemente Mariani

proj. 2344/60

LEI N.º 3.920 — DE 25  
DE JULHO DE 1961

*Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamentos telefônicos a serem importados pela Telefônica Manhuaçu S.A., em Minas Gerais.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como de taxas de armazenagem para o desembarço alfandegário dos equipamentos telefônicos constantes da licença n.º DC-58-4369-4410, emitida pela Carteira do Comércio Exterior a serem importados pela Telefônica Manhuaçu S. A.

Art. 2.º — O favor de que trata o artigo anterior não abrange o material com similar nacional nem a taxa de Previdência.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 25 de julho de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS

Clemente Mariani

Clovis Pestana

proj. 221/59

LEI N.º 3.921 — DE 25  
DE JULHO DE 1961

*Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento telefônico a ser importado pela Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru Ltda.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento telefônico, constante da licença n.º 58-4323-4424, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru Ltda.

Art. 2.º — O favor de que trata o artigo anterior não abrange o material com similar nacional.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 25 de julho de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS

Clemente Mariani

Clovis Pestana

proj. 308/59

LEI N.º 3.922 — DE 25  
DE JULHO DE 1961

*Retifica, sem ônus, a Lei n.º 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1960.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' feita, sem ônus, a seguinte retificação na Lei n.º 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1960:

Subanexo 4.13 — Ministério da Educação e Cultura:

20 — Diretoria do Ensino Superior  
Verba 3.0.00

Consignação 3.1.00

Subconsignação 3.1.17 — Acordos

2) Cooperação financeira com as seguintes instituições de ensino superior ou de alto padrão, para prosseguimento de obras, equipamentos ou pesquisas científicas:

25) São Paulo

Onde se lê:

1) Faculdade de Filosofia e Ciências Naturais de Rio Claro.

Leia-se:

1) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Rio Claro.

Art. 2º — Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei vigorará a partir de 1.º de janeiro de 1960.

Brasília, em 25 de julho de 1961;  
140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS

Oscar Pedrosa Horta

Sylvio Heck

Odylio Denys

Afonso Arinos de Mello Franco

Clemente Mariani

Clovis Pestana

Romero Costa

Brigido Tinoco

Castro Neves

Gabriel Grün Moss

Cattete Pinheiro

Arthur Bernardes Filho

João Agripino

LEI Nº 3.923 — DE 26 DE JULHO DE 1961

Institui o "Dia do Trabalhador nas Minas de Carvão"

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o "Dia do Trabalhador nas Minas de Carvão", que será celebrado no dia 4 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. A Comissão Executiva do Plano Nacional do Carvão (VETADO) organizará anualmente o programa das festividades para esse dia.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Oscar Pedrosa Horta

Castro Neves

João Agripino

LEI Nº 3.924 — DE 26 DE JULHO DE 1961

Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que nêles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporados, na forma do art. 152 da mesma Constituição.

Art. 2º Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que repre-

sentem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, esteiras e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.

b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;

c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;

d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

Art. 3º São proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, biribigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas b, c e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas.

Art. 4º Toda a pessoa, natural ou jurídica que, na data da publicação desta lei, já estiver procedendo, para fins econômicos ou outros, à exploração de jazidas arqueológicas ou pré-históricas, deverá comunicar à Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional, dentro de sessenta (60) dias, sob pena de multa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 50.000,00 (dez mil a cinquenta mil cruzeiros), o exercício dessa atividade, para efeito de exame, registro, fiscalização e salvaguarda do interesse da ciência.

Art. 5º Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2º desta lei, será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acordo com o disposto nas leis penais.

Art. 6º As jazidas conhecidas como sambaquis, manifestadas ao governo da União, por intermédio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o art. 4º e registradas na forma do artigo 27 desta lei, terão precedência para estudo e eventual aproveitamento, em conformidade com o Código de Minas.

Art. 7º As jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza, não manifestadas e registradas na forma dos arts. 4º e 6º desta lei, são consideradas, para todos os efeitos bens patrimoniais da União.

## CAPÍTULO II

### *Das escavações arqueológicas realizadas por particulares*

Art. 8º O direito de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do Governo da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo.

Art. 9º O pedido de permissão deve ser dirigido à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, acompanhado de indicação exata do local, do vulto e da duração aproximada dos trabalhos a serem executados, da prova de idoneidade técnico-científica e financeira do requerente e do nome do responsável pela realização dos trabalhos.

Parágrafo único. Estando em condomínio a área em que se localiza a jazida, somente poderá requerer a permissão o administrador ou cabecel, eleito na forma do Código Civil.

Art. 10. A permissão terá por título uma portaria do Ministro de Educação e Cultura, que será transcrita em livro próprio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e na qual ficarão estabelecidas as condições a serem observadas ao desenvolvimento das escavações e estudos.

Art. 11. Desde que as escavações e estudos devam ser realizados em terreno que não pertença ao requerente, deverá ser anexado ao seu pedido o consentimento escrito do proprietário do terreno ou de quem esteja em uso e gozo desse direito.

§ 1º As escavações devem ser necessariamente executadas sob a orientação do permissionário, que responderá, civil, penal, e administrativamente, pelos prejuízos que causar ao Patrimônio Nacional ou a terceiros.

§ 2º As escavações devem ser realizadas de acordo com as condições estipuladas no instrumento de permissão, não podendo o responsável, sob nenhum pretexto, impedir a inspeção dos trabalhos por delegado especialmente designado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando for julgado conveniente.

§ 3º O permissionário fica obrigado a informar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, trimestralmente, sobre o andamento das escavações, salvo a ocorrência de fato excepcional, cuja notificação deverá ser feita imediatamente, para as providências cabíveis.

Art. 12. O Ministro da Educação e Cultura poderá cassar a permissão concedida, uma vez que:

a) não sejam cumpridas as prescrições da presente lei e do instrumento de concessão da licença;

b) sejam suspensos os trabalhos de campo por prazo superior a doze (12) meses, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado;

c) no caso de não cumprimento do § 3º do artigo anterior.

Parágrafo único. Em qualquer dos casos acima enumerados, o permissionário não terá direito à indenização alguma pelas despesas que tiver efetuado.

### CAPÍTULO III

#### *Das escavações arqueológicas realizadas por instituições científicas especializadas da União dos Estados e dos Municípios*

Art. 13. A União, bem como os Estados e Municípios mediante autorização federal, poderão proceder a escavações e pesquisas, no interesse da arqueologia e da pré-história em terrenos de propriedade particular, com exceção das áreas muradas que envolvem construções domiciliares.

Parágrafo único. A falta de acordo amigável com o proprietário da área onde situar-se a jazida, será esta declarada de utilidade pública e autorizada a sua ocupação pelo período necessário à execução dos estudos, nos termos do art. 36 do Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941.

Art. 14. No caso de ocupação temporária do terreno, para realização de escavações nas jazidas declaradas de utilidade pública, deverá ser lavrado um auto, antes do início dos estudos, no qual se descreva o aspecto exato do local.

§ 1º Terminados os estudos, o local deverá ser restabelecido, sempre que possível, na sua feição primitiva.

§ 2º Em caso de escavações produzirem a destruição de um relevo qualquer, essa obrigação só terá cabimento quando se comprovar que, desse aspecto particular do terreno, resultavam incontestáveis vantagens para o proprietário.

Art. 15. Em casos especiais e em face do significado arqueológico excepcional das jazidas, poderá ser promovida a desapropriação do imóvel, ou parte dele, por utilidade pública, com fundamento no art. 5º, alíneas K e L do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 16. Nenhum órgão da administração federal, dos Estados ou dos Municípios, mesmo no caso do art. 28 desta lei, poderá realizar escavações arqueológicas ou pré-históricas, sem prévia comunicação à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para fins de registro no cadastro de jazidas arqueológicas.

Parágrafo único. Dessa comunicação deve constar, obrigatoriamente, o local, o tipo ou a designação da jazida, o nome do especialista encarregado das escavações, os indícios que determinaram a escolha do local e, posteriormente, uma súmula dos resultados obtidos e do destino do material coletado.

### CAPÍTULO IV

#### *Das descobertas fortuitas*

Art. 17. A posse e a salvaguarda dos bens de natureza arqueológica ou pré-histórica constituem, em princípio, direito imanente ao Estado.

Art. 18. A descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, deverá ser imediatamente comunicada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aos órgãos oficiais autorizados, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido.

Parágrafo único. O proprietário ou ocupante do imóvel onde se tiver verificado o achado, é responsável pela conservação provisória da coisa descoberta, ate pronunciamento e deliberação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 19. A infringência da obrigação imposta no artigo anterior implicará na apreensão sumária do achado, sem prejuizo da responsabilidade do inventor pelos danos que vier a causar ao Patrimônio Nacional, sem decorréncia da omissão.

## CAPÍTULO V

### *Da remessa, para o exterior, de objetos de interesse arqueológico ou pré-histórico, histórico, numismático ou artistico*

Art. 20. Nenhum objeto que apresente interesse arqueológico ou pré-histórico, numismático ou artistico podera ser transferido para o exterior, sem licença expressa da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, constante de uma "guia" de liberação na qual serão devidamente especificados os objetos a serem transferidos.

Art. 21. A inobservância da prescrição do artigo anterior implicará na apreensão sumária do objeto a ser transferido, sem prejuizo das demais cominações legais a que estiver sujeito o responsável.

Parágrafo único. O objeto apreendido, razão dêste artigo, será entregue à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

## CAPÍTULO VI

### *Disposições Gerais*

Art. 22. O aproveitamento econômico das jazidas, objeto desta lei, poderá ser realizado na forma e nas condições prescritas pelo Código de Minas, uma vez concluida a sua exploração científica, mediante parecer favorável da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou do orgao oficial autorizado.

Parágrafo único. De tôdas as jazidas será preservada sempre que possível ou conveniente, uma parte significativa, a ser protegida pelos meios convenientes, como blocos testemunhos.

Art. 23. O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas encaminhará à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional qualquer pedido de cientista estrangeiro, para realizar escavações arqueológicas ou pre-históricas, no pais.

Art. 24. Nenhuma autorização de pesquisa ou de lavra para jazidas de calcareo de concha, que possua as características de monumentos arqueológicos ou pré-históricos, poderá ser concedida sem audiência prévia da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 25. A realização de escavações arqueológicas ou pré-históricas, com infringência de qualquer dos dispositivos desta lei, dará lugar à multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), sem prejuizo de sumária apreensão e conseqüente perda, para o Patrimônio Nacional, de todo o material e equipamento existentes no local.

Art. 26. Para melhor execução da presente lei, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá solicitar a colaboração de órgãos federais, estaduais, municipais, bem como de instituições que tenham, entre os seus objetivos específicos, o estudo e a defesa dos monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Art. 27. A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional manterá um Cadastro dos monumentos arqueológicos do Brasil, no qual serão registradas todas as jazidas manifestadas, de acordo com o disposto nesta lei, bem como das que se tornarem conhecidas por qualquer via.

Art. 28. As atribuições conferidas ao Ministério da Educação e Cultura, para o cumprimento desta lei, poderão ser delegadas a qualquer unidade da Federação, que disponha de serviços técnico-administrativos especialmente organizados para a guarda, preservação e estudo das jazidas arqueológicas e pré-históricas, bem como de recursos suficientes para o custeio e bom andamento dos trabalhos.

Parágrafo único. No caso deste artigo, o produto das multas aplicadas e apreensões de material legalmente feitas, reverterá em benefício do serviço estadual organizado para a preservação e estudo desses monumentos.

Art. 29. Aos infratores desta lei serão aplicadas as sanções dos artigos 163 a 167 do Código Penal, conforme o caso, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 30. O Poder Executivo baixará, no prazo de 180 dias, a partir da vigência desta lei, a regulamentação que for julgada necessária à sua fiel execução.

Art. 31. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de julho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Brigido Tinoco

Oscar Pedroso Horta

Clemente Mariani

João Agripino.

LEI Nº 3.925 — DE 26 DE JULHO DE 1961

*Fixa vencimentos para funcionários e serventuários da Justiça de 1ª Instância do Distrito Federal, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os vencimentos dos funcionários e serventuários da Justiça de 1ª Instância do Distrito Federal, pagos pela União, são os constantes da Tabela anexa.

Parágrafo único. Os vencimentos de que trata este artigo são devidos desde a data do exercício do funcionário ou serventuário no respectivo cargo.

Art. 2º Aplicam-se aos funcionários e serventuários de que trata esta lei as disposições da Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960.

Art. 3º As despesas resultantes desta lei correrão à conta da verba 1.1.00 do subanexo 0506 — Justiça do Distrito Federal — do Orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-la até o limite de Cr\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de cruzeiros).

Art. 4º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para atender ao pagamento de vencimentos devidos ao pessoal de que trata a presente lei no exercício de 1960.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de julho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Oscar Pedroso Horta

Rec. 2 798/61

Tabela a que se refere o artigo 1º

Número de cargos	Cargos	Nível	Ref. base	Razão horizontal
2	Escrivão das varas criminais	18	36.000,00	1.450,00
12	Escrevente juramentado ..	16	30.000,00	1.150,00
16	Oficial de Justiça .....	14	25.000,00	900,00
25	Escrevente Auxiliar .....	12	21.000,00	800,00
10	Mensageiro ...	10	18.000,00	700,00

LEI Nº 3.926 — DE 26 DE JULHO DE 1961

*Concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida isenção do imposto de importação, do imposto de consumo, da taxa de Despacho Aduaneiro, das taxas de Melhoramento de Portos e de Renovação de Marinha Mercante, de emolumentos consulares, de taxas de armazenagens e capatazias, para os donativos até o limite de 15.000 (quinze mil) toneladas anuais, constituídos de gêneros alimentícios, roupas usadas e medicamentos remetidos, até 1965, inclusive, pela Catholic Relief Services — National Catholic Welfare Conference (Conferência dos Bispos Norte-Americanos) à Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil, para sua distribuição gratuita através de obras de assistência social.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de julho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Clemente Mariani

Rec. 194/59

LEI Nº 3.927 — DE 26 DE JULHO DE 1961

*Isenta da incidência do imposto de consumo o sulfato cúprico destinado à agricultura.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica isento da incidência do imposto de consumo o sulfato cúprico.

Art. 2º — A disposição do artigo anterior vigorará sem prejuízo da-

quelas já constantes da alínea 21, inciso IX, do artigo 8º do Decreto nº 45.422, de 12-2-1959.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de julho de 1961; 140ª da Independência e 73ª da República.

JÂNIO QUADROS

Clemente Mariani

Romero Costa

LEI Nº 3.928 — DE 26 DE  
JULHO de 1961

*Eleva a contribuição financeira estabelecida pela Lei nº 3.039, de 20 de dezembro de 1956, que concede contribuição financeira às empresas de transporte aéreo, que explorem linhas dentro do País para fins de reaparelhamento de material de vôo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — A contribuição financeira anual de Cr\$ 450 000 000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros), estabelecida pela Lei nº 3.039, de 20 de dezembro de 1956, para o reequipamento das empresas nacionais de transporte aéreo, fica elevada para Cr\$ 725 000 000,00 (setecentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros) referente ao ano de 1958.

Art. 2º A contribuição financeira anual de Cr\$ 450 000 000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros), referente a 1959 e 1960, fica elevada para Cr\$ 1.150 000 000,00 (um bilhão e cento e cinquenta milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. Fica igualmente elevada para Cr\$ 1.150 000 000,00 (um bilhão e cento e cinquenta milhões de cruzeiros) a contribuição financeira de 1961.

Art. 3º O pagamento atual da diferença resultante da aplicação dos artigos anteriores, e só cabíveis às empresas abrangidas pela referida Lei nº 3.039, obedecerá aos seus critérios de rateio e sistema geral, como também à proporcionalidade entre os va-

lores constantes dos seus artigos 1º e parágrafo primeiro, 6º e 8º, aplicada aos dos aumentos decorrentes desta Lei.

Art. 4º Para cumprimento desta lei, fica autorizado o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.375.000.000,00 (dois bilhões e trezentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 275.000.000,00 (duzentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros) relativos à diferença de contribuição financeira de 1958 e Cr\$ 2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões de cruzeiros) referentes aos anos de 1959, 1960 e 1961, a razão de Cr\$ 700 000 000,00 (setecentos milhões de cruzeiros) para cada ano.

Art. 5º As empresas nacionais de transporte aéreo, para o efeito de recebimento das importâncias de que trata esta lei, deverão comprovar o reequipamento a que alude o art. 5º do Decreto nº 42.218, de 3 de setembro de 1957.

Parágrafo único. As empresas nacionais de transporte aéreo prestarão, anualmente, contas relativas à aplicação das contribuições financeiras constantes da presente lei, obedecendo as normas estabelecidas pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 6º As empresas nacionais de transporte aéreo, para o efeito de recebimento da contribuição financeira relativa a 1961, deverão fazer prova de sua direção exclusivamente brasileira e de 80% (oitenta por cento), pelo menos, do capital social, representado por ações com direito a voto, pertencentes a brasileiros.

Art. 7º Fica concedido às empresas de taxis aéreos, enquadradas nos termos do artigo 8º da Lei nº 3.039, de 20 de dezembro de 1956, o mesmo tratamento cambial dispensado às empresas aéreas.

Parágrafo único. — (VETADO).

Art. 8º — (VETADO).

Art. 9º O pagamento das subvenções e contribuições concedidas pela presente lei fica subordinado à quitação mensal do recolhimento, pela empresa beneficiada, das cotas e contribuições da previdência social em geral, bem como a do Imposto de Renda.

Art. 10. (VETADO).

Art. 11. A contribuição financeira anual a que se referem o art. 3º e



parágrafo único da Lei nº 3 039, de 20 de dezembro de 1956, fica elevada para Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. A mesma contribuição referida neste artigo e devida nos anos de 1958, 1959, 1960 e 1961 fica elevada para Cr\$ 30 000 000,00 (trinta milhões de cruzeiros), relativamente a cada um desses anos.

Art. 12. O pagamento atual da diferença resultante da aplicação do art. 11 e seu parágrafo único será rateado entre as empresas existentes a 31 de outubro de 1956, abrangidas pelo art. 8º e parágrafo único da Lei nº 3 039, na base proporcional dos quilômetros voados pelas diversas empresas beneficiadas.

Art. 13. As empresas de táxis aéreos gozarão dos mesmos favores e benefícios concedidos às empresas concessionárias de linhas aéreas regulares, no que diz respeito à importação de aeronaves, motores, hélices e equipamento de voo em geral, adquiridos com os recursos providos da contribuição financeira de que trata a presente lei.

Parágrafo único. Quando a contribuição financeira total não permitir a cobertura do custo de uma aeronave, poderá a empresa beneficiária complementá-la com recursos próprios, dando-se a essa complementação idêntico tratamento cambial ao disposto neste artigo.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de julho de 1961; 140ª da Independência e 73ª da República.

JÂNIO QUADROS

Gabriel Grün Moss

Clemente Mariani

LEI Nº 3 928 — DE 26 DE  
JULHO DE 1961

Parte mantida pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 3.928, de 26 de julho de 1961.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos tér-

mos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal e do art. 3º, item III, do Ato Adicional, os seguintes dispositivos da Lei nº 3.928, de 26 de julho de 1961:

“Art. 10 — A subvenção prevista nesta lei só será paga, anualmente, após a apresentação do plano de reequipamento da empresa para o ano seguinte e após a aprovação das contas relativas à aplicação da subvenção do ano anterior”.

Brasília, 29 de setembro de 1961; 140ª da Independência e 73ª da República.

JOÃO GOUART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Clóvis M. Travassos

LEI Nº 3.929 — DE 31 DE  
JULHO DE 1961

Prorroga, até 31 de dezembro de 1961, o prazo a que se refere a Lei número 3.892, de 28 de abril de 1961 (COFAP).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' prorrogado, até 31 de dezembro de 1961, o prazo a que se referem os artigos 1º da Lei nº 3.892, de 28 de abril de 1961, e nº 11 da Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960, revigorante da Lei nº 1.522, de 26 de dezembro de 1951, alterada pelas leis, números 3 084, de 29 de dezembro de 1956; 3.344, de 14 de dezembro de 1957; 3.415, de 30 de junho de 1958; e 3.590, de 22 de julho de 1959.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 31 de julho de 1961; 140ª da Independência e 73ª da República.

JÂNIO QUADROS

Castro Neves

Arthur Bernardes Filho

## LEI Nº 3.930 — DE 1 DE AGOSTO DE 1961

*Dispõe sobre a situação e o aproveitamento dos atuais empregados e servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos, requisitados, que vem prestando serviços à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) e dá outras providências.*

O Vice-Presidente do Senado Federal promulga, de conformidade com o art. 70º, § 4º, da Constituição federal, a seguinte lei, resultante de projeto vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional.

Art. 1º Os empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), que tenham sido admitidos até 12 de setembro de 1960 são considerados estáveis e só poderão ser demitidos de acordo com as normas estabelecidas pelos arts. 492 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º Os servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos, atualmente requisitados ou que estiverem a disposição da NOVACAP, poderão optar, no prazo de 90 (noventa) dias, pela situação em que se encontram nesta Companhia e pelos benefícios desta lei, desde que satisfaçam as condições estabelecidas no artigo anterior.

Art. 3º Em qualquer tempo que a NOVACAP venha a ser extinta o pessoal a que se referem os artigos anteriores deverá ser incluído nos quadros de funcionários da Administração Pública, com lotação em Brasília, em funções compatíveis com as atribuições exercidas naquela Companhia, respeitados os níveis de vencimentos ou salários então percebidos.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 31 de julho de 1961; 140º da Independência e 73º da República. — Auro Moura Andrade, Vice-Presidente do Senado Federal.

*Rec. 2.290/60*

## LEI Nº 3.931 — DE 3 DE AGOSTO DE 1961

*Concede isenção de direitos de importação e outros tributos para mercadorias doadas pela "Church World Service" (C.W.S.) dos Estados Unidos da América e Norte à Confederação Evangélica do Brasil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação, do imposto de consumo, da taxa de Despacho Aduaneiro, das taxas de Melhoramento de Portos e de Renovação da Marinha Mercante, de emolumentos consulares, de taxas de armazenagens e capatazias para os donativos até o limite de quinze mil (15.000) toneladas anuais, constituídos de gêneros ali-

mentos, roupas usadas e medicamentos remetidos, até 1965, inclusive pela Church World Service e Lutheran World Relief Inc. (L. W. R.) dos Estados Unidos, Lutheran World Relief, Inc., do Canadá, Hilfswerk — Ehere Mission, da Alemanha Ocidental, Lutherhjälpen e Vastkustens Eftterkrigshjälp, da Suécia e Kirkens Nodhjälp, da Noruega, à Confederação Evangélica do Brasil, para sua distribuição gratuita através de obras de assistência social.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de agosto de 1961, 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Clemente Mariani

Clóvis Pestana

Castro Neves

*Rec. 3.499/57*

LEI Nº 3.932 — DE 3 DE AGOSTO DE 1961

*Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para as mercadorias doadas pela War Relief Service (N. C. W. C.) dos Estados Unidos da América do Norte à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para duas mil toneladas de leite em pó, cem toneladas de manteiga, cinquenta toneladas de queijo e cento e vinte e cinco toneladas de azeite à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela War Relief Service (N. C. W. C.) dos Estados Unidos da América do Norte.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de agosto de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS

Clemente Mariani  
Castro Neves

Rec. 4.897/54

LEI Nº 3.933 — DE 4 DE AGOSTO DE 1961

*Concede anistia às instituições caritativas quanto ao recolhimento de contribuições atrasadas aos Institutos de Previdência.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo nos termos do Art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º As instituições assistenciais a que se refere a Lei n.º 3.577, de 4 de julho de 1959, ficam isentas do recolhimento das contribuições de que sejam devedoras, na qualidade de empregadoras, até a data da entrada em vigor da referida lei.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 4 de agosto de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS  
Castro Neves

Rec. 649/59

LEI Nº 3.934 — DE 7 DE AGOSTO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a construção do Hospital São Domingos, da Escola de Enfermagem Frei Eugênio, de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), pelo Ministério da Saúde, para auxílio à construção do Hospital São Domingos da Escola de Enfermagem Frei Eugênio, de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. O auxílio de que trata este artigo será entregue à Diretoria da Escola de Enfermagem Frei Eugênio, de Uberaba, para os fins previstos nesta lei.

Art. 2.º A direção da Escola de Enfermagem Frei Eugênio, de Uberaba, Estado de Minas Gerais, deverá remeter ao Ministério da Saúde o plano de aplicação e os comprovantes devidamente autenticados das despesas efetuadas por conta deste crédito especial.

Art. 3.º Após o pronunciamento do Ministério sobre a prestação de contas a que se refere o artigo anterior, submetê-lo-á à apreciação definitiva do Tribunal de Contas.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de agosto de 1961, 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS.

Hamilton Prisco Paraiso.

Cattete Pinheiro.

Rec. 247/59

LEI N.º 3.935 — DE 9 DE AGOSTO  
DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 754.000.000,00, para atender a despesas com a realização do VII Recenseamento Geral de 1960, e dá outras providências.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ..... Cr\$ 754.000.000,00 (setecentos e cinquenta quatro milhões de cruzeiros) para atender a despesas de quaisquer natureza com a realização do VII Recenseamento Geral de 1960, compreendendo distribuição e coleta de questionários, codificação e apuração e administração do Serviço Nacional de Recenseamento.

Parágrafo Único. O crédito previsto neste artigo será distribuído proporcionalmente às despesas censitárias em cada unidade federativa.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de agosto de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS.

Hamilton Prisco Paraíso.

Oscar Pedroso Horta.

LEI N.º 3.936 — DE 9 DE AGOSTO  
DE 1961

*Concede pensão mensal de Cr\$ ..... 30.000,00 a D. Anita Koblitz Bayma, viúva do ex-Senador Antônio Alexandre Bayma.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica concedida uma pensão mensal de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) a D. Anita Koblitz Bayma, viúva do ex-Senador Antônio Alexan-

dre Bayma, enquanto a mesma não contrair novas núpcias.

Art. 2.º O Tesouro Nacional providenciará a abertura do crédito necessário ao cumprimento desta lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Brasília, em 9 de agosto de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS.

Hamilton Prisco Paraíso.

LEI N.º 3.937 — DE 9 DE AGOSTO  
DE 1961

*Modifica o art. 24 do Decreto-lei número 960, de 17 de dezembro de 1938, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, em todo o território nacional.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 24 do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1938, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 24 — A ação deve ser julgada pelo juiz que tiver iniciado a sua instrução em audiência.

Parágrafo único. No caso de impedimento legal do juiz da causa, poderá o substituto determinar outras diligências para formar sua convicção e marcar nova audiência a realizar-se no prazo de dez dias”.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação aplicando-se aos processos em curso, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de agosto de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS.

Oscar Pedroso Horta.

Hamilton Prisco Paraíso.

LEI N.º 3.938 — DE 9 DE AGOSTO  
DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Brasília o crédito especial de ..... Cr\$ 200.000,00, para pagamento de gratificações especiais ao Presidente, Juizes e Procuradores do Tribunal Regional Eleitoral, assim como ao Juiz e Escrivão Eleitoral de Brasília.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Brasília, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para ocorrer ao pagamento das gratificações especiais que firmam jus, durante o ano de 1960, o Presidente, os Juizes e o Procurador do Tribunal Regional Eleitoral, assim como o Juiz e o Escrivão Eleitoral de Brasília.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de agosto de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS.

Hamilton Prisco Paraiso.

Oscar Pedroso Horta.

LEI N.º 3.939 — DE 9 DE AGOSTO  
DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Brasília o crédito especial de ..... Cr\$ 23.000.000,00, destinado a ocorrer às despesas com a instalação do mesmo Tribunal.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Brasília, o crédito especial de Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros), destinado

a ocorrer às despesas de qualquer natureza com a instalação do mesmo Tribunal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de agosto de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS

Hamilton Prisco Paraiso.

Oscar Pedroso Horta.

LEI N.º 3.940 — DE 9 DE AGOSTO  
DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000,00, para atender a despesas de qualquer natureza com a mudança de dependências do referido Ministério para Brasília.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de ..... Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para atender a despesas de qualquer natureza com a mudança de órgãos do referido Ministério para Brasília, inclusive as decorrentes de obras e aquisições que se fizerem necessárias ao mesmo fim.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de agosto de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JÂNIO QUADROS

Hamilton Prisco Paraiso

Sylvio Heck

LEI N.º 3.941 — DE 18 DE AGOSTO  
DE 1961

*Retifica, sem aumento de despesa, a Lei nº 3.834, de 10-12-60, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1961.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São feitas as seguintes re-  
tificações na Lei nº 3.834, de 10 de  
dezembro de 1960:

Anexo 4 — Poder Executivo  
Subanexo 4.13 — Ministério da  
Agricultura

07.04.02 — Divisão de Orça-  
mento (Encargos Gerais)  
Subc. 2.1.01 — Auxílios

### 3) Entidades Autárquicas.

Onde se lê: 4) Estabelecimento Ru-  
ral do Papajós (Art. 8º da Lei nú-  
mero 2.613, de 23-9-55). Leia-se:  
4) Estabelecimento Rural do Papa-  
jós (Art. 8º da Lei nº 3.431, de 18-7  
de 1958).

Subc. 2.1.02 — Subvenções  
Ordinárias

Onde se lê: 1- Para aplicação nos  
termos do art. 2º da Lei nº 2.655, de  
26 de novembro de 1955. Leia-se:  
1) Para aplicação nos termos do  
art. 2º da Lei nº 2.656, de 26 de no-  
vembro de 1955.

Subc. 2.1.03 — Subvenções  
Extraordinárias

Onde se lê: 1) ... (§ 2º do artigo  
4º da Lei nº 1.493, de 13-12-55) con-  
forme discriminação do adendo b.  
Leia-se: 1) ... (§ 2º do art. 4º da  
Lei nº 1.493, de 13-12-51) conforme  
discriminação do adendo b.

09.05 — Universidade Rural  
*Tabelas discriminativas*

Consiguação 1 6 00 — Encargos  
diversos

Consig. — Total da Verba 1.0.00  
Unidades — 1.6 13 — Total da  
Consig. — Total da Verba 1.0.00  
Onde se lê:

Escola Agrotécnica Ildelfonso Simões  
Lopes — 1.600.000 — 1.670.000 — ..  
26.491.372.

Serviço Escolar — 6.000.000 — ....  
31.730.000 — 64.518.140.  
Leia-se:

Escola Agrotécnica Ildelfonso Simões  
Lopes — 2.500.000 — 2.570.000 — ..  
26.391.472.

Serviço Escolar — 5.100.000 — ....  
30.830.000 — 63.618.140.

Despesas Ordinárias — Verba  
2.0.00 — Transferências  
Unidades — Total das Despesas  
Ordinárias

Onde se lê:

Escola Agrotécnica Ildelfonso Simões  
Lopes — 25.491.472.

Serviço Escolar — 65.408.140.  
Leia-se:

Escola Agrotécnica Ildelfonso Simões  
Lopes — 26.391.472.

Serviço Escolar — 64.508.140.  
Despesas de Capital — Verba  
4.0.00 — Investimentos  
Unidades — Total Geral

Onde se lê:

Escola Agrotécnica Ildelfonso SI-  
mões Lopes — 37.691.472.

Serviço Escolar — 75.692.140.  
Total — 170.582.612.

Leia-se:

Escola Agrotécnica Ildelfonso Simões  
Lopes — 38.591.472.

Serviço Escolar — 75.482.140.  
Total: — 171.272.612..

### 10 — Departamento Nacional da Pro- dução Animal

*Tabelas discriminativas*

Consiguação 1.1.00 — Pessoal  
Civil

Unidades — Total da Consig.

Onde se lê:

Divisão de Defesa Sanitária Animal  
— 105.450.400.

Instituto de Zootécnica — .....  
50.545.420.

Leia-se:

Divisão de Defesa Sanitário Animal  
— 105.450.400.

Instituto de Zootecnia — .....  
49.545.420.

Consiguação 1.5.00 — Serviços  
de Terceiros  
Unidade

Onde se lê:

Instituto de Biologia Animal  
Instituto de Biologia Animal

Leia-se:

Instituto de Biologia Animal  
Instituto de Zootecnia

Consiguação 1 6 00 — Encargos  
Diversos

Unidades — 1.6 23 — Total da Consig.  
— Total da Verba 1.0 00 — Total  
das Despesas Ordinárias

Onde se lê:

Divisão de Caça e Pesca — .....  
20.250 000 — 20.650.000 — 71.533.600  
— 71 533 600.

Divisão de Defesa Sanitária Animal  
— 20 000 000 — 170.360.400 — .....  
170.360.400.

Divisão de Defesa Sanitária Animal  
— 40 100 000 — 232.406.970 — .....  
232.406.970.

Instituto de Zootecnia — — 100.000  
— 70 977 916 — 70 977.916.  
Total — 23.250 000 — 86.910.000

— 717 212 248 — 717 212.248.

Leia-se:

Divisão de Caça e Pesca — 4.250.000  
— 4 650 000 — 55 533 600 — 55 533.600  
Divisão de Defesa Sanitária Animal  
— 20 000 000 — 171.360.400 — .....  
171.360.400.

Divisão de Fomento da Produção  
Animal — 16 000 000 — 56.100.000 —  
248.406.970 — 248.406.970.

Instituto de Zootecnia — 100.000 —  
59.977.916 — 69.977.916 — 69.977.916.

Total — 23.250 000 — 86.910.000 —  
717.212.248 — 717.212.248.

Leia-se:

Divisão de Caça e Pesca — 4.250.000  
— 4 650 000 — 55 533 600 — 55 533.600.  
Divisão de Defesa Sanitária Animal  
— 20 000 000 — 171.360.400 — .....  
171.360.400.

Divisão de Fomento da Produção  
Animal — 16 000 000 — 56.100.000 —  
248.406.970 — 248.406.970.

Instituto de Zootecnia — 100.000 —  
69.977.916 — 69.977.916.

Total — 23.250 000 — 86.910.000 —  
717.212.248 — 717.212.248.

Consiguação 3.1 00 — Serviços em Re-  
gime Especial de Financiamento  
Unidades — 3.1 03 — Total da Con-  
signação — Total da Verba 3.0 00

Onde se lê:

Divisão de Caça e Pesca — .....  
102.700.000 — 111.700.000 — 111.700.000

Divisão de Defesa Sanitária Animal  
— 7 000 000 — 230.600.000 — .....  
230.600.000.

Divisão de Fomento da Produção  
Animal — 695.002.000 — 751.902.000  
— 751.902.000.

Divisão de Inspeção de Produtos de  
Origem Animal — 32.800.000 — .....  
32.800.000 — 32.800.000.

Instituto de Biologia Animal —  
37.500.000 — 37.500.000

Instituto de Zootecnia — 94.700.000  
— 94.700.000 — 94.700.000.

Leia-se:

Divisão de Caça e Pesca — 173.602.000  
— 182.602.000.

Divisão de Defesa Sanitária Animal  
— 10.200.000 — 233.800.000 — .....  
233.800.000.

Divisão de Fomento da Produção  
Animal — 553.300.000 — 609.300.000  
— 609.300.000.

Divisão de Inspeção de Produtos de  
Origem Animal — 75.800.000 — .....  
75.800.000 — 75.800.000.

Instituto de Biologia Animal — ....  
3.000.000 — 40.500.000 — 40.500.000.

Instituto de Zootecnia — 117.200.000  
— 117.200.000 — 117.200.000.

Consiguação 4.1 00 — Obras

Unidades — 4.1 03 — Total da  
Consiguação

Onde se lê:

Diretoria Geral — 450.000.  
Instituto de Biologia Animal — ...  
12.500.000 — 13.100.000.

Leia-se:

Diretoria Geral — 7.500.000 — ....  
7.950.000.

Instituto de Biologia Animal — ...  
5.000.000 — 5.600.000.

Consiguação 4.2 00 — Equipamentos e  
Instalações

Unidades — Total da Verba 4.0 00 —  
Total das Despesas de Capital —  
Total Geral.

Onde se lê:

Diretoria Geral — 600.000 — 600.000  
— 9.925.850.

Divisão de Caça e Pesca — .....  
127.300.000 — 239.000.000 — 310.533.600.

Divisão de Defesa Sanitária Ani-  
mal — 16.000.000 — 246.600.000 —  
416.960.400.

Divisão de Fomento da Produção  
Animal — 15.800.000 — 767.702.200 —  
1.000.108.970.

Divisão de Inspeção de Produtos de  
Origem Animal — 8.750.000 — ....  
41.550.000 — 173.720.604.

Instituto de Biologia Animal —  
15.700.000 — 53.200.000 — 83.638.908.

Instituto de Zootecnia — 22.000.000  
— 116.700.000 — 187.667.916.

Leia-se:

Diretoria Geral — 8.100.000. —  
8.100.000 — 17.425.850.

Divisão de Caça e Pesca — .....  
127.300.000 — 309.902.000 — .....  
365.435.600.

Divisão de Defesa Sanitária Animal — 16 000.000 — 249.880.000 — 421 160.400.

Divisão de Fomento da Produção Animal — 15 800.000 — 625.100.000 — 873 506.970.

Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal 8.750.000 — 84.550.000 — 216 720.604.

Instituto de Biologia Animal — 2.200 000 — 48 700 000 — 79.138 908

Instituto de Zootecnia — 22.000.000 — 139.209 000 — 209 177.916.

## II — Departamento Nacional de Produção Mineral

Sub. 3.1.06 — Irrigação e Energia Hidráulica

Onde se lê:

15) Minas Gerais

Leia-se:

14) Minas Gerais

1) Prosseguimento e conclusão das seguintes obras:

75) Aquisição de um conjunto destinado à hidrelétrica do município de Presidente Bernardes.

Onde se lê:

3.000 000 — 337.460.000.

Leia-se:

3.000 000 — 343.460.000.

### Tabelas Discriminativas

Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento Unidades — 3.1.06 — Total da Consignação 3.1.00 — Total da Verba 3.0.00

Onde se lê:

Divisão de Aguas — 2.246.500.000 — 2 246 500 000 — 2.246.500.000.

Divisão de Fomento da Produção Mineral — 329.000 000 — ..... 329 000 000.

Laboratório da Produção — ..... 4.200 000 — 4.200.000.

Leia-se:

Divisão de Aguas — 2.208.500.000 — 2 208 500 000 — 2.208.500.000.

Divisão de Fomento da Produção Mineral — 8.500 000 — 337.500 000 — 29 500 000 — 33.700.000 — 33.700 000.

Consignação 4.2 00 — Equipamentos e Instalações

Unidades — Total das Despesas de Capital — Total Geral

Onde se lê:

Divisão de Aguas — 2.269.640.000 — 2 405 926.888.

Divisão de Fomento da Produção Mineral — 332.950 000 — 372.353.848.

Laboratório da Produção — ..... 6.200 000 — 40 842 558.

Total — 2.405.926.888 — ..... 2.914.265.358.

Leia-se:

Divisão de Aguas — 2.231.640.000 — 2 367.926 888.

Divisão de Fomento da Produção Mineral — 341.450.000 — 380.853 848.

Laboratório da Produção Mineral — 35.700.000 — 70.342.558.

Total 2 639.040.000 — ..... 2.914.265.358.

## 12 — Departamento Nacional da Produção Vegetal.

Verba 3.0 00.

Consignação 3.1.00.

Subconsignação 2.1.02 — Defesa Sanitária Animal e Vegetal — Combate às doenças e pragas da lavoura.

Onde se lê:

5) Outras despesas na compra de materiais e transporte para combate das doenças e pragas da lavoura —

Leia-se:

5) Outras despesas com o combate das doenças e pragas da lavoura — 90.969.959.

## 12 — Departamento Nacional da Produção Vegetal

Subc. 3.1 03 — Desenvolvimento da Produção

17) Para fomento da produção vegetal nos seguintes Estados e Municípios.

25) Santa Catarina.

Onde se lê:

1) Posto de Fruticultura em São Joaquim — 500.000.

Leia-se:

1) Posto de Fruticultura em São Joaquim — 1.000.000.

### Tabelas Discriminativas

Consignação 1.6 00 — Encargos Diversos

Unidades — 1.6.05 — 1.6.14 — 1.6.23



Onde se lê:

Divisão de Defesa Sanitária Vegetal — 10.000.000 — — — —

Divisão de Fomento da Produção Vegetal — 10.000.000 — 2.000.000 — 348.750.500.

Total — 20.000.000 — 2.000.000 — 348.750.500.

Leia-se:

Divisão de Defesa Sanitária Vegetal — 18.000.000 — — — —

Divisão de Fomento da Produção Vegetal — 10.000.000 — 12.000.000 — 350.750.500.

Total — 28.000.000 — 12.000.000 — 350.750.500.

Consignação 1.6.00 — Encargos

Diversos

Unidades — Total da Consignação 1.6.00 — Total da Verba 1.0.00 —

Tot. das Despesas Ordinárias.

Onde se lê:

Divisão de Defesa Sanitária Vegetal — 10.060.000 — 114.990.100 — 114.990.100.

Divisão de Fomento da Produção Vegetal — 372.900.500 — 804.072.188 — 804.072.188.

Total — 384.010.500 — 925.068.548 — 925.068.548.

Leia-se:

Divisão de Defesa Sanitária Vegetal — 18.060.000 — 122.990.100 — 122.990.100.

Divisão de Fomento da Produção Vegetal — 374.900.500 — 806.072.188 — 806.072.188.

Total — 384.010.500 — 925.068.548 — 925.068.548.

Consignação 3.1.00 — Serviços em regime especial de financiamento

Unidades — 3.1.02 — 3.1.03 — Total da consignação 3.1.00 — Total da Verba 3.0.00

Onde se lê:

Divisão de Defesa Sanitária Vegetal — 174.500.000 — — — — 198.100.000 — 198.100.000.

Divisão de Fomento da Produção Vegetal — — — — 720.900.000 — .... 840.800.000 — 840.800.000.

Leia-se:

Divisão de Defesa Sanitária Vegetal — 174.100.000 — 4.500.000 — ..... 202.200.000 — 202.200.000.

Divisão de Fomento da Produção Vegetal — 400.000 — 716.400.000 — 836.700.000 — 836.700.000.

Despesas de capital — Verba 4.0.00 — Investimentos

Unidades — Total das Despesas de Capital — Total Geral

Onde se lê:

Divisão de Defesa Sanitária Vegetal — 213.100.000 — 328.090.100.

Divisão de Fomento da Produção Vegetal — 833.850.000 — 1.657.852.188.

Leia-se:

Divisão de Defesa Sanitária Vegetal — 217.200.000 — 332.190.100.

Divisão de Fomento da Produção Vegetal — 849.700.000 — 1.653.772.188

Adendo B — Subvenções Extraordinárias

27 — Sergipe.

Onde se lê:

Associação Rural de Buquim — 200.000.

Associação Rural de Estância — 200.000.

Associação Rural de Itaporanga d'Ajuda — 200.000.

Associação Rural de Riachão do Dantas — 200.000.

Leia-se:

Associação Rural de Buquim — 165.000.

Associação Rural de Estância — 165.000.

Associação Rural de Itaporanga d'Ajuda — 165.000.

Associação Rural de Riachão do Dantas — 155.000.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 18 de agosto de 1961; 149º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Oscar Pedrosa Horta

Syldio Heck

Odílio Denys

Afonso Arinos de Mello Franco

Hamilton Prisco Paraíso

Clóvis Pestana

Romero Costa

Brigido Tinoco

Castro Neves

Gabriel Grun Moss

Cattete Pinheiro

Octávio Augusto Dias Carneiro

João Agripino

Perp  
27/9/61

LEI Nº 3.942 — DE 21 DE AGOSTO  
DE 1961

*Facilita as hipotecas até Cr\$ .....  
100.000,00 (cem mil cruzeiros).*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 3º do Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933 (Lei da Usura), o seguinte:

Parágrafo único — Quando se tratar de empréstimo até Cr\$ ... 100.000,00 (cem mil cruzeiros) e com garantia hipotecária, as multas ou cláusulas penais convencionadas reputam-se estabelecidas para atender, apenas, a honorários de advogados, sendo as despesas judiciais pagas de acordo com a conta feita nos autos da ação judicial para cobrança da respectiva obrigação.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 21 de agosto de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Oscar Pedroso Horta

Clemente Mariani

*Pref.  
313/59*

LEI Nº 3.943 — DE 22  
DE AGOSTO DE 1961

*Isenta da taxa de 5 % prevista no art. 66, da Lei n.º 3.244, de 14 de agosto de 1957, materiais importados pela sociedade civil "Pioneiras Sociais", com sede no Distrito Federal.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a isenção da taxa de 5 % (cinco por cento) prevista no artigo 66, da Lei n.º 3.244, de 14 de agosto de 1957, para o material hospitalar e cirúrgico, hospitalis-volantes e outros materiais importados pela sociedade civil "Pioneiras Sociais", destinados às suas obras assistenciais.

Art. 2º A isenção a que se refere o artigo anterior é extensiva aos materiais e hospitais-volantes já desembaraçados mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de agosto de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Clemente Mariani

Oscar Pedroso Horta

*Pref.  
3991/58*

LEI Nº 3.944 — DE 23 DE AGOSTO DE 1961

*Modifica o artigo 330, da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951 — Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Art. 330 da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951 — Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares — passa a ter a seguinte redação:

"Art. 330 — Ao oficial, aspirante a oficial, guarda-marinha, subtenente, suboficial, sargento, cabo e taifeiro da ativa, da reserva remunerada ou reformado, é permitido consignar em folha de pagamento a importância necessária à indenização de compromissos assumidos com as instituições designadas no art. 334, para os fins previstos na alínea b do inciso I e nas a, b, c, e d do inciso III do art. 327, deste Código".

Parágrafo único — Os cabos e taifeiros da ativa só poderão gozar dessa faculdade depois de mais de 6 (seis) anos de serviço.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de agosto de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS  
Sylvio Heck  
Odílio Denys  
Gabriel Grun Moss  
Clemente Mariani

*Proj. 766/55*

LEI Nº 3.945 — DE 29 DE  
AGOSTO DE 1961

*Concede isenção dos impostos de importação, exceto a taxa de despacho aduaneiro, para equipamento importado por indústrias I.B. Saboá S.A., de Manaus, Amazonas, destinado à instalação de uma fábrica de compensados e laminados de madeira.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação, excetuada a taxa de despacho aduaneiro, para o equipamento constante da licença nº DG-2929-6929, emitida pela Carteira de Comércio Exterior importado por indústrias I. B. Saboá S.A. de Manaus, Amazonas e destinado à instalação de uma fábrica de compensados e laminados de madeira.

Art. 2º O favor concedido não abrange material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

RANIERI MAZZILLI  
Clemente Mariani

*Proj. 1477/60*

LEI Nº 3.946 — DE 1º DE  
SETEMBRO DE 1961

*ISENTA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO EQUIPAMENTO TELEFÔNICO EM FAVOR DA CIA. TELEFÔNICA DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e consumo, reservada a taxa de despacho aduaneiro, para o equipamento constante da licença nº DG-58-4.362-4.403, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, importado pela Companhia Telefônica de Campo Grande.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 1º de setembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

RANIERI MAZZILLI  
Clemente Mariani.  
Hélio Cruz de Oliveira.

*Proj. 2095/60*

LEI Nº 3.947 — DE 1º DE  
SETEMBRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, destinado à conclusão das obras do Parque de Exposição de Concórdia, no Estado de Santa Catarina, para a II Exposição Nacional de Suínos, realizada em 1960.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), através do Ministério da Agricultura, destinado a indenizar a Prefeitura Municipal de Concórdia, no Estado de Santa Catarina, pelos gastos feitos com a construção do Parque da II Exposição Nacional de Suínos, realizada em abril de 1960.

Art. 2.º O crédito de que trata esta lei será automaticamente resgistrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil S. A., à disposição do Prefeito Municipal de Concórdia, para pagamento, mediante prévia comprovação dos gastos realizados até o montante do crédito, junto à Divisão do Orçamento do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 1.º de setembro de 1961;  
140.º da Independência e 73.º da República.

RANIERI MAZZILLI.

Clemente Mariani.

Ricardo Grenhalgh Barreto Filho.

LEI Nº 3.948 — DE 1.º DE SETEMBRO  
DE 1961

*Organiza o Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República — Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Distrito Federal é o constante da Tabela anexa.

Art. 2.º Os cargos de carreira serão providos mediante concurso público de provas, organizado pelo próprio Tribunal.

Art. 3.º O Procurador-Geral do Tribunal será nomeado pelo Prefeito do Distrito Federal, atendidos os requisitos do art. 30 da Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949.

Art. 4.º Para as primeiras promoções e até que se complete a movimentação das carreiras do Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, fica dispensado o interstício de que trata a legislação federal em vigor.

Art. 5.º O Procurador Adjunto do Tribunal, em número de um, e os Auditores, em número de dois, serão nomeados pelo Prefeito, dentre Bacharéis ou Doutores em Direito, aprovados em concurso de provas, obedecida a ordem de classificação:

§ 1.º O concurso, a que se refere este artigo, se processará, no que for aplicável, de acordo com as normas legais que regulam a investidura do cargo de Auditor do Tribunal de Contas da União.

§ 2.º O Procurador-Adjunto e os Auditores terão vencimentos iguais aos de idênticos cargos do Tribunal de Contas da União.

Art. 6.º — Os membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e os servidores de sua Secretaria são segurados obrigatórios do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — IPASE — com as mesmas obrigações e direitos estabelecidos para os da União, de acordo com o disposto nos Decretos-Leis ns 2.365, de 12 de dezembro de 1940; 3.347, de 12 de junho de 1941, art. 1.º e 8.450, de 26 de dezembro de 1945 e demais legislação aplicável.

Art. 7.º Os valores dos símbolos e níveis de vencimentos do pessoal da Secretaria do Tribunal são os constantes da Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 1.º de setembro de 1961;  
140.º da Independência e 73.º da República.

RANIERI MAZZILLI

José Martins Rodrigues

José de Segadas Vianna

*Prof. 24/13/60*

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quadro da Pessoal da Secretaria

Número de Cargos	Natureza do Cargo	Símbolo ou Nível
<i>Cargos isolados de provimento em comissão</i>		
1	Diretor-Geral da Secretaria .....	3 — c
1	Chefe de Gabinete .....	4 — c
2	Chefe de Serviço .....	4 — c
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
1	Almoxarife .....	16
1	Bibliotecário .....	13
2	Auxiliar de Portaria .....	10
5	Servente .....	8
<i>Cargos de Carreira</i>		
2	Oficial Instrutivo .....	17
3	Oficial Instrutivo .....	16
5	Oficial Instrutivo .....	15
1	Contador .....	18
2	Contador .....	17
1	Documentarista .....	16
1	Documentarista .....	15
3	Datilógrafo .....	12
6	Datilógrafo .....	11
2	Assistente-Técnico .....	13
3	Assistente-Técnico .....	17
1	Taquigrafo .....	17
2	Taquigrafo .....	16
<i>Funções Gratificadas</i>		
2	Chefe de Seção .....	7 — e
1	Tesoureiro .....	7 — F
1	Chefe de Portaria .....	9 — F
6	Secretário .....	8 — F

Obs.: A gratificação do funcionário será igual à diferença entre o vencimento do seu cargo efetivo e o valor do símbolo fixado para a função.

LEI Nº 3.949 — DE 2 DE SETEMBRO  
DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 630.000.000,00, destinado a atender ao pagamento de sentenças judiciais.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ ..... 630.000.000,00 (seiscentos e trinta milhões de cruzeiros), destinado ao reforço da seguinte dotação do Orçamento vigente (Lei nº 3.834, de 19 de dezembro de 1960):

Verba 1.0.00 — Custeio — Consignação 1.6.00.

Encargos Diversos — Subconsignação 1.6.06.

Sentenças Judiciais — 5.02 — Tribunal Federal de Recursos — Cr\$ 530.000.000.00.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 2 de setembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

RANIERI MAZZILLI

José Martins Rodrigues  
Clemente Mariani

*Proj. 3134/61*

LEI Nº 3.950 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), para custear a construção da linha de transmissão da Central Elétrica de Três Marias para as cidades de Pirapora e Montes Claros, no Estado de Minas Gerais.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), para custear a construção da linha de transmissão da Central Elétrica de Três Marias para as cidades de Pirapora e Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, com estação abaixadora em Várzea do Palma.

Art. 2º A importância referida no artigo anterior será aplicada em partes iguais, nos exercícios de 1961 e 1962.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 2 de setembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

RANIERI MAZZILLI

José Martins Rodrigues  
Clemente Mariani

*Proj. 2160/60*

LEI Nº 3.951 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1961

*Discõe sobre transferência da pensão dos veteranos da revolução acreana e dá outras providências.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A pensão dos veteranos da revolução acreana, instituída pela lei nº 380, de 10 de setembro de 1948, é transferível, por morte do beneficiário, à sua viúva, e desta à filha ou filhas solteiras, desde que se comprove a continuidade de estado civil, invalidez, incapacidade, ou falta de meios de subsistência.

Parágrafo único. O disposto no artigo anterior não abrange a percepção de pensões atrasadas.

Art. 2º A despesa resultante correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Justiça, na parte destinada aos pensionistas pagos pela Administração do Território do Acre.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

RANIERI MAZZILLI

José Martins Rodrigues  
Clemente Mariani

*Proj. 3106/60*

LEI Nº 3.952 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1961.

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 950.000.000,00, para atender a despesas decorrentes da execução da Lei nº 3.765, de 4 de de 1960.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento das dividas de pensões militares, previstas na Lei n.º 3.765, de 4 de maio de 1960, a cargo dos Ministérios competentes.

Parágrafo único. O processamento e o pagamento das despesas de que trata este artigo independem de requerimento dos interessados.

Art 2.º Do referido crédito, será destacada a parcela de ..... Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) destinada a ocorrer ao pagamento da gratificação pela prestação de serviços extraordinários, com base no art. 145 item III, e na forma do estipulado no art. 150, item I, da Lei 1.711, de 28 de outubro de 1952, aos servidores designados para procederem ao estudo e preparo dos processos de pensão militar.

Art 3.º O crédito especial de que trata o art. 1.º desta lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília em 2 de setembro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

RANIERI MAZZILLI

Sylvio Heck

Odílio Denis

Clemente Mariani

Gabriel Grün Moss.

*Proj. 2.432/60*

LEI Nº 3.953 -- DE 2 DE SETEMBRO DE 1961

*Assegura aos Tálheiros da Marinha e da Aeronáutica  
acesso até a graduação de suboficial.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurado aos tálheiros da Marinha e da Aeronáutica o acesso até a graduação de suboficial, com vencimentos e vantagens relativas à referida graduação.

§ 1º A seleção, habilitação, aperfeiçoamento e acesso, serão efetuados de acordo com a regulamentação existente para os demais quadros, respeitadas as condições inerentes à especialidade.

§ 2º Os atuais tálheiros da Aeronáutica estão isentos do curso de especialização, ficando obrigados, todavia, ao preenchimento dos demais requisitos previstos no parágrafo anterior.

Art. 2º O Poder Executivo, por intermédio dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica, regulamentará, dentro do prazo de 90 (noventa) dias a presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 2 de setembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

RANIERI MAZZILLI

Sylvio Heck

Gabriel Grün Moss

*Proj. 2.113/60*

LEI Nº 3.954 — DE 11 DE  
SETEMBRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, créditos especiais de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzetiros), destinados à Sociedade de São Vicente de Paula, de Bagé, Rio Grande do Sul, e ao Conselho Central das Sociedades de S. Vicente de Paula, de Fortaleza, Ceará.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de Cr\$ .... 2.000.000,00 (dois milhões de cruzetiros), destinado à Sociedade de São Vicente de Paula, de Bagé, Rio Grande do Sul, para a conclusão das obras da Vila Vicentina e também o de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzetiros) para o Conselho Central das Sociedades de S. Vicente de Paula, de Fortaleza, Ceará, para a conclusão da Vila Frederico Ozanam.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1961;  
140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walter Moreira Salles.

LEI Nº 3.955 — DE 11 DE  
SETEMBRO DE 1961

*Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, executada a taxa de despacho aduaneiro, para um altar-mór doado pela Senhora Curgie Assad Abdalla, à Catedral Ortodoxa da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida isenção dos impostos de importação e de consu-

mo, executada a taxa de despacho aduaneiro, para um altar-mór doado pela Senhora Curgie Assad Abdalla, viúva do Comendador Assad Abdalla, à Catedral Ortodoxa da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo único — Fica, igualmente, dispensada, em relação aos componentes desse altar-mór, a apresentação, à autoridade aduaneira no porto de descarga, da fatura comercial ou quaisquer outros documentos normalmente exigidos para importação regular com objetivo de comércio.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1961;  
140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walter Moreira Salles.

LEI Nº 3.956 — DE 11 DE  
SETEMBRO DE 1961

*Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamentos telefônicos a serem importados pelas Cias. Telefônica de Rio Preto, Telefônica de Piracicaba S. A., Empresa Telefônica Paulista, Cia. Telefônica Borda do Campo, Telefônica de Limeira S. A., Estº de São Paulo, e Sociedade Telefônica do Paraná, Estado do Paraná.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para os equipamentos telefônicos a serem importados pelas Companhias Telefônica Rio Preto (licenças nºs D. G. 58-4.361-4.403, ..... D. G. 58-4.365-4.406 e ..... D. G. 58-4.366-4.407), Telefônica Piracicaba S. A. (licença nº ..... D. G. 58-6.465-6.552), Empresa Telefônica Paulista (licença nº ..... D. G. 58-4.367-4.408), Companhia Telefônica da Borda do Campo (licença nº D. G. 58-11.348-13.721), e Sociedade Telefônica do Paraná S. A. (licença nº .....



D. G. 58-4.372-4.413), destinadas ao serviço urbano das cidades de São José do Rio Preto, Piracicaba, Presidente Prudente, Santo André, no Estado de São Paulo e Maringá, no Estado do Paraná.

Parágrafo único. A isenção prevista neste artigo não se estende à Taxa de Despacho Aduaneiro.

Art. 2º. É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo e das demais taxas aduaneiras, exceto a de Previdência Social, à importação de um conjunto telefônico automático, constante da licença nº D. G. 58-47.663-46.895, emitida pela CACEX, destinada à telefônica de Limeira S. A., na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

Art. 3º. Os favores de que trata o artigo anterior não abrangem o material com similar nacional.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1961;  
140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walther Moreira Salles.

Virgílio Távora.

LEI Nº 3.957 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 5.000.000,00, para equipamento da Clínica Ortopédica do Hospital Escola São Francisco de Assis.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado à aquisição de equipamento e instrumental ortopédico para a clínica ortopédica da Faculdade Nacional de Medicina, da Universidade do Brasil, no Hospital Escola São Francisco de Assis.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 12 de setembro de 1961,  
140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walther Moreira Salles.

Antônio de Oliveira Brito.

LEI Nº 3.958 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1961

*Incorpora à Universidade do Paraná a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná e dá outras providências*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É incorporada à Universidade do Paraná, da qual passa a constituir unidade integrante, com a denominação de Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade do Paraná, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, a que se refere a Lei nº 1.055, de 16 de janeiro de 1950.

Art. 2º São transferidos, com os respectivos ocupantes, dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura para os de idêntica denominação do Ministério da Educação e Cultura, os seguintes cargos, criados pela Lei nº 2.366, de 7 de dezembro de 1954, para a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná:

Quadro Permanente:

37 — Professor Catedrático, padrão O;

3 — Professor, padrão K;

- 1 — Oficial Administrativo, classe J;
  - 1 — Almoxarife, classe H;
  - 1 — Escrivão, classe F;
  - 1 — Escrivão classe E;
  - 1 — Dactilógrafo, classe E.
- Quadro Suplementar:
- 1 — Continuo, classe F.

Art. 3º São suprimidos do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura 1 cargo em comissão de Diretor, padrão CC-5, e 1 função gratificada de Secretário, símbolo FG-6, igualmente criados pela Lei nº 2.366, de 1954 para a Escola, a que se refere o artigo anterior.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, com os respectivos ocupantes, para a Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas da Universidade do Paraná, as funções criadas pelo Decreto nº 38.209, de 10 de novembro de 1955, na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Agricultura.

Art. 5º Serão apostilados pelas autoridades competentes os títulos de nomeação ou de admissão dos atuais ocupantes dos cargos e funções, cuja transferência é prevista por esta lei do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, assegurados os direitos de que gozam os mencionados servidores.

Art. 6º Os bens móveis e imóveis e os direitos do estabelecimento de que trata esta lei, já incorporados ao Patrimônio da União, serão incluídos no patrimônio da Universidade do Paraná, entidade autárquica vinculada ao Ministério da Educação e Cultura.

Art. 7º Fica alterado o Orçamento da União para o corrente exercício, para efeito de transferência, do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura (Divisão de Orçamento — Encargos Gerais — Entidades Autárquicas — Universidade do Paraná), de todas as dotações, com os respectivos saldos consignados à Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná.

Art. 8º Serão introduzidas, mediante ato do Poder Executivo, no Estatuto da Universidade do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 39.824, de 21 de agosto de 1956, as modificações decorrentes da execução desta lei.

Art. 9º Dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta lei deverá ser expedido o Regimento da Escola, a que se refere o art. 1º, regendo-se a mesma até a sua aprovação pelo atual, observadas as disposições desta lei.

Art. 10. São federalizadas e incorporadas à Universidade do Estado do Rio de Janeiro as seguintes Faculdades e Escolas, com sede em Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro:

- a) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;
- b) Faculdade de Ciências Econômicas;
- c) Escola Fluminense de Engenharia;
- d) Escola de Serviço Social;
- e) Escola de Enfermagem.

§ 1º Independentemente de qualquer indenização, são incorporados ao patrimônio da Universidade, mediante escritura pública, todos os bens móveis, imóveis e direitos ora na posse ou utilizados pelas Faculdades e Escolas referidas neste artigo.

§ 2º É assegurado o aproveitamento no serviço público federal, do pessoal dos estabelecimentos ora federalizados, contando-se-lhe o tempo de serviço, para efeito do art. 192 da Constituição Federal:

I — os professores catedráticos efetivos, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura;

II — os demais empregados, regularmente nomeados ou admitidos até o dia 1º de novembro de 1960, no Quadro de pessoal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, observada a legislação em vigor.

§ 3º Poderão ser aproveitados, como interinos, os professores dos aludidos estabelecimentos, que ocupem interinamente, ou por contrato, cátedras dos mesmos.

§ 4º Para o cumprimento do que dispõe o § 2º, a Reitoria da referida Universidade apresentará à Diretoria do Ensino Superior, relação acompanhada do currículo de seus professores e servidores, especificando a forma de investidura, a natureza do serviço que desempenham, a data da admissão e a remuneração.

§ 5º Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos de nomeação decorrentes do aproveitamento determinado nesta lei, depois e a contar da última das escrituras públicas referidas no § 1º deste artigo.

§ 6º Os atuais professores interinos e contratados para a regência das cátedras, nas Escolas e Faculdades citadas no art. 10 desta lei, com dois ou mais anos de efetivo exercício terão o direito ao cargo efetivo de assistente de ensino superior, nível 17, permanecendo, todavia, na regência interina da cátedra, até a realização do concurso respectivo.

Art. 11. A Universidade de que trata a Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, art. 15, fica autorizada a instalar e a fazer funcionar, dentro de três anos, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e uma Faculdade de Belas Artes, observadas as normas do respectivo Estatuto.

§ 1º Passam a denominar-se Faculdade Politécnica, as entidades universitárias a que se refere a letra d do art. 16, da lei indicada no artigo.

§ 2º É transferida à mesma autarquia educacional prevista neste artigo, a delegação para execução de obras autorizadas no art. 2º da Lei nº 3.695, de 18 de dezembro de 1959; e a ela passarão a integrar-se, automaticamente, todos os institutos, órgãos e estabelecimentos de qualquer natureza, sediados na cidade de Santa Maria, pertencentes ou vinculados às faculdades que, por força da Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960 (art. 16) foram incluídas na composição da nova Universidade.

Art. 12. Para execução do disposto nesta lei e o funcionamento de todos os institutos federais de ensino superior pertencentes à Universidade de que trata o art. 15 da Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 35 (trinta e cinco) cargos de professor catedrático para a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, 23 (vinte e três) para a Faculdade de Ciências Econômicas, 46 (quarenta e seis) para a Escola de Engenharia, 14 (quatorze) para a Escola de Serviço Social, 14 (quatorze) para a Escola de Enfermagem; no mesmo quadro — Universidade de Santa Maria, 13 (treze) cargos de professor catedrático para a Faculdade de Odontologia, 40 (quarenta) para a Faculdade Politécnica, 22 (vinte e dois) para a Faculdade de Agronomia, 14 (quatorze) para a Faculdade de Veterinária, 35 (trinta e cinco) para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e 35 (trinta e cinco) para a Faculdade de Belas Artes; e, finalmente, 8 (oito) cargos em comissão, de Diretor, símbolo 5-C, 8 (oito) funções gratificadas, de Secretário, 3-F, e 8 (oito) funções gratificadas, de Chefe de Portaria, 20-F, uma para cada unidade universitária da acima enumeradas.

Art. 13. Para atendimento da despesa decorrente da presente lei no exercício de 1961, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 311.660.000,00 (trezentos e onze milhões, seiscentos e sessenta mil cruzeiros) assim distribuídos:

a) Para a Faculdade de Filosofia (F.F.I. — UFERJ — DESU) — Cr\$ 43.292.000,00 (quarenta e três milhões, duzentos e noventa e dois mil cruzeiros) sendo Cr\$ 19.740.000,00 (dezenove milhões, setecentos e quarenta mil cruzeiros) para Pessoal Permanente; Cr\$ 20.124.000,00 (vinte milhões, cento e vinte e quatro mil cruzeiros) para Pessoal Técnico e Administrativo do Quadro Extraordinário, Cr\$ 1.428.000,00 (um milhão, quatrocentos e vinte oito mil cruzeiros) para as funções gratificadas e ..... Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para Material e Encargos Diversos

b) Para a Escola de Serviço Social (E.S.S. — UFERJ — DESU) Cr\$ 29.120.000,00 (vinte e nove milhões, cento e vinte mil cruzeiros) sendo: Cr\$ 8.460.000,00 (oito milhões, quatrocentos e sessenta mil cruzeiros) para Pessoal Permanente; Cr\$ 17.232.000,00 (dezessete milhões, duzentos e trinta e dois mil cruzeiros) para Pessoal Técnico e Administrativo do Quadro

Extraordinário; Cr\$ 1.428.000,00 (um milhão, quatrocento e vinte e oito mil cruzeiros) para as funções gratificadas e Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para Material e Encargos Diversos;

c) Para a Escola de Engenharia (E.E. — UFERJ — DESU) ..... Cr\$ 71.352.000,00 (setenta e um milhões, trezentos e cinquenta e dois mil cruzeiros) sendo: Cr\$ 25.994.000,00 (vinte e cinco milhões, novecentos e noventa e quatro mil cruzeiros) para Pessoal Permanente; Cr\$ 37.980.000,00 (trinta e sete milhões, novecentos e oitenta mil cruzeiros) para Pessoal Técnico e Administrativo do Quadro Extraordinário; Cr\$ 1.428.000,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e oito mil cruzeiros) para as funções gratificadas e Cr\$ 6.950.000,00 (seis milhões, novecentos e cinquenta mil cruzeiros) para Material e Encargos Diversos;

d) Para a Faculdade de Ciências Econômicas (F.C.E. — UFERJ — DESU) — Cr\$ 37.244.000,00 (trinta e sete milhões, duzentos e quarenta e quatro mil cruzeiros) sendo: Cr\$ 12.972.000,00 (doze milhões, novecentos e setenta e dois mil cruzeiros) para Pessoal Permanente; Cr\$ 20.844.000,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil cruzeiros) para Pessoal Técnico e Administrativo do Quadro Extraordinário; Cr\$ 1.428.000,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e oito mil cruzeiros) para as funções gratificadas e Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para Material e Encargos Diversos;

e) Para a Escola de Enfermagem Cr\$ 30.652.000,00 (trinta milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil cruzeiros) sendo: Cr\$ 7.896.000,00 (sete milhões, oitocentos e noventa e seis mil cruzeiros) para Pessoal Permanente; Cr\$ 13.308.000,00 (treze milhões, trezentos e oito mil cruzeiros) para Pessoal Técnico e Administrativo do Quadro Extraordinário; ..... Cr\$ 1.428.000,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e oito mil cruzeiros) para Funções Gratificadas e Cr\$ 2.020.000,00 (dois milhões e vinte mil cruzeiros) para Material e Encargos Diversos.

f) Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões) para pessoal, material, encargos, serviços e equipamentos da Universidade de Santa Maria.

Art. 14. Os cargos e funções de que trata a presente lei, serão enquadrados e ajustados automaticamente ao sistema da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 15. Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, em 13 de setembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Armando Monteiro

Antônio de Oliveira Brito.

LEI Nº 3.959 — DE 14 DE SETEMBRO  
DE 1961

*Concede à Cruz Vermelha Brasileira a subvenção anual de Cr\$ ..... 20.000.000,00, consignada no Orçamento da União, a partir do exercício de 1961.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida à Cruz Vermelha Brasileira subvenção anual de ..

Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) que será consignada no Orçamento Geral da União, subanexo do Ministério da Saúde, a partir do exercício de 1962.

§ 1º Subvenção igual será concedida à entidade em apêço durante o exercício de 1961.

§ 2º Para atender ao disposto no parágrafo anterior fica aberto o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

Art. 2º O recebimento e o emprêgo da subvenção de que trata esta lei obedecerão ao disposto na Lei núme-

*Proj.  
1138/59*

no 1.493, de 13 de dezembro de 1951.  
Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de setembro de 1961;  
140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Estácio Gonçalves Souto Maior

*Proj. 2253/60*

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de setembro de 1961, 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Souto Maior

*Proj. 1414/60*

LEI Nº 3.960 — DE 20 DE SETEMBRO  
DE 1961

*Institui o uso obrigatório de emblema distintivo das organizações nacionais de saúde e dá outras providências.*

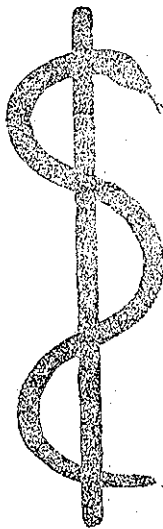
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É adotado, para uso obrigatório e exclusivo de todas as entidades nacionais de saúde, públicas ou privadas, a fim de proteger e distinguir os membros das profissões médicas e paramédicas no exercício de suas atividades, o emblema sugerido e aprovado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, representado por um bastão serpentário na cor vermelha sobre fundo branco, na forma do desenho anexo.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às Forças Armadas do País, observando-se, quanto a estas o estipulado nos tratados e convenções internacionais firmados pelo Brasil em relação ao uso do emblema da Cruz Vermelha.

Art. 2º. Dentre do prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação da presente lei, o Poder Executivo baixará, através do Ministério da Saúde, as normas reguladoras do fiel cumprimento do que nela se contém.



LEI Nº 3.961 — DE 20 DE SETEMBRO  
DE 1961

*Concede a pensão especial de ..... Cr\$ 3.500,00 a D. Lindinalva Costa Barros, e dá outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É assegurada a D. Lindinalva Costa Barros, viúva de Manoel Pedro de Barros, vitimado em acidente com veículo do serviço público federal, uma pensão especial de .... Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros) mensais.

Art. 2º A pensão de que trata esta lei será paga pelo Tesouro Nacional à conta da dotação própria do orçamento para o Ministério da Fazenda, revertendo, em caso de morte da beneficiária, aos filhos menores durante a menoridade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de setembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART  
Tancredo Neves  
Walther Moreira Salles

Proj  
4609/58

LEI Nº 3.962 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1961

*Autoriza a Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00, destinado à construção do Pavilhão da Clínica Ortopédica do Hospital-Geral da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), destinado especificamente à construção do Pavilhão da Clínica Ortopédica do Hospital-Geral da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 20 de setembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART  
Tancredo Neves  
Walther Moreira Salles  
Souto Maior

Proj  
989/59

LEI Nº 3.963 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1961

*Concede, até 30 de junho de 1962, isenção de direitos alfandegários, exceto a taxa de despacho aduaneiro a que se refere o art. 66 da Lei nº 3.244, de 14-8-57, e de imposto de consumo, para importação de material destinado à fabricação de tratores agrícolas, e dá outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida, até 30 de junho de 1962, isenção de imposto adua-

neiro e de consumo para a importação de equipamentos industriais, sobressalentes e ferramentas, destinados à fabricação, no País, de tratores agrícolas, bem como de suas partes complementares, importadas de acordo com o plano de nacionalização constante dos projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística do Conselho de Desenvolvimento.

§ 1º A isenção prevista neste artigo é estendida à importação de equipamentos industriais, sobressalentes e ferramentas, destinados à fabricação de matrizes, estampas, gabaritos, ferramental e peças para a produção de tratores agrícolas, de acordo com os projetos industriais já aprovados pelo mencionado Grupo Executivo, desde que vinculados à indústria de tratores.

§ 2º A isenção em causa não se aplica a equipamentos, sobressalentes e ferramentas com similar de fabricação nacional.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de setembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART  
Tancredo Neves  
Walther Moreira Salles

Proj  
2041/60

LEI Nº 3.964 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1961

*Isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Organização Telefônica do Paraná S. A.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, excetuada a taxa de despacho aduaneiro de 5% (cinco por cento), para o equipamento constante da licença nº DG-58-10855-11612, emitida pela Carteira de Comércio Exterior a ser importado pela Organização Telefônica do Paraná S. A. para a instalação do serviço de telefones, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

Art. 2º O favor concedido não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de setembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Virgílio Távora

LEI Nº 3.965 DE 29 DE  
SETEMBRO DE 1961

*Cria uma escola de Iniciação Agrícola em Buriti-Alegre, no Estado de Goiás, e dá outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal e do art. 3º, item III, do Ato Adicional, a seguinte Lei:

Art. 1º — É criada uma Escola de Iniciação Agrícola em Buriti-Alegre, no Estado de Goiás, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola

e Veterinário do Ministério da Agricultura.

Art. 2º — Além do curso de iniciação agrícola, de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946), a escola manterá cursos avulsos intensivos de caráter prático, para adultos, destinados ao aperfeiçoamento técnico do trabalhador rural.

Art. 3º — Dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Lei, o Poder Executivo promoverá as medidas necessárias ao seu cumprimento.

Art. 4º — É aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da execução da presente Lei.

Art. 5º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Armando Monteiro

*Proj.*  
*271/59*

*Proj.*  
*1616/52*





## APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão :

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.



77

# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 3.906 — DE 19 DE  
JUNHO DE 1961

*Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional no Projeto que se transformou na Lei nº 3.906, de 19 de junho de 1961.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do Art. 70, § 3º, da Constituição Federal, o seguinte dispositivo da Lei

nº 3.906, de 19 de junho de 1961.

.....  
Art. 2º Os funcionários e empregados, a que se refere o artigo 1º, poderão requerer aposentadoria, se contarem 25 (vinte e cinco) anos de serviço.  
.....

Brasília, em 30 de julho de 1961;  
140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS



## EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos volumes V e VI, de 1981, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos



# EMENTÁRIO

## A

*Abertura de Crédito Especial, Extraordinário ou Suplementar — Ver o nome do Ministério ou Órgão a que se refere.*

### ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

*Eleva a subvenção permanente concedida à Academia Brasileira de Ciências, pela Lei nº 3.089, de 24 de dezembro de 1956.*

Lei nº 3.914, de 7 de julho de 1961.

### ACÓRDOS

*Aprova o Acordo Cultural entre o Brasil e o Irã.*

Decreto Legislativo nº 11 de 1961.

*— Altera a discriminação dos recursos do Plano de Emergência a que se refere o Decreto nº 50.681, de 31 de maio de 1961.*

Decreto nº 51.064, de 27 de julho de 1961.

### ADITIVOS QUÍMICOS EM ALIMENTOS

*Prorroga por mais sessenta dias a data em que deveria entrar em vigor o Decreto nº 50.040, de 24 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.972, de 17 de julho de 1961.

### AERONAUTICA

*Assegura aos Taifeiros da Marinha e da Aeronáutica acesso até a gradação de suboficial.*

Lei nº 3.953, de 2 de setembro de 1961.

### AERONAUTICA

*Altera a letra "c" do item 5 do artigo 8º do Regulamento da ECEMAR aprovado pelo Decreto número 47.138, de 27 de outubro de 1959.*

Decreto nº 50.926, de 7 de julho de 1961.

— Ver, também, Ministério da Aeronáutica.

### AFORAMENTOS

Ver: Terrenos de marinha.

### AGROPECUARIA

*Atribui à Comissão de Amparo à Produção Agropecuária a função de coordenadora dos Grupos de Trabalho constituídos com objetivos relacionados diretamente com a produção agropecuária e dá outras providências.*

Decreto nº 51.015, de 24 de julho de 1961.

— *Isenta do pagamento do imposto de importação, nos termos do artigo 4º da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, os bens cuja importação seja considerada de interesse para a produção agropecuária e dá outras providências.*

Decreto nº 51.118, de 2 de agosto de 1961.

— *Institui, junto ao Ministério da Fazenda, a Comissão Especial dos Acordos sobre Produtos Agrícolas (CEAPA).*

### ÁGUA MINERAL

*Autoriza Piccoli & Cia., a lavrar água mineral no município de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 51.120, de 2 de agosto de 1961.

**ÁGUA MINERAL**

*Autoriza o cidadão brasileiro João Girardeli a pesquisar água mineral no município de Monte Alegre do Sul, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.264, de 25 de agosto de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Narciso Colares a pesquisar águas marinhas, no município de Carat, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.291, de 25 de agosto de 1961.

**ÁGUA MINERAL BOM PASTOR LIMITADA**

*Concede à Águas Minerais Bom Pastor Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.289, de 25 de agosto de 1961.

**ÁGUAS PÚBLICAS**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio da União as águas do Rio denominado Guiné Eleutério, Eleutério e Eleutério ou das Pedras, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 50.964, de 17 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do Rio Lenheiro.*

Decreto nº 50.965, de 17 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União as águas do rio denominado Peixe, Peixe e Peixe-Paraibuna, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 50.973, de 18 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Pardo.*

Decreto nº 50.975, de 18 de julho de 1961.

**ÁGUAS PÚBLICAS**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do curso denominado Prado, Prado ou Jucuruçu e Jucuruçu do Norte-Jucuruçu, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 50.984, de 18 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado de Mato Grosso as águas do rio "Santa Virginia-Dourados", "Dourados" e "Dourados", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 50.993, de 18 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Chicaço.*

Decreto nº 50.997, de 19 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado da Bahia, as águas do rio denominado "Braço do Sul", "Frade" e "Frade", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 50.998, de 19 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Pandui.*

Decreto nº 50.999, de 19 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio "Siemens".*

Decreto nº 51.020, de 24 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio "Lageado Grande", "Lageado Grande" e "Chalana", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 51.023, de 24 de julho de 1961.



## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Capetinga.*

Decreto nº 51.049, de 28 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Estrêla.*

Decreto nº 51.050, de 26 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Famoso.*

Decreto nº 51.055, de 26 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Marrecas, Santana e Santana, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 51.073, de 28 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Melissa.*

Decreto nº 51.080, de 31 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado da Guanabara, as águas do rio Palmeiras.*

Decreto nº 51.081, de 31 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, na parte marítima e do domínio do Estado do Ceará no restante do seu curso, as águas do curso denominado Curu.*

Decreto nº 51.094, de 1 de agosto de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Sarapuí.*

Decreto nº 51.095, de 1 de agosto de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio "Apidia" "Pimenta Bueno", "Ji-Paraná" e "Ji-Paraná", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 51.099, de 1 de agosto de 1961.

## ÁGUAS PÚBLICAS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio "Alto Jamari" "Jamari" e "Jamari", respectivamente aos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 51.100, de 1 de agosto de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio "Machadinho".*

Decreto nº 51.101, de 1 de agosto de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio "Prêto".*

Decreto nº 51.102, de 1 de agosto de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, na parte marítima e do domínio do Estado da Paraíba, no restante do seu curso, as águas do rio Meio-Paraíba, Paraíba e Paraíba, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 51.193, de 11 de agosto de 1961.

— *Ver, também, o Estado a cujo domínio se submetem.*

## ALGODÃO

*Cria a Junta Nacional de Algodão e dá outras providências.*

Decreto nº 51.184, de 11 de agosto de 1961.

## ALIMENTOS

*Prorroga por mais sessenta dias a data em que deveria entrar em vigor o Decreto nº 50.040, de 24 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 50.972, de 17 de julho de 1961.

## AMAZÔNIA

*Cria na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia o Grupo Executivo da Juta, incumbido de promover estímulos creditícios fiscais, de assistência técnica e outros às atividades ligadas à produção, comercialização e industrialização da juta e fibras amazônicas semelhantes.*

Decreto nº 51.132, de 3 de agosto de 1961.

**ANISTIA**

*Concede anistia aos brasileiros ou servidores de empresa estatal ou privada que, por motivo decorrente de participação em movimento grevista ou de dissídio regulado pela legislação do trabalho, tenham sido acusados ou condenados por crime previsto em lei.*

Decreto legislativo nº 7, de 1961.

— *Concede anistia às instituições caritativas quanto ao recolhimento de contribuições atrasadas aos Institutos de Previdência.*

Lei nº 3.933, de 4 de agosto de 1961.

**ARGILA**

*Autoriza Magnesita S. A. a pesquisar argila, no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.262, de 25 de agosto de 1961.

**ARMAZÉNS E SILOS**

*Cria a Superintendência de Armazéns e dá outras providências.*

Decreto nº 51.197, de 18 de agosto de 1961.

**ASSOCIAÇÕES**

*Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Combate à Tuberculose com sede no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 49.218, de 14 de novembro de 1960.

— *Proíbe espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia, de qualquer tipo ou forma, em clubes, auditórios, palcos ou estúdios de rádio e de televisão, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.009, de 22 de julho de 1961.

**ATLETAS**

*Institui o Dia do Atleta*

Decreto nº 51.165, de 8 de agosto de 1961.

**AUTARQUIAS**

*Dispõe sobre o expediente das repartições e horário dos servidores.*

Decreto nº 51.166, de 8 de agosto de 1961.

**AUTOMÓVEIS**

*Regulamenta o art. 17 da Lei número 3.496, de 21 de dezembro de 1958.*

Decreto nº 51.086, de 31 de julho de 1961.

**AUXÍLIO EXTERNO**

*Aprova o Plano de Emergência, para auxílio externo ao programa de desenvolvimento.*

Decreto nº 51.058, de 26 de julho de 1961.

**AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES**

*Concede o auxílio especial de .... Cr\$ 10.000.000,00 ao Governo do Estado de Pernambuco para construção do Hospital de Pronto Socorro, em Recife.*

Lei nº 3.913, de 6 de julho de 1961.

— *Eleva a subvenção permanente concedida à Academia Brasileira de Ciências, pela Lei nº 3.089, de 24 de dezembro de 1956.*

Lei nº 3.914, de 7 de julho de 1961.

— *Eleva a contribuição financeira estabelecida pela Lei nº 3.039, de 20 de dezembro de 1956, que concede contribuição financeira às empresas de transporte aéreo, que explorem linhas dentro do País, para fins de reaparelhamento de material de voo.*

Lei nº 3.928, de 26 de julho de 1961.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, créditos especiais de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinados à Sociedade de São Vicente de Paula, de Bagé, Rio Grande do Sul, e ao Conselho Central das Sociedades de S. Vicente de Paula, de Fortaleza, Ceará.*

Lei nº 3.954, de 11 de setembro de 1961.

— *Concede à Cruz Vermelha Brasileira a subvenção anual de ..... Cr\$ 20.000.000,00, consignada no Orçamento da União, a partir do exercício de 1961.*

Lei nº 3.950, de 14 de setembro de 1961.

## AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 5.000.000,00, para atender às despesas com o auxílio concedido ao Museu de Arte Moderna de São Paulo.*

Decreto nº 51.076, de 31 de julho de 1961.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 15.000.000,00, para auxílio a Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, atingidos por violento temporal.*

Decreto nº 51.316, de 2 de setembro de 1961.

## AUXÍLIO PARA DIFERENÇA DE CAIXA

*Estende ao pessoal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a concessão do auxílio previsto no artigo 137 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto nº 51.053, de 26 de julho de 1961.

## B

### BABAÇU

*Cria a Comissão de Economia do Babaçu e dá outras providências.*

Decreto nº 51.149, de 5 de agosto de 1961.

### BACIA DO PARANÁ-URUGUAI

*Autoriza a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí a realizar estudos no rio Uruguai.*

Decreto nº 51.035, de 25 de julho de 1961.

### BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

*Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) a constituir garantia em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.*

Decreto nº 51.002, de 19 de julho de 1961.

### BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

*Autoriza a Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande a constituir hipoteca dos bens e instalações da usina de Cumargos, no Rio Grande, Estado de Minas Gerais, em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.*

Decreto nº 51.040, de 25 de julho de 1961.

— *Vincula recursos de Fundo Federal de Eletrificação ao projeto hidrelétrico de Furnas e autoriza ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a tomar as providências necessárias.*

Decreto nº 51.255, de 25 de agosto de 1961.

### BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA LIMITED

*Concede à sociedade estrangeira Bank of London & South America Limited autorização para aumentar o seu capital no País.*

Decreto nº 51.228, de 22 de agosto de 1961.

### BIBLIOTECAS

*Cria no Ministério da Educação e Cultura, o Serviço Nacional de Bibliotecas.*

Decreto nº 51.223, de 22 de agosto de 1961.

— *Aprova o Regulamento dos Serviços Regionais de Bibliotecas e dá outras providências.*

Decreto nº 51.224, de 22 de agosto de 1961.

### "BOITES"

*Regula a contratação de artistas estrangeiros pelas emissoras de rádio e televisão, teatros, "boites" e estabelecimentos congêneres, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.929, de 8 de julho de 1961.

**BOLSAS DE ESTUDO**

*Institui, no Ministério da Educação e Cultura a Comissão de Coordenação de Bolsas de Estudo de Nível Superior.*

Decreto nº 51.016, de 24 de julho de 1961.

**C****CAÇA E PESCA**

*Cria o Conselho de Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências.*

Decreto nº 50.872, de 28 de junho de 1961.

— *Interdita a pesca nos rios Coxim e Taquari, no município de Coxim, no Estado de Mato Grosso.*

Decreto nº 51.150, de 5 de agosto de 1961.

— *Interdita a pesca no local denominado "Baía Grande", situado no Rio Paraná, junto à Barra do Rio Samambaia, no Estado de Mato Grosso.*

Decreto nº 51.151, de 5 de agosto de 1961.

**CACAU**

*Altera dispositivos do Regulamento do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueteira, baixado pelo Decreto nº 41.243, de 3 de abril de 1957, o qual foi parcialmente alterado pelo Decreto nº 43.027, de 9 de janeiro de 1958.*

Decreto nº 51.242, de 28 de agosto de 1961.

**CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS**

*Dispõe sobre a aplicação do Decreto nº 50.576, de 10 de maio de 1961.*

Decreto nº 50.919, de 6 de julho de 1961.

— *Dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Conselho Superior e das Caixas Econômicas Federais e dá outras providências.*

Decreto nº 51.142, de 4 de agosto de 1961.

**CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS**

*Transfere a Reunião Congressual do Conselho Superior e Presidente das Caixas Econômicas Federais.*

Decreto nº 51.233, de 22 de agosto de 1961.

— *Modifica o Decreto nº 51.142, de 4 de agosto de 1961.*

Decreto nº 51.238, de 23 de agosto de 1961.

**CALCÁRIO**

*Autoriza Mineração Geral do Brasil Limitada a lavar calcário, no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.109, de 2 de agosto de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.427, de 29 de agosto de 1958.*

Decreto nº 51.111, de 2 de agosto de 1961.

— *Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a pesquisar calcário no município de Codó, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 51.158, de 7 de agosto de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.537, de 24 de setembro de 1958.*

Decreto nº 51.263, de 25 de agosto de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Giraldi a pesquisar calcário e talco, no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto nº 51.295, de 25 de agosto de 1961.

**CAMINHÕES**

*Autoriza o Ministério da Fazenda a pagar Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) ao IAPETC, cria Fundo Especial e dá outras providências.*

Decreto nº 50.968, de 17 de julho de 1961.

**CAMPANHA NACIONAL DE  
APERFEIÇOAMENTO DE  
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**

*Altera dispositivo do Decreto número 50.737, de 7 de junho de 1961.*

Decreto nº 51.148, de 5 de agosto de 1961.

**CAMPANHA NACIONAL DE  
CINEMA EDUCATIVO**

— Ver: CINEMA.

**CANA**

*Cria o Fundo de Recuperação da Agro-Indústria Canavieira e dá outras providências.*

Decreto nº 51.104, de 1 de agosto de 1961.

**CÂNCRO CÍTRICO**

*Abre o crédito especial de ..... Cr\$ 150.000.000,00 para combate ao cancro cítrico e indenização de plantas cítricas destruídas, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.921, de 6 de julho de 1961.

— *Torna sem efeito o Decreto número 50.921, de 6 de julho de 1961, que abriu o crédito especial de ..... Cr\$ 150.000.000,00, para combate ao cancro cítrico e indenização de plantas cítricas destruídas, e deu outras providências.*

Decreto nº 51.205, de 17 de agosto de 1961.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 150.000.000,00, destinado ao combate ao cancro cítrico nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás, e a indenização aos proprietários cujas plantas forem destruídas pelo Poder Público no combate ao mal.*

Decreto nº 51.206, de 18 de agosto de 1961.

— *Dispõe sobre os trabalhos de erradicação do cancro cítrico nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás, e a indenização aos proprietários de plantas cítricas destruídas no combate ao mal.*

Decreto nº 51.207, de 18 de agosto de 1961.

**CASSITERITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Tarnier Teixeira a pesquisar cassiterita no município de Ipameri, Estado de Goiás.*

Decreto nº 51.247, de 24 de agosto de 1961.

**CASTANHA DO BRASIL**

*Aprova as novas especificações para a classificação e fiscalização da exportação da "Castanha do Brasil".*

Decreto nº 51.209, de 18 de agosto de 1961.

**CAULIM**

*Autoriza o cidadão brasileiro Victor Belfort Arantes Filho a pesquisar caulim, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.895, de 3 de julho de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Celso Gonçalves Bastos a pesquisar caulim no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.243, de 24 de agosto de 1961.

— *Anula o Decreto nº 47.355, de 4 de dezembro de 1959.*

Decreto nº 51.296, de 25 de agosto de 1961.

**CEARÁ RÁDIO CLUBE S. A.**

*Outorga à Ceará Rádio Clube Sociedade Anônima concessão para estabelecer uma estação de televisão em VHF, geradora de programas, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto nº 51.156, de 7 de agosto de 1961.

**CEGOS**

*Institui o "Dia do Cego"*

Decreto nº 51.045, de 26 de julho de 1961.

**CERA DE CARNAÚBA**

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cera de carnaúba de produção nacional para a safra de 1961-62.*

Decreto nº 51.001 — De 19 de julho de 1961.

### CESSÃO DE TERRENOS DA UNIÃO

*Autoriza o Ministério da Fazenda a ceder gratuitamente ao Instituto Oceanográfico, da Universidade de São Paulo, o terreno que menciona.*

Decreto nº 50.939 — De 13 de julho de 1961.

### CHUMBO

*Renova o decreto nº 44.537, de 24 de setembro de 1958.*

Decreto nº 51.263 — De 25 de agosto de 1961.

*— Autoriza a Mineração Lajeado Ltda. a pesquisar minério de chumbo, no município de Bocaiuva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto nº 51.293 — De 25 de agosto de 1961.

### CINEMA

*Define o que possa ser considerado filme brasileiro, para os efeitos legais, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.106 — De 1º de agosto de 1961.

*— Institui a Campanha Nacional de Cinema Educativo e dá outras providências.*

Decreto nº 51.239 — De 23 de agosto de 1961.

### CÍRCULO MILITAR DE TERESINA

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar as dotações do terreno que menciona.*

Decreto nº 50.941, de 13 de julho de 1961.

### CITRICULTURA

*Abre o crédito especial de Cr\$ .... 150.000.000,00 para combate ao cancro citrico e indenização de plantas citricas destruidas, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.921 — De 6 de julho de 1961.

### CITRICULTURA

*Torna sem efeito o Decreto número 50.921, de 6 de julho de 1961, que abriu o crédito especial de Cr\$. ... 150.000.000,00, para combate ao cancro citrico e indenização de plantas citricas destruidas, e deu outras providências.*

Decreto nº 51.205 — De 17 de agosto de 1961.

*— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$. .... 150.000.000,00, destinado ao combate ao cancro citrico nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás e a indenização aos proprietários cujas plantas forem destruidas pelo Poder Público no combate ao mal.*

Decreto nº 51.206 — De 18 de agosto de 1961.

*— Dispõe sobre os trabalhos de erradicação do cancro citrico nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás e a indenização aos proprietários de plantas citricas destruidas no combate ao mal.*

Decreto nº 51.207 — De 18 de agosto de 1961.

### CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

*Aprova o sistema de classificação de cargos da Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra e dá outras providências.*

Decreto nº 50.817 — De 22 de junho de 1961.

*— Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Ceará, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.917 — De 6 de julho de 1961.

*— Aprova o sistema de classificação de cargos do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e dá outras providências.*

Decreto nº 51.054 — De 26 de julho de 1961.

*— Aprova o sistema de classificação de cargos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.*

Decreto nº 51.162 — De 7 de agosto de 1961.

## CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

*Modifica o Decreto nº 51.142, de 4 de agosto de 1961.*

Decreto nº 51.238 — De 23 de agosto de 1961.

## CÓDIGO BRASILEIRO DO AR

*Altera a redação do artigo 22 do Decreto-lei nº 483, de 8 de junho de 1938, Código Brasileiro do Ar, e dá outras providências.*

Lei nº 3.916 — De 13 de julho de 1961.

## CÓDIGO CIVIL

*Autoriza o contrato de profissionais para a reforma da legislação do País.*

Decreto nº 50.924 — De 6 de julho de 1961.

## CÓDIGO COMERCIAL

*Autoriza o contrato de profissionais para a reforma da legislação do País.*

Decreto nº 50.924 — De 6 de julho de 1961.

## CÓDIGO DE CONTABILIDADE PÚBLICA

*Autoriza o contrato de profissionais para a reforma da legislação do País.*

Decreto nº 50.924 — De 6 de julho de 1961.

## CÓDIGO DE MENORES

*Autoriza o contrato de profissionais para a reforma da legislação do País.*

Decreto nº 50.924 — De 6 de julho de 1961.

## CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

*Modifica o artigo 330, da Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951 — Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Lei nº 3.944 — De 23 de agosto de 1961.

## CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL

*Autoriza o contrato de profissionais para a reforma da legislação do País.*

Decreto nº 50.924 — De 6 de julho de 1961.

## CÓDIGO DO PROCESSO PENAL

*Autoriza o contrato de profissionais para a reforma da legislação do País.*

Decreto nº 50.924 — De 6 de julho de 1961.

## CÓDIGO NACIONAL DO TRANSITO

*Autoriza o contrato de profissionais para a reforma da legislação do País.*

Decreto nº 50.924 — De 6 de julho de 1961.

## CÓDIGO PENAL

*Autoriza o contrato de profissionais para a reforma da legislação do País.*

Decreto nº 50.924 — De 6 de julho de 1961.

## COFAP

Ver: Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

## COLETORIAS FEDERAIS

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Inhumas, no Estado de Goiás.*

Decreto nº 50.943 — De 13 de julho de 1961.

## COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES

*Revoga o Decreto nº 31.056, de 30 de junho de 1952, que cria a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes, e o Decreto nº 32.284, de 19 de fevereiro de 1953, que aprova seu Regimento Interno.*

Decreto nº 50.950 — De 14 de julho de 1961.

### COMISSÃO DE DEFESA DOS CAPITAIS NACIONAIS

*Reestrutura a Comissão de Defesa dos Capitais Nacionais (C. D. C. N.), consolida as suas atribuições e dá outras providências.*

Decreto nº 50.916 — De 6 de julho de 1961.

### COMISSÃO DO IMPOSTO SINDICAL

*Restabelece o funcionamento do plenário da Comissão do Imposto Sindical e dá outras providências.*

Decreto nº 50.936 — De 12 de julho de 1961.

### COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de..... Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), para custear a construção da linha de transmissão da Central Elétrica de Três Marias para as cidades de Pirapora e Montes Claros, no Estado de Minas Gerais.*

Lei nº 3.950 — De 2 de setembro de 1961.

### COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

*Prorroga, até 31 de dezembro de 1961, o prazo a que se refere a Lei nº 3.892, de 28 de abril de 1961 (COFAP).*

Lei nº 3.929 — De 31 de julho de 1961.

*— Dispõe sobre as atribuições e o regime de trabalho do Substituto do Presidente da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP).*

Decreto nº 51.202 — De 17 de agosto de 1961.

### COMISSÃO NACIONAL DE AVICULTURA

*Reorganiza a Comissão Nacional de Avicultura.*

Decreto nº 50.905 — De 4 de julho de 1961.

### COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO

*Cria a Comissão Nacional de Planejamento.*

Decreto nº 51.152 — De 5 de agosto de 1961.

### COMISSÃO TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO SINDICAL

*Dispõe sobre a Comissão Técnica de Orientação Sindical e dá outras providências.*

Decreto nº 51.011 — De 24 de julho de 1961.

### COMISSÕES

*Dispõe sobre a Comissão de Estudos Legislativos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto nº 51.005 — De 20 de julho de 1961.

*— Dispõe sobre competições desportivas, disciplina a participação dos atletas nas partidas de futebol e dá outras providências.*

Decreto nº 51.008 — De 20 de julho de 1961.

*— Atribui à Comissão de Amparo à Produção Agropecuária a função de coordenadora dos Grupos de Trabalho constituídos com objetivos relacionados diretamente com a produção agropecuária e dá outras providências.*

Decreto nº 51.015 — De 24 de julho de 1961.

*— Institui, no Ministério da Educação e Cultura a Comissão de Coordenação de Bolsas de Estudo de Nível Superior.*

Decreto nº 51.016, de 24 de julho de 1961.

*— Autoriza a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí a realizar estudos no rio Uruguai.*

Decreto nº 51.035, de 25 de julho de 1961.

*— Cria a Comissão de Reorganização do Ministério do Trabalho e Previdência Social e dá outras providências.*

Decreto nº 51.044, de 25 de julho de 1961.



## COMISSÕES

— Altera o art. 1.º do Regimento da Comissão Brasileira de Turismo.

Decreto n.º 51.070, de 28 de julho de 1961.

— Cria a Comissão de Economia do Babaçu e dá outras providências.

Decreto n.º 51.149, de 5 de agosto de 1961.

— Institui, junto ao Ministério da Fazenda, a Comissão Especial dos Acórdos sobre Produtos Agrícolas (CEAPA).

Decreto n.º 51.217, de 21 de agosto de 1961.

— Institui a Comissão de Planejamento para a Unificação do Lóide Brasileiro e Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Decreto n.º 51.241, de 23 de agosto de 1961.

— Cria, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Nacional da Campanha Mundial contra a Fome.

Decreto n.º 5, de 21 de setembro de 1961.

— Institui a Comissão de Transferência da Secretaria de Estado e do Corpo Diplomático, no Ministério das Relações Exteriores.

Decreto n.º 6, de 22 de setembro de 1961.

## COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ALTO RIO GRANDE

Autoriza a Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande a constituir hipoteca dos bens e instalações da usina de Camargos, no Rio Grande, Estado de Minas Gerais, em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto n.º 51.049, de 25 de julho de 1961.

## COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CORCOVADO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Gerais Corcovado.

Decreto n.º 50.750, de 8 de junho de 1961.

## COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENTE

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros Previdente.

Decreto n.º 50.539, de 4 de maio de 1961.

## COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

Autoriza a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF) a constituir garantia em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto n.º 51.002, de 19 de julho de 1961.

## COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos inclusive aumento do capital social da Companhia Internacional de Seguros.

Decreto n.º 50.932, de 10 de julho de 1961.

## COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

Institui a Comissão de Planejamento para a Unificação do Lóide Brasileiro e Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Decreto n.º 51.241, de 23 de agosto de 1961.

## COMPANHIA NACIONAL DE SEGURO AGRÍCOLA

Altera os Estatutos da Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

Decreto n.º 51.089, de 1 de agosto de 1961.

## COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Riograndense de Seguros.

Decreto n.º 51.123, de 2 de agosto de 1961.

## COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Dispõe sobre a situação e o aproveitamento dos atuais empregados e servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos, requisitados, que vêm prestando serviços à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) e dá outras providências.

Lei n.º 3.930 de 1 de agosto de 1961.

## CONCURSOS DE BELEZA

Proíbe o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza.

Decreto n.º 51.182, de 11 de agosto de 1961.

## CONGRESSO NACIONAL

Dispõe sobre a fixação dos subsídios, diárias e ajuda de custo dos Membros do Congresso Nacional, até o dia 31 de janeiro de 1963.

Decreto Legislativo n.º 10, de 1961.

## CONGRESSOS

Revoga o Decreto n.º 47.946, de 17 de março de 1960, que constituiu comissão para organizar o XV Congresso Postal Universal.

Decreto n.º 51.128, de 2 de agosto de 1961.

## CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA

Cria o Conselho de Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências. (Publicado no Diário Oficial de 28 de junho de 1961 — Seção 1 e retificado no Diário Oficial de 30 de junho de 1961).

Decreto n.º 50.872, de 23 de junho de 1961.

## CONSELHO NACIONAL DE CULTURA

Aprova o Regulamento do Conselho Nacional de Cultura.

Decreto n.º 51.063, de 27 de julho de 1961.

## CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Regulamenta o art. 28 da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que criou o Conselho Nacional e Pesquisas.

Decreto n.º 50.904, de 3 de julho de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e dá outras providências. — (Suplemento).

Decreto n.º 51.054, de 26 de julho de 1961.

— Cria o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Estudos Espaciais e dá outras providências.

Decreto n.º 51.133, de 3 de agosto de 1961.

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ato Adicional. — Institui o sistema parlamentar de governo.

Emenda Constitucional n.º 4.

— Determina sejam ministradas aulas sobre a Constituição Federal em estabelecimentos de ensino de grau médio.

Decreto n.º 51.319, de 2 de setembro de 1961.

## CONSTRUÇÃO NAVAL

Dá nova redação ao § 3º do art. 36 do Decreto n.º 48.180, de 10 de maio de 1960, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.183, de 11 de agosto de 1961.

## CONTRATOS

Aprova o ato do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao contrato de locação de serviços celebrado entre o Sr. Antônio Raposo e o Ministério da Aeronáutica.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação de máquinas.

Decreto Legislativo n.º 12, de 1961.

## CONTRATOS

*Mantém o ato de 30 de novembro de 1957, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a contrato estabelecido entre a Rede de Viação Cearense e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação de serviços de máquinas elétricas de contabilidade.*

Decreto Legislativo nº 13, de 1961.

*Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de Registro a Contrato celebrado entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a firma "Empresa de Engenharia Ceip Ltda.", para construção de um telheiro destinado à matança de gado na Escola Agrícola Arthur Bernardes, em Viçosa, Minas Gerais.*

Decreto Legislativo nº 14, de 1961.

## CONVÊNIOS

*Aprova convênio cultural entre o Brasil e Honduras.*

Decreto Legislativo nº 3, de 1961.

*Regulamenta a utilização dos entrepostos de depósito de franco em Santos e Paranaguá, em virtude de Convênios assinados entre o Brasil e o Paraguai.*

Decreto nº 50.259-A, de 28 de janeiro de 1961.

## COOPERATIVAS

*Dispõe sobre a intervenção na Cooperativa Banco de Crédito Popular de Pernambuco Ltda.*

Decreto nº 51.204, de 17 de agosto de 1961.

## CRECHES

*Constitui um Grupo de Trabalho, para o fim especial que especifica.*

Decreto nº 50.960, de 15 de julho de 1961.

## CROMO

*Declara caduco o Decreto nº 22.091, de 18 de novembro de 1946.*

Decreto nº 51.039, de 25 de julho de 1961.

*Declara caduco o Decreto número 22.087, de 18 de novembro de 1946.*

Decreto nº 51.286, de 25 de agosto de 1961.

## CURSOS

*Permite aos portadores de curso colegial matrícula na 3.ª série dos cursos industriais técnicos.*

Decreto nº 50.945, de 13 de julho de 1961.

*Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto nº 50.951 — De 14 de julho de 1961.

*Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto nº 50.967 — De 17 de julho de 1961.

*Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 51.014 — De 24 de julho de 1961.

*Ver, também, Universidades, Faculdades e Escolas.*

## D

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

*Dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 29.026, de 28 de dezembro de 1950.*

Decreto nº 51.170 — De 9 de agosto de 1961.

*Retifica o Decreto nº 51.170, de 9 de agosto de 1961.*

Decreto nº 51.327 — De 2 de setembro de 1961.

### DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Cajobi, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.942 — De 13 de julho de 1961.

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Inhumas, no Estado de Goiás.*

Decreto nº 50.943 — De 13 de julho de 1961.

## DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.944 — De 13 de julho de 1961.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 51.069 — De 27 de julho de 1961.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Sertãozinho, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.083 — De 31 de julho de 1961.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de Goiás.*

Decreto nº 51.189 — De 11 de agosto de 1961.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de São João Evangelista, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.191 — De 11 de agosto de 1961.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Jaboticabal, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.192 — De 11 de agosto de 1961.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 51.235 — De 22 de agosto de 1961.

*— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Itápolis, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.236 — De 22 de agosto de 1961.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.162 — De 7 de agosto de 1961.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

*Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.676, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Barra", no município de Canhobas, no Estado de Sergipe.*

Decreto nº 50.890 — De 3 de julho de 1961.

*— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.683, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Cumbe, no Município de Nossa Senhora das Dores, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 50.907 — De 5 de julho de 1961.

*— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.674, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Tamboril, no Município de Ouricuri, no Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 50.908 — De 5 de julho de 1961.

*— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.667, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Pariconha, no Município de Água Branca, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 50.909 — De 5 de julho de 1961.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS**

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.670, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público Curimataú, no Município de Cuité, no Estado da Paraíba.*

Decreto nº 50.910 — De 5 de julho de 1961.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 37.216, de 23 de abril de 1955, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público Olho D'água dos Casados, no Município de Piranhas, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 50.911 — De 5 de julho de 1961.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 37.435, de 7 de junho de 1955, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público Ingaizeiras, no Município de Paulistana, Estado do Piauí.*

Decreto nº 51.019 — De 24 de julho de 1961.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.719, de 3 de janeiro de 1955, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público Várzea Alegre, no Município de Várzea Alegre, Estado do Ceará.*

Decreto nº 51.077 — De 31 de julho de 1961.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 37.130, de 4 de abril de 1955, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público Choró, no Município de Quixadá, Estado do Ceará.*

Decreto nº 51.078 — De 31 de julho de 1961.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS**

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.669, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público Ponciano, no Município de Traipu, no Estado de Alagoas.*

Decreto nº 51.079 — De 31 de julho de 1961.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO**

— *Revoga o Decreto nº 46.238, de 18 de junho de 1959.*

Decreto nº 50.935 — De 11 de julho de 1961.

— *Dispõe sobre a organização de uma Assessoria Administrativa do Departamento Nacional de Obras e de Saneamento, com sede no Distrito Federal.*

Decreto nº 51.240 — De 23 de agosto de 1961.

**DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

— *Dispõe sobre depósitos bancários das instituições de previdência, em condições especiais, ou vinculados à prestação de serviço.*

Decreto nº 50.961 — De 15 de julho de 1961.

**DESAPROPRIAÇÕES**

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 50.603 — De 17 de maio de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Comando Militar da Amazônia e 3ª Região Militar.*

Decreto nº 50.788 — De 14 de junho de 1961.

**DESAPROPRIAÇÕES**

*Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.676, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Barra", no município de Canhobas, no Estado de Sergipe.*

Decreto nº 50.890 — De 3 de julho de 1961.

*— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.668, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Cumbe, no Município de Nossa Senhora das Dores, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 50.907 — De 5 de julho de 1961.

*— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.674, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Tamboril, no Município de Ouricuri, no Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 50.908 — De 5 de julho de 1961.

*— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.667, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Pariconha, no Município de Água Branca, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 50.909 — De 5 de julho de 1961.

*— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 36.670, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Curimatã, no Município de Cuité, no Estado da Paraíba.*

Decreto nº 50.190 — De 5 de julho de 1961.

**DESAPROPRIAÇÕES**

*Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 37.216, de 23 de abril de 1955, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Olho D'água dos Casados, no município de Piranhas, Estado de Alagoas.*

Decreto nº 50.911 — De 5 de julho de 1961.

*— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 37.435, de 7 de junho de 1955, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Ingazeiras, no Município de Paulistana, Estado do Piauí.*

Decreto nº 51.019 — De 24 de julho de 1961.

*— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e destinada à ampliação do Colégio Pedro II — Externato — Seção Sul, os imóveis que indica, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.*

Decreto nº 51.033 — de 25 de julho de 1961.

*— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e destinada à construção da linha de transmissão de energia elétrica entre a usina de Três Marias, no município de Corinto, e a subestação localizada na cidade de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, a área de terreno que menciona e dá outras providências.*

Decreto nº 51.034 — de 25 de julho de 1961.

*— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, um imóvel destinado à ampliação da área da Cidade Universitária do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 51.056 — de 23 de julho de 1961.

*— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra, em Santa Cruz, Estado da Guanabara.*

Decreto nº 51.062 — de 21 de julho de 1961.

## DESAPROPRIAÇÕES

Renova a declaração de utilidade de pública a que se refere o Decreto nº 36.719, de 3 de janeiro de 1955, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Várzea Alegre, no município de Várzea Alegre, Estado do Ceará.

Decreto nº 51.077 — de 31 de julho de 1961.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto número 37.130, de 4 de abril de 1955, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Choró, no município de Quixadá, Estado do Ceará.

Decreto nº 51.078 — de 31 de julho de 1961.

— Renova a declaração de utilidade de pública a que se refere o Decreto número 36.609, de 28 de dezembro de 1954, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Ponciano, no município de Traipu, no Estado de Alagoas.

Decreto nº 51.079 — de 31 de julho de 1961.

— Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à construção da usina hidro-elétrica a que se refere o Decreto Federal nº 48.104, de 21 de maio de 1959, retificado pelo de nº 47.868, de 7-8-60, e autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rita de Jacutinga, Estado de Minas Gerais, a promover a desapropriação da mesma.

Decreto nº 51.103 — de 2 de agosto de 1961.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRAS, em caráter de urgência, área de terrenos situada no Município de São Sebastião, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.117 — de 2 de agosto de 1961.

## DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel que menciona, em Barbacena (MG), necessário ao Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 51.281 — de 25 de agosto de 1961.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos que menciona, em Barbacena, Estado de Minas Gerais, necessários ao Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 51.282 — de 25 de agosto de 1961.

## DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Altera o item 36 do Decreto número 48.638, de 29 de julho de 1960.

Decreto nº 50.943 — de 13 de julho de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.

Decreto nº 51.143 — de 4 de agosto de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.

Decreto nº 51.144 — de 4 de agosto de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.

Decreto nº 51.253 — de 25 de agosto de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.

Decreto nº 51.254 — de 25 de agosto de 1961.

**DESFILES DE BELEZA**

*Proíbe o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza.*

Decreto nº 51.132 — de 11 de agosto de 1961.

**DESPORTOS**

*Dispõe sobre competições desportivas, disciplina a participação dos atletas nas partidas de futebol e dá outras providências.*

Decreto nº 51.008 — de 20 de julho de 1961.

**DIA DO ATLETA**

*Institui o Dia do Atleta.*

Decreto nº 51.165 — de 8 de agosto de 1961.

**DIA DO CEGO**

*Institui o Dia do Atleta.*

Decreto nº 51.045 — de 23 de julho de 1961.

**DIA DO ÓRFÃO**

*Institui o Dia do Órfão.*

Decreto nº 50.912 — de 5 de julho de 1961.

**DIA DO TRABALHADOR NAS MINAS DE CARVÃO**

*Institui o "Dia do Trabalhador nas Minas de Carvão".*

Lei nº 3.923 — de 23 de julho de 1961.

**DIAMANTES**

*Declara sem efeito o Decreto número 47.014, de 13 de outubro de 1959.*

Decreto nº 51.041 — de 25 de julho de 1961.

*Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Mattos a pesquisar diamantes e associados nos municípios de Balisa e Torizoreu, nos Estados de Goiás e Mato Grosso.*

Decreto nº 51.261 — de 25 de agosto de 1961.

**DIATOMITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Sinval Duarte Pereira a pesquisar diatomita no município de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 51.266 — de 25 de agosto de 1961.

**DISSÍDIO**

*Concede anistia aos trabalhadores ou servidores de empresa estatal ou privada que, por motivo decorrente de participação em movimento grevista ou de dissídio regulado pela legislação do trabalho, tenham sido acusados ou condenados por crime previsto em lei.*

Decreto Legislativo nº 7 — de 1961.

**DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA**

*Modifica o art. 24 do Decreto-lei nº 960, de 17 de dezembro de 1938, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, em todo o território nacional.*

Lei nº 3.397 — de 9 de agosto de 1961.

**DOAÇÕES**

*Autoriza o Ministério da Agricultura a aceitar a doação de um terreno que menciona, situado no município de Garanhuns, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 50.840 — de 13 de julho de 1961.

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona.*

Decreto nº 50.941 — de 13 de julho de 1961.

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Cajobi, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.842 — de 13 de julho de 1961.

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Inhumas, no Estado de Goiás.*

Decreto nº 50.943 — de 13 de julho de 1961.



## DOAÇÕES

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 50.944 — de 13 de julho de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado do Piauí.*

Decreto nº 51.017 — de 24 de julho de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 51.069 — de 27 de julho de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Sertãozinho, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.063 — de 31 de julho de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Paranaguá, Estado do Paraná (PR).*

Decreto nº 51.127 — de 2 de agosto de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de Goiás.*

Decreto nº 51.189 — de 11 de agosto de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Pedro Afonso, Estado de Goiás.*

Decreto nº 51.190 — de 11 de agosto de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de São João Evangelista, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.191 — de 11 de agosto de 1961.

## DOAÇÕES

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União, a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Jaboticabal, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.192 — de 11 de agosto de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União, a aceitar a doação de uma área de terreno situado na cidade de Sant'Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 51.212 — de 13 de agosto de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União, a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 51.235, de 22 de agosto de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Itápolis, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.236, de 22 de agosto de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Itanhaem (SP).*

Decreto nº 51.280, de 25 de agosto de 1961.

## DORMITÓRIO DO ESTUDANTE

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para auxiliar às despesas com a construção do "Dormitório do Estudante", em Manaus, Estado do Amazonas.*

Decreto nº 51.195, de 12 de agosto de 1961.

## DURATEX S. A.

*Concede permissão, em caráter permanente, a Duratex S.A. — Indústria e Comércio, com sede na Capital do Estado de São Paulo e com fábrica de chapas de fibra de madeira em Jundiá, Estado de São Paulo, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.*

Decreto nº 50.970, de 17 de julho de 1961.

## E

## EDUCAÇÃO ALIMENTAR

*Altera disposições do Decreto número 49.125, de 19 de outubro de 1960.*

Decreto nº 51.047, de 26 de julho de 1961.

## EMBAIXADAS

*Ver: Ministério das Relações Exteriores.*

## EMENDA CONSTITUCIONAL

*Ato Adicional — Institui o sistema parlamentar do governo.*

Emenda Constitucional nº 4.

EMISSORA RURAL A VOZ DO  
SÃO FRANCISCO LIMITADA

*Revigora a concessão outorgada à Emissora Rural A Voz do São Francisco Ltda. pelo Decreto nº 50.089-61, para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 50.901, de 3 de julho de 1961.

EMPRESA MINERADORA CAZÚ  
LIMITADA

*Concede à Empresa Mineradora Cazu Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.293, de 25 de agosto de 1961.

## EMPRESAS INCORPORADAS

*Dispõe sobre funções de extranumerário-mensalista da Tabela Única do Ministério da Educação e Cultura para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, por força do art. 1º da Lei nº 2.904, de 1956, combinado com o art. 6º, § 2º, da Lei nº 2.193, de 1954, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.835, de 23 de junho de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do S. Francisco, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), para custear a construção da linha de transmissão da Central Elétrica de Três Marias, para as cidades de Pirapora e Montes Claros, no Estado de Minas Gerais.*

Lei nº 3.950, de 2 de setembro de 1961.

*— Autoriza a modificação de frequência no sistema da Companhia Industrial Ourepretana.*

(Publicado no Diário Oficial de 29 de dezembro de 1960 — Seção I).

*Retificação.*

Decreto nº 48.813, de 12 de agosto de 1960.

*— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Cooperativa de Consumo de Eletricidade Itacuruba — Rodelas Limitada.*

Decreto nº 49.690, de 31 de dezembro de 1960.

*— Autoriza a Sociedade Termoelétrica de Capivari a ampliar o seu sistema de transmissão de energia elétrica.*

Decreto nº 50.727, de 6 de junho de 1961.

*— Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica a ampliar seu sistema de transmissão de energia elétrica no Estado do Paraná, mediante a construção de uma linha entre as cidades de Londrina e Maringá, passando pela de Apucarana.*

Decreto nº 49.730, de 31 de dezembro de 1960.

*— Autoriza a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S. A. a alienar a Usina Termoelétrica de Santa Lina, instalada em Quatã, Estado de São Paulo.*

(Publicado no Diário Oficial de 11 de janeiro de 1961 — Seção I).

*Retificação.*

Decreto nº 49.736, de 31 de dezembro de 1960.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Babcock & Wilcox (Caldeiras) S.A., a instalar um grupo diesel elétrico.*

Decreto nº 50.898, de 3 de julho de 1961.

— *Autoriza a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai a proceder aos estudos para aproveitamento da energia hidráulica do rio Iguaçu, desde a foz do rio Santo Antônio até as cabeceiras.*

Decreto nº 50.899, de 3 de julho de 1961.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Araxá para a "Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A." a concessão para a produção e fornecimento da energia elétrica ao Município de Araxá, excluída a localidade de Barreiro do Araxá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.900, de 3 de julho de 1961.

— *Autoriza a Companhia Elétrica Caiuá, a instalar duas subestações transformadoras em Presidente Prudente, Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.902, de 3 de julho de 1961.

— *Autoriza a São Paulo Light S.A. — Serviços de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 50.958, de 14 de julho de 1961.

— *Aprova, para fins de legalização, a construção, já realizada, da linha de subtransmissão de energia elétrica, entre a Estação Receptora Triagem e a Subestação Receptora Engenho da Pedra, no sistema elétrico da Rio Light S.A. — Serviços de Eletricidade e Carris.*

Decreto nº 50.959, de 14 de julho de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 50.122, de 26 de janeiro de 1961, que autorizou a Prefeitura Municipal de Tatui, Estado de São Paulo, a encampar os serviços de energia elétrica de que é concessionária a Companhia Luz e Força Tatui, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.969, de 17 de julho de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a construir uma linha de transmissão.*

Decreto nº 50.985, de 18 de julho de 1961.

— *Outorga ao Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.986, de 18 de julho de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e destinada à construção da linha de transmissão de energia elétrica entre a usina de Três Marias, no Município de Corinto, e a subestação localizada na cidade de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, a área de terreno que menciona e dá outras providências.*

Decreto nº 51.034, de 25 de julho de 1961.

— *Declara a caducidade da concessão de que é titular Sizenando Cunha Lima para explorar os serviços de energia elétrica na cidade de Areia, Estado da Paraíba.*

Decreto nº 51.052, de 26 de julho de 1961.

— *Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à construção da usina hidro-elétrica a que se refere o Decreto Federal nº 46.104, de 21 de maio de 1959, retificado pelo de nº 47.866, de 7 de março de 1960, e autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rita de Jacutinga, Estado de Minas Gerais, a promover a desapropriação da mesma.*

Decreto nº 51.108, de 2 de agosto de 1961.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Guarabira, Estado da Paraíba, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 51.110, de 2 de agosto de 1961.

— *Autoriza a São Paulo Light S.A. a construir um ramal de linha de transmissão no Município de Santo André, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.112, de 3 de agosto de 1961.

**ENERGIA ELÉTRICA**

Retifica o Decreto nº 48.133, de 20 de abril de 1960.

Decreto nº 51.113, de 2 de agosto de 1961.

— Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no Município de Rolante e dá outras providências.

Decreto nº 51.119, de 2 de agosto de 1961.

— Outorga à Companhia Hidro Elétrica de Califórnia, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água Barra Nova, Município de Califórnia, Estado do Paraná.

Decreto nº 51.159, de 7 de agosto de 1961.

— Autoriza Joaquim Simões de Oliveira a construir um ramal particular de linha de transmissão entre a sede da Fazenda Santa Teresa e a da Fazenda Bela Vista, situadas, respectivamente, nos Municípios de Brotas e de Itirapina, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto nº 51.246, de 24 de agosto de 1961.

— Vincula recursos de Fundo Federal de Eletrificação ao projeto hidroelétrico de Furnas, e autoriza ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a tomar as providências necessárias.

Decreto nº 51.255, de 25 de agosto de 1961.

— Outorga à Centrais Elétricas do Rio das Contas S.A. concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica nos rios das Contas e Gongogi, no Estado da Bahia.

Decreto nº 51.267, de 25 de agosto de 1961.

— Outorga à Companhia Energia Elétrica da Bahia concessão para distribuir energia elétrica na sede do Município de São Félix, Estado da Bahia.

Decreto nº 51.268, de 25 de agosto de 1961.

**ENERGIA ELÉTRICA**

Autoriza a Companhia Elétrica Caiuá a construir uma linha de transmissão.

Decreto nº 51.269, de 25 de agosto de 1961.

— Transfere de Lauro Machado para a Prefeitura Municipal de Turmalina a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica no Município de Turmalina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.270, de 25 de agosto de 1961.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Oliveira para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. — CEMIG — a concessão para o fornecimento de energia elétrica à sede do Município de Oliveira — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.271 — de 25 de agosto de 1961.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Oliveira, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Morro do Ferro, município de Oliveira, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.272 — de 25 de agosto de 1961.

— Autoriza a Centrais Elétricas de Goiás S. A. — CELG — a ampliar suas instalações e instalar duas subestações abaixadoras.

Decreto nº 51.292 — de 25 de agosto de 1961.

— Outorga ao Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 51.305 — de 25 de agosto de 1961.

— Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir uma linha de transmissão.

Decreto nº 51.306 — de 25 de agosto de 1961.

**ENERGIA HIDRÁULICA**

— Ver Energia Elétrica.

## ENERGIA TERMELÉTRICA

— Ver *Energia Elétrica*.

## ENSINO INDUSTRIAL

Permite aos portadores de curso colegial, matrícula na 3.<sup>a</sup> série dos cursos industriais técnicos.

Decreto n.º 50.945 — de 13 de julho de 1961.

— Dispõe sobre os setores de produção das escolas de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto n.º 51.225 — de 22 de agosto de 1961.

## ENSINO MÉDIO

Determina sejam ministradas aulas sobre a Constituição Federal em estabelecimentos de ensino de grau médio.

Decreto n.º 51.319 — de 2 de setembro de 1961.

## ENSINO NORMAL

Estabelece normas para a educação musical nos Jardins de Infância, nas escolas Pré-Primárias, Primárias, Secundárias e Normais, em todo o País.

Decreto n.º 51.215 — de 21 de agosto de 1961.

## ENSINO PRIMÁRIO

Estabelece normas para a educação musical nos Jardins de Infância, nas escolas Pré-Primárias, Primárias, Secundárias e Normais, em todo o País.

Decreto n.º 51.215 — de 21 de agosto de 1961.

## ENSINO SECUNDÁRIO

Estabelece normas para a educação musical nos Jardins de Infância, nas escolas Pré-Primárias, Primárias, Secundárias e Normais, em todo o País.

Decreto n.º 51.215 — de 21 de agosto de 1961.

— Modifica a redação do dispositivo que indica.

Decreto n.º 51.237 — de 23 de agosto de 1961.

## ENSINO SUPERIOR

Dispõe sobre a agregação de estabelecimento ou instituto de ensino superior às Universidades, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.129 — de 2 de agosto de 1961.

— Altera dispositivo do Decreto número 50.737, de 7-6-1961.

Decreto n.º 51.146 — de 5 de agosto de 1961.

## ESCOLAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 — (cinco milhões de cruzeiros) — destinado a auxiliar a construção do Hospital São Domingos, da Escola de Enfermagem Frei Eugênio, de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.

Lei n.º 3.934 — de 7 de agosto de 1961.

— Cria uma escola de Iniciação Agrícola em Buriti-Alegre, no Estado de Goiás, e dá outras providências.

Lei n.º 3.965 — de 29 de setembro de 1961.

— Concede equiparação aos Cursos de Iniciação e Mestría Agrícola da Escola Prática de Agricultura "José Benício".

Decreto n.º 49.818 — de 5 de janeiro de 1961.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado do Piauí.

Decreto n.º 51.017 — de 24 de julho de 1961.

— Dispõe sobre a Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Decreto n.º 51.163, de 8 de agosto de 1961.

— Fixa honorários de professores e assistentes dos Cursos do Departamento Nacional da Criança.

Decreto n.º 51.168, de 9 de agosto de 1961.

**ESCOLAS**

*Regulamenta o Decreto-lei número 910, de novembro de 1938, que dispõe sobre o exercício da Profissão de Jornalista.*

Decreto nº 51.218, de 22 de agosto de 1961.

— *Dispõe sobre os setores de produção das escolas de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto nº 51.225, de 22 de agosto de 1961.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ... Cr\$ 3.000.000,00, para atender às despesas do Colégio Municipal Pelotense, de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 51.234, de 22 de agosto de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a ceder gratuitamente à Escola de Aperfeiçoamento e Preparação da Aeronáutica Civil, sediada no Estado da Guanabara, os terrenos que menciona.*

Decreto nº 51.279, de 25 de agosto de 1961.

— *Dispõe sobre transferência de alunos matriculados em Brasília, no corrente ano letivo.*

Decreto nº 51.318, de 2 de setembro de 1961.

— *Ver, também Universidades, Faculdades e Cursos.*

*Quanto às Militares, ver Aeronáutica, Exército e Marinha.*

**ESTADO DA BAHIA**

*Outorga ao Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 50.986, de 18 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio denominado "Mutuca", "Água Suja" e "Água Suja", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 50.988, de 18 de julho de 1961.

**ESTADO DA BAHIA**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Jacurici.*

Decreto nº 50.989, de 18 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Panelão, Panelão/Panela e Panela, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 50.991, de 18 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Preto.*

Decreto nº 50.996, de 19 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado da Bahia, as águas do rio denominado "Braço do Sul", "Frade" e "Frade", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 50.998, de 19 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio "Salsa ou Braço do Sul", "Salsa" e "Salsa", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 51.071, de 28 de julho de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Preto.*

Decreto nº 51.273, de 25 de agosto de 1961.

— *Outorga ao Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 51.305, de 25 de agosto de 1961.

**ESTADO DO CEARÁ**

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Ceará, as águas do rio Juibara.*

Decreto nº 51.038, de 25 de julho de 1961.

## ESTADO DO CEARÁ

*Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, na parte marítima e do domínio do Estado do Ceará no restante do seu curso, as águas do curso denominado Curu.*

Decreto nº 51.094, de 1 de agosto de 1961.

## ESTADO DE GOIÁS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Santana.*

Decreto nº 51.037, de 25 de julho de 1961.

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio denominado Jacuba, Jacuba-Posse e Posse, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 51.082, de 31 de julho de 1961.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Bagre.*

Decreto nº 51.090, de 1 de agosto de 1961.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Ponte Alta-Bois, Bois-Peixe e Peixe, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 51.091, de 1 de agosto de 1961.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio "Água Limpa".*

Decreto nº 51.092, de 1 de agosto de 1961.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Taguarassu.*

Decreto nº 51.096, de 1 de agosto de 1961.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Mateira.*

Decreto nº 51.097, de 1 de agosto de 1961.

## ESTADO DE GOIÁS

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Bocaina.*

Decreto nº 51.098, de 1 de agosto de 1961.

## ESTADO DA GUANABARA

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado da Guanabara, as águas do rio Paíneiras.*

Decreto nº 51.081, de 31 de julho de 1961.

## ESTADO DO MARANHÃO

*Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a pesquisar calcário no município de Codó, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 51.158, de 7 de agosto de 1961.

## ESTADO DE MATO GROSSO

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do rio São Domingos.*

Decreto nº 51.048, de 26 de julho de 1961.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do rio Ponte de Pedra, Ponte de Pedra e Dr. Corrêa, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 51.051, de 26 de julho de 1961.

*— Declara públicas, de uso comum do domínio da União e do Estado de Mato Grosso, as águas do rio "Santa Virgínia-Dourados", "Dourados" e "Dourados", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 50.993 de 12 de julho de 1961.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Lenheiro.*

Decreto nº 50.965, de 17 de julho de 1961.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Cágado.

Decreto nº 50.974, de 18 de julho de 1961.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Brauna.

Decreto nº 50.976, de 18 de julho de 1961.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Itaci.

Decreto nº 50.977, de 18 de julho de 1961.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Água Branca".

Decreto nº 50.978, de 18 de julho de 1961.

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Ramalhão.

Decreto nº 50.979, de 18 de julho de 1961.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Estiva ou Salomão, Taboão e Toboão, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto nº 50.980, de 18 de julho de 1961.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais as águas do rio S. Mateus.

Decreto nº 50.981, de 18 de julho de 1961.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Prata".

Decreto nº 50.982, de 18 de julho de 1961.

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Vermelho, Suassui Grande e Suassui Grande, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto nº 50.983, de 18 de julho de 1961.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Rubim do Norte.

Decreto nº 50.995, de 19 de julho de 1961.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Jutai Grande.

Decreto nº 51.036, de 25 de julho de 1961.

## ESTADO DO PARANÁ

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Centenário.

Decreto nº 50.987, de 18 de julho de 1961.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio denominado Monjolo, Olaria, Xurquinho, Cascável e Cascável, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto nº 50.992, de 18 de julho de 1961.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio denominado "Barra Nova", "Bom" e "Bom", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto nº 51.007, de 20 de julho de 1961.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio São Francisco.

Decreto nº 51.072, de 28 de julho de 1961.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Marrecas.

Decreto nº 51.074, de 23 de julho de 1961.



## ESTADO DO PARANÁ

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Pimpinela.*

Decreto nº 51.075, de 28 de julho de 1961.

## ESTADO DE PERNAMBUCO

*Concede o auxílio especial de Cr\$. 10.000.000,00 ao Governo do Estado de Pernambuco para construção do Hospital de Pronto Socorro, em Recife.*

Lei nº 3.913, de 6 de julho de 1961.

*— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito extraordinário de Cr\$ 140.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto nº 51.252, de 24 de agosto de 1961.

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas dos rios Pirapitinga, Alambarrizinho, Alambari, Alambarrizinho Segundo, Paulistinha, Portinho, Carreiras e Pequeno.*

Decreto nº 50.990, de 18 de julho de 1961.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

*Altera disposições do Decreto número 49.125, de 19 de outubro de 1960.*

Decreto nº 51.047, de 26 de julho de 1961.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a construir uma linha de transmissão.*

Decreto nº 50.985, de 18 de julho de 1961.

*— Declara públicas, do uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Arcado.*

Decreto nº 50.994, de 19 de julho de 1961.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio denominado Camisas-Antas, Antas-Taquari e Taquari, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 51.107, de 2 de agosto de 1961.

*— Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no município de Rolante e dá outras providências.*

Decreto nº 51.119, de 2 de agosto de 1961.

## ESTADO DE SÃO PAULO

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo as águas do rio "Água Branca".*

Decreto nº 51.006, de 20 de julho de 1961.

*— Declara públicas, do uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Braço Grande ou Pedreado.*

Decreto nº 51.021, de 24 de julho de 1961.

*— Declara públicas, do uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio "Cervo".*

Decreto nº 51.022, de 24 de julho de 1961.

*— Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir uma linha de transmissão.*

Decreto n.º 51.306 — de 25 de agosto de 1961.

## EXÉRCITO

*Fixa a distribuição, em cada Arma e em cada posto, das funções dos Oficiais do Exército, a vigorar a partir de 24 de agosto de 1961.*

Decreto n.º 51.260 — de 25 de agosto de 1961.

*Altera os artigos 40, 57, e o parágrafo 1.º, do artigo 61, do Regulamento Disciplinar do Exército — (RDE).*

Decreto n.º 51.331 — de 6 de setembro de 1961.

**EXÉRCITO**

*Cria o Batalhão de Polícia do Exército da Guarda Presidencial, com sede em Brasília — (D. F.) — subordinado à 1.ª R. M.*

Decreto n.º 51.332 — de 6 de setembro de 1961.

— *Altera o artigo 12, do Decreto número 41.186, de 20 de março de 1957.*

Decreto n.º 51.334 — de 6 de setembro de 1961.

— *Ver, também, Ministério da Guerra.*

**EXPORTAÇÃO**

*Regula o disposto nos artigos 99 e 100, do Decreto n.º 15.673, de 7 de setembro de 1922.*

Decreto n.º 50.914 — de 6 de julho de 1961.

— *Aprova as especificações para a classificação e fiscalização da exportação da raiz de ipecacuanha em estado natural e raiz de ipecacuanha em pó.*

Decreto n.º 51.065 — de 27 de julho de 1961.

— *Altera a redação do artigo 6.º, do Decreto n.º 46.794, de 4-9-1949, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.208 — de 18 de agosto de 1961.

— *Aprova as novas especificações para a classificação e fiscalização da exportação da "Castanha do Brasil".*

Decreto n.º 51.209 — de 18 de agosto de 1961.

**EXPOSIÇÕES E FEIRAS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, destinado à conclusão das obras do Parque de Exposição de Concórdia, no Estado de Santa Catarina, para a II Exposição Nacional de Suínos, realizada em 1960.*

Lei n.º 3.947 — de 1.º de setembro de 1961.

**F****F. STEVENSON & COMPANY LIMITED**

*Concede à Sociedade Anônima F. Stevenson & Company Limited autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 51.121 — de 2 de agosto de 1961.

**FERIADO BANCÁRIO**

*Dispõe sobre feriado bancário.*

Decreto n.º 51.314 — de 26 de agosto de 1961.

— *Dispõe sobre feriado bancário.*

Decreto n.º 51.315 — de 30 de agosto de 1961.

— *Prorroga feriado bancário estabelecido pelo Decreto n.º 51.315, de 30 de agosto de 1961.*

Decreto n.º 51.317 — de 2 de setembro de 1961.

— *Prorroga feriado bancário estabelecido pelo Decreto n.º 51.315, de 30 de agosto de 1961.*

Decreto n.º 51.328 — de 6 de setembro de 1961.

**FERROVIAS**

*Regulamenta o disposto nos artigos 99 e 100, do Decreto n.º 15.673, de 7 de setembro de 1922.*

Decreto n.º 50.914 — de 6 de julho de 1961.

**FERTILIZANTES**

*Manda aplicar as normas dos Decretos ns. 50.354, de 17 de março de 1961; 50.354, de 17 de março de 1961; 50.359, de 18 de março de 1961, 50.363, de 20 de março de 1961; e 50.378, de 25 de março de 1961, aos estoques e quantidades em trânsito de petróleo e derivados, trigo e derivados, fertilizantes, inseticidas e semelhantes, e papel de imprensa, adquiridos antes da Instrução número 208, de 1.º de julho de 1961, da Superintendência da Moeda e do Crédito.*

Decreto n.º 50.889 — de 1.º de junho de 1961.

## FLORESTAS

*Declara protetoras florestas que menciona, existentes no Estado de Mato Grosso e Território Federal de Rondônia.*

Decreto n.º 51.167 — de 9 de agosto de 1961.

— *Aprova o Regulamento do Fundo Florestal, criado pelo Decreto número 23.793, de 23 de janeiro de 1934.*

Decreto n.º 51.219 — de 22 de agosto de 1961.

— *Regulamenta os artigos 36, 37, 38 e 39, do Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.220 — de 22 de agosto de 1961.

— *Ver, também, Reservas florestais.*

## FLUORITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Valdir De Cezaro Nanon a pesquisar fluorita no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 51.303 — de 25 de agosto de 1961.

## FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

*Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional no Projeto que se transformou na Lei n.º 3.906, de 19 de junho de 1961.*

Lei n.º 3.906 — de 19 de junho de 1961.

## FORD MOTOR DO BRASIL S. A.

*Concede à Ford Motor do Brasil Sociedade Anônima autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 51.249 — de 24 de agosto de 1961.

## FOSFORITA

*Autoriza Novas Indústrias Olinda S.A., a pesquisar fosforita no Município de Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 51.265 — de 25 de agosto de 1961.

## FUNCIONÁRIO PÚBLICO

*Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional no Projeto que se transformou na Lei n.º 3.906, de 19 de junho de 1961.*

Lei n.º 3.906 — de 19 de junho de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.054 — de 26 de julho de 1961.

— *Institui medalha ao funcionário com cinquenta anos de serviço público, sem falta grave e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.061 — de 27 de julho de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.162 — de 7 de agosto de 1961.

— *Dispõe sobre o expediente das repartições e o horário dos servidores.*

Decreto n.º 51.166 — de 8 de agosto de 1961.

— *Dispõe sobre o expediente das repartições e o horário de trabalho do funcionalismo.*

Decreto n.º 51.320 — De 2 de setembro de 1961.

## FUNÇÕES DE CARATER OU INTERESSE MILITAR

*Cria o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Estudos Espaciais e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.133 — de 3 de agosto de 1961.

## FUNÇÕES GRATIFICADAS

*Revoga o Decreto número 46.238, de 18 de junho de 1959.*

Decreto n.º 50.935 — de 11 de julho de 1961.

**FUNÇÕES GRATIFICADAS**

*Inclui funções gratificadas na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 51.018 — de 24 de julho de 1961.

**FUNDO DE RECUPERAÇÃO DA AGRO-INDÚSTRIA CANAVIEIRA**

*Cria o Fundo de Recuperação da Agro-Indústria Canavieira, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.104 — de 1.º de agosto de 1961.

**FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO**

*Vincula recursos do Fundo Federal de Eletrificação ao projeto hidrelétrico de Furnas e autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a tomar as providências necessárias.*

Decreto n.º 51.255 — de 25 de agosto de 1961.

**FUNDO FLORESTAL**

*Aprova o Regulamento do Fundo Florestal, criado pelo Decreto número 23.793, de 23 de janeiro de 1934.*

Decreto n.º 51.219 — de 22 de agosto de 1961.

**GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

*Concede taxa favorecida de juros para redesconto de "warrant", representativo de gêneros alimentícios quando armazenados pelo produtor.*

Decreto n.º 51.141 — de 4 de agosto de 1961.

**G****GILLETTE SAFETY RAZOR COMPANY OF BRAZIL**

*Concede à sociedade anônima Gillette Safety Razor Company of Brazil autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 50.577 — de 19 de maio de 1961.

**GREVES**

*Concede anistia aos trabalhadores ou servidores de empresa estatal ou privada que, por motivo decorrente de participação em movimento previsto ou de dissídio, regulado pela legislação do trabalho, tenham sido acusados ou condenados por crime previsto em lei.*

Decreto Legislativo n.º 7, de 1961.

**GRUPOS DE TRABALHO**

*Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho.*

Decreto n.º 51.171, de 9 de agosto de 1961.

— *Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar as providências necessárias ao reequipamento técnico e científico das Universidades do Nordeste.*

Decreto n.º 50.913, de 5 de julho de 1961.

— *Altera o Decreto n.º 43.174, de 4 de fevereiro de 1953, que institui o Grupo de Trabalho do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, para erradicação da malária no país.*

Decreto n.º 50.925, de 7 de julho de 1961.

— *Institui Grupo de Trabalho a fim de dar cumprimento ao disposto no art. 180 e seu parágrafo único da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960.*

Decreto n.º 50.957, de 14 de julho de 1961.

— *Constitui Grupo de Trabalho, para o fim especial que especifica.*

Decreto n.º 50.960, de 15 de julho de 1961.

— *Atribui à Comissão de Amparo à Produção Agropecuária a função de coordenadora dos Grupos de Trabalho constituídos com objetivos relacionados diretamente com a produção agropecuária e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.015, de 24 de julho de 1961.

## GRUPOS DE TRABALHO

*Cria Grupo de Trabalho e dá outras providências.*

Decreto nº 51.213, de 21 de agosto de 1961.

— *Cria Grupo de Trabalho e dá outras providências.*

Decreto nº 51.216, de 21 de agosto de 1961.

## GRUPO EXECUTIVO

### DA INDÚSTRIA DE MATERIAL AERONÁUTICO

*Altera a constituição prevista no art. 3º do Decreto nº 50.837, de 23 de junho de 1961, que cria o GEIMA.*

Decreto nº 51.139, de 4 de agosto de 1961.

### GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA (GEIMET)

*Altera o art. 1º do Decreto nº 50.521, de 3 de maio de 1961, que criou o Grupo Executivo da Indústria Metalúrgica (GEIMET).*

Decreto nº 51.067, de 27 de julho de 1961.

## H

### "HINO A BRASÍLIA"

*Manda adotar sob o título de "Hino a Brasília" a composição musical que menciona.*

Decreto nº 51.000, de 19 de julho de 1961.

### HIPNOTISMO

*Proíbe espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia, de qualquer tipo ou forma, em clubes, auditórios, palcos ou estúdios de rádio e de televisão, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.009, de 22 de julho de 1961.

### HIPOTECAS

*Facilita as hipotecas até Cr\$. .... 100.000,00 (cem mil cruzeiros).*

Lei nº 3.942, de 21 de agosto de 1961.

## IMPORTAÇÃO

*Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para maquinarias importadas pela firma Integral Arroz Ltda. de Porto Alegre.*

Lei nº 3.915, de 12 de julho de 1961.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamentos telefônicos a serem importados pela Telefônica Manhuagu S. A., em Minas Gerais.*

Lei nº 3.920, de 25 de julho de 1961.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento telefônico a ser importado pela Co-operativa de Melhoramentos de Caururu Ltda.*

Lei nº 3.921, de 25 de julho de 1961.

— *Concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para doativos consignados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.*

Lei nº 3.926, de 26 de julho de 1961.

— *Concede isenção de direitos de importação e outros tributos para mercadorias doadas pela "Church World Service" (C.W.S.) dos Estados Unidos da América do Norte à Confederação Evangélica do Brasil.*

Lei nº 3.931, de 3 de agosto de 1961.

— *Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para as mercadorias doadas pela War Relief Service (N. C. W. C.) dos Estados Unidos da América do Norte à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.*

Lei nº 3.932, de 3 de agosto de 1961.

**IMPORTAÇÃO**

*Isenta do imposto de importação equipamento telefônico em favor da Companhia Telefônica de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.*

Lei n.º 3.946 — de 1.º de setembro de 1961.

— *Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, executada a taxa de despacho aduaneiro, para um altar-mor, doado pela Senhora Curgie Assad Abdalla, à Catedral Ortodoxa da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Lei n.º 3.955 — de 11 de setembro de 1961.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamentos telefônicos a serem importados pelas Companhias Telefônica de Rio Preto, Telefônica de Piracicaba S. A., Empresa Telefônica Paulista, Companhia Telefônica Borda do Campo, Telefônica de Limeira S. A., Estado de São Paulo e Sociedade Telefônica do Paraná, Estado do Paraná.*

Lei n.º 3.956 — de 11 de setembro de 1961.

— *Concede, até 30 de junho de 1962, isenção de direitos alfandegários, exceto a taxa de despacho aduaneiro a que se refere o artigo 86 da Lei número 3.244, de 14-8-1957, e de imposto de consumo para importação de material destinado à fabricação de tratores agrícolas, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.963 — de 20 de setembro de 1961.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Organização Telefônica do Paraná S. A.*

Lei n.º 3.904 — de 20 de setembro de 1961.

— *Regulamenta o artigo 28 da Lei número 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que criou o Conselho Nacional de Pesquisas.*

Decreto n.º 50.904 — de 3 de julho de 1961.

**IMPORTAÇÃO**

*Altera o item 36, do Decreto número 48.638, de 29 de julho de 1960.*

Decreto n.º 50.946 — de 13 de julho de 1961.

— *Regulamenta o artigo 17 da Lei número 3.496, de 21 de dezembro de 1958.*

Decreto n.º 51.086 — de 31 de julho de 1961.

— *Isenta do pagamento do imposto de importação, nos termos do artigo 4.º, da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, os bens cuja importação seja considerada de interesse para a produção agro-pecuária, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.118 — de 2 de agosto de 1961.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto n.º 51.143 — de 4 de agosto de 1961.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto n.º 51.144 — de 4 de agosto de 1961.

**IMPÓSTO DE CONSUMO**

*Isenta da incidência do imposto de consumo o sulfato cúprico destinado à agricultura.*

Lei n.º 3.927 — de 26 de julho de 1961.

— *Reduz de 1 %, o imposto de consumo incidente sobre salitre do Chile e duplo de sódio e potássio.*

Decreto n.º 51.003 — de 19 de julho de 1961.

— *Dá nova redação ao artigo 36 do Decreto n.º 45.422, de 12 de fevereiro de 1959.*

Decreto n.º 51.103 — de 1 de agosto de 1961.

## IMPOSTO DE RENDA

*Regulamenta os serviços de fiscalização do Imposto de Renda.*

Decreto n.º 50.966 — de 17 de julho de 1961.

## INDENIZAÇÕES

*Cria o Grupo de Trabalho; e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.213 — de 21 de agosto de 1961.

## INDÚSTRIA CANAVIEIRA

*Altera a redação do artigo 7.º, do Decreto número 51.104, de 1.º de agosto de 1961.*

Decreto n.º 51.148 — de 5 de agosto de 1961.

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁRMORES BRASILEIROS "MARBRAS" LIMITADA

*Concede à Indústria e Comércio de Mármore Brasileiros "Marbras" Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 51.245 — de 24 de agosto de 1961.

## INQUILINATO

*Dispõe sobre a prorrogação da Lei número 1.300, de 28 de dezembro de 1950 — (Lei do Inquilinato) — e dá outras providências.*

Lei n.º 3.912 — de 3 de julho de 1961.

## INSETICIDAS

*Manda aplicar as normas dos Decretos números 50.354, de 17 de março de 1961; 50.359, de 18 de março de 1961; 50.363, de 20 de março de 1961; e 50.378, de 25 de março de 1961, dos estoques e quantidades em trânsito, de petróleo e derivados, trigo e derivados, fertilizantes, inseticidas e semelhantes e papel de imprensa, adquiridos antes da Instrução número 208, de 1.º de junho de 1961, da Superintendência da Moeda e do Crédito.*

Decreto n.º 50.889 — de 1.º de julho de 1961.

## INSTITUIÇÕES DE CARIDADE

*Concede anistia as instituições caritativas quanto ao recolhimento de contribuições atrasadas aos Institutos de Previdência.*

Lei n.º 3.933, de 4 de agosto de 1961.

## INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA

*Acrescenta parágrafo ao art. 1.º do Decreto n.º 50.268, de 8 de fevereiro de 1961, que dispõe sobre depósitos bancários de entidades governamentais.*

Decreto n.º 50.920, de 6 de julho de 1961.

*— Institui uma Comissão para examinar a exatidão dos créditos das instituições de previdência social com a União, por pagamento originário do Decreto-lei n.º 3.769-41, ou das vantagens previstas no art. 504, do Decreto n.º 43.959-A-60, providenciando medidas necessárias à sua liquidação.*

Decreto n.º 50.933, de 10 de julho de 1961.

## INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.054, de 26 de julho de 1961.

## INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

*Estende ao pessoal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a concessão do auxílio previsto no artigo 137, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 51.053, de 26 de julho de 1961.

*— Estende ao pessoal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística as vantagens da Lei n.º 1.741, de 22 de novembro de 1952.*

Decreto n.º 51.250, de 24 de agosto de 1961.

### INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS

*Estabelece a estrutura provisória do Serviço do Hospital Presidente Dutra, do IAPC no Estado do Maranhão, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.915, de 6 de julho de 1961.

### INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS

*Cria cargos e funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências.*

Decreto nº 50.952, de 14 de julho de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Fazenda a pagar Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), ao IAPETC, cria Fundo Especial e dá outras providências.*

Decreto nº 50.938, de 17 de julho de 1961.

— *Regulamenta o art. 17 da Lei nº 3.496, de 21 de dezembro de 1958.*

Decreto nº 51.086, de 31 de julho de 1961.

— *Prorroga, por trinta dias o prazo fixado no art. 4º do Decreto número 50.613, de 18-5-1961.*

Decreto nº 51.140, de 4 de agosto de 1961.

### INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Concede amnistia às instituições caritativas quanto ao recolhimento de contribuições atrasadas aos Institutos de Previdência.*

Lei nº 3.933, de 4 de agosto de 1961.

— *Institui Grupo de Trabalho a fim de dar cumprimento ao disposto no art. 180 e seu parágrafo único da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.*

Decreto nº 50.957, de 14 de julho de 1961.

### INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Dispõe sobre depósitos bancários das instituições de previdência, em condições especiais, ou vinculados à prestação de serviço.*

Decreto nº 50.961, de 15 de julho de 1961.

— *Determina a inspeção permanente dos serviços assistenciais da previdência social.*

Decreto nº 51.085, de 31 de julho de 1961.

### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

*Torna sem efeito o Decreto número 50.051, de 24 de janeiro de 1961, que transferiu cargos, da Parte Suplementar para a Parte Permanente, no Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE).*

Decreto nº 50.956, de 14 de julho de 1961.

— *Dispõe sobre o reajustamento automático das pensões concedidas pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 3.593, de 27 de julho de 1959, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.060, de 26 de julho de 1961.

### INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

*Institui, sob a Presidência do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o "Grupo de Estudos de Mão-de-Obra".*

Decreto nº 51.251, de 24 de agosto de 1961.

### INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e dá outras providências.*

Decreto nº 51.054, de 26 de julho de 1961.



# INSTITUTO NACIONAL DO ALGODÃO

*Cria a Junta Nacional de Algodão e dá outras providências.*

Decreto nº 51.184, de 11 de agosto de 1961.

# INSTITUTO NACIONAL DO DO MATE

*Suprime cargos no Quadro do Pessoal do Instituto Nacional do Mate e dá outras providências.*

Decreto nº 51.164, de 8 de agosto de 1961.

# INSTITUTO OCEANOGRÁFICO

*Autoriza o Ministério da Fazenda a vender gratuitamente ao Instituto Oceanográfico, da Universidade de São Paulo, o terreno que menciona.*

Decreto nº 50.939, de 13 de julho de 1961.

# INSTITUTO RIO BRANCO

*Altera a Redação do art. 5º do Regulamento do Instituto Rio Branco.*

Decreto nº 4, de 21 de setembro de 1961.

# IPASE

*Ver: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.*

# IPECACUANHA

*Aprova as especificações para a classificação e fiscalização da exportação da raiz da ipecacuanha em estado natural e raiz da ipecacuanha em pó.*

Decreto nº 51.065, de 27 de julho de 1961.

# ISENÇÕES

*Concede isenção de direitos e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para maquinarias importadas pela firma Integral Arroz Ltda. de Porto Alegre.*

Lei nº 3.915, de 12 de julho de 1961.

*— Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamentos telefônicos a serem importados pela Telefônica Manhauçu S.A., em Minas Gerais.*

Lei nº 3.920, de 25 de julho de 1961.

# ISENÇÕES

*Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento telefônico a ser importado pela Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru Ltda.*

Lei nº 3.921, de 25 de julho de 1961.

*— Concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos, consignados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.*

Lei nº 3.926, de 26 de julho de 1961.

*— Isenta da incidência do imposto de consumo o sulfato cúprico destinado à agricultura.*

Lei nº 3.927, de 26 de julho de 1961.

*— Concede isenção de direitos de importação e outros tributos para mercadorias doadas pela "Church World Service" (C.W.S.) dos Estados Unidos da América do Norte à Confederação Evangélica do Brasil.*

Lei nº 3.931, de 3 de agosto de 1961.

*— Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, inclusive o de previdência social, para as mercadorias doadas pela War Relief Service (N. C. W. C.) dos Estados Unidos da América do Norte à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.*

Lei nº 3.932, de 3 de agosto de 1961.

*— Isenta da taxa de 5% prevista no art. 66, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, materiais importados pela sociedade civil "Pioneiras Sociais", com sede no Distrito Federal.*

Lei nº 3.943, de 23 de agosto de 1961.

*— Concede isenção dos impostos de importação, exceto a taxa de despacho aduaneiro, para equipamento importado por indústrias I.B. Sabbá S.A., de Manaus, Amazonas, destinado à instalação de uma fábrica de compensados e laminados de madeira.*

Lei nº 3.945, de 29 de agosto de 1961.

## ISENÇÕES

*Isenta do imposto de importação equipamento telefônico em favor da Cia. Telefônica de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.*

Lei nº 3.946, de 1º de setembro de 1961.

— *Concede isenção dos impostos de importação e de consumo, executada a taxa de despacho aduaneiro, para um altar-mor doado pela Senhora Curgie Assad Abdalla, à Catedral Ortodoxa da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Lei nº 3.955, de 11 de setembro de 1961.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamentos telefônicos a serem importados pelas Cias. Telefônica de Rio Preto, Telefônica de Piracicaba S. A., Empresa Telefônica Paulista, Cia. Telefônica Borda do Campo, Telefônica de Limeira S. A., Estado de São Paulo e Sociedade Telefônica do Paraná, Estado do Paraná.*

Lei nº 3.956, de 11 de setembro de 1961.

— *Concede, até 30 de junho de 1962, isenção de direitos alfandegários, exceto a taxa de despacho aduaneiro a que se refere o art. 66 da Lei número 3.244, de 14-8-57, e de imposto de consumo, para importação de material destinado à fabricação de tratores agrícolas, e das outras providências.*

Lei nº 3.963, de 20 de setembro de 1961.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Organização Telefônica do Paraná S. A.*

Lei nº 3.964, de 20 de setembro de 1961.

— *Isenta da taxa de previdência as passagens aéreas internacionais.*

Decreto nº 50.928, de 8 de julho de 1961.

## ISENÇÕES

*Isenta do pagamento do imposto de importação, nos termos do art. 4º da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, os bens cuja importação seja considerada de interesse para a produção agropecuária e das outras providências.*

Decreto nº 51.118, de 2 de agosto de 1961.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 51.143, de 4 de agosto de 1961.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 51.144, de 4 de agosto de 1961.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 51.253, de 25 de agosto de 1961.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 51.254, de 25 de agosto de 1961.

J

## JARDIM DE INFÂNCIA

*Estabelece normas para a educação musical nos Jardins de Infância, nas escolas Pré-Primárias, Primárias, Secundárias e Normais, em todo o País.*

Decreto nº 51.215, de 21 de agosto de 1961.

## JOCKEY CLUBE DE CANOAS

*Cassa a autorização para funcionamento do Jockey Clube de Canoas, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.059, de 26 de julho de 1961.

## JOGOS DE AZAR

*Disciplina a concessão de novas Cartas-Patentes e os sorteios por elas autorizados, dando outras providências.*

Decreto nº 51.032, de 25 de julho de 1961.

## JORNALISTAS

*Regulamenta o Decreto-lei nº 910, de novembro de 1938, que dispõe sobre o exercício da Profissão de Jornalista.*

Decreto nº 51.218, de 22 de agosto de 1961.

## JUTA

*Cria na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia o Grupo Executivo da Juta, incumbido de promover estímulos creditados, fiscais, de assistência técnica e outros às atividades ligadas à produção, comercialização e industrialização da juta e fibras amazônicas semelhantes.*

Decreto nº 51.132, de 3 de agosto de 1961.

— *Assegura preços mínimos à produção de juta e malva da Bacia Amazônica, da safra de 1962 e remanescentes da de 1961.*

Decreto nº 51.172, de 9 de agosto de 1961.

## L

## LABORATÓRIO WARNER S. A.

*Concede nacionalização à sociedade anônima Warner International Corporation, sob a denominação de Laboratórios Warner S. A.*

Decreto nº 50.874, de 29 de julho de 1961.

## LANÇA-PERFUME

*Proíbe a fabricação, o comércio e o uso de "lança-perfume" no território nacional.*

Decreto nº 51.211, de 18 de agosto de 1961.

## LAVRA

Ver: o nome do elemento lavrado.

## LEI DE USURA

*Facilita as hipotecas até Cr\$ .... 100.000,00 (cem mil cruzeiros).*

Lei nº 3.942, de 21 de agosto de 1961.

## LEI DO INQUILINATO

*Dispõe sobre a prorrogação da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato) e dá outras providências.*

Lei nº 3.912, de 3 de julho de 1961.

## LETARGIA

*Proíbe espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia, de qualquer tipo ou forma, em clubes, auditórios, palcos ou estúdios de rádio e de televisão, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.009, de 22 de julho de 1961.

## LIBRAIRIE HACHETTE S. A.

*Concede à Librairie Hachette S.A., do Brasil, autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto nº 50.457, de 14 de abril de 1961.

## LÓIDE BRASILEIRO

*Institui a Comissão de Planejamento para a Unificação do Lóide Brasileiro e Companhia Nacional de Navegação Costeira.*

Decreto nº 51.241, de 23 de agosto de 1961.

## LÓIDE MARANHENSE S. A.

*Concede à sociedade de economia mista, em organização, Lóide Maranhense S. A. autorização para promover a formação do seu capital, mediante subscrição pública.*

Decreto nº 51.248, de 24 de agosto de 1961.

**LOTÉRIAS**

*Dispõe sobre a execução do serviço da Loteria Federal e dá outras providências.*

Decreto nº 50.954, de 14 de julho de 1961.

**M****MALÁRIA**

*Altera o Decreto nº 43.174, de 4 de fevereiro de 1958, que institui o Grupo de Trabalho do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, para erradicação da malária no país.*

Decreto nº 50.925, de 7 de julho de 1961.

**MALVA**

*Assegura preços mínimos à produção de juta e malva da Bacia Amazônica, da safra de 1962 e remanescentes da de 1961.*

Decreto nº 51.172, de 9 de agosto de 1961.

**MANGANÊS**

*Renova o Decreto nº 44.476, de 6 de setembro de 1958.*

Decreto nº 50.016, de 24 de janeiro de 1961.

**MARINHA**

*Assegura aos Taifeiros da Marinha e da Aeronáutica acesso até a graduação de suboficial.*

Lei nº 3.953, de 2 de setembro de 1961.

*— Altera artigo do Regulamento de Promoções de Oficiais da Marinha, baixado com o Decreto nº 42.808, de 13 de dezembro de 1957, dispensando exigência que indica.*

Decreto nº 50.927, de 8 de julho de 1961.

*— Dispensa, temporariamente, exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.*

Decreto nº 51.138, de 4 de agosto de 1961.

**MARINHA**

*Cria o Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília.*

Decreto nº 51.321, de 2 de setembro de 1961.

*— Cria o Comando do Campo da Ilha do Governador.*

Decreto nº 51.322, de 2 de setembro de 1961.

*— Extingue o Comando da Guarnição com sede no Quartel Central.*

Decreto nº 51.323, de 2 de setembro de 1961.

*— Cria o Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 51.324, de 2 de setembro de 1961.

*— Transfere a sede do Comando do Grupamento Regional de Fuzileiros Navais, no 5º Distrito Naval.*

Decreto nº 51.325, de 2 de setembro de 1961.

Ver: Também, Ministério da Marinha.

**MARINHA MERCANTE**

*Dá nova redação ao § 3º do art. 36 do Decreto nº 48.180, de 10 de maio de 1960, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.182, de 11 de agosto de 1961.

**MARMORE**

*Renova o Decreto nº 44.537, de 24 de setembro de 1958.*

Decreto nº 51.263, de 25 de agosto de 1961.

**MEDALHAS**

*Institui medalha ao funcionário com 50 anos de serviço público sem falta grave e dá outras providências.*

Decreto nº 51.061, de 27 de julho de 1961.

**MÉDICOS**

*Institui o uso obrigatório de emblema distintivo das organizações nacionais de saúde e dá outras providências.*

Lei nº 3.960, de 20 de setembro de 1961.

**MENEGALDO & CIA. MINERAÇÃO,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

*Concede à Menegaldo & Cia., Mineração, Indústria e Comércio, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.283, de 25 de agosto de 1961.

**MICA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Mário Carvalho a pesquisar quartzo e mica no município de Santa Maria do Suasui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.227, de 22 de agosto de 1961.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Ferreira de Sá a pesquisar mica no município de Coroadi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.284, de 25 de agosto de 1961.

*— Autoriza a cidadã brasileira Blandina Antunes de Souza a pesquisar mica e quartzo no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.288, de 25 de agosto de 1961.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Otávio Pereira de Almeida a pesquisar mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.290, de 25 de agosto de 1961.

*— Autoriza o cidadão brasileiro André Eugênio Pereira a pesquisar quartzo e mica no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.301, de 25 de agosto de 1961.

*— Autoriza o cidadão brasileiro Feliciano Miguel Abdala a pesquisar mica no município de Caratinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.302, de 25 de agosto de 1961.

**MILITARES**

*Modifica o art. 330, da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951 — Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Lei nº 3.944, de 23 de agosto de 1961.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 950.000.000,00, para atender a despesas decorrentes da execução da Lei nº 3.765, de 4 de 1960.*

Lei nº 3.952, de 2 de setembro de 1961.

**MINERAÇÃO DA AMAZÔNIA,  
COMÉRCIO E INDÚSTRIA S. A.**

*Concede à Mineração da Amazônia, Comércio e Indústria S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.326, de 2 de setembro de 1961.

**MINERAÇÃO CASSITERITA LTDA.**

*Concede à Mineração Cassiton Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.275, de 25 de agosto de 1961.

**MINERAÇÃO E INDÚSTRIA  
CASSITAL LIMITADA**

*Concede à Mineração e Indústria Cassital Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.287, de 25 de agosto de 1961.

**MINERAÇÃO PO-BE-MAR LTDA**

*Concede à Mineração Po-Be-Mar Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.276, de 25 de agosto de 1961.

**MINERAÇÃO SANTA LUZIA S. A.**

*Concede à Mineração Santa Luzia S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.297, de 25 de agosto de 1961.

**MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA**

Aprova o ato do Tribunal de Contas, denegatório de registro ao contrato de locação de serviços celebrado entre o Sr. Antônio Raposo e o Ministério da Aeronáutica.

Decreto Legislativo nº 9, de 1961.

— Retifica o Decreto nº 48.091, de 11 de abril de 1960, que dispõe sobre a transformação de extranumerários-tarefeiros do Ministério da Aeronáutica em extranumerários-mensalistas, e dá outras providências.

Decreto nº 51.010, de 24 de julho de 1961.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Paranaguá, Estado do Paraná (PR).

Decreto nº 51.127, de 2 de agosto de 1961.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a ceder gratuitamente à Escola de Aperfeiçoamento e Preparação da Aeronáutica Civil, sediada no Estado da Guanabara, os terrenos que menciona.

Decreto nº 51.279, de 25 de agosto de 1961.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Itanhaem (SP).

Decreto nº 51.280, de 25 de agosto de 1961.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel que menciona, em Barbacena (MG), necessário ao Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 51.281, de 25 de agosto de 1961.

Ver, também, Aeronáutica.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos que menciona, em Barbacena, Estado de Minas Gerais, necessários ao Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 51.282, de 25 de agosto de 1961.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, destinado à conclusão das obras do Parque de Exposição de Concórdia, no Estado de Santa Catarina, para a II Exposição Nacional de Suínos, realizada em 1960.

Lei nº 3.947, de 1º de setembro de 1961.

— Autoriza o Ministério da Agricultura a aceitar a doação de um terreno que menciona, situado no município de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 50.940, de 13 de julho de 1961.

— Altera o art. 103 do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal.

Decreto nº 51.116, de 2 de agosto de 1961.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Pedro Afonso, Estado de Goiás.

Decreto nº 51.190, de 11 de agosto de 1961.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, destinado ao combate do cancro cítrico nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás e a indenização dos proprietários cujas plantas forem destruídas pelo Poder Público no combate ao mal.

Decreto nº 51.206, de 18 de agosto de 1961.

— Dispõe sobre os trabalhos de erradicação do cancro cítrico nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás e a indenização aos proprietários de plantas cítricas destruídas no combate ao mal.

Decreto nº 51.207, de 18 de agosto de 1961.

— Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 7, de 22 de setembro de 1961.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

*Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação de máquinas.*

Decreto Legislativo nº 12, de 1961.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.609.000,00, para equipamento da Clínica Ortopédica do Hospital Escola São Francisco de Assis.*

Lei nº 3.957, de 12 de setembro de 1961.

— *Dispõe sobre funções de extra-numerário-mensalista da Tabela Única do Ministério da Educação e Cultura para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, por força do art. 1º da Lei nº 2.964, de 1956, combinado com o art. 6º, § 2º, da Lei nº 2.193, de 1954, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.835, de 23 de junho de 1961.

— *Institui, no Ministério da Educação e Cultura, a Comissão de Coordenação de Bolsas de Estudo de Nível Superior.*

Decreto nº 51.016, de 24 de julho de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e destinada à ampliação do Colégio Pedro II — Externato — Seção Sul, os imóveis que indica, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.*

Decreto nº 51.023, de 25 de julho de 1961.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para atender às despesas com o pagamento do prêmio literário Delmiro Gouveia.*

Decreto nº 51.194, de 12 de agosto de 1961.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para auxiliar as despesas com a construção do Dormitório do Estudante, em Manaus, Estado do Amazonas.*

Decreto nº 51.195, de 12 de agosto de 1961.

— *Cria no Ministério da Educação e Cultura o Serviço Nacional de Bibliotecas.*

Decreto nº 51.223, de 22 de agosto de 1961.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para atender às despesas do Colégio Municipal Pelotense, de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 51.234, de 22 de agosto de 1961.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 754.000.000,00, para atender a despesas com a realização do VII Recenseamento Geral de 1960, e dá outras providências.*

Lei nº 3.935, de 9 de agosto de 1961.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 950.000.000,00, para atender a despesas decorrentes da execução da Lei nº 3.765, de 4 de 1960.*

Lei nº 3.952, de setembro de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Fazenda a ceder gratuitamente ao Instituto Oceanográfico, da Universidade de São Paulo, o terreno que menciona.*

Decreto nº 50.939, de 13 de julho de 1961.

— *Inclui funções gratificadas na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 51.018, de 24 de julho de 1961.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

*Retifica o Decreto número 27.654, de 29 de dezembro de 1949, que dispõe sobre a Tabela Única de Extra-numerário-mensalista do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 51.105, de 1 de agosto de 1961.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 51.173 — de 10 de agosto de 1961.

— *Institui, junto ao Ministério da Fazenda, a Comissão Especial dos Acordos sobre Produtos Agrícolas (CEAPA).*

Decreto nº 51.217 — de 21 de agosto de 1961.

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

*Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 50.609 — de 17 de maio de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Comando Militar da Amazônia e 8ª Região Militar.*

Decreto nº 50.788 — de 14 de junho de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra e dá outras providências.*

Decreto nº 50.817 — de 22 de junho de 1961.

— *Modifica disposições do Regulamento da Diretoria de Material de Intendência (DMI), aprovado pelo Decreto nº 45.884, de 27 de abril de 1959.*

Decreto nº 51.004 — de 20 de junho de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra, em Sta. Cruz, Estado da Guanabara.*

Decreto nº 51.062 — de 27 de julho de 1961.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de uma área de terreno situado na cidade de Sant'Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 51.212 — de 18 de agosto de 1961.

— *Altera o Regulamento do Departamento de Produção e Obras (DPO).*

Decreto nº 51.330 — de 6 de setembro de 1961.

— *Ver, também, Exército.*

**MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

*Dispõe sobre os Quadros de Pessoal dos Ministérios da Indústria e do Comércio e do Trabalho e Previdência Social.*

Decreto nº 50.857 — de 26 de junho de 1961.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**

*Retifica o Decreto nº 50.618, de 18 de maio de 1961, publicado no "Diário Oficial" de 8 de junho de 1961.*

Decreto nº 50.955 — de 14 de julho de 1961.

— *Dispõe sobre a Comissão de Estudos Legislativos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto nº 51.005 — de 20 de julho de 1961.

**MINISTÉRIO DA MARINHA**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000,00, para atender a despesas de qualquer natureza com a mudança de dependências do referido Ministério para Brasília.*

Lei nº 3.940 — de 9 de agosto de 1961.

— *Transfere cargo que menciona do Quadro do Pessoal do Ministério da Marinha com o respectivo ocupante.*

Decreto nº 50.963 — de 17 de julho de 1961.

— *Ver, também, Marinha.*



## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Reorganiza o Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.*

Lei nº 3.917 — de 14 de julho de 1961.

— *Autoriza o Ministério das Relações Exteriores a promover a adesão da Diretoria de Hidrografia e Navegação à Association Internationale de Signalisation Maritime.*

Decreto nº 50.962 — de 17 de julho de 1961.

— *Eleva à categoria de Embaixada a representação diplomática do Brasil em Adis-Abeba.*

Decreto nº 51.012 — de 24 de julho de 1961.

— *Altera o Decreto nº 49.539, de 15 de dezembro de 1960.*

Decreto nº 51.068 — de 27 de julho de 1961.

— *Cria uma Embaixada do Brasil na República da Nigéria.*

Decreto nº 51.198, de 16 de agosto de 1961.

— *Cria o Consulado de carreira do Brasil em Nairobi, Quênia.*

Decreto nº 51.199, de 16 de agosto de 1961.

— *Cria o Consulado de carreira do Brasil em Salisbury, Rodésia do Sul.*

Decreto nº 51.200, de 16 de agosto de 1961.

— *Aprova o Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961.

— *Aprova o Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961.

— *Aprova o Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata.*

Decreto nº 3, de 21 de setembro de 1961.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Altera a redação do artigo 5º do Regulamento do Instituto Rio-Branco.*

Decreto nº 4, de 21 de setembro de 1961.

— *Cria, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Nacional da Campanha Mundial Contra a Fome.*

Decreto nº 5, de 21 de setembro de 1961.

— *Institui a Comissão de Transferência da Secretaria de Estado e do Corpo Diplomático, no Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto nº 6, de 22 de setembro de 1961.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzéiros), destinado a auxiliar a construção do Hospital São Domingos, da Escola de Enfermagem Frei Eugênio, de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.*

Lei nº 3.934, de 7 de agosto de 1961.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00, destinado à construção do Pavilhão da Clínica Ortopédica do Hospital-Geral da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.*

Lei nº 3.962, de 20 de setembro de 1961.

— *Altera o Decreto nº 43.174, de 4 de fevereiro de 1958, que institui o Grupo de Trabalho do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, para erradicação da malária no país.*

Decreto nº 50.925, de 7 de julho de 1961.

— *Fixa honorários de professores e assistentes dos Cursos do Departamento Nacional da Criança.*

Decreto nº 51.168, de 9 de agosto de 1961.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

*Institui a Seção de Terapêutica Ocupacional e de Reabilitação no Serviço Nacional de Doenças Mentais do Ministério da Saúde, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.169, de 9 de agosto de 1961.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

*Dispõe sobre os Quadros de Pessoal dos Ministérios da Indústria e do Comércio e do Trabalho e Previdência Social.*

Decreto nº 50.857, de 26 de junho de 1961.

— *Cria a Comissão de Reorganização do Ministério do Trabalho e Previdência Social e dá outras providências.*

Decreto nº 51.044, de 25 de julho de 1961.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.450.000.000,00, destinado ao financiamento da execução do Programa de Obras Rodoviárias.*

Lei nº 3.918, de 19 de julho de 1961.

— *Torna sem efeito o Decreto número 49.961, de 19 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 51.135, de 3 de agosto de 1961.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito extraordinário de Cr\$ 140.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto nº 51.252, de 24 de agosto de 1961.

— *Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.450.000.000,00, destinado ao financiamento da execução do programa de Obras Rodoviárias.*

Decreto nº 51.259, de 25 de agosto de 1961.

**MOBILIZAÇÃO NACIONAL CONTRA O ANALFABETISMO**

*Institui a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo.*

Decreto nº 51.222, de 22 de agosto de 1961.

**MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS**

*Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.*

Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

**MONUMENTOS PRÉ-HISTÓRICOS**

*Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.*

Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

**MOTORISTAS PROFISSIONAIS**

*Autoriza o Ministério da Fazenda a pagar Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) ao IAPETC, cria Fundo Especial e dá outras providências.*

Decreto nº 50.968, de 17 de julho de 1961.

**MUSEUS**

*Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 5.000.000,00, para atender às despesas com o auxílio concedido ao Museu de Arte Moderna de São Paulo.*

Decreto nº 51.076, de 31 de julho de 1961.

**N****NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM**

*Concede à sociedade "Búfalo" Navegação Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 49.098, de 10 de outubro de 1961.

— *Concede à ETOM — Empresa de Transportes Marítimos e Terrestres, Obras e Materiais Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 50.430, de 10 de abril de 1961.

## NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

*Concede à sociedade anônima Luiz G. A. Valente S. A. — Comércio e Navegação autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 50.849, de 26 de junho de 1961.

*— Concede à sociedade Sul-Atlântica Comércio e Navegação Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 50.891, de 3 de julho de 1961.

*— Concede à sociedade Navegação Ancora Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 50.892, de 3 de julho de 1961.

*— Concede à sociedade Navegação Marenave Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 50.930, de 10 de julho de 1961.

*— Concede à Empresa de Navegação Santa Catarina Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 51.122, de 2 de agosto de 1961.

## NORTHERN CAMPS LIMITED

*Concede à sociedade anônima Northern Camps Limited autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n.º 50.893, de 3 de julho de 1961.

## NOVACAP

Ver: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

O

## ORBRAMIL S. A. - ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE MINÉRIOS

*Concede à Oramil S.A. — Organização Brasileira de Minérios autorização para continuar a funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 51.285, de 25 de agosto de 1961.

## ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

*Retifica, sem ônus, a Lei n.º 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1960.*

Lei n.º 3.922, de 25 de julho de 1961.

*— Retifica, sem aumento de despesa, a Lei n.º 3.834, de 10-12-60, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1961.*

Lei n.º 3.941, de 18 de agosto de 1961.

*— Altera disposições do Decreto n.º 50.761, de 9 de junho de 1961.*

Decreto n.º 8, de 29 de setembro de 1961.

## ORGANIZAÇÕES NACIONAIS DE SAÚDE

*Institui o uso obrigatório de emblema distintivo das organizações nacionais de saúde e de outras providências.*

Lei n.º 3.960, de 20 de setembro de 1961.

P

## PAPEL DE IMPRENSA

*Manda aplicar as normas dos Decretos ns. 50.354, de 17 de março de 1961, 50.359, de 18 de março de 1961, 50.363, de 20 de março de 1961, e 50.378, de 25 de março de 1961, aos estoques e quantidades em trânsito de petróleo e derivados, trigo e derivados, fertilizantes, inseticidas e semelhantes e papel de imprensa, adquiridos antes da Instrução n.º 208, de 1.º de junho de 1961, da Superintendência da Moeda e do Crédito.*

Decreto n.º 50.889, de 1.º de julho de 1961.

## PARLAMENTARISMO ATO ADICIONAL

*Institui o sistema parlamentar do governo.*

Emenda Constitucional n.º 4.

### PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM

*Cria o Parque Nacional de São Joaquim (P.N.S.J.), no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.922, de 6 de julho de 1961.

### PARQUE NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

*Cria o Parque Nacional do Rio de Janeiro, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 50.923, de 6 de julho de 1961.

### PARQUE NACIONAL DO DO XINGU

*Regulamenta o Decreto nº 50.455, de 14 de abril de 1961, que criou o Parque Nacional do Xingu, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.084, de 31 de julho de 1961.

### PASSAGENS AÉREAS INTERNACIONAIS

*Isenta da taxa de previdência as passagens aéreas internacionais.*

Decreto nº 50.928, de 8 de julho de 1961.

### PEDRAS CORADAS

*Autoriza o cidadão brasileiro João Antonio Filho a pesquisar quartzo e pedras coradas no Município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.300, de 25 de agosto de 1961.

### PEDRAS PRECIOSAS

*Autoriza a firma Lapidacão Amsterdam S.A., a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 50.550, de 5 de maio de 1961.

— *Autoriza a firma Salvi Importação e Exportação Ltda., a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 50.552, de 5 de maio de 1961.

### PEDRAS PRECIOSAS

*Autoriza Importadora e Exportadora Americana Ltda., a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 50.600, de 16 de maio de 1961.

— *Autoriza Arioval Moreira da Rocha, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 50.638, de 20 de maio de 1961.

— *Autoriza Ichiro Suzuki, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 50.723, de 31 de maio de 1961.

### PENSÕES

*Concede pensão especial de Cr\$ 40.090,00 mensais a D. Haydée Lago Bittencourt, viúva do Senador Lúcio Bittencourt.*

Lei nº 3.919, de 19 de julho de 1961.

— *Concede pensão mensal de Cr\$ 30.000,00 a D. Anita Koblitz Bayma, viúva do ex-Senador Antônio Alexandre Bayma.*

Lei nº 3.936, de 9 de agosto de 1961.

— *Dispõe sobre transferência da pensão dos veteranos da revolução acreana, e dá outras providências.*

Lei nº 3.951, de 2 de setembro de 1961.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 950.000.000,00, para atender à despesas decorrentes da execução da Lei nº 3.765, de 4 de ..... de 1960.*

Lei nº 3.952, de 2 de setembro de 1961.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 3.500,00 a D. Lindinalva Costa Barros, e dá outras providências.*

Lei nº 3.961, de 20 de setembro de 1961.

## PENSÕES

*Dispõe sobre o reajustamento automático das pensões concedidas pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 3.593, de 27 de julho de 1959, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.060, de 26 de julho de 1961.

## PEPSI-COLA DO BRASIL S. A.

*Concede à PEPSI-COLA do Brasil, S.A., autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto nº 50.931, de 10 de julho de 1961.

## PESCA

Ver: Caça e Pesca.

## PESQUISA

Ver o nome do elemento pesquisado.

## PETRÓLEO

*Manda aplicar as normas dos Decretos ns. 50.354, de 17 de março de 1961, 50.359, de 18 de março de 1961, 50.363, de 20 de março de 1961, e 50.378, de 25 de março de 1961, aos estoques e quantidades em trânsito de petróleo e derivados, trigo e derivados, fertilizantes, inseticidas e semelhantes e papel de imprensa, adquiridos antes da Instrução nº 208, de 1º de junho de 1961, da Superintendência da Moeda e do Crédito.*

Decreto nº 50.389 — de 1º de junho de 1961.

## PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. — PETROBRAS

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, em caráter de urgência, área de terrenos situada no Município de São Sebastião, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.117 — de 2 de agosto de 1961.

## PIONEIRAS SOCIAIS

*Isenta da taxa de 5 por cento prevista no art. 66, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, materiais importados pela sociedade civil "Pioneiras Sociais", com sede no Distrito Federal.*

Lei nº 3.943 — de 23 de agosto de 1961.

## PLANO DE EMERGÊNCIA

*Aprova o Plano de Emergência, para auxílio externo ao programa de desenvolvimento.*

Decreto nº 51.058 — de 26 de julho de 1961.

*— Altera a discriminação dos recursos do Plano de Emergência a que se refere o Decreto nº 50.681, de 31 de maio de 1961.*

Decreto nº 51.064 — de 27 de julho de 1961.

## PODER JUDICIÁRIO

*Fixa vencimentos para funcionários e serventuários da Justiça de 1ª Instância do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei nº 3.925 — de 26 de julho de 1961.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Brasília, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para pagamento de gratificações especiais ao Presidente, Juizes e Procuradores do Tribunal Regional Eleitoral, assim como ao Juiz e Escrivão Eleitoral de Brasília.*

Lei nº 3.938 — de 9 de agosto de 1961.

*— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Brasília o crédito especial de Cr\$ 23.000.000,00, destinado a ocorrer as despesas com a instalação do mesmo Tribunal.*

Lei nº 3.939 — de 9 de agosto de 1961.

## PODER JUDICIÁRIO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 639.000.000,00, destinado a atender ao pagamento de sentenças judiciais.*

Lei nº 3.949 — de 2 de setembro de 1961.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos, o crédito especial de Cr\$ 86.286.924,00, para fim que especifica.*

Decreto nº 51.066 — de 27 de julho de 1961.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunais Regionais Eleitorais, o crédito especial de Cr\$ 67.899.673,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 51.131 — de 3 de agosto de 1961.

— *Abre ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.*

Decreto nº 51.145 — de 5 de agosto de 1961.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito especial de Cr\$ 78.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto nº 51.147 — de 5 de agosto de 1961.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 51.231 — de 22 de agosto de 1961.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional do Pará, os créditos especiais de Cr\$ 79.112,50 e Cr\$ 368.205,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 51.232 — de 22 de agosto de 1961.

## PORTOS

*Altera o item 36 do Decreto número 48.638, de 29 de julho de 1960.*

Decreto nº 50.946 — de 13 de julho de 1961.

## PREÇOS MINIMOS

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cera de carnaúba de produção nacional para a safra de 1961-62.*

Decreto nº 51.001 — de 19 de julho de 1961.

— *Assegura preços mínimos à produção de juta e malva da Bacia Amazônica, da safra de 1962 e remanescentes da de 1961.*

Decreto nº 51.172 — de 9 de agosto de 1961.

## PREFEITURAS

*Transfere da Prefeitura Municipal de Araxá para a "Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A." a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Araxá, excluída a localidade de Barreiro do Araxá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 50.900 — de 3 de julho de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 50.122, de 26 de janeiro de 1961, que autorizou a Prefeitura Municipal de Tatui, Estado de São Paulo, a encampar os serviços de energia elétrica de que é concessionária a Companhia Luz e Força Tatui, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.969 — de 17 de julho de 1961.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Guará, no Estado da Paraíba, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 51.110, de 2 de agosto de 1961.

— *Transfere de Lauro Machado para a Prefeitura Municipal de Turmalina a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao Município de Turmalina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.270, de 25 de agosto de 1961.

## PREFEITURAS

*Transfere da Prefeitura Municipal de Oliveira para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG) concessão para o fornecimento de energia elétrica à sede do Município de Oliveira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.271, de 25 de agosto de 1961.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Oliveira, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Morro do Ferro, Município de Oliveira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.272, de 25 de agosto de 1961.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 15.000.000,00, para auxílio a Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, atingidos por violento temporal.*

Decreto nº 51.316, de 2 de setembro de 1961.

## PRÊMIOS LITERÁRIOS

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para atender às despesas com o pagamento do prêmio literário Delmiro Gouveia.*

Decreto nº 51.194, de 12 de agosto de 1961.

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

*Revoga o Decreto nº 50.332, de 11 de abril de 1961.*

Decreto nº 51.333, de 6 de setembro de 1961.

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Determina a inspeção permanente dos serviços assistenciais da previdência social.*

Decreto nº 51.085, de 31 de julho de 1961.

— *Aprova o Regulamento do Departamento Nacional da Previdência Social.*

Decreto nº 51.087, de 31 de julho de 1961.

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Altera os arts. 247, 250, 359, 365 e 485 do Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto nº 51.088, de 31 de julho de 1961.

— *Estabelece normas para cumprimento do art. 529 do Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto nº 51.115, de 2 de agosto de 1961.

## PROPAGANDA POLÍTICA

*Regula os programas de teatro e diversões públicas através do rádio e da televisão, o funcionamento de altos-falantes e das outras providências.*

Decreto nº 51.134, de 3 de agosto de 1961.

## PUERICULTURA

*Constitui um Grupo de Trabalho, para o fim especial que especifica.*

Decreto nº 50.960, de 15 de julho de 1961.

Q

## QUARTZO

*Autoriza o cidadão brasileiro Mário Carvalho a pesquisar quartzo e mica no município de Santa Maria do Suaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.227, de 22 de agosto de 1961.

— *Autoriza a cidadã brasileira Blandina Antunes de Souza a pesquisar mica e quartzo no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.233, de 25 de agosto de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Antônio Filho a pesquisar quartzo e pedras coradas no Município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.300, de 25 de agosto de 1961.

**QUARTZO**

*Autoriza o cidadão brasileiro André Eugênio Pereira a pesquisar quartzo e mica, no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.301, de 25 de agosto de 1961.

**R****RÁDIO**

*Regula a contratação de artistas estrangeiros pelas emissoras de rádio e televisão, teatros, "boites" e estabelecimentos congêneres, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.929, de 8 de julho de 1961.

*— Proíbe espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia, de qualquer tipo ou forma, em clubes, auditórios, palcos ou estúdios de rádio e de televisão, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.009, de 22 de julho de 1961.

*— Regula os programas de teatro e diversões públicas através do rádio e da televisão, o funcionamento de altos-falantes e dá outras providências.*

Decreto nº 51.134, de 3 de agosto de 1961.

**RÁDIO CANOINHAS LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Canoinhas Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto nº 51.031, de 25 de julho de 1961.

**RÁDIO CAPIXABA LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Capixaba Limitada para estabelecer, em Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 51.312, de 25 de agosto de 1961.

**RÁDIO DIFUSORA GOIÂNIA LTDA.**

*Outorga concessão à Rádio Difusora de Goiânia Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*

Decreto nº 51.181, de 10 de agosto de 1961.

**RÁDIO DIFUSORA PÓRTO ALEGRENSE LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Difusora Pôrto-Alegrense Limitada para estabelecer uma estação de rádio-televisão na cidade de Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 50.302, de 27 de fevereiro de 1961.

**RÁDIO EDUCADORA DO MARANHÃO RURAL, LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Educadora do Maranhão Rural, Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 51.178, de 10 de agosto de 1961.

**RÁDIO EDUCADORA PALMARES DE ALAGOAS LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Educadora Palmares de Alagoas Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 51.310, de 25 de agosto de 1961.

**RÁDIO EDUCADORA RURAL LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Educação Rural Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda tropical.*

Decreto nº 51.309, de 25 de agosto de 1961.

**RÁDIO EMISSORA A VOZ DO SÃO FRANCISCO LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Emissora Rural A Voz do São Francisco Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas tropicais.*

Decreto nº 51.180, de 10 de agosto de 1961.



# **RÁDIO EMISSORA RURAL DE SANTAREM LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Emissora Rural de Santarém Limitada para estabelecer uma estação radio-difusora de ondas tropicais.*

Decreto nº 51.311, de 25 de agosto de 1961.

# **RÁDIO MARAJOARA LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Marajoara Limitada para estabelecer uma estação de Televisão, em VHF, geradora de programas, na cidade de Belém, Estado do Pará.*

Decreto nº 51.154, de 7 de agosto de 1961.

# **RÁDIO TAMOIO S. A.**

*Outorga concessão à Rádio Tamoio Sociedade Anônima para estabelecer uma estação radiodifusora em onda média, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.*

Decreto nº 51.155, de 7 de agosto de 1961.

# **RÁDIO TELEVISÃO COROADOS SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Outorga concessão à Rádio Televisão Coroados S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade de Londrina, Estado do Paraná.*

Decreto nº 50.918, de 6 de julho de 1961.

# **RAIZ DE IPECACUANHA**

*Aprova as especificações para a classificação e fiscalização da exportação da raiz da ipecacuanha em estado natural e raiz da ipecacuanha em pó.*

Decreto nº 51.065, de 27 de julho de 1961.

# **RAVENA MINERAÇÃO LIMITADA**

*Concede à Ravena Mineração Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.244, de 24 de agosto de 1961.

# **RECENSEAMENTO GERAL DE 1960**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 754.000.000,00, para atender a despesas com a realização do VII Recenseamento-Geral de 1960, e dá outras providências.*

Lei nº 3.935, de 9 de agosto de 1961.

# **REFINAÇÕES DE MILHO BRASIL**

*Concede à sociedade anônima Refinações de Milho, Brasil, autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto nº 51.230, de 22 de agosto de 1961.

# **REFLORESTAMENTO**

*Regulamenta os arts. 36, 37, 38 e 39 do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.220, de 22 de agosto de 1961.

# **REGIMENTOS**

*Modifica o Regimento do Serviço de Alimentação da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 46.912, de 29 de setembro de 1959.*

Decreto nº 50.934, de 11 de julho de 1961.

— Altera o art. 1º do Regimento da Comissão Brasileira de Turismo.

Decreto nº 51.070, de 28 de julho de 1961.

# **REGULAMENTOS**

*Altera artigo do Regulamento de Promoções de Oficiais da Marinha, baixado com o Decreto nº 42.808, de 13 de dezembro de 1957, dispensando exigência que indica.*

Decreto nº 50.927, de 8 de julho de 1961.

— Modifica disposições do Regulamento da Diretoria de Material de Intendência (DMI), aprovado pelo Decreto nº 45.834, de 27 de abril de 1950.

Decreto nº 51.004, de 20 de julho de 1961.

## REGULAMENTOS

*Aprova o Regulamento do Conselho Nacional de Cultura.*

Decreto nº 51.063, de 27 de julho de 1961.

— *Regulamenta o Decreto número 50.455, de 14 de abril de 1961, que criou o Parque Nacional de Xingu, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.064, de 31 de julho de 1961.

— *Aprova o Regulamento do Departamento Nacional da Previdência Social.*

Decreto nº 51.067, de 31 de julho de 1961.

— *Altera os arts. 247, 250, 359, 365 e 485 do Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto nº 51.083, de 31 de julho de 1961.

— *Dá nova redação ao art. 36 do Decreto nº 45.422, de 12 de fevereiro de 1959.*

Decreto nº 51.103, de 1º de agosto de 1961.

— *Dá nova redação aos arts. V, IX, XV, e XIX, do Regulamento baixado pelo Decreto nº 47.757, de 3 de fevereiro de 1960, que estabeleceu normas de execução da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, sobre a Zona Franca de Manaus.*

Decreto nº 51.114, de 2 de agosto de 1961.

— *Estabelece normas para cumprimento do art. 529 do Regulamento Geral da Previdência Social.*

Decreto nº 51.115, de 2 de agosto de 1961.

— *Altera o art. 103 do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal.*

Decreto nº 51.116, de 2 de agosto de 1961.

— *Aprova o Regulamento do Fundo Florestal, criado pelo Decreto número 23.793, de 23 de janeiro de 1934.*

Decreto nº 51.219, de 22 de agosto de 1961.

## REGULAMENTOS

*Aprova o Regulamento dos Serviços Regionais de Bibliotecas e de outras providências.*

Decreto nº 51.224, de 22 de agosto de 1961.

— *Modifica a redação de dispositivos que indica.*

Decreto nº 51.237, de 23 de agosto de 1961.

— *Altera dispositivos do Regulamento do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, baixado pelo Decreto nº 41.243, de 3 de abril de 1957, o qual foi parcialmente alterado pelo Decreto número 43.027, de 9 de janeiro de 1958.*

Decreto nº 51.242, de 23 de agosto de 1961.

— *Altera os arts. 40, 57 e o § 1º do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE).*

Decreto nº 51.331, de 6 de setembro de 1961.

— *Aprova o Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961.

— *Aprova o Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961.

— *Aprova o Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata.*

Decreto nº 3, de 21 de setembro de 1961.

— *Altera a redação do art. 5º do Regulamento do Instituto Rio Branco.*

Decreto nº 4, de 21 de setembro de 1961.

## RESERVAS FLORESTAIS

*Cria a Reserva Florestal do Jaru e dá outras providências.*

Decreto nº 51.024, de 25 de julho de 1961.

## RESERVAS FLORESTAIS

*Cria a Reserva Florestal das Pedras Negras e dá outras providências.*

Decreto nº 51.025, de 25 de julho de 1961.

*— Cria a Reserva Florestal do Gurupi e dá outras providências.*

Decreto nº 50.026, de 25 de julho de 1961.

*— Cria a Reserva Florestal do Juruena e dá outras providências.*

Decreto nº 51.027, de 25 de julho de 1961.

*— Cria a Reserva Florestal do Rio Negro e dá outras providências.*

Decreto nº 51.028, de 25 de julho de 1961.

*— Cria a Reserva Florestal de Gorotire e dá outras providências.*

Decreto nº 51.029, de 25 de julho de 1961.

*— Cria a Reserva Florestal da Mundurucania e dá outras providências.*

Decreto nº 51.030, de 25 de julho de 1961.

*— Cria a Reserva Florestal do Parima e dá outras providências.*

Decreto nº 51.042, de 25 de julho de 1961.

*— Cria a Reserva Florestal do Tumucumaque e dá outras providências.*

Decreto nº 51.043, de 25 de julho de 1961.

## RILSAN BRASILEIRA S. A.

*Concede permissão à empresa Rilsan Brasileira S. A. para exercer atividades em dias de repouso.*

Decreto nº 50.971, de 17 de julho de 1961.

## RODOVIAS

*Autoriza o Poder Executivo a Decreto nº 51.224, de 22 de agosto Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.450.000.000,00, destinado ao financiamento da execução do Programa de Obras Rodoviárias.*

Lei nº 3.918, de 19 de julho de 1961.

*— Torna sem efeito o Decreto número 40.961, de 19 de janeiro de 1961.*

Decreto nº 51.135, de 3 de agosto de 1961.

*— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 43.350.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto nº 51.136, de 3 de agosto de 1961.

*— Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 4.450.000.000,00, destinado ao financiamento da execução do programa de Obras Rodoviárias.*

Decreto nº 51.259, de 25 de agosto de 1961.

## S

### SALÁRIO-MÍNIMO

*Retifica o Decreto nº 50.502, de 26 de abril de 1961, publicado no "Diário Oficial" da mesma data.*

Decreto nº 50.947, de 13 de julho de 1961.

### SALITRE

*Reduz de 1% o imposto de consumo incidente sobre salitre do Chile e duplo de sódio e potássio.*

Decreto nº 51.003, de 19 de julho de 1961.

### SAMDU

*Ver: Serviço de Assistência Médico Domiciliar e de Urgência.*

### SAPS

*Ver: Serviço de Alimentação da Previdência Social.*

**SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

*Modifica o Regimento do Serviço de Alimentação da Previdência Social, aprovado pelo Decreto número 46.312, de 29 de setembro de 1959.*

Decreto nº 51.934, de 11 de julho de 1961.

— *Determina a inspeção permanente dos serviços assistenciais da previdência social.*

Decreto nº 51.085, de 31 de julho de 1961.

**SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOMICILIAR E DE URGÊNCIA**

*Dispõe sobre a representação judicial do SAMDU.*

Decreto nº 50.906, de 5 de julho de 1961.

— *Determina a inspeção permanente dos serviços assistenciais da previdência social.*

Decreto nº 51.085, de 31 de julho de 1961.

— *Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho.*

Decreto nº 1.171, de 9 de agosto de 1961.

**SERVIÇO NACIONAL DE MÚSICA**

*Cria o Serviço Nacional de Música e dá outras providências.*

Decreto nº 51.013, de 24 de julho de 1961.

**SERVIÇO NACIONAL DE MÚSICA E DANÇA**

*Cria o Serviço Nacional de Música e Dança e dá outras providências.*

Decreto nº 51.203, de 17 de agosto de 1961.

**SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO**

*Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional no Projeto que se transformou na Lei nº 3.906, de 19 de junho de 1961.*

Lei nº 3.906, de 19 de junho de 1961.

**SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO**

*Dispõe sobre o expediente das repartições e o horário dos servidores.*

Decreto nº 51.166, de 8 de agosto de 1961.

— *Dispõe sobre o expediente das repartições e o horário do trabalho do funcionalismo.*

Decreto nº 51.320, de 2 de setembro de 1961.

**SERVIDORES PÚBLICOS**

*Dispõe sobre a situação e o aproveitamento dos atuais empregados e servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos, requisitados, que vêm prestando serviços à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) e dá outras providências.*

Lei nº 3.930, de 1 de agosto de 1961.

**SHELL BRAZIL LIMITED**

*Concede nacionalização à sociedade anônima Shell Brazil Limited, sob a denominação de Shell Brasil S.A. (Petróleo).*

Decreto nº 51.137, de 4 de agosto de 1961.

**SHELL BRASIL S. A. (PETRÓLEO)**

*Concede nacionalização à sociedade anônima Shell Brazil Limited, sob a denominação de Shell Brasil S.A. (Petróleo).*

Decreto nº 51.137, de 4 de agosto de 1961.

**SISAL**

*Altera a redação do art. 6º do Decreto nº 46.794, de 4-9-59, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.208, de 18 de agosto de 1961.

**SOCIEDADE ANÔNIMA BANCO DE LA NACION ARGENTINA**

*Concede a sociedade anônima estrangeira, funcionando no Brasil, autorização para aumentar seu capital.*

Decreto nº 51.093, de 1 de agosto de 1961.

**SOCIEDADE MINERAÇÃO  
SEPETIBA LIMITADA**

*Concede à Sociedade Mineração Sepetiba Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.221, de 22 de agosto de 1961.

**SOCIEDADE PROPAGADORA DAS  
BELAS ARTES**

*Retifica o Decreto nº 49.809, de 31 de dezembro de 1960.*

Decreto nº 51.214, de 21 de agosto de 1961.

**SOCIEDADE TÉCNICA DE  
MINERAÇÃO JACAREHU LTDA**

*Concede à Sociedade Técnica de Mineração Jacarehu Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.160, de 7 de agosto de 1961.

**SORTEIOS**

*Disciplina a concessão de novas Cartas-Patentes e os sorteios por elas autorizados, dando outras providências.*

Decreto nº 51.072, de 25 de julho de 1961.

**ST. PAUL FIRE AND MARINE  
INSURANCE COMPANY**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da St. Paul Fire and Marine Insurance Company.*

Decreto nº 50.654, de 24 de maio de 1961.

**SULFATO CÚPRICO**

*Isenta da incidência do imposto de consumo o sulfato cúprico destinado à agricultura.*

Lei nº 3.927, de 26 de julho de 1961.

**SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO  
DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA  
DA AMAZÔNIA**

— Ver Amazônia.

**T**

**TALCO**

*Autoriza o cidadão brasileiro João Giraldi a pesquisar calcário e talco no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto nº 51.295, de 25 de agosto de 1961.

**TEATROS**

*Regula a contratação de artistas estrangeiros pelas emissoras de rádio e televisão, teatros, "boites" e estabelecimentos congêneres, e as outras providências.*

Decreto nº 50.929, de 8 de julho de 1961.

— *Proíbe espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia, de qualquer tipo ou forma, em clubes, auditórios, palcos ou estúdios de rádio e de televisão, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.009, de 22 de julho de 1961.

— *Regula os programas de teatro e diversões públicas, através do rádio e da televisão, o funcionamento de altos-falantes e dá outras providências.*

Decreto nº 51.134, de 3 de agosto de 1961.

**TEIXEIRA & CIA.**

*Concede à Teixeira & Cia. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.274, de 25 de agosto de 1961.

**TELEVISÃO**

*Regula a contratação de artistas estrangeiros pelas emissoras de rádio e televisão, teatros, "boites" e estabelecimentos congêneres, e dá outras providências.*

Decreto nº 50.929, de 8 de julho de 1961.

**TELEVISÃO**

*Proíbe espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia, de qualquer tipo ou forma, em clubes, auditórios, palcos ou estúdios de rádio e de televisão, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.009, de 22 de julho de 1961.

*Regula os programas de teatro e diversões públicas, através do rádio e da televisão, o funcionamento de altos-falantes e dá outras providências.*

Decreto nº 51.134, de 3 de agosto de 1961.

**TELEVISÃO ITAPOÁ S. A.**

*Outorga concessão à Televisão Itapoá Sociedade Anônima para estabelecer uma estação de Televisão, em VHF, geradora de programas, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto nº 51.153, de 5 de agosto de 1961.

**TERMAS DE CAMPOS DE JORDÃO SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Concede à Termas de Campos de Jordão S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.161, de 7 de agosto de 1961.

**TERRENOS ALAGADOS DE RECIFE**

*Cria Grupo de Trabalho e dá outras providências.*

Decreto nº 51.216, de 21 de agosto de 1961.

**TERRENOS DE MARINHA**

*Autoriza estrangeiro a adquirir, em regularização de ajoramento, a fração ideal do domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 50.402, de 3 de abril de 1961.

*Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de ajoramento, o domínio útil da fração ideal do terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 50.829, de 22 de junho de 1961.

**TERRENOS DE MARINHA**

*Autoriza estrangeiros a adquirir em revigoração de ajoramento, o domínio útil, do terreno de marinha que menciona, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 50.937, de 12 de julho de 1961.

**TERRITÓRIO FEDERAL DE IGUAÇU**

*Dispõe sobre o aproveitamento do Pessoal dos extintos Territórios Federais de Iguaçu e Ponta Porã, postos em disponibilidade pela Lei número 125, de 24 de outubro de 1947.*

Decreto nº 50.953, de 14 de julho de 1961.

**TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ**

*Dispõe sobre o aproveitamento do Pessoal dos extintos Territórios Federais de Iguaçu e Ponta Porã, postos em disponibilidade pela Lei número 125, de 24 de outubro de 1947.*

Decreto nº 50.953, de 14 de julho de 1961.

**THE BRAZILIAN COAL CO. LTDE.**

*Concede à sociedade The Brazilian Coal Co. Limited, autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto nº 5.566, de 9 de maio de 1961.

**THE LONDON & LANCASHIRE INSURANCE COMPANY LIMITED**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos do The London & Lancashire Insurance Company Limited.*

Decreto nº 49.764, de 31 de dezembro de 1960.

**THE TOKIO MARINE & FIRE INSURANCE COMPANY LIMITED**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da The Tokio Marine & Fire Insurance Company Limited.*

Decreto nº 50.559, de 8 de maio de 1961.

## TOLEDO E DUARTE MINERAÇÃO LIMITADA

*Concede a Toledo e Duarte Mineração Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.294, de 25 de agosto de 1961.

## TOPAZIO

*Autoriza o cidadão brasileiro Natário Pereira dos Santos a pesquisar topázio no Município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.299, de 25 de agosto de 1961.

## TRÁFEGO (VEÍCULO DE CARGA)

*Dispõe sobre o peso máximo permitível dos veículos para o tráfego nas vias públicas.*

Decreto nº 50.903, de 3 de julho de 1961.

## TRAJE DE BANHO

*Proíbe o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza.*

Decreto nº 51.182, de 11 de agosto de 1961.

## TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS

*Dispõe sobre transferência de alunos matriculados em Brasília, no corrente ano letivo.*

Decreto nº 51.318, de 2 de setembro de 1961.

## TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Ver: FERROVIAS.

## TRANSPORTE AÉREO

*Eleva a contribuição financeira estabelecida pela Lei nº 3.039, de 20 de dezembro de 1956, que concede contribuição financeira às empresas de transporte aéreo, que explorem linhas dentro do País, para fins de reaparelhamento de material de voo.*

Lei nº 3.928, de 26 de julho de 1961.

## TRANSPORTES

*Revoga o Decreto nº 31.056, de 30 junho de 1952, que cria a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes, e o Decreto nº 32.284, de 19 de fevereiro de 1953, que aprova seu Regimento Interno.*

Decreto nº 50.950, de 14 de julho de 1961.

## TRIBUNAIS DE CONTAS

*Organiza o Quadro de Secretaria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei nº 3.948, de 1 de setembro de 1961.

## TRIGO

*Dispõe sobre a aplicação o Nordeste de doação originária do II Acordo do Trigo.*

(Publicado no Diário Oficial de 2 de junho de 1961 — Seção I e retificado no Diário Oficial de 3 de junho de 1961 — Seção I).

Decreto nº 50.681, 31 de maio de 1961.

— *Manda aplicar as normas dos Decretos números 50.354, de 17 de março de 1961, 50.354, de 20 de março de 1961, 50.363, de 20 de março de 1961, e 50.378, de 25 de março de 1961, aos estoques e quantidades em trânsito, de petróleo e derivados, trigo e derivados, fertilizantes, inseticidas e semelhantes e papel de imprensa, adquiridos antes da Instrução nº 208, de 1 de julho de 1961, da Superintendência da Moeda e do Crédito.*

Decreto nº 50.889, de 1 de junho de 1961.

— *Altera o item 36 do Decreto número 48.638, de 29 de julho de 1960.*

Decreto nº 50.946, de 13 de julho de 1961.

## TURISMO

*Altera o art. 1.º do Regimento da Comissão Brasileira de Turismo.*

Decreto nº 51.070, de 28 de julho de 1961.

**TURISMO**

*Institui a Divisão Turística do Território Nacional e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.130, de 3 de agosto de 1961.

**U****UNIVERSIDADES**

*Incorpora à Universidade do Paraná a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná e dá outras providências.*

Lei n.º 3.958, de 13 de setembro de 1961.

— *Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar as providências necessárias ao reequipamento técnico e científico das Universidades do Nordeste.*

Decreto n.º 50.913, de 5 de julho de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Ceará, e dá outras providências.*

Decreto n.º 50.917, de 6 de julho de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Fazenda a ceder gratuitamente ao Instituto Oceanográfico, da Universidade de São Paulo, o terreno que menciona.*

Decreto n.º 50.939, de 13 de julho de 1961.

— *Dispõe sobre o provimento dos cargos de magistério técnicos ou científicos das Universidades federais e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.046, de 26 de julho de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, um imóvel destinado à ampliação da área da Cidade Universitária do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 51.056, de 26 de julho de 1961.

**UNIVERSIDADES**

*Dispõe sobre a agregação de estabelecimento ou instituto de ensino superior às Universidades, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.129, de 2 de agosto de 1961.

— *Dispõe sobre a cessão de edifícios à Universidade Nacional do Trabalho.*

Decreto n.º 51.196, de 14 de agosto de 1961.

— *Altera a denominação da Universidade do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 51.210, de 18 de agosto de 1961.

— *Ver, também, Faculdades e Escolas.*

**UTILIDADE PÚBLICA**

*Declara de utilidade pública a Clínica Infantil Ipiranga, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 48.889, de 26 de agosto de 1960.

— *Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Combate à Tuberculose com sede no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 49.218, de 14 de novembro de 1960.

**UTILIDADE PÚBLICA —  
DECLARAÇÃO PARA EFEITO DE  
DESAPROPRIAÇÃO**

Ver: Desapropriações.

**V****VEÍCULOS DE CARGA**

*Dispõe sobre o peso máximo permitível dos veículos para o tráfego nas vias públicas.*

Decreto n.º 50.903, de 3 de julho de 1961.

**VETERANOS DA REVOLUÇÃO  
ACREANA**

*Dispõe sobre transferência da pensão dos veteranos da revolução acreana, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.951, de 2 de setembro de 1961.



**VICE-PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA**

*Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do país.*

Decreto Legislativo de 1961.

**"WARRANT"**

*Concede taxa favorecida de juros para redesconto de "warrant" representativo de gêneros alimentícios quando armazenados pelo produtor.*

Decreto n.º 51.141, de 4 de agosto de 1961.

**W**

**WARNER INTERNATIONAL  
CORPORATION**

*Concede nacionalização à sociedade anônima Warner International Corporation, sob a denominação de Laboratórios Warner S. A.*

Decreto n.º 50.874, de 29 de junho de 1961.

**Z**

**ZONA FRANCA DE MANAUS**

*Dá nova redação aos arts. V, IV, XV e XIX, do Regulamento baixado pelo Decreto n.º 47.757, de 3 de fevereiro de 1960, que estabeleceu normas de execução da Lei n.º 3.173, de 6 de junho de 1957, sobre a Zona Franca de Manaus.*

Decreto n.º 51.114, de 2 de agosto de 1961.



**ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

**COLEÇÃO DAS LEIS**

DE 1961 — VOLUME VII

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

**1962**



# ÍNDICE

## DOS

### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Pgs.		Pgs.
5 — Emenda Constitucional — Institui nova discriminação de rendas em favor dos municípios brasileiros. Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1961 .....	3	cial de 1961 a 1966. Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1961 .....	19
15 — Decreto Legislativo — Aprova Convenção sobre danos causados a terceiros, na superfície, por aeronaves estrangeiras. Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1961 .....	4	20 — Decreto Legislativo — Determina, ao Tribunal de Contas da União, o registro do contrato celebrado entre a União e a Remington Rand do Brasil, para a execução, no exercício de 1958, dos serviços mecanizados de lançamento, arrecadação e estatística do Imposto da Renda, nas Delegacias Regionais do Imposto de Renda em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador, Niterói e Curitiba. Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1961 .....	20
16 — Decreto Legislativo — Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o termo aditivo, de 9 de dezembro de 1958, celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a firma Carvalho Hosken & Cia. Ltda. Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1961 .....	5	3.966 — Lei de 5 de outubro de 1961 — Estende os benefícios da Lei nº 3.483, de 8 de dezembro de 1958, ao pessoal tabelado do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde. Publicada no D. O. de 6 de outubro de 1961 .....	7
17 — Decreto Legislativo — Aprova o Acórdão de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Tcheco-Eslováquia, firmado no Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1960. Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1961 .....	5	3.967 — Lei de 5 de outubro de 1961 — Estende aos servidores D. N. E. R. e da Campanha Nacional de Tuberculose os benefícios da Lei nº 3.482, de 8 de dezembro de 1958, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial de 6 de outubro de 1961 .....	7
18 — Decreto Legislativo — Concede anistia aos que praticaram fatos definidos como crimes que menciona. Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1961 .....	5	3.968 — Lei de 5 de outubro de 1961 — Dispõe sobre o exercí-	
19 — Decreto Legislativo — Fixa o subsídio do Presidente da República, no período presiden-			

	Págs.		Págs.
cio da profissão de Massagista, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 6 de outubro de 1961 .....		ção Econômica da Amazônia — Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás) o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00, destinado à complementação das obras de implantação, construção e pavimentação da rodovia Belém-Brasília, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1961 ..	12
3.969 — Lei de 6 de outubro de 1961 — Fixa um teto máximo para as tarifas de energia elétrica na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e Natal, Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 6 de outubro de 1961 .....	7		
3.970 — Lei de 13 de outubro de 1961 — Modifica o artigo nº 238 e suas parágrafos, Título III, Seção V, e revoga o artigo 244 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943. Publicada no D. O. de 16 de outubro de 1961. Retificada no D. O. de 18 de outubro de 1961 .....	8	3.975 — Lei de 4 de novembro de 1961 — Concede ao Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose o auxílio de Cr\$ .. 50.000.000,00, para a construção de um Hospital de Cirurgia Torácica. Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1961 ..	12
3.971 — Lei de 13 de outubro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ ..... 13.850.473,90, para atender a despesas correspondentes aos exercícios de 1952 a 1957. Publicada no D. O. de 16 de outubro de 1961 .....	9	3.976 — Lei de 6 de novembro de 1961 — Fixa norma para pagamentos aos servidores do Ministério da Educação e Cultura, aproveitados nas Escolas Técnicas e Indústrias, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 10 de novembro de 1961 .....	13
3.972 — Lei de 13 de outubro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a participar da Sociedade de Economia Mista Aços Piratini S. A., em organização pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 16 de outubro de 1961 .....	9	3.977 — Lei de 6 de novembro de 1961 — Concede a pensão especial de Cr\$ 6.000,00 a João Ignácio da Silva, ex-foguista do Lóide Brasileiro. Publicada no D. O. de 10 de novembro de 1961 .....	14
3.973 — Lei de 24 de outubro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral o crédito especial de Cr\$ 123.711.057,70, para atender às despesas de qualquer natureza com a sua transferência para Brasília. Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1961 .....	11	3.978 — Lei de 6 de novembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 633.598.834,10, para o pagamento de dívidas resultantes de serviços de emergência no Nordeste. Publicada no D. O. de 10 de novembro de 1961 .....	14
3.974 — Lei de 25 de outubro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Superintendência do Plano de Valori-	12	3.979 — Lei nº 6 de novembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, destinado a atender às despesas com deslocamentos de tropa para Brasília. Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1961 .....	15
		3.980 — Lei de 6 de novembro de 1961 — Isenta de impostos	

Págs.		Págs.
	de importação, materiais im- portados pela Rádio Televisão Paulista. Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1961 ..	15
3.981	— Lei de 6 de novembro de 1961 — Concede pensão es- pecial mensal de Cr\$ 30.000,00 a Dona Rachel Noemi Faria Neves de Souza Leão, viúva do ex-Deputado Federal Eurico de Souza Leão. Publicada no D. O. de 10 de novembro de 1961 ..	15
3.982	— Lei de 6 de novembro de 1961 — Isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Rádio Televisão Paraná S. A., para instalação de uma esta- ção completa de televisão na ci- dade de Curitiba, no Estado do Paraná. Publicada no D. O. de 16 de novembro de 1961 .....	18
3.983	— Lei de 18 de novembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Ju- diciário — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Con- ciliação e Julgamento da 2ª 6ª e 8ª Regiões, o crédito es- pecial de Cr\$ 6.661.990,40, para atender às despesas que espe- cifica. Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1961 .....	16
3.984	— Lei de 21 de novembro de 1961 — Revoga o art. 1º da lei nº 2.932, de 31 de outubro de 1956, no que se refere aos lotes urbanos e rurais da ex- colônia Agrícola Nacional de Ceres, Estado de Goiás. Publi- cada no D. O. de 23 de novem- bro de 1961. Retificada no D. O. de 24 de novembro de 1961 .....	17
3.985	— Lei de 24 de novembro de 1961 — Dispõe sobre a cria- ção de cargos no Quadro Per- manente do Ministério da Agricultura e das outras provi- dências. Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1961 ..	17
3.986	— Lei de 21 de novembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Minis- tério da Viação e Obras Pú- blicas, o crédito especial de Cr\$ 1.239.935,00, para indeniz- ar a Prefeitura Municipal de Nova Cruz, Estado do Rio	
	Grande do Norte, das despesas com a assistência as vítimas das secas no Nordeste. Publi- cada no D. O. de 23 de no- vembro de 1961 .....	19
3.987	— Lei de 21 de novem- bro de 1961 — Abre o crédi- to extraordinário de ..... Cr\$ 50.000.000,00 destinado a atender aos prejuízos causados pelas enchentes no Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina. Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1961. Retificada no D. O. de 15 de dezembro de 1961 .....	19
3.988	— Lei de 24 de novem- bro de 1961 — Estende aos pilotos de aeronaves mercan- tes nacionais a regalia conce- dida pelo art. 295, do Código de Processo Penal, que trata de prisão especial. Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1961. Retificada no D. O. de 15 de dezembro de 1961 ..	20
3.989	— Lei de 24 de novem- bro de 1961 — Autoriza o Po- der Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o cré- dito especial de ..... Cr\$ 10.000.000,00 (dez mi- lhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a construção e am- pliação da Usina Hidrelétrica de Alto Garças, no Estado de Mato Grosso. Publicada no D. O. de 6 de dezembro de 1961 .....	20
3.991	— Lei de 5 de dezem- bro de 1961 — Abre ao Senado Federal, crédito suplementar de Cr\$ 329.000.000,00, ao Or- çamento vigente. Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1961 .....	21
3.992	— Lei de 5 de dezem- bro de 1961 — Autoriza o Po- der Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde, o crédito especial de ..... Cr\$ 384.494.568,00 ao Depar- tamento Nacional de Ende- mias Rurais. Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1961 .....	22
3.993	— Lei de 6 de dezem- bro de 1961 — Concede isen-	

	Págs.		Págs.
ção de impostos de importação e outros tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS) à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e à Companhia Ferro e Aço de Vitória, localizadas, respectivamente, nos Municípios de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, Cubatão, Estado de São Paulo e Cariacica, Estado do Espírito Santo. Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1961. Retificada no D. O. de 11 de dezembro de 1961 .....	23	dências. Publicada no D. O. de 20 de dezembro de 1961 ..	41
3.994 — (*) Lei de 9 de dezembro de 1961 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1962. Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1961. Retificada no D. O. de 18 de dezembro de 1961 ....	24	3.999 — Lei de 15 de dezembro de 1961 — Altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas. Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1961 .....	43
3.995 — Lei de 14 de dezembro de 1961 — Aprova o Plano Diretor da SUDENE, para o ano de 1961, e dá outras providências. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de dezembro de 1961 .....	25	4.000 — Lei de 15 de dezembro de 1961 — Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 835.428.000,00. Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1961 .....	45
3.996 — Lei de 14 de dezembro de 1961 — Modifica as Leis ns. 3.551, de 13 de fevereiro de 1959, 3.770, de 7 de junho de 1960 e 3.863, de 24 de dezembro de 1960, suspendendo o vencimento de débitos dos triticultores, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1961. Reproduzida no D. O. de 22 de dezembro de 1961 ..	39	4.001 — Lei de 15 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000,00 para atender às obras de defesa das praias de Olinda no Estado de Pernambuco. Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1961 .....	46
3.997 — Lei de 15 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado ao aterro e recuperação dos alagados existentes na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1961 .....	40	4.002 — Lei de 15 de dezembro de 1961 — Autoriza o Tesouro Nacional a encampar a emissão de papel-moeda no valor correspondente à doação de um imóvel à Mitra Diocesana de Niterói, pela Caixa de Mobilização Bancária, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1961 .....	46
3.998 — Lei de 15 de dezembro de 1961 — Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1961 ..	41	4.003 — Lei de 15 de dezembro de 1961 — Concede pensão especial de Cr\$ 30.000,00 à viúva do Senador João Lima Guimarães. Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1961 .....	47
		4.004 — Lei de 15 de dezembro de 1961 — Revigora, por mais três anos, os créditos especiais autorizados pelas Leis ns. 2.974, de 28 de novembro de 1956, 3.057, de 22 de dezembro de 1956, e 3.244, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1961 .....	47
		4.005 — Lei de 15 de dezembro de 1961 — Prorroga por mais um exercício a vigência	

Págs.	Págs.
da Lei nº 3.798, de 2 de agosto de 1960, que abriu crédito para a modernização dos serviços de segurança e proteção ao voo. Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1961 ..	43
4.006 — Lei nº — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	48
4.007 — Lei nº — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	48
4.008 — Lei de 16 de dezembro de 1961 — Prorroga a vigência da atual Lei do Inquilinato. Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1962 .....	43
4.009 — Lei nº — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	48
4.010 — Lei nº — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	48
4.011 — Lei nº — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .....	48
4.012 — Lei nº — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	48
4.013 — Lei nº — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> .....	48
4.014 — Lei nº — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	48
4.015 — Lei nº — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	48
4.016 — Lei de 16 de dezembro de 1961 — Prorroga até	
31 de dezembro de 1962 o prazo a que se refere a Lei nº 3.892, de 23 de abril de 1961. Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1962 .....	49
4.017 — Lei nº — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	49
4.018 — Lei de 16 de dezembro de 1961 — Modifica a taxa de custeio do Instituto Brasileiro do Sal, referida na letra "a" do art. 8º da Lei nº 3.137, de 13 de maio de 1957, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 27 de dezembro de 1961 .....	49
4.019 — Lei nº — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	49
4.020 — Lei nº — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	49
4.021 — Lei nº — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	49
4.022 — Lei nº — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> .....	49
4.023 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1962. Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1962 .....	50
4.024 — Lei de 20 de dezembro de 1961 — Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Publicada no D. O. de 27 de dezembro de 1961. Retificada no D. O. de 28 de dezembro de 1961 .....	51



Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no quarto trimestre de 1961, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.



# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 5

*Institui nova discriminação de rendas em favor dos municípios brasileiros.*

Redijam-se assim os seguintes parágrafos do art. 15:

§ 4º A União entregará aos municípios 10% (dez por cento) do total que arrecadar do imposto de que trata o nº II, efetuada a distribuição em partes iguais, e fazendo-se o pagamento, de modo integral, de uma só vez, a cada município, durante o quarto trimestre de cada ano.

§ 5º A União entregará igualmente aos municípios 15% (quinze por cento) do total que arrecadar do imposto de que trata o nº IV, feita a distribuição em partes iguais, devendo o pagamento a cada município ser feito integralmente, de uma só vez, durante o terceiro trimestre de cada ano.

§ 6º Metade, pelo menos, da importância entregue aos municípios, por efeito do disposto no § 5º, será aplicada em benefícios de ordem rural. Para os efeitos deste parágrafo, entende-se por benefício de ordem rural todo o serviço que for instalado ou obra que for realizada com o objetivo de melhoria das condições econômica, sociais, sanitárias ou culturais das populações das zonas rurais.

§ 7º Não se compreendem nas disposições do nº VI os atos jurídicos ou os seus instrumentos, quando incluídos na competência tributária estabelecida nos arts. 19 e 29.

§ 8º Na iminência ou no caso de guerra externa, é facultado à União decretar impostos extraordinários, que não serão partilhados na forma do art. 21 e que deverão suprimir-se gradualmente, dentro em cinco anos, contados da data da assinatura da paz.

Redija-se assim o art. 19:

Art. 19. Compete aos Estados decretar impostos sobre:

I — Transmissão de propriedade *causa mortis*;

II — vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive industriais, isenta, porém, a primeira operação do pequeno produtor, conforme o definir a lei estadual;

III — exportação de mercadorias de sua produção para o estrangeiro, até o máximo de 5% (cinco por cento) *ad valorem*, vedados quaisquer adicionais;

IV — os atos regulados por lei estadual, os do serviço de sua justiça e os negócios de sua economia.

§ 1º O imposto sobre transmissão *causa mortis* de bens corpóreos cabe ao Estado em cujo território estes se achem situados.

§ 2º O imposto sobre transmissão *causa mortis* de bens incorpóreos, inclusive títulos e créditos, pertence, ainda, quando a sucessão se tenha aberto no estrangeiro, ao Estado em cujo território os valores da herança forem liquidados ou transferidos aos herdeiros.

§ 3º Os Estados não poderão tributar títulos da dívida pública emitidos por outras pessoas jurídicas de direito público interno, em limite superior ao estabelecido para as suas próprias obrigações.

§ 4º O imposto sobre vendas e consignações será uniforme, sem distinção de procedência ou destino.

§ 5º Em caso excepcional o Senado Federal poderá autorizar o aumento, por determinado tempo, do imposto de exportação, até o máximo de 10% (dez por cento) *ad valorem*.

Redija-se assim o art. 29:

Art. 29. Além da renda que lhes é atribuída por força dos §§ 2º, 4º e 5º do art. 15, e dos impostos que, no todo ou em parte, lhes forem transferidos pelo Estado, pertencem aos municípios os impostos:

- I — Sobre propriedade territorial urbana e rural;
- II — predial;
- II — sobre transmissão de propriedade imobiliária *inter vivos* e sua incorporação ao capital de sociedades;
- IV — de licenças;
- V — de indústrias e profissões;
- VI — sobre diversões públicas;
- VII — sobre atos de sua economia ou assuntos de sua competência.

*Parágrafo único.* O imposto territorial rural não incidirá sobre sítios de área não excedente a vinte hectares, quando os cultive, só ou com sua família, o proprietário.

Brasília, 21 de novembro de 1961.

A Mesa da Câmara dos Deputados:

Ranieri Mazzilli  
Presidente  
Sérgio Magalhães  
1º Vice-Presidente  
Clélio Lemos  
2º Vice-Presidente  
José Bonifácio  
1º Secretário  
Breno da Silveira  
2º Secretário  
Antônio Baby  
3º Secretário  
Wilson Calmon  
4º Secretário

A Mesa do Senado Federal:

Auro Moura Andrade  
Vice-Presidente no exercício da  
Presidência  
Cunha Mello  
1º Secretário  
Gilberto Marinho  
2º Secretário  
Argemiro de Figueiredo  
3º Secretário  
Mathias Olympio  
4º Secretário, em exercício

## DECRETO LEGISLATIVO

Nº 15 — DE 1961

*Aprova Convenção sobre danos causados a terceiros, na superfície, por aeronaves estrangeiras.*

Art. 1º É aprovada a Convenção sobre os danos causados a terceiros, na superfície, por aeronaves estrangeiras, assinada pelo Brasil, em Roma, a 7 de outubro de 1952.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de novembro de 1961. — Auro Moura Andrade, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 16, de 1961

*Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o termo aditivo, de 9 de dezembro de 1953, celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a firma Carvalho Hosken & Cia. Ltda.*

Art. 1.º E' o Tribunal de Contas da União autorizado a registrar o termo aditivo, de 9 de dezembro de 1953, celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a firma

Carvalho Hosken & Cia. Ltda., relativo à construção de uma ponte de concreto armado na ligação ferroviária Passo Fundo — Guaporé — Barra do Jacaré, no Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 1961. — *Auro Moura Andrade*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 17, de 1961

*Aprova o Acôrd de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Tcheco-Eslováquia, firmado no Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1960.*

Art. 1.º Fica aprovado o Acôrd de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Tcheco-Eslováquia, firmado no Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1960.

Art. 2.º Acrescente-se ao art. 14 do Acôrd de Comércio e Pagamentos o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único — As alterações nas listas de mercadorias dos produtos brasileiros previstas no art. 4.º, sempre que incluam materiais básicos para o desenvolvimento da economia nacional, só serão válidas após a aprovação, pelo Congresso Nacional, na forma da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil".

Art. 3.º Da lista de mercadorias dos produtos brasileiros organizada na forma do art. 4.º do Acôrd de Comércio e Pagamentos, suprima-se a expressão:

"... minério de manganês".

Art. 4.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1961. — *Auro Moura Andrade*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 18, de 1961

*Concede anistia aos que praticaram fatos definidos como crimes que menciona.*

Art. 1.º São anistiados:

a) os que participaram, direta ou indiretamente, de fatos ocorridos no território nacional, desde 16 de julho de 1934, até a promulgação do Ato Adicional e que constituam crimes políticos definidos em lei, inclusive os definidos nos arts. 6.º, 7.º e 8.º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, obser-

vado o disposto nos artigos 13 e 74 da mesma lei, e mais os que constituam crimes definidos nos arts. 3º, 6º, 7º, 11, 13, 14, 17 e 18 da Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953;

b) os trabalhadores que participaram de qualquer movimento de natureza grevista no período fixado no art. 1º;

c) todos os servidores civis, militares e autárquicos que sofreram punições disciplinares ou incorreram em faltas ao serviço no mesmo período, sem prejuízo dos que foram assíduos;

d) os convocados desertores, insubmissos e refratários;

e) os estudantes que por força de movimentos grevistas ou por falta de frequência no mesmo período estejam ameaçados de perder o ano, bem como os que sofrerem penas disciplinares;

f) os jornalistas e os demais incursos em delitos de imprensa e, bem assim, os responsáveis por infrações previstas no Código Eleitoral.

Art. 2º A anistia concedida neste decreto não dá direito a vencimentos proventos ou salários atrasados aos que foram demitidos, excluídos ou condenados a perda de postos ou patentes, pelos delitos acima referidos.

§ 1º — a reversão ao serviço ativo dos anistiados nos termos deste artigo fica condicionada ao despacho favorável dos Ministerios competentes, após o exame de cada caso.

§ 2º — Aqueles que, de acordo com o parágrafo anterior, não puderem reverter ao serviço ativo, contarão o tempo do afastamento apenas para efeito de aposentadoria ou reforma no posto que ocupavam quando foram atingidos pela penalidade.

Art. 3º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1961. — *Auro Moura Andrade*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

#### DECRETO LEGISLATIVO

Nº 19, de 1961

*Fixa o subsídio do Presidente da República, no período presidencial de 1961 a 1966.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É fixado o subsídio do Presidente da República, no período presidencial de 1961 a 1966, em Cr\$ 300 000,00 (trezentos mil cruzeiros) mensais.

Art. 2º O Presidente da República perceberá, ainda, a importância de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) mensais, a título de representação.

Art. 3º Este decreto-legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1961. — *Auro Moura Andrade*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

#### DECRETO LEGISLATIVO

Nº 20, de 1961

*Determina, ao Tribunal de Contas da União, o registro do contrato celebrado entre a União e a Remington Rand do Brasil, para a execução, no exercício de 1958, dos serviços mecanizados de lançamento, arrecadação e estatística do Imposto de Renda, nas Delegacias Regionais do Imposto de Renda em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador, Niterói e Curitiba.*

Art. 1º Fica determinado o registro, pelo Tribunal de Contas da União, do contrato celebrado entre a União e a Remington Rand do Brasil, para a execução, no exercício de 1958, dos serviços mecanizados de lançamento, arre-

cação e estatística do Imposto de Renda, nas Delegacias Regionais do Imposto de Renda em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador, Niterói e Curitiba.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1961. — *Auro Moura Andrade*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

LEI Nº 3.966 — DE 5 DE  
OUTUBRO DE 1961

*Estende os benefícios da Lei nº 3.483, de 8 de dezembro de 1958, ao pessoal tabelado do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal e do art. 3º, item III, do Ato Adicional, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extensivo o disposto no art. 1º da Lei nº 3.483, de 8 de dezembro de 1958, ao pessoal tabelado do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, que por força de convênios entre aquela Repartição e a Comissão do Vale do São Francisco ou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, trabalha junto a essas entidades, pago à conta da verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social, Consignação ... 3.2.00 — Dispositivos Constitucionais.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor, a partir de 9 de dezembro de 1958, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART  
Tancredo Neves  
Souto Maior

LEI Nº 3.967 — DE 5 DE  
OUTUBRO DE 1961

*Estende aos servidores do D.N.E.R. e da Campanha Nacional de Tuberculose os benefícios da Lei número 3.483, de 8 de dezembro de 1958, e dá outras providências.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição

Federal e do art. 3º, item III, do Ato Adicional, a seguinte Lei:

Art. 1º Não se incluem nas exceções previstas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 3.483, de 8 de dezembro de 1958, desde que contem ou venham a contar 5 (cinco) anos de exercício ininterruptos ou não, os servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e da Polícia Rodoviária Federal, admitidos como diaristas ou como empregados sujeitos a contratos de qualquer natureza.

Art. 2º As disposições do artigo anterior são extensivas aos servidores da Campanha Nacional de Tuberculose, dos Grupamentos Militares de Engenharia, da Comissão do Vale do São Francisco e das demais repartições federais e autárquicas, admitidos à conta de dotações orçamentárias globais, do fundo especial e de recurso próprio de obras ou serviço, até 8 de dezembro de 1958.

Art. 3º O pessoal beneficiado por esta Lei será enquadrado nas mesmas condições em que o foram os antigos servidores extranumerários, amparados pelo art. 19, da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART  
Tancredo Neves  
João de Segadas Vianna  
Virgílio Távora  
Souto Maior

LEI Nº 3.968 — DE 5 DE  
OUTUBRO DE 1961

*Dispõe sobre o exercício da profissão de Massagista, e dá outras providências.*

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O exercício da profissão de Massagista só é permitido a quem possua certificação de habilitação expedido e registrado pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina após aprovação, em exame, perante o mesmo órgão.

Art. 2.º O massagista devidamente habilitado, poderá manter gabinete em seu próprio nome, obedecendo as seguintes normas:

1 — a aplicação da massagem dependerá de prescrição médica, registrada a receita em livro competente e arquivada no gabinete;

2 — somente em casos de urgência, em que não seja encontrado o médico para a prescrição de que trata o item anterior, poderá ser esta dispensada;

3 — será, somente, permitida a aplicação de massagem manual, sendo vedado o uso de aparelhagem mecânica ou fisioterápica;

4 — a propaganda dependerá de prévia aprovação da autoridade sanitária fiscalizadora.

Art. 3.º É terminantemente vedado aos enfermeiros optometristas e ortopedistas a instalação de consultórios.

Art. 4.º A infração do disposto na presente Lei é punível, sem prejuízo das penas criminais cabíveis na espécie:

a) com o fechamento do consultório e recolhimento do respectivo material ao depósito público, onde será vendido, judicialmente, por iniciativa da autoridade competente;

b) com a multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), conforme a natureza de transgressão, a critério da autoridade autuante.

Parágrafo único — A multa de que trata a alínea b deste artigo será aplicada em dobro a cada nova infração.

Art. 5.º Os processos criminais decorrentes da transgressão do disposto nesta Lei, serão instaurados pelas autoridades competentes, mediante solicitação do órgão fiscalizador nas Justiças do Distrito Federal, dos Estados e Territórios.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Souto Maior

LEI Nº 3.969 — DE 6 DE  
OUTUBRO DE 1961

*Fixa um teto máximo para as tarifas de energia elétrica na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e Natal, Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º As empresas concessionárias do serviço de eletricidade das cidades de Fortaleza, Estado do Ceará, e Natal, Estado do Rio Grande do Norte, serão subvencionadas pela SUDENE, na parte relativa à diferença tarifária existente entre aquelas e a cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

§ 1.º A paridade tarifária cessará à medida que a linha de transmissão da Cia. Hidroelétrica do São Francisco atinja as cidades mencionadas neste artigo.

§ 2.º A subvenção de que trata este artigo deverá constar do subanexo da Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (SUDENE), a qual incumbe a fiscalização das concessionárias no que respeita à presente lei.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de cruzeiros), para a execução desta lei, no exercício de 1961.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 6 de outubro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JOÃO GOULART.

Tancredo Neves.

Walther Moreira Salles.

Gabriel Passos.



LEI N.º 3.970 — DE 13 DE  
OUTUBRO DE 1961

*Modifica o artigo n.º 238 e seus parágrafos, Título III, Seção V, e revoga o artigo 244 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei número 5.452, de 1.º de maio de 1943.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 238 e seus parágrafos, Título III, Seção V, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, são substituídos pelos seguintes:

“Art. 238. Será computado, como de trabalho efetivo, todo o tempo em que o empregado estiver à disposição da estrada.

§ 1.º. O empregado é considerado à disposição da estrada, desde o momento em que inicia o serviço, em sua sede, até o seu regresso, no fim do serviço.

§ 2.º Ao pessoal removido ou comissionado fora da sede será contado,

como de trabalho normal e efetivo, sem direito, contudo, à percepção de horas extraordinárias, o tempo gasto em viagens de ida e volta a serviço da estrada;

§ 3.º. No caso das turmas de conservação de via permanente, o tempo efetivo de trabalho será contado desde a hora da saída da casa da turma até a hora em que cessar o serviço em qualquer ponto compreendido dentro dos limites da respectiva turma. Quando o empregado trabalhar fora dos limites da sua turma, ser-lhe-á, também, computado, como de trabalho efetivo, o tempo gasto no percurso da volta a esses limites”.

Art. 2.º São revogados o artigo 244 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1961;  
140.º da Independência e 73.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

André Franco Montoro

LEI N.º 3.971 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 13.850.473,90, para atender a despesas correspondentes aos exercícios de 1952 a 1957.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 13.850.473,90 (treze milhões oitocentos e cinquenta mil quatrocentos e setenta e três cruzeiros e noventa centavos) para atender a despesas correspondentes aos exercícios de 1952 a 1957, assim discriminadas:

Tribunal Superior Eleitoral:

	Cr\$
Impressão do terceiro volume de dados estatísticos .....	236.560,00
Tribunais Regionais Eleitorais — Vencimentos:	
T.R.E. de Rio Grande do Sul .....	3.915.300,00

Substituições:

T.R.E. de Rio Grande do Sul .....	360.606,10
Gratificações adicionais:	
T.R.E. do Maranhão .....	61.451,70

T.R.E. do Piauí .....	3.286,00
T.R.E. do Rio Grande do Sul .....	352.040,00
T.R.E. do Rio de Janeiro .....	37.031,00
T.R.E. de Sergipe .....	83.313,00

## Gratificações de função:

T.R.E. de Rio Grande do Sul .....	192.000,00
Gratificações de Natureza Eleitoral:	

T.R.E. do Amazonas .....	261.410,70
T.R.E. de Alagoas .....	40.500,00
T.R.E. do Ceará .....	122.778,10
T.R.E. do Distrito Federal .....	1.734.000,00
T.R.E. do Espírito Santo .....	276.200,00
T.R.E. de Goiás .....	90.341,00
T.R.E. do Maranhão .....	141.496,70
T.R.E. de Minas Gerais .....	2.267.600,00
T.R.E. do Pará .....	341.933,60
T.R.E. da Paraíba .....	116.870,20
T.R.E. do Paraná .....	182.752,70
T.R.E. de Pernambuco .....	444.218,00
T.R.E. do Rio de Janeiro .....	5.167,70
T.R.E. do Piauí .....	160.277,60
T.R.E. do Rio Grande do Sul .....	1.464.200,00
T.R.E. de Sergipe .....	73.155,60

## Salário-família:

T.R.E. do Rio Grande do Sul .....	43.000,00
T.R.E. do Rio de Janeiro .....	450,00

## Auxílio-doença:

T.R.E. do Rio de Janeiro .....	21.413,50
--------------------------------	-----------

## Despesas Gerais com Eleições:

T.R.E. do Ceará .....	28.000,00
T.R.E. de Goiás .....	164.353,00
T.R.E. do Maranhão .....	223.393,60
T.R.E. de Sergipe .....	191.483,70

## Artigos de Expediente:

T.R.E. de Pernambuco .....	153.115,00
----------------------------	------------

## Aluguel:

T.R.E. do Paraná .....	120.300,00
------------------------	------------

## Telefones, telefonemas:

T.R.E. do Ceará .....	498,60
-----------------------	--------

Total .....	13.850.473,90
-------------	---------------

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walter Morcua Salles

LEI Nº 3.972 — DE 13 DE OUTUBRO  
DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a participar da Sociedade de Economia Mista Aços Piratini S. A., em organização pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a participar da Sociedade de Economia Mista denominada "Aços Finos Piratini S. A.", em organização pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, visando à instalação, na zona carbonífera daquele Estado, de uma usina siderúrgica para produção de aços finos, com base no carvão nacional, bem como, a exploração de indústrias que direta ou indiretamente se relacionarem com este objeto, mediante subscrição de Cr\$ ..... 1 000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) em ações ordinárias ou preferenciais.

Art. 2º Para pagamento inicial de subscrição a que se refere o artigo 1º, é autorizada a abertura de crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído à Comissão do Plano do Carvão Nacional.

Art. 3º Para integralização da quota a que se refere o artigo 1º, será incluída no Orçamento da União, em cada um dos exercícios de 1962 a 1963, a dotação de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros).

Art. 4º O Governo Federal concederá registro de prioridade cambial para importações que forem necessárias e os avais correspondentes às operações financeiras relacionadas com essas importações.

Art. 5º A empresa mencionada fica assegurada, durante o prazo de cinco anos, isenção de imposto do selo devido sobre os atos constitutivos da sociedade.

Art. 6º A Sociedade gozará pelo prazo de cinco anos de isenção de impostos de importação e de consu-

mo, de taxa de despachos aduaneiros, emolumentos consulares para os acessórios, ferramentas, material refratário, estruturas metálicas e outros materiais importados para instalação e montagem, ressalvada a cota de previdência social.

§ 1º Os equipamentos e materiais de qualquer natureza importados pela Empresa a que se refere o art. 1º desta lei serão desembaraçados mediante portaria dos Inspetores das Alfândegas e gozarão de tratamento preferencial no tocante ao desembaraço alfandegário e quaisquer outros trâmites, podendo ser descarregados diretamente de bordo dos navios transportadores para o local das instalações sob processos respectivo.

§ 2º Para efetivas as isenções previstas nesta lei, o Poder Executivo, à medida que se processam as importações, expedirá decretos nos quais serão especificadas as quantidades e a natureza dos bens isentos.

Art. 7º Os favores constantes dos artigos 4º, 5º e 6º serão, também, assegurados a sociedade de economia mista que tenham por objeto a siderurgia com uso exclusivo do carvão nacional.

Art. 8º A Diretoria da sociedade será composta de quatro membros, sendo um escolhido pela União, dois pelo Estado e um pelos demais acionistas.

Parágrafo único. Enquanto a participação dos demais acionistas não atingir 5% (cinco por cento) do capital, o quarto Diretor será indicado pela União.

Art. 9º As ações preferenciais da União terão direito de voto nos seguintes casos:

- a) fixação da remuneração dos Diretores, inclusive gratificações;
- b) distribuição de dividendos;
- c) constituição de hipoteca;
- d) aumento de capital.

Art. 10. O representante da União nos atos constitutivos da sociedade e nas assembleias dos acionistas será designado pela Comissão do Plano do Carvão Nacional.

Art. 11. Fica assegurado sempre ao Estado do Rio Grande do Sul o direito de subscrever, no mínimo 51% (cin-

quenta e um por cento) das ações ordinárias do capital social.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART  
Tancredo Neves  
Walter Moreira Salles  
Gabriel de Rezende Passos.

LEI Nº 3.973 — DE 24 DE OUTUBRO  
DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral o crédito especial de Cr\$ 123.711.057,70, para atender às despesas de qualquer natureza com a sua transferência para Brasília.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º F' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 123.711.057,70 (cento e vinte e três milhões setecentos e onze mil e cinquenta e sete cruzeiros e setenta centavos), para atender a despesas de qualquer natureza com a sua transferência e remoção do respectivo pessoal para Brasília.

Art. 2º O crédito ao qual se refere a presente Lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, dispensadas as exigências do art. 93 do Código de Contabilidade da União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1961; 140º da Independência e 73 da República.

JOÃO GOULART  
Tancredo Neves  
Alfredo Nasser  
Walther Moreira Salles

LEI Nº 3.974 — DE 25 DE OUTUBRO  
DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*

*— Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás) o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00, destinado à complementação das obras de implantação, construção e pavimentação da rodovia Belém-Brasília, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás) o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), destinado à complementação das obras de implantação, construção e pavimentação da rodovia Belém-Brasília, inclusive obras de arte especiais e acessos às cidades marginais.

Art. 2º O crédito a que se refere o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União, deverá ser dividido em parcelas de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) a serem distribuídos em 2 (dois) exercícios consecutivos à Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de outubro de 1961; 140º da Independência e 73 da República.

JOÃO GOULART  
Tancredo Neves  
Alfredo Nasser  
Walther Moreira Salles

LEI Nº 3.975 — DE 4 DE NOVEMBRO  
DE 1961

*Concede ao Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose o auxílio de Cr\$ 50.000.000,00, para a construção de um Hospital de Cirurgia Torácica.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido ao Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose (I.B.I.T.) o auxilio de .... Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado à construção do seu Hospital de Cirurgia Toraxica, a ser distribuido no Orçamento do Ministério da Saúde, durante 2 (dois) exercicios consecutivos, em parcelas iguais.

Art. 2º O I.B.I.T. reservará 25% (vinte e cinco por cento) dos leitos existentes no Hospital para o tratamento médico-cirurgico de indigentes.

Art. 3º O I.B.I.T. ou Instituição que lhe venha a suceder ficará, no

caso de venda, alienação ou destinação diversas do Hospital, obrigada a restituir à União Federal a importância do auxilio ora concedido, acrescida da valorização que se verificar.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Brasília, 4 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73 da República.

JOÃO GOULART

Alfredo Nasser

Walther Moreira Salles

Souto Maior

# LEI Nº 3.976 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1961

*Fixa norma para pagamentos aos servidores do Ministério da Educação e Cultura, aproveitados nas Escolas Técnicas e Industriais, e dá outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os servidores aproveitados nos termos do artigo 28 da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, perceberão seus vencimentos, salários, gratificações e demais vantagens por conta dos mesmos recursos ou verbas pelos quais são pagos os demais funcionários públicos civis e extranumerários mensalistas da União, consignando-se no Orçamento Geral dotações próprias, necessárias ao cumprimento da presente lei.

Parágrafo único. São competentes para efetuar os pagamentos de vencimentos, salários, gratificações e demais vantagens aos servidores de que trata este artigo, as mesmas repartições que lhes pagavam anteriormente à vigência da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

Art. 2º. Fica transferida, da Verba 2.0.00 — Transferências; Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções; Subconsignação 2.1.00 — Auxílios; 3) Entidades Autárquicas, para a Verba 1.0.00 — Custeio; Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil; e respectivas Subconsignações próprias do vigente Orçamento do Ministério da Educação e Cultura (Subanexo 4.13 — 18.01 Diretoria do Ensino Industrial, a importância necessária para atender, neste exercicio, às despesas concernentes ao pessoal a que se refere a presente lei.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Brasília, 6 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Antonio de Oliveira Brito

## LEI Nº 3.977 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1961

*Concede a pensão especial de Cr\$ 6.000,00 a João Ignácio da Silva, ex-foguista do Lóide Brasileiro.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida, mensalmente, a pensão especial de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) a João Ignácio da Silva, ex-foguista do Lóide Brasileiro, invalidado em serviço no ano de 1926.

Art. 2º. A despesa decorrente da presente Lei correrá por conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART  
Tancredo Neves  
Walther Moreira Salles  
Virgílio Távora

## LEI Nº 3.978 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 633.598.834,10, para o pagamento de dívidas resultantes de serviços de emergência no Nordeste.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 633.598.834,10 (seiscentos e trinta e três milhões, quinhentos e noventa e oito mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros e dez centavos), para ocorrer ao pagamento das dívidas resultantes dos serviços de emergência realizados no Nordeste, no período da seca de 1958, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, assim discriminadas: a) Cr\$ 400.418.834,10 (quatrocentos milhões, quatrocentos e dezoito mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros e dez centavos) para o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; b) Cr\$ 233.180.000,00 (duzentos e trinta e três milhões, cento e oitenta mil cruzeiros) para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 2º. O pagamento dos débitos a que se refere o artigo anterior será efetuado mediante o prévio levantamento e apuração dos mesmos, a que procederá o Ministério da Viação e Obras Públicas, através dos aludidos departamentos, designando-se, para esse efeito, comissões de engenheiros e contabilistas.

Art. 3º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART  
Tancredo Neves  
Walther Moreira Salles  
Virgílio Távora

LEI N.º 3.979 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, destinado a atender às despesas com deslocamentos de tropa para Brasília*

O Presidente da República: faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para atender às despesas de qualquer natureza, com deslocamento de tropa, Órgãos de Apoio de Direção e Execução, Repartições, decorrentes da transferência para Brasília.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

João Segadas Vianna

Walther Moreira Salles

LEI N.º 3.980 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1961

*Isenta de impostos de importação, materiais importados pela Rádio Televisão Paulista.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de impostos de importação e de consumo para os materiais constantes da licença nº DG-57 T/49.655-49.885, emitida pela Carteira de Comércio Exterior,

importados pela Rádio Televisão Paulista.

Art. 2.º A isenção a que se refere o artigo anterior não abrange o material com similar nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1961; 140.º da Independência e 73 da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Walther Moreira Salles

LEI N.º 3.981 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1961

*Concede pensão especial mensal de Cr\$ 30.000,00 a Dona Rachel Noemi Faria Neves de Souza Leão, viúva do ex-Deputado Federal Eurico de Souza Leão.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano, a pensão mensal de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) a Rachel Noemi Faria Neves de Souza Leão, viúva do ex-Deputado Federal Eurico de Souza Leão.

Art. 2.º A pensão ora estabelecida será devidamente paga à viúva, enquanto esta se mantiver em estado de viuvez, devendo a despesa correr

à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

João Goulart

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

LEI Nº 3.982 — DE 6 DE NOVEMBRO  
DE 1961

*Isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Rádio Televisão Paraná S.A., para instalação de uma estação completa de televisão na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante da licença DG-58/7798-7612, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser

importado pela Rádio Televisão Paraná S. A., para instalação de uma estação transmissora de televisão, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º O favor de que trata o artigo anterior não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73 da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Walther Moreira Salles

LEI Nº 3.983 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 2ª, 6ª e 8ª Regiões, o crédito especial de Cr\$ 6.661.990,40, para atender às despesas que especifica.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 2ª, 6ª e 8ª Regiões, o crédito especial de Cr\$ 6.661.990,40 (seis milhões, seiscentos e sessenta e um mil novecentos e noventa cruzeiros e quarenta centavos), para atender às despesas relativas ao exercício de 1959, a saber:

2ª Região:

Diárias . . . . .	40.000,00
Substituições . . . . .	2.000.000,00
Salário-família . . . . .	286.000,00

Aluguel ou arrendamento de imóveis J.C.I. Santo

André . . . . .	126.000,00
J.C.J. São Caetano . . . . .	216.000,00



6ª Região:

Substituições . . . . .	2.100.000,00
Salário-família . . . . .	30.000,00

Gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva . . . . .	239.990,40
Gratificação de representação . . . . .	24.000,00

8ª Região:

Ajuda de custo . . . . .	50.000,00
Diárias . . . . .	60.000,00
Substituições . . . . .	1.396.000,00
Salário-família . . . . .	140.000,00

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART  
Tancredo Neves  
Alfredo Nasser  
Walter Moreira Salles

LEI Nº 3.984 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1961

*Revoga o art. 1º da lei nº 2.932, de 31 de outubro de 1956, no que se refere aos lotes urbanos e rurais da ex-colônia Agrícola Nacional de Ceres, Estado de Goiás.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É revogado o art. 1º da lei nº 2.932, de 31 de outubro de 1956, no que se refere aos lotes urbanos e rurais de Ceres, Estado de Goiás, sede da ex-Colônia Agrícola Nacional do mesmo nome.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART  
Tancredo Neves  
Armando Monteiro

LEI Nº 3.985 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1961

*Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.*

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam criados nas séries de classes ou classes respectivas, e incluídos no Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Agricultura os seguintes cargos:

Número	DENOMINAÇÃO	Código
1	Almoxarife . . . . .	AF — 101.14.A
2	Armazenistas . . . . .	AF — 102. 8.A
10	Oficial de Administração . . . . .	AF — 201.12.A
5	Escriturário . . . . .	AF — 203. 8.A
5	Escrevente-dactilógrafo . . . . .	AF — 204. 7
3	Dactilógrafo . . . . .	AF — 503. 7.A
6	Artífice de Manutenção . . . . .	A — 305. 6.
3	Telegrafista . . . . .	CT — 207.12.A
12	Motorista . . . . .	CT — 401. 8 A
2	Bibliotecário . . . . .	EC — 101.12.A
2	Auxiliar de Bibliotecário . . . . .	EC — 102. 7
2	Arquivista . . . . .	EC — 303. 7.A
6	Servente . . . . .	GL — 104. 5
4	Guarda . . . . .	GL — 203. 8.A
2	Porteiro . . . . .	GL — 302. 9.A
1	Auxiliar de Inspeção Sanitária e Rural . . . . .	P — 204. 8
14	Mestre Rural . . . . .	P — 206. 8
6	Capataz Rural . . . . .	P — 208. 3
1	Fotógrafo . . . . .	P — 502. 9.A
2	Desenhista . . . . .	P — 1001.12.A
1	Auxiliar de Engenheiro . . . . .	P — 1204.11.A
1	Condutor de Topografia . . . . .	P — 1205.11.A
3	Auxiliar Rural . . . . .	P — 209. 3
3	Técnico de Laboratório . . . . .	P — 1601.12.A
4	Laboratorista . . . . .	P — 1602. 8.A
58	Engenheiro Agrônomo . . . . .	TC — 101.17.A
1	Químico . . . . .	TC — 202.17.A
3	Contador . . . . .	TC — 302.17.A
1	Engenheiro . . . . .	TC — 602.17.A
2	Médico . . . . .	TC — 801.17.A
3	Cirurgião Dentista . . . . .	TC — 801.17.A
3	Enfermeiro . . . . .	TC — 1201.17.A

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 32 280 000,00 (trinta e dois milhões, duzentos e oitenta mil cruzeiros) para ocorrer às despesas com a criação dos cargos a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Armando Monteiro

LEI Nº 3.986 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.239.935,00, para indenizar a Prefeitura Municipal de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, das despesas com a assistência às vítimas das secas no Nordeste.*

O Presidente da República — faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.239.935,00 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, novecentos e trinta e cinco cruzeiros), para indenizar a Prefeitura Municipal de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, das despesas que realizou, no exercício de 1958, com a assistência prestada, naquele Município, às vítimas da seca no Nordeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 21 de novembro de 1961 — 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walter Moreira Salles

Vergílio Távora

**LEI Nº 3.987 DE 21 DE NOVEMBRO DE 1961**

*Abre o crédito extraordinário de ..... Cr\$ 50.000.000,00 destinado a atender aos prejuízos causados pelas enchentes no Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É aberto pelo Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender aos prejuízos causados pelas enchentes no Vale do Itajaí, principalmente no Estado de Santa Catarina, obedecendo à seguinte distribuição:

	Cr\$
Município de Joaçaba	10.000.000,00
Município de Gaspar	2.500.000,00
Município de Taió ..	2.500.000,00
Município de Ibirama	2.500.000,00
Município de Itajaí ..	700.000,00
Município de Indaial	2.500.000,00
Município de Rio do Sul ..	7.000.000,00
Município de Rodeio	4.000.000,00
Município de Tijucas	2.300.000,00

Município de Pôrto Belo ..	1.000.000,00
Município de Pôrto União ..	3.000.000,00
Município de Brusque	3.000.000,00
Município de Camboriú ..	2.000.000,00
Município de Blumenau ..	3.000.000,00
Governo do Estado ..	4.000.000,00
	<hr/> 50.000.000,00

Art. 2º A importância correspondente ao crédito extraordinário, aberto pela presente lei, será entregue ao Governo do Estado de Santa Catarina que, por sua vez, fará entrega das respectivas cotas aos Municípios contemplados, devendo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias de sua aplicação, prestar contas à União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walter Moreira Salles

Alfredo Nasser

LEI Nº 3.988 DE 24 DE  
NOVEMBRO DE 1961

*Estende aos pilotos de aeronaves mercantes nacionais a regalia concedida pelo art. 295, do Código de Processo Penal, que trata de prisão especial.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Aos pilotos de aeronaves mercantes nacionais, que já tiverem exercido efetivamente as funções de

comando, estende-se a regalia concedida pelo art. 295 do Código de Processo Penal.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Clóvis M. Travassos

LEI Nº 3.989 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a construção e ampliação da Usina Hidrelétrica de Alto Garças, no Estado de Mato Grosso.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a Prefeitura Municipal de Alto Garças, no Estado de Mato Grosso, na construção e ampliação da Usina Hidrelétrica que fornece energia à cidade de Alto Garças, sede do Município.

Art. 2º — O Ministério da Fazenda entregará o auxílio de que trata o artigo 1º, mediante a apresentação, por parte da Prefeitura Municipal, das plantas, projeto e orçamento referentes à aludida Usina, aprovados pela Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Gabriel Passos

LEI Nº 3.990 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1961

*Dispõe sobre locações de prédios pertencentes a Rede Ferroviária Federal S.A.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — São prerrogadas as locações de prédios pertencentes à Rede Ferroviária Federal S. A., a seus servidores, na atividade ou não, ou a sucessores dos mesmos, e suspensas ações de despejo contra eles propostas.

Parágrafo único: Não são sujeitas aos efeitos desta Lei as casas de propriedade da Rede Ferroviária Federal S. A., que se destinem a moradia, consideradas gratuitas, de chefes de estação, guarda-chaves e outros servidores cuja presença no local do trabalho seja imprescindível ao bom funcionamento dos serviços ferroviários.

Art. 2º — São consideradas findas as locações prorrogadas por força da presente Lei, quando a Rede Ferroviária Federal S. A., no cumprimento de seu programa social, fizer entrega a seus atuais locatários de casas populares, nas condições de caráter geral estabelecidos pela legislação em vigor.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

.. .. Tancredo Neves

Virgílio Távora

LEI Nº 3.991 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1961

*Abre ao Senado Federal, crédito suplementar de Cr\$ 329.000.000,00, ao Orçamento vigente.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — E' aberto ao Senado Federal o crédito suplementar de Cr\$ .. 329.000.000,00 (trezentos e vinte e nove milhões de cruzeiros) ao Orçamento vigente.

Art. 2º — O crédito suplementar, aberto no artigo 1º, obedecerá à seguinte discriminação:

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil

Subconsignação

1.1.00 — Vencimentos .....	108.000.000,00
1.1.02 — Subsídio fixo .....	40.000.000,00
1.1.02 — Subsídio variável .....	40.000.000,00
1.1.09 — Ajuda de Custo .....	10.000.000,00
1.1.14 — Salário-família .....	7.000.000,00
1.1.17 — Gratificação pela prestação de serviços extraordinários .....	30.000.000,00
1.1.23 — Gratificação adicional por tempo de serviço ....	25.000.000,00
1.1.29 — Diversos .....	15.000.000,00

Consignação

Verba 1.3.00 — Material de Consumo e

Transformação

Subconsignação

1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes .....	3.000.000,00
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos .....	2.000.000,00
1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho .....	7.500.000,00

## Consignação

Verba 1.5.00 — Serviços de Terceiros

## Subconsignação:

1.5.04 — Iluminação, força-Motriz e gás .....	2.500.000,00
1.5.11 — Telefones, telefonemas, telegramas, radiogramas porte-postal, assinaturas de caixas postais .....	2.500.000,00

## Consignação

Verba 1.6.00 — Encargos Diversos

## Subconsignação

1.6.14 — Exposições, Congressos e Conferências Diversos ..	25.000.000,00
Verba 4.0.00 — Investimentos	

Consignação 4.2.00 — Equipamentos e

## Instalações

## Subconsignação

4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos .....	11.500.000,00
<b>TOTAL</b> .....	<b>329.000.000,00</b>

Art. 3º — O crédito aberto pela presente lei será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de dezembro de 1961: 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

## LEI Nº 3.992 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 384.494.568,00 ao Departamento Nacional de Endemias Rurais*

## O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 384.494.568,00 (trezentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta e oito cruzeiros) para o fim de atender ao pagamento de débitos contraídos pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais em exercícios anteriores, à conta das seguintes subconsignações orçamentárias:

3.1.01.1 Combate à Febre Amarela .....	8.173.254,70
3.1.01.2 Combate à Malária .....	188.330.096,40

3.1.01.3	Combate à Doença de Chagas .....	13.064.478,96
3.1.01.4	Combate à Filariose .....	17.201.275,20
3.1.01.5	Combate à Esquistossomose .....	87.477.969,60
3.1.01.8	Combate à Ancilostomose .....	18.577.281,80
3.1.01.10	Combate à Boubá .....	8.076.116,20
3.1.01.12	Combate à Leishmaniose .....	13.731.068,00
3.1.01.13	Combate ao Tracoma .....	29.863.027,20
		<b>384.494.568,00</b>

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Souto Maior

LEI Nº 3.993 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1961

*Concede isenção de impostos de importação e outros tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e à Companhia Ferro e Aço de Vitória, localizadas, respectivamente, nos Municípios de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais; Cubatão, Estado de São Paulo e Cariacica, Estado do Espírito Santo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de 5 (cinco) anos, isenção dos impostos de importação e de consumo, taxa de despacho aduaneiro, taxa de melhoramentos de portos e taxa de renovação da Marinha Mercante, para os equipamentos, maquinaria, sobressalente e acessórios, ferramentas, material refratário e estruturas metálicas importados para a instalação e montagem das Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S. A. (USIMINAS), Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e Companhia Ferro e Aço de Vitória, localizadas, respectivamente, nos Municípios de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais; Cubatão, Estado de São Paulo, e Cariacica, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo não abrange os produtos com similar nacional.

Art. 2º A isenção concedida nesta Lei abrange também os bens já importados pelas empresas mencionadas no art. 1º e despachados nas repartições aduaneiras mediante termo de responsabilidade.

Art. 3º As empresas supramencionadas gozarão, pelo prazo de cinco (5) anos, de isenção do imposto federal do selo sobre:

a) atos constitutivos e aumentos de capital, inclusive os já realizados;

b) contratos de abertura de crédito, de aval e de promessa de aval e respectivas garantias reais ou fidejussórias, assinadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;

c) contratos de promessa de compra e venda de máquinas, equipamentos e materiais e demais atos e contratos resultantes de financiamentos obtidos no exterior e devidamente registrados pela Superintendência da Moeda e do Crédito, inclusive letra de câmbio, notas promissórias e outros títulos desses financiamentos.

Art. 4º A isenção concedida nos artigos 1º e 2º somente se tornará efetiva após a publicação no *Diário Oficial* da União de portaria expedida pelo Ministro da Fazenda, especificando os bens isentos e mencionando o número das licenças de importação emitidas pela Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil Sociedade Anônima, aos mesmos referentes.

Parágrafo único. A especificação dos bens isentos deverá discriminar quantidade, natureza, procedência, valor e quaisquer outros dados de interesse.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de dezembro de 1961. 140º da Independência e 73º da República,

JOÃO GOULART

*Tancredo Neves*

*Walther Moreira Salles*

*Virgílio Tavora.*



**(\*) LEI N.º 3.994, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1961**

*Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1962*

**DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA:**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1962, discriminado pelos Anexos integrantes desta lei, estima a Receita em Cr\$ 439.016.079.000,00 quatrocentos e trinta e nove bilhões, dezesseis milhões, setenta e nove mil cruzei-

ros) e fixa a Despesa em Cr\$ 573.536.277.916,00 (quinhentos e setenta e três bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões, duzentos e setenta e sete mil, novecentos e dezesseis cruzeiros).

Art. 2.º Será a Receita realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras receitas ordinárias e extraordinárias na forma da legislação em vigor e das especificações do Anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

	Cr\$	Cr\$
1 — Receita Ordinária		
1.1 — Renda Tributária .....	386.849.579.000	
1.2 — Renda Patrimonial .....	8.669.615.000	
1.3 — Renda Industrial .....	6.676.885.000	
1.4. — Rendas Diversas .....	6.310.000.000	408.506.079.000
2 — Receita Extraordinária .....		30.510.000.000
Total da Receita .....		439.016.079.000

Art. 3.º Fica autorizada a cobrança do imposto único criado pelo Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940, modificado pelas Leis ns. 1.749, de 28 de novembro de 1952 e 2.975, de 27 de novembro de 1956, cujo produto será aplicado de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto único a que se refere este artigo continuará a processar-se de acordo com o estabelecido nos arts. 8.º e 9.º da Lei n.º 2.975, de 27 de novembro de 1956.

Art. 4.º Fica, outrossim, autorizado o Poder Executivo a adotar as medidas necessárias para a atualização dos capitais registrados do Banco do Brasil S.A., Cia. Siderúrgica Nacional, Fábrica Nacional de Motores S.A. e Companhia do Vale do Rio Doce, e a vender, com as cautelas que a lei prevê em cada caso, as novas ações que forem distribuídas à União, conservando, porém, o número suficiente para assegurar à mesma União a posi-

ção de acionista majoritária, com ações em número não inferior a 51% do capital social. Esta autorização compreende os poderes necessários para estudar e adotar as melhores conveniências, para a União, dos tipos de ações que podem ser emitidas por essas sociedades de Economia Mista.

Art. 5.º O Poder Executivo fica autorizado a apresentar, no início do exercício de 1962, um plano de contenção das despesas orçamentárias, que não sejam fixas VETADO de até 40% VETADO para aprovação do Parlamento Nacional.

Parágrafo único. Fica entendido que, se no decurso do exercício, a arrecadação superar a receita prevista, poderão ir sendo liberadas, proporcionalmente, as dotações incluídas no Plano de Contenção.

Art. 6.º A Despesa será realizada na forma dos Quadros Analíticos constantes dos Anexos 2 a 5 e respectivos subanexos, conforme o seguinte desdobramento:

	Cr\$	Cr\$
2 — Poder Legislativo		
2.01 — Câmara dos Deputados .....	2.453.578.000	
2.02 — Senado Federal .....	1.180.920.000	3.634.498.000
3 — Órgãos Auxiliares		
3.01 — Tribunal de Contas .....	657.076.008	
3.02 — Conselho Nacional de Economia .....	90.837.000	747.913.008

(\*) Os anexos integrantes desta lei vêm publicados em Suplemento à presente edição.

#### 4 — Poder Executivo

4.01 — Presidência da República .....	9.161.545.000	
4.02 — Departamento Administrativo do Serviço Público .....	2.012.267.000	
4.03 — Estado Maior das Forças Armadas .....	104.893.000	
4.04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas ...	10.175.000	
4.05 — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste .....	3.875.979.000	
4.06 — Comissão do Vale do São Francisco .....	4.993.500.000	
4.07 — Conselho de Segurança Nacional .....	297.477.000	
4.08 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	7.500.993.326	
4.09 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País .....	760.000.000	
4.10 — Ministério da Aeronáutica .....	28.695.840.000	
4.11 — Ministério da Agricultura .....	22.552.742.410	
4.12 — Ministério da Educação e Cultura .....	48.551.683.210	
4.13 — Ministério da Fazenda .....	106.470.628.000	
4.14 — Ministério da Guerra .....	46.804.514.000	
4.15 — Ministério da Indústria e Comércio .....	1.611.113.160	
4.16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores .....	11.498.300.617	
4.17 — Ministério da Marinha .....	26.342.655.000	
4.18 — Ministério das Minas e Energia .....	13.669.778.000	
4.19 — Ministério das Relações Exteriores .....	4.992.757.000	
4.20 — Ministério da Saúde .....	24.772.412.154	
4.21 — Ministério do Trabalho e Previdência Social .....	35.756.487.000	
4.22 — Ministério da Viação e Obras Públicas .....	165.590.690.000	566.026.429.877

#### 5 — Poder Judiciário

5.01 — Supremo Tribunal Federal .....	259.069.000	
5.02 — Tribunal Federal de Recursos .....	297.682.000	
5.03 — Justiça Militar .....	260.460.000	
5.04 — Justiça Eleitoral .....	1.035.671.240	
5.05 — Justiça do Trabalho .....	1.107.422.503	
5.06 — Justiça do Distrito Federal .....	167.132.288	3.127.437.031

Total da Despesa .....		573.536.277.916
------------------------	--	-----------------

Art. 7.º As Divisões ou Serviços de Pessoal, Material, Orçamento e Obras dos Ministérios, inclusive a Diretoria da Despesa Pública, do Ministério da Fazenda, sempre que necessário movimentarão as dotações de pessoal, material de consumo, material permanente, serviços de terceiros, encargos diversos, obras e equipamentos discriminados nos Quadros Analíticos por unidades orçamentárias.

Art. 8.º O Ministro da Fazenda fica autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias por antecipação da Receita, até 20% (vinte por cento) sobre o montante da Despesa.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Angelo Nolasco

João de Segadas Viana

San Tiago Dantas

Walther Moreira Salles

Virgílio Távora

Armando Monteiro

Antonio de Oliveira Brito

André Franco Montoro

Clovis Travassos

Souto Maior

Ulysses Guimarães

Gabriel de R. Passos

LEI Nº 3.995 — DE 14 DE DEZEMBRO  
DE 1961

*Aprova o Plano Diretor da SUDENE,  
para o ano de 1961, e dá outras pro-  
vidências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovada a primeira etapa do Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste, referente ao ano de 1961, na conformidade dos Anexos à presente Lei, obedecido o critério estabelecido no art. 9, parágrafo único, da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

Parágrafo único. As obras e serviços constantes dos referidos Anexos terão caráter prioritário, para efeito de sua execução pelos órgãos responsáveis.

Art. 2º Serão estabelecidas em Lei, nos termos do art. 8º da Lei número 3.692, de 15 de dezembro de 1959, as etapas subsequentes do primeiro Plano Diretor da SUDENE, relativas aos exercícios posteriores ao de 1961.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária da União, a partir do ano de 1962 inclusive, consignará nos Anexos da SUDENE e dos demais órgãos federais responsáveis por investimentos, obras e serviços na área delimitada pela citada Lei nº 3.692, os recursos necessários à execução do Plano Diretor.

Art. 3º Os recursos destinados à execução de obras e serviços constantes do Plano Diretor, oriundos de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, bem como os respectivos saldos, não aplicados em cada exercício financeiro, serão depositados no Banco do Brasil à disposição da SUDENE, e vigorarão por três anos consecutivos. Esses recursos não poderão ser incluídos, pelo Poder Executivo, em planos de contenção de despesas e serão registrados automaticamente pelo Tribunal de Contas

§ 1º No encerramento do exercício financeiro a SUDENE remeterá às duas casas do Congresso Nacional e

ao Ministério da Fazenda extrato de suas contas bancárias, com a discriminação dos saldos dos recursos destinados ao custeio de cada obra ou serviço.

§ 2º Os saldos referidos no parágrafo anterior serão contabilizados, pela Contadoria Geral da República, como "Restos a Pagar", mas continuarão à disposição da SUDENE, no Banco do Brasil S. A. ou no Banco do Nordeste S. A., podendo ser por ela movimentados, para a execução dos serviços e obras do Plano Diretor, independentemente de autorização.

§ 3º Os recursos depositados no Banco do Brasil para a execução do Plano Diretor da SUDENE deverão ser transferidos para o Banco do Nordeste.

Art. 4º As obras e serviços constantes do Plano Diretor poderão ser executados ou contratados diretamente pelos órgãos aos quais forem consignados os respectivos recursos, ou, indiretamente, mediante convênio, por outros órgãos estatais, autárquicos e sociedades de economia mista, observado, em qualquer caso, o disposto no art. 2º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, bem assim o que preceitua esta lei.

§ 1º Poderá igualmente a SUDENE, ou os órgãos federais a quem competir a realização das obras e serviços constantes do Plano Diretor, delegar a sua execução aos Estados ou Municípios, mediante convênio.

§ 2º A SUDENE fiscalizará a execução das obras e serviços delegados e prestará, nesse caso, assistência técnica e administrativa aos órgãos estaduais e municipais.

Art. 5º Cabe à SUDENE, mediante decisão do Conselho Deliberativo, solicitar o depósito, no Banco do Nordeste S. A., das importâncias correspondentes às dotações orçamentárias destinadas à realização de serviços e obras, no Nordeste, quando os órgãos responsáveis não promoverem a execução dos mesmos até seis (6) meses depois de iniciado o exercício financeiro.

Parágrafo único. Nesse caso, efetuado o depósito, a SUDENE providenciará para que os referidos órgãos realizem imediatamente os ditos ser-

viços e obras, podendo, se não o fizerem, promover a sua execução através de outros órgãos.

Art. 6º É facultado à SUDENE promover a organização, a incorporação ou a fusão de sociedades de economia mista, para a execução de obras consideradas de interesse ao desenvolvimento do Nordeste, bem assim para a prestação de assistência técnica, contábil ou administrativa, a entidades estaduais ou municipais responsáveis pela execução de serviços de importância básica para aquele desenvolvimento.

§ 1º A participação da União em tais sociedades far-se-á através da SUDENE, mediante autorização de seu Conselho Deliberativo, ao qual caberá a indicação dos representantes do Governo Federal nas assembleias-gerais e nos órgãos de direção das referidas entidades.

§ 2º A participação da União, de que trata o parágrafo anterior, será efetivada, porém, em caráter preferencial, por intermédio da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, desde que se trate de sociedade distribuidora de energia elétrica de sua produção.

Art. 7º É facultado ainda à SUDENE, mediante autorização do Conselho Deliberativo:

a) realizar importações, para a execução de estudos e projetos enquadrados no Plano Diretor;

b) contratar estudos e pesquisas sobre problemas de interesse do desenvolvimento do Nordeste, podendo ceder os seus resultados a sociedades de economia mista de cujo capital participe a União, o Estado ou o Município;

c) promover a organização de cooperativas dentro dos objetivos do Plano Diretor.

§ 1º O Superintendente da SUDENE fica autorizado a dispensar concorrência e contrato formal para a aquisição de material, prestação de serviços ou execução de obras até o valor de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

§ 2º Poderá a SUDENE contratar, dentro dos recursos que lhe forem atribuídos, pessoal especializado para a realização de serviços técnicos, o

qual ficará sujeito às normas da legislação trabalhista.

Art. 8º A SUDENE através dos órgãos especializados, preferencialmente a CHESF, promoverá o aproveitamento do potencial de energia elétrica fornecido pelas barragens já construídas e pel usina hidrelétrica de São Francisco, para atender, também, aos serviços de irrigação na zona rural.

§ 1º A SUDENE dará preferência a Companhia Hidrelétrica do São Francisco para, por suas subsidiárias, realizar, na área de concessão delimitada pelo Decreto nº 19.706, de 3 de outubro de 1945, bem como naquelas que lhe vierem a ser atribuídas em virtude de necessidade de expansão do seu sistema elétrico, as obras e instalações de eletrificação previstas no Plano Diretor.

§ 2º Dentro de sessenta dias, contados do recebimento da interpelação da SUDENE, a CHESF, manifestará a preferência de que trata este artigo, sob pena de caducidade.

Art. 9º Na área a que se refere o artigo anterior, a distribuição de energia elétrica produzida pela CHESF será realizada preferencial e sucessivamente:

a) pela própria Companhia, ou por suas subsidiárias;

b) por sociedades de economia mista ou cooperativas organizadas pelos Estados ou Municípios, com ou sem participação da CHESF, mas sempre que possível com sua assistência técnica.

§ 1º A SUDENE adotará as medidas legais cabíveis para o cumprimento das disposições deste artigo, especialmente no término dos contratos firmados com terceiros para distribuição de energia elétrica já produzida pela CHESF, ou por outras empresas cujo patrimônio haja sido constituído com o concurso financeiro da União.

§ 2º A distribuição de energia elétrica regulada neste artigo e a preferência prevista no anterior somente poderão ser atribuídas às sociedades de economia mista ou suas subsidiárias nas quais a União, os Estados, os Municípios ou a CHESF detenham a maioria das ações com direito a voto.

§ 3º O direito de preferência outorgado à CHESF será manifestado na forma e prazo previstos no parágrafo único do artigo anterior.

§ 4º As cotas do imposto único e do imposto de renda (Constituição, art. 15, §§ 2º e 4º) que não tiverem destinação legal específica, poderão ser empregadas pelos Estados e Municípios na tomada de ações das sociedades referidas neste artigo, ou na garantia de financiamentos que obtiverem.

§ 5º A disposição anterior estende-se à metade da cota do imposto de renda aplicável em benefícios de ordem rural (Constituição, art. 15, § 4º, *in fine*) desde que as sociedades incluam entre seus objetivos a eletrificação da zona rural.

§ 6º As empresas distribuidoras de energia elétrica produzida pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) terão suas tarifas fixadas na forma da legislação vigente.

Art. 10. Os recursos financeiros, consignados no Orçamento Federal ou autorizados por lei especial, destinados a serviços e obras de eletrificação ou de abastecimento de água, incluídos no Plano Diretor da SUDENE, inclusive os já executados por intermédio da CHESF ou por outras sociedades de economia mista, constituirão capital da União, nas aludidas sociedades.

Art. 11. Os recursos financeiros para os fins mencionados no artigo anterior, quando atribuídos a terceiros, somente serão entregues aos beneficiários depois de satisfeitos os requisitos legais necessários a assegurar a participação da União, com as ações correspondentes, no capital das sociedades constituídas para a exploração dos aludidos serviços.

Art. 12. Na composição da tarifa de fornecimento de energia elétrica, prevista no Plano Diretor da SUDENE, poder-se-á excluir, inicialmente, a remuneração do investimento financeiro com recursos provenientes do Tesouro Federal, quando aplicado em linha-tronco de transmissão e respectivas subestações, ou reduzir a dita remuneração, de acordo com a percentagem fixada por proposta da SUDENE, se se tratar de investimento feito em outras linhas e subestações.

§ 1º Se, excluída a remuneração do investimento das linhas-tronco e respectivas subestações, as tarifas não produzirem receita que baste para atender os demais encargos, será consignada, anualmente, no Orçamento Federal, a dotação necessária para cobrir a diferença.

§ 2º A remuneração do investimento será introduzida ou completada nas tarifas à medida que as condições do sistema elétrico o permitirem, fazendo-se, oportunamente, as compensações devidas.

§ 3º Incumbe à SUDENE, em face dos dados que apurar, providenciar sobre a inclusão, na proposta de lei orçamentária da União, da verba destinada a cobrir insuficiência de tarifas, no primeiro caso, como também a eventual modificação da percentagem de remuneração progressiva do investimento, no segundo.

§ 4º Na proposta de fixação das tarifas, de acordo com o disposto neste artigo, a SUDENE levará em consideração, sobretudo, a necessidade de fomentar o desenvolvimento da região.

Art. 13. Para as obras constantes do Plano de Eletrificação do Nordeste fica autorizado o reinvestimento dos dividendos atribuíveis às ações ordinárias da CHESF, subscritas pelo Tesouro Nacional, através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, com recursos do Fundo Federal de Eletrificação, nos termos do Decreto nº 46.415, de 13 de julho de 1959.

§ 1º Poderão, igualmente, ser reinvestidos, para o mesmo fim a que se refere este artigo os dividendos que couberem à União em outras sociedades que tiverem a seu cargo qualquer parcela de responsabilidade no setor de energia elétrica do Plano Diretor.

§ 2º O reinvestimento admitido no parágrafo anterior só poderá ser feito com a aprovação da SUDENE.

§ 3º Os dividendos que tiverem de ser reinvestidos, na forma do presente artigo e seus parágrafos, serão retidos na fonte, cessando a retenção quando completada a execução do Plano de Eletrificação do Nordeste.

Art. 14. Ficam declaradas de utilidade pública, para efeito de desapropriação,

priação do domínio pleno, ou para a constituição de servidão, as áreas dos terrenos necessárias à construção de subestações e à passagem aérea ou subterrânea das linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica previstas no Plano de Eletrificação incluído no Plano Diretor da SUDENE.

§ 1º A vigência da declaração de utilidade pública, de que trata este artigo, começará com a publicação do ato de aprovação, pelo órgão competente da administração federal, das plantas de cada linha de transmissão de energia, com as áreas a desapropriar individualizadas, perdurando até final execução de cada projeto de eletrificação, para efeito de efetivar-se a desapropriação.

§ 2º Verificada a publicação referida no parágrafo anterior, poderá o desapropriante efetuar depósito provisório, no termo do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e ocupar os terrenos identificados, para efeito de neles praticar os atos enumerados no Decreto número 35.851, de 16 de julho de 1954, bem como quaisquer outros compatíveis com os fins da desapropriação.

Art. 15. Nas desapropriações previstas nesta lei, excluem-se das indenizações as valorizações decorrentes de obras projetadas ou realizadas pelo poder público, ou por empresas de economia mista nas quais a União detenha a maioria do capital, bem como de loteamentos registrados após a aprovação dos planos ou projetos de eletrificação, incluídos no Plano Diretor da SUDENE, ou de modificações feitas com o fim de se obterem indenizações mais elevadas.

Art. 16. As isenções concedidas a CHESF pela Lei nº 2.990, de 1º de outubro de 1956, e outros diplomas legais, compreendem todos os impostos federais que diretamente lhe caibam, bem como taxas e adicionais que, de qualquer modo, incidam sobre o custo de equipamentos e materiais destinados à execução do Plano de Eletrificação do Nordeste.

Parágrafo único. As isenções de que trata este artigo serão extensivas às subsidiárias da CHESF e a outras empresas de economia mista que se formarem, com a participação da União, dos Estados ou Municípios,

com objetivos de eletrificação do Nordeste, às quais atribuir a SUDENE responsabilidade na execução do Plano Diretor.

Art. 17. As propostas de tarifas de energia elétrica, na área definida pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, serão remetidas pelos concessionários simultaneamente ao órgão competente do Ministério das Minas e Energia e à SUDENE, devendo esta propor àquele as modificações que lhe pareçam cabíveis.

Art. 18. Ficam incorporados ao patrimônio da Companhia Hidrelétrica de São Francisco os bens relacionados com a produção, transformação, transmissão e distribuição de energia elétrica que resultarem da aplicação de recursos financeiros provenientes do Orçamento da União na zona de concessão delimitada pelo Decreto-lei nº 19.706, de 3 de outubro de 1945, e a ela entregues para exploração.

Art. 19. Os bens das empresas de produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica que, em virtude do término dos contratos de concessão ou de outra causa, reverterem à União na zona de fornecimento da CHESF, serão incorporados ao patrimônio desta, desde que assuma o encargo da manutenção dos serviços, inclusive dos de distribuição de energia.

Art. 20. O art. 5º da Lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 5º O Conselho Deliberativo será constituído de 26 (vinte e seis) membros, sendo dez (10) indicados pelos Governadores dos Estados do Nordeste e de Minas Gerais, um por Estado, 3 (três) membros natos, um (1) representante do Estado Maior das Forças Armadas e 12 (doze) representantes dos seguintes órgãos:

- f) Ministério das Minas e Energia;
- g) Ministério da Indústria e do Comércio;
- h) Companhia Hidrelétrica do São Francisco”.

Art. 21. São feitas as seguintes alterações no Plano Rodoviário Nacional, em relação a rodovias que interestam à região nordestina:

- a) A Rodovia BR-11 (João Pessoa-Recife — Maceló — Aracaju —

Feira de Santana) terá início em Boqueirão do Cesário, no Estado do Ceará, no entroncamento com a BR-13, passando a ter os seguintes pontos de passagem principais: BR-11 — Boqueirão do Cesário — Aracati — Mossoró — Angicos — Caiçara — Poço Limpo — Macaíba — Natal — João Pessoa — Recife — Maceió — Aracaju-Feira de Santana.

b) A BR-23 (João Pessoa-Batalha — Cajazeiras — Icó — Periperi — Batalha — Esperantina — Brejo — Urbano Santos — Rósario — São Luis) passa a ter os seguintes pontos de passagem: BR-23 — João Pessoa-Santa Luzia — Cajazeiras — Icó — Solonópole — Senador Pompeu — Independência — Cratêus — Poranga — Pedro II — Periperi — Batalha — Esperantina — Luzilândia — Brejo — Chapadinha — Itapicuru — São Luis.

c) A BR-27 passa a ter os seguintes pontos de passagem principais: BR-27 — Aracaju-Frei Paulo — Geremoabo — Canudos — Juazeiro.

d) passam a integrar a rede prioritária básica do Nordeste, para o efeito de serem construídas preferencialmente, as seguintes ligações rodoviárias, indicados abaixo os pontos de passagem principais:

1) Fortaleza-Maranguape — Boa Viagem (BR-44A) — Pedra Branca (BR-23) — Mombaca — Acopiara — Iguatu (BR-24) — Varzea Alegre — Carriaguê — Juazeiro do Norte — Crato — Rodovia Araripina — Crato — Santana do Cariri — Araripe — Campos Sales (BR-24).

2) Brejo Grande — Neópolis — Propriá — Porto da Folha — Monte Alegre — Paulo Afonso (BR-12 — BR-65 — BR-97);

3) Piaçabuçu — Penedo — Juazeiro (BR-11) — Porto Real do Colégio — Traipu — Pão de Açúcar — Piranhas — Delmiro — BR-65;

4) Petro Landim — Floresta — Belém do São Francisco — Cabrobó — Boa Vista — Petrolina;

5) Floresta — Carqueja — Serra Talhada — Conceição — Misericórdia — Piancó — Patos;

6) Xique-Xique (BR-46) — Barra — Ibipetuba (BR-18);

7) Mossoró (BR-11) — Apodi — Itaú — Pau dos Ferros — Luís Gomes — BR-13;

8) Algodão (BR-5) Ipiatã (BR-46) — Itagiba — Cajazeira (BR-47);

9) Brumado — Maracás — BR-4;

10) Itaberaba — BR-28 — Milagres (BR-4) — Amargosa — Santo Antônio de Jesus (BR-5) — Nazare (BR-63);

11) Caravelas — Teófilo Otoni — (BR-4) — Araçuaí (BR-48) — Bocaúva — Montes Claros (BR-3);

12) Juazeiro (BR-25) — Jaguarari — Senhor do Bonfim — Pindobaçu — Saúde — Mirangaba — BR-39 — Irecê.

Art. 22. Os equipamentos adquiridos com qualquer dos favores previstos no art. 13, letra l, alínea 1ª, e nos arts. 18 e 27 da Lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959, não poderão, durante a sua vida útil, ter alterada a localização constante do projeto submetido à SUDENE, a menos que o Conselho Deliberativo desse órgão, mediante parecer fundamentado da sua Secretaria Executiva, autorize o seu deslocamento para outro ponto da região nordestina.

§ 1º — Por "vida útil" do equipamento, para os efeitos desta lei, entende-se aquela aceita, pela SUDENE, por ocasião do exame do pedido dos favores legais, excluída a hipótese de obsolescência reconhecida pelo parecer a que se refere este artigo.

§ 2º — Os equipamentos importados com os favores a que se refere este artigo, serão instalados no prazo de dois anos a contar da vigência do decreto que os tenha declarado ou venha a declarar prioritários para o desenvolvimento do Nordeste, mantidas todas as condições e requisitos estabelecidos para o funcionamento, distribuição, exploração e produção das empresas beneficiadas. Findo esse prazo, caducarão as autorizações outorgadas, salvo prorrogação por motivo de força maior ouvida a SUDENE.

Art. 23. A transgressão, total ou parcial, do disposto no artigo anterior, implicará na caducidade imediata dos favores concedidos e na consequente obrigação do beneficiário de recolher ao Tesouro Nacional, dentro de 5 (cinco) dias a partir da sua notificação pela SUDENE, o valor do subsídio à época da concessão, atualizado de acordo com a taxa de depreciação monetária verificada ao longo do período e acrescido de

uma multa, calculada sobre o total encontrado, de conformidade com a seguinte escala:

- para os equipamentos que tenham permanecido no Nordeste menos de 25% da sua vida útil — 100%.
- idem, de 25 a menos de 50%, idem — 75%.
- idem, de 50 a menos de 75%, idem — 50%.
- idem, de 75 a menos de 100%, idem — 25%.

§ 1º Verificada a infração, deverá o fiscal da SUDENE lavrar o competente auto, em duas vias, uma das quais ficará em poder do infrator, a título de notificação.

§ 2º Decorrido o prazo da notificação sem o recolhimento ao Tesouro, pelo empresário, do que estiver a dever, a SUDENE remeterá, imediatamente, à Procuradoria da República em cuja circunscrição estiver situado o estabelecimento devedor o auto de infração, o qual valerá como prova de dívida líquida e certa, para todos os efeitos legais.

§ 3º Ao crédito referido neste artigo aplicam-se no que couber as disposições do Decreto-lei 960, de 17 de novembro de 1938.

§ 4º Se a transferência tiver sido apenas convencionada ou houver fundado receio de que venha a verificar-se, será, como medida preliminar embargada a remoção dos bens, até que o Tesouro Nacional seja pago do que lhe passar a dever o proprietário dos equipamentos, nos termos deste artigo.

§ 5º Os equipamentos subsidiados responderão, preferencialmente, pelo cumprimento da obrigação a que se refere este artigo, a qual permanecerá ainda na hipótese de alienação dos mesmos.

Art. 24. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste integrará o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, no qual se fará representar por delegado seu, com direito a voto.

Art. 25. A Comissão de Financiamento da Produção passa a ser integrada por 8 (oito) membros, tendo, além daqueles a que se referem os artigos 1º e 2º do Decreto-lei 5 212, de 21 de janeiro de 1943, modificados pelo art. 2º da Lei 1.506, de 19 de

dezembro de 1951, mais um representante da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Art. 26. O Conselho de Política Aduaneira, além dos membros a que se refere o art. 24, itens a, b, c, d, e e f, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, será integrado por mais 2 (dois) membros indicados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, sendo (1) um efetivo e 1 (um) suplente, nomeados de acordo com o disposto no § 2º da Lei e artigo citados.

Art. 27. As sociedades de economia mista bem como de qualquer outro tipo de que a União participe diretamente, por intermédio da SUDENE ou de banco oficial, que venham a formar-se no Nordeste, dentro de 3 (três) anos a partir da vigência desta lei, seja por constituição, incorporação ou fusão e visem ao aproveitamento industrial de recursos saliferos ou minerais da região, gozarão de isenção de todos os impostos e taxas federais que incidam sobre seus atos constitutivos.

§ 1º Dentro do prazo previsto neste artigo as pessoas naturais ou jurídicas, incorporadoras ou subscritoras do capital, bem como os sócios acionistas ou quotistas sejam pessoas naturais ou jurídicas, das sociedades incorporadas, adquiridas ou subscritoras do capital, ficarão isentos do imposto de lucros extraordinários e da tributação proporcional e complementar, ou na fonte, do imposto de renda, a que deveriam estar sujeitos em consequência da reavaliação de bens ou do ativo por efeito de venda ou incorporação à sociedade de empresas ou firmas de que fazem parte.

§ 2º O valor reavaliado poderá ser distribuído em novas ações, cotas ou dividendos, sem que sobre os mesmos incida qualquer tributação.

Art. 28. O Banco do Nordeste do Brasil S. A. terá como área de operação a mesma da atuação da SUDENE, salvo quanto aos recursos previstos no § 1º do art. 198 da Constituição, que serão obrigatoriamente aplicados no Polígono das Secas.

§ 1º O Banco do Nordeste do Brasil S. A. destinará anualmente 2,2 por cento (10%) pelo menos de seus recursos a financiamentos aos municípios, para a realização de obras e serviços atinentes ao desenvolvi-



mento econômico e social, mediante as garantias estipuladas no § 1º do art. 9º.

§ 2º É vedado ao Banco do Nordeste do Brasil S. A. conceder empréstimos ou financiamentos para atividades comerciais de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas em prejuízo da agro-indústria nordestina, utilizando recursos postos à sua disposição segundo o § 1º do art. 198 da Constituição Federal, ressalvadas as operações autorizadas pelo art. 2º do Decreto nº 33.643, de 24 de agosto de 1953, e as parcelas comprometidas em crédito especializado, momentaneamente ociosas, que poderão ser aplicadas em empréstimos de pronta liquidez.

§ 3º Não poderão ser superiores a 7% (sete por cento) os juros dos financiamentos, mediante contrato, realizados pelo Banco do Nordeste do Brasil S. A. com agricultores, utilizando os recursos oriundos do § 1º do art. 198 da Constituição Federal.

§ 4º O Banco do Nordeste financiará a construção de açudes em co-ope-ção, emprestando aos coope-ados importância nunca inferior ao valor da coope-ção financeira da União ou dos Estados.

§ 5º A violação do disposto no art. 13 da Lei nº 1.649 de 19 de julho de 1952, bem assim no § 2º deste artigo, importará em crime de responsabilidade para os diretores do Banco do Nordeste do Brasil S. A. que autorizarem as operações.

§ 6º Os órgãos e entidades públicas cuja atuação, no todo ou em parte, se faça na área do Polígono das Sêcas, deverão depositar, obrigatoriamente, os recursos financeiros que lhes forem destinados, no Banco do Nordeste do Brasil S. A., enquanto não fizerem a aplicação desses recursos nos fins a que se destinam.

Art. 29 Na aplicação dos recursos para os serviços de abastecimento d'água, serão atendidas prioritariamente:

a) as obras já iniciadas;

b) as localidades cuja população seja atacada pela esquistosomose dando-se preferência aquelas cujos índices de infestação sejam os mais elevados;

c) as localidades caracterizadas pela absoluta falta de mananciais para atender ao consumo da população;

d) as zonas rurais onde a falta d'água, mesmo nos tempos normais, prejudica a fixação do homem e a vida dos rebanhos.

Art. 30. Estendem-se as sociedades de economia mista, criadas pela União, os Estados ou Municípios para a execução de serviços de abastecimento d'água e esgotos sanitários, as isenções concedidas à CHESF pela Lei número 2.800, de 1º de outubro de 1956, e outros diplomas legais com a amplitude de que lhes dá o art. 17 da presente lei.

Art. 31. A partir de 1962, o orçamento federal consignará, no anexo da SUDENE, recursos para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, especialmente para a assistência direta ao produtor de gêneros de subsistência, bem assim para a captação d'água do subsolo, a construção de barragens submersas, a perenização dos rios, e, ainda, para a instalação de centrais meteorológicas e estudos e experiências relativos à provocação de chuvas artificiais.

§ 1º Esses recursos não poderão ser inferiores a 20% (vinte por cento) do total das dotações atribuídas à SUDENE.

§ 2º A SUDENE providenciará, através dos órgãos federais especializados da União e nos termos desta e de outras leis em vigor, a importação de máquinas apropriadas à perfuração de poços tubulares e de motores-bombas destinados aos trabalhos de irrigação.

§ 3º Os poços tubulares serão perfurados sem ônus para os proprietários de pequenas glebas, reconhecidamente pobres, nas localidades onde os mesmos residam.

§ 4º Os poços perfurados na forma do parágrafo anterior constituirão servidão dos proprietários vizinhos.

§ 5º Os motores-bombas, adquiridos nos termos do artigo anterior, serão vendidos, aos agricultores que os destinarem à irrigação, pelo preço de custo, facilitada a aquisição, através dos empréstimos pelos estabeleci-

mentos próprios de crédito, a juros nunca superiores a 4% (quatro por cento) ao ano, resgatáveis no prazo de 2 (dois) anos.

Art. 32. O Sistema Centro-Norte do Ceará abrangerá o aproveitamento do potencial hidráulico dos vales do Acaraú e do Poti e dos desníveis da Serra da Ibiapaba, bem como sistemas isolados hidro e termo-elétricos, nas regiões ocidentais do Ceará e oriental do Piauí.

Art. 33. A importação de peças sobressalentes, implementos agrícolas, máquinas, tratores com lâminas de potência superior a 75 HP (setenta e cinco cavalos-vapor), aviões de pequena capacidade, monomotores, até 4 (quatro) passageiros, apropriados ao serviço de saneamento e pulverização da lavoura, bem como de equipamentos para implantação ou renovação de indústrias, consideradas pela SUDENE necessárias ao desenvolvimento do Nordeste, terá um financiamento do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ou do Banco do Nordeste do Brasil S. A., pago em cruzeiros, equivalente à metade do valor despendido na aquisição da moeda requerida pela operação.

§ 1º O pagamento do empréstimo a que se refere este artigo será feito somente após o desembarque do equipamento e seu desembaraço pelas repartições competentes, e nos prazos de vencimento previstos nos contratos de fornecimento do equipamento.

§ 2º O órgão financiador receberá o valor dos empréstimos concedidos na forma deste artigo em ações das empresas beneficiadas, obedecidas as disposições da Lei nº 2.300, de 24 de agosto de 1954.

§ 3º O prazo de financiamento para as operações previstas neste artigo será de 10 (dez) anos, com carência de 3 (três) anos inclusive.

§ 4º A importação de equipamentos, que não tenham similares no país com esse caráter registrados, adquiridos no exterior para implantação de indústrias que aproveitarão única e totalmente matéria prima agrícola do Nordeste e cuja produção, pelo menos 50% (cinquenta por cento), se destine à exportação, terá um subsídio do

Tesouro Nacional, pago em cruzeiros, equivalente à metade do valor despendido na aquisição da moeda requerida pela operação, obedecidos os prazos previstos no § 1º deste artigo.

§ 5º Os interessados nos benefícios do parágrafo anterior comprometer-se-ão a utilizar, pelo menos durante 10 (dez) anos, matéria-prima agrícola do Nordeste e a exportar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de sua produção.

§ 6º O não cumprimento das exigências do parágrafo precedente será considerado transgressão e implicará na perda dos favores obtidos e na devolução do subsídio concedido, nos termos do art. 23 desta lei.

§ 7º O orçamento da União consignará, anualmente, a importância estimada necessária para atender, em cada exercício, aos encargos decorrentes do disposto no § 4º deste artigo.

§ 8º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial até a importância de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), para ocorrer, desde já, às despesas com o pagamento do subsídio à indústria.

§ 9º Fica também assegurado o financiamento, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, da aquisição no mercado nacional de equipamentos para indústrias instaladas ou a instalar no Nordeste, obedecidas as seguintes condições:

a) aprovação, pela SUDENE, dos planos de instalação, ampliação ou modernização das indústrias;

b) prazo de financiamento fixado em 10 (dez) anos;

c) prazo de carência de 3 (três) anos.

§ 10. Só terão direito aos benefícios concedidos neste artigo as empresas constituídas de capital 100% (cem por cento) brasileiro.

Art. 34. É facultado às pessoas jurídicas de capital 100% nacional efetuarem a dedução até 50%, nas declarações do imposto de renda, de importância deduzida ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada, pela SUDENE, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

§ 1º A importância a que se refere este artigo será depositada no Banco do Nordeste do Brasil S. A., fazendo-se o recolhimento em conta especial, com visto da Divisão do Imposto de Renda ou suas Delegacias nos Estados, e ali ficará retida para ser liberada na conformidade do disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º A SUDENE aprovará, a requerimento do interessado, os planos de aplicação da importância retida, e, uma vez aprovados os mesmos, autorizará a sua liberação, que se fará parceladamente, à proporção das necessidades da inversão.

§ 3º Os planos aprovados deverão ser aplicados no prazo de três anos a partir da retenção do imposto de renda. Esgotado este prazo, a importância retida se incorporará à renda da União.

Art. 25. Os atos relativos à alienação de quaisquer propriedades rurais, inclusive os que visem ao desmembramento de áreas uníveis, quando se referirem a lotes de área igual ou inferior a 50 hectares, destinados à exploração agropecuária na região do Nordeste, ficam isentos do pagamento de todos os impostos ou taxas

federais que sobre eles incidirem, inclusive o imposto sobre o lucro imobiliário.

§ 1º Quando o desmembramento a que se refere este artigo abranger lotes superiores a cinquenta (50) hectares e iguais ou inferiores a cem (100), os atos relativos à sua alienação gozarão da redução de cinquenta por cento sobre eles incida.

§ 2º Verificando-se, em qualquer tempo, que o adquirente do imóvel, nas condições deste artigo deu ao mesmo destinação diversa será ele responsável pela tributação a que estaria sujeita a transação cobrada em todo o caso.

Art. 36. É o Poder Executivo autorizado a pôr à disposição da SUDENE o total do crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), cuja abertura foi autorizada pelo art. 25 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, para ser aplicado, de conformidade com o disposto no art. 24 da mesma lei, no programa a seguir discriminado, bem como para ressarcimento de adiantamentos autorizados pelo Presidente da República e feitos para financiar a realização de obras discriminadas na presente lei:

#### 1 - Investimentos em Energia Elétrica

a) Aumento da capacidade de geração, melhoria da rede de distribuição e obras correlatas inclusive elaboração dos respectivos estudos, da usina termica da Cidade de Fortaleza .....	230.000.000,00
b) Aumento da capacidade geradora das usinas de energia elétrica das cidades de Teresina e Parnaíba .....	75.000.000,00
c) Construção de linha de transmissão de 132 kv. circuito duplo, de Campina Grande a Santa Cruz .....	120.000.000,00
d) Aumento da capacidade de geração e distribuição de energia elétrica em São Luiz do Maranhão ....	45.000.000,00

#### II - Investimentos em Transportes

- a) Obras de construção e pavimentação nas seguintes rodovias, inclusive estudos e projetos:

##### BR-11

- terraplenagem e obras de arte, no trecho Alagoinhas-Rio Real (BA) .....	30.000.000,00
- pavimentação, terraplenagem e obras de arte, no trecho Pôrto Real-Estância (SE) .....	30.000.000,00
- estudos e projetos de ponte rodoviária sobre o Rio São Francisco, entre Pôrto Real do Colégio (AL) e Propriá (SE) .....	15.000.000,00
- terraplenagem, obras de arte e pavimentação do trecho do Estado de Alagoas .....	40.000.000,00
- contorno da Cidade do Recife, terraplenagem, obras de arte e pavimentação, sendo .....	

Cr\$ 20.000.000,00 para o acesso ao porto do Recife .....	40.000.000,00
- melhoramentos e obras de arte na rodovia João Pessoa-Natal, prolongamento da BR-11:	
a) trecho do Estado da Paraíba .....	50.000.000,00
b) trecho no Estado do Rio Grande do Norte .....	20.000.000,00
BR 13	
- estudos e projeto da ponte rodoviária sobre o Rio São Francisco entre Belém do São Francisco (PE) e Barra do Tarrachil (BA) .....	5.000.000,00
- estudos da modernização do porto de Areia Branca (RN) .....	15.000.000,00
III - Investimentos em Abastecimento de Água	
Maranhão .....	17.000.000,00
Ceará .....	40.000.000,00
Rio Grande do Norte .....	15.000.000,00
Paraíba .....	10.000.000,00
Pernambuco .....	40.000.000,00
Alagoas .....	28.000.000,00
Sergipe .....	20.000.000,00
Bahia .....	45.000.000,00
IV - Aplicação em Empreendimentos Diversos	
a) Valorização do Vale do Jaguaribe (CE) .....	25.000.000,00
b) Oaquecimento em Campo Maior (PI) .....	15.000.000,00
c) Usina piloto para aproveitamento integral do babaçu .....	10.000.000,00
d) Constituição de estoques de alimentos para a emergência de seca .....	20.000.000,00

Art. 37. A dotação global de Cr\$ 2.653.400.000,00 (dois bilhões seiscentos e cinquenta e três milhões e quatrocentos mil cruzeiros), consignada no Anexo 4 - Poder Executivo - Subanexo 4 05 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, verba 3 0 00 Desenvolvimento Econômico e Social do Orçamento da União para 1961 (Lei nº 3.834, de 10-12-60) fica discriminada na forma estabelecida nos Anexos a presente lei.

Art. 38. É o Poder Executivo autorizado a virar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste crédito especial até o limite de Cr\$ 9.912.700.000,00 (nove bilhões, novecentos e doze milhões e setecentos mil cruzeiros), para cobrir os gastos decorrentes da execução da primeira etapa do Plano Diretor aprovada pela presente lei, na forma

discriminada nos Anexos que a acompanham.

Art. 39. As dotações globais constantes desta lei serão requisitadas pela SUDENE após a aprovação dos planos de aplicação, devendo a execução das obras e serviços correspondentes ficar a cargo dos órgãos federais competentes.

Art. 40. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Walther Moreira Salles

A N E X O 1  
RECURSOS A APLICAR EM 1961  
Discriminação  
A — RODOVIAS — (Em milhares de cruzeiros)

Rodovias	Estado	TRECHO	Recursos incluídos no Orçamento da União		Crédito especial autorizado p/esta Lei
			Discriminados no Anexo do MVOP	SUDENE	
BR-3	MG	Rio-Petrópolis-Juiz de Fora-Belo Horizonte-Montes Claros-Carutê-Paramirim-Seabra-Juazeiro .. 4) Trecho Corinto — Montes Claros — Juazeiro — Trecho Corinto — Bocaiuva — Montes Claros — Janaúba — Monte Azul — Espinosa .....	CR\$ 40.000	CR\$	100.000
BR-5	BA	5) Mucuri-Itapebi, inclusive ligações a Porto Seguro e Belmonte .....	200.000		
		6) Itapebi-Humilhões, indenização ao DNER e amortização de seus compromissos, sendo ..... Cr\$ 20.000 para ligação da BR-5 com Santo André em Santa Cruz de Cabralia .....	300.000 150.000		
		7) Buerarema-Itabuna-Itajupe, para pavimentação .....	150.000		
		8) Ubaitaba-Cachoeira, inclusive pavimentação asfáltica Cachoeira-Cruz das Almas .....	250.000		
		9) Pavimentação do trecho Feira de Santana-Santo Antônio de Jesus .....	80.000		
		10) Camacã-Ubaitaba .....	116.000		
BR-8	PI	1) Piripiri-Luis Correia-Valença do Piauí .....	50.000		
		2) Piripiri-São Miguel do Tapuá-Pimenteiras-Valença do Piauí .....			30.000
BR-9	RN	1) Areia Branca — BR-23 (PB) .....	70.000		
BR-10	PE	2) Trecho em Pernambuco, inclusive 30.000 para o trecho Caruaru-Campina Grande .....	50.000		30.000
BR-11	PB	4) Trecho na Paraíba, pavimentação e melhoramentos, inclusive dos trechos urbanos .....	16.600	23.400	50.000
		Trecho Campina Grande — Caruaru, na parte do Estado da Paraíba .....			25.000
	AL	Trecho no Estado de Alagoas .....			20.000
BR-53	PB	Trecho Sapé — Guarabira — Pirituba .....			
BR-11	PB	1) Trecho no Estado da Paraíba, inclusive pavimentação de trechos urbanos .....	70.000		
	PE	2) Trecho em Pernambuco, inclusive pavimentação dos trechos urbanos, sendo 20.000.000 para pavimentação do ramal de Campestre e 40.000.000 para acesso ao porto de Recife e construção da Ponte dos Carvalhos e pavimentação da ligação do Município do Cabo ao de Jaboatão .....	100.000		
	PE	Trecho Pau Sêco-Cidade Universitária, inclusive acesso ao Aeroporto Militar do Ibura, para construção e pavimentação .....	200.000	60.000	
	AL	3) Trecho em Alagoas .....	200.000		
		Ponte rododiferroviária sobre o Rio São Francisco nas proximidades de Porto Real do Colégio (AL) e Propria (SE) .....		140.000	
	SE	4) Trecho em Sergipe .....	200.000		
		Acesso da BR-11 a São Cristóvão, inclusive pavimentação .....			25.000
		Trecho Posto Fiscal-Estância, para construção e pavimentação .....		30.000	20.000
		Acesso a Riachuelo, inclusive pavimentação .....	60.000		
		5) Trecho na Bahia, subtrecho Espianada BR-23 .....			
BR-11	BA	7) Trecho no Estado da Bahia, Subtrecho Riacho da Guia-Irara-Feira de Santana inclusive 5.000.000 para ligação Rio Real .....	16.600		
		Trecho Alagoinhas-Divisa BA/SE, para construção e melhoramentos .....		25.000	
	PB	6) Ligação da BR-11 à BR-23 e trecho na Paraíba, inclusive acesso ao Aeroporto de João Pessoa e Mamanguape e construção da ponte sobre o Rio Mirim .....	145.000		
	PB	Rodovia João Pessoa-Natal-Boqueirão do Cesário (BR-13), prolongamento da BR-11, trecho na Paraíba, para construção, melhoramentos e pavimentação .....		47.000	

Rodovias	Estado	TRECHO	Recursos incluídos no Orçamento da União		Crédito especial autorizado pela Lei
			Discriminados no Anexo do MVOP	SUDENE	
	RN	Rodovia João Pessoa-Natal-Boqueirão do Cesário (BR-13), trecho no Rio Grande do Norte, para construção e melhoramento, inclusive Cr\$ 20.000.000,00 para pavimentação do subtrecho Parnamirim-Macaíba (BR-12) .....		47.000	
	RN	Trecho no Rio Grande do Norte, inclusive 30.000.000 para melhoramentos, obras de arte e pavimentação no trecho Parnamirim-São José do Mipibu .....			113.000
	CE	Rodovia João Pessoa-Natal-Boqueirão do Cesário, prolongamento da BR-11, para melhoramento e construção do subtrecho Aracati-Boqueirão do Cesário (BR-13) .....	25.000		
BR-12	BA	2) Trecho Alagoinhas-Clipó-Ribeira do Pombal-Antas-Geremoabo-Paulo Afonso, inclusive pavimentação e melhoramentos dos trechos urbanos .....	30.000		70.000
BR-12	RN	4) Trecho Macaíba-Santa Cruz-Currais Novos ....	135.000		
		Trecho no Rio Grande do Norte .....			15.000
BR-13	CE	1) Trecho Fortaleza-Russas, inclusive pavimentação .....	100.000		
	CE	2) Trecho Ico-Russas, inclusive pavimentação de trechos urbanos .....	40.000		
		3) Trecho Divisa CE/PE-Ico .....	30.000		
	BA	5) Trecho Feira de Santana-Canudo, sendo Cr\$ 20.000.000 para pavimentação de Feira a Serrinha .....	40.000		50.000
		Pavimentação do Trecho Feira a Serrinha .....			50.000
	PE	Ponte sobre o Rio São Francisco, nas proximidades de Barra do Larrachil (BA) e Belem do São Francisco (PI) .....		50.000	
BR-18	PI	1) Trecho Floriano-Jerumenha-Bertolima-Bom Jesus .....	35.000		12.000
		3) Trecho Bertolima-Cristiano-Castro .....	15.000		20.000
		Trecho Floriano-Teresina (asfaltamento) .....			
BR-21	MA	1) Trecho São Luis-Peritoró, inclusive pavimentação e ponte sobre o canal dos Mosquitos, na Estiva .....	110.000		
		2) Trecho Peritoró-Pôrto Franco, inclusive pavimentação dos trechos urbanos e obras de arte e ponte sobre o Rio Grajaú .....	85.000		
BR-22	MA	1) Trecho Bacabal-Belem, inclusive obras de arte e pavimentação de trechos urbanos e bem assim ligação com as Bases da Marinha e Aero-náutica .....	240.000		
	CE	2) Trecho Fortaleza-Sobral-Divisão CE/PI, melhoramentos e pavimentação de trechos urbanos .....	200.000		
	PI	3) Trecho Teresina-Altos-Campo Maior, inclusive pavimentação de trechos urbanos .....	50.000		
	PI	Ponte sobre o Rio Parnaíba nas proximidades de Teresina (PI) e Timon (MA) .....		100.000	80.000
BR-23	PB	1) Trecho Campina Grande-Patos-Cajazeiras, melhoramentos e pavimentação, inclusive dos trechos urbanos .....	375.000		
		Acesso a Antenor Navarro e Mirauna .....			20.000
		Acesso às cidades de Alagoa Grande e Juarez Távora .....			40.000
		Acesso à cidade de Ingá (melhoramento e asfaltamento) .....			20.000
	CE	3) Trecho Cratêus-Piripiri, a cargo do 1º Grupamento de Engenharia .....	40.000		
		4) Ponte sobre o rio Poti, em Cratêus, e obras de arte .....	10.000		
	CE	6) Trecho Cratêus (CE-Poranga (PI) a cargo do 1º Grupamento de Engenharia .....	20.000		
	PI	7) Trecho Piripiri-Pedro II - Divisa PI/CE (para pavimentação) .....	50.000		40.000
BR-24	MA	2) Trecho Balsas-Carolina .....	27.000		
BR-25	PE	1) Trecho Recife-Moreno-São Caetano-Pesqueira-Arcoverde, inclusive acesso a São Bento do Una, retificação do traçado e pavimentação dos trechos urbanos .....	250.000		
		Acesso para Poção .....	50.000		10.000
BR-26	AL	2) Acesso ao Porto de Recife .....			
BR-27	SE	1) Trecho no Estado de Alagoas, inclusive pavimentação dos trechos urbanos .....	125.000		75.000
		Trecho no Estado de Sergipe, inclusive pavimentação .....			30.000
BR-28	BA	1) Trecho Lençóis-Seabra-Barreiras, inclusive pavimentação dos trechos urbanos e indenização ao DNER .....	150.000		
		2) Trecho Barreiras-Taguatinga, inclusive pavimentação dos trechos urbanos .....	30.000		

Rodovias	Estado	TRECHO	Recursos incluídos no Orçamento da União		Crédito especial autorizado p/esta Lei
			Discriminados no Anexo do MVOP	SUDENE	
			CR\$	CR\$	
BR-50	BA	3 Trecho Salvador (Pilar)-Feira de Santana, inclusive obras de acesso a Salvador .....	80.000		
BR-41	MG	4) Trecho Feira de Santana-Lengóis .....	30.000		
		Trecho, Feira de Santana-Ipirá-Itaberaba, para melhoramentos e pavimentação .....			
BR-42	MG	5) Ponte sobre o Rio Grande (Barreiras) .....	25.000		50.000
		Trecho Feira-Jacobina, para pavimentação .....	60.000		
		Montes Claros-Formosa-Corumba de Golas-Ceres-Xavantina-Cuiabá — Trecho São Romão-Montes Claros .....	20.000		
		Itineus-Pedra Azul-Salinas-Montes Claros-Patos de Minas-Paranaíba .....			100.000
BR-44	CE	Trecho Montes Claros-Salinas .....			50.000
BR-44-A	CE	1) Trecho Chorozinho-Quixadá .....	300.000		30.000
		2) Trecho Quixadá-Solonopole .....	30.000		
		Fortaleza-Brasília .....	40.000		50.000
BR-47	BA	1) Trecho Maranguape - Canindé - Boa Viagem — Pedra Branca-Mompoça-Iguatu - Várzea Alegre-Cariríagu-Juazeiro do Norte .....	25.500		
BR-47	BA	2) Trecho no Estado do Piauí .....			100.000
BR-51	MA	1) Trecho Campinho-Boa Nova-BR-4, inclusive pavimentação dos trechos urbanos .....	100.000		
BR-52	PI	2) Caetite-Guanambi-Monte Alto-Campanha-São da Abadia, inclusive pavimentação dos trechos urbanos .....	100.000		
		1) Trecho no Estado do Maranhão, inclusive ponte sobre o Rio Itapecuru em Comnas .....	25.000		
BR-53	RN	2) Trecho Bertolina, Uruguí .....	20.000		20.000
BR-65	PE	1) Trecho Jalcós-Pauvistana-Divisa PI/PE, inclusive pavimentação dos trechos urbanos .....	50.000		
		2) Trecho em Pernambuco (Petrópolis divisa com Piauí) .....	60.000		60.000
BR-66	BA	3) Trecho Teresina-Picos-Jalcós-Paulistana .....	10.000		70.000
BR-70	MG	1) Trecho São Caetano-Garanhuns, inclusive retificação de traçado e pavimentação dos trechos urbanos .....	20.000		
BR-96	CE	Trechos Paulo Afonso-Garanhuns .....	80.000		
		1) Trecho Lucano-Ribeira do Pombal .....	20.000		
		1) Trecho Arassuaí - Salinas (inclusive ponte sobre o rio Jequitinhonha) .....	30.000		30.000
		2) Trecho Rubelita-Salinas-Rio Pardo .....	15.000		50.000
		1) Trecho Lamedouro-Viçosa-Cocal .....			
		<b>RODOVIAS PRIORITARIAS DO NORDESTE</b> (Art. 21, letra d)			
	CE	Fortaleza - Maranguape - Canindé - Boa Viagem - Pedra Branca-Iguatu-Várzea Alegre-Cariríagu-Juazeiro do Norte-Crato-Rodovia Araripe-Crato-Santana do Cariri-Araripe-Campos Sales Xique-Xique-Barra-Ibipetuba-BR-18 .....	70.000		250.000
	BA	Rodovia Mossoró-Luís Gomes-BR-13 .....			30.000
	RN	Algodão-Itapicui-Itagibá-Cajazeira .....			102.000
	BA	Bumado-Maracás-BR-4 .....			20.000
	BA	Retificação do traçado do trecho Santo Antônio de Jesus-Amargosa .....			100.000
	BA	Juazeiro-Jaguarari-Senhor do Bonfim-Andubaçu Saúde-Mirangaba-BR-39-Irecê .....			
		Trecho Pindobaçu-Saúde-Mirangaba .....			70.000

ANEXO II  
ENERGIA ELÉTRICA  
(Em milhares de cruzeiros)

DISCRIMINAÇÃO DO PLANO DIRETOR	RECURSOS INCLUIDOS NO ORÇAMENTO DE 1961		Crédito especial aberto à SUDENE pela Lei do Plano Diretor
	Discriminados em Distintos Órgãos	SUDENE	
<b>I) Sistema do Maranhão</b>			
a) Despesas de qualquer natureza, para desenvolvimento de energia elétrica, segundo plano de eletrificação para o Estado do Maranhão, sendo Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) para o aproveitamento do potencial da cachoeira Criminosa, no rio Itapicuru.	MVOP — "Para custear a melhoria do sistema termelétrico de S. Luis do Maranhão e ser aplicado inclusive na liquidação do débito garantido pelo Banco do Brasil S.A." 30.000	40.000	200.000
b) Estudos, projeto e início da construção da Usina hidrelétrica de Criminosa, no Rio Itapecuru.			90.000
c) Construção da usina hidro-elétrica no rio Parinã.			100.000
d) Aproveitamento hidrelétrico do rio Mearim, mediante a construção de barragem entre as cidades de Barra do Córda e Pedreiras.			15.000
<b>II) Sistema do Piauí</b>			
a) Despesas de qualquer natureza para desenvolvimento de energia elétrica, segundo plano de eletrificação para o Estado do Piauí.	MVOP — "Para custear a melhoria do sistema termelétrico de Teresina." 35.000		30.000
	MVOP — "Para custear a melhoria do sistema termelétrico de Parnaíba" 30.000		
b) Expansão dos sistemas de energia elétrica, no Estado.	Min. Agr. DNPM — "Para custear a melhoria do sistema termelétrico de Teresina". 5.000	20.000	70.000
			36.000
<b>III) Sistema de Fortaleza</b>			
Solução preliminar:			
a) parte de pagamento da central termelétrica de 15000 kw a ser adquirida no exterior		15.000	80.000
b) custeio de obras civis correspondentes			90.000
c) reforma da rede de distribuição de Fortaleza	MVOP — "Para custear a melhoria do sistema termelétrico de Fortaleza, inclusive pagamento do débito garantido pelo Banco do Brasil". 30.000		
<b>IV) Sistema Centro-Norte do Ceará</b>			70.000
Estudos e obras preliminares na região, inclusive aproveitamento hidrelétrico e serviços complementares do açude "Araras" e linhas de transmissão.			90.000
<b>V) Sistema do Rio Grande do Norte</b>			
a) Despesa para a finalização das linhas troncos de 220 kv (Angelim-Campina Grande) e de 132 kv (Campina Grande-Santa Cruz-Natal) e para custeio de parte em cruzeiros das subestações de Campina Grande, Santa Cruz e Natal	MVOP. DNOCS — "Linhas de transmissão e estações abaixadoras da CHESF para o Estado do Rio Grande do Norte" 50.000	463.200	300.000
b) Linhas de transmissão Catolé do Rocha — Patu — Almino Afonso — Martins — Porto Alegre e Alexandria — Marcelino Vieira — Pau dos Ferros			40.000
c) Despesas para a construção de linhas de 13,8 kv trechos: Santa Cruz-Serra Caiada, Santa Cruz-S. Tomé, Natal-Macaíba.			26.000
d) Despesas diversas, incluindo reforma na rede de distribuição das cidades de Santa Cruz, São Tomé, Serra Caiada, Macaíba.			40.000
e) Despesas com a construção da linha de transmissão do trecho Santa Cruz-Nova Cruz			40.000
<b>VI) Sistema do Cariri (Ceará)</b>			
Despesas para a finalização da linha tronco de 220 kv, no trecho Paulo Afonso-Milagres, de construção de linha de transmissão de 66 kv nos trechos Milagres-Joazeiro do Norte-Crato e para custeio das subestações de Milagres, Joazeiro do Norte e Crato.	MVOP. DNOCS — "Construção, pela Cia Hidrelétrica do São Francisco, de linhas de transmissão e estações transformadoras dos sistemas Cariri e Fortaleza, a começar pela linha tronco, inclusive abaixadora de Bom Nome". 120.000	63.700	16.300



DISCRIMINAÇÃO DO PLANO DIRETOR	RECURSOS INCLUIDOS NO ORÇAMENTO DE 1961		Crédito especial aberto à SUDENE pela Lei do Plano Diretor
	Discriminados em Distintos Órgãos	SUDENE	
Despesas para construção de linha de transmissão de 13,8 kv nos trechos Ingazeiras-Aurora Ingazeiras-Milagres, Milagres- Mauriti e Milagres-Brejo Santo.			45.000
Despesas diversas incluindo reforma na rede de distribuição das cidades de Aurora, Milagres, Mauriti Brejo Santo, Barbalha, Crato, Joazeiro do Norte, Santana do Cariri, Nova Olinda, Caririçu, Varzea Alegre e outros municípios no sistema do Cariri.			100.000
VII) Sistema São Francisco	MVOP, DNOCS - "Linhas de transmissão do sistema Senhor do Bonfim e sistema do São Francisco, entre Paulo Afonso Macururé, Bonfim, Joazeiro, Jacobina, Cabrobó, Salgueiro e Serra Talhada". 430.000		
VIII) Sistema do Senhor do Bonfim 1) Trecho Macururé-Barro Vermelho.			180.000
IX) Sistemas da Bahia			
1) Sistema do Catu (abaixadora linhas de Alagoas-Acajutiba).		40.000	60.000
2) Sistema do Sisal - linhas de transmissão Feira-Pacatu-Serrinha-Conceição do Coité-Valente-Riachão de Jacuípe-Tanquinho-Candeal-Santa Luz, com as respectivas abaixadoras e Redes urbanas.			95.000
3) Sistema Bananeiras - Linha de transmissão de São Felipe-Santo Antonio de Jesus-São Miguel das Matas-Amargosa-Tartaruga-Milagres.			40.000
Estação abaixadora e rede de distribuição de Amar-gosa			15.000
4) Linha de transmissão, em circuito duplo, Cotegipe-Dom João, subestação de D. João, em 66/13,8 Kv, 5 MVA, e subestação de Candeias, em 66/13,8 Kv, 9.4 MVA.			209.000
5) Estudos, projetos e obras preliminares, na bacia do rio Paraguassu, com a dupla finalidade de geração hidrelétrica e controle de cheias.			80.000
X) Sistemas menores diversos			
1. Paraíba			
a) Despesas para a construção da linha de transmissão de 66 kv, no trecho Campina Grande-São João do Cariri-Serra Branca e Sumé e custeio da parte em cruzeiros de subestações abaixadoras.	Min Agr., DNPM - "Construção de linhas de transmissão e estações abaixadoras de energia elétrica de Paulo Afonso aos municípios da Paraíba compreendidos no sistema em convênio com o Estado". 60.000	40.500	60.000
b) Despesa para a construção da linha de transmissão e respectiva estação abaixadora Sertania-Monteiro-Prata-São Sebastião de Umbuzeiro.	Min Agr., DNPM - "Obras do Plano de Eletrificação do Estado através das sociedades de Economia Mista Codebro, Eletro Cariri e Saspa". 30.000		110.000
c) Despesa para conclusão das linhas de transmissão e abaixadora respectiva de Cajazeiras-São José de Piranhas e Bonito-Antenor Navarro-Conceição.			100.000
d) Despesas para construção da linha de transmissão e respectivas abaixadoras no trecho Coremas-Pombal e ao longo dos Rios Piancó e Piranhas, em entendimento com o DNOCS			13.000
e) Despesas de qualquer natureza incluindo reforma da rede de distribuição de São João do Cariri.			10.000
f) Despesas para a construção da linha de transmissão em circuito duplo de 66/13,8 kv no trecho Pilões-Solânea e da linha de transmissão de 66 kv no trecho de Solânea-D. Inês, em colaboração com a CODEBRO		39.915	70.000
g) Linha de transmissão de Patos a São Mamede e Santa Luzia, inclusive abaixadora e reforma das redes de distribuição das mesmas cidades.			25.000
h) Idem, idem de Sousa a Uirauna, idem, idem.			20.000
i) Idem, idem, de Patos a Teixeira e Desterro, idem, idem			20.000
j) Aquisição e montagem de estação abaixadora para Itaporanga.			5.000
k) Linhas de transmissão São Gonçalo-Antenor Navarro-Brejo das Freiras, inclusive estação abaixadora e reforma da rede de distribuição de Antenor Navarro.			25.000
l) Idem, idem, de Bom Nome a Conceição, inclusive estação abaixadora e reforma da rede de distribuição da cidade.			25.000
m) Idem, idem, de Crato a Cajazeira, São José de Piranhas e Bonito e respectivas estações abaixadoras.			100.000

DISCRIMINAÇÃO DO PLANO DIRETOR	RECURSOS INCLUIDOS NO ORÇAMENTO DE 1951		Crédito especial aberto a SUDENE pela Lei do Plano Diretor
	Discriminados em Distintos Órgãos	SUDENE	
n) Idem, Idem, de Esperança a Montada e Novo Areal.			5.000
o) Idem, Idem, de Alagoa Nova e Matinhas e Lagoa de Roça.			10.000
p) Idem, Idem, de Campina Grande a Pocinhos e Cubati inclusive reforma da rede de distribuição de Cubati.			20.000
q) Idem, Idem, de Piancó a Princesa, através do DNOCS, inclusive reforma na rede de distribuição da cidade.			20.000
r) Idem, Idem, de Orobó a Umbuzeiro e Arcoíras.			20.000
2. Pernambuco			
a) Despesas para construção da linha de transmissão de 66 kv nos trechos Massanassu-Palmares-Santa Terezinha e José Mariano.	Min. Agr. DNPM — "Para eletrificação, linhas de transmissão inclusive subestações abaixadoras em convênio com o Governo de Pernambuco, sistema Massanassu-Palmares inclusive dois milhões para eletrificação no município de Ribeirão".	105.800	15.000
b) Despesas para a construção da linha de transmissão de 13,8 kv nos trechos Palmares-Água Preta e Água Preta-Joaquim Nabuco.	23.600		9.300
c) Despesa, de qualquer natureza, incluindo reforma das redes de distribuição das cidades de Catende, Água Preta e Joaquim Nabuco.			30.000
d) Despesas para a construção da linha de transmissão de 66 kv nos trechos Arcoverde-Sertânia e Arcoverde-Buique e custeio da parte em cruzeiros das subestações de Arcoverde, Sertânia e Buique.	CVSF — "Para linha de transmissão de Arcoverde para Sertânia e Alagados de Ingazeira".	78.000	9.000
e) Despesas para a construção da linha de transmissão de 13,8 kv nos trechos Sertânia-Custódia e Arcoverde-Pedra.	15.000		
f) Despesas de qualquer natureza incluindo reforma das redes de distribuição de Arcoverde, Pedra, Buique, Sertânia e Custódia.	MVOP, DNOCS — "Linhas de transmissão da CHESF — Arcoverde Brejo, inclusive subestação".		15.400
g) Linha de transmissão Angelim-Palmerim.	5.000		50.000
h) Linha de transmissão Pesqueira-Poção, inclusive rede interna da cidade.			10.000
i) Linha de transmissão Pesqueira-Alagoinha, inclusive rede interna.			15.000
j) Linhas de transmissão Limeira-Bom Jardim-João Alfredo-Orobó-Surubim.			10.000
k) Linha de transmissão Escada-Ribeirão, inclusive estação abaixadora.			40.000
l) Linha de transmissão Garanhuns-Bom Conselho, passando por Brejão.			10.000
m) Linha de transmissão da CHESF para São João, município de Garanhuns, inclusive estação abaixadora e rede de distribuição em São João.			30.000
n) Linhas de transmissão do sistema do São Francisco de Cabrobó a Saiguelro, Serra Talhada, Flores e Triunfo.			15.000
o) Idem, Idem, da CHESF para Vertentes e reforma na rede de distribuição da cidade.			70.000
p) Idem, Idem, de Lagoa a São Bento do Una.			15.000
q) Idem, Idem, de Pedra a Venturosa, em convênio com a Comissão do Vale do São Francisco.			10.000
r) Despesas de qualquer natureza com a eletrificação rural da zona do Agreste, a cargo das cooperativas, prefeituras municipais, associações rurais, diretamente ou em convênio com a CHESF.			12.000
			20.000
3. Alagoas			
a) Despesas para a construção de linha de transmissão de 66 KW nos trechos Viçosa-Palmeira dos Índios-Arapiraca e custeio da parte em cruzeiros das subestações de Palmeira dos Índios e Arapiraca.	MVOP, DNOCS — "Linhas de transmissão da CHESF para Arapiraca, inclusive estação abaixadora".	73.600	9.000
	10.000		
	Min. Agr., DNPM — "Linha de transmissão da CHESF de Viçosa a Palmeira dos Índios, incluindo subestação abaixadora".		5.000
	5.000		
	Min. Agr. DNPM — "Linha de transmissão da CHESF para a cidade de Arapiraca, inclusive subestação".		5.000
	5.000		
b) Despesa para a construção da linha de transmissão de 13,8 KV nos trechos Arapiraca-Ponciano, Arapiraca-Junqueiro, Palmeira dos Índios-Quebrângulo, Quebrângulo-Paulo Jacinto.	Min. Agr., DNPM — "Linha de transmissão de energia da CHESF de Quebrângulo-Paulo Jacinto".		4.000
	4.000		
	Min. Agr., DNPM — "Linha de transmissão da CHESF Palmeira dos Índios-Quebrângulo".		6.000
	6.000		22.300

DISCRIMINAÇÃO DO PLANO DIRETOR	RECURSOS INCLUIDOS NO ORÇAMENTO DE 1961		Crédito espe- cial aberto a SUDENE pela Lei do Plano Diretor
	Discriminados em Distintos Órgãos	SUDENE	
c) Linha de transmissão de Angelim a Viçosa, inclusive estação abaixadora de Viçosa.			15.000
d) Idem. da CHESF de União dos Palmares a São José da Lage-Ibateguara e Colônia Leopoldina.			15.000
e) Aumento da capacidade de geração e distribuição de energia elétrica em Alagoas.			50.000
f) Despesas de qualquer natureza incluindo reforma da rede de transmissão das cidades de Arapiraca, Palmeira dos Índios, Quebrângulo, Paulo Jacinto, Ponciano e Junqueiro.			60.800
g) Despesas para a construção da linha de transmissão de 66KV em circuito duplo com 13,8 KV. no trecho Viçosa-Capela, custeio da parte em cruzeiros da subestação de Capela e reforma das redes de distribuição de Viçosa e Capela.	Min. Agr., DNPM — "Linha de transmissão da CHESF de Viçosa-Capela, Rio Largo-São Miguel dos Campos". 16.000		44.000
h) Despesas para a construção de linha de transmissão de 13,8 KV no trecho Capela-Atalaia e para a reforma de rede de distribuição de Atalaia.	Min. Agr., DNPM — "Linha de transmissão da CHESF Capela-Atalaia". 4.000 500		9.000
4. Sergipe			
a) Despesas para a construção de linha de transmissão de 66 KV nos trechos Itabaiana-Campo do Brito e Campo do Brito-Lagarto e custeio de parte em cruzeiros das subestações de Lagarto.	Min. Agr., DNPM — "Extensão da CHESF, da subestação de Itabaiana para as cidades de Campo do Brito e Macambira". 6.000	31.550	4.400
b) Rede de distribuição da cidade de Tobias Barreto.			8.000
c) Linha de transmissão da CHESF de Itabaiana a Frei Paulo.			5.000
d) Despesas para construção da linha de 13,8 KV Lagarto-Simão Dias e Paripucanga.	15.000		9.300
e) Despesas de qualquer natureza incluindo reforma na rede de distribuição das cidades de Campo do Brito, Lagarto e Simão Dias.	Min. Agr., DNPM — "Para reforma da rede de distribuição de energia elétrica da cidade de Lagarto, em convênio com a Prefeitura local". 4.000		22.000
f) Linha de transmissão de energia elétrica da cidade de Lagarto-Sergipe, para a colônia Agrícola Antônio Martins de Menezes, no povoado 13.	Min. Agr., DNPM — "Para reforma da rede de distribuição da cidade de Campo do Brito, em convênio entre a CHESF e a Prefeitura local". 2.000 6.000		5.000
g) Linha de transmissão da CHESF de Itabaiana a Ribetópolis.			8.000
h) Idem. de Aguidaban à cidade de Itabi.			10.000
i) Idem. de Itaporanga a Salgado.			4.000
j) Eletificação rural no Município de Itabaiana.			10.000
k) Idem. Idem de Lagarto.			5.000
l) Idem. Idem. de Itaporanga.	MVOP, ONOCS — "Reforma da rede de distribuição de energia elétrica da cidade de Lagarto, em convênio com a CHESF e a Prefeitura". 2.000		
m) Despesas para a construção da linha de transmissão de 13,8 KV nos trechos Itabaiana-Frei Paulo-Pinhã-Frei Paulo-Cariri.	Min. Agr., DNPM — "Construção da linha de transmissão de energia da CHESF partindo de Itabaiana para Ribetópolis-Sergipe, inclusive transformadores e estação abaixadora". 2.000		15.800
	Linhas de transmissão Itabaiana-Ribetópolis		5.000
	Linha de transmissão Itabaiana-Frei Paulo		5.000
n) Despesas de qualquer natureza, incluindo reforma da rede de distribuição das cidades de Frei Paulo, Carira, Ribetópolis e Pinhão.	Min. Agr., DNPM — "Para melhoria do Serviço de Luz e Força e rede de iluminação na cidade de Frei Paulo". 2.500		35.500
	Min. Agr., DNPM — "Para reforma da rede de distribuição de energia elétrica, da cidade de Ribetópolis, em convênio com a CHESF e a Prefeitura local". 2.000		
o) Linha de transmissão da Cia. Hidrelétrica do São Francisco, de Nossa Senhora das Dores para Cumbe e Nossa Senhora da Glória.			10.000

DISCRIMINAÇÃO DO PLANO DIRETOR	RECURSOS INCLUIDOS NO ORÇAMENTO DE 1961		Crédito especial aberto a SUDENE pela Lei do Plano Diretor
	Discriminados em Distintos Órgãos	SUDENE	
5. Bahia			
Sistemas da CHESF do Médio e Baixo São Francisco (Sistema de Geremoabo)	CVSF — Linhas de transmissão e instalações para o sistema de Geremoabo — Antas Cicero Dantas-Ribeiro do Pombal e instalações na cidade de Paulo Afonso.		
a) Sistema hidrelétrica Rio Pardo em Itambé e linha de transmissão de Macarani (DNPM).	30.000		50.000
b) Usina de Santa Luzia em Jaguaquara (DNPM).	21.000		50.000
c) Linha de transmissão do sistema de Bananeiras para Feira-Tanguinho-Conceição do Coité-Valente e dos ramais de Riachão de Jacuípe e Santa Luz (DNPM).	6.000		
d) Linha Feira-Serrinha e abaixadora Pacatu (DNPM).	17.000		20.000
e) Linha de Irará para Santanópolis-Perdão (DNPM) em convênio com a COELBA.	10.000		
f) Usina hidrelétrica da Cachoeira Jaquetó, em Itanhaem.	6.000		
g) Construção da linha de transmissão Funil-Ubaitaba e a respectiva subestação do Sistema Rio das Contas.	14.000		
h) Usina hidrelétrica de Lages, em Porto Seguro.	2.000		
i) Linha de transmissão da Usina de Funil para Ubaitaba.	2.000		
j) Linha de transmissão da usina de Funil para Ubaitaba e Marau, do sistema do Rio das Contas.	2.000		
k) Idem, idem, de Irará para Água Fria, Pedrao, Ouricanga e Santanópolis em convênio com a COELBA.			40.000
l) Usina hidrelétrica de Inhobim.			20.000
m) Linha de transmissão da energia do Funil, sistema do rio das Contas, para Itapé, Santa Izabel, Cajueiro, Ibicarai, Barro Preto, Floresta Azul, Santa Cruz da Vitória, Itamirim, Rio do Meio, Ipororó e Itapetinga.			40.000
6. Minas Gerais			
a) Sistema de transmissão de Três Marias.	CVSF — Sistema de Três Marias-Montes Claros-Bocaiuva-Buenópolis-Corção de Jesus-Francisco São Juramento-Jequitai-Lassance-Pirapora-Várzea da Palma.		50.000
b) Linha de transmissão de Três Marias — Montes Claros.	10.000		51.000
Despesas Gerais			
Despesas de qualquer natureza, inclusive custeio da parte em cruzeiros, do equipamento de comunicação necessário à operação e manutenção das linhas troncos do sistema		42.635	97.400
Subsídio a ser utilizado para compensar diferença do custo entre a energia elétrica de Paulo Afonso distribuída na cidade de Recife, para fins industriais e a distribuída na região Nordeste, por usinas térmicas, para fins industriais		110.000	

ANEXO III

Hidrologia

(Em milhares de cruzeiros)

- I — Conhecimento sistemático dos recursos hidrologicos da região:  
 a) Coleta e registro de dados hidrologicos básicos;  
 b) Compilação e análise de dados hidrologicos básicos;  
 c) Avaliação dos recursos de água e das possibilidades hidrologicas de sua utilização:

	Credito Orçamentário da SUDENE para 1961	Credito Especial autorizado por esta lei
II — Utilização e controle de água ..		
III — Atividades correlatas .....	50.000.000	

ANEXO IV

REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA AGRÍCOLA

(Em milhares de cruzeiros)

	Credito Orçamentário da SUDENE para 1961	Credito Especial autorizado por esta lei
I — Ampliação da oferta de terras		
II — Reorganização da economia da zona semi-árida .....		
III — Pesquisa e experimentação .....	71.500	
IV — Plano de recuperação da pecuária do Piauí, à base fomento das plantas xerófilas, e cultivo de forrageiras adaptáveis à região especialmente algaroba e palma	40.000	
V — Plano de recuperação da pecuária do Ceará, à base do fomento das plantas xerófilas e cultivo de forrageiras adaptáveis à região .....	30.000	
VI — Plano de fomento e racionalização da cultura algodoeira no Ceará, especialmente o algodão arbóreo .....	40.000	
VII — Plano de intensificação e melhoria do côco no Estado de Sergipe	10.000	
VIII — Para fomento à Agricultura e à pecuária, nos termos da presente lei, dedicando-se um mínimo de 20 % para fomento da cultura do algodão arbóreo e 5 % para algodão herbáceo, nas áreas de irrigação .....		700.000

	Crédito Orçamentário da SUDENE para 1961	Crédito Especial autorizado por esta lei
IX - Para assistência direta ao pequeno produtor de gêneros de subsistência na zona do agreste de Pernambuco, em convênio com o Governo do Estado .....		100.000
X - Para financiamentos a charqueadas no alto Parnaíba - Maranhão .....		15.000
XI - Aproveitamento agrícola dos vales úmidos do Ceará, a começar pela Serra de Baturité .....		70.000
XII - Aproveitamento agrícola do vale do rio Carás no Ceará .....		10.000
XIII - Para a lavoura sisaleira do Nordeste .....		50.000

## ANEXO V

## POLÍTICA DE INDUSTRIALIZAÇÃO

(Em milhares de cruzeiros)

	Crédito Orçamentário da SUDENE para 1961	Crédito Especial autorizado por esta lei
I - Plano de modernização da indústria têxtil		
II - Projetos de reequipamento ou instalação de outras indústrias		100.000
III - Reestruturação das Atividades Artesanais .....	35.300	

## ANEXO VI

## Racionalização do Abastecimento

(Em milhares de cruzeiros)

I - Redes de armazéns		
II - Estocagem de emergência		
III - Centros de abastecimento e remodelação de mercados .....		200.000
IV - Sociedades de comercialização ..	120.000	

ANEXO VII

*Aproveitamento dos Recursos Minerais*

(Em milhares de cruzeiros)

I - Estudos básicos		
II - Estudos de pesquisas .....	60.000	
III - Estudos complementares:		
IV - Estudos para implantação da indústria de álcalis no território de Sergipe com o aproveitamento das jazidas de salgemas, inclusive elaboração do projeto da usina .		10.000

ANEXO VIII

*Mão-de-Obra e sua Redistribuição Regional*

(Em milhares de cruzeiros)

I - Pesquisas de pré-colonização .....		
II - Investimentos em povoamento .	50.100	

ANEXO IX

*Saúde Pública e Educação de Base*

I - Abastecimento d'água:

(Em milhares de cruzeiros)

	Credito Orçamentário da SUDENE para 1961	Credito Especial autorizado por esta lei
<b>ESTADOS</b>		
Maranhão . . . . .	82.000	
Piauí . . . . .	25.000	120.000
Ceará . . . . .	60.000	100.000
Rio Grande do Norte . . . . .	30.000	
Paraíba . . . . .	20.000	
Pernambuco . . . . .	25.000	
Alagoas, inclusive para abastecimento d'água no sistema do Polígono da Sêca . . . . .	15.000	40.000
Sergipe . . . . .	40.000	
Bahia . . . . .	43.000	
Minas Gerais . . . . .	22.000	100.000

## ANEXO X

(Em milhares de cruzeiros)

I - Poços para pequenos núcleos populacionais . . . . .	50.000	150.000
---	--------	---------

## ANEXO XI

(Em milhares de cruzeiros)

III - Projeto piloto de educação de base	10.000	
--	--------	--

## ANEXO XII

*Levantamentos Cartográficos*

(Em milhares de cruzeiros)

Para aparelhar o setor cartográfico da SUDENE . . . . .	30.000	
---	--------	--

## ANEXO XIII

*Empreendimentos Diversos*

(Em milhares de cruzeiros)

Crédito especial  
autorizado por  
esta lei  
Cr\$

- |   |         |
|---|---------|
| 1) Atérro dos alagados e recuperação das respectivas áreas -  |         |
| a) Recife - Pernambuco . . . . .  | 30.000  |
| 2) Aproveitamento de vales -  |         |
| a) Gurugêia - Piauí . . . . .   | 100.000 |
| b) Canindé, Poti e Corrente (norte) . . . . .   | 100.000 |
| c) Rio Jaguaribe - Ceará . . . . .  | 40.000  |
| d) Rio Poti - Ceará . . . . .   | 25.000  |
| 3) Estudo e projeto de Canais -   |         |
| a) Ligação do Rio S. Francisco à nascente do Jacarutuba - Sergipe . . . . .   | 10.000  |
| 4) Regularização de Cursos d'água -   |         |
| a) Rio Pojuca - Bahia (inclusive aproveitamento de áreas para a agricultura) . . . . .  | 50.000  |
| 5) Perenização de rios -  |         |
| a) Rio Salgado - Ceará . . . . .  | 20.000  |
| 6) Perfuração de poços artesianos e aquisição de equipamentos - Ceará . . . . .   | 90.000  |
| 7) Estudos e instalações de serviços meteorológicos e experiências relativas à provocação de chuvas artificiais - Ceará . . . . . | 10.000  |
| 8) Pesquisas Científicas -  |         |
| a) Para aquisição e instalação de um Reator Atômico - Recife . . . . .  | 250.000 |
| 9) Construção da barragem "Sítios Novos", destinada a abastecimento d'água de Fortaleza . . . . .                                 | 100.000 |



10) Perfuração e mecanização de poços tubulares profundos, até o arenito, na chapada do Apodi — Rio Grande do Norte . . . . .	50.000
11) Para a aquisição de tratores acima de 70 HP, de esteira e lâmina, sem similar nacional . . . . .	500.000
12) Idem, idem, de tratores agrícolas abaixo de 55 HP, implementos agrícolas, ferramentas, arame farpado . . . . .	500.000
13) Para estudos e levantamentos relacionados com o desenvolvimento de Sergipe, a serem realizados com o Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe — (CONDESE), visando planejamento econômico do Estado e sua integração no Plano Diretor da SUDENE . . . . .	10.000
14) Estudos e instalação relacionados com o sistema de irrigação do rio Parnaíba . . . . .	50.000

(\*) LEI Nº 3.996 — DE 14 DE  
DEZEMBRO DE 1961

*Modifica as Leis ns. 3.551, de 13 de fevereiro de 1959, 3.770, de 7 de junho de 1960 e 3.863, de 24 de dezembro de 1960, suspendendo o vencimento de débitos dos triticultores, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam suspensos até 31 de março de 1966 os pagamentos das operações contratadas pelo Banco do Brasil com base nas Leis ns. 3.551, de 13 de fevereiro de 1959, 3.770, de 7 de junho de 1960, e 3.863, de 24 de dezembro de 1960, bem como liberadas as produções alcançadas no período agrícola 1961-1962, esclarecido, entretanto, que o produto apurado na venda das colheitas das lavouras subsidiárias ou de substituição da safra 1961-1962 responderá apenas pelas importâncias levantadas e aplicadas no respectivo custeio.

Art. 2º As dívidas resultantes serão consolidadas, computados os juros que se verificarem até o término da safra tritícola 1961-1962, e exigidas pelo Banco em 8 (oito) prestações anuais e iguais, vencendo-se a primeira em 31 de março de 1966 e as demais em igual dia e mês dos anos subsequentes.

Art. 3º O débito consolidado vencerá juros de 7% (sete por cento) a.a. exigíveis anualmente, não sendo permitida a cobrança de outra taxa ou comissão.

Art. 4º O produto das lavouras cultivadas nas safras 1962-1963, 1963-

1964 e 1964-1965 fica livre de exigibilidade para efeito de resgate das dívidas a serem consolidadas.

Art. 5º Durante o período de carência as dívidas a serem consolidadas vencerão juros de 7% (sete por cento) a. a., não capitalizáveis e não exigíveis anualmente, que serão contabilizados para inclusão no débito reajustável em março de 1966, não incidindo sobre as mesmas a cobrança de qualquer tipo de comissão.

Art. 6º O saldo não pago de financiamentos contratados no período de carência, com base no art. 8º da Lei nº 3.770, será incorporado à dívida total a ser consolidada.

Art. 7º Aos produtores beneficiados pela presente lei, fica assegurado o financiamento às suas atividades agrícolas, inclusive a do trigo, mediante garantia do penhor das respectivas safras, incidindo além dos juros a taxa de fiscalização de 1% (um por cento) sobre o débito decorrente do novo financiamento, exigível na forma usual da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único. No caso em que, por motivos estranhos à vontade dos mutuários, se verifique a frustração de safra financiada, os saldos apurados em 1966 serão incorporados ao débito a ser consolidado.

Art. 8º Em garantia dos débitos consolidados, consoante das disposições da presente Lei, os produtores beneficiados destinarão ao Banco do Brasil S. A., para venda e amortização de seus débitos, as produções colhidas nos imóveis respectivos após o período de carência.

Art. 9º As alterações decorrentes da presente Lei serão inscritas nos

instrumentos representativos dos respectivos débitos, mediante simples anotação feita pelo Banco do Brasil S.A. e isenta do imposto do selo.

Art. 10. Será permitida a transferência da atividade agrícola para a pecuária, em zonas aconselháveis para a exploração pastoril, caso em que os financiamentos obedecerão as bases e condições regulamentares da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, inclusive no tocante às garantias normais.

Art. 11. O Banco do Brasil S. A. se eximirá de qualquer responsabilidade no tocante ao deferimento de operações de trigo aos produtores localizados em terras ou zonas desaconselhadamente impróprias para essa lavoura ou que não plantem sementes recomendadas, na forma do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único — As estações experimentais do Ministério da Agricultura ou as que mantenham convênio com o Governo Federal, anualmente remeterão à CREAL a relação das zonas onde seja aconselhável a lavoura do trigo e quais as sementes recomendadas.

Art. 12. Aos beneficiários da Lei nº 3.863, de 24 de dezembro de 1960, fica assegurada a faculdade estabelecida no art. 7º da Lei nº 3.770, de 7 de junho de 1960, bem como a que trata o art. 10 da presente Lei.

Art. 13. É o Poder Executivo autorizado a celebrar com o Banco do Brasil S. A. convênio para a execução da presente Lei, oferecendo as necessárias garantias, independentemente, da formalização desse ato a concessão imediata dos benefícios nela previstos.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, mantidas as disposições das Leis ns. 3.551, de 13 de fevereiro de 1959, 3.770, de 7 de junho de 1960 e 3.863, de 24 de dezembro de 1960, que não a contrariarem expressamente e revogadas as demais disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1961;  
140ª da Independência e 73ª da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Armando Monteiro

Walther Moreira Salles

LEI Nº 3.997 — DE 15 DE  
DEZEMBRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de .... Cr\$ 60.000.000,00, destinado ao aterro e recuperação dos alagados existentes na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, através do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com as obras de aterro, saneamento, recuperação e outras dos alagados existentes em Lobato, Santa Luzia, Uruguai, Jardim Castro Alves, Vila Ruy Barbosa, Massaranduba, Baixa do Petróleo, Mangueira e Porto dos Mestros, na cidade do Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Anualmente, e durante cinco exercícios consecutivos, o orçamento do D.N.O.S. consignará dotação nunca inferior a Cr\$ ..... 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) para prosseguimento e conclusão das obras a que se refere o art. 1º desta lei.

Art. 3º As dotações a que se referem os arts. 1º e 2º desta lei poderão ser aplicados através de convênio com a Prefeitura Municipal de Salvador.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1961;  
140ª da Independência e 73ª da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Virgílio Tavora.

LEI Nº 3.998 — DE 15 DE  
DEZEMBRO DE 1961

*Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, sob a denominação de Fundação Universidade de Brasília, uma Fundação que se regerá por estatutos aprovados por decreto do Presidente do Conselho de Ministros.

Art. 2º A Fundação será uma entidade autônoma e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os Estatutos e o decreto que os aprovar.

Art. 3º A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 4º O Patrimônio da Fundação será constituído:

a) pela dotação de..... Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) a que se refere o art. 18 e pelas rendas das ações ordinárias nominativas da Companhia Siderúrgica Nacional pertencentes à União;

b) pelos terrenos destinados, no Plano Piloto, à construção de uma Universidade em Brasília;

c) pelas obras de urbanização e de instalação de serviços públicos na área da Cidade Universitária, a serem construídos pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital, sem indenização, nas condições do art. 17, da Lei nº 2.874, de 10 de novembro de 1956;

d) pelos edifícios necessários à instalação e funcionamento da administração, da biblioteca central, da estação radiodifusora, do Departamento Editorial do Centro Recreativo e Cultural a serem construídos pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital nas condições da alínea anterior;

e) pelos terrenos das 12 (doze) superquadras urbanas, em Brasília, que lhe serão doados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital;

f) pela metade dos lucros anuais da Rádio Nacional, que serão aplicados na instalação e manutenção da Rádio Universidade de Brasília;

g) pela dotação de..... Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), na forma do art. 19, destinados a constituir um fundo rotativo para edição de obras científicas, técnicas e culturais, de nível universitário, pela Editora Universidade de Brasília;

h) pelas doações e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, pelo Distrito Federal e por entidades públicas ou particulares.

§ 1º Os bens e direitos da Fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, podendo para tal fim ser alienados, com exceção dos mencionados nas alíneas b, c e d.

§ 2º No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao Patrimônio da União.

Art. 5º O Presidente da República designará por decreto o representante da União nos atos de instituição da Fundação.

Parágrafo único. Esses atos compreenderão os que se tornarem necessários à integração no patrimônio da Fundação dos bens e direitos a que se referem as alíneas a, b, e, f, g e h do art. 4º e a respectiva avaliação.

Art. 6º Para manutenção da Fundação, o orçamento federal consignará, anualmente, recursos, sob a forma de dotação global.

Art. 7º A Fundação será administrada por um Conselho Diretor, composto por 6 (seis) membros e 2 (dois) suplentes escolhidos, uns e outros, entre pessoas de ilibada reputação e notória competência e se renovará, cada 2 (dois) anos, pela sua metade.

§ 1º O Conselho Diretor elegerá o seu Presidente.

§ 2º O Presidente do Conselho Diretor exercerá as funções de Presidente da Fundação e terá o título de Reitor da Universidade.

Art. 8º Os membros do Conselho Diretor exercerão mandato por 4 (quatro) anos podendo ser reconduzidos.

§ 1º Os membros e suplentes do Primeiro Conselho Diretor serão designados por livre escolha do Presidente da República, sendo a metade

para período de 4 (quatro) anos e a outra metade para período de 2 (dois) anos.

§ 2º A renovação do Conselho far-se-á por escolha e nomeação do Presidente da República entre os nomes de uma lista triplíce apresentada, para cada vaga, pelo Conselho Diretor.

Art. 9º A Universidade será uma unidade orgânica integrada por Institutos Centrais de Ensino e de Pesquisa e por Faculdades destinadas à formação profissional, cabendo:

I — Aos Institutos Centrais, na sua esfera de competência:

a) ministrar cursos básicos, de ciências, letras e artes;

b) formar pesquisadores e especialistas; e

c) dar cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nas respectivas especialidades.

II — As Faculdades, na sua esfera de competência:

a) ministrar cursos de graduação para formação profissional e técnica;

b) ministrar cursos de especialização e de pós-graduação;

c) realizar pesquisas e estudos nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural.

Art. 10. A Universidade de Brasília empenhar-se-á nos estudos dos problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do país e, na medida de sua possibilidade, na colaboração às entidades públicas e privadas que o solicitarem.

Art. 11. A estrutura da Universidade e dos estabelecimentos componentes e as relações entre os mesmos e as respectivas áreas de competência serão organizadas e definidas em Estatutos a serem elaborados pelo Conselho Diretor e aprovados por decreto do Presidente do Conselho de Ministros.

Art. 12. O Conselho Diretor elegerá livremente o Vice-Reitor, que terá funções executivas e didáticas definidas nos Estatutos da Universidade, devendo sua escolha recair em pessoa de ilibada reputação e notória competência.

Art. 13. A Universidade gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos dos Estatutos da Fundação e dos seus próprios estatutos.

Art. 14. Na organização de seu regime didático, inclusive de curri-

culo de seus cursos, a Universidade de Brasília não estará adstrita às exigências da legislação geral do ensino superior, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo e no art. 15.

Parágrafo único. Para que seus diplomas profissionais possam conferir as prerrogativas legais aos respectivos titulares, deverão ser observados, pela Universidade de Brasília, os seguintes princípios:

1. a duração de seus cursos profissionais, incluindo a dos correspondentes cursos básicos, ministrados pelos Institutos Centrais, não poderá ser inferior ao padrão mínimo, instituído pela legislação geral;

2. não poderá ser eliminada disciplina que a legislação geral considere obrigatória, o que não impede, tendo em vista a formação de profissionais especializados, que qualquer delas possa ser ministrada com extensão maior ou menor do que a prevista na referida legislação;

3. não poderá ser dispensada a obrigatoriedade da frequência dos alunos regulares às aulas teóricas ou práticas e aos demais trabalhos escolares, mas poderão ser abolidas quaisquer fórmulas admitidas pela legislação geral e que importem, indiretamente, em dispensa de frequência.

Art. 15. Os Estatutos da Universidade organizarão a carreira do magistério, escalonando os diversos cargos e os graus universitários correspondentes, observando, quanto ao provimento efetivo das cátedras, o concurso de Títulos e Provas.

Art. 16. Os órgãos deliberativos e consultivos da Universidade e de seus Institutos Centrais e Faculdades serão organizados nos termos dos Estatutos a que se refere o art. 11.

Parágrafo único. O Conselho Diretor será assistido, até a instalação dos órgãos deliberativos e consultivos da Universidade, por tantos coordenadores quantos forem os institutos e faculdades em fase de criação, sendo tais coordenadores designados pelo Reitor com aprovação prévia do Conselho Diretor.

Art. 17. Os contratos do pessoal docente, técnico e administrativo da Fundação e da Universidade, reger-se-ão pela Legislação do Trabalho, podendo, também, ser para elas requisitado pessoal do serviço público e das autarquias.

§ 1º O quadro do pessoal docente, técnico e administrativo da Funda-

ção e da Universidade será fixado pelo Conselho Diretor e admitido com aprovação deste, pelo Reitor, não podendo ser alterado numericamente dentro do prazo para o qual foi organizado.

§ 2º Nenhum docente ou funcionário técnico será admitido sem que preceda a instalação do respectivo serviço.

Art. 18. Fica aberto ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), destinado a custear a construção dos edifícios da Universidade de Brasília.

Art. 19. Fica aberto ao Ministério da Educação e Cultura o crédito suplementar de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), à verba que especifica — Verba 3, Serviços e Encargos — Auxílios, Contribuições e Subvenções — Subvenções Fundação Universidade de Brasília, Dotação para constituir fundo rotativo da Editora Universidade de Brasília.

Art. 20. A Fundação Universidade de Brasília poderá importar, livremente, com isenção de direitos alfandegários e sem licença prévia, os equipamentos de laboratório, as publicações e os materiais científicos e didáticos de qualquer natureza de que necessite, ficando-lhes assegurada cobertura cambial prioritária e automática à taxa mais favorável de câmbio.

Art. 21. É assegurada à Fundação Universidade de Brasília isenção de quaisquer impostos, direitos e taxas alfandegárias, exceto a de previdência social, bem como franquia postal-telegráfica.

Art. 22. Mediante termo lavrado no Ministério da Fazenda, serão transferidas para a Fundação Universidade de Brasília as rendas do corrente ano das ações referidas no art. 4º.

Art. 23. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de dezembro de 1961: 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Antonio de Oliveira Brito

LEI Nº 3.999 — DE 15 DE  
DEZEMBRO DE 1961

*Altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O salário-mínimo dos médicos passa a vigorar nos níveis e da forma estabelecida na presente lei.

Art. 2.º A classificação de atividades ou tarefas, desdobrando-se por funções, será a seguinte:

a) médicos (seja qual for a especialidade);

b) auxiliares (auxiliar de laboratorista e radiologista e internos).

Art. 3.º Não se compreende na classificação de atividades ou tarefas, previstas nesta lei (obrigando ao pagamento de remuneração) o estágio efetuado para especialização ou melhoria de tirocinio desde que não exceda ao prazo máximo de seis meses e permita a sucessão regular no quadro de beneficiados.

Art. 4.º E' o salário-mínimo dos médicos a remuneração mínima, permitida por lei, pelos serviços profissionais prestados por médicos, com a relação de emprego, a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 5.º Fica fixado o salário-mínimo dos médicos em quantia igual a três vezes e o dos auxiliares a duas vezes mais o salário-mínimo comum das regiões ou sub-regiões em que exercem a profissão.

Art. 6.º O disposto no art. 5.º aplica-se aos médicos que, não sujeitos ao horário previsto na alínea a do artigo 8.º, prestam assistência domiciliar por conta de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, como empregados destas, mediante remuneração por prazo determinado.

Art. 7.º Sempre que forem alteradas as tabelas do salário-mínimo comum, nas localidades onde o salário-mínimo geral corresponder a valor inferior a metade da soma do mais alto e do mais baixo salário-mínimo em vigor no país, o salário-mínimo dos médicos será reajustado para valor correspondente a três vezes e o dos auxiliares para duas vezes mais esta metade.

Art. 8.º A duração normal do trabalho, salvo acôrdo escrito que não fira de modo algum o disposto no artigo 12, será:

a) para médicos, no mínimo de duas horas e no máximo de quatro horas diárias;

b) para os auxiliares será de quatro horas diárias.

§ 1.º Para cada noventa minutos de trabalho gozará o médico de um repouso de dez minutos.

§ 2.º Aos médicos e auxiliares que contratarem com mais de um empregador, é vedado o trabalho além de seis horas diárias.

§ 3.º Mediante acôrdo escrito, ou por motivo de força maior, poderá ser o horário normal acrescido de horas suplementares, em número não excedente de duas.

§ 4.º A remuneração da hora suplementar não será nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) à hora normal.

Art. 9.º O trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20% (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

Art. 10 O profissional, designado para servir fora da cidade ou vila para a qual tenha sido contratado, não poderá:

a) perceber importância inferior a do nível mínimo de remuneração que vigore naquela localidade;

b) sofrer redução, caso se observe nível inferior.

Art. 11 As modificações futuras de critério territorial para a fixação dos salários-mínimos comuns, em tabelas, aproveitarão, também, para os dos médicos.

Art. 12 Na hipótese do ajuste ou contrato de trabalho ser incluído à base-hora, o total da remuneração devida não poderá perfazer quantia inferior a vinte e cinco (25) vezes o valor da soma das duas (2) primeiras horas, conforme o valor horário calculado para a respectiva localidade.

Art. 13 São aplicáveis ao salário-mínimo dos médicos as disposições de caráter geral, sobre o salário-mínimo, constantes do Decreto-lei número 5 452, de 1.º de maio de 1943 (CLT).

Art. 14 A aplicação da presente lei não poderá ser motivo de redução de salário, nem prejudicará a situação de direito adquirido.

Art. 15 Os cargos ou funções de chefias de serviços médicos somente poderão ser exercidos por médicos, devidamente habilitados na forma da lei.

Art. 16 A partir da vigência da presente lei, o valor das indenizações estatuais na C. L. T., que venham a ser devidas, será desde logo calculado e pago de conformidade com os níveis de remuneração nela fixados.

Art. 17 Para os fins de previdência social, os médicos que não sejam contribuintes obrigatórios dos Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões, serão considerados contribuintes facultativos do I. A. P. C.

Art. 18 Aos médicos que exerçam a profissão como empregados de mais de um empregador é permitido contribuir, cumulativamente, na base dos salários efetivamente recebidos nos diversos empregos, até o máximo de dez vezes o maior salário-mínimo geral vigente para os trabalhadores não abrangidos por esta lei, cabendo aos respectivos empregadores recolher as suas cotas, na proporção dos salários pagos.

Art. 19 As instituições de fins beneficentes e caritativos, que demonstrem não poder suportar o pagamento dos níveis mínimos de salários instituídos na presente lei, será facultado requerer ao Conselho Nacional do Serviço Social isenção total ou redução dos mesmos salários.

§ 1.º A isenção, para ser concedida, deve subordinar-se à audiência do órgão sindical e da Associação Médica Brasileira, por intermédio de sua federação regional e, bem assim, do Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 2.º A isenção poderá ser declarada, em cada caso, na fase de execução da sentença proferida em litígio trabalhista, pelo Juízo ou Tribunal competente, podendo, contudo, a execução ser reaberta, independente de qualquer prazo prescricional, sempre que o interessado prove alteração superveniente das condições econômicas da instituição.

Art. 20 Os benefícios desta lei estendem-se aos profissionais da medi-

cina e seus auxiliares que trabalham ou venham a trabalhar em organizações industriais e agrícolas, localizadas em zonas urbanas e rurais.

§ 1.º As empresas que já tenham serviço médico-social organizado, conservarão seus médicos e auxiliares com as vantagens decorrentes desta lei, levando-se em consideração o tempo de serviço, as distâncias e outros fatores que possam influir na organização do horário, de acordo com as necessidades do serviço.

Art. 21 São automaticamente nulos todos os contratos de trabalho que, de qualquer forma, visem a elidir a presente lei.

Art. 22 As disposições desta lei são extensivas aos cirurgiões dentistas, inclusive aos que trabalham em organizações sindicais.

Art. 23 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 21 de dezembro de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Souto Maior

A. Franco Montoro

LEI Nº 4.000 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1961

*Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 885.428.000,00.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É aberto ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 885.428.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e oito mil cruzeiros), em reforço às seguintes dotações do Anexo 2 — Poder Legislativo — 2.01 — Câmara dos Deputados — do Orçamento Geral da União para o exercício de 1961.

DESPESAS ORDINÁRIAS

Verba 1.0.00 — Custeio

Rubrica da Despesa

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil

Subconsignações:	Fixo	Variável
	Cr\$	Cr\$
1.1.01 — Vencimentos .....	155.000.000	
1.1.02 — Subsídios e Representações .....	250.000.000	250.000.000
1.1.05 — Salários de Contratados .....	170.000	
1.1.09 — Ajuda de Custo .....		32.000.000
1.1.10 — Diárias .....		100.000.000
1.1.14 — Salário-Família .....		7.000.000
1.1.17 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário:		
1) Secretaria .....		60.000.000
2) Diretoria de Orçamento .....		6.000.000

1.1.20 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde .....	258.000	
1.1.23 — Gratificação adicional por tempo de serviço .....	25.000.000	
	430.170.000	455.258.000
	Cr\$ 885.428.000,00	

Art. 2º. O crédito aberto pela presente lei será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.001 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ .... 120.000.000,00 para atender às obras de defesa das praias de Olinda, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para atender às obras de defesa das praias de Olinda, no Estado de Pernambuco e pagamento de indenizações relativas à destruição e danificação de habitações em consequência dos efeitos das correntes marítimas.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Virgílio Távora

LEI Nº 4.002 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Tesouro Nacional a encampar a emissão de papel-moeda no valor correspondente à doação de um imóvel à Mitra Diocesana de Niterói, pela Caixa de Mobilização Bancária, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Fica o Tesouro Nacional autorizado a encampar a emissão de papel-moeda na importância de ..... Cr\$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros) correspondente ao valor da doação que a Caixa de Mobilização Bancária fica autorizada a fazer à Mitra Diocesana de Niterói, para a instalação de serviços de assistência social e espiritual, de imóvel situado à Praia de Icaraí, nº 521, antigo nº 49, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º — O imóvel a que se refere o artigo anterior foi recebido pela Caixa de Mobilização Bancária em pagamento parcial de dívidas do Banco Nacional de Desconto, conforme escritura de doação em pagamento lavrada em 2 de abril de 1956 a fôlhas 91 do livro de notas 1.713 do Cartório do 3º Ofício de Notas do Rio de Janeiro e que se acha transcrito no livro 3, J, às fls. 55, sob o nº 13.884 em 25 de abril deste mesmo ano.



Art. 3º — Fica o Governo Federal autorizado a transferir para a Mitra Diocesana de Niterói a cessão do domínio útil do terreno de Marinha — lote 2.018, com 293 metros quadrados que integra o imóvel citado no artigo anterior reservado a União o domínio e permitida sua utilização pela concessionária enquanto permanecer inalterada a sua destinação.

Art. 4º — Reverterá ao domínio da União o imóvel ora doado, se alterada a destinação que lhe é dada pelo artigo 1º desta lei.

Art. 5º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.003 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1961

*Concede pensão especial de Cr\$ 30.000,00 à viúva do Senador João Lima Guimarães.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — É concedida pensão especial de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) mensais a Carlota Moreira Guimarães, esposa do Senador João Lima Guimarães, recentemente falecido nesta Capital.

Art. 2º — A pensão acima estabelecida correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.004 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1961

*Revigora, por mais três anos, os créditos especiais autorizados pelas Leis nºs 2.974, de 26 de novembro de 1956, 3.057, de 22 de dezembro de 1956, e 3.244, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São revigorados, até 31 de dezembro de 1963, os créditos especiais de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) e Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), abertos pelos Decretos nºs 41.644, de 31 de maio de 1957, 41.231, de 29 de março de 1957, e 42.490, de 22 de outubro de 1957 a fim de atenderem, respectivamente, às seguintes despesas:

a) reaparelhamento dos órgãos de arrecadação e fiscalização dos impostos internos da União;

b) aperfeiçoamento e inspeção dos serviços fazendários, inclusive material;

c) reaparelhamento das repartições aduaneiras, inclusive laboratório de análises.

Art. 2º Os créditos de que trata o artigo anterior não poderão, em caso algum, custear despesas com pessoal.

Art. 3º É prorrogada, até o exercício financeiro de 1965, a medida de que trata o art. 2º da Lei nº 3.323, de 27 de novembro de 1957.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

LEI Nº 4.005 — DE 15 DE  
DEZEMBRO DE 1961

*Prorroga por mais um exercício a vigência da Lei nº 3.798, de 2 de agosto de 1960, que abriu crédito para a modernização dos serviços de segurança e proteção ao voo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica prorrogado pelo prazo de mais um exercício, a vigência da Lei nº 3.798, de 2 de agosto de 1960, que abre um crédito especial de .... Cr\$ 1.726.000.000,00 (hum bilhão, setecentos e vinte e seis milhões de cruzeiros), destinado à modernização e desenvolvimento dos serviços de segurança e proteção ao voo, a cargo da Diretoria de Rotas Aéreas.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walter Moreira Salles

Clovis M. Travassos

LEI Nº 4.006

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.007

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.008 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1961

*Prorroga a vigência da atual Lei do Inquilinato.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 1962, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

LEI Nº 4.009

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.010

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.011

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.012

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.013

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.014

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.015

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.016 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1961

*Prorroga até 31 de dezembro de 1962 o prazo a que se refere a Lei nº 3.892, de 28 de abril de 1961*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É prorrogado até 31 de dezembro de 1962 o prazo previsto no art. 1º da Lei nº 3.892, de 28 de abril de 1961 e que se refere ao artigo 11 da Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960 que revigora a Lei número 1.522, de 26 de dezembro de 1951 alterada pelas de números 3.084, de 29 de dezembro de 1956; 3.344, de 14 de dezembro de 1957; 3.415, de 30 de junho de 1958 e 3.590, de 22 de julho de 1959.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

*Tancredo Neves*

*André Franco Montoro*

*Ulysses Guimarães*

LEI Nº 4.017

*Ainda não foi publicado no Diário Oficial.*

LEI Nº 4.018 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1961

*Modifica a taxa de custeio do Instituto Brasileiro do Sal, referida na letra "a" do art. 8º da Lei número 3.137, de 13 de maio de 1957, e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A taxa de custeio a que se refere a letra "a" do art. 8º da Lei número 3.137, de 13 de maio de 1957, passa a ser de 5% (cinco por cento) sobre a média dos preços, fixados nas duas zonas salineiras, definidas no art. 21 da referida lei.

Art. 2º A declaração da taxa de que trata o artigo anterior será feita pelo Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro do Sal, ao fixar anualmente os preços do sal, na conformidade da letra "g" do art. 7º da Lei número 3.137, de 13 de maio de 1957.

Parágrafo único. Para o presente ano salineiro, prevalecerá para efeito da cobrança da taxa do Instituto Brasileiro do Sal, a média dos preços ora vigentes nas duas zonas salineiras.

Art. 3º A arrecadação da taxa de que trata esta lei se fará no momento

da retirada do sal da salina, para qualquer destino dentro do País.

Art. 4º Fica acrescentado ao artigo 14 da Lei número 3.137, de 13 de maio de 1957, o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. As cotas extras concedidas na vigência da legislação anterior serão mantidas e reconhecidas pelo Instituto Brasileiro do Sal".

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

*Tancredo Neves*

*Ulysses Guimarães*

LEI Nº 4.019

*Ainda não foi publicado no Diário Oficial.*

LEI Nº 4.020

*Ainda não foi publicado no Diário Oficial.*

LEI Nº 4.021

*Ainda não foi publicado no Diário Oficial.*

LEI Nº 4.022

*Ainda não foi publicado no Diário Oficial.*

## LEI Nº 4.023 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

*Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1962*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Receita do Distrito Federal para o exercício de 1962 é orçada em Cr\$ 1.889.136.412,00 (um bilhão oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e trinta e seis mil, quatrocentos e doze cruzeiros) de acordo com a especificação abaixo e quadros anexos:

Receitas correntes.

a) Renda Tributária

	Cr\$
Impostos .....	1.220.091.000,00
Taxas .....	171.825.412,00
b) Contribuição de melhoria .....	1.000.000,00
c) Renda Patrimonial .....	11.420.000,00
d) Rendas Diversas .....	31.300.000,00
e) Transferências correntes .....	453.500.000,00

Total da Receita ..... 1.889.136.412,00

Art. 2º A Despesa do Distrito Federal é fixada em Cr\$ 1.889.136.412,00 (um bilhão oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e trinta e seis mil, quatrocentos e doze cruzeiros) distribuída pelas unidades administrativas abaixo especificadas e discriminadas em anexo:

	Cr\$
Gabinete do Prefeito .....	34.432.000,00
Comissão de Incentivo à Iniciativa Privada .....	6.986.000,00
Conselho de Planejamento .....	2.800.000,00
Assessoria de Organização e Orçamento .....	16.696.000,00
Assessoria de Planejamento .....	45.233.350,00
Secretaria Geral de Administração .....	272.097.100,00
Procuradoria Geral .....	10.860.000,00
Superintendência Geral de Educação e Cultura .....	190.215.162,00
Secretaria Geral de Assistência .....	270.710.000,00
Superintendência Geral de Economia .....	184.302.400,00
Superintendência Geral de Segurança e Interior .....	168.083.000,00
Superintendência Geral de Agricultura .....	483.021.000,00
Departamento de Estradas de Rodagem .....	148.276.000,00
Tribunal de Contas .....	55.424.400,00

Total da Despesa ..... 1.889.136.412,00

Art. 3º. Fazem parte integrante da presente Lei os anexos que a acompanham especificando a Receita e Discriminando as Despesas.

Art. 4º. Fica o Prefeito expressamente autorizado a:

I — Realizar operações de crédito por antecipação da Receita, até o limite de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros).

II — Abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários até o máximo de 20% (vinte por cento) da Receita orçada.

III — Firmar com a União convênio para a administração de cobrança dos tributos previstos na presente Lei.

Art. 5º. A Receita a que se refere a presente Lei será arrecadada de acordo com a legislação tributária em vigor no Estado de Goiás e no Município de Planaltina, a 21 de abril de 1960, respectivamente nas partes relativas aos tributos de competência Estadual e Municipal, na forma do que dispõe o artigo 50 da Lei Federal nº 3.751, de 13 de abril de 1960.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1962, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART  
Tancredo Neves  
Alfredo Nasser

RECEITAS			DESPESA	
	Cr\$	Cr\$		Cr\$
<i>Receitas Correntes</i>			<i>Despesas Correntes</i>	
<i>Renda Tributária</i>			<i>Custeio</i>	
Impostos .....	1.220.091.000,00		Pessoal fixo .....	39.696.000,00
Taxas .....	171.825.412,00	1.391.916.412,00	Pessoal variável .....	380.605.824,00
			Materiais permanentes .....	102.608.368,00
			Materiais de consumo .....	173.360.648,00
			Serviços de terceiros .....	188.552.000,00
			Encargos diversos .....	41.410.000,00
<i>Contribuições</i>			<i>Transferências</i>	
Contribuição da Melhoria .....	1.000.000,00	1.000.000,00	Fundação Educacional .....	100.000.000,00
			Fundação Hospitalar .....	100.000.000,00
			Fundação do Serviço Social .....	100.000.000,00
			Fundação Zoobotânica .....	50.000.000,00
			Fundação Cultural .....	50.000.000,00
<i>Renda Patrimonial</i>			Contribuição para a previdência social .....	15.000.000,00
Renda de Valores mobiliários .....	11.420.000,00	11.420.000,00	Contribuição para o Instituto Brasileiro de Administração Municipal .....	300.000,00
			Cota do Imposto Único sobre Combustíveis e lubrificantes (DER-DF) .....	51.500.000,00
<i>Rendas Diversas</i>			Acôrdos e Convênios .....	22.500.000,00
Receita de exercícios anteriores .....	4.000.000,00		Aposentadorias .....	5.000.000,00
Cobrança da Dívida Ativa .....	100.000,00			
Receita proveniente da sublocação de prédios da Caixa Econômica de São Paulo .....	11.200.000,00		<i>Despesas de Capital</i>	
Multas .....	15.000.000,00		Desenvolvimento econômico e social .....	
Diversos e Eventuais .....	1.000.000,00	31.300.000,00	Contribuição da Prefeitura para a execução do plano rodoviário do Distrito Federal .....	15.000.000,00
			Fomento à produção agrícola .....	40.000.000,00
			Fomento à produção animal .....	30.000.000,00
			Defesa dos recursos florestais .....	13.000.000,00
			Fomento à colonização .....	5.000.000,00
<i>Transferências Correntes</i>			<i>Investimentos</i>	
Cota do Imposto Único sobre combustíveis e lubrificantes .....	51.500.000,00		Equipamentos e instalações .....	55.150.000,00
Cota do Imposto Único sobre energia elétrica .....	2.000.000,00		Máquinas, motores e aparelhos .....	65.613.572,00
Auxílio da União à Prefeitura do Distrito Federal para pagamentos da contribuição devida por esta às Fundações .....	400.000.000,00	453.500.000,00	Veículos .....	64.840.990,00
			Execução de obras .....	74.000.000,00
			Estudos e projetos .....	6.000.000,00
			<i>Participação Financeira</i>	
			Cota da Prefeitura para constituição e integralização de capital nas empresas de exploração de serviços públicos .....	100.000.000,00
				1.889.136.412,00
		1.889.136.412,00		

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Parcial	Subtotal	Total Geral
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>CR\$</b>	<b>CR\$</b>	
<i>Renda Tributária</i>			
Impostos:			
Territorial .....	50.000.000,00	—	—
Predial .....	29.200.000,00	—	—
Transmissão de propriedade "Causa-Mortis" .....	10.000.000,00	—	—
Transmissão de propriedade "Inter-Vivos" .....	30.470.000,00	—	—
Vendas e Consignações .....	838.421.000,00	—	—
Exportação .....	1.000.000,00	—	—
Imposto do Selo .....	50.000.000,00	—	—
Indústrias e Profissões .....	110.000.000,00	—	—
Licença .....	100.000.000,00	—	—
Pastoril .....	1.000.000,00	1.220.091.000,00	—
Taxas:			
De Serviços de Trânsito .....	1.000.000,00	—	—
De Eletricidade .....	120.000.000,00	—	—
De Turismo .....	10.000.000,00	—	—
De Combate à Lepra .....	1.000.000,00	—	—
De Aferição de Pesos e Medidas .....	1.000.000,00	—	—
De Serviço Funerário .....	1.000.000,00	—	—
De Passeios e Meio-Fios .....	1.300.000,00	—	—
De Conservação de Estradas de Rodagem .....	1.000.000,00	—	—
De Matrícula de Cães .....	1.000.000,00	—	—
De Marcas e Carimbos .....	100.000,00	—	—
De Emolumentos c) Decreto n.º 7, de 13-6-60 .....	100.000,00	—	—
<i>Contribuições</i>	35.625.412,00	171.825.412,00	—
Contribuição de Melhoria .....			
<i>Renda Patrimonial</i>			
Renda de Valores Mobiliários:	1.000.000,00	1.000.000,00	—
Juros de Depósitos Bancários .....			
Dividendo de Ações da Novacap .....	1.000.000,00	—	—
Alienação de Bens Móveis .....	10.120.000,00	11.120.000,00	—
<i>Rendas Diversas</i>	300.000,00	11.420.000,00	—
Receita de Exercícios Anteriores .....			
Cobrança da Dívida Ativa .....	4.000.000,00	—	—
Receita proveniente da sublocação de prédios da Caixa Econômica Federal de São Paulo .....	100.000,00	—	—
Multas .....	11.200.000,00	—	—
Diversos e Eventuais .....	15.000.000,00	—	—
<i>Transferências Correntes</i>	1.000.000,00	31.300.000,00	—
Cota do Imposto Único s/combustíveis e lubrificantes .....	51.500.000,00	—	—
Cota do Imposto Único s/Energia Elétrica .....	2.000.000,00	—	—
Auxílio da União à Prefeitura para pagamento da contribuição devida por esta às Fundações .....	400.000.000,00	453.500.000,00	1.889.136.412,00

LEI Nº 4.024 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

*Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**DOS FINS DA EDUCAÇÃO**

Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural.
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

**TÍTULO II**

**DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

Art. 2º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.  
Parágrafo único. A família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos.

Art. 3º O direito à educação é assegurado:

- I) pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma da lei em vigor;
- II) pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos.

**TÍTULO III**

**DA LIBERDADE DO ENSINO**

Art. 4º É assegurado a todos, na forma da lei, o direito de transmitir seus conhecimentos.

Art. 5º São assegurados aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados, adequada representação nos conselhos estaduais de educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos nêles realizados.

**TÍTULO IV**

**DA ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO**

Art. 6º O Ministério da Educação e Cultura exercerá as atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação.

Parágrafo único. O ensino militar será regulado por lei especial.

Art. 7º Ao Ministério da Educação e Cultura incumbe velar pela observância das leis do ensino e pelo cumprimento das decisões do Conselho Federal de Educação.

Art. 8º O Conselho Federal de Educação será constituído por vinte e quatro membros nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre pessoas de notável saber e experiência, em matéria de educação.

§ 1º Na escolha dos membros do Conselho, o Presidente da República levará em consideração a necessidade de nêles serem devidamente representadas as diversas regiões do País, os diversos graus do ensino e o magistério oficial e particular.

§ 2º De dois em dois anos, cessará o mandato de um terço dos membros do Conselho, permitida a recondução por uma só vez. Ao ser constituído o Conselho, um terço de seus membros terá mandato, apenas, de dois anos, e um terço de quatro anos.

§ 3º Em caso de vaga, a nomeação do substituto será para completar o prazo de mandato do substituído.

§ 4º O Conselho Federal de Educação será dividido em câmaras para deliberar sobre assuntos pertinentes ao ensino primário, médio e superior, e se reunirá em sessão plena para decidir sobre matéria de caráter geral.

§ 5º As funções de conselheiro são consideradas de relevante interesse nacional, e o seu exercício tem prioridade sobre o de quaisquer cargos públicos de que sejam titulares ou conselheiros. Estes terão direito a transporte, quando convocados, e às diárias ou jeton de presença a serem fixadas pelo Ministro da Educação e Cultura, durante o período das reuniões.

Art. 9º Ao Conselho Federal de Educação, além de outras atribuições conferidas por lei, compete:

a) decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares;

b) decidir sobre o reconhecimento das universidades, mediante a aprovação dos seus estatutos e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, depois de um prazo de funcionamento regular de, no mínimo, dois anos;

c) pronunciar-se sobre os relatórios anuais dos institutos referidos nas alíneas anteriores;

d) opinar sobre a incorporação de escolas ao sistema federal de ensino, após verificação da existência de recursos orçamentários;

e) indicar disciplinas obrigatórias para os sistemas de ensino médio (artigo 35, § 1º) e estabelecer a duração e o currículo mínimo dos cursos de ensino superior, conforme o disposto no art. 70;

f) VETADO

g) promover sindicâncias, por meio de comissões especiais, em quaisquer estabelecimentos de ensino, sempre que julgar conveniente, tendo em vista o fiel cumprimento desta lei;

h) elaborar seu regimento a ser aprovado pelo Presidente da República.

i) conhecer dos recursos interpostos pelos candidatos ao magistério federal e decidir sobre eles;

j) sugerir medidas para organização e funcionamento do sistema federal de ensino;

l) promover e divulgar estudos sobre os sistemas estaduais de ensino;

m) adotar ou propor modificações e medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino;

n) estimular a assistência social escolar;

o) emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza pedagógica e educativa que lhe sejam submetidos pelo Presidente da República ou pelo Ministro da Educação e Cultura;



- p) manter intercâmbio com os conselhos estaduais de educação;
- q) analisar anualmente as estatísticas do ensino e os dados complementares.

§ 1º Dependem de homologação do Ministro da Educação e Cultura os atos compreendidos nas letras a, b, d, e, f, h e i);

§ 2º A autorização e a fiscalização dos estabelecimentos estaduais isolados de ensino superior caberão aos conselhos estaduais de educação na forma da lei estadual respectiva.

Art. 10. Os Conselhos Estaduais de Educação organizados pelas leis estaduais, que se constituírem com membros nomeados pela autoridade competente, incluindo representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular, de notório saber e experiência, em matéria de educação, exercerão as atribuições que esta lei lhes consigna.

## TÍTULO V

### DOS SISTEMAS DE ENSINO

Art. 11. A União, os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, com observância da presente lei.

Art. 12. Os sistemas de ensino atenderão à variedade dos cursos, à flexibilidade dos currículos e à articulação dos diversos graus e ramos.

Art. 13. A União organizará o ensino público dos territórios e estenderá a ação federal supletiva a todo o país, nos estritos limites das deficiências locais.

Art. 14. É da competência da União reconhecer e inspecionar os estabelecimentos particulares de ensino superior.

Art. 15. Aos Estados que, durante 5 anos, mantiverem universidade própria com funcionamento regular, serão conferidas as atribuições a que se refere a letra b) do art. 9º, tanto quanto aos estabelecimentos por eles mantidos, como quanto aos que posteriormente sejam criados.

Art. 16. É da competência dos Estados e do Distrito Federal autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e médio não pertencentes à União, bem como reconhecê-los e inspecioná-los.

§ 1º São condições para o reconhecimento:

- a) idoneidade moral e profissional do diretor e do corpo docente;
- b) instalações satisfatórias;
- c) escrituração escolar e arquivo que assegurem a verificação da identidade de cada aluno, e da regularidade e autenticidade de sua vida escolar;
- d) garantia de remuneração condigna aos professores;
- e) observância dos demais preceitos desta lei.

§ 2º VETADO

§ 3º As normas para observância deste artigo e parágrafos serão fixadas pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 17. A instituição e o reconhecimento de escolas de grau médio pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Territórios, serão comunicados ao Ministério da Educação e Cultura para fins de registro e validade dos certificados ou diploma que expedirem.

Art. 18. Nos estabelecimentos oficiais de ensino médio e superior, será recusada a matrícula ao aluno reprovado mais de uma vez em qualquer série ou conjunto de disciplinas.

Art. 19. Não haverá distinção de direitos, ..... VETADO ..... entre os estudos realizados em estabelecimentos oficiais e os realizados em estabelecimentos particulares reconhecidos.

Art. 20. Na organização do ensino primário e médio, a lei federal ou estadual atenderá:

- a) à variedade de métodos de ensino e formas de atividade escolar, tendo-se em vista as peculiaridades da região e de grupos sociais;
- b) ao estímulo de experiências pedagógicas com o fim de aperfeiçoar os processos educativos.

Art. 21. O ensino, em todos os graus, pode ser ministrado em escolas públicas, mantidas por fundações cujo patrimônio e dotações sejam provenientes do Poder Público, ficando o pessoal que nelas servir sujeito, exclusivamente, às leis trabalhistas.

§ 1º Estas escolas, quando de ensino médio ou superior, podem cobrar anuidades, ficando sempre sujeitas a prestação de contas, perante o Tribunal de Contas, e a aplicação em melhoramentos escolares, de qualquer saldo verificado em seu balanço anual.

§ 2º Em caso de extinção da fundação, o seu patrimônio reverterá ao Estado.

§ 3º Lei especial fixará as normas da contribuição destas fundações, organização de seus conselhos diretores e demais condições a que ficam sujeitas.

Art. 22. Será obrigatória a prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos.

## TÍTULO VI

### DA EDUCAÇÃO DE GRAU PRIMÁRIO

#### Capítulo I

##### *Da educação pré-primária*

Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.

Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária.

#### Capítulo II

##### *Do ensino primário*

Art. 25. O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social.

Art. 26. O ensino primário será ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade.

Art. 27. O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser fornecidas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento.

Art. 28. A administração do ensino nos Estados, Distrito Federal e Territórios promoverá:

- a) o levantamento anual do registro das crianças em idade escolar;
- b) o incentivo e a fiscalização da frequência às aulas.

Art. 29. Cada município fará, anualmente, a chamada da população escolar de sete anos de idade, para matrícula na escola primária.

Art. 30. Não poderá exercer função pública, nem ocupar emprego em sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público o pai de família ou responsável por criança em idade escolar sem fazer prova de matrícula desta, em estabelecimento de ensino, ou de que lhe está sendo ministrada educação no lar.

Parágrafo único. Constituem casos de isenção, além de outros previstos em lei:

- a) comprovado estado de pobreza do pai ou responsável;
- b) insuficiência de escolas;
- c) matrícula encerrada;
- d) doença ou anomalia grave da criança.

Art. 31. As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de 100 pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos desses.

§ 1º Quando os trabalhadores não residirem próximo ao local de sua atividade, esta obrigação poderá ser substituída por instituição de bolsas, na forma que a lei estadual estabelecer.

§ 2º. Compete à administração do ensino local, com recurso para o Conselho Estadual de Educação zelar pela obediência ao disposto neste artigo.

Art. 32. Os proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades.

## TÍTULO VII

### DA EDUCAÇÃO DE GRAU MÉDIO

#### CAPÍTULO I

##### *Do ensino médio*

Art. 33. A educação de grau médio, em prosseguimento à ministrada na escola primária, destina-se à formação do adolescente.

Art. 34. O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º. Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

§ 2º. O Conselho Federal e os conselhos estaduais, ao relacionarem as disciplinas obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, definirão a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo.

§ 3º. O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias.

Art. 36. O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo.

Parágrafo único. VETADO

Art. 37. Para matrícula na 1ª série do ciclo colegial, será exigida conclusão do ciclo ginasial ou equivalente.

Art. 38. Na organização do ensino de grau médio serão observadas as seguintes normas:

I) Duração mínima do período escolar:

a) cento e oitenta dias de trabalho escolar efetivo, não incluído o tempo reservado a provas e exames;

b) vinte e quatro horas semanais de aulas para o ensino de disciplinas e práticas educativas.

II) cumprimento dos programas elaborados tendo-se em vista o período de trabalho escolar;

III) formação moral e cívica do educando, através de processo educativo que a desenvolva;

IV) atividades complementares de iniciação artística;

V) instituição da orientação educativa e vocacional em cooperação com a família;

VI) frequência obrigatória, só podendo prestar exame final, em primeira época, o aluno que houver comparecido, no mínimo, a 75% das aulas dadas.

Art. 39. A apuração do rendimento escolar ficará a cargo dos estabelecimentos de ensino, aos quais caberá expedir certificados de conclusão de séries e ciclos e diplomas de conclusão de cursos.

§ 1º Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados, durante o ano letivo, nas atividades escolares, asseguradas ao professor, nos exames e provas, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento.

§ 2º Os exames serão prestados perante comissão examinadora, formada de professores do próprio estabelecimento, e, se este for particular, sob fiscalização da autoridade competente.

Art. 40. Respeitadas as disposições desta lei, compete ao Conselho Federal de Educação, e aos conselhos estaduais de educação, respectivamente, dentro dos seus sistemas de ensino:

a) organizar a distribuição das disciplinas obrigatórias fixadas para cada curso, dando especial relevo ao ensino de português;

b) permitir aos estabelecimentos de ensino escolher livremente até duas disciplinas optativas para integrarem o currículo de cada curso;

c) dar aos cursos que funcionarem à noite, a partir das 18 horas, estruturação própria, inclusive a fixação do número de dias de trabalho escolar efetivo, segundo as peculiaridades de cada curso.

Art. 41. Será permitida aos educandos a transferência de um curso de ensino médio para outro, mediante adaptação, prevista no sistema de ensino.

Art. 42. O Diretor da escola deverá ser educador qualificado.

Art. 43. Cada estabelecimento de ensino médio disporá em regimento ou estatutos sobre a sua organização, a constituição dos seus cursos, e o seu regime administrativo, disciplinar e didático.

## Capítulo II

### *Do Ensino Secundário*

Art. 44. O ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos.

§ 1º O ciclo ginasial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo.

§ 2º Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais.

Art. 45. No ciclo ginasial serão ministradas nove disciplinas.

Parágrafo único. Além das práticas educativas, não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso.

Art. 46. Nas duas primeiras séries do ciclo colegial, além das práticas educativas serão ensinadas oito disciplinas, das quais uma ou duas optativas, de livre escolha pelo estabelecimento, sendo no mínimo cinco e no máximo sete em cada série.

§ 1º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo aspectos linguísticos, históricos e literários.

§ 2º A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo diversificado, que vise ao preparo dos alunos para os cursos superiores e compreenderá, no mínimo, quatro e, no máximo, seis disciplinas, podendo ser ministrada em colégios universitários.

### Capítulo III

#### *Do ensino técnico*

Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos:

- a) industrial;
- b) agrícola;
- c) comercial.

Parágrafo único. Os cursos técnicos de nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino.

Art. 48. Para fins de validade nacional, os diplomas dos cursos técnicos de grau médio serão registrados no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginasial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos.

§ 1º As duas últimas séries do 1º ciclo incluirão, além das disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do curso ginasial secundário, sendo uma optativa.

§ 2º O 2º ciclo incluirá, além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do curso colegial secundário, sendo uma optativa.

§ 3º As disciplinas optativas serão de livre escolha do estabelecimento.

§ 4º Nas escolas técnicas e industriais, poderá haver, entre o primeiro e o segundo ciclos, um curso pré-técnico de um ano, onde serão ministradas as cinco disciplinas de curso colegial secundário.

§ 5º No caso de instituição do curso pré-técnico, previsto no parágrafo anterior, no segundo ciclo industrial, poderão ser ministradas apenas as disciplinas específicas do ensino técnico.

Art. 50. Os estabelecimentos de ensino industrial poderão, além dos cursos referidos no artigo anterior, manter cursos de aprendizagem, básicos ou técnicos, bem como cursos de artesanato e de mestria, vedado

Parágrafo único. Será permitido, em estabelecimentos isolados, o funcionamento dos cursos referidos neste artigo.

Art. 51. As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino.

§ 1º Os cursos de aprendizagem industrial e comercial terão de uma a três séries anuais de estudos.

§ 2º Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se, mediante exame de habilitação, nos ginsios de ensino técnico, em série adequada ao grau de estudos a que hajam atingido no curso referido.

## Capítulo IV

*Da formação do magistério para o ensino primário e médio*

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á:

a) em escola normal de grau ginásial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial será ministrada preparação pedagógica;

b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao VETADO grau ginásial.

Art. 54. As escolas normais de grau ginásial expedirão o diploma de regente de ensino primário e, as de grau colegial, o de professor primário.

Art. 55. Os institutos de educação além dos cursos de grau médio referidos no artigo 53, ministrarão cursos de especialização, de administradores escolares e de aperfeiçoamento, abertos aos graduados em escolas normais de grau colegial.

Art. 56. Os sistemas de ensino estabelecerão os limites dentro dos quais os regentes poderão exercer o magistério primário.

Art. 57. A formação de professores, orientadores e supervisores para as escolas rurais primárias poderá ser feita em estabelecimentos que lhes preservem a integração no meio.

Art. 58. VETADO

Art. 59. A formação de professores para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica.

Parágrafo único. Nos institutos de educação poderão funcionar cursos de formação de professores para o ensino normal, dentro das normas estabelecidas para os cursos pedagógicos das faculdades de filosofia, ciências e letras.

Art. 60. O provimento efetivo em cargo de professor nos estabelecimentos oficiais de ensino médio será feito por meio de concurso de títulos e provas. VETADO

Art. 61. O magistério nos estabelecimentos .. VETADO .. de ensino médio só poderá ser exercido por professores registrados no órgão competente.

## TÍTULO VIII

## DA ORIENTAÇÃO EDUCATIVA E DA INSPEÇÃO

Art. 62. A formação do orientador de educação será feita em cursos especiais que atendam às condições do grau do tipo de ensino e do meio social a que se destinam.

Art. 63. Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério.

Art. 64. Os orientadores de educação do ensino primário serão formados nos institutos de educação, em curso especial a que terão acesso os diplomados em escolas normais de grau colegial e em institutos de educação, com estágio mínimo de três anos no magistério primário.

Art. 65. O inspetor de ensino, escolhido por concurso público de títulos e provas VETADO ..... deve possuir conhecimentos técnicos e pedagógicos demonstrados, de preferência, no exercício de funções de magistério, de auxiliar de administração escolar ou na direção de estabelecimento de ensino.

## TÍTULO IX

### DA EDUCAÇÃO DE GRÁU SUPERIOR

#### Capítulo I

##### *Do ensino superior*

Art. 66. O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 67. O ensino superior será ministrado em estabelecimentos, agrupados ou não em universidades, com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional.

Art. 68. Os diplomas expedidos pelas universidades ou pelos estabelecimentos isolados de ensino superior oficiais ou reconhecidos serão válidos em todo o território nacional.

Parágrafo único. Os diplomas que conferem privilégio para o exercício de profissões liberais ou para a admissão a cargos públicos, ficam sujeitos a registro no Ministério da Educação e Cultura, podendo a lei exigir a prestação de exames e provas de estágio perante os órgãos de fiscalização e disciplina das profissões respectivas.

Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos:

- a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação;
- b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma;
- c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.

Art. 70. O currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal ..... VETADO ..... serão fixados pelo Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único. VETADO

Art. 71. O programa de cada disciplina, sob forma de plano de ensino, será organizado pelo respectivo professor, e aprovado pela congregação do estabelecimento.

Art. 72. Será observado, em cada estabelecimento de ensino superior, na forma dos estatutos e regulamentos respectivos, o calendário escolar, aprovado pela congregação, de modo que o período letivo tenha a duração mínima de 180 (cento e oitenta) dias de trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo reservado a provas e exames.

Art. 73. Será obrigatória, em cada estabelecimento, a frequência dos professores e alunos, bem como a execução dos programas de ensino.

§ 1º Será privado do direito de prestar exames o aluno que deixar de comparecer a um mínimo de aulas e exercícios previstos no regulamento;

§ 2º O estabelecimento deverá promover ou qualquer interessado poderá requerer o afastamento temporário do professor que deixar de comparecer, sem justificação, a 25% das aulas e exercícios ou não ministrar pelo menos 3/4 do programa da respectiva cadeira;

§ 3º A reincidência do professor na falta prevista na alínea anterior importará, para os fins legais, em abandono de cargo.

Art. 74. VETADO

§ 1º VETADO

§ 2º VETADO

§ 3º VETADO

§ 4º VETADO

§ 5º VETADO

§ 6º VETADO

§ 7º VETADO

Art. 75. VETADO

I) VETADO

II) VETADO

III) VETADO

IV) VETADO

V) VETADO

VI) VETADO

VII) VETADO

§ 1º VETADO

§ 2º VETADO

§ 3º VETADO

§ 4º VETADO

Art. 76. Nos estabelecimentos oficiais federais de ensino superior, os diretores serão nomeados pelo Presidente da República dentre os professores catedráticos efetivos em exercício, eleitos em lista triplice pela congregação respectiva, em escrutínios secretos, podendo os mesmos ser reconduzidos duas vezes.

Art. 77. Nenhuma faculdade de filosofia, ciências e letras funcionará inicialmente com menos de quatro de seus cursos de bacharelado, que abrangerão obrigatoriamente as seções de ... VETADO ... ciências e letras.

Art. 78. O corpo discente terá representação, com direito a voto, nos conselhos universitários, nas congregações, e nos conselhos departamentais das universidades e escolas superiores isoladas, na forma dos estatutos das referidas entidades.

## Capítulo II

### *Das universidades*

Art. 79. As universidades constituem-se pela reunião, sob administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior VETADO

§ 1º O Conselho Federal de Educação poderá dispensar, a seu critério, os requisitos mencionados no artigo acima, na criação de universidades rurais e outras de objetivo especializado.

§ 2º Além dos estabelecimentos de ensino superior, integram-se na universidade institutos de pesquisas e .. VETADO .. de aplicação e treinamento profissional.

§ 3º A universidade pode instituir colégios universitários destinados a ministrar o ensino da 3ª (terceira) série do ciclo colegial. Do mesmo modo pode instituir colégios técnicos universitários quando nela exista curso su-



perior em que sejam desenvolvidos os mesmos estudos. Nos concursos de habilitação não se fará qualquer distinção entre candidatos que tenham cursado esses colégios e os que provenham de outros estabelecimentos de ensino médio.

§ 4º O ensino nas universidades é ministrado nos estabelecimentos e nos órgãos complementares, podendo o aluno inscrever-se em disciplinas lecionadas em cursos diversos, se houver compatibilidade de horários e não se verificar inconveniente didático a juízo da autoridade escolar.

§ 5º Ao Conselho Universitário compete estabelecer as condições de equivalência entre os estudos feitos nos diferentes cursos.

Art. 80. As Universidades gozarão de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, que será exercida na forma de seus estatutos.

§ 1º VETADO

a) VETADO

b) VETADO

§ 2º VETADO

a) VETADO

b) VETADO

c) VETADO

d) VETADO

e) VETADO

§ 3º VETADO

a) VETADO

b) VETADO

c) VETADO

Art. 81. As universidades .. VETADO .. serão constituídas sob a forma de autarquias, fundações ..... VETADO ..... ou associações. A inscrição do ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas será precedido de autorização por decreto do governo federal ou estadual.

Art. 82. .... VETADO ..... Os recursos orçamentários que a União, ..... VETADO ..... consagrarem à manutenção das respectivas universidades terão a forma de dotações globais, fazendo-se no orçamento da universidade a devida especificação.

Art. 83. O ensino público superior, tanto nas universidades como nos estabelecimentos isolados federais, será gratuito para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos (Art. 168, II da Constituição).

Art. 84. O Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo, poderá suspender, por tempo determinado, a autonomia de qualquer universidade, oficial ou particular, por motivo de infração desta lei ou dos próprios estatutos, chamando a si as atribuições do Conselho Universitário e nomeando um reitor *pro tempore*.

### Capítulo III

#### *Dos estabelecimentos isolados de ensino superior*

Art. 85. Os estabelecimentos isolados ... VETADO ... serão constituídos sob a forma de autarquias, de fundações, ... VETADO ... ou associações.

Art. 86. Os estabelecimentos isolados, constituídos sob a forma de fundações, terão um conselho de curadores, com as funções de aprovar o orçamento anual, fiscalizar a sua execução e autorizar os atos do diretor não previstos no regulamento do estabelecimento.

Art. 87. A competência do Conselho Universitário em grau de recurso será exercida, no caso de estabelecimentos isolados, estaduais e municipais

pelos conselhos estaduais de educação; e, no caso de estabelecimentos federais, ou particulares, pelo Conselho Federal de Educação.

## TÍTULO X

### DA EDUCAÇÃO DE EXCEPCIONAIS

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que fôr possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa a educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.

## TÍTULO XI

### DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ESCOLAR

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade.

## TÍTULO XII

### DOS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO

Art. 92. A União aplicará anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, 12% (doze por cento), no mínimo de sua receita de impostos e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 20% (vinte por cento), no mínimo.

§ 1º Com nove décimos dos recursos federais destinados à educação, serão constituídos, em parcelas iguais, o Fundo Nacional do Ensino Primário, o Fundo Nacional do Ensino Médio e o Fundo Nacional do Ensino Superior.

§ 2º O Conselho Federal de Educação elaborará, para execução em prazo determinado, o Plano de Educação referente a cada Fundo.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os municípios, se deixarem de aplicar a percentagem prevista na Constituição Federal para a manutenção e desenvolvimento do ensino, não poderão solicitar auxílio da União para esse fim.

Art. 93. Os recursos a que se refere o art. 169, da Constituição Federal, serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino de acordo com os planos estabelecidos pelo Conselho Federal e pelos conselhos estaduais de educação, de sorte que se assegurem:

1. o acesso à escola do maior número possível de educandos;
2. a melhoria progressiva do ensino e o aperfeiçoamento dos serviços de educação;
3. o desenvolvimento do ensino técnico-científico;
4. o desenvolvimento das ciências, letras e artes;

§ 1º São consideradas despesas com o ensino:

- a) as de manutenção e expansão do ensino;
- b) as de concessão de bolsas de estudos;
- c) as de aperfeiçoamento de professores, incentivo à pesquisa, e realização de congressos e conferências;
- d) as de administração federal, estadual ou municipal de ensino, inclusive as que se relacionem com atividades extra-escolares.

§ 2º Não são consideradas despesas com o ensino:

- a) as de assistência social e hospitalar, mesmo quando ligadas ao ensino;
- b) as realizadas por conta das verbas previstas nos arts. 199, da Constituição Federal e 29, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- c) os auxílios e subvenções para fins de assistência e cultural (Lei número 1.493 de 13-12-1951).

Art. 94. A União proporcionará recursos a educandos que demonstrem necessidade e aptidão para estudos, sob duas modalidades:

- a) bolsas gratuitas para custeio total ou parcial dos estudos;
- b) financiamento para reembolso dentro de prazo variável, nunca superior a quinze anos.

§ 1º Os recursos a serem concedidos, sob a forma de bolsa de estudos, poderão ser aplicados em estabelecimentos de ensino reconhecido, escolhido pelo candidato ou seu representante legal.

§ 2º O Conselho Federal de Educação determinará os quantitativos globais das bolsas de estudos e financiamento para os diversos graus de ensino, que atribuirá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Territórios.

§ 3º Os conselhos estaduais de educação, tendo em vista esses recursos e os estaduais:

- a) fixarão o número e os valores das bolsas, de acordo com o custo médio do ensino nos municípios e com o grau de escassez de ensino oficial em relação à população em idade escolar;
- b) organizarão as provas de capacidade a serem prestadas pelos candidatos, sob condições de autenticidade e imparcialidade que assegurem oportunidades iguais para todos;
- c) estabelecerão as condições de renovação anual das bolsas, de acordo com o aproveitamento escolar demonstrado pelos bolsistas.

§ 4º Somente serão concedidas bolsas a alunos de curso primário quando, por falta de vagas, não puderem ser matriculados em estabelecimentos oficiais.

§ 5º Não se inclui nas bolsas de que trata o presente artigo o auxílio que o Poder Público concede a educandos sob a forma de alimentação, material escolar, vestuário, transporte, assistência médica ou dentária, o qual será objeto de normas especiais.

Art. 95. A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de:

- a) subvenção, de acordo com as leis especiais em vigor;
- b) assistência técnica, mediante convênio visando ao aperfeiçoamento do magistério à pesquisa pedagógica e à promoção de congressos e seminários;
- c) financiamento a estabelecimentos mantidos pelos Estados, municípios ou particulares, para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos de acordo com as leis especiais em vigor.

§ 1º São condições para a concessão de financiamento a qualquer estabelecimento de ensino, além de outras que venham a ser fixadas pelo Conselho Federal de Educação:

- a) a idoneidade moral e pedagógica das pessoas ou entidades responsáveis pelos estabelecimentos para que é feita a solicitação de crédito;
- b) a existência de escrita contábil fidedigna, e a demonstração da possibilidade de liquidação do empréstimo com receitas próprias do estabelecimento ou do mutuário, no prazo contratual;

c) a vinculação, ao serviço de juros e amortização do empréstimo, de uma parte suficiente das receitas do estabelecimento; ou a instituição de garantias reais adequadas, tendo por objeto outras receitas do mutuário; ou bens cuja penhora não prejudique direta ou indiretamente o funcionamento do estabelecimento de ensino;

d) o funcionamento regular do estabelecimento, com observância das leis de ensino.

§ 2º Os estabelecimentos particulares de ensino, que receberem subvenção ou auxílio para sua manutenção, ficam obrigados a conceder matrículas gratuitas a estudantes pobres, no valor correspondente ao montante recebido.

§ 3º Não será concedida subvenção nem financiamento ao estabelecimento de ensino que, sob falso pretexto, recusar matrícula a alunos, por motivo de raça, cor ou condição social.

Art. 96. O Conselho Federal de Educação e os conselhos estaduais de educação na esfera de suas respectivas competências, envidarão esforços para melhorar a qualidade e elevar os índices de produtividade do ensino em relação ao seu custo:

a) promovendo a publicação anual das estatísticas do ensino e dados complementares, que deverão ser utilizados na elaboração dos planos de aplicação de recursos para o ano subsequente;

b) estudando a composição de custos do ensino público e propondo medidas adequadas para ajustá-lo ao melhor nível de produtividade.

## TÍTULO XIII

### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 97. O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

§ 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos.

§ 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.

Art. 98. O Ministério da Educação e Cultura manterá o registro de professores habilitados para o exercício do magistério de grau médio.

Art. 99. Aos maiores de dezesseis anos será permitida a obtenção de certificados de conclusão do curso ginasial, mediante a prestação de exames de madureza ..... VETADO ..... após estudos realizados sem observância do regime escolar.

Parágrafo único. Nas mesmas condições permitir-se-á a obtenção do certificado de conclusão de curso colegial aos maiores de dezenove anos.

Art. 100. Será permitida a transferência de alunos de um para outro estabelecimento de ensino, inclusive de escola de país estrangeiro, feitas as necessárias adaptações de acordo com o que dispuserem; em relação ao ensino médio, os diversos sistemas de ensino, e em relação ao ensino superior, os conselhos universitários, ou o Conselho Federal de Educação, quando se tratar de universidade ou de estabelecimento de ensino superior federal ou particular, ou ainda, os Conselhos Universitários ou o Conselho Estadual de Educação, quando se tratar de universidade ou de estabelecimentos de ensino estaduais.

Art. 101. O Ministro da Educação e Cultura, ouvido o Conselho Federal de Educação, decidirá das questões suscitadas pela transição entre o regime escolar até agora vigente e o instituído por esta lei, baixando, para isto, as instruções necessárias.

Art. 102. Os diplomas de curso superior, para que produzam efeitos legais, serão previamente registrados em órgãos do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 103. Os diplomas e certificados estrangeiros dependerão de revalidação, salvo convênios culturais celebrados com países estrangeiros.

Art. 104. Será permitida a organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos escolares próprios, dependendo o seu funcionamento para fins de validade legal da autorização do Conselho Estadual de Educação, quando se tratar de cursos primários e médios, e do Conselho Federal de Educação, quando de cursos superiores ou de estabelecimentos de ensino primário e médio sob a jurisdição do Governo Federal.

Art. 105. Os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades, que mantenham na zona rural escolas ou centros de educação, capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações e atividades profissionais.

Art. 106. Os cursos de aprendizagem industrial e comercial, administrados por entidades industriais e comerciais, nos termos da legislação vigente, serão submetidos aos conselhos estaduais de Educação e aos os territórios ao Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único. Anualmente, as entidades responsáveis pelo ensino de aprendizagem industrial e comercial apresentarão ao Conselho Estadual competente e ao Conselho Federal de Educação no caso dos Territórios, o relatório de suas atividades, acompanhado de sua prestação de contas.

Art. 107. O poder público estimulará a colaboração popular em favor das fundações e instituições culturais e educativas de qualquer espécie, grau ou nível sem finalidades lucrativas, e facultará aos contribuintes do imposto de renda a dedução dos auxílios ou doações comprovadamente feitos a tais entidades.

Art. 108. O poder público cooperará com as empresas e entidades privadas para o desenvolvimento do ensino técnico e científico.

Art. 109. Enquanto os estados e o Distrito Federal não organizarem o ensino médio de acordo com esta lei, as respectivas escolas continuarão subordinadas à fiscalização federal.

Art. 110. Pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data da vigência desta lei, os estabelecimentos particulares de ensino médio terão direito de opção, entre os sistemas de ensino federal e estadual, para fins de reconhecimento e fiscalização.

Art. 111. VETADO

Art. 112. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão adaptar seus estatutos ou regimentos às normas da presente lei, dentro de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta.

Art 113. VETADO

Art. 114. A transferência do instituto de ensino superior, de um para outro mantenedor, quando o patrimônio houver sido constituído no todo ou em parte por auxílios oficiais, só se efetivará, depois de aprovado pelos órgãos competentes do Poder Público, de onde provierem os recursos, ouvido o respectivo Conselho de Educação.

Art. 115. A escola deve estimular a formação de associações de pais e professores.

## Art. 116. VETADO

Art. 117. Enquanto não houver número bastante de professores licenciados em faculdades de filosofia, e sempre que se registre essa falta, a habilitação a exercício do magistério será feita por meio de exame de suficiência VETADO

Art. 118. Enquanto não houver número suficiente de profissionais formados pelos cursos especiais de educação técnica, poderão ser aproveitados, como professores de disciplinas específicas do ensino médio técnico, profissionais liberais de cursos superiores correspondentes ou técnicos diplomados na especialidade.

Art. 119. Os titulares de cargos públicos federais que forem extintos, por se tornarem desnecessários em face da presente lei, serão aproveitados em funções análogas ou correlatas.

Art. 120. Esta lei entrará em vigor no ano seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1961; 140ª da Independência e 73ª da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Angelo Nolasco

João de Segadas Viana

San Tiago Dantas

Walther Moreira Salles

Virgílio Távora

Armando Monteiro

Antônio de Oliveira Brito

A. Franco Montoro

Clovis M. Travassos

Souto Maior

Ulysses Guimarães

Gabriel de R. Passos

## **E M E N T Á R I O**

**Leis e decretos publicados nos  
volumes VII e VIII, de 1961, desta  
coleção, classificados pela or-  
dem alfabética dos assuntos**





# EMENTÁRIO

## A

### A PIRATININGA, COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS E ACIDENTES DO TRABALHO

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de A Piratininga, Companhia Nacional de Seguros Gerais e Acidentes do Trabalho.*

Decreto nº 52, de 18 de outubro de 1961.

### "A PREFERENCIAL" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "A Preferencial" — Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto nº 50.692, de 31 de maio de 1961.

*Aprova o Acôrdão de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Tcheco-Eslováquia, firmado no Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1960.*

Decreto Legislativo nº 17, de 1961.

### AÇOS PIRATINI S. A.

*Autoriza o Poder Executivo a participar da Sociedade de Economia Mista Aços Piratini S. A., em organização pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Lei nº 3.972, de 13 de outubro de 1961.

### ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

*Aprova o sistema de classificação de cargos na Administração do Porto do Rio de Janeiro e dá outras providências.*

Decreto nº 51.335, de 4 de outubro de 1961.

### AERONÁUTICA

*Aprova a tabela de fixação dos valores dos complementos à razão comum, para a Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto nº 17, de 9 de outubro de 1961.

— *Aprova as tabelas de fixação dos valores da etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o 2º semestre de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 21, de 9 de outubro de 1961.

— *Acrescenta parágrafo único ao art. 64 do REPROMAER, aprovado pelo Decreto nº 48.983, de 1º de outubro de 1960.*

Decreto nº 62, de 19 de outubro de 1961.

— *Acresce ao item, III do Artigo 1º do Decreto nº 30.034, de 1º de outubro de 1951, novas subespecialidades.*

Decreto nº 140, de 13 de novembro de 1961.

— *Aprova o Regulamento da Diretoria do Ensino da Aeronáutica.*

Decreto nº 143, de 13 de novembro de 1961.

**AERONAUTICA**

*Fixa o número mínimo de vagas para a cota compulsória, no Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 150, de 16 de novembro de 1961.

— *Altera dispositivo das Instruções Gerais, anexas ao Decreto nº 21, de 9 de outubro de 1961.*

Decreto nº 361, de 14 de dezembro de 1961.

— *Modifica o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica.*

Decreto nº 363, de 15 de dezembro de 1961.

— *Regula a formação de Suboficiais e Sargentos Supervisores de Tarefa da Aeronáutica.*

Decreto nº 364, de 15 de dezembro de 1961.

— *Acrescenta §§ ao art. 18 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 8.401, de 16 de dezembro de 1941 e alterado pelo Decreto nº 47.989, de 2 de abril de 1960.*

Decreto nº 365, de 15 de dezembro de 1961.

— *Regula o Recrutamento de Oficiais Médicos, Farmacêuticos e Dentistas da Aeronáutica.*

Decreto nº 380, de 19 de dezembro de 1961.

Ver também Ministério da Aeronáutica

**AGAIMATOLITO**

*Autoriza o cidadão brasileiro José Tarcisio Guimarães Guerra a pesquisar agaimatolito no município de Pequi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 250, de 30 de novembro de 1961.

**AGAVE**

*Assegura preços mínimos à safra de agave ou sisal de 1961-62, de produção nacional.*

Decreto nº 40, de 12 de outubro de 1961.

— *Altera os artigos 6º, 9º e 10º das especificações aprovadas pelo Decreto nº 6.825, de 7 de fevereiro de 1941, e dá outras providências.*

Decreto nº 92, de 30 de outubro de 1961.

**AGROPECUÁRIA**

*Aprova o Regulamento da Comissão de Amparo à Produção Agropecuária (CAPA), criada pelo Decreto número 50.740, de 7-6-61 e alterada pelo Decreto nº 51.015, de 24-7-61.*

Decreto nº 25, de 12 de outubro de 1961.

— *Estabelece destinação específica para os recursos decorrentes da diferença de preços regulada pelo Decreto nº 50.359, de 18-3-1961.*

Decreto nº 388, de 20 de dezembro de 1961.

**AGUA MINERAL**

*Autoriza a União Norte Brasileira de Educação e Cultura, sociedade civil para fins educativos, a lavrar água mineral no município de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto nº 288, de 5 de dezembro de 1961.

**AGUAS PÚBLICAS**

*Declara públicas de uso comum, do domínio da União, as águas do rio São Bento.*

Decreto nº 334, de 13 de dezembro de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, na parte marítima e do domínio do Estado de Pernambuco, no restante do seu curso, as águas do curso d'água Beberibe.*

Decreto nº 335, de 13 de dezembro de 1961.

Ver também o nome do Estado a cujo domínio se submeteu

## AGUA SUBTERRÂNEA

*Autoriza a constituição de um Grupo de Trabalho no Ministério das Minas e Energia destinado a estudar e programar o aproveitamento de água subterrânea.*

Decreto nº 228, de 27 de novembro de 1961.

## ALGODÃO

*Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição do algodão da região Meridional do País, da safra de 1961-62.*

Decreto nº 134, de 10 de novembro de 1961.

## AMAZÔNIA

*Estende aos servidores do D.N.E.R. e da Campanha Nacional de Tuberculose os benefícios da Lei número 3.483, de 8 de dezembro de 1958, e dá outras providências.*

Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás) o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00, destinado à complementação das obras de implantação, construção e pavimentação da rodovia Belém-Brasília, e dá outras providências.*

Lei nº 3.974, de 25 de outubro de 1961.

— *Abre à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília — o crédito de Cr\$ 5.000.000.000,00, destinado aos fins que especifica.*

Decreto nº 420, de 26 de dezembro de 1961.

## AMENDOIM

*Altera os preços mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano de 1961-1962, fixados pelo Decreto nº 40.411, de 5 de abril de 1961.*

Decreto nº 153, de 16 de novembro de 1961.

## AMOSTRAS

*Regula a expedição de amostras e pequenas encomendas destinadas à propaganda, no exterior, de produtos nacionais, e dá outras providências.*

Decreto nº 82, de 26 de outubro de 1961.

## ANISTIA

*Concede anistia aos que praticaram atos definidos como crimes que mencionam.*

Decreto Legislativo nº 18, de 1961.

## AQUISIÇÃO DE MATERIAL

*Suspende, provisoriamente, a aquisição de material permanente e de consumo para o serviço público, e dá outras providências.*

Decreto nº 125, de 9 de novembro de 1961.

## AREIAS ILMENÍTICAS

*Autoriza o cidadão brasileiro Aloisio Van Der Naillen da Silva a pesquisar areias nileníticas no município de Barreirinhas, Estado do Maranhão.*

Decreto nº 49.900, de 12 de janeiro de 1961.

## ARENITO ASFALTICO

*Decreta caduca a autorização outorgada pelo Decreto nº 252, de 30 de julho de 1935, à Empresa Asfalto Paulista "Betumita" S. A. para lavrar jazida de arenito asfáltico.*

Decreto nº 343, de 13 de dezembro de 1961.

## ARGILA

*Autoriza a cidadã brasileira Maria José de Aquino a pesquisar argila e calcário, no Município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 249, de 30 de novembro de 1961.

— *Declara caduco o Decreto número 26.100, de 29 de dezembro de 1948.*

Decreto nº 255, de 30 de novembro de 1961.

**ARGILA**

*Autoriza Lavras Santo Amaro Limitada a lavrar argila no Município de Suzano, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 339, de 13 de dezembro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Bento do Couto a lavrar argila no município de Taubaté, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 340, de 13 de dezembro de 1961.

**ARGILA REFRATÁRIA**

*Autoriza a Empresa de Mineração Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR, a pesquisar argila refratária, no município de Suzano, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 348, de 13 de dezembro de 1961.

**ARMADA**

*Altera redação de artigo de Ordenança Geral Para o Serviço da Armada.*

Decreto n.º 117, de 6 de novembro de 1961.

— *Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n.º 205, de 23 de novembro de 1961.

**ARMAZÉNS E SILOS**

*Altera a redação do art. 2.º, incisos II, V, VIII e IX, e do art. 6.º, inciso I, do Decreto n.º 51.197, de 16 de agosto de 1961, que instituiu a Superintendência de Armazéns e Silos, e dá outras providências.*

Decreto n.º 157, de 17 de novembro de 1961.

— *Dá nova redação aos arts. 5.º, 13, 14, 18 e 21 do Decreto n.º 51.197, de 16 de agosto de 1961.*

Decreto n.º 421, de 26 de dezembro de 1961.

**ARROZ**

*Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola de 1961-1962, fixados pelo Decreto n.º 4.411, de 5 de abril de 1961.*

**ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO**

*Cria uma Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Livre Comércio.*

Decreto n.º 318, de 7 de dezembro de 1961.

**ATLAS ASSURANCE COMPANY LIMITED**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Atlas Assurance Company Limited.*

Decreto n.º 49.708, de 31 de dezembro de 1961.

**AUTARQUIAS**

*Concede anistia aos que praticaram atos definidos como crimes que mencionam.*

Decreto Legislativo n.º 18, de 1961.

— *Pronvoga prazo previsto no Decreto n.º 50.284, de 21 de fevereiro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto n.º 130, de 9 de novembro de 1961.

— *Dá nova redação ao art. 1.º e seu § 1.º do Decreto n.º 50.268, de 8 de fevereiro de 1961.*

Decreto n.º 160, de 17 de novembro de 1961.

— *Dispõe sobre a aprovação em caráter provisório, da relação nominal do enquadramento dos cargos e funções de órgãos da administração autárquica.*

Decreto n.º 51.343, de 28 de outubro de 1961.

**Autorização para lavrar ou para pesquisa.** — Ver o nome do elemento lavrado ou pesquisado.

**Autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem** — Ver: Navegação de Cabotagem.

## AUTOS OFICIAIS

*Altera a redação do § 1.º do art. 1.º do Decreto n.º 50.640, de 20 de maio de 1961.*

Decreto n.º 196, de 22 de novembro de 1961.

## AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

*Concede ao Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose o auxílio de Cr\$ 50.000.000,00 para a construção de um Hospital de Cirurgia Torácica.*

Lei n.º 3.975, de 4 de novembro de 1961.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.239.935,00, para indenizar a Prefeitura Municipal de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, das despesas com a assistência às vítimas das secas no Nordeste.*

Lei n.º 3.986, de 21 de novembro de 1961.

— *Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 50.000.000,00 destinado a atender aos prejuízos causados pelas enchentes no Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina.*

Lei n.º 3.987, de 21 de novembro de 1961.

— *Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 356.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 266, de 27 de novembro de 1961.

— *Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 370.900.000,00 para o fim que menciona.*

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ .... 120.669.000,00 para os fins que especifica.*

Decreto n.º 419, de 26 de dezembro de 1961.

— *Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado a auxiliar a construção do Hospital São Domingos, da Escola de Enfermagem Frei Eugênio, de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 51.375, de 20 de dezembro de 1961.

## AVIAÇÃO

*Aprova Convenção sobre danos causados a terceiros, na superfície, por aeronaves estrangeiras.*

Decreto Legislativo n.º 15, de 1961.

## AVIAÇÃO CIVIL

*Determina a observância, no Brasil, das Normas e Recomendações constantes do Anexo 9 à Convenção de Aviação Civil Internacional, que dispõe sobre a facilitação dos Transportes Aéreos.*

Decreto n.º 225, de 24 de novembro de 1961.

— *Altera o Regulamento da Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Decreto n.º 237, de 28 de novembro de 1961.

## B

### BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

*Autorização para ser procedida a subscrição pública de ações para constituição do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina Sociedade Anônima.*

Decreto n.º 51.336, de 26 de outubro de 1961.

### BANCO DO BRASIL S. A.

*Dá nova redação aos arts. 11 e 19 do Decreto n.º DVLJTC, de 6 de março de 1957.*

Decreto n.º 302, de 6 de dezembro de 1961.

### BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Aprova o aumento de capital e a reforma estatutária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.*

Decreto n.º 424, de 27 de dezembro de 1961.

### **BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

*Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a tomar ações da Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. à conta do Fundo Federal de Eletrificação.*

Decreto n.º 162, de 17 de novembro de 1961.

### **BORBOREMA — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alteração introduzida nos Estatutos de Borborema — Companhia de Seguros Gerais.*

Decreto n.º 77, de 24 de outubro de 1961.

### **BORRACHA SINTÉTICA**

*Declara sem efeito o Decreto n.º 240, de 29 de novembro de 1961, que dispõe sobre as operações finais de compra e venda a serem realizadas pela Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, da borracha sintética de sua fabricação.*

Decreto n.º 323, de 7 de dezembro de 1961.

### **BRASMINE — MINÉRIOS DO BRASIL LTDA.**

*Concede à Brasmine — Minérios do Brasil Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 290, de 5 de dezembro de 1961.

## **C**

### **CAÇA E PESCA**

*Aprova o Regulamento do Conselho de Desenvolvimento da Pesca.*

Decreto n.º 20, de 9 de outubro de 1961.

### **CAFÉ**

*Cria o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura.*

Decreto n.º 79, de 26 de outubro de 1961.

### **CAIEIRA SÃO PAULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADA**

*Concede à Caieira São Paulo Indústria e Comércio Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 272, de 1.º de dezembro de 1961.

### **CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS**

*Transfere a Reunião Congressual dos Membros do Conselho Superior e Presidentes das Caixas Econômicas Federais.*

Decreto n.º 303, de 6 de dezembro de 1961.

### **CALCÁRIO**

*Autoriza a Companhia Níquel Tocantins a lavrar calcário, no Município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 207, de 23 de novembro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fortunato Bragagnolo a pesquisar calcário no Município de Campo Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 213, de 23 de novembro de 1961.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria José de Aquino a pesquisar argila e calcário, no Município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 249, de 30 de novembro de 1961.

— *Autoriza a Companhia Cearense de Cimento Portland a lavrar calcário nos Municípios de Coreaú e Sobral, no Estado do Ceará.*

Decreto n.º 258, de 30 de setembro de 1961.

— *Declara caduco o Decreto número 25.909, de 2 de dezembro de 1948.*

Decreto n.º 279, de 4 de dezembro de 1961.

— *Autoriza a Companhia Cearense de Cimento Portland a lavrar calcário, nos Municípios de Coreaú e Sobral, no Estado do Ceará.*

Decreto n.º 332, de 13 de dezembro de 1961.

## CALCÁRIO

*Autoriza a Companhia Siderúrgica Paulista "Cosipa" a pesquisar calcário no Município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 341, de 13 de dezembro de 1961.

— *Autoriza a cidadã brasileira Luiza Maria Soares Simon a pesquisar calcário no Município de Delfim Moreira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 342, de 13 de dezembro de 1961.

## CALCÁRIO DOM BOSCO LIMITADA

*Concede à Calcário Dom Bosco Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 243, de 30 de novembro de 1961.

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Atre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 885.428.000,00.*

Lei n.º 4.000, de 15 de dezembro de 1961.

## CAMPANHA NACIONAL DE TUBERCULOSE

*Estende aos servidores do D.N.E.R. e da Campanha Nacional de Tuberculose os benefícios da Lei número 3.483, de 8 de dezembro de 1958, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.967, de 5 de outubro de 1961.

## CAPITANIA DOS PORTOS — Ver:

Ministério da Marinha

## "CARAYA" SOCIEDAD DE RESPONSABILIDAD LIMITADA

*Concede à "Caraya" Sociedad de Responsabilidad Limitada autorização para funcionar na República.*

Decreto n.º 56, de 18 de outubro de 1961.

## CARNAÚBA

*Modifica a redação do art. 2º do Decreto n.º 36.910, de 15 de fevereiro de 1955.*

Decreto n.º 85, de 26 de outubro de 1961.

## CASSITERITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Ribeiro de Carvalho Filho a pesquisar cassiterita no Município de Rezende Costa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 252, de 31 de novembro de 1961.

*Declara caduco o Decreto n.º 21.352, de 25 de junho de 1946.*

Decreto n.º 49.054, de 5 de agosto de 1945.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Figueiredo Cavalcante a pesquisar cassiterita no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.*

Decreto n.º 50.072, de 25 de janeiro de 1961.

## CAULIM

*Autoriza o cidadão brasileiro Alípio Homem de Faria a pesquisar caulim e mica, no município de Mercês, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 253, de 30 de novembro de 1961.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS S. A.

*Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a tomar ações da Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. à conta do Fundo Federal de Eletrificação.*

Decreto n.º 162, de 17 de novembro de 1961.

## CENTRO DE NAVEGAÇÃO TRANSATLÂNTICA DE SANTOS

*Concede ao Centro de Navegação Transatlântica de Santos a prerrogativa prevista no art. 513, alínea d, da Consolidação das Leis do Trabalho.*

Decreto n.º 51.382, de 22 de dezembro de 1961.

**CERÂMICA SODRÉ LTDA.**

*Concede à Cerâmica Sodré Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 293, de 5 de dezembro de 1961.

**CERAS VEGETAIS**

*Modifica a redação do art. 2º do Decreto nº 36.910, de 15 de fevereiro de 1955.*

Decreto nº 85, de 26 de outubro de 1961.

**CEREAIS**

*Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola de 1961-1962, fixados pelo Decreto nº 40.411, de 5-4-61.*

Decreto nº 153, de 16 de novembro de 1961.

**CHAMPION CELULOSE S. A.**

*Concede permissão, em caráter permanente, a Champion Celulose S. A., com sede na Capital do Estado de São Paulo e com fábrica de celulose para indústria de papel, sita em Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.*

Decreto nº 50.470, de 17 de abril de 1961.

**CHARLES OF THE RITZ INTERNATIONAL CO. INC.**

*Revoga o decreto que concedeu à sociedade anônima Charles of The Ritz International Co. Inc. autorização para funcionar na República.*

Decreto nº 57, de 18 de outubro de 1961.

**CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS**

*Aprova o quadro de Pessoal da Universidade de Santa Maria, e dá outras providências.*

(Suplemento)

Decreto nº 49.979, de 23 de janeiro de 1961.

**CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS**

*— Aprova o sistema de classificação de cargos na Administração do Porto do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.335, de 4 de outubro de 1961.

*— Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.337, de 26 de outubro de 1961.

*— Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

(Suplemento)

(\*) Decreto nº 51.340, de 28 de outubro de 1961.

*— Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, e dá outras providências.*

(Suplemento)

Decreto nº 51.341, de 28 de outubro de 1961.

*— Dispõe sobre a aprovação, em caráter provisório, da relação nominal do enquadramento dos cargos e funções de órgãos da administração autárquica.*

Decreto nº 51.343, de 28 de outubro de 1961.

*— Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, e dá outras providências.*

(Suplemento)

Decreto nº 51.345, de 28 de outubro de 1961.

*— Institui Grupo de Trabalho para assessorar o Poder Executivo no estudo e solução dos recursos de que trata o art. 48, parágrafo único, da Lei número 3.739, de 12 de julho de 1960.*

Decreto nº 51.347, de 16 de novembro de 1961.



## CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

— Altera dispositivos do Decreto nº 154, de 17 de novembro de 1961.

Decreto nº 324, de 7 de dezembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovieiros, e dá outras providências.

(Suplemento)

(\*) Decreto nº 51.350, de 23 de novembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovieiros e Empregados em Serviços Públicos, e dá outras providências.

(Suplemento)

(\*) Decreto nº 51.351, de 23 de novembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Recife, e dá outras providências.

(Suplemento)

Decreto nº 51.352, de 23 de novembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto Brasileiro do Sal, e dá outras providências.

(Suplemento)

(\*) Decreto nº 51.353, de 24 de novembro de 1961.

— Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Departamento Administrativo do Serviço Público, e dá outras providências.

(\*) Decreto nº 51.355, de 24 de novembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Paraná, e dá outras providências.

(Suplemento)

(\*) Decreto nº 51.356, de 24 de novembro de 1961.

(Suplemento)

## CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

— Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade Rural de Pernambuco, e dá outras providências.

(Suplemento)

Decreto nº 51.357, de 24 de novembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos da Comissão de Marinha Mercante, e dá outras providências.

(Suplemento)

Decreto nº 51.358, de 24 de novembro de 1961.

— Aprova o Sistema de Classificação de cargos da Universidade de Minas Gerais, e dá outras providências.

(Suplemento)

Decreto nº 51.359, de 24 de novembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Pará, e dá outras providências.

(Suplemento)

Decreto nº 51.360, de 24 de novembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos do Tribunal Marítimo, e dá outras providências.

(Suplemento)

Decreto nº 51.361, de 29 de novembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Brasil, e dá outras providências.

(Suplemento)

Decreto nº 51.366, de 6 de dezembro de 1961.

— Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências.

(Suplemento)

Decreto nº 51.367, de 11 de dezembro de 1961.

**CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS**

— *Classifica, provisoriamente, as funções gratificadas da Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.*

(Suplemento)

Decreto nº 51.368, de 12 de dezembro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências.*

(Suplemento)

Decreto nº 51.370, de 13 de dezembro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências.*

(Suplemento)

Decreto nº 51.371, de 13 de dezembro de 1961.

— *Põe em vigor o sistema de classificação de cargos do Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências.*

(Suplemento)

Decreto nº 51.373, de 18 de dezembro de 1961.

**CLUBE DE AERONÁUTICA**

*Dá nova redação dos arts. 8º, item I, III e suas alíneas, item VII, § 3º e seguintes. Art. 15, § 2º. Art. 16, § 1º e art. 48, do Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube de Aeronáutica.*

Decreto nº 392, de 21 de dezembro de 1961.

**CLUBE MILITAR**

*Altera dispositivo do art. 53, do Decreto nº 42.382, de 1 de outubro de 1957.*

Decreto nº 306, de 6 de dezembro de 1961.

**CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES**

*Classifica a localidade de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, em categoria prevista no art. 122, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, com aditamento ao Decreto nº 35.509, de 17 de abril de 1954.*

**COLONIAL — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alteração estatutária da Colonial — Companhia Nacional de Seguros Gerais, relativa a aumento do capital social.*

Decreto nº 53, de 18 de outubro de 1961.

**COLONIZAÇÃO**

*Revoga o art. 1º da Lei nº 2.932, de 31 de outubro de 1956, no que se refere aos lotes urbanos e rurais da ex-Colônia Agrícola Nacional de Ceres, Estado de Goiás.*

Lei nº 3.984, de 21 de novembro de 1961.

**COMÉRCIOS E PAGAMENTOS (ACÓRDO DE)**

*Aprova o Acórdão de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Tcheco-Eslováquia, firmado no Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1960.*

Decreto Legislativo nº 17, de 1961.

**COMISSÃO COORDENADORA DOS PROJETOS DE EMERGÊNCIA**

*Institui a Comissão Coordenadora dos Projetos de Emergência, e dá outras providências.*

Decreto nº 442, de 28 de dezembro de 1961.

**COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE**

*Aprova o sistema de classificação de cargos da Comissão de Marinha Mercante, e dá outras providências.*

(Suplemento)

(\*) Decreto nº 51.358, de 24 de novembro de 1961.

## COMISSÃO DO VALE DE SÃO FRANCISCO

*Estende aos servidores do D.N.E.R. e da Campanha Nacional de Tuberculose, os benefícios da Lei número 3.483, de 8 de dezembro de 1953, e dá outras providências.*

Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961.

— *Considera em funções de natureza e interesse militar os militares designados ou requisitados para servir no Serviço de Navegação da Comissão do Vale do São Francisco.*

Decreto nº 50, de 17 de outubro de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Arcos-Formiga, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 151, de 16 de novembro de 1961.

— *Altera redação do art. 2º do Decreto nº 50, de 17 de outubro de 1961.*

Decreto nº 201, de 23 de novembro de 1961.

— *Revoga o Decreto nº 60.382, de 29 de junho de 1961.*

Decreto nº 269, de 1 de dezembro de 1961.

## COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

*Prorroga até 31 de dezembro de 1962 o prazo a que se refere a Lei número 3.892, de 28 de abril de 1961.*

Lei nº 4.016, de 16 de dezembro de 1961.

— *Retifica a Tabela Numérica de Mensalistas da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, e dá outras providências.*

Decreto nº 311, de 7 de dezembro de 1961.

## COMISSÃO NACIONAL DE BELAS ARTES

— *Aprova o Regimento da Comissão Nacional de Belas Artes.*

Decreto nº 108, de 3 de novembro de 1961.

## COMISSÃO NACIONAL DE HABITAÇÃO

*Cria a Comissão Nacional de Habitação, e dá outras providências.*

Decreto nº 209, de 23 de novembro de 1961.

## COMISSÃO TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO SINDICAL

*Dispõe sobre a Comissão Técnica de Orientação Sindical, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.011, de 24 julho de 1961.

## COMISSÕES

*Aprova o Regulamento da Comissão de Amparo à Produção Agropecuária (CAPA), criada pelo Decreto número 50.740, de 7-6-61 e alterada pelo Decreto nº 51.015, de 24-7-61.*

Decreto nº 25, de 12 de outubro de 1961.

— *Modifica o Decreto nº 44.491, de 18 de setembro de 1958, que criou a Comissão de Assuntos Territoriais, e dá outras providências.*

Decreto nº 36, de 12 de outubro de 1961.

— *Dispõe sobre a Comissão de Supervisão de Órgãos Autônomos, e dá outras providências.*

Decreto nº 37, de 12 de outubro de 1961.

— *Institui a Comissão de Revenda de Material Agropecuário (C.R.M.A.), e dá outras providências.*

Decreto nº 61, de 19 de outubro de 1961.

— *Modifica o Decreto nº 44.491, de 18 de setembro de 1958, e o de nº 36, de 12 de outubro de 1961.*

Decreto nº 148, de 16 de novembro de 1961.

— *Altera o Decreto nº 51.152, de 5 de agosto de 1961.*

Decreto nº 154, de 17 de novembro de 1961.

**COMISSÕES**

— *Altera dispositivo do Decreto número 154, de 17 de novembro de 1961.*

Decreto nº 215, de 23 de novembro de 1961.

— *Estabelece destinação específica para os recursos decorrentes da diferença de preços regulada pelo Decreto nº 50.359, de 18-3-1961.*

Decreto nº 388, de 20 de dezembro de 1961.

**COMMERCIAL UNION ASSURANCE COMPANY LIMITED**

*Concede à Commercial Union Assurance Company Limited autorização para aumentar seu Capital.*

Decreto nº 75, de 24 de outubro de 1961.

**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO CARIRI S.A.**

*Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à Companhia de Eletricidade do Cariri S.A. (CELCA).*

Decreto nº 212, de 23 de novembro de 1961.

**COMPANHIA DE SEGUROS BELAVISTA**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros Belavista.*

Decreto nº 173, de 20 de novembro de 1961.

**COMPANHIA DE SEGUROS DA BAHIA**

*Aprova alterações, inclusive aumento do capital social, nos estatutos da Companhia de Seguros da Bahia.*

Decreto nº 414, de 22 de dezembro de 1961.

**COMPANHIA DE SEGUROS UNIÃO NACIONAL**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros União Nacional.*

Decreto nº 54, de 18 de outubro de 1961.

**COMPANHIA DE SEGUROS VILA RICA**

*Aprova alterações inclusive o aumento do seu capital social, introduzidos nos estatutos da Companhia de Seguros Vila Rica.*

Decreto nº 406, de 21 de dezembro de 1961.

**COMPANHIA FERRO E AÇO DE VITÓRIA**

*Concede isenção de impostos de importação e outros tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e à Companhia Ferro e Aço de Vitória, localizadas, respectivamente, nos Municípios de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais; Cubatão, Estado de São Paulo e Cariacica, Estado do Espírito Santo.*

Lei nº 3.993, de 6 de dezembro de 1961.

**COMPANHIA FIDELIDADE DE SEGUROS GERAIS**

*Aprova alterações introduzidas nos estatutos da Companhia Fidelidade de Seguros Gerais, inclusive aumento de seu capital.*

Decreto nº 185, de 20 de novembro de 1961.

**COMPANHIA HEMISFÉRICA DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Hemisférica de Seguros.*

Decreto nº 50.653, de 24 de maio de 1961.

**COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO VALE DO PARAÍBA**

*Dá nova redação ao art. 1º, do Decreto nº 49.092, de 8 de outubro de 1960.*

Decreto nº 389, de 21 de dezembro de 1961.

**COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS IPIRANGA**

*Aprova alterações introduzidas, inclusive aumento do capital social nos Estatutos da Companhia Nacional de Seguros Ipiranga.*

Decreto nº 398, de 21 de dezembro de 1961.

# **COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas, inclusive aumento do capital social, nos estatutos da Companhia Paulista de Seguros.*

Decreto nº 231, de 27 de novembro de 1961.

# **COMPANHIA TELEFÔNICA OESTE DO BRASIL — TELEOESTE**

*Outorga concessão à Companhia Telefônica Oeste do Brasil — TELEOESTE para executar serviço telefônico público interior e dá outras providências.*

Decreto nº 362, de 14 de dezembro de 1961.

# **COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA**

*Concede isenção de impostos de importação e outros tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e à Companhia Ferro e Aço de Vitória, localizadas, respectivamente, nos Municípios de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais; Cubatão, Estado de São Paulo e Cariacica, Estado do Espírito Santo.*

Lei nº 3.993, de 6 de dezembro de 1961.

# **COMPANHIA VALE DO RIO DOCE S. A.**

*Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a empréstimo a ser realizado pela Companhia Vale do Rio Doce S. A.*

Decreto nº 137, de 10 de novembro de 1961.

# **COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA**

*Dispõe sobre a Delegação do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia.*

Decreto nº 51.377, de 20 de dezembro de 1961.

# **CONCHAS CALCÁREAS**

*Declara caduco o Decreto nº 33.723, de 3 de setembro de 1953.*

Decreto nº 48.802, de 12 de agosto de 1960.

# **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA**

*Aprova o Regulamento do Conselho de Desenvolvimento da Pesca.*

Decreto nº 20, de 9 de outubro de 1961.

# **CONSELHO DE MINISTROS**

*Dispõe sobre a Secretaria do Conselho de Ministros e o Gabinete da Presidência do mesmo órgão.*

Decreto nº 64, de 19 de outubro de 1961.

— *Aprova o Regimento Interno do Conselho de Ministros.*

Decreto nº 65, de 19 de outubro de 1961.

— *Modifica o Decreto nº 37, de 12 de outubro de 1961.*

Decreto nº 147, de 16 de novembro de 1961.

— *Altera o Decreto nº 51.152, de 5 de agosto de 1961.*

Decreto nº 154, de 17 de novembro de 1961.

— *Altera dispositivo do Decreto número 154, de 17 de novembro de 1961.*

Decreto nº 215, de 23 de novembro de 1961.

# **CONSELHO NACIONAL DE CULTURA**

*Transfere para o Ministério da Educação e Cultura o Conselho Nacional de Cultura.*

Decreto nº 9, de 2 de outubro de 1961.

# **CONSELHO NACIONAL DE TRANSPORTES**

*Institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências.*

Decreto nº 430, de 28 de dezembro de 1961.

## CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

*Modifica o art. 238 e seus parágrafos, Título III, Seção V, e revoga o art. 244 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943.*

Lei nº 3.970, de 13 de outubro de 1961.

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL

*Institui nova discriminação de rendas em favor dos municípios brasileiros.*

Emenda Constitucional nº 5.

## CONTRATOS

*Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o termo aditivo, de 9 de dezembro de 1958, celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a firma Carvalho Hosken & Cia. Ltda..*

Decreto Legislativo nº 16, de 1961.

*Determina, ao Tribunal de Contas da União, o registro do contrato celebrado entre a União e a Remington Rand do Brasil, para a execução, no exercício de 1958, dos serviços mecanizados de lançamento, arrecadação e estatística do Imposto de Renda, nas Delegacias Regionais do Imposto de Renda em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador, Niterói e Curitiba.*

Decreto Legislativo nº 20, de 1961.

*Estabelece normas para revisão de preços de contratos de obras ou serviços a cargo do Governo Federal.*

Decreto nº 309, de 6 de dezembro de 1961.

## CONVENÇÕES

*Aprova Convenção sobre danos causados a terceiros, na superfície, por aeronaves estrangeiras.*

Decreto Legislativo nº 15, de 1961.

*Modifica o Decreto nº 37, de 12 de outubro de 1961.*

Decreto nº 147, de 16 de novembro de 1961.

## CONVENÇÕES

*Determina a observância, no Brasil, das Normas e Recomendações constantes do Anexo 9 à Convenção de Aviação Civil Internacional, que dispõe sobre a facilidade dos Transportes Aéreos.*

Decreto nº 225, de 24 de novembro de 1961.

*Promulga a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais, assinada em Roma a 6 de dezembro de 1951.*

Decreto nº 51.342, de 28 de outubro de 1961.

## CONVÊNIOS

*Autoriza a prorrogação do prazo de vigência do Convênio assinado em 8 de abril de 1957, entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.*

Decreto nº 370, de 15 de dezembro de 1961.

## COOPERATIVAS

*Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Cooperativa de Seguros de Acidentes do Trabalho do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 172, de 20 de novembro de 1961.

*Altera as disposições do Decreto nº 47.491, de 24-12-59, que regula o abastecimento de trigo e estabelece normas para sua comercialização e industrialização.*

Decreto nº 51.339, de 27 de outubro de 1961.

## CRIMES POLÍTICOS

*Concede anistia aos que praticaram fatos definidos como crimes que mencionam.*

Decreto Legislativo nº 18, de 1961.

## CURSOS

*Reconhece o curso de Odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba.*

Decreto nº 107, de 3 de novembro de 1961.

## CURSOS

— *Autorização para funcionamento de cursos.*

Decreto nº 110, de 6 de novembro de 1961.

— *Concede autorização para o funcionamento dos cursos que indica.*

Decreto nº 217, de 24 de novembro de 1961.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 236, de 27 de novembro de 1961.

— *Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto nº 299, de 5 de dezembro de 1961.

— *Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto nº 310, de 7 de dezembro de 1961.

— *Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto nº 357, de 14 de dezembro de 1961.

— *Concede reconhecimento do curso que indica.*

Decreto nº 360, de 14 de dezembro de 1961.

— *Concede equiparação ao Curso de Técnico em Agricultura da Escola Agrotécnica "José Bonifácio".*

Decreto nº 382, de 20 de dezembro de 1961.

— *Concede reconhecimento aos cursos que indica.*

Decreto nº 50.786, de 12 de junho de 1961.

— *Concede autorização para o funcionamento de curso.*

Decreto nº 50.948, de 13 de julho de 1961.

— *Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto nº 51.157, de 3 de agosto de 1961.

## D

### DECLARAÇÃO DE UTILIDADE

PÚBLICA — Ver: Utilidade Pública.

### DENTISTAS

*Altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas.*

Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.

### DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

*Retifica a localização de servidores do Departamento Administrativo do Serviço Público e dá outras providências.*

Decreto nº 47, de 17 de outubro de 1961.

— *Revoga o art. 8º do Decreto número 41.666, de 19 de junho de 1957.*

Decreto nº 328, de 11 de dezembro de 1961.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Departamento Administrativo do Serviço Público e dá outras providências. (Suplemento).*

(\*) Decreto nº 51.355, de 24 de novembro de 1961.

### DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

*Altera dispositivo do Decreto número 50.953, de 14 de julho de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 13, de 4 de outubro de 1961.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 110.815.720,00 para o fim que menciona.*

Decreto nº 367, de 15 de dezembro de 1961.

### DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

*Aprova o Regulamento do Serviço Federal de Prevenção e Repressão de Infrações contra a Fazenda Nacional.*

Decreto nº 197, de 22 de novembro de 1961.

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENDEMIAS RURAIS

*Estende os benefícios da Lei número 3.483, de 8 de dezembro de 1958, ao pessoal tabelado do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde.*

Lei nº 3.966, de 5 de outubro de 1961.

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

*Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o termo aditivo, de 9 de dezembro de 1958, celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a firma Carvalho Hosken & Cia. Ltda.*

Decreto Legislativo nº 16, de 1961.

*— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a área de terreno necessária à construção do Hotel Ferroviário de Igatu, no Estado do Ceará.*

Decreto nº 263, de 30 de novembro de 1961.

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

*Estende aos servidores do D.N.E.R. e da Companhia Nacional de Tuberculose os benefícios da Lei nº 3.483, de 8 de dezembro de 1958, e dá outras providências.*

Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961.

*— Altera o Quadro de Procuradores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*

Decreto nº 91, de 27 de outubro de 1961.

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

*— Altera a redação do § 1º do artigo 1º do Decreto nº 50.640, de 20 de maio de 1961.*

Decreto nº 196, de 22 de novembro de 1961.

*— Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 356.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto nº 226, de 27 de novembro de 1961.

*— Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 370.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto nº 227, de 27 de novembro de 1961.

*— Altera dispositivos do Decreto nº 154, de 17 de novembro de 1961.*

Decreto nº 324, de 7 de dezembro de 1961.

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

*Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 25.103, de 25 de fevereiro de 1954, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Arrudeio, no Município de S. José do Belmonte, antigo Manissobal, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 199, de 23 de novembro de 1961.

*— Declara sem efeito o Decreto número 48.122, de 16 de abril de 1960.*

Decreto nº 320, de 7 de dezembro de 1961.

*— Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 356.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto nº 228, de 27 de novembro de 1961.

*— Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 370.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto nº 227, de 27 de novembro de 1961.



# DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 60.000.000,00, destinado ao atê-ro e recuperação dos alagados existentes na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

Lei nº 3.997, de 15 de dezembro de 1961.

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 120.000.000,00 para atender às obras de defesa das praias de Olinda no Estado de Pernambuco.*

Lei nº 4.001, de 15 de dezembro de 1961.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona.

Decreto nº 131, de 10 de novembro de 1961.

# DESAPROPRIAÇÕES

*Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos que menciona, em Salvador, Estado da Bahia, necessários ao Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 32, de 12 de outubro de 1961.

— Declara de utilidade pública o terreno que menciona, destinado à construção da linha de transmissão de energia elétrica entre a Usina hidrelétrica de Correntina e as estações abaixadoras de Santa Maria e Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, e dá outras providências.

Decreto nº 67, de 19 de outubro de 1961.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o domínio útil das partes foreiras municipais e benfeitorias do imóvel que menciona, necessário ao Estabelecimento Regional de Subsistência da 8ª Região Militar.

Decreto nº 97, de 31 de outubro de 1961.

# DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel que menciona, necessário à Infanteria Divisória da 2ª Região Militar.

Decreto nº 93, de 31 de outubro de 1961.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o domínio útil da parte foreira municipal e benfeitorias do imóvel que menciona, necessário ao Estabelecimento Regional de Subsistência da 8ª Região Militar.

Decreto nº 99, de 31 de outubro de 1961.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 100, de 31 de outubro de 1961.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, a área ocupada pelo Trapi-che Brown, no porto de Aracaju, Estado de Sergipe, necessária ao prosseguimento das obras de construção do referido porto.

Decreto nº 124, de 7 de novembro de 1961.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona.

Decreto nº 131, de 10 de novembro de 1961.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis destinados à Universidade do Ceará, e dá outras providências.

Decreto nº 138, de 13 de novembro de 1961.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Arcos-Formiga, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 151, de 15 de novembro de 1961.

## DESAPROPRIAÇÕES

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 35.103, de 25 de fevereiro de 1954, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público Arrudeito, no Município de S. José do Belmonte, antigo Manissobal, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 199, de 23 de novembro de 1961.

— *Renova declaração de utilidade pública, para desapropriação, de terrenos que menciona, situados na "Fazenda da Posse", Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 224, de 24 de novembro de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona.*

Decreto nº 229, de 27 de novembro de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a área de terreno necessária à construção do Hotel Ferroviário de Iguatu, no Estado do Ceará.*

Decreto nº 263, de 30 de novembro de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis que menciona.*

Decreto nº 267, de 1º de dezembro de 1961.

— *Declara de utilidade pública áreas de terra necessárias à bacia de acumulação do aproveitamento hidrelétrico de Jurumirim, das Usinas Elétricas do Paranapanema S. A., e autoriza essa empresa a promover a desapropriação das referidas áreas e respectivas benfeitorias.*

Decreto nº 293, de 5 de dezembro de 1961.

## DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão de 88 KV, da Companhia Paulista de Força e Luz, que realiza a interligação com o sistema da São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade.*

Decreto nº 329, de 12 de dezembro de 1961.

— *Declara de utilidade pública, faixa de terra necessária à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto nº 47.676, de 20 de janeiro de 1960, e autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris a promover a sua desapropriação.*

Decreto nº 330, de 13 de dezembro de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e destinado à ampliação do Colégio Pedro II — Externato — Seção Sul, o imóvel que indica, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.*

Decreto nº 384, de 20 de dezembro de 1961.

## DIAMANTES

— *Autoriza Mineração Tejucana Ltda. a lavar diamante e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 274, de 1º de dezembro de 1961.

## DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS

— *Revigora, por mais três anos, os créditos especiais autorizados pelas Leis ns. 2.974, de 28 de novembro de 1956, 3.057, de 22 de dezembro de 1956, e 3.244, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências.*

Lei nº 4.004, de 15 de dezembro de 1961.

## DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

— *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.*

Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

## DISTRITO FEDERAL

*Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1962.*

Lei nº 4.023, de 20 de dezembro de 1961.

## DÍVIDA INTERNA FUNDADA

*Altera o Regulamento para serviços da Dívida Interna Federal Fundada e de Meio Circulante, baixado com o Decreto nº 35.913, de 28 de julho de 1954.*

Decreto nº 307, de 6 de dezembro de 1961.

## DOAÇÕES

*Autoriza o Tesouro Nacional a encampar a emissão de papel-moeda no valor correspondente à doação de um imóvel à Mitra Diocesana de Niterói, pela Caixa de Mobilização Bancária, e dá outras providências.*

Lei nº 4.002, de 15 de dezembro de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Maringá (PR).*

Decreto nº 33, de 12 de outubro de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Nazaré da Mata (PE).*

Decreto nº 142, de 13 de novembro de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 313, de 7 de dezembro de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Porto de Móz (PA).*

Decreto nº 379, de 18 de dezembro de 1961.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de área de terrenos, situados no Município de Santos, Estado de São Paulo, destinadas ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 390, de 21 de dezembro de 1961.

## E

## EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

*Dispõe sobre vencimentos e salários do pessoal das Empresas de Navegação Marítima e Fluvial pertencentes ao Patrimônio Nacional e dá outras providências.*

Decreto nº 51.346, de 14 de novembro de 1961.

— *Dispõe sobre cargos, funções, vencimentos e salários do pessoal das Empresas de Navegação Marítima e Fluvial pertencentes ao Patrimônio Nacional não incluídos no Decreto nº 51.346, de 14 de novembro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.372, de 15 de dezembro de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

*Fixa um teto máximo para as tarifas de energia elétrica na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e Natal, Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.*

Lei nº 3.969, de 6 de outubro de 1961.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a construção e ampliação da Usina Hidrelétrica de Alto Garças, no Estado de Mato Grosso.*

Lei nº 3.989, de 24 de novembro de 1961.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à "Hidrelétrica do Rio Doce S. A."*

Decreto nº 27, de 12 de outubro de 1961.

— *Declara de utilidade pública o terreno que menciona, destinado à construção da linha de transmissão de energia elétrica entre a Usina Hidrelétrica de Correntina e as estações abastecedoras de Santa Maria e Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, e dá outras providências.*

Decreto nº 67, de 19 de outubro de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Companhia de Eletricidade de Manaus a desvincular do seu acervo bens e instalações.*

Decreto nº 121, de 6 de novembro de 1961.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Distribuidora de Energia em Sergipe S. A. (Energipe).*

Decreto nº 123, de 6 de novembro de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Arcos-Formiga, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 151, de 10 de novembro de 1961.

*Determina a intervenção administrativa na concessão de que é titular a Prefeitura Municipal de Carangola, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 168, de 17 de novembro de 1961.

— *Designa interventor administrativo na concessão de que é titular a Prefeitura Municipal de Curangola, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 169, de 17 de novembro de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuição de energia elétrica.*

Decreto nº 210, de 23 de novembro de 1961.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Antônio Dias no Estado de Minas Gerais concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 211, de 23 de novembro de 1961.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à Companhia de Eletricidade do Cariri S. A. (CELCA).*

Decreto nº 212, de 23 de novembro de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere da "Beberibe Electric Light" para o Governo do Estado de Pernambuco a concessão para distribuir energia elétrica nos Distritos de Beberibe, Arruda e Água Fria, no Município de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 214, de 23 de novembro de 1961.

— *Autoriza a Companhia de Eletricidade do Amapá a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 244, de 30 de novembro de 1961.

— *Outorga concessão à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG) para distribuir energia elétrica no município de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais, e da outras providências.*

Decreto nº 245, de 30 de novembro de 1961.

— *Autoriza a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 248, de 30 de novembro de 1961.

— *Outorga ao Governo do Estado do Rio de Janeiro concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica dos rios Bonito e Macaé, no município de Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 256, de 30 de novembro de 1961.

— *Outorga à Espírito Santo Centrais Elétricas S. A., Estado do Espírito Santo, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 257, de 30 de novembro de 1961.

*Outorga a Prefeitura Municipal de Camanducaia, Estado de Minas Gerais, concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água Camanducaia, distrito da sede do município de Camanducaia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 271, de 1 de dezembro de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

— Autoriza Anderson, Clayton & Cia. a instalar uma usina termelétrica.

Decreto nº 277, de 1º de dezembro de 1961.

— Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica no município de Mussum, no mesmo Estado.

Decreto nº 231, de 4 de dezembro de 1961.

— Autoriza a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S. A. a ampliar seu sistema de transmissão de energia elétrica, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Decreto nº 282, de 4 de dezembro de 1961.

— Autoriza a Força e Luz do Pará Sol a construir segunda hipoteca sobre os seus bens em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto nº 284, de 5 de dezembro de 1961.

Restringe a zona de concessão da Prefeitura Municipal de Brumadinho, e amplia a da Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A." (CEMIG).

Decreto nº 285, de 5 de dezembro de 1961.

— Autoriza a Companhia Força e Luz Epaminondas Otoni a derivar as águas do curso inicial do Rio São Mateus, para o Rio Pequim, no distrito de Itambacuri, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais, e a construir, em etapas, uma barragem de acumulação no Rio Pequim, naquele distrito.

Decreto nº 287, de 5 de dezembro de 1961.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Ipueiras, Estado do Ceará, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 291, de 5 de dezembro de 1961.

## ENERGIA ELÉTRICA

— Transfere da S. A. Metalúrgica Santo Antônio para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., a concessão para distribuição de energia elétrica no Município de Rio Acima, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto nº 292, de 5 de dezembro de 1961.

— Outorga à Companhia de Eletricidade do Cariri, concessão para distribuir energia elétrica às cidades de Milagres e Jardim, município de igual nome, Estado do Ceará.

Decreto nº 294, de 5 de dezembro de 1961.

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Cooperativa de Energia Elétrica de Itaobim Limitada.

Decreto nº 296, de 5 de dezembro de 1961.

— Outorga à Cooperativa de Energia Elétrica de Itaobim Ltda., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira São João, no ribeirão São João Grande, distrito de Itaobim, Município de Medina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 297, de 5 de dezembro de 1961.

— Declara de utilidade pública áreas de terra necessárias à bacia de acumulação do aproveitamento hidrelétrico de Jurumirim, das Usinas Elétricas de Paranaapanema S. A., e autoriza essa empresa a promover a desapropriação das referidas áreas e respectivas benfeitorias.

Decreto nº 298, de 5 de dezembro de 1961.

— Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão de 88KV, da Companhia Paulista de Força e Luz, que realiza a interligação com o sistema, da São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade.

Decreto nº 329, de 12 de dezembro de 1961.

**ENERGIA ELÉTRICA**

— Declara de utilidade pública faixa de terra necessária à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto nº 47.676, de 20 de janeiro de 1960, e autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris a promover a sua desapropriação.

Decreto nº 330, de 13 de dezembro de 1961.

— Modifica a redação do § 2º do artigo 1º do Decreto nº 42.783, de 11 de dezembro de 1957, que outorgou à Prefeitura Municipal de Itambé concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no rio Pardo, distrito sede do município de Itambé, Estado da Bahia.

Decreto nº 337, de 13 de dezembro de 1961.

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Canoinhas Força e Luz S. A.

Decreto nº 338, de 13 de dezembro de 1961.

— Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris a ampliar suas instalações.

Decreto nº 345, de 13 de dezembro de 1961.

— Transfere da Companhia Imobiliária América do Sul para a Companhia Agro-Pecuária e Industrial Arapel, concessão para aproveitamento de energia elétrica.

Decreto nº 346, de 13 de dezembro de 1961.

— Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão da Central Elétrica de Furnas S. A., que liga a Usina Hidrelétrica de Furnas, no Estado de Minas Gerais, e a cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 50.145 — de 27 de janeiro de 1961.

**ENERGIA ELÉTRICA**

— Aprova, para fins de legalização, a construção, já realizada, da linha de subtransmissão de energia elétrica, entre a Estação Receptora Triagem e a Subestação Receptora Engenho da Pedra, do sistema elétrico da Rio Light S. A. — Serviços de Elétrico da Rio Light S. A. — Serviço de Eletricidade e Carris.

Decreto nº 50.959, de 14 de julho de 1961.

**ENSINO**

Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 4.024 — de 20 de dezembro de 1961.

**ENSINO INDUSTRIAL**

Dispõe sobre o registro de cartas de ofícios, certificados e diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino industrial, e dá outras providências.

Decreto nº 359 — de 14 de dezembro de 1961.

**ENSINO PRIMÁRIO**

Dispõe sobre as obrigações estatuidas no artigo 168, inciso III, da Constituição Federal e dá outras providências.

Decreto nº 230 — de 27 de novembro de 1961.

**ESCOLAS**

Fixa norma para pagamentos aos servidores do Ministério da Educação e Cultura, aproveitados nas Escolas Técnicas e Industriais, e dá outras providências.

Lei nº 3.976 — de 6 de novembro de 1961.

— Aprova o Estatuto da Escola de Minas de Ouro Preto.

Decreto nº 39 — de 12 de outubro de 1961.

— Dispõe sobre as obrigações estatuidas no artigo 168, inciso III, da Constituição Federal e dá outras providências.

Decreto nº 230 — de 27 de novembro de 1961.

## ESCOLAS

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 313 — de 7 de dezembro de 1961.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e destinado à ampliação do Colégio Pedro II — Externato — Seção Sul, o imóvel que indica, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Decreto nº 334 — de 20 de dezembro de 1961.

— Abre, ao Ministério de Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 42.360.000,00 e Cr\$ 9.000.000,00 destinados, respectivamente, à Escola Superior de Veterinária, da Universidade de Minas Gerais, e à Faculdade de Direito de Curitiba.

Decreto nº 394 — de 21 de dezembro de 1961.

— Abre pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ..... Cr\$ 10.000.000,00, para atender ao início dos trabalhos da Escola Agro-técnica de Januária, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 416 — de 22 de dezembro de 1961.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de .. Cr\$ 17.529.000,00 e de ..... Cr\$ 4.000.000,00, para atender as despesas com a federalização da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas.

Decreto nº 417 — de 22 de dezembro de 1961.

— Altera a denominação da escola que especifica.

Decreto nº 50.949 — de 13 de julho de 1961.

— Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado a auxiliar a construção do Hospital São Domingos, da Escola de Enfermagem Frei Eugênio, de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.375 — de 20 de dezembro de 1961.

## ESCOLAS

— Ver, também, Universidades, Faculdades e Cursos; quanto aos Militares, ver: Aeronáutica, Exército e Marinha.

## ESTADO DA BAHIA

Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a executar obras de emergência nos Estados da Bahia e Pernambuco, em regiões assoladas pela seca.

Decreto nº 126 — de 9 de novembro de 1961.

— Aprova novo orçamento relativo à construção, em Salvador, Estado da Bahia, do primeiro trecho do prolongamento da avenida Jequitatia, em direção à Barra.

Decreto nº 193 — de 23 de novembro de 1961.

## ESTADO DE GOIÁS

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Cachoeira.

Decreto nº 293 — de 5 de dezembro de 1961.

## ESTADO DE MATO GROSSO

Ratifica concessão do Serviço de Loteria do Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 36 — de 23 de outubro de 1961.

## ESTADO DE PERNAMBUCO

Torna sem efeito o Decreto número 51.252, de 24 de agosto de 1961.

Decreto nº 44 — de 16 de outubro de 1961.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito extraordinário de Cr\$ 140.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto nº 45 — de 16 de outubro de 1961.

— Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a executar obras de emergência nos Estados da Bahia e Pernambuco, em regiões assoladas pela seca.

Decreto nº 126 — de 9 de novembro de 1961.

## ESTADO DE PERNAMBUCO

— *Outorga ao Governo do Estado de Pernambuco concessão para distribuição de energia elétrica.*

Decreto n.º 210 — de 23 de novembro de 1961.

— *Transfere da "Beberibe Electric Light" para o Governo do Estado de Pernambuco a concessão para distribuir energia elétrica nos Distritos de Beberibe, Arruda e Água Fria, no Município de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 214 — de 23 de novembro de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União na parte marítima e do domínio do Estado de Pernambuco, no restante do seu curso as águas do curso d'água Beberibe.*

Decreto n.º 335 — de 13 de dezembro de 1961.

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Outorga ao Governo do Estado do Rio de Janeiro concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica dos rios Bonito e Macaé, ao município de Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 256 — de 30 de novembro de 1961.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Autoriza o Poder Executivo a participar da Sociedade de Economia Mista Aços Piratini S. A., em organização pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.972 — de 13 de outubro de 1961.

— *Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 500.000.000,00 para atender às despesas que especifica.*

Decreto n.º 123 — de 9 de novembro de 1961.

— *Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica no município de Mussum, no mesmo Estado.*

Decreto n.º 281 — de 4 de dezembro de 1961.

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Vista Alegre.*

Decreto n.º 349, de 13 de dezembro de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul as águas do rio Marquês do Herval.*

Decreto n.º 350, de 13 de dezembro de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Gordões.*

Decreto n.º 351, de 13 de dezembro de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Araçá.*

Decreto n.º 352, de 13 de dezembro de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio São José.*

Decreto n.º 353, de 13 de dezembro de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Goiabeira.*

Decreto n.º 354, de 13 de dezembro de 1961.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Goiabeira.*

Decreto n.º 355, de 13 de dezembro de 1961.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Eliseu ou Goiabeiras.*

Decreto n.º 259, de 30 de novembro de 1961.



## ESTADO DE SÃO PAULO

*Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do curso denominado Ventania, situado no município de Iacanga.*

Decreto nº 289, de 5 de dezembro de 1961.

*— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Pedras.*

Decreto nº 333, de 13 de dezembro de 1961.

## ESTADO DE SERGIPE

*Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a pesquisar minérios de titânio no município de Japarutuba e Santo Amaro de Brotas, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 51.307, de 25 de agosto de 1961.

## ESTADOS

*Institui nova discriminação de rendas em favor dos municípios brasileiros.*

Emenda Constitucional nº 5.

## ESTATUTOS

*— Ver o nome da entidade que o teve aprovado ou alterado.*

## EXÉRCITO

*Aprova a tabela de fixação dos valores dos complementos à ração comum, para o Exército, e dá outras providências.*

Decreto nº 18, de 9 de outubro de 1961.

*— Aprova as tabelas de fixação dos valores da etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o 2º semestre de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 21, de 9 de outubro de 1961.

*— Altera a redação do Decreto nº 43.190, de 12 de fevereiro de 1958, referente a funções de oficiais-generais.*

Decreto nº 66, de 19 de outubro de 1961.

## EXÉRCITO

*— Dá nova redação aos artigos 37 e 38 do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército.*

Decreto nº 96, de 31 de outubro de 1961.

*— Modifica a Denominação das 1ª Companhia Especial de Manutenção, 4ª Companhia Especial de Manutenção, 3ª Companhia de Manutenção Pesada de Armamento, 2ª Companhia Parque de Motomecanização, 3ª Companhia Parque de Motomecanização e 7ª Companhia Parque de Motomecanização.*

Decreto nº 139, de 13 de novembro de 1961.

*— Altera artigo do Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado e mandado executar pelo Decreto nº 50.352, de 17 de março de 1961.*

Decreto nº 153, de 17 de novembro de 1961.

*— Altera dispositivo das Instruções Gerais, anexas ao Decreto nº 21 de 9 de outubro de 1961.*

Decreto nº 361, de 14 de novembro de 1961.

*— Fixa o número de vagas para cada compulsória no Ministério da Guerra.*

Decreto nº 386, de 20 de dezembro de 1961.

*— Revoga o Decreto nº 51.334, de 6 de setembro de 1961.*

Decreto nº 409, de 21 de dezembro de 1961.

*— Transforma o 10º Grupo de Artilharia 75 Transportado em 10º Grupo de Obuses 105.*

Decreto nº 412, de 22 de dezembro de 1961.

*— Transforma o 6º Regimento de Artilharia 75 Auto-Rebocado em 6º Regimento de Obuses 105.*

Decreto nº 413, de 22 de dezembro de 1961.

**EXÉRCITO**

— *Dá nova redação à letra g) do Art. 71, do Decreto n.º 38.955 de 25 de fevereiro de 1955 (Regulamento para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército).*

Decreto n.º 423, de 27 de dezembro de 1961.

— *Aprova o Regulamento do Serviço de Identificação do Exército.*

Decreto n.º 51.329, de 6 de setembro de 1961.

— *Dá a denominação de "Regimento Raposo Tavares" ao atual 4º Regimento de Infantaria.*

Decreto n.º 51.374, de 21 de dezembro de 1961.

— *Cria o Estandarte Distintivo para o 4º Regimento de Infantaria.*

Decreto n.º 51.579, de 21 de dezembro de 1961.

**EXPORTAÇÃO**

— *"Unificação de horários para os funcionários encarregados de fiscalizar embarques de mercadorias destinadas ao comércio exterior"*

Decreto n.º 80, de 26 de dezembro de 1961.

— *Dispõe sobre o "visto" em pedidos de licença ou faturas comerciais referentes a produtos de exportação para o estrangeiro e dá outras providências.*

Decreto n.º 84, de 26 de outubro de 1961.

**EXPORTAÇÃO**

— *Modifica a redação do art. 2º do Decreto n.º 36.910, de 15 de fevereiro de 1955.*

Decreto n.º 85, de 26 de outubro de 1961.

— *Cria no Ministério da Indústria e do Comércio o Grupo Executivo de Fomento à Exportação (GEFEX) para coordenar medidas destinadas a incrementar as exportações brasileiras.*

Decreto n.º 220, de 24 de novembro de 1961.

**EXPORTAÇÃO**

— *Altera o art. 2º do Decreto n.º 51.065, de 27 de julho de 1961.*

Decreto n.º 400, de 21 de dezembro de 1961.

**F****FACULDADES**

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ... 11.875.200,00 para atender às despesas decorrentes da federalização da Faculdade de Odontologia de Diamantina.*

Decreto n.º 216, de 23 de novembro de 1961.

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 42.360.000,00 e Cr\$ 9.000.000,00 destinados, respectivamente, à Escola Superior de Veterinária, da Universidade de Minas Gerais, e à Faculdade de Direito de Cuiabá.*

Decreto n.º 394, de 21 de dezembro de 1961.

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ ... 23.086.400,00, para atender às despesas com a transformação, em estabelecimento federal de ensino superior, da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 410, de 21 de dezembro de 1961.

**FATURAS COMERCIAIS**

— *Dispõe sobre o "visto" em pedidos de licença ou faturas comerciais referentes a produtos de exportação para o estrangeiro e dá outras providências.*

Decreto n.º 84, de 26 de outubro de 1961.

**FAZENDA NACIONAL**

— *Acrescenta uma disposição transitória ao Regimento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.*

Decreto n.º 129, de 9 de novembro de 1961.

## FAZENDA NACIONAL

*Aprova o Regulamento do Serviço Federal de Prevenção e Repressão de Infrações contra a Fazenda Nacional.*

Decreto nº 197, de 22 de novembro de 1961.

## FEIJÃO

*Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola de 1961-62, fixados pelo Decreto número 40.411, de 5-4-61.*

Decreto nº 153, de 16 de novembro de 1961.

## FELDSPATO

*Renova a autorização contida no Decreto nº 44.474, de 6 de setembro de 1958.*

Decreto nº 276, de 1 de dezembro de 1961.

## FERRO

*Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a pesquisar minério de ferro no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 221, de 24 de novembro de 1961.

*Autoriza à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a pesquisar minério de ferro, no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 222, de 24 de novembro de 1961.

*Autoriza à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a pesquisar minério de ferro, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 223, de 24 de novembro de 1961.

## FERROVIAS

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para o fim que menciona.*

Decreto nº 78, de 26 de outubro de 1961.

## FERROVIAS

*Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 500.000.000,00 para atender às despesas que especifica.*

Decreto nº 128, de 9 de novembro de 1961.

*Aprova novos projeto e orçamento para construção da ligação ferroviária Ubaitaba-Jequié-Contendas, no Estado da Bahia.*

Decreto nº 195, de 22 de novembro de 1961.

## FLORESTAS PROTETORAS

*Declara protetoras as florestas que menciona, existentes no Estado de Mato Grosso e Território Federal de Rondônia.*

Decreto nº 265, de 0 de novembro de 1961.

*Cria a Floresta Nacional de Caxiânia e dá outras providências.*

Decreto nº 239, de 23 de novembro de 1961.

## FLUORITA

*Autoriza o cidadão brasileiro Alberto de Bona Sartor a pesquisar fluorita no Município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 344, de 13 de dezembro de 1961.

## FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

*Concede anistia aos que praticaram fatos definidos como crimes que menciona.*

Decreto Legislativo nº 18, de 1961.

*Revoga o Decreto nº 50.319, de 7 de março de 1961.*

Decreto nº 106, de 31 de outubro de 1961.

*Reduz os vencimentos e vantagens do pessoal do Ministério da Guerra em Missão ou Comissão no Exterior e dá outras providências.*

Decreto nº 422, de 27 de dezembro de 1961.

**FUNCIONARIOS PÚBLICOS**

*Inclui funções gratificadas na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto nº 427, de 28 de dezembro de 1961.

*Classifica provisoriamente as funções gratificadas do Território Federal do Amapá e das outras providências.*

Decreto nº 51.369, de 12 de dezembro de 1961.

*Consolida as normas relativas à concessão de vantagens ao pessoal com exercício em Brasília e das outras providências.*

Decreto nº 51.361, de 22 de dezembro de 1961.

— Ver: Também, Classificação de Cargos.

**FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR**

*Considera em funções de natureza e interesse militar os militares designados ou requisitados para servir no Serviço de Navegação da Comissão do Vale do São Francisco.*

Decreto nº 50, de 17 de outubro de 1961.

*Altera redação do art. 2º do Decreto nº 50, de 17 de outubro de 1961.*

Decreto nº 201, de 23 de novembro de 1961.

*Dá nova redação ao art. 1º, do Decreto nº 49.092, de 8 de outubro de 1960.*

Decreto nº 389, de 21 de dezembro de 1960.

**FUNÇÕES GRATIFICADAS**

*Altera as tabelas anexas ao Decreto nº 49.593, de 27 de dezembro de 1960, na parte referente ao Gabinete do Ministro da Agricultura.*

Decreto nº 233, de 28 de novembro de 1961.

*Inclui funções gratificadas na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto nº 427, de 28 de dezembro de 1961.

**FUNÇÕES GRATIFICADAS**

*Classifica provisoriamente as funções gratificadas do Território Federal do Amapá e das outras providências.*

Decreto nº 51.369, de 12 de dezembro de 1961.

**FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO**

*Altera o Decreto nº 46.415, de 13 de julho de 1959 e vincula recursos do Fundo Federal de Eletrificação ao Plano de Eletrificação do Nordeste.*

Decreto nº 133, de 10 de novembro de 1961.

*Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a tomar ações da Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a conta do Fundo Federal de Eletrificação.*

Decreto nº 152, de 17 de novembro de 1961.

**G****GRUPOS DE TRABALHO**

*Autoriza a constituição de um Grupo de Trabalho no Ministério de Minas e Energia, destinado a estudar e programar o aproveitamento de água subterrânea.*

Decreto nº 228, de 27 de novembro de 1961.

*Autoriza a constituição de um Grupo de Trabalho no Ministério da Viação e Obras Públicas, destinado ao estudo da eletrificação da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.*

Decreto nº 444, de 2 de janeiro de 1962.

*Institui Grupo de Trabalho para assessorar o Poder Executivo no estudo e solução dos recursos de que trata o art. 43, parágrafo único, da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.*

Decreto nº 51.347, de 16 de novembro de 1961.

## GRUPO EXECUTIVO DE FOMENTO A EXPORTAÇÃO

*Cria no Ministério da Indústria e do Comércio o Grupo Executivo de Fomento à Exportação (GEFEX), para coordenar medidas destinadas a incrementar as exportações brasileiras.*

Decreto nº 220, de 24 de novembro de 1961.

## GRUPO EXECUTIVO DE IN- DÚSTRIA DE MATERIAL AERONÁUTICA

*Altera a constituição prevista no art. 3º do Decreto nº 50.837, de 23 de junho de 1961, que cria o GEIMA.*

Decreto nº 34, de 12 de outubro de 1961.

## GRUPO EXECUTIVO DE RACIONA- LIZAÇÃO DA CAFEICULTURA

*Cria o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura.*

Decreto nº 79, de 26 de outubro de 1961.

## GUANO FOSFATO

*Revoga o Decreto nº 50.141, de 26 de janeiro de 1961 e dá outras providências.*

Decreto nº 208, de 23 de novembro de 1961.

# H

## HOSPITAL ANTÔNIO PEDRO

*Abre ao Ministério da Saúde o crédito extraordinário de Cr\$ 60.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto nº 408, de 21 de dezembro de 1961.

# I

## INDULTOS

*Concede idulto a sentenciados que menciona e dá outras providências.*

Decreto nº 51.378, de 20 de dezembro de 1961.

## INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

*Aprova regulamento para a eleição dos representantes da lavoura na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.*

Decreto nº 167, de 17 de novembro de 1961.

## INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

*Aprova o Regimento do Instituto Brasileiro do Café.*

(Suplemento)

(\*) Decreto nº 385, de 20 de dezembro de 1961.

*Põe em vigor o sistema de classificação de cargos do Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências.*

(Suplemento)

Decreto nº 51.373, de 18 de dezembro de 1961.

## INSTITUTO BRASILEIRO DE GEO- GRAFIA E ESTATÍSTICA

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências.*

(Suplemento)

Decreto nº 51.367, de 11 de dezembro de 1961.

## INSTITUTO BRASILEIRO DO SAL

*Modifica a taxa de custeio do Instituto Brasileiro do Sal, referida na letra "a", do art. 8º da Lei número 3.137, de 13 de maio de 1957, e dá outras providências.*

Lei nº 4.018, de 16 de dezembro de 1961.

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto Brasileiro do Sal e dá outras providências.*

(\*) Decreto nº 51.353, de 24 de novembro de 1961.

## INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e dá outras providências.*

Decreto nº 51.341, de 28 de outubro de 1961.

*Altera dispositivos do Decreto número 51.341, de 28 de outubro de 1961 e dá outras providências.*

Decreto nº 51.348, de 17 de novembro de 1961.

## **INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS**

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e dá outras providências.*

(Suplemento)

(\*) Decreto nº 51.350, de 23 de novembro de 1961.

## **INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS**

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e dá outras providências.*

(Suplemento)

(Decreto nº 51.349, de 20 de novembro de 1961.

## **INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS**

*Cria cargos em comissão e funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e dá outras providências.*

Decreto nº 51.354, de 24 de novembro de 1961.

*Retifica o Decreto nº 47.654, de 15 de janeiro de 1960, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e a Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto nº 51.362, de 30 de novembro de 1961.

## **INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS**

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências.*

(Suplemento)

Decreto nº 51.371, de 13 de dezembro de 1961.

## **INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇO PÚBLICO**

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos e dá outras providências.*

(Suplemento)

(\*) Decreto nº 51.351, de 23 de novembro de 1961.

## **INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS**

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e dá outras providências.*

(Suplemento)

(\*) Decreto nº 51.345, de 28 de outubro de 1961.

(Suplemento)

## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO**

*Aprova o sistema de classificação de cargo do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e dá outras providências.*

(\*) Decreto nº 51.340 — de 28 de outubro de 1961.

## **INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL**

*Cria no Instituto do Açúcar e do Alcool o Fundo de Consolidação e Fomento da Agroindústria Canavieira e dá outras providências.*

Decreto nº 156 — de 17 de novembro de 1961.

## **INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

*Aprova o Orçamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências.*

Decreto nº 164 — de 17 de novembro de 1961.

# INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

— *Aprova o Regimento Interno do Conselho Fiscal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.*

Decreto n.º 396 — de 21 de dezembro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências.*

(Suplemento).

Decreto n.º 51.370 — de 13 de dezembro de 1961.

# INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

*Dá nova redacção ao artigo 1.º e seu § 1.º do Decreto n.º 50.268, de 8 de fevereiro de 1961.*

Decreto n.º 160 — de 17 de novembro de 1961.

# INTERVENÇÃO ADMINISTRATIVA

*Determina a intervenção administrativa na concessão de que é titular a Prefeitura Municipal de Carangola, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 168 — de 17 de novembro de 1961.

— *Designa interventor administrativo na concessão de que é titular a Prefeitura Municipal de Carangola, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 169 — de 17 de novembro de 1961.

# IPECAGUANHA

*Estabelece medidas de defesa a "ipeca" ou "poaia", na região em que ocorre, no Estado de Mato Grosso e Território Federal de Rondônia.*

Decreto n.º 264 — de 30 de novembro de 1961.

— *Altera o art. 2.º, do Decreto n.º 51.066, de 27 de julho de 1961.*

Decreto n.º 400 — de 21 de dezembro de 1961.

# IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE TAUBATÉ

*Declara de utilidade pública a "Irmandade de Misericórdia de Taubaté", com sede em Taubaté, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 163 — de 17 de novembro de 1961.

# ISENÇÕES

*Isenta de impostos de importação, materiais importados pela Rádio Televisão Paulista.*

Lei n.º 3.980 — de 6 de novembro de 1961.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Rádio Televisão Paraná S. A., para instalação de uma estação completa de televisão na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná.*

Lei n.º 3.982 — de 6 de novembro de 1961.

— *Concede isenção de impostos de importação e outros tributos às Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e à Companhia Ferro e Aço de Vitória, localizadas, respectivamente, nos Municípios de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais; Cubatão, Estado de São Paulo e Cariacica, Estado do Espírito Santo.*

Lei n.º 3.993 — de 6 de dezembro de 1961.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos:*

Decreto n.º 26 — de 12 de outubro de 1961.

— *Declara prioridade para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto n.º 28 — de 12 de outubro de 1961.

**ISENÇÕES**

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.

Decreto n.º 190 — de 20 de novembro de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos sem similar nacional, abaixo descritos:

Decreto n.º 191 — de 20 de novembro de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação de equipamento novo, sem similar nacional, abaixo descrito.

Decreto n.º 192 — de 20 de novembro de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos sem similar nacional, abaixo descritos.

Decreto n.º 193 — de 20 de novembro de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.

Decreto n.º 327 — de 11 de dezembro de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.

Decreto n.º 371 — de 15 de dezembro de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação de equipamento novo, sem similar nacional, abaixo descrito.

Decreto n.º 433 — de 28 de dezembro de 1961.

**J****JÓQUEI CLUBE DE CANOAS**

Revoga o Decreto n.º 51.059, de 26 de julho de 1961.

Decreto n.º 29 — de 12 de outubro de 1961.

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

Classifica, provisoriamente, as funções gratificadas da Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Decreto n.º 51.368 — de 12 de dezembro de 1961.

**JUTA**

Dispõe sobre a comercialização de sementes de juta e dá outras providências.

Decreto n.º 395 — de 21 de dezembro de 1961.

**L****LANÇA-PERFUME**

Estabelece prazo para a vigência do Decreto número 51.211, de 18 de agosto de 1961.

Decreto n.º 155 — de 17 de novembro de 1961.

— Proíbe a fabricação, o comércio e o uso do "lança-perfume" no território nacional.

Decreto n.º 51.211 — de 18 de agosto de 1961.

**LANCASHIRE GENERAL INVESTMENT COMPANY, LIMITED**

Concede à sociedade anônima Lancashire General Investment Company, Limited, autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 144 — de 13 de novembro de 1961.

**LEGAÇÕES**

Ver: Ministério das Relações Exteriores.

**LEI DO INQUILINATO**

Prorroga a vigência da atual Lei do Inquilinato.

Lei n.º 4.008, de 16 de dezembro de 1961.



## LEUCOFILITO

*Autoriza o cidadão brasileiro Labieno da Costa Machado de Souza a pesquisar leucofilito e quartzo, no município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 286 — de 5 de dezembro de 1961.

## LICURI

*Modifica a redação do artigo 2.º, do Decreto n.º 36.910, de 15 de fevereiro de 1955.*

Decreto n.º 85 — de 26 de outubro de 1961.

## LINCE DE SEGUROS GERAIS S. A.

*Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Lince de Seguros Gerais S. A.*

Decreto n.º 101 — de 31 de outubro de 1961.

## LOTERIAS

*Ratifica concessão do Serviço de Loteria do Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 86 — de 26 de outubro de 1961.

## LOTES PARA COLONIZAÇÃO

*Revoga o artigo 1.º, da Lei número 2.932, de 31 de outubro de 1956, no que se refere aos lotes urbanos e rurais da ex-Colônia Agrícola Nacional de Ceres, Estado de Goiás.*

Lei n.º 3.984 — de 21 de novembro de 1961.

## L'UNION COMPAGNIE D'ASSURANCES CONTRE L'INCENDIE, LES ACCIDENTS ET RISQUES DIVERS

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da L'Union Compagnie D'Assurances Contre L'Incendie, Les Accidents Et Risques Divers.*

Decreto n.º 49.774 — de 31 de dezembro de 1961.

## M

## MANGANÊS

*Declara caduco o Decreto número 14.272, de 15 de dezembro de 1943.*

Decreto n.º 336 — de 13 de dezembro de 1961.

## MARINHA

*Torna insubsistente o Decreto número 51.322, de 2 de setembro de 1961.*

Decreto n.º 10 — de 3 de outubro de 1961.

*Torna insubsistente o Decreto número 51.323, de 2 de setembro de 1961.*

Decreto n.º 11 — de 3 de outubro de 1961.

*Torna insubsistente o Decreto número 51.324, de 2 de setembro de 1961.*

Decreto n.º 12 — de 3 de outubro de 1961.

*Aprova a tabela de fixação dos valores dos complementos à ração comum, para a Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 19 — de 9 de outubro de 1961.

*Aprova as tabelas de fixação dos valores da etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o 2.º semestre de 1961, e dá outras providências.*

Decreto n.º 21 — de 9 de outubro de 1961.

*Acrescenta a especialidade "Hidrografia e Navegação" das Forças Armadas, na classificação do artigo 1.º, do Decreto n.º 30.034, de 1 de outubro de 1951, para efeito de percepção de "gratificação de especialidade e função", prevista na Lei número 1.316, de 20-1-1961.*

Decreto n.º 48 — de 17 de outubro de 1961.

*Altera a redação dos incisos I, II e III, do artigo 6.º, do Regulamento para a Inspeção Geral da Marinha, aprovado pelo Decreto número 49.872, de 11 de janeiro de 1961, e alterado pelo Decreto n.º 50.862, de 27 de junho de 1961.*

Decreto n.º 63 — de 19 de outubro de 1961.

**MARINHA**

*Torna insubsistente o Decreto número 51.325, de 2 de setembro de 1961.*

Decreto n.º 83 — de 26 de outubro de 1961.

*Anula o Decreto número 50.784, de 12 de junho de 1961.*

Decreto n.º 112 — de 6 de novembro de 1961.

*Aprova o Regulamento para a Estação Rádio Pina.*

Decreto n.º 113 — de 6 de novembro de 1961.

*Aprova o Regulamento para a Estação Rádio Salinas de Margarida.*

Decreto n.º 114 — de 6 de novembro de 1961.

*Aprova o Regulamento para a Estação Rádio de Val-de-Cães.*

Decreto n.º 115 — de 6 de novembro de 1961.

*Revoga dispositivo do Regulamento para o Colégio Naval.*

Decreto n.º 116 — de 6 de novembro de 1961.

*Dispõe sobre as comissões que podem ser exercidas por Almirante-de-Esquadra.*

Decreto n.º 118 — de 6 de novembro de 1961.

*Aprova o Regulamento Geral dos Serviços de Praticagem.*

Decreto n.º 119 — de 6 de novembro de 1961.

*Altera o Regulamento para os Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha.*

Decreto n.º 200 — de 23 de novembro de 1961.

*Altera a redação do artigo 3.º, do Decreto número 30.825, de 7 de maio de 1952.*

Decreto n.º 203 — de 23 de novembro de 1961.

*Altera a redação do artigo 2.º, do Decreto n.º 37.398, de 27 de maio de 1955.*

Decreto n.º 204 — de 23 de novembro de 1961.

— Ver, também, *Atas e Ministério da Marinha.*

**MARINHA**

*Altera dispositivos das Instruções Gerais, anexas ao Decreto número 21, de 9 de outubro de 1961.*

Decreto n.º 361 — de 14 de dezembro de 1961.

**MARINHA DE GUERRA DO PERU**

*Concede à Marinha de Guerra do Peru o Prêmio "Marinha do Brasil".*

Decreto n.º 202 — de 23 de novembro de 1961.

**MASSAGISTAS**

*Dispõe sobre o exercício da profissão de Massagista, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.968 — de 5 de outubro de 1961.

**MEDALHAS**

*Dá nova redação aos artigos 1.º, 4.º, 5.º e 6.º, do Decreto n.º 37.406, de 31 de maio de 1955.*

Decreto n.º 95 — de 31 de outubro de 1961.

**MEDICOS**

*Altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas.*

Lei n.º 3.999, de 15 de dezembro de 1961.

**MICA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Oliveira Braga a pesquisar quartzo e mica no município de Coroaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 251, de 30 de novembro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alípio Homem de Faria a pesquisar caulim e mica, no município de Mercês, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 253, de 30 de novembro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Campos de Lacerda a pesquisar quartzo e mica, no município de Coroaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 278, de 4 de dezembro de 1961.

## MILHO

*Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola de 1961-62, fixados pelo Decreto nº 40.411, de 5-4-61.*

Decreto nº 153, de 16 de novembro de 1961.

## MILITARES

*Concede anistia aos que praticaram fatos definidos como crimes que menciona.*

Decreto Legislativo nº 18, de 1961.

## MINERAÇÃO CACULÉ — INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

*Concede à Mineração Caculé-Indústria e Comércio Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 246, de 30 de novembro de 1961.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

*Prorroga por mais um exercício a vigência da Lei nº 3.798, de 2 de agosto de 1960, que abriu crédito para a modernização dos serviços de segurança e proteção ao voo.*

Lei nº 4.005, de 15 de dezembro de 1961.

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a ceder gratuitamente ao Estado de São Paulo os terrenos que menciona.*

Decreto nº 31, de 12 de outubro de 1961.

*Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos que menciona, em Salvador, Estado da Bahia, necessários ao Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 32, de 12 de outubro de 1961.

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Maringá (PR).*

Decreto nº 33, de 12 de outubro de 1961.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

*Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.375.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto nº 59, de 19 de outubro de 1961.

*Altera o Regulamento da Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 68, de 20 de outubro de 1961.

*Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Conselho Superior da Aeronáutica.*

Decreto nº 135, de 10 de novembro de 1961.

*Cria a Divisão Técnica (DC-6) na Diretoria de Aeronáutica Civil e introduz modificações nas atribuições da Divisão de Operações (DC-3).*

Decreto nº 136, de 10 de novembro de 1961.

*Reduz os vencimentos e vantagens do Pessoal do Ministério da Aeronáutica em Missão ou Comissão no Exterior e dá outras providências.*

Decreto nº 141, de 13 de novembro de 1961.

*Modifica a redação da letra e do número 3 do art. 1º, do Decreto número 43.325, de 10 de março de 1958.*

Decreto nº 149, de 16 de novembro de 1961.

*Define o direito de assistência médica hospitalar nas organizações de saúde dos Ministérios Militares.*

Decreto nº 159, de 17 de novembro de 1961.

*Renova declaração de utilidade pública, para desapropriação, de terrenos que menciona, situados na "Fazenda da Posse", Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 224, de 24 de novembro de 1961.

*Altera o Regulamento da Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Decreto nº 237, de 28 de novembro de 1961.

**MINISTÉRIO DA AERONAUTICA**

— *Aprova o Regulamento da Diretoria de Rotas Aéreas.*

Decreto nº 268, de 1 de dezembro de 1961.

— *Altera o Regulamento da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda.*

Decreto nº 376, de 19 de dezembro de 1961.

— *Aprova o Regulamento do Gabinete do Ministro da Aeronáutica.*

Decreto nº 377, de 19 de dezembro de 1961.

— *Dispõe sobre a gratificação de Ensino.*

Decreto nº 378, de 19 de dezembro de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Pôrto de Móz (PA).*

Decreto nº 379, de 19 de dezembro de 1961.

— *Dispõe sobre o expediente nas organizações militares da Aeronáutica.*

Decreto nº 391, de 21 de dezembro de 1961.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a ceder gratuitamente à Prefeitura Municipal de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, os terrenos que menciona.*

Decreto nº 50.897, de 3 de julho de 1961.

— Ver, também, Aeronáutica.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

*Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.*

Lei nº 3.985, de 21 de novembro de 1961.

— *Institui a Comissão de Revenda de Material Agropecuário (C.R.M.A.) e dá outras providências.*

Decreto nº 61, de 19 de outubro de 1961.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

— *Unificação de horários para os funcionários encarregados de fiscalizar embarques de mercadorias destinadas ao comércio exterior.*

Decreto nº 80, de 26 de outubro de 1961.

*Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar a doação de terrenos em Nazaré da Mata (PE).*

Decreto nº 142, de 13 de novembro de 1961.

*Altera as tabelas anexas ao Decreto número 49.593, de 27 de dezembro de 1960, na parte referente ao Gabinete do Ministro da Agricultura.*

Decreto nº 238 — de 28 de novembro de 1961.

*Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 262 — de 30 de novembro de 1961.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

*Fixa norma para pagamentos aos servidores do Ministério da Educação e Cultura, aproveitados nas Escolas Técnicas e Industriais, e dá outras providências.*

Lei nº 3.976 — de 6 de novembro de 1961.

*Transfere para o Ministério da Educação e Cultura o Conselho Nacional de Cultura.*

Decreto nº 9 — de 2 de outubro de 1961.

*Cria funções na antiga Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Educação e Cultura, em cumprimento de decisão judicial, transitada em julgado.*

Decreto nº 51.365 — de 5 de dezembro de 1961.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

*Revigora, por mais três anos, os créditos especiais autorizados pelas Leis números 2.974, de 26 de novembro de 1956, 3.057, de 22 de dezembro de 1956, e 3.244, de 14 de agosto de 1957, e dá outras providências.*

Lei n.º 4.604 — de 15 de dezembro de 1961.

*“Unificação de horários para os funcionários encarregados de fiscalizar embarques de mercadorias destinadas ao comércio exterior.”*

Decreto n.º 80 — de 26 de outubro de 1961.

*Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo a ser realizado pela Companhia Vale do Rio Doce S.A.*

Decreto n.º 137 — de 10 de novembro de 1961.

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 754.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 325 — de 11 de dezembro de 1961.

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de ..... Cr\$ 120.000.000,00 para os fins que especifica.*

Decreto n.º 419 — de 26 de dezembro de 1961.

*Transfere, na forma do artigo 15, § 4.º, da Lei n.º 3.115, de 10 de março de 1957, cargo de Tesoureiro-Auxiliar para o Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 51.376 — de 20 de dezembro de 1961.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, destinado a atender às despesas com deslocamentos de tropa para Brasília.*

Lei n.º 3.979 — de 6 de novembro de 1961.

*Declara sem efeito o Decreto número 48.092, de 11 de abril de 1960.*

Decreto n.º 93 — de 30 de outubro de 1961.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

*Dá nova redação ao Título III, Capítulo I (Penalidades) do Regulamento aprovado pelo Decreto número 1.246, de 11 de dezembro de 1936.*

Decreto n.º 94 — de 30 de outubro de 1961.

*Dá nova redação aos artigos 1.º, 4.º, 5.º e 6.º, do Decreto n.º 37.406, de 31 de maio de 1955.*

Decreto n.º 95 — de 31 de outubro de 1961.

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o domínio útil da parte foreira municipal benfeitorias do imóvel que menciona, necessário ao Estabelecimento Regional de Subsistência da 8ª Região Militar.*

Decreto n.º 97 — de 31 de outubro de 1961.

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário à Infantaria Divisionária da 2ª Região Militar.*

Decreto n.º 98 — de 31 de outubro de 1961.

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o domínio útil da parte foreira municipal benfeitorias do imóvel que menciona, necessário ao Estabelecimento Regional de Subsistência da 3ª Região Militar.*

Decreto n.º 99 — de 31 de outubro de 1961.

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 100 — de 31 de outubro de 1961.

*Modifica a redação da letra e do número 3 do artigo 1.º do Decreto número 43.325, de 10 de março de 1958.*

Decreto n.º 149 — de 16 de novembro de 1961.

*Define o direito de assistência médico-hospitalar nas organizações de saúde dos Ministérios Militares.*

Decreto n.º 159 — de 17 de novembro de 1961.

**MINISTÉRIO DA GUERRA**

*Transforma as Escolas Preparatórias de Cadetes de Porto Alegre e Fortaleza em Colégios Militares e adota outras providências correlatas.*

Decreto n.º 166 — de 17 de novembro de 1961.

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de áreas de terrenos situados no Município de Santos, Estado de São Paulo, destinadas ao Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 390 — de 21 de dezembro de 1961.

*Reduz os vencimentos e vantagens do pessoal do Ministério da Guerra em Missão ou Comissão no Exterior, e dá outras providências.*

Decreto n.º 422 — de 27 de dezembro de 1961.

**MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO**

*“Unificação de horários para os funcionários encarregados de fiscalizar embarques de mercadorias destinadas ao comércio exterior.”*

Decreto n.º 80 — de 26 de outubro de 1961.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**

*Modifica o Decreto número 37, de 12 de outubro de 1961.*

Decreto n.º 147 — de 16 de novembro de 1961.

*Modifica o Decreto número 44.491, de 18 de setembro de 1958, e o de número 36, de 12 de outubro de 1961.*

Decreto n.º 148 — de 16 de novembro

*Dispõe sobre o Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), criado pelo Decreto n.º 50.334, de 11 de março de 1961, sua transferência para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.*

Decreto n.º 283 — de 4 de dezembro de 1961.

*Inclui funções gratificadas na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 427 — de 28 de dezembro de 1961.

**MINISTÉRIO DA MARINHA**

*Restabelece o Hospital Naval de Natal.*

Decreto n.º 22 — de 11 de outubro de 1961.

*Aprova o Regulamento para o Comando Naval de Brasília.*

Decreto n.º 23 — de 11 de outubro de 1961.

*Acrescenta disposição transitória ao Regulamento para as Capitanias de Portos.*

Decreto n.º 24 — de 11 de outubro de 1961.

*Modifica a redação da letra e do número 3, do artigo 1.º, do Decreto número 43.325, de 10 de março de 1958.*

Decreto n.º 149 — de 16 de novembro de 1961.

*Define o direito de assistência médico-hospitalar nas organizações de saúde dos Ministérios Militares.*

Decreto n.º 159 — de 17 de novembro de 1961.

— Ver, também, Armada, e Marinha.

**MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA**

*Dispõe sobre os servidores transferidos para o Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.308 — de 25 de agosto de 1961.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

*Cria uma Legação do Brasil na República Popular da Bulgária.*

Decreto n.º 15 — de 6 de outubro de 1961.

*Dispõe sobre a Delegação do Brasil em Genebra.*

Decreto n.º 16 — de 6 de outubro de 1961.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Eleva os Vice-Consulados Honorários do Brasil em Angra do Heroísmo, Charleston, Colombo, Horta, Oran, Ponta Delgada, Punta Arenas, Savannah Seattle, São João da Terra Nova, Talcahuano e Tânis à categoria de Consulados Honorários.*

Decreto n.º 87 — de 27 de outubro de 1961.

*Cria uma Embaixada do Brasil na República Árabe da Síria.*

Decreto n.º 88 — de 27 de outubro de 1961.

*Cria uma Legação do Brasil na República Popular da Albânia.*

Decreto n.º 127 — de 9 de novembro de 1961.

*Altera a redação do artigo 17, do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto n.º 187 — de 20 de novembro de 1961.

*Cria uma Embaixada do Brasil na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.*

Decreto n.º 317 — de 7 de dezembro de 1961.

*Dispõe sobre a aplicação da Lei número 3.917, de 14 de julho de 1961, nos seus efeitos sobre os níveis de remuneração vigentes na data de sua publicação.*

Decreto n.º 356 — de 13 de dezembro de 1961.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 384.494.568,00, ao Departamento Nacional de Endemias Rurais.*

Lei n.º 3.992 — de 5 de dezembro de 1961.

*Revoga o Decreto número 50.319, de 7 de março de 1961.*

Decreto n.º 106 — de 31 de outubro de 1961.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

*Retifica o Decreto n.º 49.346, de 26 de novembro de 1960, que criou a Tabela Numérica Especial de Mensalistas do Ministério da Saúde.*

Decreto n.º 132 — de 10 de novembro de 1961.

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel que menciona.*

Decreto n.º 229 — de 27 de novembro de 1961.

*Abre ao Ministério da Saúde, o crédito extraordinário de ..... Cr\$ 60.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 408 — de 21 de dezembro de 1961.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ..... Cr\$ 633.598.834,10, para o pagamento de dívidas resultantes de serviços de emergência no Nordeste.*

Lei n.º 3.978 — de 6 de novembro de 1961.

*Torna sem efeito o Decreto número 51.252, de 24 de agosto de 1961.*

Decreto n.º 44 — de 16 de outubro de 1961.

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito extraordinário de Cr\$ 140.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 45 — de 16 de outubro de 1961.

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 39.000.000,00 para o fim que menciona.*

Decreto n.º 78 — de 26 de outubro de 1961.

*“Unificação de horários para os funcionários encarregados de fiscalizar embarques de mercadorias destinadas ao comércio exterior.”*

Decreto n.º 80 — de 26 de outubro de 1961.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a executar obras de emergência nos Estados da Bahia e Pernambuco, em regiões assoladas pela seca.*

Decreto nº 126 — de 9 de novembro de 1961.

*Abre o crédito extraordinário de Cr\$ 500.000.000,00, para atender às despesas que especifica.*

Decreto n.º 128 — de 9 de novembro de 1961.

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel que menciona.*

Decreto n.º 131 — de 10 de novembro de 1961.

título precário, nas condições estabelecer as exportações brasileiras.

*"Aprova o Regimento do Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas."*

Decreto n.º 319 — de 7 de dezembro de 1961.

*"Inclui no Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, os órgãos que menciona e dá outras providências".*

Decreto n.º 321 — de 7 de dezembro de 1961.

*Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 110.815.720,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 367 — de 15 de dezembro de 1961.

*Autoriza a prorrogação do prazo de vigência do Convênio assinado em 8 de abril de 1957, entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.*

Decreto nº 370, de 15 de dezembro de 1961.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

*— Dá nova redação ao § 2º do art. 74 do Regulamento da Contadoria Geral de Transportes, aprovado pelo Decreto nº 36.522, de 2 de dezembro de 1954.*

Decreto nº 375, de 19 de dezembro de 1961.

*— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais Cr\$ 600.000.000,00 e Cr\$ 100.000.000,00, para os fins que menciona.*

Decreto nº 393, de 21 de dezembro de 1961.

*— Transfere na forma do art. 15, § 4º, da Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, cargo de Tesoureiro-Auxiliar para o Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 51.376, de 20 de dezembro de 1961.

## MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

*Altera a redação do artigo 17 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 40.359, de 16 de novembro de 1956.*

Decreto nº 266, de 30 de novembro de 1961.

## MITRA DIOCESANA DE NITERÓI

*Autoriza o Tesouro Nacional a encampar a emissão de papel-moeda no valor correspondente à doação de um imóvel à Mitra Diocesana de Niterói, pela Caixa de Mobilização Bancária, e dá outras providências.*

Lei nº 4.002, de 15 de dezembro de 1961.

## MUNICÍPIOS

*Institui nova discriminação de rendas em favor dos municípios brasileiros.*

Emenda Constitucional nº 5.

*— Dispõe sobre o Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), criado pelo Decreto nº 50.334, de 11 de março de 1961, sua transferência para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.*

Decreto nº 283, de 4 de dezembro de 1961.



## MUSEUS

*Aprova o Regimento do Museu Histórico Nacional.*

Decreto nº 109, de 3 de novembro de 1961.

## N

## NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

*Concede à Sociedade Navegação Costalima Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova forma social de Navegação Costalima S. A.*

Decreto nº 71, de 24 de outubro de 1961.

*Concede à Frota Oceânica Brasileira Sociedade Anônima autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 73, de 24 de outubro de 1961.

*Revoga os Decretos que concederam à Indústria, Comércio e Navegação — Sociedade Vinícola Rio Grandense Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 74, de 24 de outubro de 1961.

*Concede a Serviços Marítimos Camuyrano S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 233, de 27 de novembro de 1961.

*Concede à sociedade "CINAL" — Comércio, Indústria e Navegação Amapá Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 48.892, de 26 de agosto de 1960.

## NORDESTE

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 633.598.834,10, para o pagamento de dívidas resultantes de serviços de emergência no Nordeste.*

Lei nº 3.978, de 6 de novembro de 1961.

## NORDESTE

*— Aprova o Plano Diretor da SUDENE, para o ano de 1961, e dá outras providências.*

Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

*— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 26, de 12 de outubro de 1961.

*— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 28, de 12 de outubro de 1961.

*— Altera o Decreto nº 46.415, de 13 de julho de 1959 e vincula recursos do Fundo Federal de Eletrificação ao Plano de Eletrificação do Nordeste, Nordeste.*

Decreto nº 133, de 10 de novembro de 1961.

*— Abre, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o crédito especial de Cr\$ 204.770.445,20 (duzentos e quatrocentos e quarenta e cinco milhões setecentos e cinco cruzeiros e vinte centavos), para o fim que menciona.*

Decreto nº 146, de 16 de novembro de 1961.

*— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, e importação dos equipamentos novos sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 190, de 20 de novembro de 1961.

*— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, e importação dos equipamentos novos sem similar nacional, abaixo descritos.*

Decreto nº 191, de 20 de novembro de 1961.

**NORDESTE**

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, e importação dos equipamentos novos sem similar nacional, abaixo descritos.

Decreto nº 192, de 20 de novembro de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, e importação dos equipamentos novos sem similar nacional, abaixo descritos.

Decreto nº 193, de 20 de novembro de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, e importação dos equipamentos novos sem similar nacional, abaixo descritos.

Decreto nº 327, de 11 de dezembro de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, e importação dos equipamentos novos sem similar nacional, abaixo descritos.

Decreto nº 371, de 15 de dezembro de 1961.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de impostos e taxas federais, e importação dos equipamentos novos sem similar nacional, abaixo descritos.

Decreto nº 433, de 28 de dezembro de 1961.

**NORTH BRITISH & MERCANTILE  
INSURANCE COMPANY  
LIMITED**

Concede a North British & Mercantile Insurance Company Limited autorização para aumentar seu capital, no país.

Decreto Nº 117 de 20 de novembro de 1961.

**NOVO HAMBURGO — COMPANHIA  
DE SEGUROS GERAIS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Novo Hamburgo — Companhia de Seguros Gerais.

Decreto nº 50.894 de 3 de julho de 1961.

**O**

**OBRAS DE EMERGÊNCIA  
DO NORDESTE**

Ver: Nordeste.

**ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO**

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1962.

(Suplemento)

Lei nº 8.994, de 9 de dezembro de 1961.

— Dá nova redação ao artigo 3º, do Decreto nº 50.761, de 9 de junho de 1961, que estabelece normas para a execução do Orçamento de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 46 de 17 de outubro de 1961.

**ORDEM DO MÉRITO MÉDICO**

Altera o Regulamento da Ordem do Mérito Médico, aprovado pelo Decreto nº 29.198, de 24 de janeiro de 1951.

Decreto nº 51.383 de 28 de dezembro de 1961.

**ÓRGÃOS AUTÔNOMOS**

Dispõe sobre a Comissão de Supervisão de Órgãos Autônomos e dá outras providências.

Decreto nº 37 de 12 de outubro de 1961.

**OURICURI**

Modifica a redação do art. 2º do Decreto nº 36.910, de 15 de fevereiro de 1955.

Decreto nº 85 de 26 de outubro de 1961.

**OURO**

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Solon Sobrinho a pesquisar ouro e schelita no município de Calcó, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 247 de 30 de novembro de 1961.

## OURO

— Autoriza Mineração Tejuçana Ltda. a lavar diamante e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 274 de 1º de dezembro de 1961.

## P

### PARQUES NACIONAIS

Cria o Parque Nacional de Brasília, no Distrito Federal, e dá outras providências.

Decreto nº 241 de 29 de novembro de 1961.

— Cria o Parque Nacional do Monte Pascoal e dá outras providências.

Decreto nº 242, de 29 de novembro de 1961.

### PEARL ASSURANCE COMPANY

Concede à Pearl Assurance Company Limited autorização para aumentar seu capital no País.

Decreto nº 170 de 20 de novembro de 1961.

### PENSÕES

Concede a pensão especial de .... Cr\$ 6.000,00 a João Ignácio da Silva, ex-foguista do Lloyd Brasileiro.

Lei nº 3.977 de 6 de novembro de 1961.

— Concede pensão especial mensal de Cr\$ 30.000,00 a Dona Rachel Noemi Farias Neves de Souza Leão, viúva do ex-Deputado Federal Eurico de Souza Leão.

Lei nº 3.981 de 6 de novembro de 1961.

— Estende aos pilotos de aeronaves mercantes nacionais a regalia concedida pelo art. 295, do Código de Processo Penal, que trata de prisão especial.

Lei nº 3.988 de 24 de novembro de 1961.

— Concede pensão especial de .... Cr\$ 30.000,00 à viúva do Senador João Lima Guimarães.

Lei nº 4.003 de 15 de dezembro de 1961.

## PESCA

Ver: *Caça e Pesca*.

### PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

#### — PETROBRÁS

Dispõe sobre as operações finais de compra e venda a serem realizadas pela Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, da borracha sintética de sua fabricação.

Decreto nº 240 de 29 de novembro de 1961.

— Declara sem efeito o Decreto número 230, de 29 de novembro de 1961, que dispõe sobre as operações finais de compra e venda a serem realizadas pela Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, da borracha sintética de sua fabricação.

Decreto nº 323 de 7 de dezembro de 1961.

### PLANO PORTUÁRIO NACIONAL

Disciplina a aplicação dos recursos previstos para a execução do Plano Portuário Nacional, de que trata a Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958.

Decreto nº 60 de 19 de outubro de 1961.

### POAIA

Estabelece medidas de defesa a "ipeca" ou "poia", na região em que ocorre, na Estado de Mato Grosso e Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 264 de 30 de novembro de 1961.

### PODER JUDICIÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de ..... Cr\$ 13.850.473,90, para atender a despesas correspondentes aos exercícios de 1952 a 1957.

Lei nº 3.971 de 13 de outubro de 1961.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral o crédito especial de Cr\$ 123.711.057-70, para atender às despesas de qualquer natureza com a sua transferência para Brasília.

Lei nº 3.973 de 24 de outubro de 1961.

**PODER JUDICIÁRIO**

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 2ª, 6ª e 8ª Regiões, o crédito especial de ..... Cr\$ 6.661.990,40, para atender às despesas que especifica.

Lei nº 3.983 de 18 de novembro de 1961.

— Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 630.000.000,00 (seiscentos e trinta milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

Decreto nº 120 de 6 de novembro de 1961.

— Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho, o crédito especial de Cr\$ 125.580.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 161 de 17 de novembro de 1961.

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 189 de 20 de novembro de 1961.

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral de Brasília, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 260, de 30 de novembro de 1961.

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral de Brasília, o crédito especial de Cr\$ 23.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 261 de 30 de novembro de 1961.

**PORTOS**

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, a área ocupada pelo Trapiche Brown, no porto de Aracaju, Estado de Sergipe, necessária ao prosseguimento das obras de construção do referido porto.*

Decreto nº 124, de 7 de novembro de 1961.

**PREÇOS MÍNIMOS**

*Assegura preços mínimos à safra de agave ou sisal de 1961-62 de produção nacional.*

Decreto nº 40, de 12 de outubro de 1961.

— *Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição do algodão da região Meridional do País, da safra de 1961-62.*

Decreto nº 134, de 10 de novembro de 1961.

— *Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola de 1961-62, fixados pelo Decreto nº 40.411, de 5-4-61.*

Decreto nº 153, de 16 de novembro de 1961.

**PREFEITURAS**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.239.935,00, para indenizar a Prefeitura Municipal de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, das despesas com a assistência as vítimas das secas no Nordeste.*

Lei nº 3.986, de 21 de novembro de 1961.

— *Determina a intervenção administrativa na concessão de que é titular a Prefeitura Municipal de Carangola, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 168, de 17 de novembro de 1961.

— *Designa interventor administrativo na concessão de que é titular a Prefeitura Municipal de Carangola, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 169, de 17 de novembro de 1961.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Antônio Dias, no Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 211, de 23 de novembro de 1961.

## PREFEITURAS

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a pesquisar minério de ferro no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 221, de 24 de novembro de 1961.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a pesquisar minério de ferro, no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 222, de 24 de novembro de 1961.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a pesquisar minério de ferro, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 223, de 24 de novembro de 1961.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Camanducaia, Estado de Minas Gerais, concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água Camanducaia, distrito da sede do Município de Camanducaia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 271, de 1 de dezembro de 1961.

— *Restringe a zona de concessão da Prefeitura Municipal de Brumadinho, e amplia a da Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (C. E. M. I. G.).*

Decreto nº 285, de 5 de dezembro de 1961.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Ipuera, Estado do Ceará, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto nº 291, de 5 de dezembro de 1961.

— *Modifica a redação do § 2º do artigo 1º do Decreto nº 42.789, de 11 de dezembro de 1957, que outorgou à Prefeitura Municipal de Itambé concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no rio Pardo, distrito sede do município de Itambé, Estado da Bahia.*

Decreto nº 337, de 13 de dezembro de 1961.

## PREFEITURAS

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a ceder gratuitamente à Prefeitura Municipal de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, os terrenos que menciona.*

Decreto nº 50.897, de 3 de julho de 1961.

## PRÊMIO "MARINHA DO BRASIL"

*Concede à Marinha de Guerra do Peru o Prêmio "Marinha do Brasil".*

Decreto nº 202, de 23 de novembro de 1961.

## PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Fixa o subsídio do Presidente da República, no período presidencial de 1961 a 1966.*

Decreto Legislativo nº 19, de 1961.

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Dispõe sobre eleições dos Presidentes dos Órgãos Colegiados da Previdência Social e dá outras providências.*

Decreto nº 51.363, de 30 de novembro de 1961.

## PROPAGANDA NO EXTERIOR

*Regula a expedição de amostras e pequenas encomendas destinadas à propaganda, no exterior, de produtos nacionais, e dá outras providências.*

Decreto nº 82, de 26 de outubro de 1961.

## PROTEÇÃO DOS VEGETAIS

*Promulga a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais, assinada em Roma a 6 de dezembro de 1951.*

Decreto nº 51.342, de 28 de outubro de 1961.

## Q

## QUARTZITO

*Autoriza o cidadão brasileiro Labieno da Costa Machado de Souza a pesquisar leucofilito e quartzito, no município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 286, de 5 de dezembro de 1961.

**QUARTZO**

*Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Oliveira Braga a pesquisar quartzo e mica no município de Coroaçá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 251, de 30 de novembro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Felisberto de Miranda a pesquisar quartzo no município de Pequi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 254, de 30 de novembro de 1961.

— *Renova o Decreto nº 44.966, de 1 de dezembro de 1958.*

Decreto nº 275, de 1 de dezembro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Campos de Lucerda a pesquisar quartzo e mica, no município de Coroadi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 278, de 4 de dezembro de 1961.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Inforçatti a pesquisar quartzo no município de Itápeva, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 280, de 4 de dezembro de 1961.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 46.285, de 29 de junho de 1959.*

Decreto nº 331, de 13 de dezembro de 1961.

**R****RÁDIO ALVORADA DE LONDRINA LIMITADA**

*Outorga concessão à "Rádio Alvorada de Londrina Limitada", para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.*

Decreto nº 218, de 24 de novembro de 1961.

**RÁDIO BELA VISTA DO PARAÍSO LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Bela Vista do Paraíso Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Ibiçorá, Estado do Paraná.*

Decreto nº 219, de 24 de novembro de 1961.

**RÁDIO ESMERALDA S.A.**

*Revigora a concessão outorgada à Rádio Esmeralda S. A., pelo Decreto nº 50.094-61, para instalar uma estação radiodifusora.*

Decreto nº 14, de 6 de outubro de 1961.

**RÁDIO GUAÍBA S.A.**

*Revoga o Decreto nº 50.757, de 9 de junho de 1961 e outorga concessão à Rádio Guaíba S. A. para estabelecer estação de radiotelevisão na cidade de Porto Alegre — RS.*

Decreto nº 426, de 23 de dezembro de 1961.

**RÁDIO JORNAL DE ITABUNA LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Jornal de Itabuna Limitada para estabelecer uma estação de radiodifusão.*

Decreto nº 51.175, de 10 de agosto de 1961.

**RÁDIO PAULISTA LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Paulista Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 415, de 22 de dezembro de 1961.

**RÁDIO PIONEIRA DE TERESINA LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Pioneira de Teresina Limitada para instalar uma estação de radiodifusão, em onda média em Teresina — PI.*

Decreto nº 41, de 12 de outubro de 1961.

# **RADIO RIO LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Rio Limitada para estabelecer uma estação de televisão geradora de programas, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, mediante a utilização do canal (12) TV-VHF.*

Decreto nº 35, de 12 de outubro de 1961.

# **RÁDIO TELEVISÃO PARANÁ**

*Isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Rádio Televisão Paraná S. A., para instalação de uma estação completa de televisão na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná.*

Lei nº 3.982, de 6 de novembro de 1961.

# **RÁDIO TELEVISÃO PAULISTA**

*Isenta de impostos de importação, materiais importados pela Rádio Televisão Paulista.*

Lei nº 3.980, de 6 de novembro de 1961.

# **RÁDIO TELEVISÃO VILA RICA LIMITADA**

*Outorga concessão à "Rádio Televisão Vila Rica Limitada" para estabelecer uma estação de televisão, em VHP, geradora de programas, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 90, de 27 de outubro de 1961.

# **RÁDIO TERESINA DO PIAUÍ LIMITADA**

*Outorga concessão à Rádio Teresina do Piauí Limitada para instalar uma estação radiodifusora em onda média em Teresina — PI.*

Decreto nº 38, de 12 de outubro de 1961.

# **RECENSEAMENTO GERAL DE 1960**

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial al CMF... à v crédito especial de Cr\$ 754.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto nº 324, de 11 de dezembro de 1961.

# **REDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA**

*Dispõe sobre locações de prédios pertencentes à Rede Ferroviária Federal S. A.*

Lei nº 3.990, de 24 de novembro de 1961.

# **REGIMENTOS**

*Aprova o Regimento do Museu Histórico Nacional.*

Decreto nº 109, de 3 de novembro de 1961.

*— Acrescenta uma disposição transitória ao Regimento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.*

Decreto nº 129, de 9 de novembro de 1961.

*— Aprova o Regimento do Instituto Brasileiro do Café.*

## **Suplemento**

(\*) Decreto nº 385, de 20 de dezembro de 1961.

# **REGULAMENTOS**

*Aprova o Regulamento do Conselho de Desenvolvimento da Pesca.*

Decreto nº 20, de 9 de outubro de 1961.

*— Aprova o Regulamento para o Comando Naval de Brasília.*

Decreto nº 23, de 11 de outubro de 1961.

*— Acrescenta disposição transitória ao Regulamento para as Capitânicas de Portos.*

Decreto nº 24, de 11 de outubro de 1961.

*— Altera a redação dos incisos I, II e III do art. 6º do Regulamento para a Inspeção-Geral da Marinha, aprovado pelo Decreto nº 49.872, de 11 de janeiro de 1961, e alterado pelo Decreto nº 50.262, de 27 de junho de 1961.*

Decreto nº 63, de 19 de outubro de 1961.

*— Aprova o Regimento Interno do Conselho de Ministros.*

Decreto nº 65, de 19 de outubro de 1961.

## REGULAMENTOS

— Altera o Regulamento da Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 68, de 20 de outubro de 1961.

— Dá nova redação ao Título III, Capítulo I (Penalidades) do Regulamento aprovado pelo Decreto número 1.246, de 11 de dezembro de 1936.

Decreto nº 94, de 30 de outubro de 1961.

— Dá nova redação aos artigos 37 e 38 do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército.

Decreto nº 96, de 31 de outubro de 1961.

— Aprova o Regimento da Comissão Nacional de Belas Artes.

Decreto nº 108, de 3 de novembro de 1961.

— Anula o Decreto nº 50.784, de 12 de junho de 1961.

Decreto nº 112, de 6 de novembro de 1961.

Aprova o Regulamento para a Estação Rádio Pina.

Decreto nº 113 de 6 de novembro de 1961.

— Aprova o Regulamento para a Estação Rádio Salinas de Maragrida.

Decreto nº 114, de 6 de novembro de 1961.

— Aprova o Regulamento para a Estação Rádio de Val-de-Cães.

Decreto nº 115 de 6 de novembro de 1961.

— Revoga dispositivo do Regulamento para o Colégio Naval.

Decreto nº 116 de 6 de novembro de 1961.

— Aprova o Regulamento Geral dos Serviços de Praticagem.

Decreto nº 119, de 6 de novembro de 1961.

## REGULAMENTOS

— Aprova o Regulamento da Diretoria do Ensino da Aeronáutica.

Decreto nº 143 de 13 de novembro de 1961.

— Altera artigo do Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado e mandado executar pelo Decreto nº 50.352, de 17 de março de 1961.

Decreto nº 158 de 17 de novembro de 1961.

— Altera a redação do art. 17 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto nº 187 de 20 de novembro de 1961.

— Aprova o Regulamento do Serviço Federal de Prevenção e Repressão de Infrações contra a Fazenda Nacional.

Decreto nº 197 de 22 de novembro de 1961.

— Altera o Regulamento para os Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha.

Decreto nº 200 de 23 de novembro de 1961.

— Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto nº 205 de 23 de novembro de 1961.

— Altera o Regulamento da Diretoria de Aeronáutica Civil.

Decreto nº 237 de 28 de novembro de 1961.

— Altera a redação do artigo 17 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 40.359, de 16 de novembro de 1956.

Decreto nº 266 de 30 de novembro de 1961.

— Aprova o Regulamento da Diretoria de Rotas Aéreas.

Decreto nº 268 de 1 de dezembro de 1961.



## REGULAMENTOS

— Revoga o Decreto nº 59.882, de 29 de junho de 1961.

Decreto nº 269 de 1 de dezembro de 1961.

— Dá nova redação aos artigos 11 e 19 do Decreto nº 41.993, de 6 de março de 1957.

Decreto nº 302 de 6 de dezembro de 1961.

— Altera o Regulamento para serviços da Dívida Interna Federal Fundada e do Meio Circulante, baixado com o Decreto nº 35.913, de 28 de julho de 1954.

Decreto nº 307 de 6 de dezembro de 1961.

— Aprova o Regimento do Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas”.

Decreto nº 319 de 7 de dezembro de 1961.

— “Inclui no Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas os órgãos que menciona e dá outras providências”.

Decreto nº 321 de 7 de dezembro de 1961.

— Modifica o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica.

Decreto nº 363, de 15 de dezembro de 1961.

— Acrescenta §§ ao Art. 18 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 8.401, de 16 de dezembro de 1941 e alterado pelo Decreto nº 47.980, de 2 de abril de 1960.

Decreto nº 365 de 15 de dezembro de 1961.

— Altera o Regulamento da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda.

Decreto nº 376 de 19 de dezembro de 1961.

— Aprova o Regulamento do Gabinete do Ministro da Aeronáutica.

Decreto nº 377 de 19 de dezembro de 1961.

## REGULAMENTOS

— Aprova o Regimento Interno do Conselho Fiscal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Decreto nº 396 de 21 de dezembro de 1961.

— Aprova o Regulamento do Serviço de Identificação do Exército.

Decreto nº 51.329 de 6 de setembro de 1961.

## REGULAMENTO GERAL DE TRANSPORTES

Altera o § 7º do art. 9º do Decreto nº 19.754, de 18 de março de 1931.

Decreto nº 374 de 19 de dezembro de 1961.

## RODOVIAS

Altoriza o Poder Executivo a abrir, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

— Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás) o crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00, destinado à complementação, construção e pavimentação da rodovia Belém-Brasília, e dá outras providências.

Lei nº 3.974 de 25 de outubro de 1961.

— Aprova Normas Especiais para a Conclusão da ligação rodoviária Brasília-Belém.

Decreto nº 368 de 13 de dezembro de 1961.

*Aprova Normas Especiais para a conclusão da ligação rodoviária Fortaleza-Brasília BR-44-A.*

Decreto nº 369, de 15 de dezembro de 1961.

*Abre à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Rodovia Belém-Brasília — o crédito de Cr\$ 5.000.000.000,00, destinado aos fins que especifica.*

Decreto nº 420, de 26 de dezembro de 1961.

## ROYAL INSURANCE COMPANY LIMITED

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Royal Insurance Company Limited.*

Decreto nº 184, de 20 de novembro de 1961.

## S

**SALÁRIO-MÍNIMO**

*Altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgões dentistas.*

Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.

*Dispõe sobre níveis de salário-mínimo.*

Decreto nº 51.336, de 13 de outubro de 1961.

**SCHEELITA**

*Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Solon Sobrinho a pesquisar ouro e scheelita no município de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 247, de 30 de novembro de 1961.

**SEGURADORA MINEIRA S. A.**

*Aprova alterações introduzidas, inclusive aumento do capital social, nos Estatutos da Seguradora Mineira S. A.*

Decreto nº 234, de 27 de novembro de 1961.

**SEGURO AGRÁRIO**

*Declara em vigor as condições da apólice e a tarifa para o seguro agrário de videira.*

Decreto nº 171, de 20 de novembro de 1961.

**SENADO FEDERAL**

*Abre ao Senado Federal, crédito suplementar de Cr\$ 329.000.000,00, ao Orçamento vigente.*

Lei nº 3.991, de 5 de dezembro de 1961.

**SERVIÇO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS**

*Dispõe sobre o Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), criado pelo Decreto nº 50.334, de 11 de março de 1961, sua transferência para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.*

Decreto nº 283, de 4 de dezembro de 1961.

**SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO**

*Suspende provisoriamente a aquisição de material permanente e de consumo para o serviço público, e dá outras providências.*

Decreto nº 125, de 9 de novembro de 1961.

*Prorroga prazo previsto no Decreto nº 50.284, de 21 de fevereiro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 130, de 9 de novembro de 1961.

*Consolida as normas relativas à concessão de vantagens ao pessoal com exercício em Brasília e dá outras providências.*

Decreto nº 51.381, de 22 de dezembro de 1961.

**SERVIÇOS DE PRATICAGEM**

*Aprova o Regulamento Geral dos Serviços de Praticagem.*

Decreto nº 119, de 6 de novembro de 1961.

**SERVIDORES PÚBLICOS**

*Restabelece o pagamento das gratificações de que trata o art. 145, itens V e VI, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 e dá outras providências.*

Decreto nº 89, de 27 de outubro de 1961.

*Revoga o art. 3º do Decreto número 41.366, de 19 de junho de 1957.*

Decreto nº 323, de 11 de dezembro de 1961.

*Dispõe sobre os servidores transferidos para o Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.308, de 25 de agosto de 1961.

*Dispõe sobre a aplicação dos novos níveis de salário-mínimo aos servidores públicos civis da União, bem como ao pessoal temporário pago à conta de dotações globais, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.344, de 28 de outubro de 1961.

## SERVIDORES PÚBLICOS

*Institui Grupo de Trabalho para assessorar o Poder Executivo no estudo e solução dos recursos de que trata o art. 48, parágrafo único, da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.*

Decreto nº 51.347, de 16 de novembro de 1961.

## SIDERÚRGICA ITAUNENSE, SOCIEDADE ANÔNIMA

*Concede à Siderúrgica Itaunense, Sociedade Anônima, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 273, de 1º de dezembro de 1961.

## SISAL

*Assegura preços mínimos à safra de agave ou sisal de 1961-1962, de produção nacional.*

Decreto nº 40 — de 12 de outubro de 1961.

*Altera os artigos 6.º, 9.º e 10.º, das especificações aprovadas pelo Decreto nº 6.825, de 7 de fevereiro de 1941, e dá outras providências.*

Decreto nº 92 — De 30 de outubro de 1961.

## SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

*Dá nova redação ao artigo 1.º e seu § 1.º, do Decreto nº 50.268, de 2 de fevereiro de 1961.*

Decreto nº 160 — de 17 de novembro de 1961.

## SOJA

*Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais, e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola de 1961-62, fixados pelo Decreto número 40.411, de 5-4-1961.*

Decreto nº 153 — de 16 de novembro de 1961.

## SOUZA, NOGUEIRA & CIA.

*Concede à Souza, Nogueira & Cia. Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 145 — de 14 de novembro de 1961.

## SUD AMERICA TERRESTRE Y MARITIMA S. A.

*Concede à Sud America Terrestre y Maritima S. A. — Companhia de Seguros Generales autorização para aumentar seu capital, no país.*

Decreto nº 175 — de 20 de novembro de 1961.

## SUDENE

— *Vêr Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.*

## SUL AMERICA TERRESTRES, MAR/TIMOS E ACIDENTES — COMPANHIA DE SEGUROS

*Aprova alteração introduzida nos Estatutos, inclusive aumento de capital social, na Sul America Terrestres, Marítimos e Acidentes — Companhia de Seguros.*

Ver: Nordeste.

Decreto nº 183 — de 20 de novembro de 1961.

## SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Ver: Amazônia.

## SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

— *Vêr — Amazônia.*

## T

## TARIFAS

*Dá nova redação ao § 2.º, do artigo 74, do Regulamento da Contadoria Geral de Transportes, aprovado pelo Decreto número 36.522, de 2 de dezembro de 1954.*

Decreto nº 375 — de 19 de dezembro de 1961.

*Regula a fixação das tarifas dos transportes aéreos nas linhas regulares, e dá outras providências.*

Decreto nº 381 — de 19 de dezembro de 1961.

## TELEPHONE COMPANY OF PERNAMBUCO, LIMITED

*Revoga o decreto que concedeu à sociedade anônima Telephone Company of Pernambuco Limited autorização para funcionar na República.*

Decreto nº 104 — de 31 de outubro de 1961.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de acréscido de marinha, que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 300 — de 6 de dezembro de 1961.

*Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 301 — de 6 de dezembro de 1961.

*Autoriza estrangeiros a adquirirem em transferência de aforamento, a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 305 — de 6 de dezembro de 1961.

*Revigora o prazo de que trata o Decreto número 45.107, de 26 de dezembro de 1958.*

Decreto n.º 418 — de 22 de dezembro de 1961.

*Autoriza estrangeiros a adquirirem em regime de ocupação, a fração ideal do terreno de marinha e acréscido que menciona, em São Vicente, São Paulo.*

Decreto n.º 50.257 — de 23 de janeiro de 1961.

*Autoriza estrangeiros a adquirirem em transferência de aforamento, frações ideais de domínio útil de terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 50.427 — de 10 de abril de 1961.

*Autoriza estrangeiros a adquirirem em transferência de aforamento, a fração ideal do domínio útil do terreno acréscido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 50.896 — de 3 de julho de 1961.

## TERRENOS DE MARINHA

*Autoriza estrangeira a adquirir, em revigoração de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 50.938 — de 12 de julho de 1961.

*Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio pleno de terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 51.124 — de 2 de agosto de 1961.

*Autoriza estrangeiros a adquirirem em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 51.125 — de 2 de agosto de 1961.

*Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno acréscido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 51.185 — de 11 de agosto de 1961.

*Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 51.186 — de 11 de agosto de 1961.

*Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, a fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 51.187 — de 11 de agosto de 1961.

*Autoriza estrangeiro a adquirir em transferência de aforamento o domínio útil da fração ideal do terreno acréscido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 51.188 — de 11 de agosto de 1961.

**TERRITÓRIO DE FERNANDO  
DE NORONHA**

*Revoga o Decreto número 50.141, de 26 de janeiro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto n.º 208 — de 23 de novembro de 1961.

**TERRITÓRIO FEDERAL  
DO AMAPÁ**

*Classifica provisoriamente as funções gratificadas do Território Federal do Amapá, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.369 — de 12 de dezembro de 1961.

**TERRITÓRIO FEDERAL  
DE IGUAÇU**

*Altera dispositivo do Decreto número 50.953, de 14 de julho de 1961, e dá outras providências.*

Decreto n.º 13 — de 4 de outubro de 1961.

**TERRITÓRIO FEDERAL  
DE PONTA PORÁ**

*Altera dispositivo do Decreto número 50.953, de 14 de julho de 1961, e dá outras providências.*

Decreto n.º 13 — de 4 de outubro de 1961.

**TEXACO BRASIL S.A. — PRO-  
DUTOS DE PETRÓLEO**

*Concede nacionalização à sociedade anônima Texaco (Brasil) Inc., sob a denominação de Texaco Brasil S. A.*

— *Produtos de Petróleo.*

Decreto n.º 411 — de 21 de dezembro de 1961.

**THE COMMERCIAL UNION  
ASSURANCE COMPANY  
LIMITED**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da The Commercial Union Assurance Company Limited.*

Decreto n.º 49.727 — de 31 de dezembro de 1960.

**THE HOME INSURANCE  
COMPANY**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da The Home Insurance Company.*

Decreto n.º 235 — de 27 de novembro de 1961.

**THE PRUDENTIAL ASSURANCE  
COMPANY LIMITED**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da The Prudential Assurance Company Limited.*

Decreto n.º 51 — de 18 de outubro de 1961.

**THE TOKIO MARINE & FIRE  
INSURANCE COMPANY  
LIMITED**

*Aprova alteração introduzida nos Estatutos da The Tokio Marine & Fire Insurance Company Limited.*

Decreto n.º 50.828 — de 22 de junho de 1961.

**THE YORKSHIRE INSURANCE  
COMPANY LIMITED**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da The Yorkshire Insurance Company Limited.*

Decreto n.º 49.712 — De 31 de dezembro de 1960.

**TITÂNIO**

*Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a pesquisar minérios de titânio no município de Japaratuba e Santo Amaro de Brotas, Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 51.307 — de 25 de agosto de 1961.

**TRANSATLÂNTICA — COMPANHIA  
NACIONAL DE SEGUROS**

*Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social, da Transatlântica — Companhia Nacional de Seguros.*

Decreto n.º 179 — de 20 de novembro de 1961.

**TRANSPORTES**

*Altera o § 7.º do artigo 9.º do Decreto número 19.754, de 18 de março de 1931.*

Decreto n.º 374 — de 19 de dezembro de 1961.

**TRANSPORTES AÉREOS**

*Prorroga por mais um exercício a vigência da Lei número 3.798, de 2 de agosto de 1960, que abriu crédito para a modernização dos serviços de segurança e proteção ao voo.*

Lei n.º 4.005 — de 15 de dezembro de 1961.

*Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de ..... Cr\$ 2.375.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 59 — de 19 de outubro de 1961.

**TRANSPORTES AÉREOS**

*— Determina a observância, no Brasil, das Normas e Recomendações constantes do Anexo 9 à Convenção de Aviação Civil Internacional, que dispõe sobre a facilitação dos Transportes Aéreos.*

Decreto n.º 225, de 24 de novembro de 1961.

*— Regula a fixação das tarifas de transportes aéreos nas linhas regulares e dá outras providências.*

Decreto n.º 381, de 19 de dezembro de 1961.

**TRIBUNAL MARÍTIMO**

*Aprova o sistema de classificação de cargos do Tribunal Marítimo e dá outras providências.*

(Suplemento)

(\*) Decreto n.º 51.361, de 39 de novembro de 1961.

**TRIBUTOS**

*Institui nova discriminação de rendas em favor dos municípios brasileiros.*

Emenda Constitucional n.º 5.

**TRIGO**

*fevereiro de 1959, 3.770, de 7 de 13 de fevereiro de 1959, 3.770, de 7 de junho de 1960 e 3.863, de 24 de dezembro de 1960, suspendendo o vencimento de débitos dos triticultores, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.996, de 14 de dezembro de 1961.

**TRIGO**

*— Estabelece destinação específica para os recursos decorrentes da diferença de preços regulada pelo Decreto n.º 50.359, de 18-3-1961.*

Decreto n.º 388, de 20 de dezembro de 1961.

*— Altera as disposições do Decreto n.º 47.491, de 24-12-59, que regula o abastecimento de trigo e estabelece normas para sua comercialização e industrialização.*

Decreto n.º 51.339, de 27 de outubro de 1961.

**TRITICULTURA**

*Modifica as Leis ns. 3.551, de 13 de fevereiro de 1959, 3.770, de 7 de 13 de fevereiro de 1959, 3.770 de 7 de junho de 1960 e 3.863, de 24 de dezembro de 1960, suspendendo o vencimento de débitos dos triticultores, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.996, de 14 de dezembro de 1961.

**U****UNIÃO SUL-BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO**

*Declara de utilidade pública a "União Sul Brasileira de Educação e União Sul Brasileira de Educação e Estado do Rio Grande do Sul."*

Decreto n.º 183, de 20 de novembro de 1961.

**UNIVERSIDADES**

*Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.998, de 15 de dezembro de 1961.

*— Aprova o Quadro do Pessoal da Universidade Federal de Goiás, e dá outras providências.*

Decreto n.º 30, de 12 de outubro de 1961.

*— Concede à Universidade Católica do Salvador, regalias de Universidade Livre equiparada e aprova o seu Estatuto.*

Decreto n.º 58, de 18 de outubro de 1961.

## UNIVERSIDADES

— *Aprova o Estatuto da Universidade do Espírito Santo.*

Decreto nº 69, de 23 de outubro de 1961.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 194.200.000,00, para atender às despesas com o disposto na mesma lei, que federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte e cria a Universidade de Santa Catarina.*

Decreto nº 81, de 26 de outubro de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis destinados à Universidade do Ceará, e dá outras providências.*

Decreto nº 138, de 13 de novembro de 1961.

— *Dispõe sobre aproveitamento de pessoal e dá outras providências.*

Decreto nº 152, de 16 de novembro de 1961.

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 44.784.200,00 para atender às despesas decorrentes, da criação da Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.*

Decreto nº 206, de 23 de novembro de 1961.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis que mencionam.*

Decreto nº 267, de 1 de dezembro de 1961.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 91.436.000,00 para atender às despesas com a criação da Universidade de Alagoas.*

Decreto nº 308, de 6 de dezembro de 1961.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de .... Cr\$ 130.788.000,00 para atender às despesas com a federalização da Universidade da Paraíba.*

Decreto nº 326, de 11 de dezembro de 1961.

## UNIVERSIDADES

— *Concede à Universidade Católica de Petrópolis as regalias de universidade livre equiparada.*

Decreto nº 383, de 20 de dezembro de 1961.

— *Aprova o quadro de Pessoal da Universidade de Santa Maria e dá outras providências.*

(Suplemento)

Decreto nº 49.979, de 23 de janeiro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Rio Grande do Sul e dá outras providências.*

Decreto nº 51.337, de 26 de outubro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Recife e dá outras providências.*

(Suplemento)

Decreto nº 51.352, de 23 de novembro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Paraná e dá outras providências.*

(Suplemento)

(\*) Decreto nº 51.356, de 24 de novembro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade Rural de Pernambuco e dá outras providências.*

(Suplemento)

(\*) Decreto nº 51.357, de 24 de novembro de 1961.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade de Minas Gerais e dá outras providências.*

(\*) Decreto nº 51.359, de 24 de novembro de 1961.

(Suplemento)

— *Aprova o sistema de classificação de cargos da Universidade do Pará e dá outras providências.*

(\*) Decreto nº 51.360, de 24 de novembro de 1961.

(Suplemento)

**UNIVERSIDADES**

— *Aprova o sistema de classificação de cargos de Universidade do Brasil, e dá outras providências.*

(\*) Decreto nº 51.366, de 6 de dezembro de 1961.

**USINAS SIDERÚRGICAS  
DE MINAS GERAIS**

*Concede isenção de impostos de importação e outros tributos às Usinas Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS), à Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e à Companhia Ferro e Aço de Vitória, localizadas, respectivamente, nos Municípios de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais; Cubatão, Estado de São Paulo e Cariacica, Estado do Espírito Santo.*

Lei nº 3.993, de 6 de dezembro de 1961.

**UTILIDADE PÚBLICA**

*Declara de utilidade pública as associações de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra que menciona.*

Decreto nº 165, de 17 de novembro de 1961.

— *Declara de utilidade pública a Fundação Darcy Vargas, com sede no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 431, de 28 de dezembro de 1961.

**UTILIDADE PÚBLICA**

— *Declara de utilidade pública a Fundação Otávio Mangabeira (F.O.M.), registrada no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 51.226, de 22 de agosto de 1961.

**V****VIDEIRA**

*Declara em vigor as condições da apólice e a tarifa para o seguro agrário de videira.*

Decreto nº 171, de 20 de novembro de 1961.

**W****WOLFRAMITA**

*Declara caduco o Decreto número 21.352, de 25 de junho de 1946.*

Decreto nº 49.054, de 5 de agosto de 1960.

**Z****ZONA DE LIVRE COMÉRCIO**

*Dispõe sobre a execução do resultado das Negociações para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevideu.*

Decreto nº 387, de 20 de dezembro de 1961.